Biblioteca Pública "Arthur Vianna"

0481

Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO CI — 103º DA REPÚBLICA — Nº 27.453

BELÉM — SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1993

Governador do Estado
JADER FONTENELLE BARBALHO
Vice-Governador do Estado
CARLOS JOSÉ OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Assembléia
DURBIRATAN DE ALMEIDA BARBOSA
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado
MARIA LÚCIA GOMES MARCOS DOS SANTOS
Procuradoria Geral de Justiça
JOSÉ DE RIBAMAR COIMBRA
Procuradoria Geral do Estado
JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
Procuradoria Geral da Defensoria Pública
MARIA SÔNIA RODRIGUES LOBO GLUCK PAUL

SECRETARIADO

Administração
GILENO MÜLLER CHAVES
Justiça
ALCIDES DA SILVA ALCÂNTARA (Em Exercício)
Fazenda
ROBERTO DA COSTA FERREIRA
Viação e Obras Públicas
PAULO SÉRGIO FONTES DO NASCIMENTO
Saúde Pública
ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA
Educação
ROMERO XIMENES PONTE
Agricultura
PAULO MAYO KOURY DE FIGUEIREDO
Segurança Pública
ALCIDES DA SILVA ALCÂNTARA
Planejamento e Coordenação Geral
MARIA EUGÊNIA MARCOS RIO
Cultura
GUILHERME MAURÍCIO SOUZA MARCOS DE LA PENHA
Indústria Comércio e Mineração
LUIZ PANIAGO DE SOUSA
Trabalho e Promoção Social
ROBERTO RIBEIRO CORRÊA
Transportes
ANTÔNIO CESAR PINHO BRASIL
Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO

Casa Militar da Governadoria do Estado
Tenente Coronel - QOPM FLAVIANO GOMES MELO
Casa Civil da Governadoria do Estado
MANOEL NAZARETH SANT'ANNA RIBEIRO
Consultor Geral do Estado
JOÃO ROBERTO MENDES CAVALLEIRO DE MACEDO

NESTA EDIÇÃO

PORTARIAS
Da Casa Militar da Governadoria do Estado, Secretarias de Estado de Administração, Saúde Pública, Educação, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/93 - RETIFICAÇÃO DE EDITAL
Da Escola Técnica Federal do Pará

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/93 - AVISO DE EDITAL
Do Instituto Nacional do Seguro Social

AVISO DE LICITAÇÕES
Da Eletronorte - Centrais do Norte do Brasil

BALANÇOS, ATAS E CONVOCAÇÕES
De Diversas Firmas

Esta edição contém, SUPLEMENTO ESPECIAL, atendendo solicitação da Associação Comercial do Estado do Pará

AVISO

Avisamos aos clientes e leitores do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, que o expediente para recebimento de matérias se encerra **IMPRETERIVELMENTE** às 18:00 horas. Depois do horário mencionado a I.O.E., não receberá mais anúncios sob hipótese alguma.

4 Cadernos
56 Páginas

Imprensa Oficial

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

PORTARIA Nº 019/93-CMG DE 15 DE ABRIL DE 1993

O CHEFE DA CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora MARIA DE JESUS BELTRÃO ROSAS ROCHA, ocupante do cargo de Chefe da Unidade de Estatística e Processamento de Dados, lotada na Assessoria Setorial de Planejamento da Casa Militar da Governadoria do Estado, para responder pelo servidor HAROLDO ANTONIO DA COSTA CARVALHO, ocupante do cargo de Assessor Setorial de Planejamento, lotado na Casa Militar da Governadoria do Estado, no período de 01 a 30.05.1993.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 15 de abril de 1993.

FLAVIANO GOMES MELO - Ten Cel. PM
Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado
(G. Reg. nº 45922)

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 0911 DE 20 DE ABRIL DE 1993

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência delegada através do Decreto nº 4463 de 11.09.86.

RESOLVE:

Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, de acordo com os arts. 52, § 1º, alínea "C", 101, item I e 102 da Lei nº 5251/85, arts. 45, §§ 9º e 10º e 48, item II, da Constituição Estadual, combinado com os arts. 1º e 2º da Lei nº 5681/91 e Decreto nº 1478/93, arts. 1º e 2º, itens II e I respectivamente do Decreto nº 2940/83, art. 1º, item I, alínea "f" do Decreto nº 4490/86, art. 1º, item I, do Decreto nº 3266/84, art. 1º do Decreto nº 1461/81, art. 1º do Decreto nº 2696/83, art. 20 da Lei nº 4491/73, com nova redação dada pela Lei nº 5231/85, o 1º Sargento PM RG 6537, PEDRO RAMOS BRITO, MF 35689-019, pertencente ao 3º Batalhão da PMPA.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 20 de abril de 1993

GILENO MULLER CHAVES
Secretário de Estado de Administração

JUSTIÇA DO TRABALHO

PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

BOLETIM Nº021/93-SETOR DE EXECUÇÃO

JUIZ DO TRABALHO PRESIDENTE DA 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM: HERMES AFONSO TUPINAMBÁ NETO.

DIRETOR DE SECRETARIA: RAIMUNDO NONATO DA SILVA

EXPEDIENTES DO DIA 13 DE ABRIL DE 1993

PROCESSO Nº 255/91
EXEQUENTE: ODEMIR BENEDITO VIEIRA FRANCO E OUTRO.
ADVOGADA: Darcy Ramos Dias.
EXECUTADA: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - ENASA.
DESPACHO: Manifestar-se sobre a indicação de bem à penhora. Em, 30.3.93. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 535/91
EXEQUENTE: MARIALUCI PEREIRA MACAMBIRA.
ADVOGADO: Renaldo Gonzaga de Almeida.
EXECUTADOS: GUAXE MINERAÇÃO E AGROPECUÁRIA E OUTROS.
DESPACHO: Tomar ciência nos autos do Processo das cópias das Certidões extraídas da Carta Precatória Executória JCJ Stm 38/92 Em, 1º/4/93. a) Dr. Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO Nº 621/91
EXEQUENTE: MARIA CÁSSIA SANTOS LIMA E OUTRO.
ADVOGADOS: Edilson Araújo dos Santos e Outros.
EXECUTADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL.
DESPACHO: Impugnar, no prazo legal, Embargos à Execução. Em, 1º/04/93. a) Dr. Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO Nº 2110/91
RECLAMANTE: LÍGIA REJANE LIMA DE SOUZA E OUTROS.
RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
PROCURADOR: Joaquim Moreira Rocha.
DESPACHO: Manifestar-se, no prazo legal, sobre os Cálculos apresentados pelos reclamantes. Em, 15 e 29.03.93.a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 739/92
RECLAMANTE: SINTPREVS - SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DE PREVIDÊNCIA E SAÚDE NO ESTADO DO PARÁ.
ADVOGADOS: Antonio dos Reis Pereira e Outras.
RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS.
DESPACHO: Diga à parte contrária a respeito dos depósitos judiciais. Em, 30.3.93 a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

CARTA DE SENTENÇA Nº13/93
RECLAMANTE: SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARÁ.
ADVOGADO: Otávio Oliveira Silva.
RECLAMADA: COSANPA - COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ.
DESPACHO: Indefiro, vez que a Sentença deferiu parcela do IPC de março/90, onde o STF já se manifestou que não é devida, razão pela qual aguarda-se a baixa do julgamento do recurso, vez que não há "periculum in mora". Dê- se ciência. Em,31.3.93. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

(G.Reg.45.820)

BOLETIM Nº0022/93-SETOR DE EXECUÇÃO

JUIZ DO TRABALHO PRESIDENTE DA 1ªJCJ DE BELÉM: HERMES AFONSO TUPINAMBÁ NETO.

DIRETOR DE SECRETARIA: RAIMUNDO NONATO DA SILVA

EXPEDIENTES DO DIA 19 DE ABRIL DE 1993

PROCESSO Nº1514/89
RECLAMANTES: MARIA HELENA OLIVEIRA DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADOS: Ediléa Rodrigues Valério dos Santos e Outros.
RECLAMADO E LITISCONSORTE: UNIÃO FEDERAL - HOSPITAL JOÃO DE BARROS BARRETO.
DESPACHO: Apresentar, no prazo legal, os Cálculos de Liquidação dos reclamantes. Em, 13.04.93. a)Dr. HERMES AFONSO TUPINAMBÁ NETO - Juiz do Trabalho Presidente da 1ªJCJ de Belém.

PROCESSO Nº2016/90
EXEQUENTE: OSVADO RAMOS DA SILVA.
ADVOGADOS: David Cruz Araujo e Outros.
EXECUTADA: COMPANHIA DE PESQUISAS DE RECURSOS MINERAIS - CPRM.
ADVOGADOS: José Mauricio de Barcellos e Outros.
SENTENÇA DE EMBARGOS À EXECUÇÃO: CONCLUSÃO: ISTO POSTO NÃO CONHEÇO POR INTEMPESTIVO. NOTIFIQUEM- SE AS PARTES. Belém, 31 de março de 1993. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta , na Presidência da 1ªJCJ de Belém.

PROCESSO Nº138/91
EXEQUENTE: JURANDIR JOÃO BAHIA FERREIRA.
ADVOGADO: Manoel José Monteiro Siqueira.
EXECUTADO: GRUPO ECONÔMICO constituído pelas Empresas: CONSTRUTORA BARROSO RIBEIRO LTDA , EGO ENG. LTDA, EGO INDUSTRIAL LTDA, ILMA DO MARAJÓ HOTÉIS S/A e METUR - MARAJÓ EMPREENDIMENTOS E TURISMO LTDA.
DESPACHO: Dê-se ciência ao exequente, por seu patrono. Em,5/4/93. a)Dr. Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da 1ªJCJ de Belém.

PROCESSO Nº850/91
EXEQUENTE: RAIMUNDO ROSIVALDO GOMES DOS SANTOS E OUTROS.
ADVOGADOS: Wilson Cardoso de Souza e Outro.
EXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
DESPACHO: Impugnar Embargos à Execução. Em, 2/4/93. a) Dr. Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da 1ªJCJ de Belém.

PROCESSO Nº1451/91
RECLAMANTES: MARIA DO CARMO FELIPE DE OLIVEIRA E OUTROS.
RECLAMADA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.
PROCURADORA: Angelina do Carmo Mamouche Panzuti.
DESPACHO: Ouça-se a reclamada. Em, 1º/04/93. a) Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da 1ªJCJ de Belém.

PROCESSO Nº1734/91
RECLAMANTES: ROBERTO RIBEIRO VALOIS E OUTROS.
ADVOGADOS: Roberto R. Valois, Luiz Otávio B. Gomes, Artur da C. Tourinho Neto, Maria de Fátima Gomes de Lima e Maria de Betânia de Sousa F. Vianna.
RECLAMADO: INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA.
ADVOGADOS: Luiziano B. de Paula Cavalléro e Outros.
DESPACHO: As partes para apresentarem novos cálculos observando o estrito parâmetro estabelecido no V. Acórdão. Em, 31.3.93. a) Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta, na Presidência da 1ªJCJ de Belém.

PROCESSO Nº2600/91
RECLAMANTE: JOÃO JUSTINIANO MONTEIRO DA CRUZ.
ADVOGADOS: Elizete Cirineu da Rocha e Outros.
RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
DESPACHO: Manifestar-se, no prazo de 05(cinco) dias, sobre os Cálculos de Liquidação apresentados pelo reclamado. Em, 12.04.93. a)Dr. HERMES AFONSO TUPINAMBÁ NETO - Juiz do Trabalho Presidente da 1ªJCJ de Belém.

(G.Reg.45.932)

BOLETIM Nº0024/93-SETOR DE PROCESSO

JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO NA PRESIDÊNCIA DA 1ª JCJ DE BELÉM: MIGUEL RAIMUNDO VIEGAS PEIXOTO.

DIRETOR DE SECRETARIA: RAIMUNDO NONATO DA SILVA.

EXPEDIENTES DO DIA 06 DE ABRIL DE 1993.

PROCESSO Nº 1621/91
RECLAMANTE: LUIZ CARLOS DOS SANTOS SILVA.
ADVOGADOS: Samir Abfadill Toutenge Junior e Outro
RECLAMADA: RECAPAGEM LÍDER LTDA.
DESPACHO: Tomar ciência da petição do reclamante às fls. 72 dos autos do Processo, que requereu destituição de outorga de poderes. Em, 30.3.93.a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 1642/91
RECLAMANTE: ALMIR MAURO TAVARES ASSUNÇÃO E OUTROS.
ADVOGADO: Joaquim Lopes de Vasconcelos.
RECLAMADA: REFRIGERANTES GAROTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, Recurso Ordinário interposto pela reclamada. Em, 30.3.93. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 259/92
RECLAMANTE: CLAUDIO AFONSO AMARAL RODRIGUES.
ADVOGADO: Joaquim Lopes de Vasconcelos.
RECLAMADO: BANCO AMERINDUS DO BRASIL S/A.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, recurso ordinário interposto pelo reclamado. Em, 31.3.93. a) Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 1101/92
RECLAMANTE: SERGIO MAXIMIANO PINHEIRO MARQUES.
ADVOGADO: Orlando Maciel Rodrigues.
RECLAMADO: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, recurso ordinário interposto pelo reclamado. Em. 30.3.93.a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 1460/92
RECLAMANTE: SINDICATO DOS BANCÁRIOS NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ.
ADVOGADOS: Adilson Galvão Versçosa e Outro.
RECLAMADO: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A.
LITISCONSORTE PASSIVO: BANPARÁ S/A-CRÉDITO IMOBILIÁRIO.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, recurso ordinário interposto pelo reclamado e litisconsorte passivo. Em,30.3.93.a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA-Juíza do Trabalho Substituta.

Imprensa Oficial

DIRETORIA
ADMINISTRAÇÃO
REDAÇÃO
PARQUE GRÁFICO

Trav. do Chaco, S/N, próximo a Almirante Barroso
Belém - Pará

PBX - 226-7888 (GERAL)
FAX..... 226-0556

Diretor Presidente
JOSÉ SARRAF MAIA

Diretor Administrativo
LOURIVAL BARBALHO JÚNIOR

Diretor Técnico
NAZIR RACHID

Diretor de Documentação e Divulgação
ALVARO AUGUSTO MAIA DA SILVA

Resp. Pela Chefia de Redação
ANTÔNIO CARLOS C. DOS SANTOS

Chefe da Revisão
RAIMUNDO WALDIR B. LOBÃO

Tabela de Assinaturas e Publicações

ASSINATURA TRIMESTRAL:		
Na Capital	CR$-	826.327,00
Outros Estados e Municípios	CR$-	2.524.355,00
PUBLICAÇÕES:		
Cada centímetro	CR$-	454.032,00
Preço por página	CR$-	89.898.336,00
COMPOSIÇÃO: (centímetro)	CR$-	50.700,00
FOTOLITO: (centímetro)	CR$-	18.200,00

PREÇO DO EXEMPLAR CR$- 8.500,00

MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO
Das oito às 13:00hs. e das 15:30 às 18:00hs, excetuando-se os sábados.
RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circulação do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Estados.
OFÍCIOS OU MEMORANDOS: devem acompanhar publicações a cobrar.
ASSINATURAS: Capital, Municípios e outros Estados em qualquer época.
PAGAMENTOS: Sempre em Cheque Nominal para a **IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO**.

OBS.: As assinaturas do **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO** não dão direito ao recebimento de **Caderno Especial**, elaborado exclusivamente para distribuição aos órgãos interessados.

PROCESSO Nº 1460/92
RECLAMANTE: SINDICATO DOS BANCÁRIOS NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ.
RECLAMADO: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A.
LITISCONSORTE PASSIVO: BANPARÁ S/A CRÉDITO IMOBILIÁRIO.
ADVOGADO: Manoel José Monteiro Siqueira.
DESPACHO: Defiro, vez que é evidente o erro datilográfico. Dê-se ciência. Em,30.03.93. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 1995/92
RECLAMANTE: PEDRO SERGIO CLAUDIO AMANCIO.
ADVOGADA: Niltes Neves Ribeiro.
RECLAMADA: TRANSPORTADORA RELÂMPAGO LTDA.
DESPACHO: Ao reclamante para comprovar o alegado. Dê-se ciência. Em, 29.3.93. a) Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 1995/92
RECLAMANTE: PEDRO SERGIO CLAUDIO AMANCIO.
RECLAMADA: TRANSPORTADORA RELÂMPAGO LTDA.
ADVOGADO: Hilton da Silva Pontes.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, recurso ordinário interposto pelo reclamante. Em, 30.3.93. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 2139/92
RECLAMANTE: EDMÉE MOURA CORREA.
ADVOGADOS: Ediléa Rodrigues Valério dos Santos e Outros.
RECLAMADO: INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, recurso ordinário interposto pelo reclamado. Em, 29.3.93. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 2139/92
RECLAMANTE: EDMÉE MOURA CORREA.
ADVOGADOS: Ediléa Rodrigues Valério dos Santos e Outros.
RECLAMADO: INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
DESPACHO: Concedo isenção. Em, 19.3.93.a) Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 2206/92
RECLAMANTE: FRANCINEIDE MARIA ALVES PINHEIRO.
ADVOGADA: Vilma Aparecida de S. Chavaglia e Outra.
RECLAMADO: CENTRO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ atualmente ASSOCIAÇÃO PARAENSE DE ENSINO E CULTURA.
DESPACHO: Concedo isenção requerida. Em, 29.3.93. a) Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 2206/92
RECLAMANTE: FRANCINEIDE MARIA ALVES PINHEIRO.
RECLAMADO: CENTRO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ atualmente ASSOCIAÇÃO PARAENSE DE ENSINO E CULTURA.
ADVOGADOS: Raimundo Rabelo Foro Barbosa e Outro.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, recurso ordinário interposto pela reclamante. Em, 29.3.93. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 2209/92
RECLAMANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ
ADVOGADOS: Jarbas Vasconcelos do Carmo e Outros
RECLAMADOS: FUNAI - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
ADVOGADO: Carlos Amaury da Mota Azevedo.
DESPACHO: Reclamante contraminutar, no prazo legal, recurso ordinário interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Em, 30 03.93. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 2438/92
RECLAMANTE: MARIO DE MESQUITA GARCIA.
RECLAMADA: ECCIR - EMPRESA DE CONSTRUÇÕES CIVIS E RODOVIÁRIAS S/A.
ADVOGADOS: Anaura Cristina Leitão Mendonça e Outros.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, recurso ordinário interposto pelo reclamante. Em, 26.3.93. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 2613/92
RECLAMANTE: MARIA GRACIETE FAVACHO DA SILVA.
ADVOGADA: Niltes Neves Ribeiro.
RECLAMADA: TNT BRASIL S/A.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, recurso ordinário interposto pela reclamada. Em, 31.3.93.a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 2613/92
RECLAMANTE: MARIA GRACIETE FAVACHO DA SILVA.
RECLAMADA: TNT BRASIL S/A.
ADVOGADO: Arnaldo Tavares Neves.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, recurso ordinário interposto pela reclamante. Em, 31.3.93.a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 2765/92
RECLAMANTE: JOSÉ AUGUSTO DA SILVA COSTA.
ADVOGADO: Carlos Alberto Prestes de Brito.
RECLAMADA: ENGETEL - ENGENHARIA CIVIL E DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo, recurso ordinário interposto pela reclamada. Em, 31.3.93. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 2804/92
RECLAMANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE BEBIDAS EM GERAL E ÁGUAS MINERAIS DO ESTADO DO PARÁ.
ADVOGADO: Wellington Cristovão Guedes Araújo.
RECLAMADA: INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTARCTICA DA AMAZÔNIA S/A - FILIAL BELÉM.
ADVOGADA: Simone Cruz Vieira.
SENTENÇA: CONCLUSÃO: ANTE O EXPOSTO E MAIS O QUE DOS AUTOS CONSTE, RESOLVE A MM. PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM, À UNANIMIDADE , REJEITAR AS PRELIMINARES SUSCITADAS PELO RECLAMADO. DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE INCIDENTER TANTUM DOS ARTS. 5º e 6º DA LEI 7.730/89 E DO INCISO I DO ART. 2º DA LEI 8.030/90, POR FERIREM PRECEITO CONSTITUCIONAL, AFASTANDO SUAS APLICAÇÕES , PARA CONDENAR O RECLAMADO INDÚSTRIA DE BEBIDAS ANTARCTICA DA AMAZÔNIA S/A - FILIAL BELÉM, A PAGAR AO SUBSTITUÍDO CIRIACO CASTRO DOS SANTOS, O QUE FOR APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR CÁLCULO, A TÍTULO DE DIFERENÇAS SALARIAIS EM RAZÃO DA URP DE FEVEREIRO/89(26,05%), BEM COMO A INCIDÊNCIA NAS PARCELAS PERCEBIDAS NO PERÍODO DE FEVEREIRO/89 ATÉ A DATA-BASE; DIFERENÇA SALARIAL EM RAZÃO DO IPC DE MARÇO/90(84,32%), BEM COMO A REPERCUSSÃO NAS PARCELAS PERCEBIDAS NO PERÍODO DE ABRIL/90 ATÉ A DATA-BASE DA CATEGORIA; JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA NOS TERMOS DA LEI. IMPROCEDEM AS DEMAIS PARCELAS POR FALTA DE AMPARO LEGAL. INDEFEREM-SE A COMPENSAÇÃO, TUDO CONFORME FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS PELO RECLAMADO SOBRE O VALOR ARBITRADO DE Cr$35.000.000,00, NA QUANTIA DE CR$700.638,05. NOTIFIQUEM-SE AS PARTES FACE A ANTECIPAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA . NADA MAIS. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta, TEOBALDO A.M. SARMENTO - Juiz Empregado, JÚLIO MÁRIO S. RODRIGUES - Juiz Empregador e RAIMUNDO NONATO DA SILVA - Diretor de Secretaria.

PROCESSO Nº 2815/92
RECLAMANTE: JOÃO RIBEIRO CARVALHO.
ADVOGADO: Simão Isaac Benzecry.
RECLAMADA: EMPRESA RODOFLUVIAL SÃO JORGE LTDA.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, recurso ordinário interposto pela reclamada. Em, 31.3.93. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

(G.Reg.45.760)

PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM
BOLETIM Nº0026/93-SETOR DE PROCESSO

JUIZ DO TRABALHO PRESIDENTE DA PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM: HERMES AFONSO TUPINAMBÁ NETO.

DIRETOR DE SECRETARIA: RAIMUNDO NONATO DA SILVA

EXPEDIENTES DO DIA 13 DE ABRIL DE 1993

PROCESSO Nº 101/92
RECLAMANTE: TERTULIANO RODRIGUES MARQUES NETO.
RECLAMADA: IMPORTADORA DE FERRAGENS S/A.
ADVOGADOS: Eliezer Roberto de Oliveira Nazaré e Outros.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, Recurso Adesivo interposto pelo reclamante. Em, 30.3.93.a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 2119/92
RECLAMANTE: ACIOLINO JOSÉ XAVIER RAMOS E OUTROS.
ADVOGADOS: José Wander Lima de Souza e Outros.
RECLAMADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, Recurso Ordinário interposto pelo reclamado. Em,6.4.93.a)Dr. Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO Nº 2186/92
RECLAMANTE: PAULO GUILHERME BANDEIRA MONTEIRO.
ADVOGADO: Cadmo Bastos Melo Junior.
RECLAMADA: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS - COBAL.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, Recurso Ordinário interposto pela reclamada. Em, 5/4/93. a)Dr. Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juiz do Trabalho Substituo.

PROCESSO Nº 2223/92
RECLAMANTE: LENY DO NASCIMENTO PINHEIRO.
ADVOGADO: Sérgio Victor Saraiva Pinto.
RECLAMADA: DELTA PUBLICIDADE S/A.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, Recurso Ordinario interposto pela reclamada. Em, 5/4/93. a)Dr. Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO Nº 2223/92
RECLAMANTE: LENY DO NASCIMENTO PINHEIRO.
RECLAMADA: DELTA PUBLICIDADE S/A.
ADVOGADOS: Nair Ferreira Lima e Outros.
DESPACHO: Contraminutar, querendo, no prazo legal, Recurso Ordinário interposto pela reclamante. Em, 6/4/93. a) Dr. Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO Nº 2771/92
RECLAMANTE: VERA LUCIA MONTEIRO DE ASSIS.
RECLAMADA: FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII.
ADVOGADOS: Regina Marcia de Carvalho Chaves Branco e Outros.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, Recurso Ordinário interposto pela reclamante. Em, 7/4/93. Dr. Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juiz do Trabalho Substituto.

PROCESSO Nº 2889/92
CONSIGNANTE: FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ - FBESP.
ADVOGADO: Antonio Carlos Bernardes Filho.
CONSIGNADA: ELIACY FAGUNDES GUILHERME.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, Recurso Ordinário interposto pela consignada. Em, 6/4/93. a)Dr. Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juiz do Trabalho Substituta.

PROCESSO Nº 2899/92
RECLAMANTE: PEDRO DE SOUZA FERREIRA.
ADVOGADA: Maria das Graças Miranda Valente e Outro.
RECLAMADA: P. PIMENTA ENGENHARIA.

SENTENÇA: CONCLUSÃO: ANTE O EXPOSTO E MAIS O QUE DOS AUTOS CONSTE, RESOLVE A MM. PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM, À UNANIMIDADE, JULGAR A RECLAMAÇÃO TOTALMENTE PROCEDENTE, PARA CONDENAR O RECLAMADO P.PIMENTA ENGENHARIA A PAGAR AO RECLAMANTE PEDRO DE SOUZA FERREIRA, O QUE FOR APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, POR CÁLCULO, A TÍTULO DE AVISO PRÉVIO, FÉRIAS PROPORCIONAIS(8/12)+ 1/3, GRATIFICAÇÃO NATALINA PROPORCIONAL (8/12), FGTS DA GRATIFICAÇÃO NATALINA, FGTS + 40% MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DA RESCISÃO (ART.477), ALÉM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. DEFERE-SE, AINDA, ANOTAÇÃO NA CTPS DO RECLAMANTE, A QUAL DEVERÁ SER PROCEDIDA PELA SECRETARIA DA JUNTA, TUDO CONFORME FUNDAMENTAÇÃO. CUSTAS PELO RECLAMADO SOBRE O VALOR ARBITRADO DE CR$8.000.000,00, NA QUANTIA DE CR$160.638,05. NOTIFIQUEM-SE AS PARTES FACE A ANTECIPAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA. NADA MAIS. a)Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta, na Presidência da 1ªJCJ de Belém, TEOBALDO A.M.SARMENTO - Juiz Empregado, JÚLIO S.RODRIGUES - Juiz Empregador RAIMUNDO NONATO DA SILVA - Diretor de Secretaria.

PROCESSO Nº 00014/93
RECLAMANTE: LAERCIO ROBERTO DE OLIVEIRA NAZARÉ.
ADVOGADO: Polidorio Barbalho de Santana Filho.
RECLAMADA: INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZÔNIA S/A.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, Recurso Ordinário interposto pela reclamada. Em, 6/4/93.a)Dr. Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juíz do Trabalho Substituo.

PROCESSO Nº 00014/93
RECLAMANTE: LAERCIO ROBERTO DE OLIVEIRA NAZARÉ.
RECLAMADA: INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZÔNIA S/A.
ADVOGADO: Eugênio Coutinho de Oliveira.
DESPACHO: Contraminutar, no prazo legal, Recurso Ordinário interposto pelo reclamante. Em, 6/4/93. a)Dr. Miguel Raimundo Viegas Peixoto - Juiz do Trabalho Substituo.

PROCESSO Nº 00074/93
RECLAMANTE: PEDRO JUNIOR GOMES.
ADVOGADOS: Olga Bayma da Costa e Outros.
RECLAMADA: R.N.F. MOREIRA.

SENTENÇA: CONCLUSÃO: ANTE O EXPOSTO RESOLVE A MM. PRIMEIRA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM A UNANIMIDADE EXTINGUIR O PROCESSO SEM O JULGAMENTO DO MÉRITO; EM RAZÃO DA INEPCIA DA INICIAL. CUSTAS PELO AUTOR SOBRE O VALOR ARBITRADO DE CR$500.000,00 ESTAS EM CR$10.638,05 DAS QUAIS ESTÁ ISENTO. NOTIFIQUEM-SE AS PARTES. E NADA MAIS. a) Drª VANJA COSTA DE MENDONÇA - Juíza do Trabalho Substituta, TEOBALDO A.M. SARMENTO - Juiz Classista - 1ªJCJ de Belém Rep. Empregado, JÚLIO M. DE S. RODRIGUES - Juiz Classista Empregador da 1ªJCJ de Belém. RAIMUNDO NONATO DA SILVA - Diretor da 1ªJCJ de Belém. (G.Reg.45.805)

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - Nº0045/93

O Doutor MIGUEL RAIMUNDO VIEGAS PEIXOTO, Juiz do Trabalho Substituto, na Presidência da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém:

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL fica NOTIFICADA a AGÊNCIA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA MODELO LTDA, em lugar incerto e não sabido, executada nos autos do Processo nº1ªJCJ-1374/89, em que é exequente ALAELSON MENDES TATSCL, para MANIFESTAR-SE sobre o teor do Ofício da TELEPARÁ S/A, interposto às fls 431/432 dos autos do Processo supramencionado.

E, para que chegue ao conhecimento da interessada, é passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado no lugar de costume, na Sede desta Junta, na Trav. D. Pedro I, nº750 - 3º bloco - 2º andar.

DADO e passado nesta Cidade de Belém, Estado do Pará, aos dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e três. Eu, (Marcia Mª B. de M. Amaral), Auxiliar Judiciária, lavrei o presente. E eu, (Raimundo Nonato da Silva), Diretor de Secretaria, subscreví. * * * * * *

A O J U I Z:

MIGUEL RAIMUNDO VIEGAS PEIXOTO
Juiz do Trabalho Substituto,
na Presidência da 1ªJCJ-Belém
(G.Reg.45.698)

5ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE Belém

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente EDITAL fica notificado o Sr. ELPIDIO SILVA e seu advogado Dr. FABIO PEREIRA FARO, reclamante no Processo 5ª JCJ-901/92, em que é reclamado JOSE MORGADO, para comparecer perante este Juizo, e indicar corretamente o endereço da reclamada.

E para que chegue ao conhecimento de todos, o presente EDITAL será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de mil novecentos e noventa e três. Eu datilografei e Eu subscrevi.

Secretária de Diretora da Secretaria da 5.ª JCJ de Belém

Ary Brandão de Oliveira
Juiz do Trabalho
(G.Reg.45.686)

EDITAL DE NOTIFICACAO

Pelo presente EDITAL, fica notificada EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS, que se encontra em lugar incerto e nao sabido, reclamada nos autos do Proc. 5a. JCJ-1164/92, em que JOSE FIRMINO DE ABREU e outros sao reclamantes, para comparecer na audiencia a ser realizada no dia 23.06.93, as 13:30 horas, ocasiao em que podera apresentar defesa.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, e passado o presente Edital que sera publicado no Diario Oficial e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta.

O QUE CUMPRA na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Belem, Estado do Para, aos 26 dias do mes de marco de 1993. Eu, Expedito Sacramento, datilografei. E eu, subscrevi.

ARY BRANDAO DE OLIVEIRA
Juiz do Trabalho
(G.Reg.45.685)

EDITAL DE PRACA, com prazo de 20 dias, referente ao Processo 5a.JCJ-2026/91 e anexos.

O Doutor ARY BRANDAO DE OLIVEIRA, Juiz do Trabalho, Presidente da Quinta Junta de Conciliacao e Julgamento de Belem.

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem, ou dele noticia tiverem, que no dia 18.05.93 as 15h05min., na sede desta Junta, sito na Trav. D. Pedro I, 750, sera levado a publico pregao de venda e arrematacao, a quem oferecer o maior lance, ao bem penhorado na execucao, movida por JOSE RONALDO FERREIRA DA ROCHA contra MARIA JOSE BARRETO, bem esse que se constitue no seguinte:

DIREITO DE USO E AS QUOTAS DO TERMINAL TELEFONICO PREFIXO 226-6082, CONTRATO TPA - 102.803, CATEGORIA RESIDENCIAL. Valor atribuido : cr$-40.000.000,00(QUARENTA MILHOES DE CRUZEIROS).

Quem pretender arrematar o referido bem, devera comparecer no dia, hora e local acima mencionado, ficando ciente de que devera garantir o lance com o sinal correspondente a 20% do seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, e passado o presente EDITAL, qeu sera publicado no "Diario Oficial" e afixado no lugar de costume na sede desta Junta. Belem, 24 de marco de 1993. Eu, (Roberto Santos) Aux. JUd., datilografei. E eu, subscrevo.

ARY BRANDAO DE OLIVEIRA
Juiz do Trabalho
(G.Reg.45.689)

EDITAL DE NOTIFICACAO

Pelo presente EDITAL, fica notificada ARAGUAIA HEVEA S.A.que se encontra em lugar incerto e nao sabido, reclamada nos autos do Proc. no. 5a. JCJ-1412/84, para ciencia do despacho:

...ANTE O EXPOSTO, E CONSIDERANDO O LARGO TEMPO PASSADO, SEM QUALQUER MANIFESTACAO DO EXEQUENTE OU MESMO A DEVOLUCAO DA CP, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. SE O RECLAMANTE APARECER, SERA DESARQUIVADO, DESDE QUE HAJA NOVOS FATOS A SEREM APURADOS NO SENTIDO DO PAGAMENTO DO DEBITO.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, e passado o presente Edital que sera publicado no Diario Oficial e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta.

O QUE CUMPRA na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Belem, aos 22 dias do mes de marco de 1993. Eu, Expedito Sacramento, datilografei. E eu, subscrevi.

ARY BRANDAO DE OLIVEIRA
Juiz do Trabalho
(G.Reg.45.683)

Centrais Elétricas do Pará S.A.

CGC 04.895728/0001-80

GOVERNO DO PARÁ TRABALHO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da Centrais Elétricas do Pará S.A - CELPA, Concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica, em cumprimento ao disposto na Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976, o Relatório da Administração e apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 1992, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes.

Os fatos relevantes, que marcaram a gestão da CELPA, no exercício de 1992, com ênfase para as dificuldades e as realizações ocorridas nesse período, são os seguintes:

I - Aspectos Econômico - Financeiros

O exercício de 1992 para o Setor Elétrico Brasileiro foi marcado por profundas alterações desde seu primeiro dia, visto que, em 30/12/91, foi editado o Decreto 409/91 que, entre outras medidas, determinou o sequestro de parte da Receita das concessionárias, já na rede bancária, para pagamento dos débitos que as mesmas viessem a constituir com o Governo Federal provenientes do Suprimento de Energia, Quotas de Consumo de Combustíveis e Quotas de Compensação Financeira pela utilização de recursos hídricos.

Tal medida - não acompanha da devida recuperação tarifária - , se aplicada em sua plenitude, iria deixar a CELPA sem condições sequer de custear a totalidade de sua despesa com Pessoal, ficando totalmente a descoberto os demais itens do Custo Operacional. Por tratar-se reconhecidamente, pelas autoridades Federais - de um mecanismo impróprio a situação econômico financeira vivida pelas concessionárias, sua operacionalização somente ocorreu a partir de maio, e após ajustado um programa de recuperação tarifária. A operacionalização do Dec. 409/91 iniciou em níveis modestos e com aquiescência do Governo Federal de receber apenas parte dos valores que lhes seria devido. Nessa época foi também implementado o disposto na Portaria MINFRA 179 de 28/08/91 que estendeu para os sistemas isolados, o mecanismo de rateio nacional do combustível consumido nas usinas dieselelétricas. Esse procedimento reduziu em cerca de 70% o custo que a CELPA teria com combustíveis.

Entretanto, no decorrer do exercício, aconteceu uma verdadeira degradação nos pressupostos que levaram a administração da Empresa a não deter o controle das condições que possibilitariam a garantia do seu equilíbrio econômico-financeiro, comprometendo a realização a contento das metas pré-estabelecidas. Fortemente influenciada pela crise institucional e de credibilidade que abalou o País a partir do 2º Semestre, o Setor Elétrico passou a conviver com uma Política Tarifária desordenada que, sequer, repôs, a inflação mensal acumulada no período anterior chegando a ficar no último trimestre com a tarifa congelada por mais de 45 dias, gerando prejuízos de toda ordem a gestão das empresas que, por força da Política Econômica vigente, estavam com seus custos totalmente indexados, convivendo com fortes dificuldades - maioria dos casos irrecuperáveis, como o ocorrido com a CELPA, que teve uma perda de faturamento, em 1992, na ordem de US$ 25 milhões, decorrente do descumprimento do Programa de Recuperação Tarifária ajustado no início do exercício, conjugada com a ampliação de subsídios para os consumidores residenciais implementada pelo Governo Federal no mês de novembro, após o período de congelamento tarifário.

A não efetivação da Rolagem das Dívidas das concessionárias previstas na Lei 8388 de 30/12/91, uma vez que os órgãos envolvidos com sua operacionalização não concluíram os procedimentos necessários à finalização do previsto na lei: quitação das parcelas vencidas e vincendas dos empréstimos e financiamentos com ELETROBRÁS, BNDES, FINAME e FINEP, bem como quitação do débito vencido até 31/12/91 com ELETRONORTE e PETROBRÁS, todos seriam quitados com Saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC - que até 31/12/91 era na ordem de US$ 230 milhões, tal possibilidade foi exaurida, visto que a lei tinha vigência até 31/12/92.

II - Desempenho em 1992

Além das dificuldades de caráter econômico-financeiro, das alterações institucionais e setoriais ocorridas em 1992, a realidade da CELPA impunha fortes mudanças em suas ações gerenciais, técnicas e administrativas, necessárias ao equacionamento de questões emergenciais, potencializadas ao longo dos últimos anos, como:

- Comprometimento excessivo da Arrecadação com pagamento de Pessoal;
- Sucateamento do Parque de Geração Dieselelétrico;
- Falta de Manutenção das Redes de Distribuição;
- Elevado nível de Perdas nos Sistemas.

Após cuidadoso diagnóstico da situação existente e objetivando o atendimento dos índices de desempenho, continuidade e confiabilidade dos serviços públicos de Energia Elétrica, requeridos pela Concessão, Decreto 41.019/57, a CELPA passou a implementar os seguintes programas de ação:

1) PROGRAMA DE REDUÇÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS.

Na tentativa de equilibrar os níveis de seus Dispêndios Operacionais com suas Receitas e a partir de estudos conjuntos CELPA/DNAEE aprovado no Plano de Melhoria de Eficiência do Setor Elétrico - PMS - viu-se a CELPA com a responsabilidade de promover tal equacionamento. A operacionalização da alternativa recomendada, redução de 20% nos Custos de Pessoal, resultou num ACORDO entre empregados, Empresa e suas entidades de classe, no qual por um período de 12 meses (maio 92/abril 93), teriam os empregados redução de 15% em sua remuneração global. Convém ressaltar que tal ACORDO limitou a 50% o comprometimento máximo da arrecadação com Pessoal, o que possibilitou a CELPA um adequado gerenciamento dos demais itens do Custo, passando inclusive a honrar com regularidade seus compromissos com fornecedores, prestadores de serviço, ELETRONORTE e ELETROBRÁS nos níveis ajustados.

2) PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DO PARQUE DIESELELÉTRICO.

Das 38 localidades atendidas por Usinas Dieselelétricas, 35 estavam sujeitas a racionamento em março. O Programa implantado, a partir de junho após complexo planejamento, com horizonte até 1993, recuperou, já no exercício de 1992, 54 máquinas que correspondem a 60% das unidades instaladas.

Além da recuperação, foram também adquiridas 18 novas unidades para substituições de máquinas, cujo custo de recuperação seria superior a aquisição em face do estado deplorável de sucateamento, que as mesmas se encontravam. Nesse período, foi iniciada a implantação da Usina Dieselelétrica do município de São Félix do Xingu, com capacidade de 5.000 KVA, cuja primeira fase será concluída em junho de 1993.

3) PROGRAMA LUZ LEGAL

Na direção da redução das perdas, a CELPA desenvolveu programa de eletrificação em 20 áreas de invasão na região Metropolitana de Belém, totalizando 102 km de Rede de Distribuição, que possibilitaram, na sequência, através do Programa LUZ LEGAL (ligação de consumidores de baixa renda com padrão popular) de 11.000 unidades, beneficiando 66.000 habitantes. O Programa LUZ LEGAL foi também implantado em Marabá, tendo regularizado 2.000 unidades, beneficiando 12.000 pessoas.

Além da redução das perdas, esse Programa possibilitou, com a eliminação de ligações clandestinas uma substancial redução nos riscos que a população se expõe por estar recebendo energia de forma inadequada.

Também foram implementadas ações indispensáveis para viabilizar a partir de 1993, programa amplo de redução de perdas no sistema elétrico.

4) AMPLIAÇÃO/MELHORIA DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

O programa contemplou 27 municípios com um incremento de 428 km de rede de distribuição, sendo 178 km rurais e 258 km urbanos, incluindo Iluminação Pública.

Foi também executado, com recursos dos Convênios com as Prefeituras de Belém e Ananindeua e diversos outros Municípios, um Programa de Melhoria e Recuperação do Sistema de Iluminação Pública.

A partir dessas providências foram reavaliadas as sistemáticas de atendimento e reformados os contratos de manutenção, para implantação em 1993.

5) AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Foram iniciadas as obras de ampliação da Subestação do Jurunas em 50% de sua capacidade atual, com o objetivo de possibilitar o atendimento da demanda dos bairros do Jurunas, Campina, Estrada Nova e Batista Campos.

Foi assinado com a ELETRONORTE Convênio para a retomada das obras da Linha de Transmissão UTINGA - STA. MARIA e SUBESTAÇÕES UTINGA e SANTA MARIA, paralisadas desde 1990. A conclusão dessas obras regularizará o fornecimento de energia à Região Nordeste do Pará.

Outra Ampliação, na transmissão, iniciada foram as ações para conversão das Subestações Mãe do Rio e Paragominas de 69 KV para 138 KV, condição fundamental conjugada com a obra da ELETRONORTE para regularização ao atendimento de Paragominas.

6) MELHORIA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Considerando que os empregados lotados no Escritório Central, desenvolvem suas atividades em instalações impróprias, com elevado risco tanto para as pessoas como os documentos e patrimônio, e que a atual instalação dos serviços de atendimento aos consumidores está inadequado, foi implantado o seguinte Programa:

- Reforma das instalações da Av. Magalhães Barata, com área de 11.500 m½, incluindo a implantação do Museu de Eletricidade do Estado do Pará e nova Loja de atendimento a consumidor;
- Transformação da antiga Escolinha da CELPA, em Convênio com a Secretaria de Estado de Educação, oferecendo mais 3.660 vagas de 1º e 2º Graus na nova Escola Estadual Ulysses Guimarães, com disponibilidade de 50% das vagas a dependentes de empregados da CELPA.

Centrais Elétricas do Pará S.A.

GOVERNO DO PARÁ TRABALHO

III - Principais resultados

	1992	1991	%
MERCADO (MWh)	2.190.077	2.182.493	3,5
Nº CONSUMIDORES	652.566	623.127	4,8
FATURAMENTO (US$/Milhões)	150,4	144,7	3,9
TARIFA MÉDIA US$/MWh	61,21	59,17	3,5

As ações adotadas possibilitaram que - apesar das dificuldades tarifárias, notadamente insuficientes para atender os dispêndios da CELPA - houvesse em 1992 um comprometimento global dos itens do Custo Operacional em relação a Receita faturada inferior ao verificado em 1991, apesar do surgimento de fatores exógenos, como a mudança na tarifação do Suprimento de Energia, que elevou em aproximadamente 20% o custo da Energia Comprada, relativa a 1992.

PARTICIPAÇÕES NA RECEITA %

	1992	1991
PESSOAL	41,4	48,5
MATERIAL	3,6	3,2
SERVIÇOS DE TERCEIROS	9,2	10,4
COMBUSTÍVEL/CCC	3,7	8,3
ENERGIA	41,9	32,1
OUTRAS DESPESAS	10,9	11,9
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	18,9	22,4
TOTAL	129,6	136,8

* FONTE: DEMONSTRAÇÃO RESULTADO 1992

Conforme pode-se observar, as medidas implementadas pela administração conseguiram reduzir em 7,2% a necessidade de recursos de Tarifa na direção da cobertura dos custos, ressalvando que no item Pessoal se inclui apenas o Pessoal vinculado com a Operação e Administração, não estando incluído o Pessoal vinculado às atividades de investimento.

IV - Conta de Resultados a Compensar

A remuneração real da CELPA no exercício de 1992 foi da ordem de - 6,25%, considerando que, com base na legislação vigente em 1992 - Lei 5655/71 e Decreto Lei 2432/88 - a remuneração legal mínima e de 10% a diferença entre a Remuneração Legal e a Remuneração Real e apurada e lançada no Extra Patrimonial, se constituindo em crédito que a CELPA tem junto a União. A posição em 31/12/92 apurada é a seguinte:

	Cr$ mil	US$ milhões
CRC 31.12.92 US$ = Cr$ 12.387,50	3.999.176.266	322.9

Cabe ressaltar que este valor é superior, portanto suficiente à cobertura total das dívidas da CELPA, acumuladas com o Governo Federal e suas entidades até 31/12/92.

V - Cenários para 1993

As elevadas perdas financeiras e consequente desordenamento das relações comerciais intra setoriais, motivadas pelo baixo nível tarifário verificado em 1992, gerando entre outros problemas um colapso no final do exercício no pagamento das contas, inclusive com descumprimento de todas as concessionárias estaduais do disposto no Decreto 409/91, motivou as autoridades do Setor Elétrico Federal através da ELETROBRÁS, a partir de outubro, a buscar alternativas de um novo modelo econômico para o Setor Elétrico que possibilitasse o retorno a normalidade das relações intra setoriais, bem como desse ao Setor Elétrico o mínimo de condições de se autogerenciar.

Tal modelo foi apresentado às concessionárias estaduais em novembro, tendo a partir daí sofrido diversos ajustes culminando com seu envio ao Congresso Nacional em janeiro de 1993, que, após negociações com o Poder Legislativo, foi aprovado na Câmara Federal e no Senado Federal no mês de fevereiro e sancionado pelo Presidente da República em 04/03/1993, Lei nº 8631. Do novo modelo destacam-se:

- Desequalização Tarifária (cada concessionária proporá sua tarifa).
- Eliminação a partir de 1993 da conta de Resultados a compensar e Remuneração Mínima Legal.
- Quitação com saldo da CRC, até 31.12.92, de débitos existentes de Suprimento de Energia Petróleo, Serviço da Dívida com Entidades Federais inclusive ELETROBRÁS.
- Criação de um FUNDO SETORIAL, Reserva Global de Reversão para financiar o Setor Elétrico.
- Criação do Conselho Estadual de Consumidores.

Conclui-se, portanto, que apesar dos riscos de uma Política Econômica anti- inflacionária que possa vir a ser editada e da morosidade com que a Lei está sendo operacionalizada, o Setor Elétrico já dispõe de instrumentos legais que lhe permitirão, se bem administrado, tanto pelo Setor Federal como pelo Setor Estadual, encontrar a médio prazo alternativas que possibilitem o cumprimento das reais missões de uma concessionária de Serviços Públicos.

VI - Agradecimentos

A administração apresenta seus agradecimentos às Autoridades Federais, Estaduais e Municipais e em especial ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Jader Fontenelle Barbalho, pelo apoio às ações da administração, bem como pelas orientações emanadas que possibilitaram o cumprimento de forma pacífica das missões da CELPA. Destacamos também o apoio recebido do MME/DNAEE/ELETROBRÁS/ELETRONORTE, a confiança e colaboração dos Senhores Acionistas, bem como a participação atuante dos membros do Conselho Fiscal.

Especial agradecimento aos nossos empregados, cujo esforço e dedicação contribuíram significativamente para o cumprimento da missão da CELPA de fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

A T I V O	1992	1991
CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES	171.308.219	1.670.746
CRÉDITOS, VALORES E BENS REALIZÁVEIS		
Consumidores	300.001.001	21.299.162
Devedores diversos	24.378.871	2.190.207
Previsão p/ créditos de liq. duvidosa	(5.023.117)	(404.420)
Almoxarifado	15.493.301	649.374
Serviço em Curso-Reparo de material	20.054.106	597.578
Outros	48.751.458	753.667
	403.655.620	25.085.568
Despesas pagas antecipadamente	3.416.346	119.254
	578.380.185	26.875.568
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Créditos, valores e bens realizáveis		
Cauções e depósitos vinculados	3.806.921	213.331
PERMANENTE		
INVESTIMENTOS		
Participações societárias permanentes	95.672.780	7.782.310
Estudos e proj. em função do serv. concedido	38.703.880	3.148.289
Outros	5.440.485	429.165
	139.817.145	11.359.764
IMOBILIZADO		
Em serviço		
Intangíveis	55.734.535	4.518.592
Terrenos	13.610.524	972.226
Reservatórios, Barragens e Adutoras	396.644.052	32.264.214
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	761.738.599	62.332.078
Máquinas e Equipamentos	6.375.114.467	512.818.907
Veículos	48.197.937	4.508.241
Móveis e Utensílios	32.808.471	2.698.014
Depreciação e Amortização Acumuladas	(1.987.173.835)	(143.681.408)
	5.696.674.750	476.430.864
Em curso	318.852.718	18.020.389
	6.015.527.468	494.451.253
DIFERIDO		
Desp. de Remuner. das imobil. em curso	613.066.384	48.421.611
Encargos Financ. e Efeitos Inflacionários	884.034.189	78.532.448
Outros	6.480.871	527.173
Amortização Acumulada	(390.861.324)	(27.281.231)
	1.112.720.120	100.200.001
	7.268.064.733	606.011.018
TOTAL DO ATIVO	7.850.251.839	633.099.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

P A S S I V O	1992	1991
CIRCULANTE		
Fornecedores	1.064.376.950	47.992.091
Tributos e Contribuições Sociais	186.744.347	13.756.421
Empréstimos e Financiamentos	768.764.650	56.777.655
Encargos de Dívidas	235.652.364	15.897.881
Obrigações Estimadas	143.738.692	8.948.357
Encargos do Cons. a Recolher	8.874.922	205.627
Outros	46.992.709	5.214.374
	2.455.144.634	148.792.406
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e Financiamentos	577.417.655	66.970.559
Obrigações Especiais	592.722.600	47.875.530
Obrigações Estimadas	110.147.488	8.959.726
Outros	23.502.017	1.797.238
	1.303.789.760	125.603.053
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Realizado Atualizado	2.865.138.403	226.164.548
Reservas de Capital	1.155.110.716	123.306.861
Prejuízos Acumulados	0	(3.352.032)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	71.068.326	12.585.081
	4.091.317.445	358.704.458
TOTAL DO PASSIVO	7.850.251.839	633.099.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Centrais Elétricas do Pará S.A.

GOVERNO DO PARÁ TRABALHO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE CRUZEIROS)

	1992	1991
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de Energia Elétrica	801.052.887	66.099.800
ICMS faturado	(122.827.958)	(10.387.208)
Suprimento de Energia Elétrica	116.209	—
Outras Receitas	25.108.076	2.862.299
	703.449.214	58.574.891
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Quota para Conta Consumo Combustível	24.949.759	0
Receita Operacional Líquida	678.499.455	58.574.891
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	291.178.764	28.412.552
Material	25.451.010	1.926.579
Serviços de Terceiros	65.624.099	6.091.431
Combustível p/ prod. de ener. elétrica	711.086	4.876.932
Energia Elétrica comprada p/ revenda	294.891.868	18.810.463
Depreciação e Amortização	133.276.051	13.162.447
Outras Despesas	76.721.977	6.940.547
	887.854.855	80.220.951
	(209.355.400)	(21.646.060)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Renda de Aplicações Financeiras	244.718.004	1.560.953
Encargos de Dívidas	(49.647.523)	(2.890.601)
Variação Monetária - Supridores	(714.862.239)	(25.139.702)
Outras Despesas Financeiras	(304.320.556)	(8.595.509)
	(824.112.314)	(35.064.859)
RESULTADO OPERACIONAL	(1.033.467.714)	(56.710.919)
Receita não operacional	3.867.368	471.850
Despesa não operacional	17.811.217	831.791
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(13.943.849)	(359.941)
ATUALIZAÇÕES MONETÁRIAS		
Correção Monetária do Balanço	2.452.673.222	123.936.864
Variação Monet. Vincul. ao A. Perman.	(1.852.373.097)	(118.002.504)
	600.300.125	5.934.360
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(447.111.438)	(51.136.500)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES	(0,015)	(0,018)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE CRUZEIROS)

	1992	1991
Alienação de direitos e bens do Ativo Perm.	88.127.979	6.904.464
Recursos dest. p/ aumento de capital	24.103.720	2.382.386
Remuneração das imob. em curso Cap. próprio	723.175	534.441
Aumento do passivo exigível a longo prazo	2.020.745	6.349.216
TOTAL DAS ORIGENS	114.975.619	16.170.507
APLICAÇÕES DOS REC. NAS OPERAÇÕES		
Prejuízo do exercício	447.111.438	51.136.500
Ajuste de exercícios anteriores	(4.377.995)	(382.479)
Depreciações e amortizações	(133.276.051)	(13.162.447)
Variação monetária e cambial de longo Prazo	(1.288.740.496)	(110.452.184)
Resultado da Correção Monetária de balanço	2.452.673.222	123.936.864
	1.473.390.118	51.076.254
Aquisições de direitos e bens do imobilizado	234.348.115	12.141.382
Aumento de aplicações:		
No ativo real a longo prazo	3.593.590	141.218
Em investimentos	270.554	79.946
No diferido	8.016.667	1.301.987
Redução do passivo a longo prazo	112.574.534	12.367.872
Encargos Financ. - Portaria DNAEE nº 250/85	37.629.652	48.309.519
	396.433.112	74.341.924
TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.869.823.230	125.418.178
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO	(1.754.847.611)	(109.247.671)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAP. CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo Circulante		
No início do exercício	26.875.568	5.209.631
No fim do exercício	578.380.185	25.875.568
Aumento no Ativo Circulante	551.504.617	20.665.937
Passivo Circulante		
No início do exercício	148.792.406	18.878.798
No fim do exercício	2.455.144.634	148.792.406
Aumento no Passivo Circulante	2.306.352.228	129.913.608
Capital Circulante Líquido	(1.754.847.611)	(109.247.671)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991 (EM MILHARES DE CRUZEIROS)

CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO

	CAPITAL SOCIAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	CAPITAL CORRIGIDO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUM.	SUB-TOTAL	REC. DESTIN. A AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
Saldo ajustado em 31 de dezembro de 1990	2.066.262	34.569.825	36.636.087	27.825.501	298.246	5.951.698	70.711.532	3.392.731	74.104.263
Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	0	0	382.479	382.479	0	382.479
Aumento de Capital:			0				0	0	0
• AGO/AGE 30.04.91 - Com reservas	16.208.548	(16.208.548)	0	0	0		0	0	0
• AGE 28.12.91 - Com reservas	9.547.396	0	9.547.396	(515.471)	0	0	9.031.925	(9.031.925)	0
Remuneração das Imobilizações em Curso			0						
• Capital próprio	0	0	0	534.441	0	0	534.441	0	534.441
Recursos Destinados a Aumento de Capital;			0				0		0
• Adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	2.382.386	2.382.386
Correção Monetária	0	179.981.065	179.981.065	105.079.819	1.422.115	30.202.807	316.685.806	15.841.889	332.527.695
Transferência de Reservas	0	0	0	(90.306)	0	0	(90.306)	0	(90.306)
Resultado do Exercício	0	0	0	0	0	(51.136.500)	(51.136.500)	0	(51.136.500)
Absorção de Prejuízos com Reservas	0	0	0	(9.527.123)	(1.720.361)	11.247.484	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 1991	27.822.206	198.342.342	226.164.548	123.306.861	0	(3.352.032)	346.119.377	12.585.081	358.704.458
Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	0	0	4.932.928	4.392.928	(14.933)	4.377.995
Aumento de Capital:									
• AGO/AGE 30.04.92 - Com reservas	198.342.342	(198.342.342)	0	0	0	0	0	0	0
• AGE 30.12.92 - Adiantamentos	68.611.834	0	68.611.834	0	0	0	68.611.834	(68.611.834)	0
Remuneração das Imobilizações em Curso									
• Capital próprio	0	0	0	723.175	0	0	723.175	0	723.175
Recursos Destinados a Aumento de Capital:									
• Adiantamentos	0	0	0	23.516.294	0	0	23.516.294	587.426	24.103.720
Correção Monetária	0	2.570.362.021	2.570.362.021	1.441.879.432	0	11.755.496	4.023.996.949	126.522.586	4.150.519.535
Resultado do Exercício	0	0	0	0	0	(447.111.438)	(447.111.438)	0	(447.111.438)
Absorção de Prejuízos com Reservas	0	0	0	(434.315.046)	0	434.315.046	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 1992	294.776.382	2.570.362.021	2.865.138.403	1.155.110.716	0	0	4.020.249.119	71.068.326	4.091.317.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Biblioteca Pública "Arthur Vianna"

Centrais Elétricas do Pará S.A.

GOVERNO DO PARÁ TRABALHO

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL:

A CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA é uma sociedade de economia mista, constituída pela Lei Estadual nº 2.023 de 31 de agosto de 1960 e autorizado o seu funcionamento pelo Decreto Federal nº 52.852 de 18 de novembro de 1963.

Constitui objeto da sociedade, o planejamento e a execução da política de eletrificação do Estado do Pará e, especialmente, a realização de estudo, planejamento e projeto, visando a instalação de serviços elétricos nos Municípios do Estado.

A CELPA, embora seja eminentemente uma empresa distribuidora de energia elétrica, gera 12,60% do seu mercado de energia, através de geração hídrica (5,4%) e térmica (7,2%). O restante do mercado é atendido através de energia comprada da ELETRONORTE.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acôrdo com a Lei das Sociedades por Ações e consoante as práticas contábeis descritas abaixo:

a) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

- Os ativos indexados estão registrados ao custo, acrescidos das receitas auferidas até a data do balanço.
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos vencidos.
- Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio inferior ao custo de mercado ou de reposição.

b) Permanente

- A correção monetária foi efetuada com base na unidade fiscal de referência conforme prevê a lei nº 8.383 de 30.12.91.
- As participações societárias permanentes estão registradas ao custo corrigido.
- O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente. A depreciação é calculada pelo método linear, debitada parte ao resultado do exercício e parte, ao custo das ordens em curso, em função da utilização dos bens, e segundo taxas estabelecidas pelo DNAEE.
- A despesa de remuneração das imobilizações em curso configurada no ativo diferido é amortizada a taxa de 4% a.a. a partir do mês em que a obra correspondente é concluída e/ou posta em serviço. A remuneração das imobilizações em curso é calculada, nos termos da legislação vigente, a taxa de 10% a.a. sôbre os recursos próprios e de terceiros. A parcela correspondente ao Capital próprio é creditado a uma reserva de capital.
- Os encargos financeiros e efeitos inflacionários dos empréstimos e financiamentos, a receita de remuneração - capital de terceiros e a correção monetária das imobilizações em curso, nos termos da Port. DNAEE 250/85, estão sendo registrados ao ativo diferido e amortizados no prazo de 10 anos a partir do mês em que a obra correspondente é concluída e/ou posta em serviço. Todos os cálculos referentes à referida portaria, foram efetuados até 30 de junho de 1992, que passou a ser amortizada a taxa de 10%.

c) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

- São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias ocorridas.

d) Patrimônio Líquido

- Corrigido monetariamente pelos mesmos índices de correção do Ativo Permanente.

e) Resultado do Exercício

- O Resultado do Exercício é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui os efeitos inflacionários sobre a moeda, com exceção daqueles vinculados as imobilizações em curso, os quais foram transferidos para o Ativo Diferido, até 30 de junho de 1992.

NOTA 3 - ATIVO IMOBILIZADO:

EM SERVIÇO	Cr$ MIL 1992	Cr$ MIL 1991	TAXAS ANUAIS DE DEPRECIAÇÃO
Geração Hidráulica	984.547.742	80.129.563	3%
Geração Térmica	417.329.477	36.876.297	5%
Redes de Distribuição	3.033.878.056	237.244.530	4%
Sistemas de Transmissão	2.337.074.848	189.010.137	3%
Outros	911.018.462	76.851.745	
	7.683.848.585	620.112.272	
Depreciação e Amortização Acumulada	(1.987.173.835)	(143.681.408)	
	5.696.674.750	476.430.864	
EM CURSO			
Usinas Hidráulicas	1.052.110	73.995	
Usinas Térmicas	18.856.205	1.426.209	
Redes de Distribuição	55.481.323	3.991.660	
Sistemas de Transmissão	58.473.466	5.325.645	
Outros	184.989.614	7.202.880	
	318.852.718	18.020.389	
	6.015.527.468	494.451.253	

Nas imobilizações em curso incluem-se os seguintes principais projetos, cujos saldos agregam os respectivos custos diretos e indiretos:

	Cr$ MIL 1992	CR$ MIL 1991
SE Mãe do Rio - Ampliação	2.110.073	0
SE Marabá - Mont. Eletrom.	9.936.577	0
SE RDR Parauapebas - Cedere II parte C	4.165.885	0
SE Jurunas Obras Civis	2.191.202	0
UDE Santana do Araguaia	1.895.157	0
SE Marabá	2.766.015	0
SE Rondom	0	808.271
LT Tucuruí/Cametá	3.725.213	0
SE Paragominas	0	303.020
SE Benevides	2.333.647	0
LT Marabá/Distrito Industrial	2.627.840	213.756
SE D. Elizeu/Marabá	6.614.434	522.330
SE Bragança	0	121.711
SE Mocajuba	2.355.044	339.834
UDE Altamira	0	137.096
UDE Itaituba/Desativação	0	199.971
UDE Uruará	0	362.247
SE Benevides/Ampliação	0	120.491
SE Concórdia	0	148.424
SE Utinga	0	153.819
SE Altamira	0	144.986
RDU Ananindeua/Marituba/Ampliação	12.396.900	1.035.329
RDU Tucuruí/Breu Branco/Ampliação	1.951.927	158.776
SE D. Elizeu/Obras Civis	4.847.167	394.289

NOTA 4 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS:

Conforme mencionados na Nota 2, os encargos financeiros e efeitos inflacionários vinculados às imobilizações em curso, nos termos da Portaria DNAEE nº 250/85, estão registrados no ativo diferido, até 30 de junho de 1992.

O reflexo líquido no resultado do exercício de 1992, foi de Cr$ 805.501.741 MIL conforme descrição abaixo. Sendo que os procedimentos do referido dispositivo legal foram adotados até 30 de junho de 1992.

	Cr$ MIL 1992	Cr$ MIL 1991
Saldo no início do exercício	78.532.448	7.363.841
(+) Encargos Financeiros	9.256.125	1.366.163
(-) Remuneração das Imobilizações em curso	(4.519.923)	(672.190)
(+) Variação Monetária	243.385.384	31.177.290
(-) Correção Monetária das Imobilizações em curso	(255.855.112)	(31.013.333)
(+) Correção Monetária do Patrimônio Líquido	158.201.123	20.551.966
	150.467.597	21.415.796
Contrapartida da Correção Monetária dos Efeitos diferidos	655.034.144	49.752.811
	805.501.741	71.168.607
Saldo ao final do exercício	884.034.189	78.532.448

NOTA 5 - FORNECEDORES:

Por entender que não é devido, por não constar no instrumento contratual entre Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA e Petróleo Brasileiro S. A. - PETROBRÁS cláusula de Correção Monetária, a Companhia não provisionou a importância de Cr$ 985,9 BILHÕES, relativo à Correção Monetária por atraso no pagamento de faturas do referido fornecedor calculada pela Taxa Referencial - TR, conforme memorando nº 104/92/SE do Ex. Ministério da Infra-Estrutura, inclusive prevê que não devem ser cobrado juros, multa ou qualquer outro acréscimo até a data de consolidação.

NOTA 6 - CONTINGÊNCIAS:

a) O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará moveu um processo na 4ª Junta de Conciliação e Julgamento contra a Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, para recuperação do resíduo inflacionário ocasionado pelo plano econômico do Governo Federal denominado "Plano Bresser", referente ao aumento salarial de 26,6% (vinte e seis e seis décimos por cento) que deixou de ser pago no salário do mês de junho de 1987. O Processo encontra-se em fase de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), relativo ao agravo de instrumento interposto pela CELPA, por tal motivo não foi provisionado o valor correspondente, que, em 31.12.92 incluindo os encargos era de Cr$ 1,5 trilhão .

NOTA 7 - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS:

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

a) Composição:

	31 DE DEZEMBRO DE 1992			31 DE DEZEMBRO DE 1991		
	ENCARGOS	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	ENCARGOS	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
MOEDA ESTRANGEIRA						
Eletrobrás	27.708.540	67.706.999	94.895.751	988.180	3.401.275	10.212.697
Inst. Finan.	123.898.035	511.443.175	289.712.430	10.004.281	33.816.822	36.985.313
Resolução 63						
Outros	66.646	455.765	5.332.432	7.507	48.431	508.516
	151.673.221	579.605.939	389.940.613	10.999.968	37.266.528	47.706.526
MOEDA NACIONAL						
Eletrobrás	40.401.108	71.210.571	147.941.465	1.491.473	3.584.256	13.956.143
Inst. Financ.	76.359	4.670.733	18.195.464	7.716	509.713	1.793.712
SADE	205.092	6.117.697	0	1.356.661	4.292.719	
CGEE	22.996.579	48.216.969	0	1.209.769	3.833.052	
SBE	15.568.518	32.642.544	0	820.497	2.594.949	
Outros	4.731.487	26.300.197	21.340.113	11.797	4.686.438	3.514.178
	83.979.143	189.158.711	187.477.042	4.897.913	19.501.127	19.264.033
TOTAL	235.652.364	768.764.650	577.417.655	15.897.881	56.767.655	66.970.559

b) O total devido em moeda estrangeira inclusive encargos, desdobra-se da seguinte forma:

MOEDA	$ 1,00	Cr$ MIL	%	$ 1,00	Cr$ MIL	%
US$	60.339.892	745.964.439	65	56.587.811	60.481.055	63
ECU	14.945.007	224.564.278	20	14.096.036	20.161.137	21
DM	22.524.597	173.414.169	15	21.769.943	15.330.830	16
		1.143.942.886	100		95.973.022	100

c) O Principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

1994	141.239.595
1995	77.842.600
1996	75.430.285
1997	48.464.630
Após 1997	234.440.545

d) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos a taxas fixas, como segue:

Em moeda estrangeira: Juros	3,00	a	11,6% a.a.
Comissão	0,25	a	5,5% a.a.
Comissão garantia (+ libor e prime)	0,25	a	1,5% a.a.
Em moeda Nacional: Juros	6,00	a	10,00% a.a.
Comissão	0,5	a	1,0% a.a.
Taxa de Fiscalização	0,5	a	1,0% a.a.

NOTA 8 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS:

	CR$ MIL 31.12.92	CR$ MIL 31.12.91
Contribuições do Consumidor	518.356.702	42.093.767
Participação da União	68.624.389	5.457.947
Outros	5.741.509	323.816
	592.722.600	47.875.530

As contribuições do consumidor referem-se aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras efetivas e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidade para fins de determinação de indicadores econômicos financeiros.

NOTA 9 - CAPITAL SOCIAL E RESERVAS:

O capital social está assim distribuído:

	QUANTIDADE DE AÇÕES 31.12.92	31.12.91
Ações Ordinárias	25.099.400.690.424.072	2.243.620.625.084.072
Ações Preferenciais		
Classe "A"	2.166.816.482.733.291	266.556.431.990.291
Classe "B"	1.085.373.823.418.244	133.520.017.955.244
Classe "C"	2.035.609	2.035.609
Classe "D"	1.126.047.197.890.350	138.523.556.435.350
	4.378.237.506.077.494	538.600.008.416.494
TOTAL	29.477.638.196.501.566	2.782.220.633.500.566

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas farão jus a um dividendo mínimo de 6% a.a. as da Classe "A" e "C", de 10% ao ano as da Classe "B" é de 3% ao ano as da Classe "D", calculados "pro-rata-tempore".

As ações preferenciais Classe "C" são provenientes de incentivos fiscais (Lei 5.174/66), permanecendo intransferíveis e irresgatáveis pelo prazo de 05 (cinco) anos a partir da subscrição, conforme Resolução nº 1121/71 CONDEL/SUDAM - item 2.1.

Composição das reservas de Capital e de lucros:

	CR$ MIL 31.12.92	CR$ MIL 31.12.91
Reservas de Capital		
Correção Monetária do Capital integralizado	2.570.362.021	198.342.342
Doações e subvenções para investimentos		
Remuneração de bens e direitos constituído com capital próprio	4.498.607	
Correção Especial - Lei 8.200/91	1.081.572.905	123.306.861
Outros	69.039.204	
	3.725.472.737	321.649.203

NOTA 10 - RESULTADO A COMPENSAR E REMUNERAÇÃO DO INVESTIMENTO:

- No exercício de 1988, foi criada a Receita Nacional de Compensação de Remuneração - RENCOR de acôrdo com o Decreto-Lei nº 2.432 de 17 de maio de 1988.
- As parcelas de insuficiência de remuneração acumulada relativas aos exercícios de 1987, 1988 e 1989 não compensadas, estão registradas no sistema extrapatrimonial, corrigidas monetariamente e remunerada pela tarifa.
- A insuficiência de remuneração apurada no exercício de 1992, no valor de CR$ 1.150.753.418,MIL está registrada no sistema extrapatrimonial em cumprimento ao Dec. nº 41.019/57. De acôrdo com os cálculos da Sociedade sujeitos a revisão e aprovação pelo DNAEE, a taxa de remuneração do investimento foi de cerca de - 6,25% (em 1991 -11,41%).

NOTA 11 - PLANO DE APOSENTADORIA:

A companhia é mantenedora da Fundação Grão Pará de Previdência e Assistência Social - FUNGRAPA, que tem por objetivo principal complementar os benefícios a que tem direito auferir, como segurado da Previdência Social, os empregados e respectivos dependentes.

A Fundação adota o regime financeiro de capitalização para cálculo das reservas técnicas: De conformidade com esse regime, as contribuições correntes destinam-se a cobertura, ao valor presente, dos benefícios a serem pagos aos participantes.

De acordo com a legislação vigente e os termos do plano, a companhia é responsável pela cobertura de qualquer insuficiência das reservas destinadas ao pagamento do benefício.

NOTA 12 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS:

A remuneração dos Diretores e Membros do Conselho Fiscal/ e de Administração, incluída na demonstração do Resultado como Despesa Operacional - Pessoal, corresponde a Cr$ 1.752.439 mil (1991 - Cr$ 158.619 MIL).

Os valores da maior e menor remuneração dos empregados correspondem em 31 de dezembro de 1992 a Cr$ 45.837 mil e Cr$ 3.502 mil respectivamente, estando incluídos salários, gratificações, comissões e adicionais.

NOTA 13 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA:

	31.12.92 N. DE CONSUMIDORES	MWH	M CR$	31.12.91 N. DE CONSUMIDORES	MWH	M CR$
Residencial	579.763	876.238	326.382.750	551.517	907.110	28.288.113
Industrial	1.693	401.472	133.869.595	1.649	385.270	10.508.879
Comercial	62.845	486.295	207.431.511	62.242	483.928	17.283.284
Rural	2.565	22.623	7.132.874	2.292	18.080	445.572
Poder Público	4.990	139.369	57.145.202	4.751	128.112	4.247.844
Ilum. Público	272	139.816	31.527.514	264	131.721	2.407.989
Serv. Público	255	113.879	33.547.972	239	117.998	2.575.636
Cons. Próprio	183	10.385	4.015.469	173	10.274	342.483
	652.566	2.190.077	801.052.887	623.127	2.182.493	66.099.800

NOTA 14 - SISTEMA EXTRAPATRIMONIAL:

A empresa mantém em seus registros os seguintes principais valores:

	CR$ MIL 31.12.92	Cr$ MIL 31.12.91
I - Direitos e bens próprios		
Custo do serviço/Déficit	2.848.422.849	187.528.664
Imobilizações com remuneração em suspenso	147.954	113.713
Imobilizações em processos de cadastramento	5.977.298.136	463.338.587
Outros		1.134.033
	8.825.868.939	652.114.997
II - Direitos e Bens de Terceiros		
Encargos do Consumidor a receber	11.798.077	1.720.660
Diversos	17.648.127	1.563.857
	29.446.204	3.284.517

NOTA 15 - EVENTOS SUBSEQUENTES

I - Na data de 12 de março de 1993 o Presidente da República emitiu a Medida Provisória nº 314 revogando a Lei nº 8.200 de 28 de junho de 1991, a qual dispunha sobre a Correção Monetária das Demonstrações Contábeis para efeitos fiscais e societários. A administração e consultores jurídicos da companhia estão analisando os aspectos legais, fiscais e societários dessa Medida, com o objetivo de avaliar eventuais efeitos em futuras Demonstrações Contábeis.

II - Em 04 de março de 1993 foi sancionado pelo Presidente da República a Lei nº 8631, que dispõe sobre a desequalização tarifária de serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e determina o encontro de contas de débitos vencidos entre o Tesouro Nacional e as empresas do setor elétrico.

As principais medidas estão resumidas a seguir:

a) Os níveis das tarifas a serem praticadas no suprimento de energia elétrica (geração) e no fornecimento de energia elétrica a serem cobrados dos consumidores finais (distribuição) serão propostos pelo concessionário ao Poder Concedente, levando-se em consideração os custos específicos da área de concessão de cada empresa. Anteriormente, a tarifa era fixada pelo Poder concedente considerando os custos a nível nacional.

b) Os concessionários supridores e supridos deverão celebrar contrato de suprimento de energia elétrica, identificando as quantidades, os preços e as regras de intercâmbio de energia constituindo-se obrigatoriamente como garantia as receitas próprias, com respectivas autorizações de débitos automáticos com contas bancárias, uma vez caracterizado inadimplemento.

c) O regime de remuneração garantida e, em consequência, a Conta de Resultado a Compensar - CRC e a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração - RENCOR, ficarão extintos na data de publicação do decreto regulamentador. A extinção da CRC e da RENCOR não exime os concessionários inadimplentes de quitar os respectivos débitos.

d) Os concessionários, quando firmado contrato de suprimento, poderão transferir seus saldos credores da Conta de Resultados a Compensar - CRC mediante encontro de contas de débitos vencidos até 31 de dezembro de 1992, obedecida a seguinte ordem, entre outras:

- relativos ao suprimento de energia elétrica gerada por outros concessionários supridores;
- relativo ao suprimento de combustíveis fósseis;
- relativo aos contratos de financiamentos com a ELETROBRÁS
- relativos a impostos federais;
- outros débitos a critério do Ministério da Fazenda.

Centrais Elétricas do Pará S.A.

GOVERNO DO PARÁ TRABALHO

BOUCINHAS & CAMPOS S/C
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

1. Examinamos os Balanços Patrimoniais da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA levantados em 31 de dezembro de 1992 e 1991 e as respectivas Demonstrações do Resultado das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) O planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

3. Pelas razões descritas na nota 5, a companhia não provisionou encargos por atraso de pagamento a fornecedor. De acordo com cálculos do próprio fornecedor o montante dos encargos não provisionados equivale a Cr$ 985.9 Bilhões (Cr$ 26.9 Bilhões em 31.12.91).

4. Em nossa opinião, exceto quanto ao fato mencionado no parágrafo anterior, as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA em 31 de dezembro de 1992, e 1991, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária.

5. Conforme mencionado na nota 6, a companhia possui uma contigência relacionada com a recuperação do resíduo inflacionário do "Plano Bresser", pleiteada pelos funcionários, através do seu sindicato. Seu valor aproximado é de Cr$ 1.5trilhão (Cr$ 179 bilhões em 31.12.91).

Belém, 19 de março de 1993

BOUCINHAS & CAMPOS S/C
CRC-SP-5.528.S/PA

VICENTE LUIZ REIS LAURIA
Contador - CRC-AM-2072-S-PA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da CENTRAIS ELETRICAS DO PARÁ S/A - CELPA, tendo procedido o exame das demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992 e em confronto com a escrituração e documentos apresentados pela Administração, bem como a análise dos atos e fatos administrativos relativos ao mencionado exercício social e, ainda, louvando-se no "Parecer dos Auditores Independentes", declaram perfeitamente regulares aqueles documentos que expressam a situação da Empresa, pelo que recomendam sua aprovação na Assembléia Geral dos Senhores Acionistas.

Belém, 25 de março de 1993

Mauro Carvalho Veloso — Antônio Carlos de Carvalho Mesquita
Kátia Esteves da Rocha — Pedro Augusto de Moura Palha — Julieta Maria Amorim Danin

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Econ. Maurício Benedito Barreira Vasconcelos
Presidente

Gen. Rubens Luzio Vaz — Econ. Roberto da Costa Ferreira — Eng. Ambire José Gluck Paul — Eng. João de Oliveira Sobrinho
Eng. Geraldo Chicre Bitar Pinheiro — Cont. Paulo Roberto Ribeiro Pinto — Adv. Paulo Antônio Machado Garcia

DIRETORIA EXECUTIVA

Eng. Geraldo Chicre Bitar Pinheiro
Diretor Presidente

Econ. José Roberto Marques Rodrigues
Diretor Financeiro

Eng. Vilmos da Silva Grunvald
Diretor de Engenharia

Eng. João Bosco Amazonas Pedroso
Diretor de Operação

Eng. Cézar Bentes Gomes da Silva
Diretor Administrativo

José Caubi Gluck Paul
Contador - CRC 3453 CIC - 026.040.002-53

Engª Meriam Abraham Ohana
Diretora Comercial

GABINETE DO GOVERNADOR

RETIFICAR OS RESUMOS DE CONTRATOS DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS DO GABINETE DO GOVERNADOR, REFERENTES AOS DIÁRIOS OFICIAIS 27.440 DE 02/04/93 E 27.447 DE 08/04/93, RESPECTIVAMENTES:

D.O.E. Nº 27.440 – 02/04/93

ONDE LÊ-SE:

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : JANIZE PEREIRA DAS CHAGAS
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : AGENTE ADMINISTRATIVO
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO : 01/04 a 01/10/93
DOTAÇÃO ORÇAM. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : 1.804.215,00

LEIA-SE:

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : JANIZE PEREIRA DAS CHAGAS
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : DATILÓGRAFO
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO : 01/04 a 01/10/93
DOTAÇÃO ORÇAM. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : 1.709.400,00

(Fat. nº 10.016849, Reg. nº 10.016849, Dia: 23/04/93)

D.O.E. 27.447 – 08/04/93

ONDE LÊ-SE:

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : MARIA IVETE DA SILVA MONTEIRO
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : AGENTE ADMINISTRATIVO
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO : 01/04 a 01/10/93
DOTAÇÃO ORÇAM. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : Cr$ 1.804.215,00

LEIA-SE

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : MARIA IVETE DA SILVA MONTEIRO
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : DATILÓGRAFO
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO : 01/04 a 01/10/93
DOTAÇÃO ORÇAM.: 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : Cr$- 1.709.400,00

PRORROGAR OS CONTRATOS DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS DO GABINETE DO GOVERNADOR, CONFORME RELAÇÃO ABAIXO:

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : BENEDITO BORGES DOS SANTOS
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : AGENTE DE ARTES PRÁTICAS
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO : 01/03 a 01/09/93
DOTAÇÃO ORÇAMENT. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : Cr$- 1.709.400,00

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : JOSÉ FRANCISCO VERIDIANO
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : AGENTE DE ARTES PRÁTICAS
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO PRORROGAÇÃO : 01/03 a 01/09/93
DOTAÇÃO ORÇAMENT. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : Cr$- 1.709.400,00

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : ANTONIO CARLOS SOUZA E SILVA
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : AGENTE ADMINISTRATIVO
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO PRORROGAÇÃO : 01/03 a 01/09/93
DOTAÇÃO ORÇAMENT. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : Cr$- 1.804.215,00

RESUMO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO DO GABINETE DO GOVERNADOR

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : AUREA CELESTE DE OLIVEIRA GOMES
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : AUXILIAR TÉCNICO
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO : 01/04 a 01/04/93
DOTAÇÃO ORÇAMENT. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : Cr$- 2.121.200,00

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : FABRICIO ICHIHARA AGUIAR DIAS
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : AUXILIAR TÉCNICO
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO : 01/04 a 01/10/93
DOTAÇÃO ORÇAMENT. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : Cr$- 2.121.200,00

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : VANJA DE NAZARÉ DO NASCIMENTO OLIVEIRA
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : AGENTE ADMINISTRATIVO
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO : 01/04 a 01/10/93
DOTAÇÃO ORÇAMENT. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : Cr$- 1.804.215,00

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : MARIA BONIFÁCIA DA SILVA RAMOS
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : AGENTE DE ARTES PRÁTICAS
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO : 01/04 a 01/10/93
DOTAÇÃO ORÇAMENT. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : Cr$- 1.709.400,00

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : OSVALDO FERREIRA
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : AGENTE DE ARTES PRÁTICAS
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO : 01/04 a 01/10/93
DOTAÇÃO ORÇAMENT. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : Cr$- 1.709.400,00

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : JOÃO LUIZ DA SILVA BATISTA
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : AGENTE DE ARTES PRÁTICAS
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO : 01/04 a 01/10/93
DOTAÇÃO ORÇAMENT. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : Cr$- 1.709.400,00

CONTRATANTE : GABINETE DO GOVERNADOR
CONTRATADO : ANTONIO CARLOS GOMES
LOTAÇÃO : GOVERNADORIA DO ESTADO
CARGO : AGENTE DE ARTES PRÁTICAS
C. HORÁRIA : 40 HORAS
PRAZO : 01/04 a 01/10/93
DOTAÇÃO ORÇAMENT. : 11101.03.07.021.2012.3111.01
SALÁRIO : Cr$- 1.709.400,00

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FDE Nº 0001/93

CONVENENTES: Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral-SEPLAN e a Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA.
OBJETO: "Alterar o Cronograma de Desembolso".
DATA: 22 de abril de 1993.
SIGNATÁRIOS: MARIA EUGENIA MARCOS RIO, Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e ERNANI GUILHERME FERNANDES MOTTA, Secretário de Estado de Saúde Pública.
VISTO: LUCY ARAÚJO DE SOUZA LEÃO, Diretora de Recursos Especiais/DIRES.

CP93/0011281-3

(Fat. nº 10.016825, Reg. nº 10.016825, Dia: 23/04/93)

JUSTIÇA FEDERAL

ATA DE AUDIENCIA DE DISTRIBUICAO AUTOMATICA

NA AUDIENCIA PRESIDIDA PELO MM. JUIZ FEDERAL
Dr. DANIEL PAES RIBEIRO,
OS SEGUINTES FEITOS FORAM:

I - DISTRIBUIDOS
1) ORIGINARIAMENTE:

PROCESSO : 93.0000586-3 PROT: 10/03/93
CLASSE : 02000 - MANDADO DE SEGURANCA
IMPTE : AGENCIAS MUNDIAIS LTDA
ADVOGADO : PA01253 - ACY MARCOS DOS SANTOS
IMPDO : DIRETOR-PRESIDENTE DA CIA DOCAS DO PARA - CDP
VARA : 003

PROCESSO : 93.0000588-0 PROT: 10/03/93
CLASSE : 06004 - CARTA PRECATORIA GRAVOSA
REQTE : ROSINEIDE NEVES BARRETO DE SOUSA
REQDO : BANCO DA AMAZONIA S/A BASA
VARA : 001

PROCESSO : 93.0000589-8 PROT: 11/03/93
CLASSE : 01000 - ACAO ORDINARIA
AUTOR : RAMZA ELIAS HABER
ADVOGADO : EVANDRO DE OLIVEIRA COSTA -
REU : CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
VARA : 004

PROCESSO : 93.0000590-1 PROT: 11/03/93
CLASSE : 12000 - ACAO CAUTELAR
REQTE : COMERCIO E CONSERVACAO PRONORTE LTDA
ADVOGADO : MAURO CESAR SANTOS -
REQDO : FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE
VARA : 003

PROCESSO : 93.0000591-0 PROT: 11/03/93
CLASSE : 02000 - MANDADO DE SEGURANCA
IMPTE : TAKENAKA S/A INDUSTRIA E COMERCIO
ADVOGADO : EZIO KAWAMURA - E OUTROS
IMPDO : RESPONSAVEL P/ARRECADACAO DO AFRMM DA UNIDADE REGIONAL DO DEPTO NAC.DOS TRANSP.AQUAVIARIOS BELEM
VARA : 004

PROCESSO : 93.0000592-8 PROT: 11/03/93
CLASSE : 03000 - EXECUCAO FISCAL
EXQTE : SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO - SUNAB
ADVOGADO : HELOISA MARIA C. FAGUNDES -
EXCDO : COMERCIAL PASSARELLI LTDA
VARA : 001

PROCESSO : 93.0000593-6 PROT: 11/03/93
CLASSE : 03000 - EXECUCAO FISCAL
EXQTE : SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO - SUNAB
ADVOGADO : HELOISA MARIA C. FAGUNDES -
EXCDO : BRASILTON BELEM HOTEIS E TURISMO S/A
VARA : 004

PROCESSO : 93.0000594-4 PROT: 11/03/93
CLASSE : 02000 - MANDADO DE SEGURANCA
IMPTE : MARIO ANTONIO MANESCHY
ADVOGADO : PAULO CESAR MARTINS DE ARAUJO BONA -
IMPDO : REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
VARA : 002

2) POR DEPENDENCIA:

PROCESSO : 93.0000587-1 PROT: 10/03/93
CLASSE : 01000 - ACAO ORDINARIA
PRINCIPAL: 93.00002201 CLASSE: 12000
AUTOR : ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADO : RICARDO RABELLO SORIANO DE MELLO -
REU : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
VARA : 001

IV - NAO HOUVE IMPUGNACAO

V - DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS_____: 00008
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA_____: 00001
DISTRIBUIDOS POR URGENCIA EM 11/03/93___: 00000
DISTRIBUIDOS P/ DEPEND. URG. EM 11/03/93: 00000
REDISTRIBUIDOS_____: 00000
ENCAMINHADOS P/ VERIFICACAO DE PREVENCAO: 00000

TOTAL DOS FEITOS_____: 00009

FEITOS DE DIAS ANTERIORES A DISTRIBUICAO: 00003

BELÉM, 11/03/93

(a) Maria da Graça Freitas
SECRETARIO DA AUDIENCIA

(a) Daniel Paes Ribeiro
JUIZ DISTRIBUIDOR

(a)Alberto A.Campos (a)Paulo Meira
REP. OAB REP. P.R.

ATA DE AUDIENCIA DE DISTRIBUICAO AUTOMATICA

NA AUDIENCIA PRESIDIDA PELO MM. JUIZ FEDERAL
Dr. DANIEL PAES RIBEIRO,
OS SEGUINTES FEITOS FORAM:

I - DISTRIBUIDOS
1) ORIGINARIAMENTE:

PROCESSO : 93.0000615-8 PROT: 15/03/93
CLASSE : 03000 - EXECUCAO FISCAL
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
ADVOGADO : EDMAR SILVA PEREIRA - E OUTRO
EXCDO : CLEIDE MELO DA COSTA
VARA : 003

PROCESSO : 93.0000616-9 PROT: 11/03/93
CLASSE : 09012 - CARTA PRECATORIA CRIMINAL (T
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : ALONSO JOSE NORONHA DE ARAUJO
VARA : 004

PROCESSO : 93.0000617-7 PROT: 11/03/93
CLASSE : 01000 - ACAO ORDINARIA
AUTOR : FERNANDO JORGE DE JESUS BRITO
ADVOGADO : EDILEA VALERIO -
REU : INSTITUTO BRASILEIRO DO M. AMBIENTE E REC. NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
VARA : 003

PROCESSO : 93.0000618-5 PROT: 12/03/93
CLASSE : 06004 - CARTA PRECATORIA GRAVOSA
REQTE : PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA
REQDO : FAZENDA NACIONAL
VARA : 004

PROCESSO : 93.0000620-7 PROT: 12/03/93
CLASSE : 09001 - CARTA PRECATORIA CRIMINAL GR
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : AUGUSTO BARREIRA PEREIRA E OUTRO
VARA : 001

PROCESSO : 93.0000621-5 PROT: 12/03/93
CLASSE : 09001 - CARTA PRECATORIA CRIMINAL GR
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : AUGUSTO BARREIRA PEREIRA E OUTRO
VARA : 003

PROCESSO : 93.0000622-3 PROT: 12/03/93
CLASSE : 09001 - CARTA PRECATORIA CRIMINAL GR
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : AUGUSTO BARREIRA PEREIRA E OUTRO
VARA : 004

PROCESSO : 93.0000623-1 PROT: 12/03/93
CLASSE : 09001 - CARTA PRECATORIA CRIMINAL GR
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : AUGUSTO BARREIRA PEREIRA E OUTRO
VARA : 003

PROCESSO : 93.0000624-0 PROT: 12/03/93
CLASSE : 09012 - CARTA PRECATORIA CRIMINAL (T
REQTE : MINISTERIO PUBLICO
REQDO : EDECIO CARVALHO DE LUNA FREIRE E OUTRO
VARA : 002

PROCESSO : 93.0000625-8 PROT: 12/03/93
CLASSE : 01000 - ACAO ORDINARIA
AUTOR : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO PARA
ADVOGADO : JARBAS VASCONCELOS DO CARMO -
REU : UNIAO FEDERAL
VARA : 003

PROCESSO : 93.0000626-6 PROT: 15/03/93
CLASSE : 03000 - EXECUCAO FISCAL
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
ADVOGADO : EDMAR SILVA PEREIRA - E OUTRO
EXCDO : CRISTINA FERREIRA ALVES LOPES
VARA : 002

PROCESSO : 93.0000627-4 PROT: 15/03/93
CLASSE : 03000 - EXECUCAO FISCAL
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
ADVOGADO : EDMAR SILVA PEREIRA - E OUTRO
EXCDO : CYNTHIA MARIA DE MELLO E SILVA CORDA
VARA : 001

PROCESSO : 93.0000628-2 PROT: 15/03/93
CLASSE : 03000 - EXECUCAO FISCAL
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
ADVOGADO : EDMAR SILVA PEREIRA - E OUTRO
EXCDO : DAVID ENRIQUE LAGOS RODRIGUES
VARA : 002

PROCESSO : 93.0000629-9 PROT: 15/03/93
CLASSE : 03000 - EXECUCAO FISCAL
EXQTE : CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
ADVOGADO : EDMAR SILVA PEREIRA - E OUTRO
EXCDO : ADEMAR MONTEIRO
VARA : 001

PROCESSO : 93.0000630-4 PROT: 15/03/93
CLASSE : 02000 - MANDADO DE SEGURANCA
IMPTE : J. S. PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
ADVOGADO : MIRIAM A. DOS SANTOS DRAGNANIN -
IMPDO : DELEGADO DA SUPERINTENDENCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO EM BELEM SUNAB
VARA : 002

2) POR DEPENDENCIA:

PROCESSO : 91.0000876-5 PROT: 16/01/91
CLASSE : 07000 - ACAO CRIMINAL
PRINCIPAL: 91.00000765 CLASSE: 7000
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO
REU : RENILTON DUQUE OLIVEIRA E OUTRO
VARA : 001

PROCESSO : 92.0000450-4 PROT: 21/02/92
CLASSE : 07000 - INQUERITO
PRINCIPAL: 92.00004504 CLASSE: 9000
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO
INDCDO : ROBERTO DE LIMA MENDES
VARA : 001

PROCESSO : 92.0001402-8 PROT: 27/05/92
CLASSE : 07000 - INQUERITO
PRINCIPAL: 92.00001402 CLASSE: 9000
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO
INDCDO : RAIMUNDO SILVESTRE TEIXEIRA DE MELO
VARA : 001

PROCESSO : 92.0003170-6 PROT: 16/11/92
CLASSE : 07000 - INQUERITO
PRINCIPAL: 92.00031706 CLASSE: 9000
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO
INDCDO : INQ. POL. 102/92 - CR/DPF/PA
VARA : 001

PROCESSO : 93.0000619-3 PROT: 12/03/93
CLASSE : 05005 - EMBARGOS A EXECUCAO
PRINCIPAL: 92.00019102 CLASSE: 3000
EMBGTE : EDVA FRANCO MEIRELES
ADVOGADO : GERVASIO MIRANDA MEIRELES -
EMBDO : CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS - CRECI
VARA : 001

IV - NAO HOUVE IMPUGNACAO

V - DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS_____: 00015
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA_____: 00005
DISTRIBUIDOS POR URGENCIA EM 15/03/93___: 00000
DISTRIBUIDOS P/ DEPEND. URG. EM 15/03/93: 00000
REDISTRIBUIDOS_____: 00000
ENCAMINHADOS P/ VERIFICACAO DE PREVENCAO: 00000

TOTAL DOS FEITOS_____: 00020

FEITOS DE DIAS ANTERIORES A DISTRIBUICAO: 00014

BELÉM, 15/03/93

(a) Maria da Graça Freitas
SECRETARIO DA AUDIENCIA

(a) Daniel Paes Ribeiro
JUIZ DISTRIBUIDOR

(a)Alberto A.Campos (a) Paulo Meira
REP. OAB REP. P.R.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8a. REGIÃO

DE: Secretária da 1a Turma

ASSUNTO: PAUTA DE JULGAMENTO

Cumpre-me informar que a pauta de julgamento da 1a Turma do E. Tribunal Regional do Trabalho da 8a Região, da próxima semana, com início a partir das 14 horas, é a seguinte:

DIA 27.04.93 - TERCA-FEIRA

01 PROCESSO TRT RO 4748/92
RECORRENTE (S): R. C. OEIRAS
Dr. Edinardo Souza
RECORRIDO (S): SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONSTRUCÃO CIVIL DO ESTADO DO AMAPÁ
Dr. José Lobato
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juiza Semiramis Ferreira
ORIGEM : JCJ de Macapá
IMPEDIDO (A): Juiz Luiz Albano de Lima

02 PROCESSO TRT RO 4667/92
RECORRENTE (S): BOMPREÇO S/A - SUPERMERCADOS DO NORDESTE
Dr. Francisco Napoleão
RECORRIDO (S): ANTONIO MARIA DOS SANTOS SILVA
Dr. Edilson dos Santos
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juiza Semiramis Ferreira
ORIGEM : 4a JCJ de Belém
IMPEDIDO (A): Juiz Luiz Albano de Lima

03 PROCESSO TRT RO 4596/92
RECORRENTE (S): TICKETS SERVICOS COMÉRCIO E ADMINISTRACÃO LTDA - DIVISÃO GR RESTAURANTES DE COLETIVIDADE
Dr. Waldemar Vianna
RECORRIDO (S): DONIZETTE FRANCISCO DE BRITO
Dr. Adamor Malcher
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juiza Semiramis Ferreira
ORIGEM : JCJ de Santarém
IMPEDIDO (A): Juiz Luiz Albano de Lima

04 PROCESSO TRT RO 3971/92
RECORRENTE (S): TROPICAL COMPANHIA DE CRÈDITO IMOBILIÁRIO
Dr. José de Brito Filho
RECORRIDO (S): NATALINO SOUZA DE OLIVEIRA
Dr. João Maroja
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juiza Semiramis Ferreira
ORIGEM : 7a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

05 PROCESSO TRT RO 6092/92
RECORRENTE (S): BANCO DA AMAZÔNIA S/A BASA

Dr. Agildo Cavalcante
CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A-CAPAF
Dr. Ophir Cavalcante Júnior
RECORRIDO (S): MILTON DE SOUZA MACHADO
Dr. Antonio Bernardes Filho
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Aalcântara
ORIGEM : 7a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Aguinaldo Alcântara

06 PROCESSO TRT RO 5299/92
RECORRENTE (S): AGROPALMA S/A - sucessora de Mendes Junior Agrícola do Pará S/A
Drª Mª da Graca Melo
RECORRIDO (S): SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERADORES DE MESAS TELEFÔNICAS NO ESTADO DO PARÁ
Drª Mª Lúcia Pimentel
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Alcântara
ORIGEM : 5a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Aguinaldo Alcântara

07 PROCESSO TRT RO 4920/92
RECORRENTE (S): ISMAEL MÁXIMO FERREIRA
Dr. Edinardo de Souza
RECORRIDO (S): SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUCÃO CIVIL DO ESTADO DO AMAPÁ
Dr. José Lobato
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semíramis Ferreira
ORIGEM : JCJ de Macapá
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

08 PROCESSO TRT RO 4790/92
RECORRENTE (S): COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRACÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM-CODEM
Dr. Marcelo Meira Mattos
RECORRIDO (S): BERNARDO LOPES DE ARAÚJO FILHO
Drª Débora Queiroz
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semíramis Ferreira
ORIGEM : 2a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

09 PROCESSO TRT RO 4689/92
RECORRENTE (S): ALBRÁS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A
Paulo Amoras Junior
RECORRIDO (S): LINDOMAR KOCH
Dr. Francisco de Oliveira
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semíramis Ferreira
ORIGEM : 6a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

10 PROCESSO TRT R EX OFF 2807/92
RECLAMANTE (S): DOMINGOS DO ESPIRITO SANTO LEÃO
Dr. Carlos Zahlouth Júnior
RECLAMADA (S): FBESP-FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ
Drª Mª Rosângela da Silva
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semíramis Ferreira
ORIGEM : 3a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

11 PROCESSO TRT RO 6120/92
RECORRENTE (S): BANCO DA AMAZÔNIA S/A-BASA (reclamado)
Dr. Agildo Cavalcante
ÁLVARO ALBERTO ENGELHARD NORAT (reclamante)
Dr. José Acreano Brasil
CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA S/A-CAPAF
Dr. Ophir Cavalcante Junior
RECORRIDO (S): OS MESMOS
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : 5a JCJ de Belém

12 PROCESSO TRT RO 6621/92
RECORRENTE (S): TRANSBRASIL S/A - LINHAS AÉREAS
Dr. Carlos Moreira
RITA REGINA REIS PINTO e ELISIANA SOARES DE ANDRADE (Recurso Adesivo)
Drª Marília Giroto
RECORRIDO (S): OS MESMOS
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : 1a JCJ de Belém

13 PROCESSO TRT AP 5861/92
AGRAVANTE (S): BIANOR BELTRÃO DA SILVA E OUTROS
Drª Lena Pauxis
AGRAVADO (S): ESTADO DO PARÁ-SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES-SETRAN
Dr. Claudio Gonçalves
RELATOR (A) : Juiz Luiz Albano de Lima
REVISOR (A) : Juíza Lygia Oliveira
ORIGEM : 2a JCJ de Belém

14 PROCESSO TRT AI 2259/92
AGRAVANTE (S): ENASA-EMPRESA DE NAVEGACÃO DA AMAZÔNIA S/A
Dr. Francisco Rodrigues
AGRAVADO (S): CARLOS VILLACORTA E OUTROS
Dr. Elias de Almeida
RELATOR (A): Juiz Luiz Albano de Lima
ORIGEM : 1a JCJ de Belém

15 PROCESSO TRT RO 4252/92
RECORRENTE (S): LEONICE PINHEIRO DE FREITAS
Dr. Elieser Cabral
RECORRIDO (S): PINA-INTERCÂMBIO COMERCIAL, INDÚSTRIAL E PESCA S/A
Dr. Nina Arous
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semíramis Ferreira
ORIGEM : 7 a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima
Juiz Haroldo Alves

16 PROCESSO TRT RO 1494/92
RECORRENTE (S): CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A-ELETRONORTE
Dr. Osvaldo Trindade
RECORRIDO (S): IVONALDO DANIEL DE SOUZA E SILVA
Dr. João Geraldo
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semíramis Ferreira
ORIGEM : 2a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

17 PROCESSO TRT RO 4405/92
RECORRENTE (S): JOSÉ MILTON MALAQUIAS DE MELO
Drª Selma Leão
BANCO DO BRASIL S/A
Dr. Washington da Silva
RECORRIDO (S): OS MESMOS
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semíramis Ferreira
ORIGEM : JCJ de Castanhal
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

18 PROCESSO TRT RO 4541/92
RECORRENTE (S): CARLOS ANTONIO DE SOUZA SAMPAIO
Dr. Pedro da Silva
RECORRIDA (S): COMERCIO E INDUSTRIA DO PARÁ LTDA-CIPA
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semíramis Ferreira
ORIGEM : 8a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

19 PROCESSO TRT RO 4517/92
RECORRENTE (S): SANTANA DE JESUS FERREIRA GOMES
Drª Vilma Chavaglia
RECORRIDA (S): MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A-CONSTRUCÕES
Dr. Dilermando Araujo
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semíramis Ferreira
ORIGEM : JCJ de Abaetetuba
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

20 PROCESSO TRT RO 4300/92
RECORRENTE (S): SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DO ESTADO DO PARÁ
Dr. João Geraldo
RECORRIDA (S): COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ-COSANPA
Drª Suenon Souza Junior
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semíramis Ferreira
ORIGEM : 8a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

21 PROCESSO TRT R EX OFF e RO 4275/92
RECORRENTE/RECLAMADA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA
Drª Terezinha de Oliveira
RECORRIDOS/RECLAMANTES: ARMANDO ALCÂNTARA VON GRAP E OUTROS
Drª Ana Mª Crispino
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semíramis Ferreira
ORIGEM : 7a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

22 PROCESSO TRT R EX OFF e RO 4368/92
RECORRENTE/RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVICIA SOCIAL-INAMPS
Drª Dilza de Almeida
RECORRIDOS/RECLAMANTES: CLAUDIO ROBERTO VELOSO MOURA E OUTROS
Dr. Evando da Costa
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semíramis Ferreira
ORIGEM : 7a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

23 PROCESSO TRT RO 5568/92
RECORRENTE (S): ALVARO ADOLFO GARZON MORALES
Dr. Antonio Rocha
AGROPALMA S/A
Dr. Carlos Arruda
RECORRIDO (S): OS MESMOS
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juiz Luiz Albano de Lima
ORIGEM : 5a JCJ de Belém

24 PROCESSO TRT RO 4341/92
RECORRENTE (S): MUNDIAL VEÍCULOS LTDA
Dr. Miguel Borghzam
RECORRIDO (S): JOSÉ DA SILVA FEITOSA
Dr. Adamor Malcher
RELATOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara.
REVISOR (A): Juiz Haroldo Alves
ORIGEM : JCJ de Santarém

25 PROCESSO TRT RO 6389/92
RECORRENTE (S): COMPANHIA PARAENSE DE MECANIZACÃO, INDUSTRIALIZACÃO E COMERCIALIZACÃO AGROPECUÁRIA COPAGRO
Dr. Claudio Gonçalves
RECORRIDO (S): ANTONIO ELIZEU CESAR DE OLIVEIRA
Drª Olga Bayma
RELATOR (A): Juiz Luiz Albano de Lima
REVISOR (A): Juíza Lygia Oliveira
ORIGEM : 7a JCJ de Belém

26 PROCESSO TRT RO 5517/92
RECORRENTE (S): COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CNA
Dr. Edilson e Silva
MANOEL GAMA PINTO
Dr. João Maroja
RECORRIDO (S): OS MESMOS
RELATOR (A): Juiz Luiz Albano de Lima
REVISOR (A): Juíza Lygia Oliveira
ORIGEM : 4a JCJ de Belém

27 PROCESSO TRT R EX OFF e RO 6482/92
RECORRENTE (S): ADARLETE DE CASTRO CHAVES E OUTROS
Drª Débora Queiroz
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM
Dr. Antonio de Brito
RECORRIDO (S): OS MESMOS
RELATOR (A): Juiz Luiz Albano de Lima
REVISOR (A): Juíza Lygia Oliveira
ORIGEM : 2a JCJ de Belém

28 PROCESSO TRT R EX OFF e RO 6587/92
RECORRENTE/RECLAMADO: INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL-INAMPS
Drª Dilza de Almeida
RECORRIDOS/RECLAMANTES: ABNER JOSÉ CAVALCANTE E OUTROS
Dr. José de Souza
RELATOR (A): Juiz Luiz Albano de Lima
REVISOR (A): Juíza Lygia Oliveira
ORIGEM : 2a JCJ de Belém

29 PROCESSO TRT RO 6497/92
RECORRENTE (S): DELTA PUBLICIDADE S/A
Drª Nair Lima
RECORRIDO (S): SINDICATO DOS JORNALISTAS NO ESTADO DO PARÁ
Dr. Paulo Costa
RELATOR (A) : Juiz Luiz Albano de Lima
REVISOR (A) : Juíza Lygia Oliveira
ORIGEM : 1a JCJ de Belém

30 PROCESSO TRT RO 5051/92
RECORRENTE (S): BERTILLON - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
Dr. Roberto Ferreira
RECORRIDO (S): MANOEL RAIMUNDO FERREIRA DA SILVA
Dr. Délcio Silva
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : JCJ de Abaetetuba
IMPEDIDO : Juiz Aguinaldo Alcântara

31 PROCESSO TRT R EX OFF e RO 351/93
RECORRENTE/RECLAMADA: FUNDACÃO NACIONAL DE SAÚDE-FNS
Dr. Luiz Ferraz Filho
RECORRIDOS/RECLAMANTES: MAGNALVA VILARINS ALVES E OUTRAS
Drª Kelli Vilela
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juiz Luiz Albano de Lima
ORIGEM : JCJ de Marabá

32 PROCESSO TRT R EX OFF e RO 5530/92
RECORRENTE/RECLAMADA: FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ-FCAP
Drª Edilena Villela
RECORRIDOS/RECLAMANTES: ANA LÚCIA DA SILVA TUMA E OUTROS
Drª Lilian Mendes
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : 3a JCJ de Belém

33 PROCESSO TRT RO 5629/92
RECORRENTE (S): FLÁVIO DO SOCORRO VAZ CARVALHO
Drª Vilma Chavaglia
RECORRIDA (S): BERTILLON - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
Drª Isilda Campeão
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : JCJ de Abetetuba

34 PROCESSO TRT RO 5839/92
RECORRENTE (S): ECCIR-EMPRESA DE CONSTRUCÕES CIVIS E RODOVIÁRIAS S/A
Dr. Deusdedith Brasil
RECORRIDO (S): ALONSO DIAS MONTEIRO
Drª Selma Rodrigues
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : JCJ de Castanhal

35 PROCESSO TRT RO 5466/92
RECORRENTE (S): FÓSFOROS DO NORTE S/A-FOSNOR
Dr. Arthur Ramos
RECORRIDA (S): MARIA DAS GRACAS ALCÂNTARA DOS ANJOS
Drª Vilma Chavaglia
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : JCJ de Abaetetuba

36 PROCESSO TRT RO 5361/92
RECORRENTE (S): COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CNA
Dr. Edilson e Silva
RECORRIDO (S): JOSÉ ORLANDO SANTOS
Drª Ana Mª Grafulha
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : JCJ de Marabá

37 PROCESSO TRT RO 5802/92
RECORRENTE (S): JOSÉ ALVES S/A - IMPORTACÃO E EXPORTACÃO-CASAS.UBERLÂNDIA
Dr. Paulo de Oliveira
RECORRIDO (S): REINALDO FAGUNDES QUEIROZ
Dr. Francisco Brasil Filho

RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : 1a JCJ de Belém

38 PROCESSO TRT RO 6367/92
RECORRENTE (S): ITALO ALVES PRADO
Dr. Rubens de Lima
RECORRIDA (S): ALBRÁS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A
Dr. Gerson Souza
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : 8a JCJ de Belém

39 PROCESSO TRT AP 1931/92
AGRAVANTE (S): LUIZ CARLOS BARRETO DE ALCÂNTARA
Dr. Joaquim Mac-Culloch
AGRAVADA (S): CONSTRUTORA FLÁVIO ESPÍRITO SANTO LTDA
Dr. José de Brito Filho
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : 1a JCJ de Belém

40 PROCESSO TRT RO 4080/92
RECORRENTE (S): UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Drª Mª Adelaide da Costa
RECORRIDA (S): SELMA DIAS LEITE
Dr. José de Arimatéa Souza
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : 4a JCJ de Belém

41 PROCESSO TRT RO 5816/92
RECORRENTE (S): SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE COUROS DE BELÉM-ESTADO DO PARÁ
Dr. Eliezer Cabral
RECORRIDA (S): CURBEL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A
Dr. Antonio Mendes
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : 3a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Haroldo Alves

42 PROCESSO TRT RO 5224/92
RECORRENTE (S): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF
Dr. Aurival Silva
PAULO SÉRGIO MORAES LIMA E OUTROS
Drª Eliana Menescal
RECORRIDO (S): OS MESMOS
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : 2a JCJ de Belém

43 PROCESSO TRT RO 5644/92
RECORRENTE (S): EMPRESA DE TRANSPORTES AÉREO CLUB LTDA
Dr. Vasco Borborema
RECORRIDO (S): ELVIWAL FALCÃO VALENTE
Dr. José de Lima
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : 5a JCJ de Belém

44 PROCESSO TRT RO 5565/92
RECORRENTE (S): EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A-ENASA
Dr. Francisco Rodrigues
RECORRIDO (S): RUBENVAL TELES DA SILVA
Dr. Darcy Dias
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : 6a JCJ de Belém

45 PROCESSO TRT RO 5909/92
RECORRENTE (S): BANCO REAL S/A
Dr. Julio da Silva
RECORRIDO (S): MANOEL DE OLIVEIRA DA SILVA
Dr. Flávio Cavalcante
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : JCJ de Macapá

46 PROCESSO TRT RO 5553/92
RECORRENTE (S): JOÃO THADEU REIS DE BARROS
Dr. Adilson Vercosa
BANCO NACIONAL S/A
Drª Livia Chermont
RECORRIDO (S): OS MESMOS
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : 3a JCJ de Belém

47 PROCESSO TRT RO 5595/92
RECORRENTE (S): CHARLEY CARDOSO FARACHE, assistido por seu genitor CARLOS BRAGA FARACHE
Dr. João Duarte
RECORRIDO (S): BENEDITO SANTANA DE DINIZ e FÁBRICA DE CELULOSE E PAPEL DA AMAZÔNIA S/A-FACEPA
Dr. Manoel Siqueira
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : 1a JCJ de Belém

48 PROCESSO TRT RO 5259/92
RECORRENTE (S): MARIA MARLENE SANTOS SILVA
Dr. Antônio Navegantes
RECORRIDO (S): CLÁUDE GRENIER
Drª Adelmira Melo
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : JCJ de Capanema

49 PROCESSO TRT AI 1190/93
AGRAVANTE (S): MURICIO ROBERTO DE GOUVEIA DO VALE-RESTAURANTE FUNDO DE KINTAL
Dr. Raimundo Conte
AGRAVADO (S): ALBERTO CARLOS PINHEIRO DE OLIVEIRA
Drª Olga Bayma
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
ORIGEM : 6a JCJ de Belém

50 PROCESSO TRT RO 7218/92
RECORRENTE (S): Y. YAMADA S/A-COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Dr. José Figueiredo de Sousa
RECORRIDO (S): AUGUSTO BENEDITO GOMES
Dr. Antonio Pereira
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Lygia Oliveira
ORIGEM : 6a JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

51 PROCESSO TRT RO 497/93
RECORRENTE (S): GRANERO TRANSPORTES LTDA
Drª Goretti Pires
RECORRIDO (S): HELBER DIORGENES DA SILVA PONTES
Dr. Eliezer Cabral
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Lygia Oliveira
ORIGEM : 6a JCJ de Belém
IMPEDIDO (A): Juiz Luiz Albano de Lima
Juiz Haroldo Alves

52 PROCESSO TRT R EX OFF e RO 6494/92
RECORRENTE (S): ARLETE FERREIRA KEMPER E OUTROS (reclamantes)
Drª Ediléa Valério
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAISS RENOVÁVEIS-IBAMA (reclamado)
Drª Jacqueline dos Anjos
RECORRIDO (S): OS MESMOS
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : 2a JCJ de Belém

53 PROCESSO TRT RO 4831/92
RECORRENTE (S): ODETE CARDOSO DE OLIVEIRA SANTOS E OUTROS
Drª Luiza Campelo
RECORRIDA (S): UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : 2a JCJ de Belém

54 PROCESSO TRT RO 5281/92
RECORRENTE (S): ALBRÁS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A (reclamada)
Dr. Paulo Amoras Júnior
RECORRIDO (S): JOSÉ RIBAMAR SILVA (reclamante)
Dr. Odival Quaresma Filho
MASERVA ENGENHARIA LTDA (reclamada)
LAERTE FERNANDES PEREIRA (litisconsorte)
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : JCJ de Abaetetuba

55 PROCESSO TRT RO 5806/92
RECORRENTE (S): MANOEL CESÁRIO DA SILVA SOARES
Dr. Clayton Chaves
RECORRIDO (S): UBIRATAN MAGALHÃES CARDOSO
Dr. Deoclécio Pereira
RELATOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara
REVISOR (A): Juiz Haroldo Alves
ORIGEM : 1a JCJ de Belém

56 PROCESSO TRT R EX OFF 4991/92
RECLAMANTE (S): CÍCERO RODRIGUES DA SILVA
Drª Maria Gilcélia Damasceno
RECLAMADO (S): ESTADO DO PARÁ-SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES-SETRAN
Dr. Rui Vasconcelos
RELATOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara
REVISOR (A): Juiz Haroldo Alves
ORIGEM : JCJ de Capanema

57 PROCESSO TRT RO 3721/92
RECORRENTE (S): BERTILLON - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
Dr. Roberto Ferreira
RECORRIDO (S): REINALDO ANTÔNIO SILVA DE ARAÚJO E OUTROS
Dr. Odival Quaresma
RELATOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara
REVISOR (A): Juiz Haroldo Alves
ORIGEM : JCJ de Abetetuba

58 PROCESSO TRT RO 5591/92
RECORRENTE (S): MARIA AUGUSTA MORAES DA SILVA
RECORRIDO (S): AVON COSMÉTICOS LTDA
Dr. Savério de Luca
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : JCJ de Santarém

59 PROCESSO TRT RO 5314/92
RECORRENTE (S): MARIA DAS GRAÇAS MARINHO E MARIA DE LOURDES MARINHO
Dr. Rubens Lima
RECORRIDO (S): DISTRIBUIDORA DE REVISTAS ALVORADA LTDA
Dr. Laêce da Costa
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : JCJ de Tucuruí

60 PROCESSO TRT RO 5145/92
RECORRENTE (S): CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A
Dr. Ophir Cavalcante Junior
RECORRIDO (S): RAIMUNDO CECÍLIO PINHEIRO PIHENTEL
Drª Mª José Cavalli
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : 2a JCJ de Belém

61 PROCESSO TRT R EX OFF e RO 3035/92
RECORRENTE/RECLAMADA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Dr. Antonino Mello
RECORRIDOS/RECORRENTES: JOSÉ RIBAMAR MESQUITA TEIXEIRA E OUTROS
Dr. Dorival de Souza Neto
RELATOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara
REVISOR (A): Juiz Haroldo Alves
ORIGEM : 3a JCJ de Belém

62 PROCESSO TRT AP 1839/92
AGRAVANTE (S): LAURENTINO DE SOUZA E SILVA
SÉRGIO GUEDES PEREIRA
Dr. Haroldo Silva
AGRAVADO (S): ESTADO DO PARÁ-SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA
Dr. Cláudio Goncalves
RELATOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara
REVISOR (A): Juiz Haroldo Alves
ORIGEM : 6a JCJ de Belém

63 PROCESSO TRT RO 4313/92
RECORRENTE (S): JOSÉ SILVA PEREIRA
Drª Vilma Chavaglia
RECORRIDA (S): AUTO LOCADORA TÁGIDE LTDA
Dr. José Figueiredo de Sousa
RELATOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara
REVISOR (A): Juiz Haroldo Alves
ORIGEM : JCJ de Abaetetuba

64 PROCESSO TRT R EX OFF 4064/92
RECLAMANTE (S): TEREZINHA NUNES MOURA
Dr. Pedro Pinheiro Filho
RECLAMADA (S): UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Dr. Antonino Mello
RELATOR (A): Juiz Haroldo Alves
REVISOR (A): Juiz Domenico Falesi
ORIGEM : 1a JCJ de Belém

65 PROCESSO TRT RO 4513/92
RECORRENTE (S): BERTILLON - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
Dr. Roberto Ferreira
RECORRIDO (S): FERNANDO CARLOS CALÁBRIA DO AMARAL
Dr. Joaquim Vasconcelos
RELATOR (A) : Juiz Aguinaldo Alcântara
REVISOR (A) : Juiz Haroldo Alves
ORIGEM : 5a JCJ de Belém

66 PROCESSO TRT R EX OFF e RO 6561/92
RECORRENTE/RECLAMADA: MUNICÍPIO DE BELÉM- PREFEITURA MUNICIPAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Drª Elza de Souza Franco
RECORRIDAS/RECLAMANTES: LÚCIA DA SILVA MELO E MARIA HELENA LIMA DOS SANTOS
Dr. Álvaro Vilhena
RELATOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara
REVISOR (A): Juiz Haroldo Alves
ORIGEM : 7a JCJ de Belém

67 PROCESSO TRT RO 3040/92
RECORRENTE (S): PETRÓLEO BRASILEIRO S/A-PETROBRÁS
Dr. Antônio do Nascimento
RAYMUNDO MÁRIO SACRAMENTO DE BRITO
Dr. Joaquim de Vasconcelos
RECORRIDO (S): OS MESMOS
RELATOR (A): Juiz Aguinaldo Alcântara
REVISOR (A): Juiz Haroldo Alves
ORIGEM : 8a JCJ de Belém

68 PROCESSO TRT RO 6222/92
RECORRENTE (S): ANTONIO PAULO CORRÊA LISBOA
Drª Erliene Lima
RECORRIDA (S): EMPESCA S/A.CONSTRUÇÕES NAVAIS, PESCA E EXPORTAÇÃO
Drª Nina Mª Arous
RELATOR (A): Juiz Luiz Albano de Lima
REVISOR (A): Juíza Lygia Oliveira
ORIGEM : 5a JCJ de Belém

69 PROCESSO TRT RO 6288/92
RECORRENTE (S): BAR DORMITÓRIO E RESTAURANTE SANTO ANTONIO - ANTONIO JOSÉ DA SILVA
Dr. Silvio Damesceno
RECORRIDA (S): MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA
Drª Ana Maria Grafulha
RELATOR (A): Juiz Luiz Albano de Lima
REVISOR (A): Juíza Lygia Oliveira
ORIGEM : JCJ de Marabá

70 PROCESSO TRT RO 4896/92
RECORRENTE (S): CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE BRASIL S/A-ELETRONORTE
Drª Ivana Fonteles Cruz
RECORRIDO (S): JOSÉ MARIA MARTINS REGO
Dr. João Geraldo
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juiz Luiz Albano de Lima
ORIGEM : JCJ de Tucuruí

71 PROCESSO TRT RO 3908/92
RECORRENTE (S): CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DA AMAZÔNIA-CAPAF
Drª Carla Achi
BANCO DA AMAZÔNIA S/A-BASA
Dr. Agildo Cavalcante
ANDRÉ AVELINO DA SILVA
Dr. Antonio Bernardes Filho
RECORRIDO (S): OS MESMOS
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juiz Luiz Albano de Lima
ORIGEM : 7a JCJ de Belém

72 PROCESSO TRT AP 5861/92
AGRAVANTE (S): BIANOR BELTRÃO DA SILVA E OUTROS
Drª Lena Pauxis
AGRAVADO (S): ESTADO DO PARÁ-SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
Dr. Claudio Goncalves
RELATOR (A): Juiz Luiz Albano de Lima
REVISOR (A): Juíza Lygia Oliveira
ORIGEM : 2ª JCJ de Belém

73 PROCESSO TRT RO 5107/92
RECORRENTE (S): PEDRO CARNEIRO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Drª Lena Pauxis
RECORRIDA (S): CARMEN LÚCIA GONCALVES COSTA
Dr. Eliezer Cabral
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : 5ª JCJ de Belém

74 PROCESSO TRT RO 4857/92
RECLAMANTE (S): CRISTOVAM CELIO DE ANDRADE MIRANDA E OUTROS
Drª Luiza Campelo
RECLAMADA (S): EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-EMBRAPA
Dr. Armando Mesquita
RELATOR (A): Juiz Domenico Falesi
REVISOR (A): Juíza Semiramis Ferreira
ORIGEM : 4ª JCJ de Belém
IMPEDIDO : Juiz Luiz Albano de Lima

75 PROCESSO TRT R EX OFF 5485/92
RECLAMANTE (S): JOSÉ RUBENS SILVA DOS PASSOS E OUTROS
RECLAMADA (S): FUNDACÃO NACIONAL DE SAÚDE-FNS
Dr. Luiz Ferraz Filho
RELATOR (A): Juíza Lygia Oliveira
REVISOR (A): Juiz Teobaldo Sarmento
ORIGEM : JCJ de Breves
IMPEDIDO : Juiz Aguinaldo Alcântara

(G.Reg.45.944)

PROCESSO TRT Nº RO 3082/92

RECORRENTE:- PHILIPS DO BRASIL LTDA.
Adv.: Dr. Luiz Paulo A. Zoghbi

RECORRIDA:- MARIA CLARA PROENCA DA SILVA ROCHA
Adv.:Dr.José de Arimatéia M.da Rocha

D E S P A C H O

I - O recurso preenche os requisitos comuns para a sua admissibilidade.

II - Inconforma-se a recorrente com a decretação de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei nº 7730/89 e da Medida Provisória nº 154/90.

III - Não há, contudo, como ser admitido o apelo. É que as decisões trazidas para confronto não podem ser aceitas. A primeira delas, referente ao Plano Collor, é oriunda do Supremo Tribunal Federal em mandado de segurança impetrado por seus servidores e a outra, concernente à URP de fevereiro de 1989, está superada, em face da mais recente jurisprudência do TST sobre a matéria. No mais, o recurso esbarra no Enunciado nº 221 do C. TST, dado o caráter interpretativo da matéria nele versada.

III - Pelo exposto, nego seguimento à revista. Intime-se.

Belém, 6 de abril de 1993
ITAIR SÁ DA SILVA
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº RO 3306/92

RECORRENTE: ALBRÁS - ALUMÍNIO BRASILEIRO S/A
Adv.: Dr.Gerson de Oliveira Souza e outros

RECORRIDO : AUDIR NETO DOS REIS
Adv.:Dr.Antônio Carlos Bernardes Filho

D E S P A C H O

I - O recurso de fls.511/517 preenche os requisitos de admissibilidade e se fundamenta nas alíneas a e c do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

II - Insurge-se a recorrente contra o deferimento pela 2ª Turma de diferenças salariais decorrentes de equiparação salarial. Alega violação legal e traz arestos para confronto.

III - A matéria não se presta à solução por meio de revista. Sua apreciação implica, necessariamente, no reexame de fatos e provas que, ao teor do Enunciado 126/TST é impossível em grau de revista. Não configurada, também, qualquer violação de lei.

IV - Pelo exposto, nego seguimento ao apelo. Intimar.
Belém, 02 de abril de 1993.
MARILDA WANDERLEY COELHO
Juíza Vice-Presidente, no impedimento do Presidente

PROCESSO TRT Nº RO 3308/92

RECORRENTE:- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

RECORRIDOS:- ANTONIO DO SOCORRO DA SILVA MORAES e OUTROS
Adv.: Dr. Sebastião Piani Godinho

D E S P A C H O

I - O recurso, não obstante tempestivo e regular quanto ao preparo, não tem condições de ser admitido, uma vez que não há nos autos o necessário instrumento de mandato conferindo poderes à sua subscritora.

II - Pelo exposto, nego seguimento ao apelo. Intime-se.

Belém, 6 abril de 1993
ITAIR SÁ DA SILVA
Presidente

PROCESSO TRT Nº RO 2839/92

RECORRENTES: ENASA - EMPRESA DE NAVEGACÃO DA AMAZÔNIA S/A
Adv.:Dr. Francisco de Assis C. Rodrigues
e
MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA CHAGAS
Adv.:Drª. Darcy Ramos Dias

RECORRIDOS : OS MESMOS

D E S P A C H O

I - Os recursos de fls. 102 e 112/114 estão em ordem e com o devido fundamento.

II - Ambos os apelos se insurgem contra a decisão da 2ª Turma que, afastando a preliminar de coisa julgada; incluiu na condenação o percentual de 58,89%, referente ao plano Bresser e URP de fevereiro/89, incidindo sobre as verbas rescisórias; manteve o deferimento da incorporação ao salário do adiantamento de 18% e não entendeu ser devida a diferença concedida na Convenção Coletiva de setembro/89. Alegam violação legal e cotejam arestos para confronto.

III - A reclamante, com atranscrição de fls. 113, consegue demonstrar o pressuposto da alínea a do art. 896 consolidado, tomado como base para seu recurso.
A reclamada também consegue caracterizar a alegada divergência com o aresto transcrito a fls. 102 e cópia de fls. 105/109, sendo desnecessário enfrentar os demais argumentos recursais, ao teor do enunciado 285/TST.

III - Ante o exposto, admito a interposição de ambos os recursos, no efeito devolutivo. Intimar.
Belém, 05 de abril de 1993.
ITAIR SÁ DA SILVA
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº RO 3579/92

RECORRENTE:- MAGINCO COMPENSADOS S/A
Adv.:Dra.Maria Rosângela da S.Coelho

RECORRIDO:- RAIMUNDO LOPES
Adv.: Dr. João José S. Geraldo

D E S P A C H O

I - Revista em ordem, fundamenta-se nas alíneas a e c do art. 896 da CLT.

II - A reclamada, não se conformando com a sua condenação ao pagamento de diferenças salariais, em face da decretação de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei nº 7730/89 e da Medida Provisória nº 154/90, recorre de revista, alegando violação de lei e divergência jurisprudencial.

III - Traz à colação decisões deste mesmo Tribunal, que evidenciam a configuração do conflito, especialmente no que se refere à matéria ligada ao chamado Plano Collor, sendo desnecessário enfrentar-se o outro pressuposto recursal alegado.

III - Pelo exposto, admito a revista, no efeito devolutivo. Intime-se.

Belém, 6 de abril de 1993
ITAIR SÁ DA SILVA
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº RO 3672/92

RECORRENTE: ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Adv.:Drª. Ediléa R. Valério dos Santos e outros

RECORRIDO : LOURIVAL GONCALVES
Adv.:Drª. Maria das Gracas M. Valente e outro

D E S P A C H O

I - O recurso de fls. 79/87 preenche os requisitos necessários para ser admitido e fundamenta-se na alínea a do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

II - A recorrente insurge-se contra a decisão de fls. 74/76 que, confirmando a sentença de primeiro grau, manteve sua condenação com relação à parcela de abono-quitação e de multa pelo atraso no pagamento das verbas da rescisão. Coteja arestos para configuração de conflito jurisprudencial.

III - Considero evidenciada a divergência com a transcrição de fls.86, referente à multa, sendo desnecessário analisar os demais argumentos, ao teor do Enunciado 285/TST.

IV - Pelo exposto, admito a interposição da revista, no efeito devolutivo. Intimar.
Belém, 06 de abril de 1993.
ITAIR SÁ DA SILVA
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº RO 3807/92

RECORRENTE: EMPRESA DE TRANSPORTES ESPERANCA LTDA
Adv.: Dra. Mary Francis P.de Oliveira

RECORRIDO: JOSÉ SOARES DA SILVA
Adv.: Dra. Erliene Gonçalves Lima

D E S P A C H O

I - O recurso, embora tempestivo e subscrito por profissional habilitado, não está em condições de ser admitido. É que a complementação do depósito recursal foi feita em valor insuficiente. Com efeito, tendo sido a empresa condenada em Cr$-6.000.000,00, depositou Cr$-420.000,00 quando da interposição do recurso ordinário, sendo devida complementação na importância de Cr$-5.580.000,00. Recolhidos apenas Cr$-2.580.000,00, deserto é o apelo.

II - Pelo exposto, nego seguimento ao recurso.

Belém, 6 de abril de 1993
ITAIR SÁ DA SILVA
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº RO 2851/92

RECORRENTE: CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL - ELETRONORTE
Adv.: Dr.Almerindo A. de V. Trindade e outros

ECORRIDOS : JULIO CÉSAR CORRÊA
Adv.:Dr.João José Soares Geraldo e outros

D E S P A C H O

I - Recurso em ordem e com o devido fundamento.

II - Trata-se de hipótese em que se discutiu a equiparação. Entretanto, a revista questiona apenas a prescrição qüinqüenal do período considerado para a apuração das diferenças salariais decorrentes da equiparação. Entende a recorrente que a decisão ofende o disposto no art. 7º, XXIX, a, da Constituição Federal.

III - Considero haver necessidade de melhor apreciação pelo C. TST, motivo pelo qual admito a interposição da revista, no efeito devolutivo. Intimar.
Belém, 06 de abril de 1993.
ITAIR SÁ DA SILVA
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº RO 3004/92

RECORRENTE:- MESBLA LOJAS DE DEPARTAMENTO S/A
Adv.: Dra. Mª Rosângela da S. Coelho

RECORRIDA:- BENEDITA SANTOS NASCIMENTO
Adv.: Dr. Gerson de Oliveira Souza

D E S P A C H O

I - Interposta no prazo, por advogada com poderes nos autos, a revista preenche os requisitos comuns para a sua admissibilidade.

II - A recorrente manifesta o seu inconformismo com a decisão da 1ª Turma que a condenou ao pagamento de diferenças salariais decorrentes da decretação de inconstitucionalidade de dispositivos do DL 2335/87,da Lei 7730/89 e da MP 154/90, Alega divergência jurisprudencial e violação de lei.

III - A recorrente traz à colação, a fls. 233/235, decisões deste mesmo Regional sustentando tese que colide com a defendida no acórdão recorrido, no que se refere às diferenças decorrentes da aplicação do IPC de março de 1990, dando ensejo à revista, com base na alínea "a" do art. 896 da CLT, tornando desnecessário o exame do outro pressuposto recursal alegado.

IV - Pelo exposto, admito a revista, no efeito devolutivo. Intime-se.

Belém, 7 de abril de 1993

ITAIR SÁ DA SILVA
PRESIDENTE

PROCESSO TRT Nº RO 3199/92

RECORRENTE:- AMAZONEX INDUSTRIAL EXPORTADORA S/A
Adv.: Dra. Suzana Campos da Silva

RECORRIDO:- GERSON SOARES DA CUNHA
Adv.: Dr. David Cruz Araújo

D E S P A C H O

I - O recurso preenche os requisitos comuns e está devidamente fundamentado.

II - Através da revista,a empresa manifesta o seu inconformismo com o deferimento de diferenças salariais decorrentes da decretação de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 7730/89 e da Medida Provisória 154/90. Alega divergência jurisprudencial, trazendo para confronto decisão regional que sustenta tese conflitante com a propugnada no acórdão recorrido, especialmente no que se refere à matéria ligada ao chamado Plano Collor, fazendo incidir a hipótese da alínea "a" do art. 896 da CLT.

III - Pelo exposto, admito a revista no efeito devolutivo. Intime-se.

Belém, 7 de abril de 1993

ITAIR SÁ DA SILVA
PRESIDENTE

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR
3º BPM - BATALHÃO TAPAJÓS

Ofício nº 076/GAB/CMDO/93

SANTARÉM(PA), 06 ABR 93.

Do Comandante.

Ao Exmo Sr CEL PM C/T CIAP.

Assunto: Cumprimento de Mandado de Manutenção de Posse.

Anexo: OF nº 013, de 16 FEV 93, e um relatório.

Encaminho a V.Exª o documento referenciado, expedido pelo Exmo Sr Dr GERALDO JOSÉ GUIMARÃES DE AMORIM, Juiz de Direito, em Exercício, da Comarca de Monte Alegre, para consideração superior, conforme determinação contida no BG nº 064, de 09 ABR 93, a respeito do assunto.

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
COMANDO GERAL 2.ª SEÇÃO
PROTOCOLO Nº 211
DATA 14 / 04 / 93
PROTOCOLISTA

END. AV. CUIABÁ S/Nº SANTARÉM /PA – CEP 68.100
TEL.: 190 – (091) 522-1248 – (091) 522-1009 (COMANDO)

ESTADO DO PARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MONTE ALEGRE

OF.Nº013 / 93 Monte Alegre, 16 de fevereiro de 1993

SENHOR COMANDANTE:

Solicitamos de V.Sª.força policial necessária para dar garantia ao Sr. Oficial de Justiça na diligência para cumprir Mandado Judicial Definitivo de Manutenção de Posse, com retirada de benfeitorias na localidade denominada "Ribeira" e " Tachi", na região das Jarreiras, na margem direita do rio Amazonas, município de Prainha-Pá, contra ANTONIO DE TAL, vulgo ANTÔNIO CAJUEIRO e sua mulher.

Na oportunidade, aceite Sr. Comandante, protestos de consideração e apreço.

Dr. Geraldo José Guimarães de Amorim
Juiz de Direito em Exercício

ILMO.SR.
COMANDANTE DO PEL. D.. 2ª CIA. DE MONTE ALEGRE
MONTE ALEGRE - PARÁ
NESTA

"OF"
Ao Secretário
Levantamento ?
22 mar 93

"OU"
Ao CMT do PEL MONTE ALEGRE
PROVIDENCIAR LEVANTAMENTO "IN LOCO" COM VISTAS A FIGURA DE UM RECHÃO, QUAL SERÁ ENVIADO A ESCALÃO SUPERIOR PARA DECISÃO
12 MAR 93

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR
3º BPM - BATALHÃO TAPAJÓS

R E L A T Ó R I O

1. DA FINALIDADE:

Informar, após verificação "IN LOCO", a situação do imóvel - benfeitorias - denominados "RIBEIRA" e "TACHI", região das Barreiras, na margem direita do Rio Amazonas, Município de Prainha-Pa ; onde, o Exmo Sr Dr GERALDO JOSÉ GUIMARÃES DE AMORIM, Juiz de Direito em Exercício, da Comarca de Monte Alegre, solicitou, através do Ofº nº 013, de 16 FEV 93, força policial militar necessária para a garantia do Oficial-de-Justiça, encarregado do cumprimento do Mandado Judicial Definitivo de Manutenção de Posse;

2. DA SITUAÇÃO:

Sobre o referido, constatamos o seguinte:

a. "RIBEIRA"- Para se chegar à localidade de "RIBEIRA" faz-se por via marítima, com quatro horas de viagem, partindo-se do Município de Monte Alegre/PA. Existe no local uma casa de madeira, onde reside uma família de seis pessoas; existe, também, no local, alguma roças.

b. "TACHI" - Também, por via marítima chega-se através do igarapé Capiranga, com quatro horas de viagem. Existe no local duas casas habitadas, havendo um conflito pela posse de cinquenta roças, aproximadamente, entre essas duas famílias.

3. OBSERVAÇÃO FINAL:

Este Comando é favorável ao cumprimento do Mandado de Manutenção de Posse, com retirada das benfeitorias das localidades, tendo em vista que não haverá maiores problemas para a missão em apoio do Poder Judiciário.

Quartel em Santarém, 06 ABR 93.

JOSÉ OLIVEIRA DE SOUZA – TEN CEL PM, RG 3.507
COMANDANTE DO 3º BPM

END. AV. CUIABÁ S/Nº SANTARÉM /PA – CEP 68.100
TEL.: 190 – (091) 522-1248 – (091) 522-1009 (COMANDO)

SE VOCÊ SE CUIDAR, A AIDS NÃO VAI TE PEGAR

Biblioteca Pública "Arthur Vianna"

Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 2

ANO CI — 103º DA REPÚBLICA — Nº 27.453, BELÉM — SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1993

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Extrato de Convênio que celebram o Governo do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado da Fazenda e a Companhia de Saneamento do Pará.

OBJETIVO: A transferência de recursos, da Contrapartida do Governo do Estado no Projeto de Drenagem, Rodovia, Águas e Esgotos das Zonas Baixas de Belém, em execução sob a responsabilidade da COSANPA, para procedimentos relativos à execução do Plano de reassentamento das famílias atingidas pelas obras do Projeto.

VIGÊNCIA: 20.04.93 àté 31.12.93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 28101.13760211.305 - Recuperação das baixadas da Bacia do Una.

4130.0000 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ CP93/0007757-0

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Inteiramos às firmas que participaram da Licitação Convite nº 006/93, da decisão proferida, canalizada pelo tipo de Licitação de menor preço, saindo vencedora a firma:
ZALUSO COM. E REPRES. LTDA. itens: *01, 02, 03 e 04.*

Belém, 22 de abril de 1993.

A Comissão. CP93/0007754-6

RESUMO DE PORTARIAS DO GABINETE DO SECRETÁRIO

PORT. Nº 0350 de 20.04.93 - LOTAR, na Secretaria de Estado da Fazenda/Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 4ª Região Fiscal, **MARIA DAS GRAÇAS FIGAREL LA**, Agente Administrativo. CP93/0007775-9

PORT. Nº 0351 de 20.04.93 - LOTAR, na Secretaria de Estado da Fazenda/Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 4ª Região Fiscal, **RAIMUNDA DOS SANTOS RIBEI RO**, Agente de Portaria. CP93/0007755-4

PORT. Nº 0352 de 20.04.93 - LOTAR, na Secretaria de Estado da Fazenda/Delegacia Regional da Fazenda Estadual - 4ª Região Fiscal, **CLAUDELINA DE AQUINO RODRIGUES**, Agente Administrativo. CP93/0007714-7

PORT. Nº 0353 de 20.04.93 - DESIGNAR, para exercer a função de Chefe do Posto da Fazenda Estadual em Goianésia - 3ª Região Fiscal, símbolo FG-2, **CREUSA MARTINS GOMES**, Agente Tributário. CP93/0007706-6

PORT. Nº 0354 de 20.04.93 - DESIGNAR, para exercer a função de Chefe da Agência da Fazenda Estadual em São Geraldo do Araguaia - 3ª Região Fiscal, símbolo FG=4, **JOELVAN RODRIGUES ARAUJO**, Agente Auxiliar de Fiscalização. CP93/0007716-3

PORT. Nº 0355 de 20.04.93 - DESIGNAR, para exercer a função de Chefe da Agência da Fazenda Estadual em Velha Marabá - 3ª Região Fiscal, símbolo FG-3, JOSE **MARIA ALVES SANTANA**, Agente Tributário.

CP93/0007787-2

PORT. nº 0356 de 20.04.93 - DESIGNAR, para exercer a função de Chefe do Posto da Fazenda Estadual em Itupiranga - 3ª Região Fiscal, símbolo FG-2, **NAYDE CAMPOS DE MIRANDA**, Agente Auxiliar de Fiscalização.

CP93/0007844-5

PORT. Nº 0357 de 20.04.93 - DESIGNAR, para exercer a função de Chefe do Posto da Fazenda Estadual em Curionópolis KM-30 - 3ª Região Fiscal, símbolo FG-4 **OSEAS LOBATO DOS SANTOS**, Agente Auxiliar de Fiscalização. CP93/0007717-1

PORT; Nº 0358 de 20.04.93 - DESIGNAR, para exercer a função de Chefe do Posto da Fazenda Estadual em Morada Nova KM-12 - 3ª Região Fiscal, símbolo FG-2, **ANTONIA BARROS MOREIRA**, Agente Tributário.

CP93/0007829-1

PORT. Nº 0359 de 20.04.93 - DISPENSAR, da função de Chefe da Agência da Fazenda Estadual em Curralinho-5ª Região Fiscal, símbolo FG-2, **RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA GARCIA**, Agente Tributário. CP93/0007709-0

PORT. Nº 0360 de 20.04.93 - REVOGAR OS EFEITOS, da Portaria nº 978 de 19 de setembro de 1990.

CP93/0007851-8

PORT. Nº 0361 de 20.04.93 - DESIGNAR, para exercer a função de Chefe da Agência da Fazenda Estadual em Curralinho - 5ª Região Fiscal, símbolo FG-2, **HUMBER TO CARLOS DA COSTA BARROS**, Agente Auxiliar de Fiscalização. CP93/0007710-4

PORT. Nº 0362 de 20.04.93 - DISPENSAR, da função de Chefe da Agência da Fazenda Estadual em Mocajuba - 6ª Região Fiscal, símbolo FG-2, **MAX DOS SANTOS MARTINS**, Agente Auxiliar de Fiscalização.

CP93/0007826-7

PORT. Nº 0363 de 20.04.93 - DESIGNAR, para exercer a função de Chefe da Agência da Fazenda Estadual em Mocajuba - 6ª Região fiscal, símbolo FG-2, DAGOBERTO LOPES DE BARROS, Agente Tributário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, em 20 de abril de 1993.

ROBERTO DA COSTA. FERREIRA
Secretário de Estado da Fazenda

---------- CP93/0007767-8.

PORT. Nº 0392 de 20.04.93 - PRORROGAR, a partir de 03.04.93, na forma do Art. 198 da Lei nº 749 de 21.12.53, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 085 de 03.02.93.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, em 20 de abril de 1993.

ROBERTO DA COSTA FERREIRA
Secretário de Estado da Fazenda

-------- CP93/0007718-0

(Fat. nº 10.016783, Reg. nº 10.016783, Dia: 23/04/93)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

A V I S O

As Comissões de Licitação da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA, instituídas pelas Portarias de nºs 041 e 041/SESPA/93, de 14.04.93, levam ao conhecimento dos interessados que se encontram a disposição dos mesmos no PROTOCOLO GERAL DA SESPA, sito à Rua Presidente Pernambuco, 489, no horário da 08:00 às 12:00 hs os EDITAIS das TOMADAS DE PREÇOS Nºs 012 e 013/93, conforme discriminações abaixo:

TOMADA DE PREÇOS Nº 012/93:

Aquisição de material de consumo (técnico), destinado à Campanha de Multivacinação.

Abertura: Dia 05.05.93
Hora 09:00

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/93:

Aquisição de material de consumo, destinado à Campanha de Multivacinação

Abertura: Dia 06.05.93
Hora: 09:00

As Comissões:

SEBASTIÃO LICINHO LIRA DOS SANTOS
Presidente da Tomada de Preços de nº 012/93

MARIA DE NAZARÉ AMIM DE ATHAYDE
Presidente da Tomada de Preços de nº 013/93

V I S T O:

ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA
Secretário de Estado de Saúde Pública

CP93/0007357-5

HOSPITAL OFIR LOIOLA

DIVISÃO DE PESSOAL

RESUMO DE PORTARIAS

DESIGNAR

-Port.nº 0154/93-DG., de 20.04.93:, Designar, PAULO ROBERTO GUERREIRO DA CRUZ, JULIO CESAR FERNANDES GALENDE E NADJA CRISTINE DE C.CALDAS, para sob a Presidencia do primeiro, constituirem a Comissão de Licitação com vistas a aquisição de Material Hidraúlico para reposição de estoque deste hospital.
-Port.nº 155/93-DG, de 20.04.93, Designar, MAURO SÉRGIO GOMES SILVA, ALCILENE MARIA PALHETA DE CARVALHO e PAULO ROBERTO GUERREIRO DA CRUZ, para sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão de Licitação na Modalidade de Carta-Convite com vistas a aquisição de Material de Carpintaria, visando suprir as necessidades deste hospital CP93/0008094-6
-Port.nº 0153/93-DG, de 20 04.93, Designar, JULIO CESAR FERNANDES GALENDE, PAULO ROBERTO GUERREIRO DA CRUZ e MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA JACOB, para sob a Presidencia do Primeiro, constituirem a Comissão de Licitação com vistas a aquisição de Material de Pintura para reposição de estoque deste hospital. CP93/0008110-1
-Port.nº 0152/93-DG., de 20.04.93, Designar, PAULO ROBERTO GUERREIRO DA CRUZ, ALCILENE MARIA PALHETA DE CARVALHO e JULIO CESAR FERNANDES GALENDE, para sob a Presidência do Primeiro, constituirem a Comissão de Licitação, na Modalidade de Carta-Convite, com vistas a aquisição de Material Eletrico para reposição de estoque deste hospital. CP93/0008103-9
-Port.nº 0151/93-DG. , de 20.04.93, Designar, JOSÈ RIBAMAR DA COSTA BRITO, ALCILENE MARIA PALHETA DE CARVALHO e MARIA DAS GRAÇAS DE SOUZA JACOB para sob a presidencia do primeiro, constituirem a Comissão de Licitação na Modalidade de Carta-Convite, com vistas a aquisição de 04(quatro) Geladeiras, 01(uma) Máquina de Escrever Elétrica para o C.T.I., Laboratório e UTI-Neo-Natal , visando suprir as necessidades deste hospital.

Belém, 22 de abril de 1993.

Dr; JORGE ALBERTO LANGBECK CHANA
Diretor Geral-HSE.

CP93/0008122-5

(Fat. nº 10.016830, Reg. nº 10.016830, Dia: 23/04/93)

HOSPITAL OFIR LOIOLA

RESUMO DE PORTARIAS

= **PORT. nº 138/93-DG**, de 31.03.93, **CONCEDER**, Licença Especial de 30(trinta) dias à servidora **MARIA JÚLIA OLIVEIRA RODRIGUES**, para ser gozada no período de 16.02.93 a 17.03.93, referente ao quinquênio de 15.07.81 a 14.07.86. CP93/0008142-0

= **PORT; nº 0157/93-DG**, de 22.04.93, **DESIGNAR**, **ROSA MARIA DA SILVA BARBOSA, NADJA CRISTINE C. CALDAS** e **JÚLIO CESAR FERNANDES GALENDE**, para sob a Presidência da Primeira, constituírem a **Comissão de Licitação** na modalidade Carta Convite, com vistas a aquisição de **MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR**, visando suprir as necessidades deste Hospital.

Belém, 22 de abril de 1993.

Dr. JORGE ALBERTO LANGBECK OHANA.
Diretor Geral - HOL/IOL

CP93/0008165-9

(Fat. nº 10.016843, Reg. nº 10.016843, Dia: 23/04/93)

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

As Comissões Especiais de Licitação, divulga aos interessados, os resultados dos procedimentos licitatórios, tomando como critério de julgamento preço, prazo.

CONVITE	FIRMA	ÍTEM
114/93	CONSTRUTORA COSTA BARRA LTDA	ÚNICO
115/93	GRÁFICA E PAP. SÃO JOSÉ	01 e 02.
120/93	PANAMÉRICA	01
" "	JOSÉ SOARES	02
139/93	META	ÚNICO

Belém, 22 de abril de 1993.
as) Comissões

CP93/0007719-8

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO	OBJETO	HORA	DATA
017/93	MATERIAL PERMANENTE (CARTEIRAS ESCOLARES TIPO UNIVERSITÁRIO)	10:00	10.05.93
018/93	MATERIAL PERMANENTE (CONJ. PARA PROFESSOR DE CADEIRAS E MESAS)	12:00	10.05.93

LOCAL: Auditório da CPL/SEDUC, 1º andar, Rodovia Augusto Montenegro KM 10 S/Nº.

EDITAL: Os Editais encontram-se à disposição dos interessados na sala B-31, 1º andar do prédio sede da SEDUC, de 2ª à 5ª feira.

Belém, 22 de abril de 1993.

as) Comissões

CP93/0007711-2

(Fat. nº 10.016784, Reg. nº 10.016784, Dia: 23/04/93)

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
RESUMO PORTARIAS DIVERSAS

- Port.nº017-93 de 01.03.93 Conceder (30)dias de férias a Mª. Pinheiro de Sena, na 11ª URE, no mun.de Maracanã, no periodo de 01.05 a 30.05.93, ref. ao exercicio de 1993.

CP93/0007701-5

- Port.nº29-93 de 01.03.93 Aprovae esc. de férias de 1993 de Mª. Edith dos S Tavares, na ee Sen. Lameira Bittencourt, no mun. de Oriximiná, no periodo de 01 a 30.05.93.

CP93/0007702-3

- Port.nº30.93 de 01.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Solange Cristina F Valente, Carmem Mª. da G Carvalho no per. de 01.07 a 14.08.93, de Mª. Neuza de A Seixas, Lúcia de Fátima dos R Silva, Vera Lúcia de A Braga, Káthia Mª; P de Andrade, Mª. das Graças R Batista, Mª. de Jesus da S Barbosa, Joaquina F Farias, Virginia A da Costa, Nazaré de Souza Silva, Mª. de Lourdes Lopes de Souza, Mª. Duercila F de Oliveira, Adelina de O Gemaque, Nilce S Gemaque, Dulce S da Silva no periodo de 01 a 30.07 93, na EE Sen.Lameira Bittencourt, no mun. de Oriximiná.

CP93/0007703-1

- Port.nº31-93 de 01.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Creusa V Mota e Raimunda N C Vinente no per. de 01 a 30.06.93, na EE Helvécio Guerreiro,no mun. de Oriximiná.

CP93/0007759-7

- Port.35-93 de 04.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Ana Lúcia T Fernandes, Eliana F Tavares,no per. de 01.07 a 14.08.93, de Raimunda P Barbosa, Ana Magno da Silva, Mª. Tavares dos Santos, Mª Eugenia C de Souza, Lirete F Correa, Ana S de Almeida, Raimunda Rosa de A Ferreira, Teresa F Tavares,Eugênia B Correa e Ana dos Santos Lobato, no per. de 01 a 30.07.93, na EE Prof Adélia Figueirédo,no mun de Oriximiná.

CP93/0007749-0

- Port.nº03-93 de 05.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Mª. Madalena S Carvalho e Mª. Gonçalves Pimentel no per. de 03.05 a 02.06.93, na EE Eng Palma Muniz, no mun. de Redenção.

CP93/0007746-5

- Port.nº37-93 de 05.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Alda Helena G de Carvalho, Adenil C Gato, Francisco Paulo B Campos, Mª. Raimunda da S Aguiar, José Raimundo dos Santos e Lilian dos A Seixas no per. de 01 a 30.07.93, na EE Prof Adélia Fi Figueira, no mun. de Oriximiná.

CP93/0007779-1

- Port.nº40-93 de 08.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Mª. Almeida Tavares, Kátia Helena F Tavares, Mª. Celeste B Correa no per. de 01 a 30.07. 93, na EE Sen Lameira Bittencourt, no mun. de Oriximiná.

CP93/0007805-4

- Port.nº091-93 de 11.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Ana Lídia T da Trindade no per. de 18. 05 a 16.06.93, na EE Guilherme Mártires, no mun.de Santa Izabel do Pará.

CP93/0007758-9

- Port.nº39-93 de 12.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Ana Alice de S Correa, José dos S Rodrigues, Mª. do Carmo N Barreto, Zuleica Anna G Favarato no per. de 01 a 30.04.93, de Antonio Edson de Araujo no per. de 01 a 30.09.93, de Benedita P da Luz, Catarina E Silva, Francisca S Lopes, Mª. Martins Coelho, Rosa Geronimo A de Lima no per. de 01 a 30.06.93, de Dasdores de S Silva, no per. de 01 a 30.08.93, de Francisco Valdivino de Araujo,Mª.Luzimar Nunes, Mª. Miranda da Silva, Sonia Mª. F Batista no per. de 01 a 30.05.93, de Mª. Lúcia B da Silva, Marilene Andrade S Xavier no per. de 01.05 a 13.06.93, na EE Prof Terezinha B Siqueira, no mun de Capitão Poço.

CP93/0007783-0

- Port.nº40-93 de 16.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Alzira M da Silva, Antoni A da Silva,Antonieta S dos Santos, Expedita F da Silva, Francisdas Chagas S do Nascimento, Francisca F Lopes,Francisca Mª dos Santos, José P de Castro, Manoel F de Araujo, Mª. Auzanir M Araujo, Mª. das Graças N Rodrigues, Mª. Iracema G Cunha, Mª. José G de Carvalho, Mª. Odaléa S Silva, Mª. Piedade C Marques, Mª Raimunda R Oliveira, Marilene de O Monteiro, Mª.do Socorro A da Silva, Nazaré C de Moura, Nelsa C de Lima, Neuza G Peixoto, Raimunda de S Pompeu,Raimunda M de Moura, Raimunda S de Moraes, Raimundo da Fonseca, Salete Mª. de S Vaz, Sebastiana F de Mesquita, Regiane Mª. C da Costa, Antonio Aldi de Sousa, Antonia de F Cordeiro, Mª. Gomes dos Santos, Edith R Soares, José Raimundo do Nascimento, Mª. de Jesus L Siqueira no per. de 01 a 30.07.93 na EE Osvaldo Cruz, no mun. de Capitão Poço.

CP93/0007791-0

- Port.nº04-93 de 17.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Carmem Libia de O Imbiriba no per. de 01 a 30.04.93, de Ana Mª. D Cardoso no per. de 01 a 30.05.93, de Mª. do Rosário D de Sena no per. de 01.05 a 14.06.93, de Júlio Belém de O Imbiriba, Mª Batista Bentes no per. de 01 a 30.06.93, de Antonio Gil M da Costa, Mª. Avelina S Marinho no per. de 01 a 30.07.93, de Sofia M da Silva no per.de 01 07 a 14.08.93, de Mª. Alfredina Nogueira Duarte no periodo de 01.08.93 a 30.08.93 e de Mª. Helena T Santos no per. de 01 a 30.09.93, na EE Monteiro Lobato, no mun. de Alenquer.

CP93/0007780-5

- Port.nº025-93 de 19.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de José Augusto de S Nunes e Mª. Inês Souza dos Santos no per. de 01 a 30.06.93, na EE Tiradentes, no mun. de Salinópolis.

CP93/0007831-3

- Port.nº08-93 de 24.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Mª. Celina D Ribeiro, Mª. de Lourdes C da Silva e Rosa Célia Dias dos R Duarte no per. de 01 a 30.07.93, na EE Isolada - Zona Rural, no mun. de Alenquer.

CP93/0007839-9

- Port.nº16-93 de 25.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Mirtes Mª G Costa, Raimunda P Cardoso, Eunice M da Cunha, Mª. Ceci do Nascimento, Júlia da Conceição, Raimundo N de Souza, Mª. Alves Barbosa, Joana T da Silva, Eliete S Miranda no per. de 05. 07 a 03.08.93, de Mª. das Graças P dos Santos, Zelandia Mª. dos Santos, Zilda V Soares, Rosimar da Conceição no per. de 02.08 a 31.08.93, na EE D Luiz Palha, no mun. de Xinguara.

CP93/0007838-0

- Port.nº026-93 de 26.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Mª. Araujo da Cunha, Olívia S de Souza, Tereza dos S Figueiredo no per. de 01 a 30.07.93 na EE Generalda P de Souza, no mun.de Salinópolis.

CP93/0007804-6

- Port.nº28-93 de 27.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Donata F e Farias, Janiciara Mª de O Santos, Mª. do Socorro de S Souza, Mª. do Socorro Santos Souza, Marlucia da C Barros, Paulo Rogério F. de Jesus, Valdenira T Barros no per. de 01 a 30.07 93, na EE Aracy Marques, no mun. de Salinópolis.

CP93/0007771-6

- Port.nº30-93 de 26.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Rosa das M Reis, Mª. Oneide do E Stº dos Santos, Eni de S Castelo, Mª. Francisca Aleixo, Olinda L Correa, Pedro Paulo Stª. B Correa e Tereza de J de S Stª Brígida no per. de 01 a 30.07.93, na EE Tiradentes, no mun. de Salinópolis.

CP93/0007769-4

- Port.nº32-93 de 26.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Antonia F Monterio, Iraildes B Souza e Roselita C da Silva no per. de 01 a 30.07.93, na EE Teodato de Rezende, no mun. de Salinópolis.

CP93/0007777-5

- Port.nº33-93 de 26.03.93 Aprovar esc. de férias de 1993 de Carlos Ney G Ferreira no periodo de 01a 30.06.93, na EE Dom Bosco,no mun.de Salinópolis.

CP93/0007770-8

- Port.nº0349-B/93 de 19.04.93 Demitir, Maria das Graças Soares Vieira, na EE José de Alencar,no mun de Santarém, do emprego de Professor, a partir de 01.12.72.

CP93/0007807-0

- Port.nº2591-93 de 15.04.93 Demitir Raimundo Nonato Ferreira da Silva, Matr.nº0443867/012, na EE Albertina Barreiros, no mun. de Itupiranga, do emprego de Esc. Datilógrafo ref III, a partir de 1.5.93

CP93/0007782-1

- Port.nº2675-93 de 16.04.93 Designar Maria dos Santos Souza, matr.nº0281131/010, Prof AD1, para exercer, até ulterior deliberação, a função de Vice Diretora na EE Joaquim Caetano Correa, no mun. de Itaituba.

CP93/0007830-5

- Port.nº2676-93 de 16.04.93 Designar Ana Maria Mileo Moreira, matr.nº0477729/015, Prof AD1, para exercer. até ulterior deliberação, a função de Diretora da EE Deodoro da Fonseca,no mun.de Altamira.

CP93/0007837-2

- Port.nº2678-93 de 16.04.93 Conc. (45)dias de férias a Mª. José C Alves, Prof AD3, na 2ª URE, no mun. de Cametá, no per.de 1.7. a 14.8.92,referente a escala de 1992.

CP93/0007827-5

- Port.nº2679-93 de 16.04.93 Demitir, a pedido,Milton Marques Monteiro, matr.nº5318068, na EE Ana Neri, no mun. de Itupiranga, do emprego de Professor a partir de 01.01.93.

CP93/0007835-6

- Port.nº2680-93 de 16.04.93 Dispensar Maria dos Santos Souza, matr.nº0281131/010, Prof AD1,da função de Vice Diretora da EE Dr Gaspar de O Vianna , no mun. de Itaituba.

CP93/0007843-7

- Port.nº2706-93 de 19.04.93 Conceder (90) dias de L Saúde Prorrog. a Raimunda dos Santos Silva, na EE Francisco S Nunes, no mun. de S João de Pirabas,no periodo de 28.02.93 a 28.05.93.

CP93/0007810-0

- Port.nº2689-93 de 19.04.93 Conceder (15) dias de L Saúde a Joanita de Lima Coutinho, na EE Mª de Matias, no mun. de Altamira,no per.de 22.11 a 6.12. 1992.

CP93/0007811-9

- Port.nº2692-93 de 19.04.93 Conceder (15) dias de L Saúde Prorrog. a Joanita de Lima Coutinho,na EE Mª de Matias, no mun. de Altamira, no periodo de 04.11.92 a 18.11.92.

CP93/0007852-6

- Port.nº2593-93 de 19.4.93 Conc.(15)dias de L Saú de Prorrog. a Marina S Araujo,na EE Mªde Matias no mun.de Altamira,no per.del2.12 a 26.12.92.

CP93/0007842-9

(Fat. nº 10.016824, Reg. nº 10.016824, Dia: 23/04/93)

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
RESUMO DE CONTRATOS

- Port.nº0181-B/93 de 13.04.93 Contratar como Serviços Temporários pelo período de seis (06) meses, ou seja,de 01.02.93 a 30.07.93, os servidores constantes no anexo 01, para exercerem suas funções no mun. de Monte Alegre, na EE São Diogo.

NOME	CARGO
Maria Antonia Silva de Meireles	Profº/C/C/pedag.
Maria Isoraide Macêdo da Silva	Profº/C/C/Pedag.
Ana Luz de Macêdo Pereira	Profº/C/1º Gráu
Maria Marieta da Silva Pereira	Profº/C/1º Gráu
Seluita Albina dos Santos	Profº/C/1º Gráu
Marcelo José Soares França	Profº/C/1ºGráu

CP93/0008084-9

- Port.nº190-B/93 de 16.04.93 Contratar como Serviços Temporários pelo período de (06) seis meses, ou seja,de 15.02.93 a 13.08.93, Emanuel de Almeida Pereira, para exercer a função de Professor com 2º Gráu na EE Mª. Mirtes S Pessoa,no mun. Capanema.

CP93/0008100-4

- Port.nº191-B/93 de 16.04.93 Contratar como Serviços Temporários pelo período de seis (06) meses, ou seja,de 08.03.93 a 03.09.93, os servidores constantes no anexo 01, para exercerem suas funções no mun. de Capanema.

NOME	CARGO
Rolian dos Santos Silva	Profº/C/C/Super.
Sandra Eliana Teixeira Moura	Profº/C/C/Super.
Maria Lúcia Marques Nascimento	Profº/C/C/Pedag.
Edilene de Fátima Bulhões de Sousa	Profº/C/C/Pedag.
Iracema Damasceno Pereira	Esc.Datilógrafo
Maria de Nazaré Melo da Silva	Servente

CP93/0008090-3

- Port.nº0192-B/93 de 16.04.93 Contratar como Serviços Temporários pelo período de seis (06) meses, ou seja,de 02.04.93 a 28.09.93, os servidores constantes no anexo 01, para exercerem suas funções no mun. de Benevides, na ERC Stª Tereza Davila.

NOME	CARGO
Damiana Rosamunda Alves de Castro	Profº/C/C/Pedag.
Claudiney Zenildo Pereira Fima	Esc.Datilógrafo
Jair Marílio Lima Leal	Esc.Datilógrafo
Eunice Rodrigues dos Santos	Servente
Maria Madalena de Assis Santos	Servente

CP93/0008097-0

- Port.0194-B/93 de 15.04.93 Contratar como Serviços Temporários período de seis (06) meses, ou seja, de 01.05.93 a 27.10.93, Raimundo Nonato Ferreira da Silva, para exercer, a função de Professor C/ 2º Gráu, na EE Albertina Barreiros, no municipio de Itupiranga.

x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

CP93/0008089-0

(Fat. nº 10.016823, Reg. nº 10.016823, Dia: 23/04/93)

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
RESUMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS

Anexo 338 da Port.0200-B/93 - DAPE de 08.03.93

NOME	CARGO	MUNICÍPIO
Antonio da Paz da Silva Bezerra	Professor	Viseu
Avelino Alves da Silva	Esc. Dat.	"
Carmem Maria Silva Magalhães	Servente	"
Edilson Sergio da Silva Santos	Vigia	"
Hosana de Jesus Silva Barros	Merendeira	"
Marco Antonio Paz Dias	Professor	"
Maria de Nazaré Costa Ramos	Merendeira	"
Maria Esmeralda Padilha de Freitas	Professor	"
Oberdam Souza Guedes	Esc. Dat.	"
Robertina Oliveira Santos Moreira	Servente	"
Ana Maria Cuite Fernandes	Esc. Dat.	"
Carlos Augusto de Oliveira Silva	Vigia	"
Hilmo Trindade Correa	Esc. Dat.	"

Manoel Valter de Oliveira Santana	Vigia	"
Maria Irene Oliveira Araujo	Esc. Dat.	"
Raimundo Martins Fernandes	Vigia	"
Sebastião Ferreira de Souza	Servente	"
Elieth Pedreira da Silva	Esc. Dat.	"
Humberto Gerson Silva Magalhães	Vigia	"
Izete Monteiro Soares	Esc. Dat.	"
Maria Leude Azevedo Machado	Esc. Dat.	"
Maria Raimunda Silva de Oliveira	Servente	"
Marizete Cardoso Lopes	Servente	"
Rosa Anita Martins Melo	Merendeira	"
Valdemar dos Santos Viana	Servente	"
Aluizio Nascimento Borges	Vigia	"
Arlete de Oliveira da Silva	Merendeira	"
Gregorio do Rosario Pires	Vigia	"
Nicéleia Trindade de Sousa	Esc. Dat.	"
Raimunda do Socorro Lopes da Silva	Merendeira	Viseu
Raimunda Jesus da Silva Oliveira	Merendeira	"
Benedito Carlos dos Reis	Vigia	"
Lucia Maria Pinheiro da Silva	Merendeira	"
Maria Celia Lima Furtado	Esc. Dat.	"
Oquerlinda Dias dos Santos	Merendeira	"
Valter Laurentino Pereira	Esc. Dat.	"
Antonia Elias de Souza	Merendeira	"
Benedita Lindalva Pires de Santana	Professor	"
Carmem Lucia de Castro Negrão	Professor	"
Enes Manoel Ferreira de Queiroz	Esc. Dat.	"
Glaucilandia Monteiro Athay de	Professor	"
Aracy Souza da Silva	Servente	"
Jesse Oliveira de Araujo	Servente	"
Joel Silva	Vigia	"
Julieta Mourão Salomão	Professor	"
Lucia Irene Bezerra	Professor	"
Lucinaura Brito Borges	Professor	"
Maria da Conceição Silva	Professor	"
Maria da Silva Alves	Merendeira	"
Maria de Lourdes de Oliveira	Professor	"
Maria do Perpetuo Socorro Oliveira	Servente	"
Maria do Rosário de Jesus da Costa	Esc. Dat.	"
Miguel dos Santos Monteiro Santana	Esc. Dat.	"
Nazaré Nunes da Silva	Merendeira	"
Odete dos Reis e Silva	Servente	"
Pedro Moreira Pereira	Vigia	"
Raimunda Silva dos Santos Souza	Servente	"
Raimundo Helder Oliveira	Vigia	"
Sonia Regina da Costa Lima	Professor	"
Tihamer Benedito Silva Oliveira	Vigia	"
Vicentina Silva Oliveira Neta	Esc. Dat.	"
Cleia Gonçalves Pinheiro	Merendeira	"
Edson Ferreira de Araujo	Esc. Dat.	Viseu
Janete da Consolação Lima Bezerra	Esc. Dat.	"
José Osvaldo Correa Melo	Esc. Dat.	"
Maria de Nazare Ferreira Barbosa	Merendeira	"
Maria de Nazare Paiva Ferreira	Merendeira	"
Maria José da Silva Gomes	Professor	"
Maria Raimunda Ribeiro Souza	Servente	"
Raimundo Ramos Moreira	Vigia	"
Valdedilson Silva dos Santos	Vigia	"
Almira de Jesus Barbosa Santos	Professor	"
Antonio Alves da Silva	Vigia	"
Francisco Moura Pereira	Vigia	"
Julia Maria da Silva Costa	Esc. Dat.	"
Lucelina Pereira Barros	Merendeira	"
Luzane do Rosário de Nazaré	Servente	"
Maria da Gloria de Souza Oliveira	Merendeira	"
Maria das Graças Mendes da Silva	Professor	"
Sueli Ramos da Silva	Esc. Dat.	"
Valdir de Souza Silva	Servente	"
Claudia Regina Santos Costa	Esc. Dat.	"
Cleide Monteiro da Silva	Servente	"
Eudes Pedro de Sousa	Vigia	"
Valdina Jacinta Viana	Esc. Dat.	"
José Maria Correa Furtado da Costa	Esc. Dat.	"
Maria da Graças da Silveira Gomes	Servente	"
Maria Ivete da Costa	Merendeira	"
Maria Ranilde Oliveira Araujo	Merendeira	"
Maria Sueli de Farias Costa	Professor	"
Meuton Luis da Silva Chaves	Vigia	"
Eliz Regina Correa	Esc. Dat.	"
Etelvina da Silva Costa	Esc. Dat.	"
Francisca Costa dos Santos	Professor	"
José dos Santos Ferreira	Vigia	"
José Gonçalves de Oliveira	Vigia	Viseu
Luciana Pires de Castro	ervente	"
Maria de Jesua de Souza Carvalho	Servente	"
Maria de Lourdes da Silva Costa	Servente	"
Maria Domingas Ferreira Saraiva	Professor	"
Maria Oneto Pinheiro da Silva	Merendeira	"
Maria Rozilda Melo	Servente	"
Maria Zeneide Maia da Silva	Servente	"
Naudilene Madeira Tavares	Professor	"
Raimunda Suely de Lima	Professor	"
Roseli do Socorro Ribeiro Tavares	Merendeira	"
Socorro Silva Souza Correa	Merendeira	"
Francisco Paulo de Lima	Vigia	"
José Marçal Araujo Gonçalves	Vigia	"
Maria Audenora Oliveira da Silva	Merendeira	"
Maria Janete Pereira dos Santos	Merendeira	"
Raimunda Célia Lima Tavares	Esc. Dat.	"
Adalberto Silva da Costa	Vigia	"
Alzira Fedegonhes Ferreira Castro	Esc. Dat.	"
Emilia Avis dos Santos	Merendeira	"
Maria do Espirito Santo de Sousa Gatinho	Merendeira	"
Ozenildo de Souza Guedes	Vigia	"
Alcileia do Santos Viana	Servente	"
Cleude Alves Sagica	Professor	"
Maria Madalena de Aviz	Servente	"
Maria Zozimar da Costa Gonçalves	Servente	"
Gil Mamede da Paixão Junior	Vigia	"
José Pinheiro Piquia	Vigia	"
Maria Gracileia Soares Franco	Merendeira	"
Maria Ocelia Cardoso de Almeida	Esc. Dat.	"
Antonia Ivone Aventina Siqueira	Professor	"
Maria do Socorro Rozario	Servente	"
Paula Maria Fernandes da Silva	Servente	Viseu
Antonia Maria Paiva Ferreira	Esc. Dat.	"
Jovito Martins Correa	Vigia	"
Luzilandi Pinheiro dos Santos	Merendeira	"
Maria da Conçeição Macha do da Silva	Merendeira	"
Candida Almeida da Costa	Servente	"
Anibal dos Santos Tavares	Servente	"
Maria da Neves Silva Mata	Esc. Dat.	"
Maria Stael Viana da Silva	Merendeira	"
Maridalva Azevedo Viana	Merendeira	"
Raimundo Nazareno de Jesus Lopes Sagita	Servente	"
Rubenor Pinheiro Monteiro	Professor	"
Maria das Graças Ribeiro	Servente	"
Maria Eunice Ribeiro	Professor	"
Angela dos Santos Tavares	Professor	"
Edna Marly Marques Miranda	Servente	"
Benedito Alves da Costa	Vigia	"
Francisco Muniz de Araujo	Vigia	"
Maria Jose Oliveira Matias	Merendeira	"
Rosa do Rosario de Sousa	Merendeira	"
Rosemery Silva Rodrigues	Esc. Dat.	"
Maria Joaquina Faustino dos Reis	Servente	"
Edinaldo Barbosa Martins	Vigia	"
João Jorge de Souza Teixeira	Esc. Dat.	"
Josefa da Silva Oliveira	Vigia	"
Maria Inez Cardoso dos Reis	Merendeira	"
Cicero Ribeiro da Silva	Vigia	"
Ciderita Ferreira de Souza Brito	Merendeira	"
Delio do Carmo Ferreira	Vigia	"
Elieci Romão dos Santos	Merendeira	"
Leonice Araujo da Silva	Merendeira	"
Silvio Augusto Câlino de Magalhães	Esc. Dat.	"
Maria Ivanetes Aguiar Melo	Servente	"
Domingas Sarges de Souza	Servente	"
Iracilda Rodrigues de Sousa	Merendeira	"
Manoel José de Oliveira Barros	Vigia	Viseu
Maria Zelita Ribeiro	Esc. Dat.	"
Pedro Pereira Costa	Vigia	"
Rita de Cassia de Jesus Lopes Sagica	Servente	"
Antonio Jorge Freira da Silva	Vigia	"
Graciete de Nazare Cruz	Merendeira	"
Ozeias Felizardo Silva	Vigia	"
Maria de Fatima Lima do Rosario	Servente	"
Luiza da Luz Guimarães	Servente	"
Antonia Maria Ribeiro Lima	Servente	"
Zilma Ferreira da Silva	Servente	"
Dawid Pires de Souza	Servente	"
Leda Mafra Freitas	Servente	"
Benedita Zuila de Jesus Sagica de Brito	Professor	"
Mariselia Gonçalves Costa	Servente	"
Margarida Lima da Silva	Servente	"
Ilma Machado Monteiro	Servente	"
Analice de Sousa Teixeira	Esc. Dat.	"
Conceição de Maria Pereira Tavares	Servente	"
Eliezer Pinheiro de Oliveira	Vigia	"
Jacirene de Souza Monteiro	Merendeira	"
José Maria da Silva Barros	Vigia	"
José Pinheiro do Nascimento	Servente	"
Maria de Nazare Araujo	Merendeira	"
Marielza Guimarães Rocha	Professor	"
Ana Maria Almeida	Servente	"
Charlene Maria Tavares	Merendeira	"
Francisca Cristina de Lima	Professor	"
José Conceição do Carmo	Vigia	"
José Trindade Amorim	Esc. Dat.	"
Luiza do Rosario	Merendeira	"
Manoel Agostinho Nogueira Filho	Vigia	"
Margareth Gomes Pinto	Professor	"
Maria Ivone Carvalho	Professor	"
Maria Raimunda Gomes	Merendeira	"
Miguel Dias Moreira	Servente	"
Nadma do Socorro Costa Azevedo	Esc. Dat.	"
Vania do Rosario Vale	Professor	"
Ana Monteiro Mourão	Servente	Viseu
Juvenilde Santos dos Reis	Professor	"
Eurico Cardoso da Fonseca	Vigia	"
Maria das Dores da Costa Ribeiro	Servente	"
Maria de Fatima Borges	Merendeira	"
Maria Justina Costa da Silva	Merendeira	"
Marilda Ramos Ferreira	Merendeira	"
Nieda Maria Ramos de Oliveira	Merendeira	"
Pedro Garaldo Gonçalves Nogueira	Esc. Dat.	"
Raimundo Nonato Ferreira	Vigia	"
Eliete da Amunciação Araujo	Esc. Dat.	"
Francisco Amado da Silva	Vigia	"
José Guarin de Souza Castro	Vigia	"
Maria Ancelma Tavares Nunes	Merendeira	"
Maria de Loudes Barbosa	Merendeira	"
Manoel Maria Costa	Vigia	"
Pedro Cardoso Pereira	Esc. Dat.	"
Sebastião dos Santos Ferreira	Vigia	"
Maria da Conceição Teixeira	Servente	"
Clara Ramos de Oliveira	Servente	"
Dilce Maria Guimarães Soares	Servente	"
Dioneide Alcanja da Silva Barros	Merendeira	"
Edna Maria Lima Rodrigues	Servente	"
Ilivote dos Santos Souza	Esc. Dat.	"
Fatima Maria Schwartz Martins Pereira	Professor	"
Francisca Lima da Silva	Servente	"
Jamil Ambrim Nascimento	Vigia	"
Janary Carneiro de Oliveira	Vigia	"
José da Silva Matos	Vigia	"
José Ribamar Sousa Araujo	Vigia	"
Liege Freitas dos Santos	Servente	"
Maria da Conceição Monteiro da Silva	Professor	"
Maria Domingas Costa de Assis	Esc. Dat.	"
Maria Lucimar Monteiro da Silva	Servente	"

Maria Lucirene Costa	Servente	Viseu
Maria Raimunda da Silva	Servente	"
Nidia Ramos de Oliveira	Esc. Dat.	"
Rosangela Santos Bastos	Professor	"
Valter do Rosario Dias	Professor	"
Frutuoso da Silva Costa	Vigia	"
Magno Valdelino da Silva Santana	Professor	"
Maria Rodrigues Ferreira	Servente	"
Neumann Kener Costa Azevedo	Esc. Dat.	"
Norma Auxiliadora Tavares Maciel	Servente	"
Edson Augusto Pinheiro	Vigia	"
Emanoel Nazareno de Oliveira Soares	Professor	"
Isabel da Silva Brito	Merendeira	"
Ivania Maria da Trindade Borges	Professor	"
João Costa dos Reis	Vigia	"
Marcio William de Oliveira Soares	Professor	"
Nilza Pinheiro Gonçalves	Servente	"
Amelia Silva dos Santos	Merendeira	"
Antonia Saraiva	Servente	"
Auro do Remedio Melo Pinheiro	Vigia	"
Dalva Maria de Sousa Ramos	Professor	"
Edna Maria da Silva Costa	Esc. Dat.	"
Francisco Assunção da Silva	Vigia	"
Jandira Matos Henriques	Merendeira	"
Manoel Correa Filho	Servente	"
Maria Regina Gomes Furtado	Merendeira	"
Marluce Honorio de Lima Dantas	Esc. Dat.	"
Rosa ilva Brito	Servente	"
Terezinha de Jesus Cardoso Ferreira	Servente	"

Anexo 341 da Port.nº0200-B/93 - DAPE de 08.03.93

NOME	CARGO	MUNICÍPIO
Amiraldo do Socorro Soares da Cunha	Professor	Breves
Ed Carlos de Sousa Pureza	Professor	"
Katia do Socorro Oliveira da Silva	Merendeira	"
Marcia Heloiza Teixeira da Silva	Esc. Dat.	"
Maria Rosinete de Brito Medeiros	Esc. Dat.	"
Nildo Soares da Silva	Vigia	"
Rita de Cassia Soares dos Santos	Merendeira	"
Acioneia da Silva Acioli	Professor	"
Aldenora Cardoso da Silva	Merendeira	"
Jandira Medeiros Mendonça	Professor	"
Joana Darc Moraes de Oliveira	Professor	"
José Ruberson Costa dos Passos	Servente	"
Manoel Luis Baia da Silva	Vigia	"
Marcos Vinicius Guerra Ferreira	Professor	"
Maria de Nazaré Lobato Marques	Professor	"
Maria Neuza Machado Gonçalves	Merendeira	"
Nazaré do Socorro Barbosa da Silva	Professor	"
Nizomar Freitas da Silva	Vigia	"
Orisvaldo Bezerra Vanzeler	Professor	"
Alderene dos Santos Pascine	Professor	"
Anderson Luiz Jorge Pires	Esc. Dat.	"
Clarice do Perpetuo Rodrigues Lopes	Professor	"
Ednete Tenório da Silva	Professor	"
Edson Gomes Soares	Vigia	"
Emiliano Rocha Cardoso Jr.	Aux. Sec.	"
Enil do Socorro de Souza Pureza	Aux. Sec.	"
Joana Darc Machado Marques	Professor	"
João dos Santos Serrão Pacheco	Vigia	"
Maria Helena Ferreira Calucio	Merendeira	"
Raimunda do Socorro Carvalho dos Passos	Merendeira	"
Raimundo Nonato de Souza Magulas	Vigia	"
Rejane Fonseca de Abreu	Professor	"
Soãange Correa	Professor	"
Ana Maria Inajosa Sales	Professor	Breves
Josão Miranda Barros	Vigia	"
Jorge José da Conceição Cunha	Esc. Dat.	"
Lucinda Pereira Duarte	Professor	"
Maria José Lopes de Oliveira	Professor	"
Marilda Pinheiro da Silva	Esc. Dat.	"
Marinaldo Gemaque Machado	Professor	"
Ana Lúcia Machado Modesto	Professor	"
Auricélia Alves Barreto	Professor	"
Durval Dias	Vigia	"
Hosana de Moraes Pinto	Merendeira	"
Maria de Fátima Pereira do Amaral	Merendeira	"
Maria José Martins Balieiro	Esc. Dat.	"
Maria Ruth Gonçalves Pereira	Esc. Dat.	"
Sebastião Alves Balieiro	Vigia	"
Dulcinea Soares Ferreira	Merendeira	"
Leoci da Cunha Macedo	Professor	"
Lucimar Gomes Carneiro	Esc. Dat.	"
Maria Célia Serra Rodrigues	Merendeira	"
Mauro Elias de Sousa Fonseca	Professor	"
Ozimar de Nazaré Machado Ribeiro	Professor	"
Rosa Santana Brasil	Merendeira	"
Carlos Lopes de Lima	Vigia	"
Debora do Amaral de Souza	Professor	"
Elcila de Souza Gonçalves	Merendeira	"
Eliana Maria de Oliveira Maia	Professor	"
Ester Monteiro dos Santos	Professor	"
Manoel Maria Correa Borges	Vigia	"
Maria do Perpetuo Socorro Rebelo Furtado	Merendeira	"
Maria Odete dos Anjos Santos	Merendeira	"
Orcineide Correa Nunes	Professor	"
Orleia Pereira da Silva	Merendeira	"
Rosicleide Cavalcante Cardoso	Esc. Dat.	"
Solange dos Santos Rocha	Esc. Dat.	"
Terezinha Pereira de Freitas	Merendeira	"
Ana Claudia Cordovil Barros	Professor	"
Claudio Roberto Freitas do Nascimento	Servente	"
Eder Santiago do Carmo	Professor	"
Elzarina Pinheiro da Costa	Merendeira	"
Lindomar Carvalho Balieiro	Vigia	Breves
Maria das Graças Melo Gonçalves	Servente	"
Maria Dinete Ferreira Pinto	Servente	"
Maria Marta Wariss da Costa e Costa	Servente	"
Ronaldo Oliveira Miranda	Aux. Sec.	"
Tanha Maria Vaz da Silva	Esc. Dat.	"
Carlos Dutra do Amaral	Vigia	"
Gercina Maria Ferreira Pereira	Merendeira	"
Iolanda do Socorro Rodrigues da Silva	Esc. Dat.	"
Izabel Dutra da Fonseca	Servente	"
Manoel França da Costa	Vigia	"
Margare Mesquita Maranhão	Professor	"
Margareth Maria Diniz dos Santos	Professor	"
Maria Lucinete Borge de Deus	Servente	"
Marimalve Guerreiro da Silva	Servente	"
Reginaldo Oliveira de Miranda	Servente	"
Wilson Carlos Lopes Rodrigues	Professor	"
Adalberto Lopes Borges	Esc. Dat.	"
Ana Maria de Miranda Freire	Servente	"
Anselmo Reis da Costa	Vigia	"
Benedita Pereira Silva	Merendeira	"
Elias Barreiros Beltra	Esc. Dat.	"
Lucilene da Costa Brito	Professor	"
Manoel Raimundo Ferreira Camara	Professor	"
Maria de Nazaré Oliveira Rocha	Professor	"
Maria José Ferreira de Freitas	Professor	"
Maria Lucineia da Silva Santos	Servente	"
Maria Santana de Souza Rodrigues	Aux. Sec.	"
Onete Silva Pinheiro	Professor	"
Oniel Lima Ferreira	Professor	"
Rosemira Sales de Albuquerque	Servente	"
Terezinha Machado Bezerra	Professor	"
Nilo Rodrigues Araujo	Vigia	"
Rosa Marques dos Santos	Servente	"

Anexo 342 da Port.nº0200-B/93 - DAPE de 08.03.93

NOME	CARGO	MUNICÍPIO
Alberto Carlos Sousa Matos	Aux. Sec.	Castanhal
Ana Maria do Socorro Silva Cruz	Servente	"
Antonia Lucilene do Nascimento Alves	Esc. Dat.	"
Celene Maria Lobato da Cunha	Professor	"
Conceição Suely Guimarães Castelo Branco	Esc. Dat.	"
Damiana Baross de Souza	Servente	"
David Firmino de Oliveira Osório	Esc. Dat.	"
Edison Moraes de Sousa	Vigia	"
Fernando Magalhães de Araujo	Vigia	"
João da Silva Moreira	Vigia	"
João Teixeira Junior Gama	Vigia	"
José Carlos Silva Duarte	Vigia	"
Maria Ines Cavalcante da Silva	Servente	"
Pedro Sergio Lima da Silva	Aux. Sec.	"
Raimunda Celia de Souza Freitas	Servente	"
Raimunda Nazaré dos Santos	Servente	"
Raimundo Lopes	Vigia	"
Ricardo Benedito Lameira Jr	Vigia	"
Rinaldo Queiroz Cesar	Professor	"
Roberto Carlos Correa da Silva	Vigia	"
Ronaldo Carlos Ribeiro de Oliveira	Vigia	"
Sulamita da Silva Barroso	Servente	"
Tania Maria Morais Lima Delgado	Esc. Dat.	"
Valnice do Socorro Lima da Silva	Servente	"
José Furtado Belém Junior	Professor	"
Maria Neuza da ilva e Silva	Servente	"
Oscarina Ferreira Araujo	Merendeira	"
Rosa Maria Andrade de Lima	Servente	"
Ana Lucia Cunha da Conceição	Servente	"
Antonio Carlos Ramos de Lima	Vigia	"
Doranilde Maria Barbosa da Silva	Professor	"
Francisco Assis Costa Jr	Professor	"
Ina Conceição Ribeiro de Lima	Professor	"
Leni Trindade Bernardes	Merendeira	"
Luiza Gonzaga Correa da Silva	Merendeira	Castanhal
Maria de Fátima Braga Lima	Servente	"
Ronaldo Luiz Santos Benchimol	Professor	"
Rosilene Rodrigues da Silva	Servente	"
Santino Paz Correa	Vigia	"
Elcio Alaudio ilva de Moraes	Professor	"
Joana D'Arc Paula de Lima	Esc. Dat.	"
Luis Leogildo Magalhães Rodrigues	Vigia	"
Maria Benédita Leal Lima	Professor	"
Maridalva Costa Nascimento	Professor	"
Altamira Vitória Teixeira Correa	Esc. Dat.	"
Edinete da Paixão de Oliveira	Servente	"
Francisco Valdez Abreu Castelo Branco	Vigia	"
Gualberto Denis Barros da Silva	Professor	"
Lauro Cardoso de Sousa Filho	Esc. Dat.	"
Lucineia Neves Barros	Esc. Dat.	"
Mario Jorge Costa Cardoso	Vigia	"
Rosilda Dias Fernandes	Servente	"
Valfredo de Lima Monteiro Filho	Vigia	"
Edielson Lima da Silva	Esc. Dat.	"
Edivam Gomes de Sousa	Vigia	"
Edson Ventura de Lima	Esc. Dat.	"
Eliana Clementino de Araujo	Esc. Dat.	"
Elizabeth Espinheiro Alli	Esc. Dat.	"
Lucimar Martins de Andrade	Professor	"
Maria Beatriz Saraiva Matos	Esc. Dat.	"
Maria Ribeiro Cardoso	Esc. Dat.	"
Nilson Costa da Cruz	Esc. Dat.	"
Olinda Araujo da ilva	Servente	"
Raimundo Luciete da Costa Brito	Esc. Dat.	"
Raimundo Nonato Baia de Souza	Vigia	"
Tania Mara Gonçalves Costa	Esc. Dat.	"
Edilson Correa de Magalhães	Vigia	"
João Rodrigues Neto	Professor	"
Lindalva Marinho Passos	Servente	"
Lucivanda Silva do Nascimento	Servente	"
Luzia Dias Fernandes	Servente	"
Rosangela Lopes Frota	Servente	Castanhal
Terezinha Ventura de Lima	Servente	"
Olivar Lima da Silva	Vigia	"
Raimundo Gomes de Souza	Vigia	"
Cristina Oliveira Santos	Professor	"
Edilene Nazaré Bastos Oliveira	Esc. Dat.	"
Maria Liene Lemos da Silva	Professor	"
Maria Neuza Vieira Gomes	Merendeira	"
Maria Nilza Monteiro Ferreira	Servente	"
Nazaré Cristina Costa de Sousa	Servente	"
Tania Mara Fernandes Carlos	Esc. Dat.	"
Zenaide Neves Modesto da Paixão	Servente	"
Landin de Souza e Silva Filho	Vigia	"
Ricardo Ferreira Travassos	Vigia	"
Maria de Fatima Araujo Lacerda	Servente	"
Antonia Dias de Souza	Servente	"
Ana Maria da Silva	Servente	"
Antonio José Coelho Melo	Vigia	"
Claudio José Pantoja do Nascimento	Professor	"

Daniel Gabriel dos Santos	Vigia	"
Farid Mekdec da Silva	Professor	"
Fernando Augusto Barbosa Lopes	Professor	"
Haroldo de Oliveira e Silva	Professor	"
Marcia de Souza Passos	Esc. Dat.	"
Maria Barbosa da Cruz	Esc. Dat.	"
Maria de Jesus Nascimento Lima	Servente	"
Maria do Nascimento Santos	Servente	"
Maria Selma Silva Costa	Esc. Dat.	"
Raimundo Nonato Moraes	Vigia	"
Raimundo Crispim de Loureiro Nunes	Vigia	"
Raimundo Gomes Cecim	Vigia	"
Ana Maria Naiff Botelho	Professor	"
Catarina Ribeiro da Conceição	Merendeira	"
Jocileide Araujo Moreira de Souza	Professor	"
Antonia Almeida dos Santos	Servente	"
Benedita Maria Costa de Souza	Merendeira	"
João Ferreira de Lima	Vigia	"
Juarez da Silva Teixeira	Vigia	Castanhal
Liberato da Cruz Moraes	Vigia	"
Maria Lucia Peixoto da Silva	Merendeira	"
Admildes Silva Soares	Servente	"
Antonia da Luz Silva	Servente	"
Claudio do Nascimento	Vigia	"
Edilson Cordovil Moraes	Vigia	"
Francisca Alves de Souza	Servente	"
Geomar Siqueira de Araujo	Vigia	"
Herculana Ferreira	Servente	"
Iracenira Silva Sousa	Professor	"
Jeane Charlene Lima de Carvalho	Professor	"
João Ferreira	Vigia	"
Lenina Ferreira	Servente	"
Lucia do Socorro de Souza Bentes	Servente	"
Manoel Santana Monteiro	Vigia	"
Maria do Socorro Barbosa Sampaio	Servente	"
Maria José Vieira Evangelista	Servente	"
Maurilio Saraiva da Silva	Servente	"
Osmar Ferreira da Costa	Vigia	"
Tania Maria Vasconcelos Leão	Professor	"
Yolanda Seixas do Nascimento	Professor	"
Antonio Barata Ferreira	Vigia	"
Edna Cristina de Souza Miranda	Esc. Dat.	"
Elaine Socorro da Silva e Silva	Professor	"
Evacir Vilefort Reis	Professor	"
Francisco Lopes da Silva	Vigia	"
Julia Lima de Almeida	Esc. Dat.	"
Marco Antonio da Silva e Silva	Professor	"
Maria Nita Araujo Cunha	Esc. Dat.	"
Maria Antonia Vieira Borges	Merendeira	"
Maridelma Siqueira Chaves	Esc. Dat.	"
Marlene Lopes de Sousa	Professor	"
Milton Cleber Melo do Nascimento	Professor	"
Raimundo Pinheiro da Silva	Vigia	"
Rosana Costa Melo	Esc. Dat.	"

x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

CP93/0008107-1

(Fat. nº 10.016822, Reg. nº 10.016822, Dia: 23/04/93)

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
CONTRATADO : MAURÍCIO JOSÉ MAIA RUSSO BENDELAK
CARGO : TÉCNICO EM PLANEJAMENTO
PRAZO : 16.04.93 a 16.10.93
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24101 1107021. 2.174. 3111.01-3111.03
SALÁRIO : Cr$ 8.374.599,00
CP93/0008116-0

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
CONTRATADO : LUCIONETE DA SILVA SOARES
CARGO : AGENTE DE ARTES PRÁTICAS
PRAZO : 15.04.93 a 15.10.93
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24101 1107021. 2.174. 3111.01-3111.03
SALÁRIO : Cr$ 1.709.400,00
CP93/0008115-2

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
CONTRATADO : SIMONE DE FÁTIMA MONTEIRO FERREIRA
CARGO : DESENHISTA
PRAZO : 20.04.93 a 20.10.93
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24101 1107021. 2.174. 3111.01-3111.03
SALÁRIO : Cr$ 1.904.259,00
CP93/0008106-3

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
CONTRATADO : MARIA LUISA TRINDADE RAMOS
CARGO : AUXILIAR TÉCNICO
PRAZO : 20.04.93 a 20.10.93
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24101 1107021. 2.174. 3111.01-3111.03
SALÁRIO : Cr$ 2.121.200,00
CP93/0008105-5

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
CONTRATADO : DÁRIO SÉRGIO DIAS GOMES
CARGO : TÉCNICO EM PLANEJAMENTO
PRAZO : 20.04.93 a 20.10.93
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24101 1107021. 2.174. 3111.01-3111.03
SALÁRIO : Cr$ 8.374.599,00
CP93/0008113-6

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
CONTRATADO : MARCUS VINICIUS PINTO FRANÇA
CARGO : AUXILIAR TÉCNICO
PRAZO : 20.04.93 a 20.10.94
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24101 1107021. 2.174. 3111.01-3111.03
SALÁRIO : Cr$ 2.121.200,00
CP93/0008121-7

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
CONTRATADO : ROBERTO EVANGELISTA V. COSTA JUNIOR
CARGO : AGENTE DE ARTES PRÁTICAS
PRAZO : 20.04.93 a 20.10.93
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24101 1107021. 2.174. 3111.01-3111.03
SALÁRIO : Cr$ 1.709.400,00
CP93/0008129-2

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA,COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
CONTRATADO : MARIA DO SOCORRO MORAES PEREIRA
CARGO : SOCIÓLOGO
PRAZO : 20.04.93 a 20.10.93
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 24101 1107021. 2.174. 3111.01-3111.03
SALÁRIO : Cr$ 8.374.599,00
CP93/0008114-4

(Fat. nº 10.016834, Reg. nº 10.016834, Dia: 23/04/93)

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

Extrato do Termo Aditivo de Elevação de Valor e Prorrogação de Prazo nº A.JUR. 013/93.Partes:SETRAN E SOFTWAY LTDA.Procº 605/93.Prazo (trinta) dias.Valor Cr$-62.500.000,00.Dotação:29.101.16.07.024.1228.3132 00001.1101.NOE:300417.02/04/93. a)ENGº ANTONIO CESAR PINHO BRASIL E REPRESENTANTE DA CONTRATADA.

CP93/0008098-9

(Fat. nº 10.016779, Reg. nº 10.016779, Dia: 23/04/93)

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 033 DE 22 DE ABRIL DE 1993

O Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais e considerando o Auto de Infração datado de 29.01.93, nos termos do processo nº 06482/91,etc.

R E S O L V E:

Aplicar a pena de Advertência à empresa OLARIA COLONIAL LTDA, sito à Rodovia Pa 140 km 02, Sítio Inajá, Município de Tomé-Açú-Pa, CGC nº 07.920.606/0001-94, com base no inciso XX, do art. 220 da Lei Estadual nº 5.199/84, consubstanciado no inciso I, do art. 1º da Lei Estadual nº 5.638/91, por não ter comparecido perante este Órgão para prestar as informações relativas ao escoamento do prazo dado para a renovação de sua licença, violando o determinado no Ofício nº 1543/92 de 26.06.92 e pelo fato de a mesma ter descumprido com as exigências contidas no Ofício nº 0526/91 D.T/EXT de 17.06.91.

Dar o prazo de 60(sessenta) dias para que a empresa venha a se regularizar perante este Órgão, apresentando as exigências nºs I,II e IV constantes do Ofício nº 0526/91, assim como explicações sobre a continuidade ou não de suas atividades.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO
Secretário de Estado de Ciência,
Tecnologia e Meio Ambiente.

CP93/0008108-0

(Fat. nº 10.016792, Reg. nº 10.016792, Dia: 23/04/93)

COMPANHIA DE MECANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA - CMA. CGC/MF Nº 05.635.644/0001-70. EMPRESA BENEFICIADA PELOS INCENTIVOS FISCAIS - FINAM. RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a V.Sas., as demonstrações financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31/12/91 e 31/12/92, Acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria está a disposição dos senhores acionistas para as informações complementares que forem julgadas necessárias. Belém, 02 de bril de 1993. A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	1990 CR$	1991 CR$	1992 CR$
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	66	80	677.318.089
INVESTIMENTOS	10.046	63.086	489.727
IMOBILIZADO	61.865.605	306.963.402	13.758.485.697
DIFERIDO	17.080.609	194.652.696	781.432.705
-GASTOS DE IMPLANTAÇÃO	17.080.609	194.652.696	781.432.705
TOTAL DO ATIVO	78.956.326	501.679.264	15.217.726.218
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	31	31	11.323.706.642
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	78.956.295	501.679.233	3.894.019.576
CAPITAL SOCIAL	384	78.954.360	78.954.360
RESERVAS DE CAPITAL	78.955.911	422.724.873	3.815.065.216
TOTAL DO PASSIVO	78.956.326	501.679.264	15.217.726.218
APURAÇÃO DOS RESULTADOS			
EFEITOS INFLACIONÁRIOS			(781.432.705)
VARIAÇÕES E CORREÇÃO MONETÁRIA			(9.864.784.734)
CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO			9.083.352.029

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	TOTAL
SALDO EM 31/12/90	384	78.955.911	78.956.295
CORREÇÃO MONETÁRIA	78.953.976	343.768.962	422.722.938
SALDO EM 31/12/91	78.954.360	422.724.873	501.679.233
CORREÇÃO MONETÁRIA	-	3.392.340.343	3.392.340.343
RESULTADO INFLACIONÁRIO			
SALDO EM 31/12/92	78.954.360	3.815.065.216	3.894.019.576

CAPITAL CIRCULANTE

	31/12/91	31/12/92
ATIVO CIRCULANTE	80	677.318.089
PASSIVO CIRCULANTE	31	11.323.706.642
VARIAÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE	49	10.646.388.553

Wilmar Vieira Kourrowski
Diretor Superintendente

Sonilva Fernandes Raimundo
TC - CRC Nº 12629

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: a)Objetivo Social: A empresa tem como objetivo social a mecanização agrícola, terraplanagem e execução de estradas, podendo exercer outras atividades afins e similares; b) O Projeto: O projeto aprovado pela Superintência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, conforme parecer PAP/DAI - Nº 074/77 - FINAM. NOTA 2 - PRINCÍPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) Os efeitos da inflação são reconhecidos mediante o registro da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido, determinado pela UFIR do dia de sua formação e convertidos para cruzeiros pela UFIR do dia de encerramente do exercício, registrado no ativo diferido conforme legislação aplicável as empresas em fase pré-operacionais; b) O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente; c) O diferido está demonstrado ao custo corrigido monetariamente. Compreende os gastos diretamente relacionados com o projeto em implantação e o resultado financeiro e inflacionário representado pela correção monetária do Balanço. NOTA 3 - IMOBILIZADO.

CUSTO CORRIGIDO

	31.12.92 CR$
Equipamentos	13.158.498.431
terrenos	6.005.906
Móveis e útensilios	14.426.508
Comunicação	3.820.793
Equipamentos de refrigeração	11.128.493
Veículos	665.309.345
Depreciações Acumuladas	(100.703.779)
TOTAL	13.758.485.697

A Variação ocorrida no período de 1991 a 1992 essencialmente ao registro da correção monetária apurada nos exercícios e aquisição de direitos do imobilizado.

NOTA 4 - CAPITAL SOCIAL: Em 31 de dezembro de 1992, o capital social autorizado, subscrito e integralizado está representado por ações de valor nominal de Cr$ 1,00 sendo:

TIPOS DE AÇÕES	SUBSCRITO E INTEGRALIZADO
Ordinárias ..... CR$	25.265.395
Preferênciais ..... CR$	53.688.965
	78.954.360

As ações preferênciais não tem direito a voto, porém gozam da participação integral nos resultado da sociedade e terão prioridade na distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

NOTA 5 - RESERVA DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL: A Composição do Saldo de conta Reserva de Correção Monetária do Capital, por exercício e a seguinte:

Exercícios Sociais	
1991 ..... CR$	422.724.873
1992 ..... CR$	3.392.340.343
	3.815.065.216

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - C. Grande, 31 de Março de 1992. Aos Administradores e Acionistas da Companhia de Mecanização da Amazônia - CMA. 1 - Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DE MECANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA - CMA, levantado em 31/12/91 e 31/12/92 e a respectiva demonstração das mutações do patrimônio líquido referentes ao exercício findo naquela data. Efetuamos nossos exames consoante normas de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias. 2 - As demonstrações financeiras referentes aos exercícios anteriores foram examinados por auditores independentes. 3 - Em nossa opinião, sujeita a continuidade da implantação do projeto (NOTA 1-b), as demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE MECANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA - CMA em 31/12/91 e 31/12/92 e as mutações do seu patrimônio líquido correspondentes ao exercício findo naquela data, de conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, aplicados de maneira consistente em relação ao exercício anterior. VILLARIM, DIAS S/C AUDITORES INDEPENDENTES, VALDECYR VILLARIM MEIRA - CONTADOR CRC 51 - PB "S" - PE CPF. Nº 003.389.664-04.

(Fat. nº 10.016781, Reg. nº 10.016781, Dia: 23/04/93)

CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE
AVISO DE LICITAÇÃO

ELETRONORTE - Centrais Eletricas do Norte do Brasil S/A, torna público que nos termos do Decreto Lei 2.300 de 21.11.86 e suas alterações, do Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação da Eletrobrás e normas internas, receberá no seguinte endereço: Av. Tancredo Neves, s/nº - Setor de Suprimentos - Área de Aquisições - Bloco E - Altos - Belém-Pará, diariamente de 08:30 às 12:00 h. e das 13:30 às 16:00 h. até a data limite de 07.05.93.

TOMADA DE PREÇOS-ORBEAS/AQ-11155/93 - Contratação de firma para fornecimento de Mão de Obra de Servente.

As propostas serão abertas pela Comissão Especial de Licitação no dia 11.05.93 às 15:00 h. impreterivelmente, no endereço acima descrito. É condição básica para se habilitar ao fornecimento acima descrito, está o proponente cadastrado na Eletronorte até a data limite de 07.05.93 ou entregar documentos que o habilitem para tal fim até essa mesma data. Obtenção de Edital e esclarecimento no endereço acima citado ou pelo telefone (091)224-5822 e 224.5823 a partir de 22.04.93.

Engº JORGE NASSAR PALMEIRA
Dptº Regional de Operação de Belém

(Fat. nº 10.016748, Reg. nº 10.016748, Dias: 22, 23 e 26/04/93)

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - ENASA
C.G.C: MF. 04 932 547/0001-86 - INC. EST. 15000282 - 3

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias temos a satisfação de apresentar e submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal e do Certificado de Auditoria. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Belém, 22 de março de 1993

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991	PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	22.265.274.533,22	867.313.434,65	Contas a pagar	18.235.793.714,92	589.724.446,63
Contas a Receber	65.955.887,03	23.182.511,61	Financiamentos	4.048.156.409,97	289.348.166,82
Prov. p/ Devedores Duvidosos	(1.978.676,70)	(695.475,35)	Imposto a Recolher	288.827.941,10	29.254.697,32
Almoxarifados	14.199.082,82	14.728.876,69	Depósitos em Garantia	-	100,00
Outras Contas a Receber	13.474.917,36	14.759.228,64	Outras Obrigações	6.793.451.304,59	375.358.904,79
TOTAL DO CIRCULANTE	22.356.925.743,73	919.288.576,24	TOTAL DO CIRCULANTE	29.366.229.370,58	1.283.686.315,56
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Outros Direitos	118.928.844,52	2.650.646,62	Financiamentos	50.653.212.602,75	4.467.216.711,16
Prov. p/ Devedores Duvidisos	-	(1.057,61)	Outros Créditos	62.427.327,91	713.876,20
TOTAL DO REALIZAVEL A L/ PRAZO	118.928.844,52	2.649.589,01	TOTAL DO EXIGÍVEL A L/ PRAZO	50.715.639.930,66	4.467.930.587,36
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos	17.448.132,12	1.419.283,27	Capital Social	1.497.247.875,48	259.567.351,39
C. Monet. Comp. Lei 8.200-IPC/90	17.530.750,03	1.426.003,66	Reserva de Capital	57.233.696.536,90	7.814.720.027,15
Imobilizado	198.356.607.214,37	16.672.741.953,73	Reserva da C. Monet. Comp. Lei 8.200 - IPC/90	93.614.492.967,24	6.110.608.563,28
C. Monet. Comp. Lei 8.200-IPC/90	199.358.854.097,39	16.757.261.066,90	Resultado da Correção Monetaria Lei 8.200 - IPC/90	60.610.865.416,87	4.930.269.127,77
Depreciações	(69.456.368.118,20)	(5.274.469.490,01)	Prejuízo Corrigido 2º Semestre	(5.648.851.989,73)	-
C. Monet. Comp. Lei 8.200-IPC/90	(63.380.606.555,96)	(4.213.535.010,29)	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	207.307.450.806,76	19.115.165.069,59
TOTAL DO PERMANENTE	264.913.465.519,75	23.944.843.807,26	TOTAL DO PASSIVO	287.389.320.108,00	24.866.781.972,51
TOTAL DO ATIVO	287.389.320.108,00	24.866.781.972,51			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	1992	1991
RECEITA BRUTA OPERACIONAL		
Receita Industrial	-	39.789.511,10
Receita da Navegação	957.377.678,16	863.439.419,50
Receita da Transferência da União	40.200.021.000,00	2.315.286.000,00
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL	41.157.398.678,16	3.218.514.930,60
CUSTOS OPERACIONAIS E COMPLEMENTARES		
Honorários da Diretoria	527.220.855,67	38.624.161,35
Despesas Gerais e Administrativas	44.935.951.090,69	3.538.449.154,94
Despesas Financeiras	5.702.980.220,24	40.821.340,76
Variação Monetária Passiva	50.077.126.962,86	4.004.715.220,91
TOTAL DOS CUSTOS OPERAC. E COMPL.	101.243.279.129,46	7.622.609.877,96
RESULTADO OPERACIONAL	(60.085.880.451,30)	(4.404.094.947,36)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	1.145.071.810,32	157.146.233,14
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	323.903,81	-
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.144.747.906,51	157.146.233,14
RESULTADO DA CORR. MONET. DO BALANÇO	52.206.458.656,33	3.928.781.364,70
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(6.734.673.888,46)	(318.167.349,52)
CORR. MONET. DO PREJUÍZO (JAN. A DEZ/92)	(6.435.596.725,94)	-
Absorção pela RESERVA DE SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO (Art. 189, § Único da Lei nº 6.404/76 e Art. 64 § 3º do DL. nº 1.598/77) DO PREJUÍZO DE JAN. A JUNHO, CORRIGIDO MONETARIAMENTE.	7.521.418.624,67	318.167.349,52
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO CORRIGIDO MONETARIAMENTE	5.648.851.989,73	- 0 -

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLIC. DE RECURSOS	31.12.92	31.12.91
ORIGENS DE RECURSOS		
Lucro do Exercício		
Corr. Monet. da Deprec. e Amort.,	119.689.085.660,80	4.254.981.011,10
Depreciação e Amortização	3.956.133.569,48	171.712.552,36
Contribuição da Reserva de Capital	2.211.166.000,00	159.871.000,00
Correção Monet. do Patrim. Líquido	192.716.187.574,13	5.596.243.977,23
AUMENTO DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	46.247.709.343,30	3.464.860.970,70
TOTAL DAS ORIGENS	364.820.282.147,71	13.647.669.511,39
APLICAÇÃO DE RECURSOS		
Prejuízo do Exercício	6.734.673.888,46	318.167.349,52
AUMENTO DO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	116.279.255,51	(17.993.039,45)
AUMENTO DO INVESTIMENTO		
Correção Monetária do Investimento	32.133.595,22	1.173.232,09
AUMENTO DO IMOBILIZADO		
Imobilizações	2.503.000,00	1.382.650,90
Correção Monetária do Imobilizado	364.579.598.296,04	13.778.833.120,94
TOTAL DAS APLICAÇÕES	371.465.188.035,23	14.081.563.314,00
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAP. CIRC. LÍQUIDO	(6.644.905.887,52)	(433.893.802,61)

MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:

	31.12.92	01.01.92	VARIAÇÃO
Ativo Circulante	22.356.925.743,73	919.288.576,24	21.437.637.167,49
Passivo Circulante	(29.366.229.370,58)	(1.283.686.315.56)	(28.082.543.055,02)
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	7.009.303.626,85	364.397.739,32	(6.644.905.887,53)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO	LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 1990	27.463.838,28	1.104.601.543,33	-	-	1.132.065.381,61
Correção Monetária	-	5.596.243.977,23	-	-	5.596.243.977,23
Atualização Monet. do Cap. Social AGO/AGE, 05/04/91	232.103.513,11	(232.103.513,11)	-	-	-
Constituição de Reservas no Exercício					
a) Com reservas do Tesouro Nacional	-	159.871.000,00	-	-	159.871.000,00
Transferência p/ Absorção do Prejuízo no exercício					
a) Reservas de Subvenção para investimento	-	(318.167.349,52)	-	-	(318.167.349,52)
Correção Monetária Complementar Lei 8.200		7.614.882.932,50	-	-	7.614.882.932,60
Resultado da Correção Monetária Lei 8.200	-	-	-	4.930.269.127,77	4.930.269.127,77
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991	259.567.351,39	13.925.328.590,43	-	4.930.269.127,77	19.115.165.069,59
Correção Monetária	-	57.471.184.028,03	-	-	57.471.184.028,03
Correção Monetária da Corr. Comp. Lei 8.200-IPC/90	-	85.999.610.034,74	-	-	85.999.610.034,74
Atualização Monetária do Capital AGO/AGE de 30/04/92.	1.237.680.524,09	(1.237.680.524,09)	-	-	-
Transferência p/ Absorção do Prejuízo - 1º semestre					
a) Reserva de Subvenção para investimento	-	(7.521.418.624,97)	-	-	(7.521.418.624,97)
Constituição de Reservas no Exercício					
a) Com reservas do Tesouro Nacional	-	2.211.166.000,00	-	-	2.211.166.000,00
Correção Monetária do Resultado da Correção Monetária complementar Lei 8.200 - IPC/90	-	-	-	55.680.596.289,10	55.680.596.289,10
Prejuízo no Exercício - 2º semestre	-	-	-	(5.648.851.989,73)	(5.648.851.989,73)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992	1.497.247.875,48	150.848.189.504,14	-	54.962.013.427,14	207.307.450.806,76

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 - CONSTITUIÇÃO E OBJETO SOCIAL

A Empresa de Navegação da Amazônia S/A - ENASA, foi criada pelo Decreto-Lei 155/67, de 10/02/67, sucedendo, no transporte de passageiros e cargas na Região Amazônica, os extintos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará - SNAPP. O objetivo social da Empresa é o transporte aquaviário de qualquer natureza ou porte na Bacia Amazônica e a construção e reparos navais, bem como, atividades correlatas ou afins.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com os dispositivos da Lei nº 6.404/76, e legislação específica do Ministério dos Transportes, bem como, do Imposto de Renda, e consequentes modificações, seguindo as diretrizes contábeis na nota nº 3.

b) - Para atendimento ao princípio da comparabilidade, prevista no Artigo 176 parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, os saldos em 31 de dezembro de 1992, estão sendo comparados com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 1991, em moeda de poder aquisitivo de dezembro de 1992.

c) - O resultado é apurado pelo regime de competência e contêm o efeito líquido da correção monetária do permanente e patrimônio líquido, com base na UFIR de 31 de dezembro de 1992, no valor de cr$ 7.340,0300.

NOTA 3 - DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais diretrizes contábeis adotadas pela Empresa para a elaboração das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

a) - A Provisão para Devedores Duvidosos foi constituída pela aplicação do percentual de três por cento, considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de contas a receber e incide sobre os saldos de :

- Clientes (frete, passagens, afretamento e serviços industriais	37.349.576,97
- Devedores Diversos	28.606.310,06
S O M A	65.955.887,03
(-) Provisão p/ Devedores.	1.978.676,70
Contas a Receber líquida..	63.977.210,33

b) - Os estoques dos almoxarifados de operações estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Referem-se a produtos para construção e reparos navais e materiais de consumo para embarcações e atividades administrativas, armazenados nos seguintes locais:

- Estoques em almoxarifados de Belém	13.438.054,49
- Estoques em almoxarifados de Manaus.....	761.028,33
T O T A L	14.199.082,82

c) - Os investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente e não apresentam quaisquer características de investimentos relevantes. A posição é a seguinte:

COMPONENTES	31.12.92	C. MONETÁRIA	31.12.91
- Participação em outras Empresas	17.448.132,12	16.028.848,85	1.419.283,27
- Correção Complementar - Lei 8.200 -IPC/90	17.530.750,03	16.104.746,37	1.426.003,66

d) - O Imobilizado figura ao custo corrigido de aquisição ou construção. A depreciação do custo corrigido monetariamente é calculada pelo método linear e obdece às taxas legais. A composição em 31.12.92, está demonstrada a seguir:

COMPONENTES	CUSTOS CORRIGIDOS	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	CUSTO LÍQUIDO
- Propriedade Imobiliária	1.873.217.207,91	498.200.234,73	1.375.016.973,18
- Frota de Embarcações	177.913.420.014,14	58.312.476.463,27	119.600.943.550,87
- Equipamentos de Embarcações	2.553.555.743,87	2.540.288.960,40	13.266.783,47
- Equip. Mob. e Veíc.-Estaleiro-Belém	3.275.061.990,47	2.966.092.713,49	308.969.276,98
- Equip. Mob. e Veíc.-Estaleiro-Manaus	77.319.876,07	77.319.876,02	0,05
- Equip. Mob. e Veíc. Administração	1.035.767.842,76	1.002.057.144,84	33.710.697,92
- Instalações	4.611.077.101,10	4.059.932.725,45	551.144.375,65
- Imobilizações em Curso	7.017.187.438,05	-	7.017.187.438,05
	198.356.607.214,37	69.456.368.118,20	128.900.239.096,17
- Correção Comp.Lei-8.200 - IPC/90	199.358.854.097,39	63.380.606.555,96	135.978.247.541,43
	397.715.461.311,76	132.836.974.674,16	264.878.486.637,60

e)- Os efeitos inflacionários sobre as demonstrações financeiras são reconhecidas mediante o registro da correção monetária sobre as contas integrantes do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, nos termos da Lei-8.200/91 e Dec. 332/91, utilizando como base a UFIR 7.340,03 de 31.12.92. A seguir, apresentamos um resumo demonstrando a conta de correção Monetária, cujo saldo credor foi transferido para apuração do Resultado do exercício:

RESULTADO DA CORREÇÃO	SALDO EM 31.12.92	SALDO EM 31.12.91
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	192.716.187.574,13	5.596.243.977,23
DO ATIVO PERMANENTE:		
De Investimento	32.133.595,22	1.173.232,79
De Imobilizado	364.579.598.296,04	13.778.833.120,94
Da Depreciação	(119.689.085.660,80)	(4.254.981.011,10)
TOTAL DO PERMANENTE	244.922.646.230,46	9.525.025.342,03
SALDO CREDOR DA CORREÇÃO MONETÁRIA	52.206.458.656,33	3.928.781.364,70

NOTA 4 - REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em decorrência do Decreto nº 95.524, art. 3º de 21 de dezembro de 1987, são as seguintes remunerações mensais (base: dezembro/92), pagas pela Empresa a seus administradores e empregados:

- DIRIGENTES:			
Maior remuneração :	Diretor-Presidente	cr$	29.609.277,06
Menor remuneração :	Diretor Adm. e Financeiro	"	29.566.557,29
	Diretor Comercial	"	29.566.557,29
- EMPREGADOS:			
Maior remuneração :	Chefe do Dep. Financeiro	cr$	29.285.585,93
Menor remuneração :	Servente	"	1.341.201,35

NOTA 5 - CAPITAL:

O Capital Social, representado por 95.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas, sem valor declarado, cuja titularidade é da UNIÃO, acha-se totalmente integralizado. As mutações verificadas estão espelhadas no quadro próprio.

NOTA 6 - FINANCIAMENTOS

Foi procedida a atualização dos financiamentos, inscritos nos Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo, vigente nas datas dos Balanços de acordo com os valores oferecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a quem cabe a sua administração. Objetivaram a construção de novas embarcações, já incorporadas à frota, satisfeita por MAC-LAREN Estaleiros e Serviços Maritimos S/A., e Estaleiros são João S/A., o primeiro com sede no Rio de Janeiro (RJ), e o segundo, em Manaus (AM). Como garantia deu-se ao agente Financiador, as próprias embarcações.

Eis a posição dos saldos em 31.12.92, devidamente corrigidas:

NÚMEROS DO B.N.D.E.S.	CASCOS Nºs.	SALDOS CORRIGIDOS EM 31.12.92
83.957.311/020, 83.957.411/025		
83.957.511/020, 83.957.611/024		
83.957.711/029, 83.957.811/023		
83.957.911/028, 83.958.011/020	025 a 032	337.688.108,77
83.958.111/025, 83.921.111/021		
83.958.411/029, 83.967.011/020		
83.958.511/023	146 a 150	34.160.062.984,58
83.964.111/015 e 83.964.011/010	181 e 182	18.860.654.935,56
83.959.311/028 e 83.958.611/028	187 e 188	905.809.884,70
		54.264.215.913,61

NOTA 7 - RECURSOS GOVERNAMENTAIS

A título de subvenção econômica, foram recebidos do Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, as seguintes transferências:

- cr$ 39.352.246.000,00 (trinta e nove bilhões, trezentos e cinquenta e dois milhões duzentos e quarenta e seis mil cruzeiros), para custear despesas com pessoal e encargos sociais;
- cr$ 737.775.000,00 (setecentos e trinta e sete milhões setecentos e setenta e cinco mil cruzeiros), para custear encargos de financiamento;
- cr$ 2.211.166.000,00 (dois bilhões duzentos e onze milhões, cento e sessenta e seis mil cruzeiros), para investimento e amortizações de financiamentos.
- cr$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros), para custeio das embarcações.

NOTA 8 - PREJUÍZO DO EXERCÍCIO:

O prejuízo do 1º semestre foi absorvido conforme preceituam os artigos 189 e 64 da Lei 6.404/76 e DL. 1598/77, respectivamente, e o prejuízo do 2º semestre, corrigido monetariamente, permanece para ser compensado com futuros lucros.

NOTA 9 - CONTIGÊNCIAS:

A Empresa atende suas obrigações tributárias, previdênciárias e outras, sujeita à revisão da Lei.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 - CONSTITUIÇÃO E OBJETO SOCIAL

A Empresa de Navegação da Amazônia S/A - ENASA, foi criada pelo Decreto-Lei 155/67, de 10/02/67, sucedendo, no transporte de passageiros e cargas na Região Amazônica, os extintos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará - SNAPP. O objetivo social da Empresa é o transporte aquaviário de qualquer natureza ou porte na Bacia Amazônica e a construção e reparos navais, bem como, atividades correlatas ou afins.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com os dispositivos da Lei nº 6.404/76, e legislação específica do Ministério dos Transportes, bem como, do Imposto de Renda, e consequentes modificações, seguindo as diretrizes contábeis na nota nº 3.

b) - Para atendimento ao princípio da comparabilidade, prevista no Artigo 176 parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, os saldos em 31 de dezembro de 1992, estão sendo comparados com as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 1991, em moeda de poder aquisitivo de dezembro de 1992.

c) - O resultado é apurado pelo regime de competência e contêm o efeito líquido da correção monetária do permanente e patrimônio líquido, com base na UFIR de 31 de dezembro de 1992, no valor de cr$ 7.340,0300.

NOTA 3 - DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais diretrizes contábeis adotadas pela Empresa para a elaboração das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

a) - A Provisão para Devedores Duvidosos foi constituída pela aplicação do percentual de três por cento, considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de contas a receber e incide sobre os saldos de :

- Clientes (frete, passagens, afretamento e serviços industriais	37.349.576,97
- Devedores Diversos	28.606.310,06
S O M A	65.955.887,03
(-) Provisão p/ Devedores.	1.978.676,70
Contas a Receber líquida..	63.977.210,33

b) - Os estoques dos almoxarifados de operações estão avaliados pelo custo médio de aquisição. Referem-se a produtos para construção e reparos navais e materiais de consumo para embarcações e atividades administrativas, armazenados nos seguintes locais:

- Estoques em almoxarifados de Belém	13.438.054,49
- Estoques em almoxarifados de Manaus.....	761.028,33
T O T A L	14.199.082,82

c) - Os investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente e não apresentam quaisquer características de investimentos relevantes. A posição é a seguinte:

COMPONENTES	31.12.92	C: MONETÁRIA	31.12.91
- Participação em outras Empresas	17.448.132,12	16.028.848,85	1.419.283,27
- Correção Complementar - Lei 8.200 -IPC/90	17.530.750,03	16.104.746,37	1.426.003,66

d) - O Imobilizado figura ao custo corrigido de aquisição ou construção. A depreciação do custo corrigido monetariamente é calculada pelo método linear e obdece às taxas legais. A composição em 31.12.92, está demonstrada a seguir:

COMPONENTES	CUSTOS CORRIGIDOS	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	CUSTO LÍQUIDO
- Propriedade Imobiliária	1.873.217.207,91	498.200.234,73	1.375.016.973,18
- Frota de Embarcações	177.913.420.014,14	58.312.476.463,27	119.600.943.550,87
- Equipamentos de Embarcações	2.553.555.743,87	2.540.288.960,40	13.266.783,47
- Equip. Mob. e Veíc.-Estaleiro-Belém	3.275.061.990,47	2.966.092.713,49	308.969.276,98
- Equip. Mob. e Veíc.-Estaleiro-Manaus	77.319.876,07	77.319.876,02	0,05
- Equip. Mob. e Veíc. Administração	1.035.767.842,76	1.002.057.144,84	33.710.697,92
- Instalações	4.611.077.101,10	4.059.932.725,45	551.144.375,65
- Imobilizações em Curso	7.017.187.438,05	-	7.017.187.438,05
	198.356.607.214,37	69.456.368.118,20	128.900.239.096,17
- Correção Comp.Lei-8.200 - IPC/90	199.358.854.097,39	63.380.606.555,96	135.978.247.541,43
	397.715.461.311,76	132.836.974.674,16	264.878.486.637,60

e)- Os efeitos inflacionários sobre as demonstrações financeiras são reconhecidas mediante o registro da correção monetária sobre as contas integrantes do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, nos termos da Lei-8.200/91 e Dec. 332/91, utilizando como base a UFIR 7.340,03 de 31.12.92. A seguir, apresentamos um resumo demonstrativo a conta de correção Monetária, cujo saldo credor foi transferido para apuração do Resultado do exercício:

RESULTADO DA CORREÇÃO	SALDO EM 31.12.92	SALDO EM 31.12.91
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	192.716.187.574,13	5.596.243.977,23
DO ATIVO PERMANENTE:		
Do Investimento	32.133.595,22	1.173.232,19
Do Imobilizado	364.579.598.296,04	13.778.833.120,94
Da Depreciação	(119.689.085.660,80)	(4.254.981.011,10)
TOTAL DO PERMANENTE	244.922.646.230,46	9.525.025.342,03
SALDO CREDOR DA CORREÇÃO MONETÁRIA	52.206.458.656,33	3.928.781.364,70

NOTA 4 - REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em decorrência do Decreto nº 95.524, art. 3º de 21 de dezembro de 1987, são as seguintes remunerações mensais (base: dezembro/92), pagas pela Empresa a seus administradores e empregados:

- DIRIGENTES:			
Maior remuneração :	Diretor-Presidente	cr$	29.609.277,06
Menor remuneração :	Diretor Adm. e Financeiro	"	29.566.557,29
	Diretor Comercial	"	29.566.557,29
- EMPREGADOS:			
Maior remuneração :	Chefe do Dep. Financeiro	cr$	29.285.585,93
Menor remuneração :	Servente	"	1.341.201,35

NOTA 5 - CAPITAL

O Capital Social, representado por 95.000.000 de Ações Ordinárias Nominativas, sem valor declarado, cuja titularidade é da UNIÃO, acha-se totalmente integralizado. As mutações verificadas estão espelhadas no quadro próprio.

NOTA 6 - FINANCIAMENTOS

Foi procedida a atualização dos financiamentos, inscritos nos Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo, vigente nas datas dos Balanços de acordo com os valores oferecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a quem cabe a sua administração. Objetivaram a construção de novas embarcações, já incorporadas à frota, satisfeita por MAC-LAREN Estaleiros e Serviços Marítimos S/A., e Estaleiros são João S/A., o primeiro com sede no Rio de Janeiro (RJ), e o segundo, em Manaus (AM). Como garantia deu-se ao agente Financiador, as próprias embarcações.

Eis a posição dos saldos em 31.12.92, devidamente corrigidas:

NÚMEROS DO B.N.D.E.S.	CASCOS Nºs.	SALDOS CORRIGIDOS EM 31.12.92
83.957.311/020, 83.957.411/025 83.957.511/020, 83.957.611/024 83.957.711/029, 83.957.811/023 83.957.911/028, 83.958.011/020 83.958.111/025, 83.921.111/021 83.958.411/029, 83.967.011/020	025 a 032	337.688.108,77
83.958.511/023	146 a 150	34.160.062.984,58
83.964.111/015 e 83.964.011/010	181 e 182	18.860.654.935,56
83.959.311/028 e 83.958.611/028	187 e 188	905.809.884,70
		54.264.215.913,61

NOTA 7 - RECURSOS GOVERNAMENTAIS

A título de subvenção econômica, foram recebidos do Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, as seguintes transferências:

- cr$ 39.352.246.000,00 (trinta e nove bilhões, trezentos e cinquenta e dois milhões duzentos e quarenta e seis mil cruzeiros), para custear despesas com pessoal e encargos sociais;
- cr$ 737.775.000,00 (setecentos e trinta e sete milhões setecentos e setenta e cinco mil cruzeiros), para custear encargos de financiamento;
- cr$ 2.211.166.000,00 (dois bilhões duzentos e onze milhões, cento e sessenta e seis mil cruzeiros), para investimento e amortizações de financiamentos.
- cr$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros), para custeio das embarcações.

NOTA 8 - PREJUÍZO DO EXERCÍCIO:

O prejuízo do 1º semestre foi absorvido conforme preceituam os artigos 189 e 64 da Lei 6.404/76 e DL. 1598/77, respectivamente, e o prejuízo do 2º semestre, corrigido monetariamente, permanece para ser compensado com futuros lucros.

NOTA 9 - CONTIGÊNCIAS:

A Empresa atende suas obrigações tributárias, previdênciárias e outras, sujeita à revisão da Lei.

0564

PARECER DE AUDITORIA

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da ENASA- EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A, levantados em 31 de dezembro de 1992 e 1991, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, e laboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acôrdo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ENASA - EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A, em 31 de dezembro de 1992, comparado com 1991, embora o resultado de suas operações comerciais tenham sido abaladas pela situação que a empresa atravessa, conforme está detalhado em nosso Relatório, afetando virtualmente os seus recursos, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, nesse exercício, estão de acôrdo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Belém(Pa), 25 de março de 1993.

REYNALDO DE SOUZA MEIRA
Contador CRC/Pa 0679
CIC- 007.694.952-49

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA "EMPRESA DE NAVEGAÇAO DA AMAZONIA S.A." (ENASA), em reunião realizada a 19 de abril de 1993, usando dos poderes que lhe são conferidos pelo Artigo 24, V do Estatuto Social da Empresa e considerando o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício encerrado em 31/12/92, bem como o Relatório da Diretoria e Pareceres das Auditorias Internas e Externas (AUDITEC), sobre a matéria em causa, considerando ainda o parecer do CONFIS de 31/03/93, onde manifestam-se no sentido de que os documentos contábeis refletem a situação financeira e patrimonial da ENASA e considerando principalmente que a Empresa esteve durante o ano de 1992 com suas atividades reduzidas ao mínimo em funçaõ dos leilões promovidos pelo P.N.D.

R E S O L V E : submeter à apreciação da Assembléia de Acionistas as contas do Exercício de 1992, consideradas aptas a serem aprovadas conforme os pereceres referidos.

JOSE ALEX SANT'ANNA
Presidente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ENASA - EMPRESA DE NAVEGAÇAO DA AMAZONIA S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Diretoria relativos ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 1992, levando em consideração as conclusões apresentadas nos Pareceres dos Auditores Externos - AUDITEC Escritório de Auditoria Assessoria e Contabilidade Ltda e da Auditoria Interna da ENASA, manifestam-se no sentido de que os referidos documentos refletem a situação financeira e patrimonial da ENASA, estando em condições de serem submetidos à apreciação da Assembléia de Acionistas, ressalvando, entretanto, que a Empresa não provisionou as causas judiciais arguidas contra ela na Justiça do Trabalho, bem como não procedeu a qualquer reavaliação dos bens integrantes do Ativo Permanente Imobilizado, que figuram no Balanço Patrimonial por seus valores históricos de aquisição corrigidos monetariamente, efeitos esses cujas contabilizações, se consideradas, refletirão no resultado do exercício de 1992.

Belém, 31 de março de 1993

JOSE FERNANDES DIAS DA SILVA
Presidente

ALBERTO TORRES QUINTANILHA NETO
Membro

MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA DE LIMA
Membro

DIRETORIA

AFONSO VITOR RODRIGUES CARDOSO
Diretor-Presidente
CIC-000.330.652-68

JOSUÉ QUEIROZ FERNANDES
Diretor Administrativo e Financeiro
CIC-001.201.032-49

JOÃO FERREIRA MAGNO
Diretor Comercial
CIC.-000.119.832-72

JUVENAL RIBEIRO DOS SANTOS
Contador-CRC.PA. 3.753
CIC-019.050.822-15

BRASIL UNIÃO DE TODOS
SE TODOS QUISERMOS FAREMOS DO BRASIL UMA GRANDE NAÇÃO

(Fat. nº 10.016837, Reg. nº 10.016837, Dia: 23/04/93)

BARRA DAS PRINCESAS

AGROPECUÁRIA BARRA DAS PRINCESAS S/A
CGC/MF Nº 05.426.804/0001-70
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas convocados para comparecimento na sede social, no Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, no dia 29 de abril corrente, às 11.00 horas, a fim de se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, transferida do dia 26 desse mês, para apreciação e deliberação acerca do seguinte: a) Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992; b) Aumento do capital social através da correção monetária e consequente alteração do Estatuto Social; c) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração aos mesmos atribuídas; d) Outros assuntos de interesse geral.

Santana do Araguaia, 20 de abril de 1993
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
Diretor-Presidente

(Fat. nº 10.016757, Reg. nº 10.016757, Dias: 22, 23 e 26/04/93)

PORTUENSE FERRAGENS S/A - CGC Nº 04.912.242/0001-02 - CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os Senhores Acionistas a participarem de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizarem no dia 30 de abril de 1993, em primeira convocação às 9:00 horas e em segunda às 9:30 horas, na sede da companhia à Travessa Padre Eutíquio nº 1055, nesta cidade, com o objetivo de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de Contas dos Administradores, com-exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992. (AGO); b) Aprovação da Correção Monetária do Capital e sua capitalização na forma da Lei (AGO); c) Alteração parcial do Estatuto (AGE); d) O que houver. Belém, 15 de abril de 1993. EXPEDITO LOBATO FERNANDEZ - Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 10.016710, Reg. nº 10.016710, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

CENTENOR EMPREENDIMENTOS S.A. - CGC/MF nº 04.200.572/0001-75 - Registro CVM nº 50052-6 - Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação - Ficam convocados os Srs. Acionistas da CENTENOR EMPREENDIMENTOS S.A. a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 30 de abril de 1993, às 8h00, na sede social no Distrito Industrial do Município de Ananindeua, PA, Lotes nºs 4 e 5, Setor I, Quadra 3, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I - Assembléia Geral Ordinária: 1. Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.92; 2. Aprovação da correção da expressão monetária do capital social e a conseqüente alteração do art. 5º do Estatuto Social; 3. Outros assuntos de interesse social. II - Assembléia Geral Extraordinária: 1. Alteração do art. 3º do Estatuto Social; 2. Aumento do Capital Social Autorizado e conseqüente alteração do art. 5º do Estatuto Social; 3. Outros assuntos de interesse social. Ananindeua, 19 de abril de 1993. Ass.) Livio Malzoni-Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 10.016707, Reg. nº 10.016707, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

PARÁ – INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A – CGC nº 22.949.911/0001-00. "Empresa Beneficiada dos Incentivos Fiscais da Amazônia – **FINAM**" Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária – **CONVOCAÇÃO** – Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, às 09:00 horas do dia 30.04.93, na sede social à Rodovia Arthur Bernardes, 8297 Icoaraci – Belém-PA, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem doa dia: 1) Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras referente exercício encerrado em 31.12.92; 2) Demais itens do Art. 132 da Lei 6.404/76; 3) Fixação da Remuneração da Diretoria; 4) Aumento do Capital Social através da incorporação de reservas, com a consequente alteração do Estatuto Social; 5) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Belém, 19 de abril de 1993. Raymundo Luiz Cavalcanti da Fonte – Diretor Presidente.

(Fat. nº 10.016689, Reg. nº 10.016689, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

FAZENDA TANGURO AGROPECUÁRIA S/A.
C.G.C. nº 03.142.965/0001-07
Assembléia Geral Ordinária

São convidados os Srs. Acionistas da **Fazenda Tanguro Agropecuária S/A**, a se reunirem em Assembléia Geral ordinária, no dia 30 de de abril de 1993, às 10:00 horas, em sua sede social à Rodovia BR 316 - Km, 01, nº 4055, na cidade de Ananindeua, Estado do Pará, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura, discussão e votação do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras do resultado referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992; b) Aprovar a correção da expressão monetária do Capital Realizado, sua capitalização e consequente alteração parcial dos Estatutos Sociais; c) Eleição dos Membros do Conselho de Administração; d) Fixação dos honorários da Diretoria e dos Membros do Conselho de Administração; e) Outros assuntos de interesses sociais. Ananindeua, 13 de abril de 1993. Dr. ERNESTO ASSAD ABDALLA - Presidente do Conselho de Administração - CPF. 003.307.448-87.

(Fat. nº 10.016718, Reg. nº 10.016718, Dia: 20/04/93)

INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMZÔNIA S/A - INCA. CGC. 04.990.958/0001-28. ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS E ORDINÁRIA. CONVOCAÇÃO. Pelo presente ficam convidados os senhores Acionistas da INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZÔNIA S/A. - INCA, para uma Assembléia Geral Extraordinária e uma Ordinária, que terão lugar na Sede Social da Empresa, à Rodovia BR-316, KM-11, no Município de Ananindeua, Estado do Pará, às 10:00 horas do dia 30 de abril de 1993. A Assembléia Geral Ordinária terá início logo após o encerramento da Assembléia Geral Extraordinária. A ordem do dia será a seguinte: **Assembléia Geral Extraordinária:** a) Aumento do Capital Social Autorizado; b) Outros assuntos do interesse para a sociedade. **Assembléia Geral Ordinária:** a) Apreciação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado a 31 de dezembro de 1992; b) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; c) Capitalização da Reserva da Correção Monetária do Capital Integralizado; d) Outros assuntos de interesse para a sociedade. Ananindeua-Pa, 19 de abril de 1993. RUBENS ANTONIO DE LUCCA - Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 10.016697, Reg. nº 10.016697, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

AGROPECUÁRIA TRAVEX S.A.-CGC/MF. 16.691.537/0001-85.-**CONVOCAÇÃO**-Ficam convocados os Senhores Acionistas, a se reunirem em Assembléia Geral, no dia 30.04.93, às 8:00 horas, na Sede Social, à Rua Avertano Rocha, 392, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia. **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**-a) Apreciar e votar o Relatório Anual da Administração, às Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes do Exercício encerrado em 31.12.92; b) Aprovar a expressão da Correção Monetária do Capital nos termos do Arts. 167 e 168 da Lei 6.404/76; c) Tratar de Assuntos de interesse geral. **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**-a) Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração relativa ao aumento do Capital Integralizado; b) Alterar o Estatuto Social; c) Tratar de assuntos de interesse geral. Na forma do Artigo 18 do Estatuto Social, ficam suspensas as transferências de ações à partir desta data e até 03 (três) dias após a realização da Assembléia Geral. Belém, 20 de abril de 1993. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO-Sabino Correa Rabello-Presidente, Marcelo Gomes Sabino-1º Vice-Presidente, Cláudio Correa Rabello-2º Vice-Presidente, Sebastião Correa Rabello-Conselheiro.

(Fat. nº 10.016736, Reg. nº 10.016736, Dias: 22, 23 e 26/04/93)

COMPANHIA DE MECANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA = CMA. CGC.MF sob nº 05.635.644/0001-70. EMPRESA BENEFICIÁRIA PELO FUNDO DE INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA - FINAM. ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Ficam convidados os Srs. Acionistas, a se reunirem em AGO/AGE, cumulativamente, no dia 30/04.93 às 08:00 horas, na sede social, à Av. Gentil Bittencourt, 1213 - Belém-PA, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) matérias objeto dos incisos I, II, III e IV do art. 132 da Lei nº 6.404/76; b) alteração estatutária e demais deliberações que se façam necessárias. Belém (PA), 16/04/93. Geraldo Francisco Simões - Diretor Presidente.

(Fat. nº 10.016674, Reg. nº 10.016674, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

METALGRÁFICA DA AMAZÔNIA - METALMAZON - CGC(MF) 04.218.020/0001-94. EDITAL DE CONVOCAÇAO DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINARIAS E EXTRAORDINÁRIAS. O Conselho de Administração da METALGRÁFICA DA AMAZÔNIA S/A., convoca os senhores acionistas a se reunirem em Assembléias Gerais, no dia 07 de maio de 1993, as 10:00hs, em sua sede social na Estrada da Providência s/n Km 4,3 BR 316 Ananindeua-PA, a fim de deliberarem sobre o seguinte: 1. Apreciação e Votação do relatório de Administração e Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31/12/92. 2. Aprovação da Correção Monetária da Expressão Monetária do Capital Social e a sua consequente Capitalização. 3. Deliberar sobre a Destinação do Resultado do Exercício. 4. Outros assuntos de interesse social. PEDRO RENDA FILHO - Presidente, CIC: 000.298.664-72.

(Fat. nº 10.016760, Reg. nº 10.016760, Dias: 22, 23 e 26/04/93)

JARI ENERGÉTICA S.A. - JESA

C.G.C. Nº 15.730.872/0001-82
(espaço para o CGC)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A administração da Jari Energética S.A. - JESA, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992. Monte Dourado, 5 de fevereiro de 1993. A DIRETORIA - Eduardo Netto Alves Barreto - Presidente; Octávio Lopes Castello Branco Neto - Diretor, Britaldo Pedrosa Soares - Diretor.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de cruzeiros

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE		
Disponível	352	64
Imposto a recuperar	122	122
	474	186
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Despesas antecipadas	513	513
PERMANENTE		
Imobilizado	40.323	
Diferido	33.237.813	2.458.342
	33.278.136	2.458.342
	33.279.123	2.459.041

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE		
Impostos a pagar	198	
Contas a pagar	16.154	8.932
Contas a pagar - empresa controladora	8.813.820	461.358
	8.830.172	470.290
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social atualizado		
• Capital social	1.988.751	361.724
• Correção monetária	22.460.200	1.627.027
	24.448.951	1.988.751
	33.279.123	2.459.041

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E DE 1991

1. CONTEXTO OPERACIONAL A companhia foi constituída em 28 de setembro de 1987, com sede em Monte Dourado, município de Almeirim, Estado do Pará, tendo como objeto social a construção e a operação de usinas produtoras de energia elétrica, exclusivamente para fornecimento junto às suas empresas acionistas. Os gastos na fase de pré-implantação estão sendo financiados pela empresa controladora, os quais estão sujeitos a variação monetária segundo índices oficiais.

2. DIFERIDO

	Milhares de cruzeiros 1992	1991
Despesas de constituição, publicação de atas, projetos e outros custos administrativos	33.307.303	2.722.782
Correção monetária de balanço, a índices oficiais		
• Do imobilizado	(20.377)	
• Do diferido	(29.278.447)	(2.218.785)
• Do mútuo com empresa controladora	6.573.816	89.180
• Do patrimônio líquido	22.460.200	1.643.975
Correção monetária complementar		
• Do diferido		(41.512)
• Do patrimônio líquido		(16.948)
Receitas financeiras	(38.486)	
Despesas financeiras	233.808	279.650
	33.237.813	2.458.342

As despesas e os custos diferidos serão amortizados a partir do início da operação, prevista para 1996.

3. CAPITAL SOCIAL Em 30 de abril de 1992 o capital da sociedade foi aumentado para Cr$ 1.988.751 mil, mediante a incorporação da reserva de correção monetária. O capital social, em 31 de dezembro de 1992 e de 1991, é constituído de 819.705.251 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Ações	%
Companhia Florestal Monte Dourado	573.777.676	69,998
Caulim da Amazônia S.A. - CADAM	245.891.575	29,998
Outros	36.000	0,004
	819.705.251	100

4. EVENTOS SUBSEQÜENTES Em 12 de fevereiro de 1993, foi editada a Medida Provisória de nº 312, que revoga a Lei nº 8.200/91. O Congresso Nacional tem prazo de 30 dias, contados a partir desta data, para apreciar e pronunciar-se sobre essa medida. A companhia está analisando os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras.

Orlando Félix de Souza - Contador CRC 4.918-PA

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de cruzeiros

	1992	1991
APLICAÇÕES		
Imobilizado	20.366	
Diferido	8.339.228	410.073
Total das aplicações	8.359.594	410.073
DECRÉSCIMO NO CAPITAL CIRCULANTE	(8.359.594)	(410.073)
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE		
Ativo circulante		
• No início do exercício	186	2
• No fim do exercício	474	186
	288	184
Passivo circulante		
• No início do exercício	470.290	60.033
• No fim do exercício	8.830.172	470.290
	8.359.882	410.257
DECRÉSCIMO NO CAPITAL CIRCULANTE	(8.359.594)	(410.073)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E DE 1991
Em milhares de cruzeiros

	Capital realizado atualizado	Reserva de capital	
	Capital social	Correção monetária do capital	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 1991, ajustado pelos efeitos da Lei nº 8200/91	154.653	190.123	344.776
Capitalização de reserva	207.071	(207.071)	
Correção monetária		1.643.975	1.643.975
Em 31 de dezembro de 1991	361.724	1.627.027	1.988.751
Capitalização de reserva	1.627.027	(1.627.027)	
Correção monetária		22.460.200	22.460.200
Em 31 de dezembro de 1992	1.988.751	22.460.200	24.448.951

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Jari Energética S.A. - JESA

29 de janeiro de 1993
(exceto pela Nota 4 às Demonstrações Financeiras, cuja data prevalecente é 12 de fevereiro de 1993)

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Jari Energética S.A. - JESA em 31 de dezembro de 1992 e de 1991 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos, (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros, que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jari Energética S.A. - JESA em 31 de dezembro de 1992 e de 1991, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com princípios contábeis previstos na legislação societária.

Price Waterhouse
Auditores Independentes
CRC - SP - 160 - S - RJ

Luiz Márcio Mafzone
Sócio
Contador - CRC-RJ 31.376-7-S-PA

(Fat. nº 10.016797, Reg. nº 10.016797, Dia: 23/04/93)

SANTA ANA AGRO-PECUÁRIA E INDUSTRIAL S/A-CGC-MF 05.157.482/0001-01 - Senhores Acionistas: Cumprindo as disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1992. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Santana do Araguaia, PA, 19 de março de 1993. A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991 (Valores em cruzeiros)

A T I V O	1992	1991
CIRCULANTE	4.956.574.917,41	139.022.282,92
DISPONÍVEL	788.330.085,31	3.964.298,66
Bancos Conta Movim.	24.180.085,31	3.964.298,66
Títulos do Merc. Aberto	764.150.000,00	–
BENS E DIREITOS REAL.	4.168.244.832,10	135.057.984,26
OUTROS CRÉDITOS	32.794.832,10	1.972.984,26
Contas Corr. devedoras	11.900.000,00	–
Impostos a recuperar	4.381.603,11	56.217,43
Despesas antecipadas	16.513.228,99	1.916.766,83
ESTOQUES	4.135.450.000,00	133.085.000,00
Bovinos	4.135.450.000,00	133.085.000,00
ATIVO REALIZ. L. PRAZO	569.946.091,10	–
REALIZ. LONGO PRAZO	569.946.091,10	–
Adiants. e Empréstimos	569.946.091,10	–
ATIVO PERMANENTE	20.918.705.944,81	1.727.242.203,09
IMOBILIZADO	21.474.791.442,37	1.707.623.852,46
(–) Deprec. Acumulada	(3.541.090.345,20)	(216.201.180,97)
DIFERIDO	4.585.609.719,09	320.065.286,42
(–) Amortiz. Diferido	(1.600.604.871,45)	(84.245.756,82)
TOTAL DO ATIVO	26.445.226.953,32	1.866.264.486,01

P A S S I V O	1992	1991
CIRCULANTE	164.935.014,29	11.160.604,15
EXIGÍVEL	164.935.014,29	11.160.604,15
Obrigações Sociais	1.044.373,88	84.000,00
Obrigações Tributárias	130.475.489,53	401.232,29
Contas a Pagar	33.415.150,88	10.675.371,86
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.280.291.939,03	1.855.103.881,86
NÃO EXIGÍVEL	26.280.291.939,03	1.855.103.881,86
CAPITAL REALIZADO	3.161.249.619,00	365.159.900,00
AÇÕES PREF. CL. "A"	600.819.744,00	104.159.900,00
Capital Autorizado	600.819.811,00	104.159.967,00
Capital Subscrito	(67,00)	(67,00)
AÇÕES PREF. CL. "B"	1.040.464.041,00	–
Capital Autorizado	2.300.000.000,00	270.840.033,00
Capital Subscrito	–	(99.275.623,00)
Capital a Subscrever	(1.259.535.959,00)	(171.564.410,00)
AÇÕES ORDINÁRIAS	1.519.965.834,00	261.000.000,00
Capital Autorizado	2.099.180.189,00	375.000.000,00
Capital a Subscrever	(579.214.355,00)	(114.000.000,00)
RESERVAS DE CAPITAL	32.634.211.012,46	2.262.005.760,34
CM Capital Realizado	32.634.211.012,46	2.262.005.760,34
RESULT. ACUMULADOS	(9.515.168.692,43)	(772.061.778,48)
Prejuízos Acumulados	(10.746.268.844,23)	(872.203.148,02)
C.M.Dif.IPC/BTNF(Lei8200)	1.231.100.151,80	100.141.369,54
TOTAL DO PASSIVO	26.445.226.953,32	1.866.264.486,01

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

1992	1991	
RECEITA OPER. BRUTO	178.679.137,03	7.101.000,00
Variações Patrimoniais	4.002.365.000,00	124.837.000,00
(–)Impostos c/Vendas	(17.674.437,81)	(82.150,00)
RECEITA LÍQ. OPERAC.	4.163.369.699,22	131.855.850,00
(–)Custo Bens/Serv. Vend.	711.695.633,93	68.201.008,33
LUCRO OPER. BRUTO	3.451.674.065,29	63.654.841,67
DESP.(REC.)OPERAC.		
Despesas Administr.	151.367.124,03	12.834.883,01
Receitas Financ. deduz. de Desp.Financ.Cr$684.169,36	(79.146.888,72)	(49.544,91)
Impostos e taxas	44.853.012,99	2.799.542,69
Depreciações	64.296.731,38	5.434.301,52
Variação Monet. Passiva	14.171.592,88	55.927.397,46
Outros Resultados Oper.	11.685.236,81	1.236.446,90
LUCRO OPER. LÍQUIDO	3.244.447.255,92	(14.530.165,00)
DESPS.(RECEITAS)NÃO OPERACIONAIS		
C.M. do Balanço	3.159.267.666,28	59.186.201,85
Outros Res. não Operac.	(20.679.209,08)	(62.944.337,48)
LUCRO(PREJ.)ANTES CONTR. SOC.	105.858.799,08	(62.944.337,48)
Contr. Social s/Lucro	129.591.763,00	–
PREJ. DO EXERCÍCIO	23.732.963,92	62.944.337,48

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	1992	1991
I -ORIGENS DOS REC. DOS ACIONISTAS		
Realização do Capital	1.580.241.289,00	110.250.970,00
DAS OPERAÇÕES		
Result. C.M. do Balanço	3.159.267.666,28	59.186.201,85
Baixas do Imobilizado	6.820.790,56	210.925,63
Depreciações	538.404.776,98	53.963.406,43
(–)Var. Mon. Exig.L. Prazo	(44.559.599,75)	–
TOTAL DAS ORIGENS	5.240.174.923,07	223.611.503,91
II -APLICAÇÕES DE REC.		
Aquis. Imob./Ativ. Difer.	416.740.135,71	41.155.774,63
Prej. Líq. do Exercício	23.732.963,92	62.944.337,48
Aum. Real. Longo Prazo	569.946.091,10	–
(–)Var.Mon.Exig.L.Prazo	(434.022.492,01)	–
TOTAL DAS APLIC.	576.396.698,72	104.100.112,11
III-AUMENTO DO CAP. CIRCUL. LÍQUIDO	4.663.778.224,35	119.511.391,80
IV-DEMONSTR. VAR. CAP. CIRC. LÍQUIDO		
No início do Exercício	127.861.678,77	8.350.286,97
No Final do Exercício	4.791.639.903,12	127.861.678,77
VARIAÇÃO	4.663.778.224,35	119.511.391,80

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL	RESERVA C.M. CAP. REALIZ.	RESULTADOS ACUMULADOS	DIF. IPC/BTNF LEI 8.200 ART. 3	TOTAL
Saldo em 31.12.90	56.824.159,00	198.084.775,27	(82.247.222,63)		172.661.711,64
Aum.Cap.c/Res.(AGO/E 03.05.91)	198.084.771,00	(198.084.771,00)			
Cap. Autoriz. (AGE 03.05.91)	670.000.000,00				670.000.000,00
Cap. a Subscr. (AGE 03.05.91)	(670.000.000,00)				(670.000.000,00)
Aum. Capital (ARCA 28.06.91)	250.970,00				250.970,00
Aum. Capital (ARCA 05.12.91)	110.000.000,00				110.000.000,00
Cor. Mon. Diferença IPC/BTNF - Lei 8200 - Art. 3		181.364.949,84	(58.048.295,21)	17.360.806,10	140.677.460,73
Correção Monetária		2.080.640.806,23	(668.963.292,70)	82.780.563,44	1.494.458.076,97
Prejuízo do Exercício			(62.944.337,48)		(62.944.337,48)
Saldo em 31.12.90	365.159.900,00	2.262.005.760,34	(872.203.148,02)	100.141.369,54	1.855.103.881,86
Aum. Capital (ARCA 05.12.91)	99.275.623,00				99.275.623,00
Aum.Cap.c/Res.(AGO/E 05.05.92)	1.215.848.430,00	(1.215.848.430,00)			
Cap. Autoriz. (AGO/E 05.05.92)	1.950.000.000,00				1.950.000.000,00
Cap. a Subscr. (AGO/E 05.05.92)	(1.950.000.000,00)				(1.950.000.000,00)
Aum. Capital (ARCA 31.08.92)	462.777.248,00				462.777.248,00
Capital Autoriz. (AGO/E 10.9.92)	300.000.000,00				300.000.000,00
Capital a Subsc. (AGO/E 10.9.92)	(300.000.000,00)				(300.000.000,00)
Aum. Capital (ARCA 24.9.92)	77.000.000,00				77.000.000,00
Capital Autoriz. (AGO/E 12.11.92)	2.000.000.000,00				2.000.000.000,00
Cap. a Subsc. (AGO/E 12.11.92)	(2.000.000.000,00)				(2.000.000.000,00)
Aum. Capital (ARCA 19.11.92)	941.188.418,00				941.188.418,00
Correção Monetária		31.588.053.682,12	(9.850.332.732,29)	1.130.958.782,26	22.868.679.732,09
Prejuízo do Exercício			(23.732.963,92)		(23.732.963,92)
Saldo em 31.12.92	3.161.249.619,00	32.634.211.012,46	(10.476.268.844,23)	1.231.100.151,80	26.280.291.939,03

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 - 1. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as disposições contidas da Lei das Sociedades por Ação (Lei nº 6.404 de 15/12/76) e na Legislação Tributária; 2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS - a. As operações foram contabilizadas pelo regime de competência; b. Os Estoques de bovinos são valorizados pelo valor de mercado; c. O Ativo Imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição, acrescido da correção monetária com base na variação da UFIR. As Depreciações corrigidas monetariamente, foram calculadas pelo método linear, em função da vida útil dos bens às taxas permitidas pela legislação em vigor; d. O Ativo Diferido está sendo amortizado linearmente pelo período de 5 anos; e. As contas de Patrimônio Líquido e do Ativo Permanente foram submetidas à correção monetária cujo saldo está refletido no Resultado do Exercício; f. O Capital Autorizado na data do Balanço está representado por 2.900.819.811 de ações preferenciais nominativas no valor de Cr$ 1,00 cada uma, (31/DEZ/91 por 375.000.000 a Cr$ 1,00), sendo 600.819.811 ações preferenciais classe "A" e 2.300.000.000 ações preferenciais Classe "B", com 600.819.811 ações preferenciais Classe "A" e 1.040.464.041 ações preferenciais Classe "B", já subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimentos da Amazônia-FINAM, nos termos do Decreto-Lei 1376/74 de 12/12/74 e Art. 9 do Decreto-Lei 8167 de 16/01/91 respectivamente e por 2.099.180.189 ações ordinárias nominativas no valor de Cr$ 1,00 cada uma, (31.12.91 por 375.000.000 a Cr$ 1,00), sendo 1.519.965.834 ações já subscritas e integralizadas com recursos próprios dos acionistas controladores.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - 1. Examinamos os balanços patrimoniais da Santa Ana Agro-Pecuária e Industrial S/A, em 31 de dezembro de 1992 e 1991, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SANTA ANA AGRO-PECUÁRIA E INDUSTRIAL S/A, em 31 de dezembro de 1992 e 1991, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, provenientes da legislação societária. São Paulo, SP, 19 de março de 1993. Escritório Técnico de Auditoria de Empresas ETAE S/C - Auditores Independentes - CRC-SP nº 2.456 - Flávio de Augusto Ishi - Contador CRC-SP 21.361 - DIRETORIA: Heinz Hans Thielemann - Diretor-Presidente; Anísio Antunes dos Santos - Diretor-Superintendente; Cleverson Schueller Reis - Téc. Cont. CRC-SP 58.107-S-PA - CPF/MF 139.223.948-68. - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Heinz Hans Thielemann - Presidente; João Tarcy de Carvalho - Conselheiro.

(Fat. nº 10.016818, Reg. nº 10.016818, Dia: 23/04/93)

PECUNIÁRIA SANTA LÚCIA S/A - C.G.C.M.F. 05.426.638/0001-65 - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e ao Estatuto Social, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1992. Colocamo-nos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. Santa Maria das Barreiras, 31 de Março de 1992.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991 E 1992 - VALORES EM CR$

ATIVO	1992	1991	PASSIVO	1992	1991
Circulante	9.361.636	3.560.405	Circulante	186.147.727	15.049.604
Caixa e Bancos	4.465.547	3.509.517	Impostos e Taxas e Contr.	1.133.610	
Impostos a Recuperar	4.896.089	70.888	Dep. p/Aum. Capital	185.014.117	15.049.604
Realiz. a Longo Prazo	34.021.511	3.599.426	Emprest. a Pagar		
Rebanho Bovino de Rec.	34.021.501	3.599.416	Patrimônio Líquido	4.564.078.291	371.255.775
Animais p/Consumo	10	10	Ações ON	263.492.470	22.756.670
PERMANENTE	4.706.842.871	379.125.548	Ações Preí. "A"	31.320.312	2.704.212
Investimentos	13.946	1.137	Ações Preí. "B"	63.298.805	5.466.205
Imobilizado	3.924.881.771	317.022.572	Ações Preí. "C"	6.938.570	601.670
(-) Deprec. Amort. Acumul.	565.704.553	(46.016.103)	Reserva C.M. do Capital	4.122.738.651	333.521.206
Diferido	1.347.651.707	108.117.942	Lucros Acumul.	76.289.483	6.205.612
TOTAL DO ATIVO	4.750.226.018	386.305.379	TOTAL DO PASSIVO	4.750.226.018	386.305.379

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.92

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL	C.M. CAPITAL	LUCRO/PREJ.	TOTAL
Saldo em 31.12.91	31.528.957	333.521.206	6.205.612	371.255.775
Aumento de Capital	333.521.200	(333.521.200)		
Correção Monet.		4.122.738.645	70.083.871	4.192.822.516
Saldo em 31.12.92	365.050.157	4.122.738.651	76.289.483	4.564.078.291

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	1992	1991
Receita Operacional Bruta	143.726.430	14.913.737
(-) Deduções de vendas	(342.672)	(40.945)
RECEITA LÍQUIDA	143.383.758	14.872.792
(-) Custo dos bens Vendidos	(5.053.459)	(5.343)
LUCRO BRUTO	138.330.299	14.867.449
Desp. c/Rebanho Bovino	(150.311.224)	(7.335.451)
Desp. c/Máqs. e Veículos	(54.017.409)	(1.414.759)
Desp. Administrativas	(52.533.657)	(11.505.645)
Desp. Tributáveis	(1.989.899)	(208.600)
Rec. Desp. Financ.	(2.994.998)	43.194
Perdas Diversas	–	(50.096)
Receitas Diversas	172.186.769	12.319.116
Variações Monet. Passivas	(169.964.513)	(12.535.743)
LUCRO OPERACIONAL	(121.294.632)	(5.820.535)
Desp. não Operacionais	(1.151.820)	(4.856)
Result. da Correção Monet.	103.955.857	(1.529.706)
(-) Prov. p/Contr. Social		
(-) Prov. p/I. Renda		
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(7.355.097)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	1992	1991
A - Origens dos Recursos	(103.955.857)	1.536.631
Lucro Líquido do Período		
Correção Monetária PERM/PL	(103.955.857)	11.529.706
Baixa do Permanente	–	6.925
B - Aplicações dos Recursos	(103.955.857)	1.536.631
Aquisição do Permanente	12.440.355	–
Aumento Cap. Circ. Líquido	(165.316.892)	(8.589.881)
Aumento Realiz. L. Prazo	30.422.085	2.771.415
Prej. Líquido do Período	18.490.695	7.355.097
Correção Monetária		
Transf. do P. Líquido		

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO

Aumento Ativo Circul.	5.781.231	3.504.309
Aumento Passivo Circ.	171.098.123	12.094.190
Aumento Capital Circ. Liq.	(165.316.892)	(8.589.881)

NOTAS EXPLICATIVAS: 1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404 de 15/12/76. 2 - O imobilizado está demonstrado a custo corrigido monetariamente; e a depreciação não foi realizada conforme permitido pela legislação vigente. 3 - O Capital Social de Cr$ 365.050.157 está representado por 134.944.866 ações sem valor nominal das quais: 97.394.886 são PN com direito a voto; 11.560.681 são ON classe A; 23.394.272 são PN classe B e 2.575.027 são PN classe C. - Vicente Sampaio Goes Neto - Diretor Presidente - Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Goes - Diretor Executivo - Angelo Roberto Zanin - T.C. CRC-SP 102.090 "S" PA 552.

(Fat. nº 10.016816, Reg. nº 10.016816, Dia: 23/04/93)

JARI

COMPANHIA FLORESTAL MONTE DOURADO

C.G.C. 04.815.734/0001-80

(espaço para o CGC)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 1992, acompanhadas das notas explicativas e parecer dos auditores independentes.

I. Mercado

O ano de 1992 foi marcado por acirrada concorrência decorrente de forte retração de demanda, paralelamente a um excesso de produção da indústria mundial de celulose. Recrudesceu o quadro recessivo mundial, acompanhado de fortes oscilações do dólar norte-americano e das principais moedas européias.

Em geral, os preços de celulose registraram crescimento gradual durante os nove primeiros meses do ano. Entretanto, tal comportamento se mostrou transitório, e já a partir do início do quarto trimestre registraram-se sucessivas reduções de preços. Ao final do exercício, os preços haviam retornado aos mais baixos níveis de 1991.

Os preços CIF - Norte da Europa apresentaram redução líquida no ano da ordem de US$ 90/t para a celulose de fibra curta. A celulose de fibra longa apresentou um comportamento mais favorável, tendo encerrado o ano ainda com um incremento líquido de preços aproximado de US$ 30/t.

II. Desempenho da Empresa

A produção de 283 mil toneladas de celulose (5% superior a de 1991), sendo 167 mil de fibra curta e 116 mil de fibra longa, constituiu-se em novo recorde da Empresa.

As vendas totais alcançaram 284 mil toneladas de celulose (274 mil em 1991), sendo 69 mil para o mercado interno e 215 mil para o externo. No mercado externo as vendas foram destinadas 70% para a Europa, 12% para a Ásia, 11% para os Estados Unidos e 7% para outros.

O Projeto 280, que tem por finalidade o reaparelhamento e otimização da fábrica de celulose, visando a produção de 280.000 toneladas, bem como a ampliação da base florestal, contando com a colaboração financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e do Banco do Brasil, teve continuidade com investimentos de US$ 15 milhões na área industrial e US$ 20 milhões na área florestal.

De 1987 a 1992 foram investidos no Projeto 280 cerca de US$ 192 milhões. Do contrato de suplementação de recursos assinado com o BNDES em fins de 1991, foram sacados cerca de US$ 21 milhões de 1992.

Ao final de 1992 foi introduzida a utilização de oxigênio na sequência de branqueamento da celulose, o que possibilitará significativa produção de celulose ECF (Elemental Chlorine Free), adequando-se o produto às exigências de mercado.

Na área florestal, foram plantados 9 mil hectares de eucalipto, representando um incremento de 78% sobre o plantio de 1991. Foi implantado jardim clonal para produção de estacas de eucalipto, o que assegurará o plantio de 10.000 ha. por estação em 1993.

Visando adequar a Empresa às condições conjunturais promoveu-se reestruturação organizacional, com redução de níveis hierárquicos.

Iniciou-se em 1992 processo de elaboração de um Plano Estratégico de Informações e Informática, visando alavancar e agilizar a gestão da Empresa. Foram ainda informatizados os sistemas de controle de suprimentos e estoques de materiais, contribuindo para um melhor controle de compras.

Dentro dos esforços de preservação e proteção do meio ambiente, como a utilização de oxigênio no branqueamento de celulose, que vem sendo empreendidos pela Companhia Florestal Monte Dourado, iniciou-se ainda em 1992, sob a denominação de Projeto Tueré, o desenvolvimento de um modelo visando o manejo florestal e extrativismo sustentados em uma área de florestas de aproximadamente 60.000 ha.

Apesar do êxito ora alcançado na redução de custos operacionais, a deterioração da situação de mercado no último trimestre do ano e os custos financeiros, agravados pela maior variação dos índices que incidem sobre o endividamento de longo prazo, em relação ao dólar norte-americano, afetaram sobremaneira o resultado do exercício.

III. Perspectivas para 1993

Dado o excesso de capacidade de produção ora existente, aliado à inexistência de perspectiva concreta de maior crescimento econômico, não só no Brasil, mas também nas principais economias mundiais (Estados Unidos, Europa e Japão), não se espera significativa recuperação nos preços da celulose para 1993.

Desta forma, se torna imperioso não só manter e intensificar nossos esforços visando aumento de produtividade e redução dos custos operacionais, mas também reprogramar investimentos, preservando-se entretanto, a formação de florestas.

Assim, a Administração terá como objetivos básicos em 1993:

- Aprimorar seus contatos comerciais visando a manutenção e consolidação de seus mercados tradicionais, bem como a abertura de novos mercados.
- Consolidar a base florestal de eucalipto tendo em vista os programas de longo prazo da Empresa.
- Implantação de Programa de Qualidade Total.
- Intensificar os programas de redução de custos operacionais e aumento de produtividade.
- Dar continuidade ao projeto de formação e qualificação de mão de obra especializada.
- Prosseguir com os esforços de transferência de serviços comunitários para o Poder Público.
- Reaparelhar a fábrica de celulose dentro do escopo dos Projetos 280 e 340 a fim de consolidar a produção atual e adequar a fábrica ao objetivo de produção de 340 mil toneladas/ano de celulose de eucalipto.

A transferência de serviços básicos para o Poder Público deverá se fazer sentir já a partir do início do 2.º trimestre, quando o Município de Almeirim deverá assumir em grande parte o ensino de 1.º grau de Monte Dourado.

A Administração agradece a todos os seus colaboradores, e em especial a seus funcionários, a dedicação e o empenho com que aplicaram seus esforços e talento na obtenção dos resultados operacionais alcançados no exercício de 1992.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de cruzeiros

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE		
Disponível	111.951	93.248
Aplicações financeiras	494.954	–
Contas a receber de clientes (1992 - Cr$ 62.856.395 de clientes no exterior; 1991 - Cr$ 25.836.475)	340.728.858	28.623.427
Títulos descontados	(890.459)	(1.531.292)
Contas a receber de empresas controladora, associadas e controladas	50.581.374	3.159.176
Demais contas a receber	19.917.688	1.578.334
Impostos a recuperar	308.367	495.973
Estoques	192.561.772	15.979.465
Despesas antecipadas	10.058.807	679.426
	613.873.312	49.077.757
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Contas a receber de empresas controladas	291.369	30.074
Despesas antecipadas	301.306	317.345
Demais contas a receber	2.000	2.000
	594.675	349.419
PERMANENTE		
Investimentos		
• Em empresas controladas	46.285.079	4.265.286
• Em outras empresas	7.336.089	596.739
Imobilizado	7.725.269.433	634.898.282
Diferido	350.812.367	19.505.624
	8.129.702.968	659.265.931
	8.744.170.955	708.693.107

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE		
Fornecedores	48.837.259	4.049.687
Contas a pagar	46.006.560	1.728.859
Salários e encargos sociais	16.761.183	1.586.576
Impostos	43.864.989	438.647
Financiamentos	732.249.676	79.278.644
Provisões e outras contas a pagar	27.158.441	2.880.261
	914.878.108	89.962.674
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Financiamentos	1.556.824.284	99.046.449
Contas a pagar	22.339.564	1.817.745
	1.579.163.848	100.864.194
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social atualizado		
• Capital social	725.629.665	88.863.347
• Correção monetária	8.194.987.210	636.766.318
	8.920.616.875	725.629.665
Outras reservas de capital	2.836.070.817	230.694.486
Prejuízos acumulados	(5.506.558.693)	(438.457.912)
	6.250.128.999	517.866.239
	8.744.170.955	708.693.107

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E DE 1991

Em milhares de cruzeiros

	Capital realizado atualizado		Reservas de capital						
	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Correção monetária do capital	Atualização monetária do capital subscrito	Correção monetária do imobilizado	Correção monetária especial-florestas	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Em 1.º de janeiro de 1991, ajustado pelos efeitos da Lei nº 8.200/91	6.239.993	(35)	111.989.750	34.766.510	1.664.230	2.973.244	107.793	(70.502.034)	87.239.451
Capitalização de reserva	52.735.389	–	(52.735.389)	–	–	–	–	–	–
Redução de capital	(35)	35	–	–	–	–	–	–	–
Integralização de capital	29.888.000	–	–	1.789.277	–	–	–	–	31.677.277
Correção monetária	–	–	577.511.957	166.766.839	7.935.456	14.177.152	513.985	(336.170.914)	430.734.475
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(31.784.964)	(31.784.964)
Em 31 de dezembro de 1991	88.863.347	–	636.766.318	203.322.626	9.599.686	17.150.396	621.778	(438.457.912)	517.866.239
Capitalização de reserva	636.766.318	–	(636.766.318)	–	–	–	–	–	–
Correção monetária	–	–	8.194.987.210	2.296.248.900	108.415.226	193.690.092	7.022.113	(4.951.777.955)	5.848.585.586
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(116.322.826)	(116.322.826)
	725.629.665	–	8.194.987.210	2.499.571.526	118.014.912	210.840.488	7.643.891	–	–
Em 31 de dezembro de 1992		8.920.616.875				2.836.070.817		(5.506.558.693)	6.250.128.999

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de cruzeiros

	1992	1991
RECEITA BRUTA DE VENDAS	763.432.327	50.867.786
Abatimentos	(7.184)	(2.540)
Impostos sobre vendas	(81.196.348)	(2.409.119)
RECEITA LÍQUIDA	682.228.795	48.456.127
Custo dos produtos vendidos	(300.641.516)	(28.994.042)
LUCRO BRUTO	381.587.279	19.462.085
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(22.411.294)	(3.211.432)
Administrativas	(100.757.261)	(7.172.081)
Infra-estrutura	(34.130.855)	(3.544.294)
Honorários dos administradores	(5.173.696)	(427.246)
Outras despesas operacionais, líquidas	(15.398.822)	(3.333.899)
	(177.871.928)	(17.688.952)
Resultado da equivalência patrimonial	(6.150.737)	(929.313)
Despesas financeiras, líquidas (receitas: 1992 - Cr$ 4.515.800 mil; 1991 - Cr$ 1.605.502 mil)	(57.074.799)	(5.492.871)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	140.489.815	(4.649.051)
Variações monetárias, líquidas (ativas: 1992 - Cr$ 56.453.838 mil; 1991 - Cr$ 22.417.750 mil)	(1.920.514.968)	(144.027.061)
PREJUÍZO OPERACIONAL	(1.780.025.153)	(148.676.112)
Receitas (despesas) não-operacionais	1.921.444	(250.152)
Correção monetária do balanço	1.668.279.637	117.441.300
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(109.824.072)	(31.784.964)
Contribuição social	(6.498.754)	–
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(116.322.826)	(31.784.964)
PREJUÍZO POR AÇÃO - Cr$	(69,47)	(18,98)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de cruzeiros

	1992	1991
ORIGENS		
Integralização de capital	–	31.677.277
Aumento dos financiamentos a longo prazo	152.343.923	20.475.627
Valor da venda de ativo imobilizado	4.994.359	133.325
Transferências do realizável a longo prazo para o circulante	589.254	24.321
Transferências do ativo permanente para o circulante	838.540	115.970
TOTAL DAS ORIGENS	158.766.076	52.426.520
APLICAÇÕES		
Nas operações sociais		
Prejuízo do exercício	116.322.826	31.784.964
Receitas (despesas) que não afetam o capital circulante		
Resultado de equivalência patrimonial	(6.150.737)	(929.313)
Depreciação, amortização e exaustão	(218.726.376)	(17.468.831)
Correção monetária do balanço	1.621.661.011	117.782.829
Variação monetária do realizável a longo prazo	62.345	576
Variação monetária do exigível a longo prazo	(1.346.621.286)	(74.118.869)
Ajuste de inventário das florestas	(16.047.022)	(2.918.834)
Resultado com a venda do imobilizado	1.921.444	(20.719)
Prejuízo na baixa de bens do imobilizado	–	(212.362)
Baixa de investimentos	–	(17.071)
	152.422.205	53.882.370
Transferência de financiamentos a longo prazo para o circulante	20.665.555	8.653.018
Aumento do realizável a longo prazo	772.165	337.989
No ativo permanente		
• Investimentos	–	331
• Imobilizado	195.570.342	13.767.151
• Diferido	49.455.688	3.535.232
TOTAL DAS APLICAÇÕES	418.885.955	80.176.091
DECRÉSCIMO NO CAPITAL CIRCULANTE	(260.119.879)	(27.749.571)
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE		
Ativo circulante		
• No início do exercício	49.077.757	9.701.530
• No fim do exercício	613.873.312	49.077.757
	564.795.555	39.376.227
Passivo circulante		
• No início do exercício	89.962.674	22.836.876
• No fim do exercício	914.878.108	89.962.674
	(824.915.434)	67.125.798
DECRÉSCIMO NO CAPITAL CIRCULANTE	(260.119.879)	(27.749.571)

JARI

COMPANHIA FLORESTAL MONTE DOURADO

C.G.C. 04.815.734/0001-80

(espaço para o CGC)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E DE 1991

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Florestal Monte Dourado tem como objetivo a produção de celulose branqueada - matéria-prima para a produção de papel - obtida de madeiras oriundas de florestas de cultivo próprio. As vendas são voltadas, principalmente, para o mercado externo.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Regime contábil - É adotado o de competência de exercícios. (b) Estoques - São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de mercado. Os materiais em trânsito são demonstrados ao custo de cada compra. (c) Investimentos - São corrigidos monetariamente. As empresas controladas são ajustadas pelo método de equivalência patrimonial. (d) Imobilizado - É demonstrado ao custo corrigido monetariamente. (e) Depreciação - É calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 5. (f) Diferido - É amortizado linearmente, principalmente em 10 anos. (g) Exaustão das florestas - É efetuada com base na relação entre a área total plantada por espécie de madeira e a área cortada. A área plantada a partir de 1989 vem sendo segregada por ano de plantio para efeito de determinação da exaustão das florestas. (h) Direitos e obrigações sujeitas a cláusulas contratuais de correção - As obrigações por financiamentos, os créditos por venda no mercado externo e os demais direitos e obrigações sujeitos a variações monetárias são ajustados às taxas cambiais ou aos índices contratuais específicos vigentes, conforme seja aplicável. (i) Provisão para parada da fábrica - Os custos relativos à parada da fábrica para manutenção programada e regular, acrescidos dos custos fixos referentes ao período da parada, são atribuídos ao custo da produção do ano de maneira uniforme. (j) Correção monetária - O efeito líquido da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido é refletido no resultado, na linha "Correção Monetária do Balanço". É calculada com base na variação da UFIR (1991 - FAP). (l) Contribuição social - Constituída nos termos da legislação vigente, sobre o resultado antes do cálculo do Imposto de Renda.

3. ESTOQUES

	Milhares de cruzeiros	
	1992	1991
Produtos acabados	56.695.253	4.641.589
Produtos em processo	14.380.230	210.246
Matérias-primas	40.927.075	3.497.821
Material de manutenção, consumo e peças para reposição	38.863.291	5.003.495
Material em trânsito	38.160.602	2.413.576
Rebanho para corte	3.535.241	212.738
	192.561.772	15.979.465

4. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

	% de participação	Milhares de cruzeiros 1992	1991
Navegação Sion Ltda.	100	23.455.465	2.361.757
Jari Energética S.A. - JESA	70	17.110.210	1.391.795
Outros		5.719.404	511.734
		46.285.079	4.265.286

A Navegação Sion Ltda. tem como objeto a navegação de cabotagem na bacia amazônica, atendendo basicamente às empresas JARI. A Jari Energética S.A. - JESA, em fase pré-operacional, tem como objeto a construção e operação de usinas produtoras de energia elétrica. Os outros investimentos objetivam a produção de sementes florestais e preservação de material genético selecionado, bem como a prestação de serviços florestais e agropecuários. As transações entre as empresas são realizadas a preços e condições compatíveis com o mercado.

5. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Milhares de cruzeiros 1992	1991
Terras, benfeitorias e estradas		1.613.236.954	129.795.715
Fábrica de celulose, máquinas e equipamentos	3	4.747.011.398	327.191.918
Ferrovia, instalação e veículos	4, 5, 10, 20	980.495.261	74.617.010
Edifícios	4	1.143.035.096	92.858.923
Obras em andamento e imobilizações em curso		75.756.381	53.163.406
Florestas	Nota 2(g)	2.968.955.274	221.576.836
Outros		23.386.647	2.141.505
		11.551.877.011	901.345.313
Depreciação/amortização acumulada		(3.826.607.578)	(266.447.031)
		7.725.269.433	634.898.282

Áreas específicas da companhia estão arrendadas a empresas ligadas para a mineração e beneficiamento de caulim e bauxita refratária.

6. FINANCIAMENTOS

	Milhares de cruzeiros 1992	1991
Do exterior		
Libor + juros de 0,6875% a.a.	10.838.193	71.650
Locais		
• Juros entre 3,50% a 16,00% ao ano e variação monetária de acordo com o UR-BTN, UR-IPC e a correção cambial praticada pelo BNDES.	2.278.235.767	178.253.443
	2.289.073.960	178.325.093
Circulante	732.249.676	79.278.644
Longo prazo	1.556.824.284	99.046.449
	2.289.073.960	178.325.093

O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Milhares de cruzeiros 1992	1991
1993	–	9.697.761
1994	153.112.503	9.765.469
1995	191.663.552	10.180.276
1996	148.605.352	9.993.106
1997	165.169.039	11.243.924
1998	187.717.194	12.134.493
1999	258.037.782	15.252.729
2000	142.111.742	6.434.689
2001	141.153.261	6.700.013
2002	88.773.066	3.640.468
2003	53.181.498	2.055.171
2004	27.299.295	1.948.350
	1.556.824.284	99.046.449

A fábrica de celulose e demais instalações foram hipotecadas em garantia de financiamentos negociados com o BNDES (parte destes financiamentos obtida ao amparo da Resolução n.º 635/87), destinados a investimentos industriais para modernização da fábrica, plantio e manutenção de florestas, desenvolvimento de pesquisa florestal e o saneamento do capital de giro (1992 - Cr$ 1.510.835.590 mil, 1991 - Cr$ 106.443.945 mil).

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é representado por 1.674.521.947 ações, sem valor nominal, das quais 1.147.720.431 ordinárias (99,99% pertencentes à Companhia do Jari e 526.801.516 preferenciais de classes A a D (pertencentes substancialmente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Banco do Brasil S.A.). As ações preferenciais têm direito a participação integral nos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias, prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital no caso de liquidação da companhia e não têm direito a voto, exceto quanto: 1. A classe A, enquanto representar pelo menos um décimo do capital social, tem direito a eleger, em votação em separado, um ou dois membros do Conselho de Administração, caso seja composto de até cinco ou mais de cinco membros, respectivamente. 2. A classe C (315.017.429 ações) tem direito a eleger um membro do Conselho de Administração e um membro do Conselho Fiscal. As ações preferenciais classes A (180.000.000 de ações) e D (4.000.000 de ações) serão, a qualquer tempo, conversíveis em ações ordinárias, a pedido dos acionistas.

8. CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO

	Milhares de cruzeiros 1992	1991
Do ativo permanente		
• Investimentos	54.909.859	4.795.665
• Imobilizado	7.124.148.370	529.192.842
• Diferido	291.188.347	14.528.797
Mútuos com empresas controladas	46.618.007	(641.529)
	7.516.865.223	547.875.775
Do patrimônio líquido	5.848.585.586	430.734.475
Efeito líquido no resultado do exercício	1.668.279.637	117.141.300

9. PREJUÍZOS FISCAIS A COMPENSAR

Em 31 de dezembro de 1992 a Companhia tem prejuízos fiscais a compensar com lucros tributários futuros de Cr$ 952.097.124 mil, referentes aos anos-base de 1989 a 1991.

10. OUTRAS GARANTIAS E RESPONSABILIDADES

Avais concedidos em favor de empresas controladas - Cr$ 11.[illegible] milhões.

11. CONTINGÊNCIAS

Os processos fiscais, judiciais e trabalhistas foram avaliados com [illegible] assessores jurídicos. Para os casos em que há expectativa de perdas foram constituídas provisões. A Companhia vem mantendo entendimentos com as autoridades sobre a incidência do ICMS nas exportações de celulose; a administração e seus consultores jurídicos entendem que não ocorrerão perdas como resultado da conclusão desses entendimentos, uma vez que seu procedimento é suportado pelos dispositivos legais vigentes.

12. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em 12 de fevereiro de 1993, foi editada a Medida Provisória [illegible] 2, que revoga a Lei nº 8.200/91. O Congresso Nacional tem prazo de 30 dias, a partir desta data, para apreciar e pronunciar-se sobre essa medida. A Companhia está analisando os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras.

13. COBERTURA DE SEGUROS

Em setembro de 1992 foi concluído um extensivo trabalho de reformulação da política de seguros da Companhia. Objetivamos com essa revisão alcançar uma melhor cobertura dos riscos aos quais as operações e os ativos da Companhia estão expostos, dentro de custos altamente competitivos, compatíveis com programas equivalentes normalmente implantados nos mercados internacionais. Dessa forma, foi implantado um amplo programa de risco operacional, que protege numa única apólice, a Companhia contra todos os sinistros normalmente passíveis de cobertura, que venham a produzir prejuízos por danos materiais às propriedades, por interrupções das operações, ou aqueles provenientes de ações de responsabilidade civil e ainda, oriundos das operações com terminal(ais) marítimo(s). Não é prática da Companhia manter cobertura de seguros para os empreendimentos florestais, por ser anti-econômico e em virtude da existência de medidas preventivas contra eventuais riscos de incêndios nas florestas.

Orlando Félix de Souza - Contador CRC 4.918-PA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alberto Volinsky	Presidente
Artur P. Castello Branco	Conselheiro
Luiz do Amaral de F. Pereira	Conselheiro
Milton Cesar Teixeira Dias	Conselheiro
Octavio L. Castello Branco Neto	Conselheiro

DIRETORIA

Eduardo Netto Alves Barreto	Presidente
Britaldo Pedrosa Soares	Diretor
Israel Hirch Coslovsky	Diretor
José Virgilio C.B. Rocha Filho	Diretor
Luiz Castro Acatauassu Nunes	Diretor
Nelson Luiz Lubi	Diretor
Nisio de Lemos Barlem	Diretor
Remo Scalabrin	Diretor

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

5 de fevereiro de 1993
(exceto pala Nota 12 às demonstrações financeiras, cuja data prevalecente é 12 de fevereiro de 1993)
Aos Administradores e Acionistas
Companhia Florestal Monte Dourado

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Florestal Monte Dourado em 31 de dezembro de 1992 e de 1991 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos, (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Florestal Monte Dourado em 31 de dezembro de 1992 e de 1991 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária.

Price Waterhouse
Auditores Independentes
CRC-SP-160-S-RJ

Luiz Márcio Malzone
Sócio
Contador CRC-RJ 31.376.7-S-PA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia Florestal Monte Dourado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tomando como base o Parecer dos Auditores Independentes Price Waterhouse, declara que examinou as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício de 1992, os quais refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no ano recém-findo.

Fundamentados nesse exame, os seus membros, abaixo assinados, opinam no sentido de que tais documentos, ora submetidos à Assembléia Geral Ordinária, sejam aprovados.

Monte Dourado, 13 de abril de 1993

Elizabete Tojal Leite — Gil Aurélio Garcia — Roosevelt Freire Severino Duarte
Teodoro Arthou — Wanderlei Viçoso Fagundes

(Fat. nº 10.016798, Reg. nº 10.016798, Dia: 23/04/93)

SIPASA-SERINGA INDUSTRIAL DO PARÁ S/A-CGC-MF:04363966/0001-44-BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.92 EM CR$-1.000,00 E COMPARATIVO COM O DE 31.12.91-RELATÓRIO DA DIRETORIA E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:Senhores Acionistas:De acordo com as determinações legais e estatutárias,submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financ.correspondentes ao exercício social encerrado em 31.12.91.Aproveitamos a oportunidade para agradecer a SUDAM, ao BASA S/A e a todos que direta ou indiretamente vêm contribuindo com este empreendimento,colocando-nos à disposição dos acionistas e da Assembléia Geral para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.Ananindeua-PA,31.01.1993.A DIRETORIA-O CONS.ADMINIST.

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	307.159	14.604
Disponibilidades	277.456	538
Outros Créditos	29.703	14.066
PERMANENTE	34.222.861	2.026.976
Investimentos	12.412	1.010
Imobilizado	25.998.446	1.396.274
Diferido	8.212.003	629.692
TOTAL ATIVO	34.530.020	2.041.580

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	85.549	16.200
Obrigações Trib.	22.540	--
Obrigações Divs.	63.009	16.200
EXIG.A L.PRAZO	1.283.014	68.343
Créd.de Acion.	1.283.014	68.343
PATRIMÔNIO LIQ.	33.161.457	1.957.037
Capital Integ.	6.725.085	214.088
Reservas de Cap.	32.657.274	2.238.077
Prej.Acumulados	6.220.902	495.128
TOTAL DO PASSIVO	34.530.020	2.041.580

HISTORICO.....	CAP.REAL.	RES.CAPITAL	PREJ.ACUMUL	T O T A L
Saldo 31.12.91	214.088	2.238.077	495.128	1.957.037
AUM.DE CAPITAL				
C/Subsc.Realiz.	4.272.920	--	--	4.272.920
C/Reservas	2.238.077	(2.238.077)	--	--
Const.Reservas	--	32.657.274	--	32.657.274
Prej.Acumulado	--	--	5.613.420	(5.613.420)
Prej.do Exerc.	--	--	112.354	(112.354)
SALDO 31.12.92	6.725.085	32.657.274	6.220.902	33.161.457

PARECER DA AUDITORIA:Moju, 31 de Janeiro de 1992.Ilmos.Srs.SIPASA-SERINGA INDUTRIAL DO PARÁ S/A.Srs.Acionistas:Examinamos o Balanço Patrim.da Empresa-SIPASA-Seringa Industrial do Pará S/a,levantado em 31.12.92 e as respect.Demonst. de Resultados,das Mutações do Patrim.Liq. e das Origens e Aplic.dos Recursos correspondentes ao Exerc.Social findo naquela data elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração.Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonst.Contábeis.Nosso exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam:a)O planejamento dos trabalhos,considerando a relevância dos saldos,o volume de transações e o sistema contábil e controles internos da entidade b-A contratação,com base em testes das evid.e dos registros que suportam os valores e as inform contábeis e c-A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais repres. adotadas pela Adm.da Entidade,bem como da apresentação das Demonst.contábeis em conjunto.Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos os aspectos, a posição patrimonial e financeira da empresa SIPASA-SERINGA INDUSTRIAL DO PARÁ S/A em 31 de dezembro de 1992, as mutações do seu patrimônio Líquido, o resultado de suas operações e as origens e aplicações dos recursos ferentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade.VILLARIM DIAS S/C - Auditores Independentes.Waldecyr Villarim Meira-Contador - CRC- 51 PB "S"-PA - CPF:003.389.664-04.Moju-PA, 31 de dezembro de 1992.

DEMONST.DO RESULTADO:	1992	1991
RECEITA OPER.BRUTA	7.535	41.883
Impostos s/Vendas	1.281	6.308
RECEITA OPER.LIQUIDA	6.254	35.575
Custos Produtos Vend.	393.993	28.136
LUCRO BRUTO	(387.739)	7.439
Despesas Administ.	8.483	42.894
Rec.Financ.(-Despesas)	146.204	(7.476
Despesas Tributarias	--	1.547
LUCRO OPERACIONAL	(250.018)	(29.526
Correção Monetária	137.664	18.929
LUCRO ANTES DA C.SOCIAL	(112.354	(10.597
RESULTADO LIQ.DO EXERC.	(112.354)	(10.597

DEMONST.DAS ORIGENS E APLIC.DOS RECURSOS		
ORIGENS	1992	1991
Aum.do Patrim.Liq.	31.204.420	1.784.955
Aum.do Exig.L.Prazo	1.214.671	68.337
TOTAL DAS ORIGENS..	32.419.091	1.853.292
APLICAÇÕES		
Aum.do Ativo Perman.	32.195.885	1.855.665
TOTAL DAS APLICAÇÕES	32.195.885	1.855.665
VARIAÇÃO DO CAP.CIRC.	223.206	(2.373)
Representado por:		
Variação do Ativo Circ	292.555	10.023
Var.do Passivo Circ.	69.349	12.396
CAPITAL CIRC.LIQUIDO	223.206	(2.373)

NOTAS EXPLICATIVAS:1.As Demonst.Financ.foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com a Lei 6.404/76,Legisl.Tributária em vigor e demais disposições complementares.2-As contas do Ativo Perm.Exig. a L.Prazo e Patrim.Líquido,foram corrigidas monetariamente de acordo com as variações da UFIR no exerc.3-O Capital Social está representado por 3.152.164.843 Ações Nominativas sendo 2.643.183.666 Ordinárias e 508.981.177 Preferenciais.

=EMERSON ALVES PINHEIRO=
Diretor Presidente- CPF:001.133.554-04

=MARCIO ROBERTO PINTO LISBOA PINHEIRO=
Diretor Superintendente-CPF:127.099.482-49

=CLAUDIO ANTONIO GONÇALVES BARREIROS=
Téc.Contabilidade:CRC-PA.4628-CPF:002.136.082-00

RESUMO DE ESTATUTO

1. DENOMINAÇÃO: Associação dos Minis e Pequenos Produtores Rurais, de Oeiras do Pará.

2. SEDE: A entidade terá sede e Foro na Comarca de Oeiras do Pará

3. OBJETIVOS: Aprimoramento técnico-profissional; assistência educacional e social; defesa dos direitos e interesses dos associados junto aos órgãos públicos; trocar experiências com outras entidades; buscar formas de eliminação dos intermediários na comercialização dos produtos.

4. FUNDO SOCIAL: A entidade terá fundo social de 500 mil cruzeiros para fazer frente as suas despesas de inicio de atividades.

5. ORGÃOS SOCIAIS: Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal

6. DIRETORIA: Presidente; Vice Presidente; Secretário Geral; 1º Secretário; 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, para um mandato de 3 anos.

(Fat. nº 45.923)

AGRO-PECUÁRIA SÃO ROBERTO S/A - CGC/MF 46.991.295/0001-06 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas. Cumprindo as disposições legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1992. Permanecemos à disposição de V.Sas. para qualsquer esclarecimentos que se tornarem necessários. Santana do Araguaia, PA, 15 de março de 1993. A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991 (unidade de cruzeiros)

A T I V O	1992	1991
CIRCULANTE	4.605.073.188	325.602.196
Caixa e Bancos	4.216.090	1.573.036
Aplicações Liq. Imediata	26.374.598	99.164.822
Adiantamentos a Forneced.	-	577.223
Estoques	4.574.100.000	221.980.000
Contas a Receber	-	1.924.615
Impostos a recuperar	382.500	382.500
PERMANENTE	26.395.675.109	2.185.595.046
Imobilizado	15.377.918.583	1.247.215.382
Diferido	11.017.756.526	938.379.664
TOTAL DO ATIVO	31.000.748.297	2.511.197.242

P A S S I V O	1992	1991
CIRCULANTE	185.898.117	4.625.137
Fornecedores	11.820.069	1.771.850
Ordenados a Pagar	8.539.622	903.450
Impostos e Contr. a recolher	4.398.822	736.408
Provisão de férias	7.392.927	851.407
Outras contas a pagar	150.946.477	21.072
Serviços avulsos a pagar	2.800.000	340.950
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.814.850.180	2.506.572.105
Capital Social	2.506.571.924	423.460.174
Reservas de Capital	28.308.278.256	2.083.111.931
TOTAL DO PASSIVO	31.000.748.297	2.511.197.242

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

HISTÓRICO	CAPITAL SOCIAL	C.M. DO CAPITAL	TOTAL
Saldos em 31.12.90	81.708.771	309.991.850	391.700.621
Aum. de Capital			
-Recs. Próprios	42.800.004	-	42.800.004
-Incs. Fiscais	138.633.869	-	138.633.869
Res. de Capital	160.317.530	(160.317.530)	-
Corr. Monetária	-	1.933.437.611	1.933.437.611
Saldos em 31.12.91	423.460.174	2.083.111.931	2.506.572.105
Reservas de Cap.	2.083.111.750	(2.083.111.750)	-
Correção Monet.	-	28.308.278.075	28.308.278.075
Saldos em 31.12.92	2.506.571.924	28.308.278.256	30.814.850.180

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	1992	1991
ORIGENS	4.369.238.312	389.468.620
Aumento de Capital		
-Recursos Próprios	-	42.800.004
-Incentivos Fiscais	-	138.633.869
Dimin. Realiz. Longo Prazo	-	254.663
Baixa do Imobilizado	32.966.878	2.297.171
Diminuição do Diferido	4.336.271.434	205.482.913
APLICAÇÕES	271.040.300	143.768.948
Imobilizado	271.040.300	143.768.948
VARIAÇÃO CAP. CIRCULANTE	4.098.198.012	245.699.672
REPRESENTADO POR:		
Ativo Circulante	4.279.470.992	249.667.169
Passivo Circulante	181.272.980	3.967.497
AUM. CAPITAL CIRC. LÍQUIDO	4.098.198.012	245.699.672

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1. CONTEXTO OPERACIONAL - A empresa tem por principal objetivo a cria, recria e engorda de gado bovino para corte e seleção de reprodutores. O projeto está em fase de implantação com o apoio da SUDAM. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a. As demonstrações contábeis estão elaboradas e apresentadas em obediência aos princípios e procedimentos contábeis, estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações. b. A empresa está desobrigada, até 01 de dezembro de 1993, de elaborar as demonstrações contábeis "Pela Correção Integral". Portanto, os valores publicados não apresentam os aspectos inflacionários de acordo com os princípios de contabilidade que fundamentam a elaboração das demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo constante. 3. PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS - a. Apresentação das Contas - No Ativo e Passivo Circulante estão classificados os valores realizáveis e exigíveis durante o próximo exercício. b. Estoques - Estão avaliados a preço de mercado. c. Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigido monetariamente. As depreciações são registradas pelo método linear, considerando-se a vida útil dos bens. d. Diferido - Os recursos aplicados na conta do Ativo Diferido, correspondem a despesas pré-operacionais, corrigidas monetariamente e que serão amortizadas de acordo com a legislação pertinente, a partir do início das operações normais da empresa. e. Correção Monetária - Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos através da correção monetária das contas do patrimônio líquido, do ativo permanente, com base na variação do valor nominal da UFIR. A contra-partida líquida é refletida no Ativo Diferido. A diferença de correção monetária das contas do patrimônio líquido e do ativo permanente referente à variação do IPC e do BTNF do exercício de 1990, conforme especifica a lei nº 8.200/91 produzirá efeitos fiscais por ocasião da amortização do diferido.

4. DIFERIDO	1992	1991
Despesas	45.516.169.315	1.234.459.815
Receitas	34.498.412.789	296.080.151
Total	11.017.756.526	938.379.664

5. ESTOQUES	1992	1991
Bezerros	1.034.550.000	73.815.000
Bezerras	783.750.000	67.575.000
Fêmeas de 8 a 14 meses	-	79.360.000
Fêmeas de 15 a 24 meses	1.108.800.000	-
Fêmeas c/mais de 24 meses	1.147.200.000	-
Machos de 8 a 14 meses	-	1.230.000
Machos de 15 a 24 meses	499.800.000	-
Total	4.574.100.000	221.980.000

6. IMOBILIZADO	1992	1991
Terras	3.197.155.987	260.066.233
Pastagens	5.624.004.033	457.308.243
Obras de Infra-Estrutura	955.129.717	77.612.818
Instalações Pecuárias	974.128.342	78.162.219
Cercas em Construção	89.984.955	6.023.921
Construções Civis	662.308.810	36.623.921
Constr. Civis em Andam.	-	2.471.608
Veics., Máqs., Apars. Equips.	1.425.843.931	106.686.395
Móveis e utensílios	17.880.385	1.270.959
Gado	3.604.950.551	291.018.494
Animais de trabalho	93.545.914	7.054.581
Estudos e Projetos	1.399.497.229	113.839.292
Custo Corrigido	18.064.429.854	1.440.137.972
Depreciação Acumulada	(2.686.511.271)	(192.922.590)
Total	15.377.918.583	1.247.215.382

7. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 1992 é de Cr$ 3.500.000.000,00 (Em 1991 Cr$ 800.000.000,00).

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro está assim constituído:

	1992	1991
-Quantidade de Ações ON	899.496.417	125.993.004
-Quantidade de Ações PNA	1.476.835.237	167.226.900
-Quantidade de Ações PNB	130.240.270	-
-Quantidade de Ações PNC	-	130.240.270
Total das Ações	2.506.571.924	423.460.174
Valor nominal da ação	Cr$ 1,00	Cr$ 1,00

8. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em 11 de fevereiro de 1993, o Presidente da República emitiu a Medida Provisória nº 312, revogando a Lei nº 8.200 de 28 de junho de 1991, a qual dispunha sobre a correção monetária das demonstrações contábeis para efeitos fiscais e societários.

A administração e os consultores jurídicos da sociedade estão analisando os aspectos, fiscais e societários dessa medida, com o objetivo de avaliar eventuais efeitos em futuras Demonstrações Contábeis.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - 1. Examinamos os balanços patrimoniais da AGRO-PECUÁRIA SÃO ROBERTO S/A, levantados em 31 de dezembro de 1992 e 1991, e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercício findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nosso exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da AGRO-PECUÁRIA SÃO ROBERTO S/A, em 31 de dezembro de 1992 e 1991, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais da Contabilidade. São Paulo, SP, 15 de março de 1993. WAGNER GUTIERREZ - Contador CRC-SP 47.215-S.PA - OPINION - Auditores e Consultores - CRC-SP 16.193 - CGC 65.082.513/0001-34. - A DIRETORIA: ANTONIO RIBAS CUNHA - CPF/MF 014.122.218-20 - Diretor; JOSÉ APPARECIDO FERREIRA - CPF/MF 021.987.038-15 - Diretor; CLEVERSON SCHUELER REIS - CPF/MF 139.223.948-68 - Téc. Cont. CRC-SP 58.107-S.PA

(Fat. nº 10.016817, Reg. nº 10.016817, Dia: 23/04/93)

ARAUAYA - AGRICOLA E COMERCIAL S/A - CGC/MF: 04.371.159 / 0001-73

RELATORIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, em cumprimento as disposições Legais e Estatutarias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercicio encerrado em 31.12.92. Colocamo-nos ao inteiro dispor dos srs. Acionistas para os esclarecimentos que se fizerem necessarios. Belém.Pa, 19 de Abril de 1993. A) A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991	PASSIVO	1992	1991
ATIVO CIRCULANTE	3.237.160,31	498.576,05	PASSIVO CIRCULANTE	44.042.367,62	7.466.094,56
DISPONIBILIDADES	3.099.022,83	365.438,57	Fornecedores	5.125.300,00	5.125.300,00
Caixa e Bancos	3.099.022,83	365.438,57	Obrig.Soc.Trabalhistas	6.805.499,01	504.348,24
VALORES REALIZ.C/PRAZO	138.137,48	138.137,48	Provisão p/Ferias	1.148.252,04	118.459,87
Adiantº a Diversos	129.805,96	129.805,96	Honorarios a Pagar	30.963.316,57	1.717.989,45
Impostos a Recuperar	8.331,52	8.331,52	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	62.606.917,14	1.275.741,46
ATIVO PERMANENTE	3.999.141.082,79	324.325.077,76	Credito de Acionistas	62.606.917,14	1.275.741,46
IMOBILIZADO	3.069.151.178,79	270.681.257,18	PATRIMÔNIO LIQUIDO	3.865.728.968,34	316.076.817,79
Custo Corrigido	3.452.682.879,58	297.898.070,65	Capital subscrito	54.769.714,00	54.679.714,00
(-)Deprec.Acumulada	393.531.700,79	27.216.813,47	(-)Cap.a Integraliz.	2,00	2,00
DIFERIDO	929.989.914,00	53.643.820,58	RESERVAS DE CAPITAL	3.831.049.256,34	261.397.105,79
TOTAL DO ATIVO	3.992.378.253,10	324.818.653,81	TOTAL DO PASSIVO	3.992.378.253,10	324.818.653,81

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE:

		1992	1991
I	ORIGENS	582.333.943,95	(314.963.346,90)
	Deprec.do Exercício	21.927.947,27	2.054.692,41
	Corr.Monetária	499.134.821,00	(322.638.038,31)
	Aumento Exig.L/Prazo	61.331.175,68	-
	Realiz.Cap.Social	-	5.600.000,00
II	APLICAÇÕES	616.226.632,65	(308.295.239,33)
	Aq.Imobilizado	-	3.735.175,77
	Acres.At.Diferido	616.226.632,65	(312.154.527,65)
	Red.Exig.L/Prazo	-	124.112,55
III	MODIF.CAP.CIRC.LIQ.	(33.892.688,80)	(6.688.106,57)

IV - MODIFICAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE

CONTAS	INICIO	FIM	VARIAÇÃO
A.Circulante	498.576,05	3.237.160,31	2.743.584,26
P.Circulante	7.466.094,56	44.042.367,62	36.576.273,06
Cap.Circ.Liq.	6.972.518,51	40.805.207,31	33.832.688,80

DIRETORIA: Fernando Emanuel G.do Amaral-Dir.Tecnico ; Leila Maria S. do amaral-Dir.executiva. CONS.ADMINISTRAÇÃO: Eudocia da Fonseca Pereira-Presidente- Leila Maria S.do Amaral e Oseirina Amaral Brito - Membros.

Maria Anunciação Braga - CRC-PA 4.601-Contadora.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

CONTAS / MUTAÇÕES	CAPITAL SUBSCRITO	CAP.SOCIAL A INTEGRALIZAR	RES.DE CAPITAL OU CAP.INTEGRALIZ.	TOTAL
Saldo em 31.12.91	54.679.714,00	(2,00)	261.397.105,79	316.076.817,79
Correção Monetária	-	-	3.569.652.150,55	3.569.652.150,55
Saldo em 31.12.92	54.679.714,00	(2,00)	3.831.049.256,34	3.865.728.968,34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Nota 1 - As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os criterios contabeis vigentes, com disposições da Lei 6.404/76, e legislação fiscal em vigor. A Demonstração de Resultado não está inserida entre as demais demonstrações em virtude da empresa encontrar-se em fase pre-operacional e as despesas correspondentes a implantação estão agregadas ao grupo do Ativo Diferido. Nota 2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) O Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente com base na UFIR. A depreciação é calculada pelo criterio linear, sendo as taxas utilizadas consideradas compatíveis com a vida util estimada dos bens; b) O Diferido é demonstrado ao custo de aplicação acrescido de correção monetaria, as despesas Pre-Operacionais estão inseridas, e, serão amortizados a taxa de 10% a.a. c) As contas do Patrimônio Liquido foram corrigidas monetariamente, com base na UFIR. Nota 3- CAPITAL SOCIAL: O Capital Social Autorizado é de CR$-100.000.000,00.0 Capital Integralizado e representado por 54.679.712 ações, sendo 12.348.439 Ordinarias; 38.612.991 Pref.Classe "A" e 3.718,282 Pref.Classe "B".

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas da
Arauaya-Agricola e Comercial S/A.

01 - Examinamos o Balanço Patrimonial da Arauaya-Agricola e Comercial S/A, levantado em 31.12.92 e a respectiva Mutação do Patrimônio Liquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. 02- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de Auditoria que requerem que os exames sejan realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contabeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos trabalhos compreenderam, entre outros procedimentos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevancia dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia; b) a constatação, com bases em testes das evidências e dos registros, que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e c) a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 03- Face a Empresa estar em fase de implantação, ensejou a não elaboração da Demonstração do resultado do exercício. 04 - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Arauaya-Agricola e Comercial S/A em 31.12.92, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os principios fundamentais de contabilidade. Belém.Pa, 19 de Abril de 1993. Tadeu Manoel Rodrigues de Araujo. CRC-Pa: 2671-Contador.

(Fat. nº 10.016821, Reg. nº 10.016821, Dia: 23/04/93)

FARTURA

FARTURA AGRO INDUSTRIAL S/A
CGC/MF Nº 05.427.471/0001-02
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas convocados para comparecimento na sede social, no Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, no dia 29 de abril corrente, às 10.00 horas, a fim de se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, transferida do dia 26 desse mês, para apreciação e deliberação acerca do seguinte: a) Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992; b) Aumento do capital social através da correção monetária e consequente alteração do Estatuto Social; c) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração aos mesmos atribuídas; d) Outros assuntos de interesse geral.

Santana do Araguaia, 20 de abril de 1993
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
Diretor-Presidente

(Fat. nº 10.016758, Reg. nº 10.016758, Dias: 22, 23 e 26/04/93)

FAZENDA CAMPO ALEGRE S.A. - CGC/MF 05.426.234/0001-19 - Assembléia Geral Ordinária - Edital de Convocação - Ficam convocados os Srs. Acionistas da FAZENDA CAMPO ALEGRE S.A. a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 1993, às 10:00hs, na sede social, em Santana do Araguaia, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.92; 2. Aprovação da correção da expressão monetária do Capital Social; 3. Alteração do art. 4º do Estatuto Social; 4. Eleição dos administradores da Companhia; 5. Outros assuntos do interesse social. Santana do Araguaia, 14 de abril de 1993. Ass.) A Diretoria.

(Fat. nº 10.016706, Reg. nº 10.016706, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

INDÚSTRIA BIOLÓGICA E FARMACÊUTICA DA AMAZÔNIA S/A
-IBIFAM-
C.G.C./MF Nº 04.932.265/0001-89
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. acionistas da IBIFAM para comparecerem no dia 30 de abril de 1993, às 09 hrs, à sede social da Empresa para a realização de Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária conjunta que tratará da seguinte ordem do dia:-
a) Aprovação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/1.992.
b) Aprovação da correção monetária do Capital e suaincorporação ao Capital, alterando o valor desse Capital e de cada ação, bem como o artigo 5º do Estatuto Social.
c) Destinação da verba transferida para FUNDAÇÃO IBIFAM.
d) Fixação dos honorários do Conselho e Diretoria.
e) O que ocorrer
A Assembléia realizar-se-á em 1ª convocação com pelo menos 2/3 de presença de acionistas, ou em segunda convocação com qualquer quorum, às 10 horas no mesmo local e data.

Belém (Pa), 22 de abril de 1.993.

Elias Gattass Valume
-Presidente-

(Fat. nº 10.016734, Reg. nº 10.016734, Dias: 22, 23 e 26/04/93)

RICOPESCA NORTE - CAPTURA E COMÉRCIO DE PESCA S/A - CGC(MF) Nº 15.756.398/0001-68 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Pelo presente ficam convocados os senhores acionistas de RICOPESCA NORTE - CAPTURA E COMÉRCIO DE PESCA S/A., para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizarem no dia 30.04.93 às 10:00 horas à sede da Empresa sito a Rodovia Arthur Bernardes, 2718 Km 15 Belém-Pa., a fim de deliberarem a seguinte ordem do dia: 1) ORDINARIAMENTE: a) Prestação de contas dos Administradores, Exame, Discussão e Votação das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.92; b) Aprovação da Correção Monetária do Capital Social; c) Outros assuntos de interesse social. 2) EXTRAORDINARIAMENTE: a) Alteração do Art. 5º do Estatuto Social; b) Outros assuntos de interesse social. Belém, 13 de abril de 1993. EDDY ALBERTO CURY PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

(Fat. nº 10.016709, Reg. nº 10.016709, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

LOUÇA NORTE S/A. CGC. 15.274.692/0001-10. ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA. CONVOCAÇÃO. Pelo presente ficam convidados os senhores Acionistas da LOUÇA NORTE S/A., para uma Assembléia Geral Extraordinária e uma Assembléia Geral Ordinária, que terão lugar na Sede Social da Empresa, à Rodovia BR-316, Km-11 sala D, no município de Ananindeua Estado do Pará, às 14:00 horas do dia 30 de abril de 1993. A Assembléia Geral Ordinária terá início logo após o encerramento da Assembléia Extraordinária. A ordem do dia será a seguinte: Assembléia Geral Extraordinária: a) Aumento do Capital Social Autorizado; b) Outros assuntos de interesse para a sociedade. Assembléia Geral Ordinária: a) Apreciação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado a 31 de dezembro de 1992; b) Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho de Administração; c) Capitalização da Reserva da Correção Monetária do Capital Integralizado; d) Outros assuntos de interesse para a sociedade. Ananindeua-Pa., 19 de abril de 1993. RUBENS ANTONIO DE LUCCA - Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 10.016698, Reg. nº 10.016698, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

GUARANTÃ AGROPECUÁRIA S/A - CGC Nº 05.426.598/0001-07 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados referentes ao exercício de 1990, permanecendo-nos ao inteiro dispor de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Redenção(PA), abril de 1991.

ATIVO	1990	1989	PASSIVO	1990	1989
CIRCULANTE	10.583.137,80	39.577,79	CIRCULANTE	251.963,40	
Disponível					
Caixa	9.053.971,79	38.066,69	Encargos a Recolher	251.963,40	
Bancos	1.529.166,01	1.511,10			
REALIZ. A L. PRAZO	7.617.259,08	3.181,08	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	181.983.404,14	12.620.504,60
Gado de Rec. e Eng.	7.617.259,00	3.181,00			
Tit. e Val. Mob.	0,08	0,08	Capital Autorizado e		
PERMANENTE	164.034.970,66	12.577.745,73	Integralizado	43.697.534,93	1.181.976,74
Imobilizado			Reserva de Capital	194.721.010,06	17.515.558,19
Terras	44.498.713,84	4.708.240,36			
Pastagens	75.780.213,68	8.018.017,37	Prejuízos Acumulados	(57.435.477,77)	(6.025.836,67)
Obras de Infra-Estrut.	5.546.949,19	586.901,68	Lucro/Prejuízo		
Instalações Pecuárias	19.160.468,76	2.027.296,04	Exercício	1.000.336,92	(51.193,66)
Construções Civis	4.970.427,77	525.902,13			
Veíc. Máq. Apar.					
e Equip.	2.555.313,97	270.368,07			
Móveis e Utensílios	261.697,85	27.689,25			
Gado de Cria Mestiço	45.372.044,71	–			
(-) Depreciações	(34.110.859,11)	(3.586.669,17)			
TOTAL DO ATIVO	182.235.367,54	12.620.504,60	TOTAL DO PASSIVO	182.235.367,54	12.620.504,60

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

	1990	1989
Receitas Operacionais	14.610.721,50	91.752,52
(-) Despesas Operacionais		
Custos dos Rebanhos	864.468,35	20.084,12
Desp. Administrativas	978.430,54	34.842,76
Lucro Operac. Liq.	12.767.822,61	36.825,64
(-) Corr. M. Balanço	(11.656.337,69)	(88.019,30)
Lucro Antes Contr. Soc.	1.111.484,92	(51.193,66)
(-) Contrib. Social	(111.148,00)	–
Lucro/Prej. Exerc.	1.000.336,92	(51.193,66)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES

	1990	1989
ORIGENS		
Result. de Exercício	1.000.336,92	(51.193,66)
Result. C. Monetária	11.656.337,69	88.019,30
Aum. de Capital	25.000.000,00	–
Aum. Pass. Circulante	251.963,40	
Ajustes Ativo Imob.	–	0,11
TOTAL	37.908.638,01	36.825,75
APLICAÇÕES		
Aum. do Imobilizado	19.751.000,00	
Aum. Cap. Circulante	10.543.560,01	36.825,75
Aum. Realiz. L. Prazo	7.614.078,00	
TOTAL	37.908.638,01	36.825,75

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE

	31.12.90	30.12.89	VARIAÇÕES
Ativo Circulante	10.583.137,80	39.577,79	10.543.560,01
Passivo Circulante	251.963,40	–	251.963,40
Capital Circulante Líquido	10.331.174,40	39.577,79	10.291.596,61

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS DE 1989/1990

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	LUCRO/PREJ. ACUM.	PATRIM. LÍQUIDO
Saldo final Exerc./88	129.028,58	1.052.948,16	(380.927,17)	801.049,57
Aumento Capital c/Reserva/89	1.052.948,16	(1.051.948,16)	–	–
Correção Monetária/89	–	17.515.558,19	(5.644.909,50)	11.870.648,69
Prejuízo do Exercício/89	–	–	(51.193,66)	(51.193,66)
Saldo em 31/12/89	1.181.976,74	17.515.558,19	6.077.030,33	12.620.504,60
Aumento Capital c/Reserva/90	17.515.558,19	(17.515.558,19)	–	–
Aumento Capital c/Subscrição/90	25.000.000,00	–	–	25.000.000,00
Correção Monetária/90	–	194.721.010,06	(51.358.447,44)	143.362.562,62
Lucro do Exercício/90	–	–	1.000.336,92	1.000.336,92
Saldo em 31/12/90	43.697.534,93	194.721.010,06	(56.435.140,85)	181.983.404,14

NOTAS EXPLICATIVAS: 1 - As demonstrações Financeiras foram elaboradas de conformidade com a Lei 6.404/76 e legislação fiscal vigente. 2 - Procedeu-se a Correção Monetária das Demonstrações Financeiras pela variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF). Redenção(PA), 30 de abril de 1991 - Walter Rivetti - Dir. Presidente - Cláudio Rivetti - Dir. Vice-Presidente - Tito Martins Miguel - Téc. Cont. CRC-SP nº 72.836-S-PA.

GUARANTÃ AGROPECUÁRIA S/A - CGC Nº 05.426.598/0001-07 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1991, permanecendo-nos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessário. Pau D'Arco(PA), 31 de janeiro de 1992.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	1991	1990	PASSIVO	1991	1990
CIRCULANTE	1.412.037	10.583.137	CIRCULANTE	257.291	251.963
Disponível					
Caixa	1.412.037	9.053.971	Encargos a Recolher	257.291	251.963
Bancos	–	1.529.166			
REALIZ. A L. PRAZO	75.597.259	7.617.259	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.245.690.028	181.983.404
Gado de Rec. e Eng.	75.597.259	7.617.259			
PERMANENTE	2.168.938.023	164.034.971	Capital Autorizado e		
Imobilizado			Integralizado	43.697.534	43.697.534
Terras	1.022.389.293	44.498.714B	Reservas de Capital	2.844.759.041	194.721.010
Pastagens	876.361.271	75.780.214	Lucros Acumulados	22.521.217	1.000.337
Obras de Infra-estrut.	64.147.766	5.546.949			
Instal. Pecuárias	221.581.428	19.160.469	Prejuízos Acumulados	(664.213.331)	(57.435.47)
Construções Civis	57.480.576	4.970.428	Prejuízo do Exercício	(1.074.433)	–
Veículos, Máqs.					
Apar. e Equip.	60.183.329	2.555.314			
Móveis e Utensílios	3.026.407	261.698			
Gado de Cria Mestiço	258.243.369	45.372.044			
(-) Depreciações	(394.475.416)	(34.110.859)			
TOTAL DO ATIVO	2.245.947.319	182.235.367	TOTAL DO PASSIVO	2.245.947.319	182.235.367

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	1991	1990
Rec. Operacionais	11.486.000	14.610.721
(-) Custos/Desp. Operacionais		
Custo do rebanho	(1.257.735)	(864.468)
Desp. Administrativas	(4.661.683)	(978.431)
Desp. Financeiras	(135.010)	–
LUCRO OPERACIONAL	5.431.572	12.767.822
Receitas Não Operac.	68.024.938	–
Result. Corr. Monetária	(74.530.943)	(11.656.338)
LUCRO/PREJ. ANTES		
CONTR. SOCIAL	1.074.433	1.111.484
(-) Contribuição Social	–	(111.148)
PREJ./LUCRO EXERC.	(1.074.433)	1.000.336

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES

	1991	1990
ORIGENS		
Resultado do Exercício	(1.074.433)	1.000.336
Result. Corr. Monetária	74.530.943	11.656.338
Aum. do Capital	–	25.000.000
Variaç. Cap. Circulante	9.176.428	–
Baixas do Ativo Imob.	1.047.062	–
Reserva Coor. Especial	107.892.775	–
TOTAIS	191.572.775	37.656.674
APLICAÇÕES		
Aumento do Imob.	123.592.775	19.751.000
Variaç. Cap. Circulante	–	10.291.596
Aum. Realiz. a L. Prazo	67.980.000	7.614.078
TOTAIS	191.572.775	37.656.674

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE

	31.12.90	30.12.89	VARIAÇÃO
Ativo Circulante	1.412.037	10.583.137	9.171.100
Passivo Circulante	257.291	251.963	5.328
Capital Circulante Líquido	1.154.746	10.331.174	9.176.428

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	LUCRO/PREJ. ACUM.	PATRIM. LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 1990	43.697.534	194.721.010	(56.435.140)	181.983.404
Reserva Esp. Art. 2º Lei 8.200/91	–	107.892.775	–	107.892.775
Correção Monetária IPC/90	–	174.302.059	(57.714.523)	116.587.536
Corr. Monetária FAP	–	2.367.843.197	(530.446.459)	1.837.396.738
Result. Corr. Monetária IPC/90	–	–	2.904.008	2.904.008
Prejuízo do Exercício	–	–	(1.074.433)	(1.074.433)
TOTAIS	43.697.534	2.844.759.041	(642.766.547)	2.245.690.028

NOTAS EXPLICATIVAS: 1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de conformidade com a Lei 6.404/76 e legislação fiscal vigente. 2 - Procedeu-se a Correção Monetária nos termos da Lei 8.200/91 e Decreto Lei 332/91. 3 - Procedeu-se a Correção Monetária Especial da conta "Terras" e sua contrapartida foi registrada no Patrimônio Líquido nos termos do Art. 2º da Lei 8.200/91. Pau D'Arco(PA), 31 de janeiro de 1992 - Walter Rivetti - Dir. Presidente - Cláudio Rivetti - Dir. Vice-Presidente - José Afonso Cabral Dias - Téc. Cont. CRC-SP 70.759-S-PA.

GUARANTÃ AGROPECUÁRIA S/A - CGC Nº 05.426.598/0001-07 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992, permanecendo-nos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessário. Pau D'Arco(PA), 14 de janeiro de 1993.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	1992	1991	PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	881.617.384	1.412.037	CIRCULANTE	8.481.159	257.291
Caixa	158.022.860	1.412.037			
Bancos	276.664	–	Encargos a Recolher	8.481.159	257.291
Contas Correntes	135.026.046	–			
Gado de Recria e Eng.	588.291.814	–	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.526.507.695	2.245.690.028
REALIZ. A L. PRAZO	–	75.597.259			
Gado de Rec. e Eng.	–	75.597.259	Capital Integralizado	43.697.534	43.697.534
PERMANENTE	26.653.371.470	2.168.938.023	Reservas de Capital	27.287.099.894	2.844.759.041
Imobilizado			Lucros Acumulados	276.867.093	(641.692.114)
Terras	12.568.867.592	1.022.389.293	Resultado do Exercício	(81.156.826)	(1.074.433)
Pastagens	10.773.654.277	876.361.271			
Obras de Infra-estrut.	788.608.393	64.147.766			
Instal. Pecuárias	2.724.038.330	221.581.428			
Construções Civis	706.644.481	57.480.576			
Veículos, Máqs.					
Apar. e Equip.	121.271.310	9.864.571			
Móveis e Utensílios	37.205.507	3.026.407			
Matrizes	3.174.746.385	258.243.369			
Reprodutores	3.947.153	–			
(-) Depreciações	(4.864.211.749)	(394.475.416)			
TOTAL DO ATIVO	27.534.988.854	2.245.947.319	TOTAL DO PASSIVO	27.534.988.854	2.245.947.319

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	LUCRO/PREJ. ACUM.	PATRIM. LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 1991	43.697.534	2.844.759.041	(642.766.547)	2.245.690.028
Corr. Monetária FAP		32.621.136.972	(7.259.162.479)	25.361.974.493
Transferência entre contas		(8.178.796.119)	8.178.796.119	–
Resultado do Exercício		–	(81.156.826)	(81.156.826)
Saldo em 31 de dezembro de 1992	43.697.534	27.287.099.894	195.710.267	27.526.507.695

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	1992	1991
Receitas Operacionais	310.334.668	11.486.000
(-) Custo do rebanho	(109.314.628)	(1.257.735)
(-) Desp. Administrativas	(4.414.713)	(4.661.683)
(-) Despesas Financeiras	–	(135.010)
RESULTADO OPERACIONAL	196.605.327	5.431.572
Receitas Financeiras	53.026.046	–
Outras Rec. Não Operac.	550.700.000	68.024.938
(-) Result. Corr. Monetária	(881.488.199)	(74.530.943)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(81.156.826)	(1.074.433)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES

	1992	1991
ORIGENS		
Result. da Corr. Monet.	881.488.199	74.530.943
Red. Realiz. L. Prazo	75.597.259	–
Var. do Cap. Circulante	–	9.176.428
Baixas do Ativo Perm.	–	1.047.062
Reserv. de Corr. Especial	–	107.892.775
TOTAIS	957.085.458	192.647.208
APLICAÇÕES		
Resultado do Exercício	81.156.826	1.074.433
Aum. do Ativo Perm.	3.947.153	123.592.775
Variação Cap. Circ.	871.981.479	–
Acrésc. Realiz. L. Prazo	–	67.980.000
TOTAIS	957.085.458	192.647.208

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

	31.12.90	30.12.89	VARIAÇÃO
Ativo Circulante	881.617.384	1.412.037	880.205.347
Passivo Circulante	(8.481.159)	(257.291)	(8.223.868)
Variação	873.136.225	1.154.746	871.981.479

NOTAS EXPLICATIVAS: 1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de conformidade com a Lei 6.404/76 e legislação fiscal vigente. 2 - Procedeu-se a Correção Monetária nos termos da Lei 8.200/91 e Decreto Lei 332/91. 3 - A conta representativa do estoque de bovinos foi classificada no Circulante, visto que os animais podem ser vendidos independentemente de terem atingido a última fase, ou seja a engorda. Pau D'Arco(PA), 14 de janeiro de 1993 - Walter Rivetti - Dir. Presidente - José Afonso Cabral Dias - Téc. Cont. CRC-SP 70.759-S-PA.

(Fat. nº 10.016819, Reg. nº 10.016819, Dia: 23/04/93)

FOSNOR

FÓSFOROS DO NORTE S/A - FOSNOR
C.G.C/MF. Nº 04.930.236/0001-88
ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem no dia 29 de abril de 1993, às 09:00 horas, na sede social, na Rodovia Arthur Bernardes s/nr. - Km-14, Icoaracy, nesta Cidade, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I . EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

a) - Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992;
b) - Destinação do lucro líquido do exercício findo e distribuição de dividendos;
c) - Fixação da remuneração da Diretoria;
d) - Aprovação da correção da expressão monetária do capital social;
e) - Outros assuntos de interesse geral da sociedade.

II. - EM ASSEMBÉLIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

a) - Exame e deliberação a respeito da proposta da Diretória para aumento de capital social, incorporando reservas, inclusive de correção monetária, existentes em 31/12/92;
b) - Alteração parcial do estatuto, no tocante ao capital social;
c) - Outros assuntos de interesse geral da sociedade.

Consoante disposições estatutarias:

I - Ficam suspensas as transferências e conversões de ações até o dia em que se realizarem as Assembléias, inclusive.

Belém, 13 de abril de 1993.
AXEL GEORG BESELIN
Diretor Vice-Presidente

(Fat. nº 10.016717, Reg. nº 10.016717, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

TAGIDE VEÍCULOS S/A. C.G.C. (MF) Nº 04.896.379/0001-10 ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. CONVOCAÇÃO: São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas cumulativamente no dia 30 de Abril de 1993, com início às 8:00 horas na séde da Empresa à Trav. D. Pedro I, nº 353, a fim de deliberarem sobre o seguinte: **AGO** - a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) eleger a Diretoria e fixar suas retiradas pro-labore; c) aprovar a correção da expressão monetária do Capital Social. **AGE** - a) discutir e votar a proposta da Diretoria referente ao aumento do Capital Social; b) deliberar sobre o resgate e ou reembolso das ações que representem o valor inferior a 0,50% do Capital Social da Sociedade, na forma do artº 44 e 45 da Lei 6.404/76; c) aprovar a nova redação do artº 5º do Estatuto Social; d) O que ocorrer de interesse social. Belém, 19 de abril de 1993. a) **JUNICHIRO YAMADA** - DIRETOR PRESIDENTE.

(Fat. nº 10.016720, Reg. nº 10.016720, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

COMPANHIA EQUATORIAL DE MINERAÇÃO - COMINE. CGC. 04.821.435/0001-58. ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS E ORDINÁRIA. CONVOCAÇÃO. Pelo presente ficam convidados os senhores Acionistas da COMPANHIA EQUATORIAL DE MINERAÇÃO - COMINE para uma Assembléia Geral Extraordinária e uma Assembléia Geral Ordinária que terão lugar na Sede Social da Empresa, a Rodovia BR-316, KM 11, no Município de Ananindeua, Estado do Pará, às 09:00 horas do dia 30 de abril de 1993. A Assembléia Geral e Ordinária. A ordem do dia será a seguinte: Assembléia Geral Extraordinária: a) Aumento do capital Social Autorizado; b) Outros assuntos de interesse para a sociedade. Assembléia Geral Ordinária: a) Apreciação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras correspondente ao exercício encerrado a 31 de dezembro de 1992; b) Fixação dos honorários da Diretoria e Conselho de Administração; c) Capitalização da Reserva da Correção Monetária do Capital Integralizado; d) Outros assuntos de interesse para a sociedade. Ananindeua-PA, 19 de abril de 1993. Rubens Antonio De Lucca - Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 10.016699, Reg. nº 10.016699, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

BRASIL UNIÃO DE TODOS

RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇAO S/A
DOCEGEO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº TP - 11/93-BEL
SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Rio Doce Geologia e Mineração S/A - DOCEGEO, controlada da Companhia Vale do Rio Doce, torna público que no dia 05/05/93, às 9h, no escritório do Distrito Amazônia, localizado à Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, bairro do Marco, Belém-PA, realizará Licitação, sob a modalidde Tomada de Preços, tipo de Técnica e Preço, para contratar empresa habilitada e especializada para prestação de Serviços de Vigilância Ostensiva em Instalações da DOCEGEO, no Estado do Pará. As empresas inscritas no Cadastro Geral de Empresas da CVRD que interessarem participar da Licitação, poderão comparecer no endereço supra, para obtenção do Edital, nos dias úteis, das 8h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30.

(Fat. nº 10.016667, Reg. nº 10.016667, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

AZULEJOS DO PARÁ S.A.-AZPA, CGC(MF) Nº 04.937.843/0001-70. AVISO AOS ACIONISTAS. Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social localizada à Av. Magalhães Barata, nº 06, Ananindeua(PA), os documentos da administração a que se refere o Art. 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31.12.1992. Ananindeua(PA), 13 de abril de 1993. RICARDO COIMBRA DE ALMEIDA BRENAND, Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 10.016666, Reg. nº 10.016666, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

FAZENDA CAMPO ALEGRE S.A.

C.G.C. nº 05.426.234/0001-19

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992. Colocamo-nos à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991 - (EM MILHARES DE CRUZEIROS)

	Correção Integral		Legislação Societária
ATIVO	1992	1991	1992
CIRCULANTE	**15.357.789**	**13.472.544**	**5.717.084**
Disponível	11.533	10.684	11.533
Contas a Receber	1.502.378	13.486	1.502.378
Estoques	13.794.203	13.293.585	4.153.498
Impostos a Compensar	—	127.030	—
Despesas Antecipadas	37.615	26.911	37.615
Adiantamentos	12.060	848	12.060
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**53.796.596**	**13.105**	**53.796.596**
Outros Créditos	882	13.105	882
Empréstimos a Coligadas	53.795.714	—	53.795.714
PERMANENTE	**77.800.014**	**77.241.872**	**77.800.014**
Investimentos	6.761	6.761	6.761
Imobilizado	77.793.253	77.235.111	77.793.253
TOTAL DO ATIVO	**146.954.399**	**90.727.521**	**137.313.694**

	Correção Integral		Legislação Societária
PASSIVO	1992	1991	1992
CIRCULANTE	**74.456.614**	**1.598.171**	**74.456.614**
Empréstimos e Financiamentos	73.640.346	1.127.337	73.640.346
Fornecedores	408.327	122.322	408.327
Salários e Encargos	180.163	14.433	180.163
Impostos e Taxas	227.778	334.079	227.778
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**31.334.837**	**40.306.521**	**31.334.837**
Empréstimos e Financiamentos	—	43.778	—
Empréstimos de Associadas	31.334.837	40.262.743	31.334.837
PATRIMÔNIO LIQUIDO	**41.162.948**	**48.822.829**	**31.522.243**
Capital Social	87.150.140	87.150.140	7.089.053
Reserva de Capital	—	—	80.061.087
Lucro(Prejuízo) no Exercício	(7.659.880)	(2.140.824)	(7.785.174)
Lucro(Prejuízo) Acumulado	(38.327.312)	(36.186.487)	(47.842.723)
TOTAL DO PASSIVO	**146.954.399**	**90.727.521**	**137.313.694**

As notas explicativas são partes integrantes das demostrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Correção Integral		Legislação Societária
	1992	1991	1992
RECEITA DE VENDAS	11.114.237	10.867.329	4.609.553
CUSTO DAS VENDAS	(11.623.402)	(1.016.904)	(894.399)
LUCRO(PREJUÍZO) BRUTO	**(509.165)**	**9.850.425**	**3.715.154**
RECEITAS(DESPESAS) OPERACIONAIS	(7.696.911)	(12.243.440)	(4.616.253)
Despesas Administrativas	(12.353.669)	(9.091.785)	(1.628.255)
Receitas Financeiras	5.398.656	26.062	17.473
Despesas Financeiras (Liquidas)	(314.505)	(3.176.020)	(3.044.612)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(427.393)	(1.697)	39.141
LUCRO(PREJUÍZO) OPERACIONAL	**(8.206.076)**	**(2.393.015)**	**(901.099)**
RECEITAS(DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS	546.196	252.191	60.313
CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO	—	—	(6.944.388)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**(7.659.880)**	**(2.140.824)**	**(7.785.174)**
Lucro(Prejuízo) por Lote de 1000 ações	(24.75)	(6.92)	(25.15)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO

	Capital Social Atualizado	Reserva de Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
CORREÇÃO INTEGRAL				
Saldo em 01.01.1992	**87.150.140**	**—**	**(38.327.311)**	**48.822.829**
Lucro(Prejuízo) do Exercício	—	—	(7.659.880)	(7.659.880)
Saldo em 31.12.1992	**87.150.140**	**—**	**(45.987.192)**	**41.162.948**

	Capital Social	Reserva de Capital	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA				
Saldos em 01.01.1992	**613.039**	**6.476.014**	**(3.891.670)**	**3.197.383**
Aumento de Capital	6.476.014	(6.476.014)	—	—
Correção Monetária	—	80.061.087	(43.951.054)	36.110.034
Lucro(Prejuízo) do Exercício	—	—	(7.785.174)	(7.785.174)
Saldos em 31.12.1992	**7.089.053**	**80.061.087**	**(55.627.898)**	**31.522.243**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	Correção Integral		Legislação Societária
	1992	1991	1992
ORIGEM DE RECURSOS			
Operações (Vide Abaixo)	—	3.581.194	1.305.705
Adições ao Exigível a Longo Prazo	—	48.962.153	—
Redução do Realizável a Longo Prazo	—	61.739	—
Baixa do Ativo Imobilizado	250.449	8.126	127.861
Efeitos da Lei 8200/91	—	37.899.405	—
TOTAL DAS ORIGENS	**250.449**	**90.512.617**	**1.433.566**
APLICAÇÃO DE RECURSOS			
Operações (vide abaixo)	1.770.959	—	—
Adições ao Ativo Permanente	6.697.512	5.315.615	3.405.168
Adições ao Realizável a L. Prazo	53.783.492	811	52.196.977
Redução do Exigível a Longo Prazo	8.971.684	36.618.631	14.762.836
Transf. do Ex. L. Prazo p/Ex. C. Prazo	—	1.167.906	—
Efeitos da Lei 8200/91	—	36.961.562	—
TOTAL DAS APLICAÇÕES	**71.223.647**	**80.064.525**	**70.364.981**
AUMENTO(REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO	**(70.973.198)**	**10.448.092**	**(68.931.415)**
Variações do Capital Circulante			
Ativo Circulante	1.885.245	9.916.909	5.395.199
Passivo Circulante	(72.858.443)	531.183	(74.326.614)
Total	**(70.973.198)**	**10.448.092**	**(68.931.415)**
RECURSOS GERADOS (ABSORVIDOS) REPRESENTADOS POR:			
Lucro (Prejuízo) com Venda de Imobilizado	—	88.637	—
Lucro (Prejuízo) no Período	(7.659.880)	(2.140.824)	(7.785.174)
Itens que não representam variação Capital Circulante			
Variação Monetária Liquida	—	—	15.368
Correção Monetária do Balanço	—	—	6.944.388
Depreciação	5.888.921	5.633.381	2.131.123
Total	(1.770.959)	3.581.194	1.305.705

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.1992

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A sociedade tem por objeto atividades agrícolas e pecuárias, em todas as suas modalidades; importar, exportar, industrializar e comercializar produtos atinentes às suas atividades; colonização urbana e rural; elaborar projetos e conceder assistência técnica e administrativa com relação à agropecuária e ao aproveitamento econômico das terras colonizadas; participar de outras sociedades, como também, constituí-las ou adquirí-las.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1 Legislação Societária - As demonstrações financeiras refletem a posição financeira patrimonial da sociedade e foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, observando-se as seguintes práticas contábeis. **A - Efeitos Inflacionários:** Os efeitos da inflação estão reconhecidos nas contas sujeitas a correção monetária através da variação diária da UMC (Unidade Monetária Contábil). **B - Estoques:** São registrados pelo preço médio de aquisição ou mercado, dos dois o menor. **C - Investimentos:** São registrados pelo custo, corrigidos monetariamente. **D - Imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente. A depreciação é calculada pelo método linear observando-se as seguintes taxas anuais: edifícios - 4% ; móveis, utensílios e instalações - 10%; animais de trabalho e veículos - 20%; pastagens - 20%; tratores e equipamentos - 25%. **2.2 Correção Integral:** Embora não requerido, a sociedade está apresentando demonstrações financeiras complementares ajustadas pelos efeitos da inflação, sob o título de "Correção Integral" . Estas demonstrações financeiras, inclusive os valores de 1991, estão sendo apresentados em moeda de dezembro de 1992, observados os critérios descritos nas instruções da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

3 - ESTOQUES e IMOBILIZADO: São demonstrados como segue:

	Legislação Societária	Correção Integral
	1992	1992
ESTOQUES		
Gado Bovino	3.156.826	12.398.729
Materiais de Consumo	996.672	1.395.474
Total	4.153.498	13.794.203
IMOBILIZADO		1992
Propriedades Imobilizadas		44.042.900
Pastagens		27.031.447
Máquinas, Veículos e Equipamentos		2.854.376
Imobilizações em Andamento		1.263.840
Animais de Trabalho - Reprodutores		2.335.080
Equiptos. escritório, Móveis e Utensílios		265.610
Total		77.793.253

5 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: São representados por Contrato de Mútuo com empresas acionistas e coligadas.

6 - CAPITAL SOCIAL: O Capital Social totalmente nacional e integralizado é representado por 309.493.304 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto social determina, como dividendos mínimos obrigatórios a distribuição de 25% do Lucro Liquido, após as deduções das reservas previstas.

DIRETORIA

JOÃO VICENTE GRANADO BARBOSA
DIRETOR

RENATO JORGE SARTI
DIRETOR

FÁBIO CESAR ESPEJO
CONT.: CRC-SP 148713 S.PA

(Fat. nº 10.016842 Rec. nº 10.016842 Dia: 23/04/93)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 23 de março de 1993, tomou as seguintes decisões:

A C ó R D Ã O Nº 19.120
(Processo nº 79.222)

Assunto: Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ (Convênio nº 149/89-SEPLAN)
Responsável: Sr. EDILSON PAIVA DE ABREU, Ex-Prefeito
Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ
EMENTA: "As contas objeto do presente processo acham-se regulares, considerando a legitimidade da documentação da despesa, a correta aplicação das verbas, a exatidão contábil e a observância das demais normas pertinentes, implicando na aprovação das presente contas em julgamento".

D E C I S Ã O: aprovar a presente prestação de contas.

A C ó R D Ã O Nº 19.121 CP93/0007772-4
(Processo nº 91/51930-0)

Assunto: Prestação de contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM (Convênio nº 252/90 - SEPLAN)
Responsável: Sr. RAUL MOTA COSTA - Ex-Prefeito
Relatora: Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO
EMENTA: "As contas objeto do presente processo acham-se regulares, considerando-se a legitimidade da documentação da despesa, a correta aplicação das verbas, a exatidão contábil e a observância das demais normas pertinentes, implicando na aprovação das presentes contas em julgamento".

D E C I S Ã O: aprovar a presente prestação de contas

A C ó R D Ã O Nº 19.122 CP93/0007761-9
(Processo nº 91/50958-4)

Assunto: Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO MARIA (Convênio SEPLAN nº 603/90)
Responsável: Sr. SEBASTIÃO EMÍDIO DE ALMEIDA, Ex-Prefeito
Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ

EMENTA: "Prestação de contas. Documentos apresentados pelo interessado sanam irregularidades. As contas objeto do presente processo acham-se regulares, considerando a legitimidade da documentação da despesa, a correta aplicação das verbas, a exatidão contábil e a observância de normas pertinentes, implicando na aprovação das contas em julgamento".

D E C I S Ã O: aprovar a presente prestação de contas.

A C ó R D Ã O Nº 19.123 CP93/0007785-6
(Processo nº 91/53188-5)

Assunto: Prestação de Contas da CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA (Convênio SEPLAN nº 162/90)
Responsável: Sr. HERMÍNIO DE OLIVEIRA AMÂNCIO, Presidente
Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ
EMENTA: "Prestação de Contas. Irregularidades presentes nos autos, tais como: processo licitatório incompleto faltando a Portaria designando a comissão e o ofício às firmas participantes, implicam na rejeição das presentes contas em julgamento".

D E C I S Ã O: nagar aprovação às contas em julgamento, devendo o responsável devolver aos cofres Estaduais a importância de Cr$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), devidamente atualizada, desde o seu recebimento até a liquidação final, no prazo de quinze (15) dias contados da publicação da presente decisão no Diário Oficial do Estado, juntamente com a multa de Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros). O não cumprimento da presente decisão ensejará a cobrança judicial executiva, através do Ministério Público. CP93/0007793-7

A C ó R D Ã O Nº 19.124
(Processo nº 91/52678-9)

Assunto: Tomada de Contas instaurada no INSTITUTO "DOM BOSCO" Convênio SEDUC nº 08/89 e seu Termo Aditivo.
Responsável: Irmã GIANNINA SPAGGIARI, Diretora
Relator: Conselheiro JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA
EMENTA: "As contas objeto do presente processo acham-se regulares, considerando-se a legitimidade da documentação da despesa, a correta aplicação das verbas, a exatidão contábil e a observância das demais normas pertinentes, implicando na aprovação as presentes contas em julgamento. Não aplicação de multa, face a documentação por equívoco, não ter sido encaminhada a esta Corte de Contas".

D E C I S Ã O: aprovar as contas em julgamento.

A C ó R D Ã O Nº 19.125 CP93/0007809-7
(Processo nº 92/52418-5)

Assunto: Prestação de Contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGRE (Convênio SECULT/91)
Responsável: Sr. CLEBER EDSON DOS SANTOS RODRIGUES - Ex-Prefeito
Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ
EMENTA: "Prestação de Contas. As contas objeto do presente processo acham-se regulares, considerando a legitimidade da documentação da despesa, a correta aplicação das verbas, a exatidão contábil e a observância das demais normas pertinentes, implicando na aprovação das contas em julgamento".

D E C I S Ã O: aprovar a presente prestação de contas

A C ó R D Ã O Nº 19.126 CP93/0007841-0
(Processo nº 91/52583-4)

Assunto: Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE GREVES (Convênio com a SECULT/ Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves)
Responsável: Sr. DOMINGOS DE MOURA RESELO, Ex-Prefeito. Advogados Drs. LEONAM GONDIM DA CRUZ e LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR
Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ
EMENTA: "Tomada de Contas. É de ser considerado devedor para com a Fazenda Estadual, responsável por verba recebida a conta convênio quando não presta contas no prazo legal, bem como não [illegible]

D E C I S Ã O: I- Responsabilizar o Sr. DOMINGOS DE MOURA RESELO, pela irregularidade à conta de Cr$ 2.966,00 (dois mil, novecentos e sessenta cruzados novos), que deverá ser recolhida aos cofres estaduais devidamente atualizada desde a sua ocorrência até a liquidação final, no prazo de quinze (15) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

II- Aplicar multa no valor de Cr$ 500.000,00 (trezentos mil cruzeiros), a ser recolhida no prazo acima estipulado, por não ter apresentado a esta Corte a competente prestação de contas em tempo hábil.

III- Em caso de não cumprimento desta decisão os autos deverão ser encaminhados ao Ministério Público, para a cobrança judicial executiva. CP93/0007773-2

A C ó R D Ã O Nº 19.127
(Processos nºs 93/50431-0 - 92/52494-3 - 93/50647-9 - 93/50675-4 - 93/50676-4 - 93/50257-4 - 93/50654-4 - 93/50674-1 - 93/50664-8 - 93/50648-1 e 92/53919-6)

Assunto: Aposentadorias e Reformas
Requerente: Secretaria de Estado de Administração

EMENTA: "Tendo sido cumpridas as exigências legais e regimentais, é de ser concedido os registros solicitados."

D E C I S Ã O: homologar os registros dos atos acima discriminados. CP93/0007788-0

A C ó R D Ã O Nº 19.128
(Processos nºs 92/50167-6 - 92/50502-9 - 92/50503-1 - 92/50754-1 - 92/51546-5 - 92/51926-0 - 92/51534-0 - 92/51795-4 - 92/51561-3 - 92/51868-6 - 92/51912-6 - 92/52808-0 e 92/53302-6)

Assunto: Admissões de Pessoal
Relator: Conselheiro LAURO DE BELÉM SABBÁ
EMENTA: "Tendo sido cumpridas as exigências legais e regimentais, é de ser concedido os registros solicitados."

D E C I S Ã O: homologar os registros dos processos de Admissões de Pessoal acima discriminado CP93/0007812-7

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.566
(Processos nºs 91/53042-0 - 91/54212-3 - 92/52090-4 - 92/53197-3 - 92/50550-1 - 91/53943-3 - 92/50979-1 - 92/51204-6 - 92/51241-2 - 92/52887-6 - 92/52017-4 - 92/52439-5 - 92/52945-0 - 92/52952-6 - 92/53801-6 - 92/53811-0 - 92/54017-5 - 92/51825-3 - 92/52652-2 - 92/51516-9 - 92/50738-5 - 92/51746-9 e 92/52105-0)

EMENTA: "Vencido o prazo contratual, deve o presente processo ser anexado a respectiva prestação de contas para exame em conjunto".

D E C I S Ã O: homologar o despacho da Exmª Srª Conselheira EVA ANDERSEN PINHEIRO, pela anexação as respectivas prestações de contas, para exame em conjunto, dos processos acima discriminados. CP93/0007796-1

R E S O L U Ç Ã O Nº 12.567

EMENTA: "Enquadramento de funcionários".

D E C I S Ã O: Os enquadramentos serão formalizados por ato do Plenário, após avaliação do desempenho do funcionário e do atendimento às condições estabelecidas. CP93/0007797-0

DICACAU - LAV IND E COM DE CACAU SA - CGC (MF): 15.247.711/0001-32 - RELAT. DA DIR: Srs. Aci. de acordo com os disp. leg. estamos apres. o Bal. Patrim. e respct. Dem. Financ. Relat. ao exercício findo 31/12/92. Colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

ATIVO (CR$ X MIL)	1992	1991
CIRCULANTE	975.674	28.299
Caixa e Bancos	339.226	1.675
Créditos	374.477	6.416
Estoque	257.578	19.938
Despes. Diferidas	4.393	270
REAL. A LONGO PRAZO	0	187
PERMANENTE	45.982.395	2.826.345
Imobilizado	30.957.305	2.238.650
Diferido	15.025.090	587.695
TOTAL DO ATIVO	46.958.069	2.854.831
PASSIVO (CR$ X MIL)	1992	1991
CIRCULANTE	1.250.796	143.523
Fornecedores	3.703	4.450
Empre. Bancários	1.096.585	132.221
Obrig. C/Pessoal	3.838	2.699
Obrig. Previdenci	33.282	1.567
Obrig. Tributárias	49.597	274
Debenturistas	35.115	0
Provisões	28.676	2 312
EXIG. A LONGO PRAZO	11.978.107	464.331
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.729.166	2.246.977
Capital Social	4.097.774	288.113
Res. Cor. M. Capital	27.775.971	1.909.661
Res. Luc. a Realiz	1.855.421	49.203
TOTAL DO PASSIVO	46.958.069	2.854.831
D. ORIG. APLC. REC. (CR$ X MIL)	1992	1991
1) ORIG. DE RECURSOS	1.504.576	65.932
Result. Exercício	(11.909.200)	(483.543)
Capital Social	1.900.000	97.500
Exig. Longo Prazo	11.513.776	451.975
2) APLIC. DE RECURSOS	1.504.576	65.932
Real. Longo Prazo	(187)	149
Permanente	1.664.661	187.044
CAP. CIRC. LÍQUIDO	(159.898)	(121.261)

DEMONS. DAS MUTAC. DO PAT. LÍQ. (CR$ X MIL)

EVENTOS	(CRS) C. SOC.	RESERVAS	TOTAL
Sd. 31.12.91	288.113	1.958.864	2.246.977
Aum. Capital	3.809.661	(1.909.661)	1.900.000
Cor. Mont	0	29.582.189	29.582.189
Sd. 31.12.92	4.097.774	29.631.392	33.729.166

NOT. EXPLIC. DAS DEMONST. CONTÁBEIS: 1) As Demonst. foram apres. de acordo com os princípios e legis. virg. a época. 2) As principais práticas contab.: a) Os realizáveis e exigíveis até 360 dias estão represent. como Circulante, b) O Perman. e o Patrim. Líquido estão repres. pelos respect. custos histor. corrig. monet. conforme Lei nº 8200/91 e demais diplomas em vigor. c) a Soc. prossegue obedecendo o cronog. de implant. conf. proj. aprov. pela Sudam. 3) O Cap. é constituído de 4.097.774.467 ac. nomin. no vlr. Cr$ 1,00 cada. Altamira-Pa., 31/12/92. NOEL V. NERY, Dir. Pres. CPF: 018.602.081-34; MÁRIO C. ROCHA, Téc. Cont. CRC-PA., 7166 CPF: 089.093.422-34; PARECER DA AUDIT.: Examinei o Bal. Pat. e as Dem. Fin. de 31/12/92 da DICACAU. Efetuei os exames conf. normas de Aud. Geralm. aceitas, na minha opinião represen. a posição Patrim. e Finan. e o Result. de suas opera. no exerc. acima. Mauri Deschamps - Aud. Ind. CRC-PA: 5597 CPF: 345.359.118-00.

(Fat. nº 10.016802, Reg. nº 10.016802, Dia: 23/04/93)

MARCOS MARCELINO S/A
CGC 22.975.379/0001-98
ANANINDEUA - PARÁ

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992. Colocamo-nos ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Aproveitamos a oportunidade para agradecer pela confiança e apoio recebidos e a todos os funcionários pelo empenho e esforços realizados. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/DE:

ATIVO	1991	1992
CIRCULÂNTE	1.656.875.430	16.170.754.079
Bancos e Caixa	73.952.614	233.580.348
Aplicações Mercado Aberto	231.632.399	3.124.074.832
Duplicatas a Receber	673.571.075	6.233.398,138
Prov. p/Dev. Duv. (-)	20.207.132	187.258.029
Duplicatas Descontadas (-)	–	–
Estoques	619.493.921	6.621.320.476
Direitos s/ Consórcios	–	–
Impostos Recuperáveis	29.140.735	19.048.506
Adiantamentos	7.691.484	85.189.474
Créditos Diversos	41.400.334	41.400.334
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	–	451.506.930
PERMANENTE	3.546.757.115	46.108.521.545
Imobilizado	3.202.569.144	42.430.733.322
Diferido	344.187.971	3.677.788.223
TOTAL DO ATIVO	5.203.632.545	62.730.782.554
CIRCULANTE	365.488.512	8.402.057.750
Fornecedores	70.001.101	3.956.277.281
Obrig. Soc. Trib.	36.087.411	1.842.370.798
Instituições Financeiras	259.400.000	2.603.409.671
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	2.596.622.099	22.286.191.451
Financiamentos	2.180.878.124	19.446.732.541
Fornecedores Estrangeiros	415.743.975	2.839.458.910
PATRIMONIO LIQUIDO	2.241.521.934	32.042.533.354
Capital Integralizado	214.662.214	6.285.132.224
Reserva de Capital	2.248.311.639	27.717.722.052
Reserva de Capital - Ajuste IPC/90	792.630.138	9.740.959.227
Reserva de Lucro	7.666.329	132.520.024
Resultados Acumulados	71.403.480	11.833.800.173
Resultado do Exercício	(1.093.157.866)	–
TOTAL DO PASSIVO	5.203.632.545	62.730.782.554

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/ DE:

	1991	1992
Receita Operacional Bruta	2.612.801.501	63.574.952.970
Deduções (-)	356.856.290	7.057.470.531
Receita Operacional Líquida	2.255.945.211	56.517.482.439
Custos das Rec. Operac. (-)	1.346.615.380	36.977.864.230
Lucro Bruto Operacional	909.329.831	19.539.618.209
Despesas Operacionais	434.643.691	16.807.450.605
Despesas Administ.	205.385.184	6.273.070.343
Despesas c/ Vendas	30.245.090	2.010.706.417
Despesas Tributárias	20.077.345	1.226.648.218
Despesas Financ. Líq.	86.438.479	4.601.392.364
Deprec. e Amortz.	92.497.593	2.695.633.263
Resultado Operacional Líquido	474.686.140	2.732.167.604
Efeitos Inflacionários	(1.593.023.134)	(1.589.175.441)
Receitas não Operacionais	25.185.128	59.875.773
Resultado antes do Imp. Renda	(1.093.151.866)	1.202.867.935
Contribuição Social	–	109.351.630
Prov. p/Imp. Renda	–	328.054.892
Resultado Líq. do Exercício	(1.093.151.866)	765.461.413

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

NOTA 1 - **Contexto Operacional**
A empresa tem como atividade principal a industrialização e comercialização de produtos eletrônicos e tecnologia de ponta, e goza de isenção do imposto de renda sobre os lucros apurados até o exercício de 1999 ano base 1998, conforme DC/DAI nº 084/91.

NOTA 2 - **Principais Diretrizes Contábeis**
a) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e em consonância com as normas emanadas pela Lei 6.404/76;
b) A Provisão p/Devedores Duvidosos, foi constituída a 3% em valor suficiente para cobrir eventuais perdas no Contas a receber;
c) Os Estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao valor de mercado;
d) O resultado foi apurado pelo regime de competência e incluiu o efeito líquido da correção monetária do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido;
e) Adoção do Fator de Atualização Patrimonial - FAP, a partir de fevereiro de 1991;
f) Correção Monetária complementar de 1990 (Art. 3º, Lei nº 8.200/91), sendo a diferença registrada contabilmente no exercício de 1991, mas referida, para fins de comparabilidade, a 31 de dezembro de 1990.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
MARCOS MARCELINO DE OLIVEIRA - Presidente
MARIA DAS GRAÇAS FRANCO MARCELINO DE OLIVEIRA - Membro
MARCOS MARCELINO DE OLIVEIRA - Membro
CONTADOR:
JOSE RIVALDO MONTORIL
CRC - PA 3056

(Fat. nº 10.016848, Reg. nº 10.016848, Dia: 23/04/93)

RESUMO DO ESTATUTO SOCIAL DA "ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS E MINI PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO DE VIZANIA, MUNICIPIO DE MOCAJUBA-PA.

Denominação: "Associação de Pequenos e Mini Produtores Rurais do Distrito de Vizânia-Mocajuba-Pá".

Fundação: 19 de Junho de 1992.

Foro e Sede: Mocajuba-Pá.

Personalidade Jurídica: Sociedade Civil sem fins lucrativos.

Objetivos: Organizar os pequenos e mini produtores rurais do Distrito de Vizânia, Município de Mocajuba-Pá, para fazer frente a solução de seus problemas de ordem econômica, social, financeira, agrícola e organizativa.

Orgãos da Administração: Assembléia Geral; a Diretoria; o Conselho Fiscal.

Mandato: 3 (três) anos.

Patrimônio: Contribuição dos Associados; Doações e legados; Bens e valores adquiridos.

Forma de Dissolução: Por decisão da Assembléia Geral, especialmente convocada para dissolvê-la.

Distrito de Vizânia, Mocajuba-Pá, 08 de julho de 1992.

(G. Reg. nº 45.925)

MANAH BRÁS-NORTE S/A

GRUPO MANAH

C.G.C.(MF) 22.911.242/0001-70

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31.12.92 e 31.12.91, aprovados pelo Conselho de Administração.

Belém - PA, 30 de Março de 1.993
A ADMINISTRAÇÃO.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de cruzeiros)

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE		
Impostos a compensar	2.318	-
PERMANENTE		
Imobilizado		
Terrenos	1.024.852	83.365
Imobil. em processo	1.373.732	111.743
	2.398.584	195.108
Diferido		
Desp. pré-operacionais	2.017.852	164.138
	4.416.436	359.246
TOTAL DO ATIVO	4.418.754	359.246

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE		
Encargos e impostos	110	3.786
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Contas a pagar - controladora	413.387	95.668
Prov. IR s/lucro inflacionário	171.351	13.938
	584.738	109.606
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	293.000	10.400
Reserva de capital	2.048.080	105.415
Reserva de lucros	19.669	1.406
Lucros acumulados	1.473.157	128.633
	3.833.906	245.854
TOTAL DO PASSIVO	4.418.754	359.246

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa tem como objetivo a fabricação e a comercialização de fertilizantes para a agricultura. Atualmente está em fase pré-operacional.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a lei das sociedades por ações.

b) O ativo permanente e o patrimônio líquido foram corrigidos monetariamente, de acordo com os índices oficiais.

c) A provisão para o imposto de renda é calculada sobre o lucro inflacionário.

d) O resultado apurado pelo regime de competência de exercício, inclui o efeito da correção monetária do balanço.

3. CONTROLADORA

A empresa mantém conta-corrente com a controladora (Manah S/A), sobre a qual incide correção monetária calculada com base na variação do BTNF até janeiro/91, TRD até outubro/91, acrescida de juros de 1% ao mês, FAP em novembro e dezembro/91 e UFIR diária a partir de janeiro/92.

4. CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado está composto por 23.420 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de cruzeiros)

	1992	1991
DESPESAS OPERACIONAIS		
Contribuição social	(3.348)	(3.782)
Financeira	(194.491)	(56.545)
Receita financeira	-	20
RESULTADO OPERACIONAL	(197.839)	(60.307)
Correção monetária	67.675	98.989
Resultado antes dos ajustes conf. I.N. SRF 54/88	(130.164)	38.682
Transf. p/ativo permanente - diferido	(17.971)	(876)
RESULTADO ANTES DO I. RENDA.	(148.135)	37.806
Imposto de renda diferido	-	(11.342)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(148.135)	26.464

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS
(Em milhares de cruzeiros)

Em 01 de janeiro 1991	19.357
Transf. p/aumento de capital	(830)
Correção monetária	84.965
Resultado do exercício	26.464
Constituição de reserva legal	(1.323)
Em 31 de dezembro de 1991	128.633
Correção monetária	1.494.184
Resultado do exercício	(148.135)
Imposto retido s/lucro líquido	(1.525)
Em 31 de dezembro de 1992	1.473.157

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de cruzeiros)

	1992	1991
ORIGENS DE RECURSOS		
Operações sociais		
Resultado do exercício	(148.135)	26.464
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante		
Juros e variações monetárias do exigível a longo prazo		
• Sociedade controladora	-	54.398
Correção monetária do balanço	(67.675)	(98.989)
Transf. p/ diferido C.F. I.N. SRF. 54/88	17.971	876
Provisão IR s/lucro inflacionário	157.413	2.146
	(40.426)	(15.105)
Dos acionistas		
Aumento de capital		
• C/ corrente controladora	184.185	-
De terceiros		
Aumento no exigível a longo prazo		
• Prov. IR s/lucro inflacionário	-	11.342
• Sociedade controladora	-	1.160
	-	12.502
TOTAL DAS ORIGENS	143.759	(2.603)
APLICAÇÃO DE RECURSOS		
Aumento no permanente		
• Diferido	17.971	876
Redução no exigível a longo prazo		
• Sociedade controladora	111.516	-
Redução no patrimônio líquido		
• Devolução de incentivo - FINAM	6.753	-
• Imposto retido s/lucro líquido	1.525	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	137.765	876
AUMENTO (RED.) CAPITAL CIRC.LIQ.	5.994	(3.479)
Ativo circulante		
No início do exercício	-	-
No final do exercício	2.318	-
	2.318	-
Passivo circulante		
No início do exercício	3.786	307
No final do exercício	110	3.786
	(3.676)	(3.479)
AUMENTO (RED.) CAPITAL CIRC. LÍQ.	5.994	(3.479)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Fernando Penteado Cardoso - Presidente
Wilson Armelin
Fernando Penteado Cardoso Filho

DIRETORIA
Fernando Penteado Cardoso Filho - Diretor Superintendente
Mário Alves Barbosa Neto - Diretor Financeiro
Wilson Armelin - Diretor Comercial

Luiz Carlos Vaz Cardoso
Contador CRC. SP. 111.863 - "S" - PA.

(Fat. nº 10.016841, Reg. nº 10.016841, Dia: 23/04/93)

SANTANA RIOS

SANTANA RIOS AGROPECUÁRIA S/A
CGC/MF Nº 15.741.432/0001-20
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas convocados para comparecimento na sede social, no Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, no dia 29 de abril corrente, às 09.00 horas, a fim de se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, transferida do dia 26 desse mês, para apreciação e deliberação acerca do seguinte: a) Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992; b) Aumento do capital social através da correção monetária e consequente alteração do Estatuto Social; c) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração aos mesmos atribuídas; d) Outros assuntos de interesse geral.

Santana do Araguaia, 20 de abril de 1993
WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
Diretor-Presidente

(Fat. nº 10.016759, Reg. nº 10.016759, Dias: 22, 23 e 26/04/93)

COMPANHIA FLORESTAL MONTE DOURADO
C.G.C. Nº 04.815.734/0001-80
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, às 10h do dia 30 de abril de 1993, na sede social para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I- Apreciação e deliberação sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31.12.92, devidamente auditadas e com parecer favorável do Conselho Fiscal;
II- Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração global anual dos Administradores;
III- Eleição dos membros do Conselho Fiscal e fixação da sua remuneração;
IV- Aprovação e capitalização da Reserva de correção monetária do capital social, com a conseqüente alteração do "caput" do artigo 5º do Estatuto Social;
V- Assuntos gerais. Os Senhores Acionistas que se fizerem representar por procuradores deverão, conforme o parágrafo único do artigo 11 do Estatuto Social, depositar os respectivos instrumentos de procuração, na sede social da Companhia, até 24 horas antes da data marcada para a Assembléia.

Monte Dourado, 19 de abril de 1993.
Alberto Vollnsky
Presidente do Conselho de Administração

(Fat. nº 10.016685, Reg. nº 10.016685, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

COMPAR - COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES. C.G.C. 04.928.297/0001-00 (COMPANHIA FECHADA). EDITAL DE CONVOCAÇÃO. São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem no dia 30/04/93, às 9:00 horas, na sua sede social, na Rodovia Augusto Montenegro Km 07, Nova Marambaia - Belém (PA), a fim de deliberarem sobre: I - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA. a) Prestação de contas dos administradores, exame e aprovação das demonstrações financeiras findos em 31/12/92. b) Destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos. c) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação das respectivas remunerações. d) Aprovação da Correção Monetária do Capital. II - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. a) Elevação do Capital Social mediante incorporação da correção monetária, reservas e lucros. b) Alteração parcial do Estatuto no tocante ao capital social. Belém (PA), 20 de abril de 1993. WALDEREZ DE PAULA SIMÕES, Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 10.016753, Reg. nº 10.016753, Dias: 22, 23 e 26/04/93)

ARAPUÃ NORTE AGROPECUÁRIA DE EXPORTAÇÃO S/A
Empresa Beneficiária dos Incentivos Fiscais da Amazonia - FINAM
CGC Nº 05.680.558/0001-89 - CVM - 50.091-7
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem às 16,00 horas do dia 30 de abril de 1993., na sede social à Fazenda Arapuã, Km 1713 da Rodovia Belém-Brasília, Município e Comarca de Ourém, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: **I- ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** 1. Apreciar e votar as Demonstrações Financeiras, correspondentes ao exercício social findo em 31.12.1992; 2. Elevar o Capital Social Autorizado de Cr$ 2.663.000.000,00 para Cr$ 35.000.000.000,00 com consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; 3. Aprovar a Correção da Expressão Monetária do Capital Social realizado, com sua elevação de Cr$ 2.662.413.521,00 para Cr$ 32.730.705.657,00 permanecendo inalterada a quantidade de ações que com o põem ; 4. Eleição do Conselho Fiscal; 5. Eleição do Conselho de Administração; 6. Fixar a remuneração do Conselho de Administração e Diretoria. - **II - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1. Alterar o caput do artigo 12º do Estatuto Social, para constar que a Diretoria será composta de Diretores sem designação específica; 2. Alterar os parágrafos do artigo 13º do Estatuto Social, sobre as atribuições e poderes da Diretoria; 3. Outros assuntos de interesse da sociedade. Ourém, 16 de abril de 1993 - JORGE WILSON SIMEIRA JACOB - Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 10.016730, Reg. nº 10.016730, Dias: 22, 23 e 26/04/93)

ESTACON ENGENHARIA S.A
CGC/MF 04.946.406/0001-12 – REGISTRO – GEMEC – RCA Nº 200-76/350
ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da ESTACON ENGENHARIA S.A., a se reunirem em Assembléias Gerais Ordinaria e Extraordinaria, no dia 30 de Abril de 1993, as 10 (dez) horas, na sede social da empresa, a Rodovia Augusto Montenegro, nº 4.400, em Belem, Estado do Para, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
1. Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.92;
2. Correção da expressão monetária do Capital Social de Cr$ 508.780.800.000,00 para Cr$ 611.283.312.000,00.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
1. Aumento do Capital Social, já corrigido de Cr$611.283.312.000,00 e consequente alteração do Art. 5º "Caput" do Estatuto Social.
2. Outros assuntos de interesse social.

Belem(PA), 20 de Abril de 1993
LUTFALA DE CASTRO BITAR
Presidente do Conselho de Administração

(Fat. nº 10.016675, Reg. nº 10.016675, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

RESUMO DE ESTATUTO

1. DENOMINAÇÃO: Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais, de Limoeiro do Ajuru.

2. SEDE: A entidade terá sede e Foro na Comarca de: Limoeiro do Ajuru.

3. OBJETIVOS: Aprimoramento técnico-profissional; assistência educacional e social; defesa dos direitos e interesses dos associados junto aos órgãos públicos; trocar experiências com outras entidades; buscar formas de eliminação dos intermediários na comercialização dos produtos.

4. FUNDO SOCIAL: A entidade terá fundo social de Cr$-660.000, (seiscentos e sessenta mil cruzeiros), fazer frente as suas despesas de instalação.

5. ORGÃOS SOCIAIS: Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal

6. DIRETORIA: Composta dos seguintes membros: Presidente; Vice Presidente; Secretário Geral; 1º Secretário; 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro, para um mandato de 3 (três) anos.

(G. Reg. 45.92)

Biblioteca Pública "Arthur Vianna"

Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

CADERNO 3

ANO CI — 103º DA REPÚBLICA — Nº 27.453 BELÉM — SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1993

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE - CODENORTE - CGC/MF - 04.731.519/0001-09. RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores acionistas. Cumprindo determinações legais, submetemos a apreciação de V. Sas. as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS e o PARECER dos Auditores Independentes, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992. Moju, PA, 18 de fevereiro de 1993. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31.12.1992 - Em Cr$ 1.000,

	Cr$ - 1992	Cr$ - 1991
ATIVO	38.625.751	3.152.842
CIRCULANTE	17.380	36.762
Caixa	45	4.252
Bancos c/Movimento - Mercado aberto	124	5.352
Outros Créditos		9.948
Almoxarifado	17.211	17.211
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	3.482
Outros Créditos	-	3.482
PERMANENTE	38.608.371	3.112.598
INVESTIMENTOS	11.512	936
Partic. em outras empresas	5.742	467
Partic. em outras empresas - IPC	5.770	469
IMOBILIZADO	27.736.128	2.273.485
Imobilizações Técnicas	16.537.986	1.368.498
Imobilizações Técnicas - IPC	11.198.142	904.987
DIFERIDO	10.860.731	838.177
Despesas de Implantação	6.090.510	450.153
Despesas de Implantação - IPC	4.770.221	388.024

PASSIVO	38.625.751	3.152.842
CIRCULANTE	57.746	28.340
Fornecedores	18.042	9.845
Contas a Pagar		159
Honorários a Pagar	17.000	-
Salários a Pagar	2.989	1.498
Encargos Sociais	18.858	1.647
Impostos e Taxas	857	191
Instituições Financeiras	-	15.000
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	194.582	86.421
Adiantamentos p/Aumento do Capital	42.028	-
Outros Créditos	66.142	9
Instituições Financeiras	86.412	86.412
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.373.423	3.038.081
CAPITAL INTEGRALIZADO	1.071.188	172.283
Capital Autorizado	2.000.000	300.000
Capital a Subscrever	(928.812)	(47.717)
Capital Subscrito a Integralizar		(80.000)
RESERVAS DE CAPITAL	12.138.508	818.905
Corr. Monetária do Capital	12.138.508	818.905
RESERVAS DE LUCROS	25.163.727	2.046.393
Reservas de Lucros a Realizar	25.157.586	2.046.393
Reserva de Estímulo a Cap. DL-1994	6.141	500

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO 01.01 A 31.12.1992

	Capital Realizado	Acumulado Res. de Capital	Reservas de Lucros	Totais
Saldo em 31.12.1991	172.283	818.906	2.046.893	3.038.081
Aumento de em dinheiro AGO/AGE-ABRIL/1992	80.000	=	=	80.000
Incorp. Res. de Corr. Monet.	818.906	(818.906)	=	=
Corr. Monet. do Balanço	=	12.138.508	23.116.834	35.255.342
Saldo em 31.12.1992	1.071.189	12.138.508	25.163.727	38.373.423

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	1992			
I - ORIGENS DOS RECURSOS				188.161.405,47
DAS OPERAÇÕES SOCIAIS				
Resultado líquido do exercício				-0-
DOS ACIONISTAS				
Realização do capital em dinheiro				80.000.000,00
DE TERCEIROS				
Aumento do Exigível a L/Prazo				108.161.405,47
II - APLICAÇÕES DE RECURSOS				236.948.627,36
Aumento do Ativo Permanente				236.948.627,36
Aumento do Realizável a Longo Prazo				-
III - VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE				(48.787.221,89)
IV - COMPONENTES	1.992		1991	VARIAÇÃO
Ativo Circulante	17.380.544,27		36.761.909,28	(19.381.365,01)
Passivo Circulante	57.746.122,19		28.340.266,31	29.405.855,88
Cap. Circ. Líquido	(40.365.578,92)		8.421.642,97	(48.787.221,89)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇOES FINANCEIRAS EM 31.12.1992. NOTA 1 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. a) As DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS foram elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos. Reconhecendo os efeitos inflacionários sobre as demonstrações financeiras o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido foram corrigidos nos termos da Lei 8.383/91, Art. 38 em UFIR mensal. b) A companhia adotou a faculdade prevista na instrução CVM nº 176/91 no que se refere a dispensa de publicação das demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos do exercício de 1990. c) O CAPITAL AUTORIZADO será corrigido quando da realização da A.G.O., em consonância com o parágrafo 2º do art. 168 da Lei 6404. d) A empresa encontra-se em fase de implantação de um projeto de plantio de SERINGUEIRAS no alto Moju. Os gastos de implantação deste exercício, ajustados nos termos da IN/SRF-54, foram apropriados no DIFERIDO.

NOTA 2 - IMOBILIZADO (CR$ 1.000)

DISCRIMINAÇÃO	1991	ADIÇÕES	CORR. COMPL.	1992
Terras	31.379	-	354.377	385.756
Infra-Estrutura	89.589	-	1.011.793	1.101.382
Edificações	215.887	-	2.438.150	2.654.037
Veículos	76.899	-	868.467	945.366
Máqs./Equiptos.	253.668	1.000	2.866.725	3.121.393
Mov/Utensílios	27.189	-	307.058	334.247
Outras Imobilz.	10.687	-	120.699	131.386
Seringal	1.513.363	10.000	17.587.460	19.061.167
Imob. Curso/FNO	54.824		619.156	673.980
TOTAIS	2.273.485	11.000	25.769.852	28.408.714

NOTA 3 - CAPITAL SOCIAL. O CAPITAL AUTORIZADO é de Cr$ 2.000.000.000 (300.000.000 EM 1992) e o INTEGRALIZADO e de Cr$ 1.071.188.593, (1.035.555.804 em 1992 de AÇÕES NOMINATIVAS, do valor unitário de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro), assim distribuidas:

TIPO	AUTORIZADO	INTEGRALIZADO	VALOR
ORDINÁRIAS	664.400.000	304.913.728	304.913.728
PREFERENCIAIS "A"	5.554	-0-	-0-
PREFERENC. "B"	1.335.594.446	766.274.815	766.274.815
	2.000.000.000	1.071.188.545	1.071.188.543

FRANCISCO DEL-TETTO MENDES DA SILVA, CIC-000.451.012-72, Dir. Presidente; FRANCY ROSA L. MENDES DA SILVA, CIC - 166.225.022-34, Diretora Executiva; ABEL JOSÉ COSTA DA SILVA, CIC-015.703.823-04, Téc. Contab. - CRC-PA 2781.

PARECER DOS AUDITORES IDEPENDENTES. Aos Diretores e Acionistas da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE - CODENORTE** 1 - Examinamos os balanços patrimoniais da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE - CODENORTE levantados em 31 de dezembro de 1991 e 1992 e as respectivas demonstrações do resultado das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3 - Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado no parágrafo terceiro, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE - CODENORTE, em 31 de dezembro de 1991 e 1992, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Belém-Pa., 03 de março de 1993. MAURI DESCHAMPS CRC-PA Nº 5.597. AUDINORTE - AUDITORES INDEPENDENTES S/A. CRC-PA. 244.

(Fat. nº 10.016846, Reg. nº 10.016846, Dia: 23/04/93)

TUPINAMBARANA S/A-TUPINAGRO - CGC/MF: 04.206.227/0001-34 - RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores acionistas, em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31.12.92. Colocamo-nos ao inteiro dispor dos srs. acionistas para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Belém, Pa, 17 de abril de 1993. A) A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991
ATIVO CIRCULANTE	44.658.129,16	9.522.129,16
DISPONIBILIDADES	303.059,76	303.059,76
Caixa e Bancos	404.059,76	303.059,76
ESTOQUES	44.355.069,40	9.219.069,40
ATIVO PERMANENTE	7.716.461.762,93	616.767.404,50
IMOBILIZADO	6.007.874.163,79	520.287.807,12
Custo Corrigido	7.039.587.314,23	596.393.146,25
(-) Deprec. Acumulada	1.031.713.130,44	76.105.339,13
DIFERIDO	1.708.587.579,14	96.479.597,38
TOTAL DO ATIVO	7.761.119.892,09	626.289.533,66

PASSIVO	1992	1991
PASSIVO CIRCULANTE	3.135.453,12	279.605,20
Contrib. Soc. Recolher	2.495.306,18	204.938,50
Provisão p/Férias	640.146,94	74.666,70
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	62.054.960,29	-
Créditos de Acionistas	62.054.960,29	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.695.929.478,68	626.009.928,46
Cap. Subsc. Integraliz.	118.250.000,00	118.250.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	7.577.679.478,68	507.759.928,46
TOTAL DO PASSIVO	7.761.119.892,09	626.289.533,66

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.92

	1992	1991
I ORIGENS	553.966.022,94	47.380.781,33
Correção Monetária	456.161.068,18	14.192 910,66
Deprec. do Exercício	35.749.994,47	3.187.870,67
Realiz. Cap. Social	-	30.000.000,00
A. Exig. Longo Prazo	62.054.960,29	-
II APLICAÇÕES	521.685.870,86	40.364.344,43
Aq. Imobilizado	864.000,00	1.620.000,00
Acres. Diferido	522.503.870,86	39.466.109,43
Baixa Imobilizado	(1.682.000,00)	(750.000,00)
Red. Exig. Longo Prazo	-	28.235,00
III MODIF.CAP.CIRC.LIQ.	32.280.152,08	7.016.436,90

IV MODIFICAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE

CONTAS	INICIO	FIM	VARIAÇÃO
Ativo Circulante	9.522.129,16	44.658.129,16	35.136.000,00
Passivo Circulante	279.605,20	3.135.453,12	2.855.847,92
Capital Circulante Líquido	9.242.523,96	41.522.676,04	32.280.152,08

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SUBSCRITO	RES. DE CAP. CM. CAP. INT	TOTAL
Saldo em 31.12.91	118.250.000,00	507.759.928,46	626.009.928,46
Correção Monetária	-	7.069.919.550,22	7.069.919.550,22
Saldo em 31.12.92	118.250.000,00	7.577.679.478,68	7.695.929.478,68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 - Nota 1 - As Demonstrações financeiras estão de acordo com os dispositivos da Lei 6.404/76. A Demonstração de Resultado não está inserida entre as demais demonstrações em razão da empresa encontrar-se em fase Pré-Operacional e as despesas correspondentes à implantação estão agregadas ao grupo do Ativo Diferido. **Nota 2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a)** O Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente, com base na UFIR. A depreciação é calculada pelo critério linear, sendo as taxas utilizadas consideradas compatíveis com a vida útil estimada dos bens; **b)** O Diferido é registrado ao custo mais correção monetária e abrange gastos correspondentes à implantação do projeto; **c)** As contas do Patrimônio Líquido foram corrigidas monetariamente, com base na UFIR. **Nota 3 - CAPITAL SOCIAL:** O Capital Social Autorizado é de CR$-120.000.000,00. O Capital Integralizado é representado por 118.250.000 Ações, sendo 31.700.000 Ordinárias; 72.000.000 Pref. Classe "A" e 14.550.000 Pref. Classe "B". **DIRETORIA:** José de Brito Lourenço Jr - Dir. Pres. e Alfredo José Prestes Vieira - Dir. Superint. Cons. Administração: José de Brito Lourenço Jr - Presidente - Luzia Prestes Vieira e Alberto Venturieri - Membros. Maria Anunciação Braga - CRC-PA 4.601 - Contadora.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Aos Administradores e Acionistas da Tupinambarana Agropecuária S/A - 01 - Examinamos o Balanço Patrimonial da Tupinambarana Agropecuária S/A, levantado em 31.12.92 e a respectiva Mutação do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. 02 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de Auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos trabalhos compreenderam, entre outros procedimentos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia; b) a constatação, com bases em testes das evidências e dos registros, que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e c) a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 03 - Face a Empresa estar em fase de implantação, ensejou a não elaboração da Demonstração do Resultado do exercício. 04 - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Tupinambarana Agropecuária S/A em 31.12.92, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. Belém, Pa, 19 de abril de 1993. Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo - Contador - CRC-PA 2671.

(Fat. nº 10.016803, Reg. nº 10.016803, Dia: 23/04/93)

GAIPARÁ AGRO-INDUSTRIAL S/A. C.G.C. MF Nº 04.835.294/0001-22. ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem no dia 30 de abril de 1993, às 10:00 horas, na Rua XV de Novembro nº 263, 1º andar, em Belém, Estado do Pará, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: a) Tomada de conta dos administradores, exame, discussão e votação das demostrações financeiras e deliberação sobre a destinação do resultado líquido do Exercício; b) Fixação dos honorários mensais da Diretoria; c) Aprovação da correção da expressão monetária do capital social, de Cr$ 200.000.000,00 para Cr$ 2.458.724.416,97. II ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) Aumento do capital social de Cr$ 2.458.724.416,97 para Cr$ 2.459.606.676,01 mediante capitalização de Cr$ 882.259,04 da Reserva Legal e comitante redução do capital social em Cr$ 659.606.676,01, mediante absorção dos prejuízos do Exercício de 1992, passando o novo capital social ser de Cr$ 1.800.000.000,00, com a consequente alteração da redação do artigo 4º do Estatuto Social; b) Outros assuntos de interesse social. Belém(Pa), 19 de abril de 1993. SHIZUO ASSAKAWA-Diretor

(Fat. nº 10.016712, Reg. nº 10.016712, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

MOINHO DE TRIGO BELÉM S/A – Sede: Av. Pedro Alvares Cabral, 264 - BELÉM (PA) – CGC/MF: 04.795.944/0001-53 – CONVOCAÇAO – Convidamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se na Sede Social da Cia., no dia 30 da abril de 1993, às 12 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1 – Apreciar, discutir e votar matérias de competência da Assembléia Geral Ordinária (Art. 132 – Lei 6404/76), relativamente ao exercício findo em 31.12.92; 2 – votar aumento de capital social, mediante o aproveitamento de reservas; 3 – alterar o estatuto social (Art. 3º – Capital Social) e 4 – outros assuntos de interesse social. Belém (PA), 26 de março de 1993. Emi Wiethaeuper – Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 10.016723, Reg. nº 10.016723, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

PENA BRANCA DO PARÁ S/A – Sede: Av. Pedro Alvares Cabral, 264-A - BELÉM (PA) – CGC/MF: 05.054.226/0001-99 – **CONVOCAÇÃO** – Convidamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se na Sede Social da Cia., no dia 30 de abril de 1993, às 10 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1 – Apreciar, discutir e votar matérias de competência da Assembléia Geral Ordinária (Art. 132 – Lei 6404/76), relativamente ao exercício findo em 31.12.92; 2 – aumentar o capital social com a correção monetária respectiva; 3 alterar o Estatuto social (Art. 3º – Capital Social e 4 – outros assuntos de interesse social. Belém (PA), 26 de março de 1993. Emi Wiethaeuper – Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 10.016722, Reg. nº 10.016722, Dias: 20, 22 e 23/04/93)

CIA. DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PARÁ – CDI/PA "EM LIQUIDAÇÃO"
CGC. 05.416.839/0001-29
Assembléia Geral Ordinária

CONVOCAÇÃO

Convocamos os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, na Av. Presidente Vargas nº 1020 – 3º andar, nesta Capital, no dia 30 de abril de 1993, às 8:30 horas, para discutirem e deliberarem o seguinte: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) Deliberar sobre a destinação do Lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Aprovar a correção da expressão monetária do capital social; d) O que ocorrer. Belém(PA), 22 de abril de 1993.

OTÁVIO AUGUSTO CHAVES
Liquidante

(Fat. nº 10.016796, Reg. nº 10.016796, Dia: 23/04/93)

ELF ATOCHEM BRASIL NORTE QUÍMICA S/A. CGC. (FM) 63.818.918/0001-62
FÁBRICA: Distrito Industrial de Ananindeua-PA. Setor E Rua VSD-2 Lts. 4, 5, 10 e 11 Q-13 CEP 67.030-970 - Tel. (091) 250.3076. **CENTRO ADMINISTRATIVO:** Avenida Ibirapuera, 2033 - 4º Andar. CEP 04.029-100 - Tel. (011) 575.5877-São Paulo-SP.
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 1992. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para qualsquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Ananindeua-PA., 22 de abril de 1993.

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991
1 - CIRCULANTE	3.093.363.557,89	392.593.943,88
1.1 - DISPONIBILIDADE	7.354.242,95	8.639.296,50
Bens Numerários	400.000,00	324.628,77
Depósitos Banc. à Vista	6.954.242,95	8.514.667,73
1.2 - DIREITOS REALIZ. A C. PRAZO	3.086.009.314,94	383.754.647,38
Clientes	1.386.260.318,56	157.056.441,88
Provisão Dev. Duvidosos	(44.650.209,56)	(4.711.693,26)
Antecipações Diversas	22.325.859,34	43.196.793,83
Estoques	1.383.445.350,78	136.569.060,52
Outras Contas a Receber	338.627.995,82	51.644.044,41
1.3 - DIREITOS REALIZ. A L. PRAZO	204.691.072,68	-
Depósitos Jud. e Fiscais	204.691.072,68	-
2 - PERMANENTE	12.141.636.736,36	388.175.917,58
2.1 - INVESTIMENTOS	13.820.770,56	-
Emprest. Compuls. Eletrobrás	13.820.770,56	
2.2. - IMOBILIZADO	12.127.815.967,80	388.175.917,58
Imóveis	5.592.695.423,73	5.255.210,00
Móveis e Utensílios	199.798.055,69	14.369.404,88
Veículos	655.038.261,43	53.282.771,00
Maquinismos e Instalações	5.624.125.223,63	216.643.594,40
Outras Imobilizações	930.867.163,49	123.737.615,28
DEPRECIAÇÕES	(874.708.160,17)	(25.112.677,98)
TOTAL GERAL DO ATIVO	15.439.691.368,93	780.769.861,46

PASSIVO	1992	1991
3 - CIRCULANTE	4.585.049.304,95	401.181.342,49
- Fornecedores	1.147.837.108,26	175.075.970,98
- Salários e Contrib. Soc.	159.843.122,93	25.295.540,79
- Provisões	955.891.416,53	14.440.261,90
- Impostos a Recolher	889.289.323,58	30.542.418,43
- Outras Contas a Pagar	1.432.188.333,65	155.827.150,39
4 - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	469.889.282,00
- Contas Cor. Controladas	-	469.889.282,00
5 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.854.642.063,98	(90.300.763,03)
- Capital Soc. Nacional	5.907.481.002,00	49.580.172,00
- Reservas de Capital	3.238.946.464,47	124.074.593,76
- Lucros Acumulados	(3.108.927.330,14)	-
- Result. Líq. Exercício	4.817.141.927,65	(263.955.528,79)
TOTAL GERAL DO PASSIVO	15.439.691.368,93	780.769.861,46

DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO

01 - RECEITA OPERACIONAL BRUTA	16.933.198.691,33	938.273.905,89
1.1 - Venda de Produtos	16.600.552.773,33	786.289.784,89
1.2 - Revenda de Mercadorias	332.645.918,00	151.984.121,00
02 - CONTAS RETIFICADORAS	4.635.398.920,00	252.569.347,90
2.1 - Devol. s/ Vendas	36.297.847,52	8.183.962,00
2.2 - Impostos Incidentes	4.599.101.073,40	244.385.385,90
03 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.297.799.770,41	685.704.557,99
04 - CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	8.686.957.039,76	684.097.960,43
05 - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	3.610.842.730,65	1.606.597,56
06 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTR.	3.232.452.646,88	388.951.511,15
6.1 - Administrativas	567.086.285,69	46.427.270,46
6.2 - Financeiras	953.457.217,78	272.531.468,31
6.3 - Vendas	1.851.137.052,29	-
6.4 - Outras	139.227.908,88	69.992.772,38
07 - LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	378.390.083,77	(387.344.913,59)
08 - RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	4.255.131,03	604.067,76
09 - RESULTADO DA CORREÇÃO MONET.	4.434.496.712,85	122.785.317,10
10 - LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	4.817.141.927,65	(263.955.528,79)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS

1 - ORIGENS DOS RECURSOS	10.772.806.671,53	379.588.518,97
- Resultado do Exercício	4.817.141.927,65	(263.955.528,79)
- Exigível a L. Prazo	-	469.889.282,00
- Capital Soc. Nacional	-	49.580.172,00
- Reserva de Capital	-	124.074.593,76
- Aumento do Capital	5.733.950.400,00	-
- Depreciação Acumulada	208.082.669,92	-
- Baixa do Ativo Imobiliz.	2.565.595,42	-
- Ajuste Exerc. Anterior	11.066.078,54	-
2 - APLICAÇÕES DOS RECURSOS	12.255.905.019,98	388.175.917,58
- Investm./Imobilizado	5.678.503.688,40	388.175.917,58
- Exigível a L. Prazo	204.691.072,68	-
- Baixa Exigível a L. Prazo	469.889.282,00	-
- Resultado Correção Monet.	5.702.820.976,90	-

3 - VARIAÇÃO CAPITAL CIRCULANTE	Ativo Circulante	Passivo Circulante
1991	392.593.943,88	401.181.342,49
1992	3093.363.557,89	(4.585.049.304,95)
Diferenças	2700.769.614,01	(4.183.867.962,46)
Variação Líquida		(1.483.098.348,45)

DEMOSNTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo Inic. em 31.12.91	49.580.172,00	124.074.593,76	(263.955.528,79)	(90.300.763,03)
Ajuste de Exerc. Anterior	-	-	11.066.078,54	11.066.078,54
Transf. p/Capital Social	123.950.430,00	(123.950.430,00)	-	-
Integraliz. do Cap. Social	5.733.950.400,00		-	5.733.950.400,00
Cor. Monet. do Período	-	3.238.822.300,71	(2.856.037.879,89)	382.784.420,82
Lucro Líq. do Exercício	-	-	4.817.141.927,65	4.817.141.927,65
Saldo Final em 31.12.92	5.907.481.002,00	3.238.946.464,47	1.708.214.597,51	10.854.642.063,98

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA. 01 Contexto Operacional: A Empresa tem por objetivo principal a industrialização e o comércio de Produtos Químicos Industriais, tendo iniciado suas operações no dia 13 de Março de 1991; **02 - Demonstrações Financeiras:** Foram elaboradas de acordo com o que determina a Legislação vigente (Lei 6.404/76) e legislação complementar; **03 - Principais Práticas Contábeis:** A Provisão para Devedores Duvidosos foi constituida dentro dos limites permitidos pela Legislação Fiscal; Os efeitos Inflacionários foram reconhecidos através da elaboração da Correção Monetária do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido, conforme determina a Lei 8.200/91.

Ananindeua, Estado do Pará, em 22 de Abril de 1993
ROBERT AUGUSTE GASTON ROMMEL
Diretor Presidente
CPF(MF) 408.553.768-72

PAULO MESSIAS PEDRASSOLI
Diretor Adm. e Financeiro
CPF(MF) 051.027.318-15

SIVANA DOS SANTOS
Tec. Contab. CRC-SP 104084-s/PA
CPF(MF) 696.729.928-15

(Fat. nº 10.016812, Reg. nº 10.016812, Dis: 23/04/93).

empesca norte s.a. CGC (MF) Nº 05.430.954/0001-58

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO Prezado Acionistas: Em cumprimento as disposições legais estatutárias, submetemos à,apreciação de V. Sas., as Demonstrações Finamceiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992, colocamo-nos ao inteiro dispor dos senhores Acionistas para os esclarecimentos que se fizerem necessário. Belém (PA), 18 de março de 1993. a) A ADMINISTRAÇÃO.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	5.746.986	1.265.486
DISPONIBILIDADES	-	4.496
Banco c/movimento	-	4.496
CREDITOS	5.746.986	397.983
Juros a receber	5.746.986	397.983
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	-	863.007
Prêmios de seguros a apropiar	-	236.157
Assinaturas, jornais e revistas	-	626.850
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.735.339.830	868.261.992
Emprestimos compulsórios	130.672.961	7.808.529
Créditos com pessoas ligadas	10.338.276.265	853.288.796
Depósitos judiciais	266.390.604	7.164.667
PERMANENTE	44.857.551.038	3.589.132.134
INVESTIMENTOS	288.359.682	23.456.039
Participações societárias	288.359.682	23.456.039
IMPBILIZADO	44.286.711.393	3.539.796.648
Imobilizações técnicas	72.736.433.015	5.853.982.088
(-) Depreciações acumuladas	(28.449.721.622)	(2.314.185.440)
DIFERIDO	282.479.963	25.879.447
Gastos a amortizar	715.131.386	58.170.926
(-) Amortizações acumuladas	(432.651.423)	(32.291.479)
TOTAL DO ATIVO	55.598.637.854	4.458.659.612

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	1.374.929.182	18.918.248
EXIGIBILIDADES	1.374.929.182	18.918.248
Fornecedores	359.510.025	-
Obrigações trabalhistas e sociais	23.760.483	2.977.434
Obrigações fiscais e societárias	79.431.107	13.419.417
Contas a pagar	2.994.627	93.692
Instituições financeiras	909.232.940	2.427.705
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	5.140.165.848	449.493.511
Obrigações fiscais	746.488.124	44.398.911
Intituições financeiras	4.393.677.724	405.094.600
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.083.542.824	3.990.247.853
CAPITAL	54.091.937.159	4.382.933.257
Capital integralizado	4.400.000.000	380.000.000
Correção monetária do capital	49.691.937.159	4.002.933.257
RESERVAS DE LUCROS	925.107.345	92.204.295
Reserva legal	925.107.345	92.204.295
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(5.933.501.680)	(484.889.699)
TOTAL DO PASSIVO	55.598.637.854	4.458.659.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

	1992	1991
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	260.499.096	(62.497.518)
Receitas de arrendamentos	783.154.782	72.573.494
Despesas finan. líquidas	(209.109.729)	(18.834.385)
Despesas gerais e administrativas	(300.528.570)	(36.619.755)
Depreciação e amortização	(13.017.387)	(81.295.438)
Outras receitas operacionais	-	1.678.566
LUCROS (PREJUÍZOS) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	260.499.096	(62.497.518)
EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(179.234.004)	91.759.656
Correção monet. do balanço	5.334.366.191	(103.155.845)
Variações monet. líquidas	(5.513.600.195)	194.915.501
LUCROS OPERACIONAIS APÓS OS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	81.265.092	29.262.138
PROVISÃO PARA IMP. DE RENDA	(53.371.447)	(9.250.367)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27.893.645	20.011.771
Lucro líquido por ação	0,01	0,05

As notas explicativas saõ parte integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

	1992	1991
ORIG. DOS REC. DAS OPERAÇÕES		
Lucro líquido do exercício	27.893.645	20.011.771
Valores que não afetam o Cap. Circ.		
Depreciação e amortização	13.017.387	81.295.438
Correção monetária do balanço	(5.334.366.191)	103.155.845
Variações monet. líquidas	5.256.546.225	(195.190.679)
Total dos rec. oriundos das oper.	(36.908.934)	9.272.375
DE TERCEIROS		
Aumento do Pass. exig. a longo prazo	-	20.322.612
TOTAL DAS ORIGENS	(36.908.934)	29.594.987
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento do ativo realiz. a longo prazo	204.245.425	33.039.334
Aumento do ativo permanente		
Imobilizado	253.047.497	1.681.893
Redução do pass. exig. a longo prazo	852.576.178	-
Imposto de renda na fonte s/lucro		
Líquido adicional estadual	4.751.400	1.724.014
TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.314.620.500	36.445.241
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO	(1.351.529.434)	(6.850.254)
TOTAL	(36.908.934)	29.594.987
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE		
Ativo Circulante		
No fim do exercício	5.746.986	1.265.486
No início do exercício	1.265.486	945.266
	4.481.500	320.220
Passivo Circulante		
No fim do exercício	1.374.929.182	18.918.248
No início do exercício	18.918.248	11.747.774
	1.356.010.934	7.170.474
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE	(1.351.529.434)	(6.850.254)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	COR. MONETÁRIA CAPITAL	RESERVA LEGAL	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31/DEZ/1990	40.000.000	338.075.225	7.962.645	8.142.869	394.180.739
EFEITOS DA LEI 8200/91		379.838.364	7.848.701	(93.276.971)	294.410.094
AUMENTO DO CAPITAL					
P/incorporação de res. e lucros	340.000.000	(338.075.225)		(1.924.775)	
CORREÇÃO MONETÁRIA		3.623.094.893	75.392.360	(415.117.990)	3.283.369.263
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				20.011.771	20.011.771
Imp. de renda e adic. estadual s/lucro				(1.724.014)	(1.724.014)
DESTINAÇÕES PROPOSTAS PARA O EXERCÍCIO					
Reserva legal			1.000.589	(1.000.589)	
SALDO EM 31/DEZ/1991	380.000.000	4.002.933.257	92.204.295	(484.889.699)	3.990.247.853
AJUSTES DO EXERCÍCIO ANTERIORES				1.634.449	1.634.449
AUMENTO DO CAPITAL					
P/incorporação de reserva	4.020.000.000	(4.002.933.257)	(17.066.743)		
CORREÇÃO MONETÁRIA		49.691.937.159	848.575.111	(5.471.993.993)	45.068.518.277
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				27.893.645	27.893.645
Imp. de renda e adic. estadual s/lucro				(4.751.400)	(4.751.400)
DESTINAÇÕES PROPOSTAS PARA O EXERCÍCIO					
Reserva legal			1.394.682	(1.394.682)	
SALDO EM 31/DEZ/1992	4.400.000.000	49.691.937.159	925.107.345	(5.933.501.680)	49.083.542.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

NOTA 01- SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) EFEITOS INFLACIONÁRIOS Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido,e da atualização monetária dos demais ativos e passivos sujeitos a indexação, e são refletidos no resultado do exercício. b) ATIVO E PASSIVO CIRCULANTE. Os ativos relizáveis e os passivos exigíveis, vencíveis no exercício seguinte, estão registrado como circulante. c) INVESTIMENTOS. Os investimentos estaõ demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de correção monatária. d) IMOBILIZADO. Os bens integrantes do imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente. e) DIFERIDO. Esta demonstrado pelo total das despesas pre-operacionais, corrigidos monetariamente. f) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA. A provisão para imposto de renda foi constituida a razão de 30% sobre o lucro real. g) Imposto de renda na fonte sobre o lucro líquido e o correspondente adicional estadual. O imposto de renda na fonte sobre o lucro líquido, instituido pela lei 7713/88, calculado pela aliquota de 8% e o adicional calculado a aliquota de 5%, foram registrados a débitos de lucros acumulados. h) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. A provisão para contribuição social foi calculada pela aliquota de 10%, de acordo como o que preceitua a Lei 7856/89. **NOTA 02- IMOBILIZADO** O imobilizado esta assim composto :

DISCRIMINAÇÃO	1992	1991
Terrenos	3.702.320.386	297.586.577
Construções	19.944.479.404	1.622.343.624
Máquinas, aparelhos, equipamentos e instalações	16.554.828.058	1.346.619.244
Embarcações e veiculos	29.543.881.889	2.344.141.996
Trapiches	1.962.572.802	159.641.543
Outras imobilizações	1.028.350.475	83.649.104
(-) Depreciações acumuladas	(28.449.721.621)	(2.314.185.440)
TOTAL	44.286.711.393	3.539.796.640

NOTA 03- EXIGIVEL A LONGO PRAZO. OBRIGAÇÕES SOCIAIS TRIBUTÁRIAS. As obrigações sociais e tributárias, referen-se a impostos de renda diferido sobre o lucro inflacionário, contribuições sociais e Imposto de renda, sendo o primeiro recolhido quando da realização desta lucro e as demais quando solucionadas as demandas judiciais impetradas pela empresa contra as autoridades regulamentares. Estas contribuições e impostos estão sendo depositados judicialmente. Sobre estas obrigações incidem encargos calculados conforme a variação da taxa referencial. **INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.** Financiamento obtido junto ao Banco da Amazônia S/A BASA, com juros de 8% a.a., incidentes sobre o saldo devedores diários corrigidos. As amortizações terão incio em 10.01.93 o terminarão em 10.12.98. O financiamento está garantido com a alienação fiduciária de bens. **NOTA 04- PARTES RELACIONADAS** Refere-se a emprestimos em conta corrente mantidos com sociedades ligadas, os quais estão atualizados monetariamente de acordo com a variação UFIR. **NOTA 05- CAPITAL SOCIAL** O capital social subscrito integralizado de CR$4.400.000.000, o qual pertence inteiramente a acuonistas domiciliados no País, está composto de 4.400.000.000 ações nomonativas e compõe-se como segue:

ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÕES	QUATIDADE	CR$
Ordinárias classe "A"	1.992.106.996	1.992.106.996
Ordinárias classe "C"	13.232	13.232
Preferenciais classe "A"	2.407.864.977	2.407.864.977
Preferenciais classe "C"	14.795	14.795
	4.400.000.000	4.400.000.000

JOSÉ MÁRIO GOMES DE CARVALHO DIRETOR PRESIDENTE CPF 064.203.704-34
CARLOS MARCELO GOMES DE CARVALHO DIRETOR VICE-PRESIDENTE : CPF 048.242.704-30
SILVIO ROMERO G. T. DE CARVALHO DIRETOR ADMINISTRATIVO CPF 045.069.444-53
JOÃO TEIXEIRA DE CARVALHO NETO DIRETOR SUPERINTENDENTE CPF 085.814.105-10
CLINÉA MARIA CONCEIÇÃO SOUZA CONTADORA CRC-PA 3952 CPF 014.857.332-00

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES Imos. Srs. Diretores e Acionistas da EMPRESA NORTE S/A BELÉM-PA 1- Examinamos os balanços patrimoniais da empresa EMPESCA NORTE S/A levantados em 31 de dezembro de 1992 e1991,, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sitema contábil e de controles internos da entidade; b) A constatação, com base nos testes, das evidências o dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa EMPESCA NORTE S/A em 31 de dezembro de 1992 e de 1991, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as aplicações de seus recursos referentes aos exercício findos naquelas datas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Belém-PA, 25 de março de 1993.
GAMA & CIA - AUDITORES INDEPENDENTES S/C CRC-CE Nº 227-S-PA CGC(MF) 23.530.637/0001-95 MANOEL DELMAR DA GAMA CONTADOR CRC-RS Nº28449-T-CE-S-PA CPF 061.866.960-49

(Fat. nº 10.016830, Reg. nº 10.016830, Dis: 23/04/93)

POR MOTIVO DE FALHA DE IMPRESSÃO NA PUBLICAÇÃO , EM 20/04/93, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA FACEPA-FÁBRICA DE CELULOSE E PAPEL DA AMAZÔNIA S/A, ESTAMOS REPUBLICANDO AS REFERIDAS DEMONSTRAÇÕES.

facepa
FÁBRICA DE CELULOSE E PAPEL DA AMAZÔNIA S.A.

PASS. 3 DE OUTUBRO, 536 - SACRAMENTA
CEP 66123 - 640 - BELÉM - PARÁ
CGC: Nº 04.909.479/0001-34

RELATÓRIO DA DIRETORIA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria e o conselho de Administração da FÁBRICA DE CELULOSE E PAPEL DA AMAZÔNIA S/A-FACEPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias vigentes, vem apresentar aos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992, ao mesmo tempo em que se coloca à disposição dos interessados com a documentação pertinente na sede social da empresa, no expediente comercial.

Belém (PA), 31 de março de 1993

ANTONIO GEORGES FARAH
DIRETOR PRESIDENTE

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE

ATIVO	1 991	1 992
CIRCULANTE	4.945.788.778	76.431.207.230
DISPONÍVEL	870.211.288	6.313.339.636
Caixa Geral	500.000	20.062.729
Bancos C/Movimento	123.527.900	504.276.907
Aplicações Financeiras	746.183.388	5.789.000.000
CRÉDITOS	2.224.455.695	29.514.331.080
Clientes	1.856.722.082	28.053.280.245
Títulos e Créditos a Receber	10.960.843	-
Impostos a Recuperar	17.195.718	44.592.299
Adiantamentos e Outros	339.577.052	1.416.458.536
ESTOQUES	1.851.121.795	40.603.536.614
Materias Primas	376.214.886	10.152.713.318
Material Secundário	134.718.404	2.857.783.706
Materiais Diversos	193.307.645	2.006.676.583
Produtos Semi-Elaborados	435.230.393	4.409.134.405
Produtos Acabados	711.650.567	21.167.228.502
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	67.277.488	3.438.587.702
Eletrobrás, Dir.Telefones e Outros	67.277.488	3.438.587.702
PERMANENTE	12.727.897.043	152.697.871.072
INVESTIMENTOS	959.622.328	11.797.234.231
Participações Associadas	889.641.069	10.936.911.079
Eletrobrás e Outros	69.981.259	860.323.152
IMOBILIZADO TÉCNICO	11.739.230.008	140.900.636.841
Bens Imóveis e Obras em Curso	10.323.964.240	79.032.166.363
Maquinários e Instal.Indi.	8.056.219.122	166.562.609.244
Veículos	368.048.721	4.460.243.832
Moveis e Outros	466.388.730	7.242.959.207
Depreciações Acumuladas	(7.475.390.855)	(116.397.340.805)
DIFERIDO	29.044.707	-
Despesas de Ampliação	1.592.227.805	19.674.246.901
Projeto Máquina IV	1.496.292.016	18.394.848.577
Amortizações Acumuladas	3.059.475.114	(37.969.095.478)
TOTAL DO ATIVO	17.740.963.309	232.567.666.004

PASSIVO	1 991	1 992
CIRCULANTE	1.057.730.336	26.214.523.196
Fornecedores	707.704.065	12.056.666.938
Obrigações Sociais e Fiscais	291.597.030	3.077.433.172
Contas de Acionistas	7.901	7.901
Financiamentos	-	10.116.500.000
Contas à Pagar Outras	58.421.340	963.915.185
EXIGÍVEL A LONGO PRAO	1.418.436.718	21.989.237.123
Financiamentos	1.418.436.718	21.989.237.123
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.264.796.255	184.363.905.685
CAPITAL.	3.602.216.400	31.590.396.073
Autorizado	4.000.000.000	46.692.000.000
A Subscrever	(397.783.600)	(15.101.603.927)
RESERVAS DE CAPITAL	22.627.563.730	301.067.254.674
Reserva Corr.Monet.Capital	22.627.563.730	301.067.254.674
RESULTADOS ACUMULADOS	(10.964.983.875)	(148.293.745.062)
Resultados Acumulados	(4.969.500.716)	(74.587.540.911)
Reserva Especial IPC/1990	(5.995.483.159)	(73.706.204.151)
TOTAL DO PASSIVO	17.740.963.309	232.567.666.004

ANTONIO GEORGES FARAH
DIRETOR PRESIDENTE
CPF Nº 000.412.202-00

ANTONIO CASTILHO DOS SANTOS
CONTADOR CRC PA 3.275
CPF Nº 004.574.692-34

DEMONSTRAÇÃO COMPARATIVA DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

	1 991	1 992
RECEITA BRUTA DE VENDAS	7.684.756.073	105.736.783.037
DEDUÇÕES DE VENDAS	1.641.709.754	22.234.230.193
Impostos Faturados	1.597.326.803	20.620.534.507
Devoluções e Cancelamentos	44.382.951	1.613.695.686
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	6.043.046.319	83.502.552.844
CUSTO DIRETO DAS VENDAS	2.799.869.068	30.644.674.565
LUCRO BRUTO SOBRE VENDAS	3.243.177.251	52.857.878.279
DESPESAS OPERACIONAIS	2.462.028.812	41.547.173.233
Comerciais	463.963.086	6.742.491.884
Administrativas	640.278.186	6.211.821.728
Financeiras	1.381.382.918	28.206.210.623
Tributárias	76.404.622	386.648.948
RECEITAS OPERACIONAIS OUTRAS		
Financeiras e Variações Monetárias	680.186.521	8.566.390.376
Recuperações e Outras	4.978.279	218.937.596
LUCRO OPERACIONAL	1.466.313.239	20.096.028.018
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	(4.788.014.547)	(28.093.639.422)
Correção Monetária do Balanco	(4.788.523.503)	(28.226.271.784)
Receitas (Despesas) Inoperacionais	508.956	132.732.362
PREJUÍZO FINAL DO EXERCÍCIO	(3.321.701.308)	(7.997.506.404)

MÚTAÇÕES PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS 1991/1992

FONTES DE ALTERAÇÃO	CAPITAL	RESERVA DE CORR.CAPITAL	RESERVA DE DIF. IPC/1.990	RESULTADOS ACUMULADOS
SALDOS EM 31/12/90	497.187.141	1.871.240.490	-	(290.345.408)
AUMENTO DE CAPITAL C/ RESERVAS	1.866.027.507	(1.866.027.507)	-	-
C/INTEGRALIZAÇÃO	1.239.001.752	-	-	-
CORREÇÃO MONETÁRIA DO IPC/90	-	1.913.400.676	(1.039.394.019)	4.677.996
CORREÇÃO MONET.DO ANO	-	20.708.950.071	(4.956.088.340)	(1.362.131.996)
PREJUÍZO DO ANO	-	-	-	(3.321.701.308)
SALDOS EM 31/12/91	3.602.216.400	22.627.563.730	(5.995.483.159)	(4.969.500.716)
AUMENTOS DE CAPITAL: C/RESERVAS	22.626.820.600	(22.626.820.600)	-	-
C/INTEGRALIZAÇÕES	5.361.359.073	-	-	-
CORR.MONET. DO ANO	-	301.066.511.544	(67.710.720.992)	(55.339.126.849)
RESULTADOS DO ANO: 1º SEMESTRE	-	-	-	(2.463.787.666)
EM DO 1º SEMESTRE	-	-	-	(6.281.406.962)
2º SEMESTRE	-	-	-	(5.333.718.738)
SALDOS EM 31/12/92	31.590.396.073	301.067.254.674	(73.706.204.151)	(74.587.540.911)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS NO EXERCÍCIO

	1 991	1 992
APURAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE NO EXERCÍCIO		
ATIVO CIRCULANTE	4.945.788.778	75.431.207.230
PASSIVO CIRCULANTE	1.057.730.336	26.214.523.196
CAPITAL CIRCULANTE	3.888.058.442	50.216.684.034
VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO CAPITAL ANTERIOR	2.880.064.205	46.328.625.592
ANÁLISE DA VARIAÇÃO APURADA		
ORIGENS DE RECURSOS		
Resultado do Exercício	(3.321.701.308)	(7.997.506.404)
Despesas não Desembolsáveis:		
. Depreciação Amortizações	2.239.485.937	9.168.838.703
. Correção Monetária Balanco	4.788.523.504	28.226.271.784
Aumento Dívida a Longo Prazo	1.418.436.718	20.570.800.405
Integralizações de Capital	1.239.001.752	5.361.359.073
TOTAL DE ORIGENS	6.363.746.603	55.329.763.561
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento Realizável Longo Prazo	40.054.853	3.371.310.214
Aplicações Líquidas em Ativos Permanentes (menos baixa)	3.443.627.545	5.629.827.755
TOTAL DE APLICAÇÕES	3.483.682.398	9.001.137.969
EXCEDENTE DE RECURSOS CAPTADOS FACE AOS APLICADOS NO ANO	2.880.064.205	46.328.625.592

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o Balanço Patrimonial da FÁBRICA DE CELULOSE E PAPEL DA AMAZÔNIA S/A-FACEPA, levantado em 31 de dezembro de 1992, apresentado com paretivamente com o de 1991 (também auditado por nós), e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimonio Liquido e das Origens e Aplicações de Recursos referentes às operações ocorridas no exercício, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam:
   a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos,o volume de transação e o sistema contábil e de controles internos da entidade;
   b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e
   c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Com o advento da MEDIDA PROVISÓRIA 314/93 do Governo Federal (ainda não convertida em Lei), quando de sua disposição final, se aprovada pelo Congresso Nacional, os valores da correção monetária do IPC/90 poderão ser expurgadas, reduzindo drasticamente ATIVOS PERMANENTES e PATRIMÔNIO LÍQUIDO e anulando a RESERVA ESPECIAL DIF. IPC/90.
4. Com a observação do item 3 acima, e de acordo com o desenrolar da decisão legal necessária, podemos opinar que as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da empresa em 31 de dezembro de 1992 e o resultado de suas operações e mutações de seu Patrimônio Liquido e as Origens e Aplicações de Recursos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1992, tendo sido elaboradas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

Belém (PA), 12 de abril de 1993

ENTERPRISE AUDITORES INDEPENDENTES S/C
CRC GO 605 S.PA CGC/MF 02 695 617/0001-02

JOSÉ FLÁVIO RODRIGUEZ
CONT.CRC GO 5056 S.PA
CPF/MF 031 409 628-00

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA

NOTA 01 - DIRETRIZES CONTÁBEIS ADOTADAS

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 1992, são Demonstrações anuais e assim são representativas de 12 meses de operação, apesar das novas regras fiscais que exigiram em 1992, fechamentos semestrais. Os principais critérios e diretrizes contábeis que nortearam a elaboração destas Demonstrações são apresentadas a seguir, para melhor compreensão dos valores que as compõem:

a) Todos os Direitos, Obrigações, Receitas, Rendas, Custos e Despesas foram apropriados no REGIME DE COMPETÊNCIA. Aqueles vencíveis até dezembro de 1993 foram alocados no Ativo ou Passivo Circulante, conforme sua natureza, e os excedentes desse prazo, a Longo Prazo.
b) Nenhuma provisão para perdas sobre as contas à receber de clientes, foi constituída. Em anos anteriores, essa provisão era feita a 3% das contas à Receber,apenas para aproveitamento fiscal, face a inexistencia de riscos conhecidos de perdas.
c) Os Estoques estão apresentados a custos médios de produção, caso de produtos acabados e em processo, e a custos de aquisições, para demais itens, deduzidos dos impostos incidentes geradores de credito fiscal, e acrescidos dos fretes de entrega. Esses valores de custeio estão substancialmente abaixo dos efetivos valores de realização, não havendo assim expectativas de perdas na comercialização.
d) Os empréstimos compulsórios ELETROBRÁS, os Ativos Permanentes, as Contas do Patrimonio Líquido, e, pela primeira vez em 1992, os Resultados do 1º Semestre, foram corrigidas monetariamente no exercicio, de acordo com a evolução das cotações das UFIR's até o patamar destas em Cr$ 7.340,03 em 31.12.92. O resultado líquido dessa correção foi deduzido dos lucros do exercício, apesar de não representar efetivo desembolso atual ou futuro de numerário (Cr$ 28.226.271 mil).
e) Os Ativos Permanentes foram depreciados e amortizados de acordo com a sua natureza, por taxas admitidas nos limites estabelecidos na legislação fiscal.
Esses cálculos foram efetuados pelo método direto ou linear e os resultados destas depreciações e amortizações de Cr$ 9.168.838 mil foram apropriados aos custos de produção e despesas operacionais, proporcionalmente a utilização dos Ativos base de cálculos, apesar de também não representarem efetivo desembolso atual ou futuro de numerário.
f) Os passivos onerosos foram atualizados até a data das Demonstrações Financeiras.

NOTA 02 - LUCRATIVIDADE EFETIVA DO EXERCÍCIO

O sistema contábil brasileiro admite a existência de determinadas despesas e receitas puramente gráficas, não representativas de fluxo monetário atual ou futuro. É o caso das depreciações, amortizações e correção monetária de balanço. Assim, se esses valores, que foram retirados dos lucros sem desembolso atual ou futuro de numerário, fossem desconsiderados, a lucratividade financeira da sociedade passaria, de um prejuízo líquido de Cr$ 7.997.506 mil para um lucro efetivo e monetário de Cr$ 29.397.604 mil, e é dessa forma real que os resultados devem ser analisados e interpretados para fins de rentabilidade efetiva e retorno sobre os investimentos.

NOTA 03 - CAPITAL

A posição do Capital da Sociedade em 31 de dezembro de 1992 pode ser resumida como segue:

CAPITAL AUTORIZADO	46.692.000.000
CAPITAL SUBSCRITO	31.590.396.073
CAPITAL INTEGRALIZADO	31.590.396.073
CAPITAL A SUBSCREVER	15.101.603.927

Às ações preferenciais, é priorizado o direito a um dividendo de 25% dos lucros de cada período, mesmo direito, sem prioridade, dado as ações ordinárias, que possuem direito exclusivo de voto nas deliberações de Assembléia Geral. É intenção da Diretoria propor à Assembléia Geral, a elevação do Capital Integralizado para ---------- Cr$ 332.657.650 mil, mediante utilização de reservas provenientes do balanco encerrado em 31/12/92 o que determinaria uma bonificação das ações na ordem de 953,03% no exercício.

ANTONIO GEORGES FARAH
DIRETOR PRESIDENTE

---

ras relativas ao Exercicio Social encerrado em 31 de dezembro de 1992;
b) Eleição dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal e fixação de suas remunerações
c) Aprovação da Correção da Expressão Monetária do Capital Social

2- Extraordinária

a) Exame e deliberação a respeito da proposta da Diretoria para uma elevação do Capital Social,mediante a incorporação de Reservas de Lucros
b) Alteração parcial dos Estatutos Sociais, no tocante ao Capital Social ;
c) O que ocorrer.

Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sêde social, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº.. 6404/76, relativo ao exercicio Social encerrado em 31 de Dezembro de 1992.

Belém-Pá, 20 de Abril de 1993
Carlos Alberto Camara de Souza
Diretor

(Fat. nº 10.016809, Reg. nº 10.016809, Dias: 23, 26 e 27/04/93)

COMPANHIA AGRO PECUÁRIA SIMEIRA
Empresa Beneficiária dos Incentivos Fiscais da Amazonia - FINAM
CGC Nº 05.096.755/0001-55 - CVM - 50.050-0
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os Senhores Acionistas a se reunirem às 16,30 horas do dia 30 de abril de 1993., na sede social à Rodovia Belém-Brasília, Km 1713, Ourém, Estado do Pará, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: I- **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** 1. Apreciar e votar as Demonstrações Financeiras, correspondente ao exercício social findo em 31.12.1992; 2. Elevar o Capital Social Autorizado de Cr$ 1.538.000.000,00 para Cr$ 20.000.000.000,00 com consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; 3. Aprovar a Correção da Expressão Monetária do Capital Social realizado, com sua consequente elevação de Cr$ 1.537.596.678,00 para Cr$ 18.902.632.475,00 permanecendo inalterada a quantidade de ações que compõem o Capital Social; 4. Eleição do Conselho Fiscal; 5. Eleição do Conselho de Administração; 6. Fixar o montante global da remuneração do Conselho e Diretoria. - II - **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1. Alterar o caput do artigo 12º do Estatuto Social, para constar que a Diretoria será composta de Diretores sem designação específica; 2. Alterar os parágrafos do artigo 13º do Estatuto Social, sobre as atribuições e poderes da Diretoria; 3. Outros assuntos de interesse da sociedade. Ourém, 16 de abril de 1993 - JORGE WILSON SIMEIRA JACOB - Presidente do Conselho de Administração.

(Fat. nº 10.016731, Reg. nº 10.016731, Dias: 22, 23 e 26/04/93)

MELAMAZON S/A
CGC(MF) 04.202.842/0001-87
ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDIRIA
CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléias-Gerais Ordinária e Extraordinária, á se realizarem no dia 30 de Abril de 1993, ás 8:00 horas em sua sede social, á Rodovia BR 316 Km 10- Ananindeua-Pá, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1)- ORDINÁRIA:

a) Prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercicio encerrado em 31 de / Dezembro de 1992;
b) Aprovação da Correção da Expressão Monetária do Capital Social;
c) Eleição dos membros da Diretoria e Conselho de Administração, e fixação de suas remunerações.

2) EXTRAORDINÁRIA

a) Exame e deliberação a respeito da Proposta da Diretoria para uma elevação do Capital Social, mediante a incorporação de Reservas ;
b) Alteração dos Estatutos Sociais, no tocante ao Capital Social ;
c) O que ocorrer.

Comunicamos que se encontram a disposição dos senhores acionistas, na sede Social,os documentos a que se referem p artigo 133 da lei nº 6404/76, relativo ao Exercicio Social encerrado em 31.de Dezembro de 1992.

Ananindeua-Pá, 20 de Abril de 1993

Carlos Alberto Camara de Souza Junior
Diretor Presidente

(Fat. nº 10.016807, Reg. nº 10.016807, Dias: 23, 26 e 27/04/93)

ETN-EMPRESA TÉCNICA NACIONAL S/A
CGC(MF) 04.896.866/0001-83
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

São convocados os Senhores acionistasa se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem no dia 30 de Abril de 1993, ás 10:00 horas em sua sede social a trav. do Cruzeiro, 1229 - Icoaraci Belém-Pá, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1 - Ordinária:

a) Prestação de Contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao Exercicio encerrado em 31 de / Dezembro de 1992;
b) Aprovação da Correção da Expressão Monetária do Capital Social;

2 - Extraordinária:

a) Alteração parcial dos Estatutos Sociais, no tocante ao Capital Social
b) O que ocorrer.

Comunicamos que se encontram á disposição dos senhores acionistas, na sede Social, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº.. 6404/76, relativo ao Exercicio Social encerrado em 31 de Dezembro de 1992

Belém-Pá, 20 de Abril de 1993

Carlos Alberto Camara de Souza
Diretor Presidente

(Fat. nº 10.016808, Reg. nº 10.016808, Dias: 23, 26 e 27/04/93)

SÃO BERNARDO INDUSTRIAL S/A
CGC(MF) 04.918.447/0001-03
ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléias-Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem no dia 30 de Abril de 1993, em sua sede Social á Rua do Arsenal 380 -Cidade Velha- Belém-Pá, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1- Ordinária:

a) prestação de contas dos Administradores,exame,/ discussão e votação das Demonstrações Financei-

(Fat. nº 10.016815, Reg. nº 10.016815, Dia: 23/04/93)

PARÁ – INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S.A.
C.G.C. Nº 22.949.911/0001-00
"Empresa Beneficiária dos Incentivos Fiscais da Amazônia – FINAM"
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

A Diretoria da PARÁ-INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A., vem apresentar-lhes as Demonstrações Financeiras Relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 1991 e 31 de dezembro de 1992,1, submetendo as referidas contas e documentos à apreciação dos Senhores Acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembléia Geral dentro do prazo legal, ficando, desde já, a disposição para qualsquer esclarecimentos que se julgarem necessários.

Belém, 12 de março de 1993
RAYMUNDO LUIZ CAVALCANTI DA FONTE
Diretor Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991 E 1992

ATIVO

	1992 Cr$ 1,00	1991 Cr$ 1,00
CIRCULANTE	30.404.530	1.249.092
Caixa e Bancos	28.167.479.652	131.330.827
Aplicações Financeiras	2.257.516.347	121.527.670
Clientes	2.141.284.759	287.100.222
Estoque	21.017.032	13.962.543
Outros Créditos	763.195	352.454
Despesas do Exerc. Seguinte	32.618.465.515	555.522.808
TOTAL DO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósito Compulsório	35.657.954	2.450.150
Empresas Coligadas	1.726.576.403	10.584.127
Outros Créditos	11.023.495	—
TOTAL DO REALIZ. A LONGO PRAZO	1.773.257.852	13.034.277
PERMANENTE		
Investimentos	90.918.836	7.395.610
Imobilizado	50.758.127.166	2.672.170.360
Diferido	7.779.804.598	449.972.411
TOTAL DO PERMANENTE	58.628.850.600	3.129.538.381
TOTAL DO ATIVO	93.020.573.967	3.698.095.466

PASSIVO

	1992 Cr$ 1,00	1991 Cr$ 1,00
CIRCULANTE	635.585.785	53.557.677
Fornecedores	496.430.489	27.115.784
Obrigações Sociais	131.276.038	12.269.161
Obrigações Fiscais	107.648.341	4.124.614
Comissões a Pagar	74.624.030	4.453.991
Outras Contas a Pagar	918.070.368	—
Debêntures	2.363.835.051	101.521.227
TOTAL DO CIRCULANTE		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empresas Coligadas	36.552.100	477.325.514
Debêntures	11.934.914.786	—
TOTAL DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	11.971.466.886	477.325.514
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	12.843.883.537	1.534.072.994
Reserva de Capital	67.372.248.823	1.218.121.005
Lucros (Prej.) Acumulados	(1.530.860.330)	367.054.726
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	78.685.272.030	3.119.248.725
TOTAL DO PASSIVO	93.020.573.967	3.698.095.466

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991 E 1992
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	1992 Cr$ 1,00	1991 Cr$ 1,00
RECEITA BRUTA DAS VENDAS	8.301.510.595	454.775.766
Dedução da Rec. Bruta	(1.344.167.614)	(66.281.749)
Receita Líquida das Vendas	6.957.342.981	388.494.017
Custos dos Produtos Vendidos	(4.359.918.883)	(227.359.840)
Lucro Bruto	2.597.424.098	161.134.177
Despesas com Vendas	(1.885.681.776)	(43.587.070)
Despesas Administrativas	(1.194.218.298)	(49.903.834)
Despesas Financeiras	(10.055.495.314)	(561.146.580)
Receitas Financeiras	22.537.700.517	14.847.055
Outros Resultados Operacionais	(221.065.176)	(4.549.830)
Resultado Operacional	11.778.664.051	(483.206.082)
Receita/Desp. Não Operacional	(68.088.142)	(205.346)
Resultado da C. Monetária	(17.753.868.313)	82.079.820
Correção Monetária dos Resultados Mensais/92	5.721.539.776	—
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(321.752.628)	(401.331.608)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991 E 1992
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOMECLATURAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	LUCROS PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31.12.90	3.000.000	25.361.291	3.120.330	31.481.621
Correção Complem. IPC 90		28.495.481	60.513.370	89.008.851
Aumento de Capital	24.550.000	(24.550.000)		—
Aumento de Cap. c/Recursos	1.194.246.994			1.194.246.994
Correção Monetária		1.501.090.233	303.421.026	1.804.511.259
Aum. Cap. c/Res. do Período	312.276.000	(312.276.000)		—
Saldo em 31.12.91	1.534.072.994	1.218.121.005	367.054.726	3.119.248.725
Aumento de Capital c/Recursos	10.091.689.538			10.091.689.538
Aumento do Capital c/Reservas	1.218.121.005	(1.218.121.005)		—
Correção Monetária		67.372.248.823	(1.576.162.428)	65.796.086.395
Resultado do período			(321.752.628)	(321.752.628)
Saldo em 31.12.92	12.843.883.537	67.372.248.823	(1.530.860.330)	78.685.272.030

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991 E 1992
DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	1992 Cr$ 1,00	1991 Cr$ 1,00
ORIGENS DOS RECURSOS		
Resultado do Exercício	(321.752.628)	—
Correção Monetária	12.032.328.537	(82.079.820)
Depreciação	1.183.534.524	37.436.023
Variação Monet. do Realiz. L. Prazo	—	(1.332.126)
Integralização do Capital	—	1.194.246.994
Juros s/Debêntures	170.693.426	—
Var. Monet. Exig. L. Prazo	9.760.152.716	519.924.395
Redução do Realizável a L. Prazo	1.948.477	—
Aumento do Exigível a L. Prazo	2.242.243.295	—
Baixas do Ativo Fixo	10.709.890	—
Aumento de Capital com Recursos	10.091.689.538	—
TOTAL DAS ORIGENS	35.171.547.775	1.668.195.466
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
Aquisição do Imobilizado	4.006.216.248	378.629.123
Diferido	413.424.472	449.379.627
Aumento do Rel. Longo Prazo	—	10.850.278
Redução do Exig. Longo Prazo	—	368.514.145
Empréstimos Eletrobrás	33.207.804	—
Transferência para curto Prazo-Debêntures	918.070.368	—
TOTAL DAS APLICAÇÕES	5.370.918.892	1.207.373.173
TOTAL CIRCULANTE LÍQUIDO	29.800.628.883	—

	FINAL	INICIAL	VARIAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	32.618.465.515	555.522.808	32.062.942.707
PASSIVO CIRCULANTE	2.363.835.051	101.521.227	2.262.313.824
	30.254.630.464	454.001.581	29.800.628.883

NOTA 2 – ESTOQUES

	1992 Cr$ 1,00	1991 Cr$ 1,00
Matérias-Primas	1.418.333.806	58.120.177
Produtos em Elaboração	67.656.158	22.305.497
Produtos Acabados	309.854.362	145.789.136
Produtos p/Revenda	345.440.433	60.885.410
	2.141.284.759	287.100.222

NOTA 3 – IMOBILIZADO

	1992 Cr$ 1,00	1991 Cr$ 1,00
Terrenos	3.616.182.095	294.151.070
Edifícios	23.382.697.581	716.216.523
Instalações	2.872.944.675	232.459.479
Máq. Apar. e Equipamentos	12.933.863.064	701.270.594
Móveis e Utensílios	493.114.509	35.196.204
Outras Imobilizações	10.953.691.451	751.603.962
	54.252.433.375	2.730.897.832
(-) Depreciações	(3.494.306.209)	(58.727.472)
	50.758.127.166	2.672.170.360

NOTA 4 – CAPITAL SOCIAL

	1992 Cr$ 1,00	1991 Cr$ 1,00
Capital Subscrito e Integralizado	12.843.883.536	3.133.687.891

A companhia tem um Capital Social de Cr$ 12.843.883.536, dividido em 1.307.855.176 ações sem valor nominal.
Sendo: 942.987.005 ações ordinárias com direito a voto e 364.868.171 ações preferenciais "classe A" sem direito a voto.

NOTA 5 – De acordo com a Lei 8383 art. 38 § 9º a atualização monetária dos resultados apurados mensalmente está compondo o resultado da correção monetária do balanço/92.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 – DIRETRIZES CONTÁBEIS
Os principais procedimentos contábeis adotados na preparação das demonstrações financeiras estão a seguir sumariadas:
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS – foi constituída a provisão na base de 3% dos créditos a receber.
ESTOQUES – demonstrados ao custo médio de aquisição ou baixa, prevista na legislação fiscal.
PERMANENTE – demonstração ao custo de aquisição ou construção acrescido da correção monetária, segundo os índices oficiais. As depreciações foram calculadas pelo método linear utilizadas taxas que levam em contas as estimativas da vida útil econômica dos bens.

Raymundo Luiz Cavalcanti da Fonte – Diretor Presidente
Luiz Oscar Andrade Lima da Fonte – Diretor Comercial
Henrique Andrade Lima da Fonte – Diretor Gerente
Alexandre Andrade Lima da Fonte – Diretor Gerente
Leonardo Andrade Lima da Fonte – Diretor Gerente
Erivaldo Fernandes de Melo – Téc. Contabilidade CRC 12.634

AUDITOR
TPC INDEPENDENTE
TAMIRES PELINCA DA COSTA

Belém, 01 de março de 1993

Ilmos. Srs.
PARÁ – INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A.

1. Examinamos o balanço patrimonial de PARÁ – INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A, em 31 de dezembro de 1992 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para o ano e semestre findos naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira de PARÁ – INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S/A, em 31 de dezembro de 1992, e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao ano e semestre findos naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária descritos nas Notas Explicativas.
4. O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 1991 e a respectiva demonstração das mutações do patrimônio líquido relativo ao ano findo naquela data, apresentados para fins comparativos, foram por nós examinados, conforme parecer emitido em 13.03.92, sem ressalvas.

TAMIRES PELINCA DA COSTA
Contador CRC-PE 2.205-S-PA.

(Fat. nº 10.016833, Reg. nº 10.016833, Dia: 23/04/93)

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PARÁ
RETIFICAÇÃO DE EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/93
PROCESSO Nº 23051.000455/93-76

Publicamos para os efeitos legais que o item 2.2.2, letra "h" do Edital, passa a ter a seguinte redação: "Licença para funcionamento deestações móveis e fixas do Sistema de Rádio e Comunicação, expedida pelo Departamento Nacional de Serviços Privados/SNC/MINFRA(ex-Departamento de Telecomunicações /DENTEL/MC)".

WILSON TAVARES VON PAUMGARTTEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

(Fat. nº 10.016794, Reg. nº 10.016794, Dia: 23/04/93)

AVINEL - AVICULTURA INDUSTRIAL S/A - CGC/MF: 04.072.815/0001-37 - RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas correspondentes ao exercício social encerrado em 31.12.92. Colocamo-nos à disposição dos srs. acionistas para qualquer esclarecimento que venha a se tornar necessário. Santa Izabel-Pa, 16 de abril de 1993.
A) A Diretoria.

ATIVO	1992	1991
ATIVO CIRCULANTE	1.370.951.673,18	380.607.426,15
DISPONIBILIDADES	99.001.279,25	142.855.234,83
Caixa e Bancos	99.001.279,25	112.355.234,83
Aplic. Financeira	—	30.000.000,00
VAL. REALIZ. C/PRAZO	455.559.565,93	167.715.371,11
Clientes Diversos	423.576.814,51	135.669.578,01
(-) Prov. Dev. Duvid.	12.707.304,43	4.070.087,34
Adiant° Diversos	44.688.932,40	36.114.756,99
Imp. a Recuperar	1.123,45	1.123,45
ESTOQUE	816.390.828,00	70.036.820,21
ATIVO PERMANENTE	12.964.891.990,32	1.109.049.036,72
INVESTIMENTOS	32.488.045,15	2.642.674,79
IMOBILIZADO	9.730.960.113,52	845.991.342,64
Custo Corrigido	15.243.115.782,47	1.236.472.302,06
(-) Deprec. Acumul.	5.512.155.668,95	390.480.959,5,42
DIFERIDO	3.201.443.831,65	260.415.019,29
TOTAL DO ATIVO	14.335.843.663,50	1.489.656.462,87

PASSIVO	1992	1991
PASSIVO CIRCULANTE	477.561.524,08	175.571.597,35
Fornecedores	157.726.394,28	152.450.294,73
Obrig. Soc. Trabalhistas	316.650.848,31	23.088.303,77
Obrig. Tributárias	32.998,85	32.998,85
Dividendos a pagar	3.151.282,64	—
EXIGÍVEL A L/PRAZO	—	194.506.096,14
Financi° Rural	—	194.506.096,14
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.858.282.139,42	1.119.578.769,38
Cap. Subscrito	19.000.000,00	19.000.000,00
(-) Cap. a Integraliz.	3.200.000,00	3.200.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	8.566.458.924,89	681.844.058,30
RESERVA DE LUCROS	5.196.529.999,83	422.647.331,80
LUCROS/PREJ. ACUMULADOS	79.493.214,70	(712.620,72)
TOTAL DO PASSIVO	14.335.843.663,50	1.489.656.462,87

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31.12.92

1	VENDAS BRUTAS	6.926.482.766,99
2	(-) Impostos s/Vendas	188.202.751,84
3	VENDAS LÍQUIDAS	6.738.280.015,15
4	(-) Custos s/prod. Vendidos	4.143.791.447,10
5	RESULTADO BRUTO	2.594.488.568,05
6	Despesas Administrativas	1.409.177.205,52
7	Depreciação	266.555.339,30
8	Despesas Tributárias	336.475,85
9	Despesas Financ. Líquida	204.761.231,43
10	RESULTADO OPERAC. LÍQUIDO	713.658.315,95
11	Revers. Prov. Dev. Duvidosos	4.070.087,34
12	Prov. p/Dev. Duvidosos	12.707.304,43
13	Desp. Extra-Operacional	75.216.462,73
14	RESULTADO ANTES CORR. MONETÁRIA	629.804.636,13
15	Saldo Corr. monetária	608.954.044,21
16	RESULTADO ANTES CONTRIB. SOCIAL	20.850.591,92
17	Prov. p/Contrib. social	1.895.508,35
18	Prov. p/Imp. de Renda	5.686.525,07
19	RESULTADO DO EXERCÍCIO	13.268.558,50

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE:

	1992	1991
I ORIGENS	895.127.895,00	227.748.630,41
Res. do Exercício	13.268.558,50	(712.620,72)
Correção Monetária	608.954.044,21	5.100.637,15
Deprec. Exercício	266.555.339,30	28.854.517,84
Var. Exig. L/Prazo	—	194.506.096,14
Constit. Reservas	6.349.952,99	—
II APLICAÇÕES	206.773.574,70	25.353.367,60
Aqs. Imobilizado	9.116.195,92	25.353.367,60
Dividendos	3.151.282,64	—
Red. Exig. L/Prazo	194.506.096,14	—
III MODIF.CAP. CIRC. LIQ.	688.354.320,30	202.395.262,81

IV MODIFICAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

Contas	Início	Fim	Variação
A. Circulante	380.607.426,15	1.370.951.673,18	990.344.247,03
P. Circulante	175.571.597,35	477.561.524,08	301.989.926,73
Cap. Circ. Liq.	205.035.828,80	893.390.149,10	688.354.320,30

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

CONTAS MUTAÇÕES	Capital Subscrito	Capital a Integraliz.	Res. Capital CM. Cap. Integ. Res. I. Renda	Res. Lucro Lucro a Real. Real Legal	Lucro e/ou Prej. Acumulado	TOTAL
Saldo em 31.12.91	19.000.000,00	(3.200.000,00)	681.844.0508,30	422.647.331,80	(712.620,72)	1.119.578.769,38
Corr. Monet. Lucro	–	–	7.884.614.866,59	4.773.219.240,11	(8.048.069,15)	12549.786.037,55
Exerc. Res. Credor	–	–	–	–	13268.558,50	13268.558,50
IPC/90	–	–	–	–	78.800.056,63	78.800.056,63
Dest. do Lucro:						
- Reservas	–	–	–	663.427,92	(663.427,92)	–
- Dividendos	–	–	–	–	(3.151.282,64)	(3.151.282,64)
Saldo em 31.12.92	19.000.000,00	(3.200.000,00)	8.566.458.92489	5.196.529.99983	79.493.214,70	13.858282139,42

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 - **Nota 1** - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os critérios contábeis vigentes, com disposições da Lei 6.404/76 e legislação fiscal em vigor. **Nota 2** - A empresa está em fase Pré-Operacional. **Nota 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** a) Estoques, são demonstrados ao custo das compras; b) Provisão para devedores duvidosos foi constituída a partir da análise das contas a receber com base de 3% sobre o saldo das contas, que se considera suficiente para cobrir as eventuais perdas; c) Investimentos, estão corrigidos monetariamente; d) Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente com base na Ufir. As depreciações são calculadas pelo método linear sendo às taxas utilizadas consideradas compatíveis com a vida útil estimada dos bens; e) O Diferido está demonstrado ao custo de aplicação acrescido de correção monetária. As despesas pré-Operacionais estão inseridas, e, serão amortizadas a taxa de 10% a.a; f) As contas do patrimônio líquido foram corrigidas monetariamente com base na UFIR. **Nota 4: CAPITAL SOCIAL:** O Capital Social Autorizado é de Cr$ 35.000.000,00. O capital integralizado é representado por 15.800.000 Ações, sendo: 2.800.000 Ordinárias; 10.500.000 Pref. Cl. "A" e 2.500.000 Pref. Classe "B". **DIRETORIA:** Yasuhide Walanabe - Presidente e Kenji Itó - Dir.-Superintendente. **CONS. DE ADMINISTRAÇÃO:** Yasuhide Watanabe - Presidente - Haruyo Watanabe e João Eduardo de Vasconcelos Azevedo - Membros. Maria Anunciação Braga - CRC-PA 4.601 - Contadora.
PARECER DOS ADUDITORES INDEPENDENTES - Aos Administrdores e Acionistas da Avinel - Avicultura Industrial S/A. - 01 - Examinamos o Balanço Patrimonial da **AVINEL S/A**, levantado em 31.12.92 e a respectiva Demonstração de resultado, da Mutação do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. 02 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos trabalhos compreenderam, entre outros procedimentos: a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia; b) a constatação, com bases em testes das evidências e dos registros, que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e c) a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 03 - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Avinel - Avicultura Industrial S/A, em 31.12.92, o resultado de suas operações, as mutações de seu Patrimônio Líquido e as origens e aplicações de seus recursos referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. Belém-Pa, 19 de abril de 1993. Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo - CRC-PA 2671 - Contador.

(Fat. nº 10.016806, Reg. nº 10.016806, Dia: 23/04/93)

AMAFRUTAS S/A

CGC-MF - 04.372.082/0001-56

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

ATIVO	1992 Cr$	1991 Cr$
CIRCULANTE		
Caixa e Bancos	17.958,534	773.336
Contas a Receber	4.995.701,783	129.006,132
Títulos Descontados	(4.580.634,780)	(124.584,894)
Estoques	1.658.138,991	178.102,378
Adiantamento a Fornecedores	44.475,480	11.506,998
Devedores Diversos	594.562,219	30.590,183
	2.730.202,227	225.394,133
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos Compulsórios	76.523,428	4.804,291
Outros Ativos Correntes-Coligadas	316,968	–
Outros Realizáveis a Longo Prazo	30.213,548	1.854,238
	107.053,944	6.658,529
PERMANENTE		
INVESTIMENTOS		
Participações p/Inc.Fisc/Eletrobrás	453.923,801	28.874,468
	453.923,801	28.874,468
IMOBILIZADO		
Custo + Correção Monetária	127.900.859,111	8.780.749,982
Depreciação Acumulada	(30.251.399,194)	(1.601.124,097)
	97.649.459,917	7.179.625,885
DIFERIDO		
Custo + Correção Monetária	12.260.041,849	1.004.168,153
Amortização Acumulada	(10.576.386,979)	(857.501,874)
	1.683.654,870	146.666,279
	99.787.038,588	7.355.166,632
TOTAL DO ATIVO	102.624.294,759	7.587.219,294

PASSIVO	1992 Cr$	1991 Cr$
CIRCULANTE		
Fornecedores Nacionais	586.294,348	9.887,872
Créditos Bancários	523.357,312	132.730,000
Encargos Tributários	748.885,993	64.875,461
Contas a Pagar e Prov. Diversas	1.059.934,435	57.176,582
	2.920.472,088	264.669,915
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos c/Controladas e Coligadas	38.190.031,921	1.619.019,424
	38.190.031,921	1.619.019,424
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CAPITAL SOCIAL		
Capital Nacional	16.510.379,533	1.775.478,263
	16.510.379,533	1.775.478,263
RESERVAS DE CAPITAL	118.432.743,622	8.561.494,591
	118.432.743,622	8.561.494,591
RESERVAS DE LUCROS	206.507,198	16.797,914
	206.507,198	16.797,914
RESERVA ESPECIAL	51.921.590,522	4.352.855,241
	51.921.590,522	4.352.855,241
LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS		
Lucro (Prejuízo) Líq. do Exercício	(14.876.769,704)	(1.260.765,323)
Lucro (Prejuízo) Líq. do Exerc. Anter.	(110.680.660,421)	(7.742.330,731)
	(125.557.430,125)	(9.003.096,054)
	61.513.790,750	5.703.529,955
TOTAL DO PASSIVO	102.624.294,759	7.587.219,294

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/92 E 31/12/91

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldos em 31 de Dezembro de 1990	576.624,786	442.853,477	1.452,437		(1.038,414,277)	(17.483,577)
Efeitos da Lei 8200/91 - art. 3º		442.865,398	1.459,700		(303.819,240)	140.505,858
Res. Especial Lei 8200/91 - art. 2º				4.482.476,742		4.482.476,742
Real. Res. Especial Lei 8200/91				(129.621,501)		(129.621,501)
Capitalização conf. AGO de 07/05/91	442.853,477	(442.853,477)				0
Integralização conf. AGE de 29/07/91	756.000,000					756.000,000
Correção Monetária do Patrimônio Líquido		8.118.629,193	13.885,777		(6.400.097,214)	1.732.417,756
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício					(1.260.765,323)	(1.260.765,323)
Saldos em 31 de Dezembro de 1991	1.775.478,263	8.561.494,591	16.797,914	4.352.855,241	(9.003.096,054)	5.703.529,955
Real. Res. Especial Lei 8200/91				(1.590.766,754)		(1.590.766,754)
Capitalização conf. AGO de 29/04/92	8.561.494,591	(8.561.494,591)				0
Capitalização conf. AGE de 30/11/92	6.173.406,679					6.173.406,679
Correção Monetária do Patrimônio Líquido		118.432.743,622	189.709,284	49.159.502,035	(101.677.564,367)	66.104.390,574
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício					(14.876.769,704)	(14.876.769,704)
Saldos em 31/12/92	16.510.379,533	118.432.743,622	206.507,198	51.921.590,522	(125.557.430,125)	61.513.790,750

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

	1992 Cr$	1991 Cr$
ORIGENS		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(14.876.769,704)	(1.260.765,323)
Mais: itens debitados e/ou creditados ao resultado que não representam movimentação de numerário:		
Depreciações e Amortizações	2.365.925,918	239.752,282
Resultado da Correção Monetária	12.891.630,344	(780.275,271)
Variação Monetária s/Emp. Longo Prazo	–	1.569,987,186
	380.786,558	(231.301,126)
Integralização de Capital	–	756.000,000
Integralização de Capital p/Incorporação da Cia. Uncária S/A	6.173.406,679	–
Baixa de Bens do Imobilizado	5.693,029	10.657,880
Aumento do Exigível a Longo Prazo	7.101.150,716	–
TOTAL DAS ORIGENS	13.661.036,982	535.356,754
APLICAÇÕES		
Aquisição de Bens do Imobilizado	12.041.815,737	21.639,270
Aumento do Diferido	1.326,436	1.624,288
Realização Reserva Especial	1.590.766,754	129.621,501
Aumento do Realizável a Longo Prazo	100.445,913	4.029,675
Redução do Exigível a Longo Prazo	–	399.976,754
Aumento nos Investimentos	77.676,220	–
TOTAL DAS APLICAÇÕES	13.812.031,060	556.891,488
Aumento (diminuição) do Cap. Circulante	(150.994,078)	(21.534,734)
CAPITAL CIRCULANTE		
No final do Exercício	(190.269,860)	(39.275,782)
No início do Exercício	(39.275,782)	(17.741,048)
	(150.994,078)	(21.534,734)

NORBERT GMÜER — DIRETOR
CECIL C. HOLSTEIN — DIRETOR

OSVALDO ANTÔNIO MIRANDA
TEC. EM CONTABILIDADE
CRC-SP 61.742-S-AR/SP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

	1992 Cr$	1991 Cr$
RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVIÇOS	17.705.922,426	1.018.974,539
Descontos, Devoluções e Impostos	(1.621.858,892)	(140.270,009)
RECEITA LIQUIDA DAS VENDAS E SERVIÇOS	16.084.063,534	878.704,530
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(9.394.571,726)	(617.691,341)
LUCRO BRUTO	6.689.491,808	261.013,189
Despesas de Administração e Vendas	(6.604.027,836)	(661.706,096)
Despesas e/ou Receitas Financeiras	(79.049,403)	(371.249,983)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(28.583,235)	197,361
LUCRO (PREJUIZO) OPERACIONAL	(22.168,666)	(771.747,531)
Resultados não Operacionais	1.614.970,973	130.783,713
Resultado da Correção Monetária	(12.891.630,344)	780.275,271
Variação Monetária Líquida	(3.577.941,667)	(1.400.076,776)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	(14.876.769,704)	(1.260.765,323)
Provisão p/Imposto de Renda	–	–
LUCRO (PREJUIZO) LIQUIDO DO EXERCICIO	(14.876.769,704)	(1.260.765,323)

NOTAS EXPLICATIVAS 31 DE DEZEMBRO DE 1992

NOTA 1 — PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS

A. EFEITOS INFLACIONARIOS

São reconhecidos mediante:

Correção Monetária com base na variação da UFIR diária do mês de Janeiro a Dezembro de 1992, das contas do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido.

O valor líquido da Correção Monetária do Balanço é refletido no Resultado do Exercício.

B. IMOBILIZADO

É demonstrado pelo custo de aquisição, acrescido da Correção Monetária, menos Depreciação Acumulada, de acordo com a legislação fiscal vigente.

C. DEPRECIAÇÕES

As depreciações foram calculadas pelo método linear, segundo as taxas permitidas pela legislação fiscal vigente.

NOTA 2 — CAPITAL SOCIAL

O Capital Social Integralizado, está dividido em 1.606.989.797 ações ordinárias nominativas, 32.153.951.289 ações preferenciais classe "A" e 11.894.705.214 ações preferenciais classe "B" no valor de Cr$ 0.01 cada uma, todas pertencentes a residentes no País.

Os detentores de ações preferenciais não têm direito a voto.

NOTA 3 — INCORPORAÇÃO

No dia 30.11.92, ocorreu a incorporação da UNCARIA S/A., visando economias administrativas.

(Fat. nº 10.016813, Reg. nº 10.016813, Dia: 23/04/93)

PINDARÉ SOCIEDADE ANÔNIMA - CGC/MF: 05.200.092/0001-77 - RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas correspondentes ao exercício social encerrado em 31.12.92. Ficamos à disposição dos srs. acionistas para qualquer esclarecimento que venha a se tornar necessário. Benevides-Pa, 19 de abril de 1993. A) A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991
ATIVO CIRCULANTE	780.153.581,08	232.451.621,74
DISPONIBILIDADES	92.843.394,39	5.020.255,97
Caixa e Bancos	92.843.394,39	5.020.255,97
VALORES REALIZ.C/PRAZO	687.310.186,39	49.994.092,01
Clientes	684.734.792,73	5.450.965,80
(-) Prov. p/Dev. Duvid.	20.542.043,78	163.528,97
Adiant° a Fornecedores	23.117.428,22	44.706.645,66
Outros Val. Realiz.	9,52	9,52
ESTOQUE	–	177.437.273,76
ATIVO PERMANENTE	3.582.557.028,45	348.480.348,73
INVESTIMENTOS	142.399.715,39	11.563.218,63
IMOBILIZADO	2.814.014.853,76	277.246.494,69
Custo Corrigido	9.922.224.576,61	806.579.400,00
(-) Deprec. Acumulada	7.108.209.722,85	529.332.905,31
DIFERIDO	626.142.459,30	59.650.635,21
TOTAL DO ATIVO	4.362.710.609,53	580.931.970,47
PASSIVO	**1992**	**1991**
PASSIVO CIRCULANTE	928.101.981,64	551.230.631,75
Fornecedores	297.609.439,74	268.525.724,53
Dividendos a Pagar	547,78	547,78
Obrig. Soc. Trabalhistas	201.712.956,18	16.813.481,92
Obrig. Tributárias	427.729.519,47	17.595.516,52
Outras Exigibilidades	1.049.518,47	248.295.361,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.434.608.627,89	29.701.338,72
Capital Subscrito	770.407.651,00	21.467.651,00
(-) Cap. a Integraliz.	9.845,00	3.069.845,00
RESERVAS DE CAPITAL	10.067.623.521,83	828.997.650,57
RESERVAS DE LUCROS	133.376.784,66	10.849.256,69
LUCROS/PREJ/ACUMULADOS	(7.536.789.484,60)	(828.543.384,54)
TOTAL DO PASSIVO	4.362.710.609,53	580.931.970,47

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31.12.92

1	**VENDAS BRUTAS**	**13.859.615.619,40**
2	(-) Impostos s/Vendas	428.423.783,61
3	**VENDAS LIQUIDAS**	**13.431.191.835,79**
4	(-) Custos dos Prod. Vendidos	11.404.221.395,42
5	**RESULTADO BRUTO**	**2.026.970.440,37**
6	Despesas Operacional	2.042.040.812,62
	- Administrativa	1.393.941.443,93
	- Depreciação	226.665.311,92
	- Vendas	333.032.773,16
	- Tributárias	4.202.894,26
	- Financeiras Líquidas	84.198.389,33
7	**RESULTADO OPERAC. LÍQUIDO**	**(15.070.372,25)**
8	Reversão Prov. p/Dev. Duvidosos	3.625.587,81
9	Provisão p/Dev. Duvidosos	20.542.043,78
10	**RESULTADO ANTES CORR. MONETÁRIA**	**(31.986.828,22)**
11	Saldo de Correção Monetária	95.509.694,92
12	**RESULTADO ANTES CONTRIB. SOCIAL**	**63.522.866,70**
13	Prov. p/Contrib. Social	5.774.806,06
14	Prov. p/Imposto de Renda	17.324.418,19
15	**RESULTADO DO EXERCÍCIO**	**40.423.642,45**

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE:

		1992	1991
I	**ORIGENS**	**171.579.259,45**	**(306.848.924,90)**
	Lucro/Prej./Acumulado	40.423.642,45	(318.204.822,99)
	Depreciação	226.665.311,92	30.803.507,31
	Correção Monetária	95.509.694,92	19.447.609,22
II	**APLICAÇÕES**	**748.650,00**	**1.294.082,00**
III	**MODIF.CAP.CIRCULANTE**	**170.830.609,45**	**(308.143.006,90)**
IV	**MODIFICAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE**		

CONTAS	INÍCIO	FIM	VARIAÇÃO
A. Circulante	232.451.621,74	780.153.581,08	547.701.959,34
P. Circulante	551.230.631,75	928.101.981,64	376.871.349,89
Cap. Circ. Líq.	**318.779.010,01**	**147.948.400,56**	**170.830.609,45**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

CONTAS MUTAÇÕES	Capital Subscrito	Capital a Integraliz.	Res. Cap. CM Cap. Integ. Res.I.Renda	Res. Lucro Res. legal	Lucro/ou Prej. Acum.	TOTAL
Saldo em 31.12.91	21.467.651,00	(3.069.845,00)	828.997.650,57	10.849.266,69	(828.543.384,54)	29.701.338,72
Aum. Capit.	752.000.000,00	3.060.000,00	(752.000.000,00)	–	–	3.060.000,00
A. Cap. c/Rec. de Acion.	(3.060.000,00)	–	–	–	–	–
Corr. Monet.	–	–	9.990.625.871,26	122.527.517,97	(5.328.251.951,62)	3.784.901.437,61
Res. Exerc.	–	–	–	–	40.423.642,45	40.423.642,45
Res. Dev. IPC/90	–	–	–	–	(420.417.790,89)	(420.417.790,89)
Saldo em 31.12.92	770.407.651,00	(9.845,00)	10.067.623.521,83	133.376.784,66	(7.536.789.484,60)	3.434.608.627,89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 - Nota 1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os critérios contábeis vigentes, com disposições da Lei 6.404/76 e Legislação Fiscal em vigor. **Nota 2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** a) Provisão para devedores duvidosos foi constituída a partir da análise das contas a receber com base de 3% sobre o saldo das contas, que se considera suficiente para cobrir as eventuais perdas; b) **INVESTIMENTOS:** Estão corrigidos monetariamente com base na Ufir; c) O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente com base na Ufir. A depreciação é calculada pelo método linear sendo as taxas utilizadas consideradas compatíveis com a vida útil estimada dos bens; d) Diferido é demonstrado ao custo de aplicação acrescido de correção monetária; e) As contas do Patrimônio Líquido foram corrigidas monetariamente com base na Ufir. **Nota 3 - CAPITAL SOCIAL:** O Capital Social Autorizado é de Cr$ 775.000.000,00. O Capital Integralizado é representado por 770.397.806 Ações, sendo: 249.940.000 Ordinárias; 355.471.299 Pref. Classe "A" e 164.986.507 Pref. Classe "B". **DIRETORIA:** Yasuhide Watanabe - Dir. Pres. e Kenji Itó - Dir. Vice-Pres. **CONS. DE ADMINISTRAÇÃO:** Yasuhide Watanabe - Presidente - Haruyo Watanabe e Kenji Itó - Vice-Presidente. Maria Anunciação Braga - CRC-PA 4601 - Contadora.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Aos Administradores da Pindaré S/A - 01 - Examinamos o Balanço Patrimonial da **PINDARÉ S/A**, levantado em 31.12.92 e as respectivas Demonstrações de resultado, da Mutação do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. 02 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos trabalhos compreenderam, entre outros procedimentos: a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia; b) a constatação, com bases em testes das evidências e dos registros, que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e c) a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 03 - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da PINDARÉ S/A, em 31.12.92, o resultado de suas operações, as mutações de seu Patrimônio Líquido e as origens e aplicações de seus recursos referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. Belém-Pa, 19 de abril de 1993. Tadeu Manoel Rodrigues do Araújo - CRC-PA 2671 - Contador.

(Fat. nº 10.016805, Reg. nº 10.016805, Dia: 23/04/93)

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

PORT. nº 022/93-DG de 08.04.93 - A Superintendente ADMINISTRATIVA PATRICIO SERFICIO DE J.SANTA BRÍGIDA, a movimentar o Agente Pagador datado de 08.04.93 - va-

lor de CR$-3.000.000,00 - Elemento: 3120:00 - Empenho nº 300261, para ocorrer despesas diversas com esta Fundação.
CP93/0008130-6

PORT. nº 023/93-FCG de 08.04.93 - A Superintendente CONCEDE férias a RAIMUNDO SERGIO DE JESUS SANTA BRIGIDA - Período trabalhado: 16.04.92 a 15.04.93 período de gozo: 16.04 a 05.05.93.
CP93/0008138-1

PORT. nº 024/93-FCG de 08.04.93 - A Superintendente DESIGNA FELIPE ANDRADE E SILVA para participar do Curso de Administração de Projetos Culturais, a ser ministrado pela Fundação Getúlio Vargas, com apoio da SECULT e Fundação Tancredo Neves nos períodos abaixo discriminados Módulo I - 22 a 26.03.93 - 40 horas - Módulo II - 12 a 16.04.93 - 40 horas
CP93/0011297-0

PORT. nº 025/93-FCG de 08.04.93 - A Superintendente CONCEDE férias a ANTONIA RENILDE PEREIRA DA SILVA - Período trabalhado: 02.01.92 a 01.01.93 - Período de gozo: 10.05 a 29.05.93
CP93/0008137-3

PORT. nº 026/93-FCG de 20.04.93 - A Superintendente DESIGNA LUIZ GONZAGA DE MORAES FILHO-Dir.Administrativo, RAIMUNDO SERGIO DE JESUS SANTA BRIGIDA - Agente Administrativo e WALDIR MIRANDA DE MORAES, para sob a responsabilidade do primeiro constituirem a "COMISSÃO DE LICITAÇÃO desta Fundação, para recebimento e julgamento da Proposta da Carta Convite nº 002/93 de 20.04.93.
CP93/0011290-2

PORT. nº 027/93-FCG de 22.04.93 - A Superintendente AUTORIZA RAIMUNDO SERGIO DE JESUS SANTA BRIGIDA a movimentar o Agente Pagador: data: 22.04.93 - Valor CR$-3.000.000,00 - Elemento: 3132:00 - para ocorrer despesas diversas com esta Fundação.
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE
MARIA DA GLÓRIA BOULHOSA CAPUTO-Superintendente
CP93/0008147-0

(Fat. nº 10.016831, Reg. nº 10.016831, Dia: 23/04/93)

KULUENE AGROPECUÁRIA S/A. CGC(MF) 52.634.938/000-67. RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas, em cumprimento as disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras sobre a Gestão da Sociedade no exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992. Desejamos agradecer aos nossos acionistas e funcionários pela dedicação no desenvolvimento das atividades. Outrossim agradecemos aos fornecedores, colaboradores, bancos e em especial à SUDAM pelo apoio e colaboração. Belém, 23 de abril de 1993. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM CRUZEIROS)

ATIVO	1992	1991	PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
- Caixa e Bancos	57.007.066	1.412.956	- Fornecedores	69.790.541	3.925.177
- Aplicações Financeiras	1.520.735	1.977.357	- Obrig. Sociais a recolher	31.790.452	3.509.383
- Adiantamentos Diversos	2.510.419	519.991	- Credores Diversos	45.692.250	18.487.032
- Estoques	3.422.742.583	206.072.820		147.273.243	25.921.592
- Outros	1.188.177	61.578	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	3.484.969.980	210.044.702	- Capital Autorizado	2.604.000.000	422.000.000
PERMANENTE			- Capital a Subscrever	(712.391)	(19.703.265)
IMOBILIZADO				2.603.287.609	402.296.735
- Custo Corrigido	16.607.620.083	1.470.261.114	- Reser. C.M. s/ Cap. Int.	27.758.037.487	1.963.656.339
- Depreciação Acumulada	(4.253.556.910)	(326.146.619)	- Prejuízos Acumulados	(14.669.565.186)	(1.037.715.469)
	12.354.063.173	1.144.114.495		15.691.759.910	1.328.237.605
TOTAL DO ATIVO	15.839.033.153	1.354.159.197	TOTAL DO PASSIVO	15.839.033.153	1.354.159.197

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (EM CRUZEIROS)

RECEITAS OPERACIONAIS	31/12/92	31/12/91
Venda de Animais	237.700.741	30.289.343
Variação do Rebanho	3.386.279.000	199.214.500
Locação de Pastagens	1.376.741	370.363
Custos Animais Vendidos	(185.120.000)	(23.362.000)
	3.440.236.482	206.512.206
DESPESAS OPERACIONAIS		
Desp. Fazenda Adm. Gerais	(720.527.456)	(70.530.880)
Depreciação e Amortização	(413.326.655)	(42.462.905)
Receitas Financeiras	263.037.095	(11.303.686)
	(870.817.015)	(124.297.471)
Lucro (Perda) Operacional	2.569.419.466	82.214.735
Resultado não Operacional	(58.042.311)	34.801.691
Correção Monetária do Balanço	(4.423.684.324)	(214.409.195)
	(1.912.307.169)	(97.392.769)

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (EM CRUZEIROS)

ORIGENS	1992	1991
Resultado do Exercício	(1.912.307.169)	(97.392.769)
Desp. que não afetam o Capital Circulante		
Correção Monetária do Balanço	4.423.684.324	214.409.195
Depreciação	413.326.655	42.462.905
Vr. Resid. Ativo Imob. Baixa	146.598.708	10.558.295
Integralização de Capital	237.335.000	-
	3.308.637.518	170.037.626
APLICAÇÕES		
Adição do Ativo Permanente: Imobilizado	155.063.891	6.629.733
Total das Aplicações	155.063.891	6.629.733
Variação do Capital Circulante	3.153.573.627	163.407.893
Representado Por:		
Aumento Ativo Circulante	3.274.925.278	181.032.755
Aumento Passivo Circulante	(121.351.651)	(17.624.862)
	3.153.573.527	163.407.893

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM CRUZEIROS)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA COR. MONETÁRIA	RESERVA P/ INT. CAP.	RESULTADO EXERC. ANT.	RESULTADO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo em 31/12/90	30.870.137	371.427.054	-	(159.888.681)	-	242.408.510
Aumento Capital AGO/AGE 30/04/91	371.426.598	(371.426.598)	-	-	-	-
Correção Monetária	-	1.963.655.883	-	(780.434.019)	-	1.183.221.864
Lucro (Perda) Líquido	-	-	-	(97.392.769)	-	(97.392.769)
Saldo em 31/12/91	402.296.735	1.963.656.339	-	(1.037.715.469)	-	1.328.237.605
Aumento Capital AGO/AGE 30/04/92	2.200.990.874	(1.963.655.874)	(237.335.000)	-	-	-
Integralização Aum. Capital	-	-	237.335.000	-	-	237.335.000
Correção Monetária	-	27.758.037.022	-	(11.719.542.547)	-	16.038.494.475
Lucro (Perda) Líquido	-	-	-	-	(1.912.307.170)	(1.912.307.170)
	2.603.287.609	27.758.037.487	-	(12.757.258.016)	(1.912.307.170)	(15.691.759.910)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. 1) PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS. a) Ativos realizáveis e Passivos Exigíveis são demonstrado como circulante, por serem de até um ano. b) Os estoques Animais estão avaliados ao preço de pauta de mercado. c) Os bens do ativo fixo estão demonstrados pelo custo de aquisição corrigidos monetariamente. d) Os efeitos da inflação são reconhecidos pela correção monetária do ativo Permanente e do Patrimônio Líquido.

2) ESTOQUES	1992	1991
Mat. Diversos	53.562.583	4.451.820
Animais	3.369.180.000	201.621.000
	3.422.742.583	206.072.820

3) IMOBILIZADO	1992 Corrigido	Depreciação	Líquido	1991
Terras	5.423.166.796	-	5.423.166.796	457.939.114
Formaç. de Past.	6.491.193.401	2.315.367.379	4.175.826.022	361.010.994
Infra-Estrutura	146.794.543	85.020.393	61.774.150	6.193.004
Instlaç. Pecuárias	620.196.055	302.208.675	317.987.160	28.639.605
Veic./Máq. e Equip.	909.127.307	586.488.622	322.638.685	34.422.802
Edif. e O. Como.	423.763.320	111.749.801	312.013.519	27.474.645
Animais	2.131.753.346	827.746.137	1.304.007.209	173.017.958
Móv. e Utensílios	45.834.689	24.975.703	20.858.986	1.257.942
Projeto Cacau	415.790.626	-	415.790.626	34.158.430
	16.607.620.083	4.253.556.910	12.354.863.173	1.144.114.494

4) O Capital social integralizado é representado por 1.969.524.447 Ações Ordinárias Nominativas e 633.763.162 Ações Preferenciais Nominativas ambas no valor nominal de Cr$ 1,00 por Ação. DIRETORIA: ENGº ENRICO MISASI, Diretor Presidente; Dr. NELSON PEREIRA DE ALMEIDA PATI, Diretor; DIMAS BERNARDO, Contador CRC 132.811-S-PA.

AGROPECUÁRIA NOVO MUNDO S/A - CGC/MF: 05.374.053/0001-96 - RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992. Colocamo-nos ao inteiro dispor dos srs. acionistas para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São Miguel do Guamá-PA, 17 de abril de 1993. A) A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991
ATIVO CIRCULANTE	51.956.102,84	68.090.530,96
DISPONIBILIDADES	6.235.795,84	67.888.406,38
Caixa e Bancos	6.235.795,84	67.888.406,38
ESTOQUES	45.720.306,58	202.124,58
ATIVO PERMANENTE	2.450.296.711,91	137.053.910,60
IMOBILIZADO	1.268.177.114,69	92.745.605,87
Custo Corrigido	1.717.170.085,80	125.755.866,25
(-) Deprec. Acumulada	448.992.971,11	33.010.260,38
DIFERIDO	1.182.119.597,22	44.308.304,73
TOTAL DO ATIVO	2.502.252.814,33	205.144.441,56
PASSIVO	1992	1991
PASSIVO CIRCULANTE	4.734.476,37	703.722,68
Fornecedor	2.956.000,00	-
Dividendos a Pagar	11,35	11,35
Obrig. Soc. e Trabalhistas	1.397.424,72	456.048,18
Outras Exigibilidades	237.663,15	237.663,15
Provisão p/Férias	143.377,15	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.497.518.337,96	204.440.718,88
Capital Subsc. Integraliz.	102.000.000,00	102.000.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	2.395.517.530,56	102.440.653,20
RESERVA DE LUCRO	807,40	65,68
TOTAL DO PASSIVO	2.502.252.814,33	205.144.441,56

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE:

	1992	1991
I ORIGENS	645.706.095,37	82.019.516,65
Correção Monetária	631.946.315,44	(3.246.393,51)
Deprec. do Exercício	13.759.779,93	1.165.910,16
Realiz. Cap. Social	-	84.100.000,00
II APLICAÇÕES	625.540.913,14	15.179.912,78
Aq. Imobilizado	50.000.000,00	-
Acresc. Diferido	575.540.913,14	15.179.912,78
III MODIF. CAP. CIRC. LIQ.	20.165.182,23	66.839.603,87

IV MODIFICAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE

CONTAS	INÍCIO	FIM	VARIAÇÃO
A. Circulante	68.090.530,96	51.956.102,42	16.134.428,54
P. Circulante	703.722,68	4.734.476,37	4.030.753,69
Cap. Circ. Liq.	67.386.808,28	47.221.626,05	20.165.182,23

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SUBSCRITO	RES. CAPITAL CM. CAP. INTEGR.	Res. de Lucro Res. Legal	TOTAL
Saldo em 31.12.91	102.000.000,00	102.440.653,20	65,68	204.440.718,88
Corr. Monetária	-	2.293.076.877,36	741,72	2.293.077.619,08
Saldo em 31.12.92	102.000.000,00	2.395.517.530,56	807,40	2.497.518.337,96

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 - Nota 1 - As Demonstrações Financeiras estão de acordo com os dispositivos da Lei 6.404/76. A Demonstração de Resultado não está inserida entre as demais demonstrações em razão da empresa encontrar-se em fase Pré-Operacional e as despesas correspondentes à implantação estão agregadas ao grupo do Ativo Diferido. Nota 2 - PRINCIPAIS PRATICAS CONTÁBEIS: a) O Imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente, com base na UFIR. A depreciação é calculada pelo critério linear, sendo as taxas utilizadas consideradas compatíveis com a vida útil estimada dos bens; b) Diferido é registrado ao custo mais correção monetária e abrange gastos correspondentes à implantação do projeto; c) As contas do patrimônio Líquido foram corrigidas monetariamente, com base na UFIR. Nota 3 - CAPITAL SOCIAL: O Capital Social Autorizado é de Cr$ 102.000.000,00. O Capital Integralizado é representado por 102.000.000 Ações, sendo 26.000.000 Ordinárias; 3.000.000 Preferenciais Cl. "A"; 1.500.000 Pref. Classe "B"; 69.000.000 Pref. Classe "C" e 2.500.000 Pref. Classe "D". DIRETORIA: Olimpio Uliana - Dir. Presidente, André Carradi Uliana e Ana Maria Pereira da Silva - Vice Presidente. Maria Anunciação Braga - CRC.PA 4.601 - Contadora.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Aos Administradores da Agropecuária Novo Mundo S/A - 01 - Examinamos o Balanço Patrimonial da Agropecuária Novo Mundo S/A, levantado em 31.12.92 e a respectiva Mutação do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. 02 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos trabalhos compreenderam, entre outros procedimentos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia; b) a constatação, com bases em testes das evidências e dos registros, que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e c) a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 03 - Face a Empresa estar em fase de implantação, ensejou a não elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício. 04 - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Agropecuária Novo Mundo S/A em 31 de Dezembro de 1992, as mutações de seu Patrimônio Líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade. Belém-Pa, 05 de abril de 1993. Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo - Contador - CRC-PA - 2671.

(Fat. nº 10.016804, Reg. nº 10.016804, Dia: 23/04/93)

LOTERIA DO ESTADO DO PARÁ

C.G.C. nº04.935.292/0001-05
RESUMO DE CONTRATO

Contratante: LOTERIA DO ESTADO DO PARÁ-LOTERPA
Contratada : COMPANHIA GRÁFICA E EDITORA GLOBO-GRAFISA
Objeto : Execução dos Serviços de Impressão e Fornecimento de Bilhetes Lotéricos correspondente as 50 (CINQUENTA) extrações do exercício de 1992.
Prazo : 1 (UM) ANO, a contar da data de sua assinatura.
Valor : Correspondente a CR$-900.000,00 (NOVECENTOS MIL CRUZEIROS) pela emissão de 12.000 bilhetes de cada extração, corrigidos mensalmente pela TR ou qualquer índice do Governo Federal que venha a substituir a referida TR, pagamento esse que será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao das extrações.
Despesa e Dotação Orçamentária: A Despesa decorrente deste Contrato, correrá à conta da dotação orçamentária do exercício de 1992, com classificação e natureza assim especificadas:

Classificação:	Código
Órgão: Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social	23000
U.Orçamentária: Loteria do Estado do Pará	23203
Função : Administração e Planejamento	03
Programa : Administração	07
Subprograma : Administração Geral	021
Atividade : Funcionamento dos Serviços Administrativos	4093

Natureza da Despesa:
Código:
3.000 - DESPESAS CORRENTES
3.100 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.130 - SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS
3.132 - OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS
Garantias e Penalidades: A CONTRATADA responde civil e criminalmente pela impressão gráfica e numeração dos Bilhetes Lotéricos, objeto desta contratação, inclusive pelo apareoimento de duplicatas de bilhetes, bem como por qualquer prejuizo que porventura venha causar à CONTRATANTE, e/ou a Terceiros, em decorrência de suas obrigações contratuais, respondendo ainda, por perdas e danos, independente da aplicação das penalidades administrativas.

Belém, 13 de dezembro de 1991.
(as) CARLOS ALBERTO DE ARAGÃO VINAGRE
Diretor Presidente "LOTERPA"
(as) ALTINO TAVARES PINHEIRO
Diretor Presidente "GRAFISA"

TESTEMUNHAS:
(as) 1) GENTIL CASTRO SANTOS
(as) 2) ANTONIO RAIMUNDO DOS SANTOS
CP93/0008140-3

(Fat. nº 10.016801, Reg. nº 10.016801, Dia: 23/04/93)

(Fat. nº 10.016829, Reg. nº 10.016829, Dia: 23/04/93)

PROMETAL CARAJÁS S/A
MINERAÇÃO, INDUSTRIA E COMÉRCIO
CGC/MF 55.430.490/0001-58
CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da PROMETAL CARAJÁS S/A - MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, convocados à se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, no próximo dia 30 de abril de 1993, às 16:00 horas, nas dependências do Hotel Itacaiúnas, Folha 30, Quadra 14, Lote 01, em Marabá-Pa, afim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

A - ORDINÁRIA
1. Exame e deliberação sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.92.
2. Reeleição dos membros do Conselho de administração.
3. Aprovação da correção da expressão monetária do capital social.

B - EXTRAORDINÁRIA
4. Fixação da remuneração global dos administradores.
5. Transferência da Sede Social.
6. Alteração do artigo 5º e § 3º do estatuto social.
7. Outros assuntos de interesse social.

Marabá, 19 de abril de 1993.
CARLOS EDUARDO PEREIRA RODRIGUES
VICE-PRES. CONS. ADMINISTRAÇÃO

(Fat. nº 10.016845, Reg. nº 10.016845, Dias: 23, 26 e 27/04/93)

ADMINISTRADORA DE BENS S/A
C.G.C. (MF) Nº 04.747.002/0001-08
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.92

Senhores Acionistas, Fazemos este acompanhado de cópias das seguintes demonstrações financeiras e balanço de exercício social encerrado em 31.12.92, a) Balanço Patrimonial, b) Demonstração de Resultado, c) Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos. Pelas demonstrações acima e suas notas explicativas, bem como balancetes analíticos e demonstrações financeiras, julgamos estar a empresa em condições de bem atender a clientela e a disposição de auferir lucros.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	1992	1991
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	—
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	—	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
ATIVO CIRCULANTE	[illegible]	[illegible]
Disponível	[illegible]	6.996.125,80
Imobilizado	14.717.641.256,00	1.396.196.656,00
(-) Depreciações Acumuladas	(3.284.110.772,20)	(580.027.195,45)
TOTAL DO ATIVO	10.164.186.426,80	857.340.461,66

PASSIVO	1992	1991
PASSIVO CIRCULANTE	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
Obrigações a Pagar	—	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	[illegible]	[illegible]
Capital Social	[illegible]	15.100.000,00
Capital a Integralizar	[illegible]	[illegible]
Reserva de Capital	8.263.676.263,12	687.499.473,88
Reserva Legal	28.758.912,82	2.339.336,03
Reserva Estatutária	—	9.012.278,58
Reserva Especial	—	9.012.278,58
Lucros Acumulados	(144.805.731,37)	(15.601.803,08)
TOTAL DO PASSIVO	10.164.186.426,80	857.340.461,66

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

	1992	1991
RECEITA BRUTA DAS VENDAS DE SERVIÇOS	1.538.207.023,73	146.079.168,83
(-) Impostos Incidentes sobre vendas	(250.301.724,02)	(23.760.390,43)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	1.287.905.299,71	124.318.778,40
(-) Custo dos Serviços Vendidos	(796.467.011,65)	(68.890.745,44)
LUCRO BRUTO	491.438.288,06	55.428.032,96
(+) Outras Receitas	18.541.588,05	161.723,35
DESPESAS OPERACIONAIS	1.936.957.411,32	168.928.004,07
Despesas Administrativas	505.776.361,84	44.362.095,13
Despesas Financeiras (Receitas)	1.414.107.976,97	122.805.472,61
Despesas Tributárias	17.073.072,51	1.740.436,33
PREJUÍZO OPERACIONAL	(1.426.977.535,21)	(113.338.247,76)
(+) Despesas não operacional (Receita)	—	1.666.062,63
(-) Resultado da Correção M. Balanço	1.252.175.084,80	85.626.197,13
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(174.802.450,41)	(29.378.113,26)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

	1992	1991
ORIGENS DE RECURSOS DAS OPERAÇÕES	(166.644.283,94)	(28.564.839,95)
Prejuízo do Exercício	(174.802.450,41)	(29.378.113,26)
Depreciação	296.228.972,90	26.684.873,48
Resultado Correção M. Balanço	(1.252.175.084,80)	(85.626.197,13)
Empréstimo Bancário	1.013.084.256,03	61.170.108,63
Empréstimo Compulsório	(48.979.977,66)	(3.081.574,30)
Baixa Imobilizado	—	1.666.062,63
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		13.265.907,84
Aquisição de Motores	—	11.495.535,00
Imobilizações Fixas	—	1.562.694,84
Imposto s/Lucro Líquido	—	207.678,00
REPRESENTADO POR:		
ATIVO CIRCULANTE	300.312.954,39	(1.526.625,18)
Início do Exercício	13.269.469,11	14.796.094,29
Fim do Exercício	313.582.423,50	13.269.469,11
PASSIVO CIRCULANTE	(466.957.238,33)	(40.304.122,61)
Início do Exercício	52.179.059,66	11.874.937,05
Fim do Exercício	519.136.297,99	52.179.059,66
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE	(166.644.283,94)	(41.830.747,79)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ITENS	CAPITAL REALIZADO	RESERVA C. M. CAPITAL ESPECIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA P/ AUMENTO CAPITA	RESERVA ESPECIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAIS
SALDO EM 31.12.91	35.100.000,00	687.499.473,88	2.339.336,03	2.495.707,93	9.012.278,58	(15.601.803,08)	720.844.993,34
AUMENTO DE CAPITAL							
RESERVA C. M. CAPITAL	364.900.000,00	(364.900.000,00)					
TRANSF. P/LUCROS ACUMULADOS		(17.870.126,75)		(2.495.707,93)	(9.012.278,58)	29.996.719,04	
CORREÇÃO MONETÁRIA							
BALANÇO		7.958.946.916,99	26.419.516,79				7.985.366.433,78
LUCROS ACUMULADOS						(158.582.041,55)	(158.582.041,55)
SALDO EM 31.12.92	400.000.000,00	8.263.676.263,12	28.758.912,82	—	—	(144.805.731,37)	8.547.629.444,57

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA: O capital social integralizado está composto de 219.400.000 ações Ordinárias e 180.600.000 Ações Preferenciais. As depreciaçes e a Correção Monetária do Balanço foram efetuadas conforme as determinações legais. a) Diretoria NILSON CORDEIRO BARROSO - CIC 006207342/72 - PAULO MOURA BARROSO - CIC 000584082-15 - LUIS FLÁVIO DA SILVA BARROSO - CIC 277659622-72 - EDNA MARA DONZA BARROSO - CIC 184217092-91 - SEBASTIÃO DE LIMA CARNEIRO - Contador - CIC 047713622-20, CRC-PA 4371.

ADMINISTRADORA DE BENS S/A.
NILSON CORDEIRO BARROSO
Diretor Financeiro

SEBASTIÃO DE LIMA CARNEIRO
Contador
CRC-Pa. 4371 - CPF 047.713.622-20

ASTECON - ASSESSORIA E CONTABILIDADE S/C LTDA.
PARECER DE AUDITORIA

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
ADMINISTRADORA DE BENS S/A.
Nesta

1 - Examinamos o Balanço Patrimonial da ADMINISTRADORA DE BENS S/A., levantado em 31 de dezembro de 1992, e as Demonstrações de Resultado Econômico, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicação de Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborada sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2 - Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de Auditoria e compreendem:
a) O planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de contrôles internos da empresa;
b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e;
c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da empresa, bem como da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.
3 - Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADMINISTRADORA DE BENS S/A., em 31 de dezembro de 1991, o resultado de suas operações, as mutações do Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de Recursos referentes ao exercício findo nessa data, de acordo, respectivamente, com os Princípios de fundamentais de contabilidade e com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária.

Belém (PA) 20 de abril de 1993
- MÁRIO NASCIMENTO DE SOUZA
Contador - CRC/PA 4795

Agro-Pecuária RIO TARTARUGA S.A.
C.G.C. 05248067/0001 -- Insc. Estadual 15076828-1.

SENHORES ACIONISTAS:

Atendendo às disposições legais e estatutárias apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Balanço Patrimonial relativo ao exercício de 31.12.92. Outros esclarecimentos que sejam necessários serão prestados com prazer por esta diretoria. Belém/PA).

ATIVO

	1991	1992
CIRCULANTE		
DISPONÍVEL		
Caixa	[illegible]	[illegible]
Bancos		[illegible]
REALIZÁVEL CURTO PRAZO		
Estoque	[illegible]	[illegible]
Saldos recebíveis	[illegible]	[illegible]
LONGO PRAZO		
Fazenda Barra Azul Agro Pecuária Ltda c/Emp.	[illegible]	[illegible]
PERMANENTE		
Imobilizado	[illegible]	[illegible]
(-) Depreciação Acumulada	[illegible]	[illegible]
DIFERIDO		
Custo de Implantação	[illegible]	[illegible]
TOTAL DO ATIVO	[illegible]	[illegible]

PASSIVO

	1991	1992
CIRCULANTE		
CURTO PRAZO		
Obrigações a pagar	1.042.866,30	3.411.054,50
LONGO PRAZO		
Fazenda São Joaquim		
Agro Pecuária Ltda c/Emp.		20.998.461,32
	1.042.866,30	24.410.115,90
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital	40.086.760,00	40.086.760,00
Reserva de Capital	468.042.099,87	6.206.657.412,04
	508.128.859,87	6.246.744.172,04
(-) Prejuízo Acumulado	132.681.477,40	1.677.293.842,43
(-) Prejuízo Acumulado Correção IPC 90	4.778.941,53	58.750.500,74
	137.460.418,93	1.736.044.343,17
TOTAL DO PASSIVO	371.711.307,24	4.535.109.944,77

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Receita Bruta	23.211.376,24	37.213.151,80
Receita Operacional	13.358.159,20	320.441.078,40
Lucro Operacional	36.569.535,44	357.654.230,20
- Despesas Administrativas	3.606.849,55	27.057.021,53
- Despesas Financeiras	115.939,85	-
- Despesas Tributárias	654.718,89	2.353.191,69
- S/ Correção	48.790.335,83	258.549.979,65
- Depreciação	3.213.824,60	37.665.616,33
- Despesas Operacionais	33.128,06	2.280.202,20
- Despesa de Custeio	3.202.600,28	20.232.854,44
- Despesa c/ Constituição Provisão	-	10.813.121,25
Lucro / Prejuízo N/Exercício.	(23.147.861,62)	(1.297.756,89)

DEMONSTRAÇÃO LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Saldo Anterior	132.681.477,40	472.179.141,65
Correção	100.016.514,78	1.203.816.943,89
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(23.147.861,62)	(1.297.756,89)

NOTA EXPLICATIVA

NOTA 1 - GASTOS DE IMPLANTAÇÃO representa as despesas com a Implantação. Belém(Pa), 31 de dezembro de 1992. BERTINO LOBATO DE MIRANDA CASTRO-Presidente C.I.C. 001.239.432-72. LEOPOLDO JOSÉ LOBATO DE MIRANDA CASTRO-Secretário C.I.C. 032.155.202-49. ANGÉLICA JOANA PAIVA DE CARVALHO-Técnica em Contabilidade CRC. nº 3582. C.I.C. 019.484.742-04.

(Fat. nº 10.016820, Reg. nº 10.016820, Dia: 23/04/93)

COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPOS DE SERRA PELADA - COOMIGASP CGC/MF: 34.878.587/0001-58
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31/12/92

ATIVO	
CIRCULANTE	
Caixa	8.000,00
Outras Contas	8.410.000,00
IMOBILIZADO	
Máquinas e Equipamentos	87.665.720,00
Móveis e Utensílios	90.763.480,00
Ferramentas	503.825,00
Equipamento de Bombeamento	95.126.000,00
Utensílios de Média Duração	31.000,00
Equipamentos de TV	250.670.000,00
SALDO EM 31/12/92	533.178.525,00
PASSIVO	
Patrimônio Líquido	545.793.595,00
Capital Social	
Capital a Integralizar	(2.814.500,00)
CIRCULANTE	
Credores	3.219.852.044,73
PREJUIZOS ACUMULADOS	(3.229.652.614,73)
SALDO EM 31/12/92	533.178.525,00
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO	
RECEITAS	
Receitas Operacionais	42.650,00
Receitas Diversas	22.006.800,00
Receitas Eventuais	1.750.000,00
	23.799.450,00
DESPESAS	
Despesas Administrativas	498.605.417,64
Despesas Financeiras	2.501.886.953,34
Despesas Sociais	22.843.500,00
Outras Despesas	75.196.981,14
	3.098.532.852,12
PREJUIZO DO EXERCICIO	3.074.733.402,12

DIRETORIA COOMIGASP

SEBASTIÃO CURIO R. MOURA	PAULO B. SILVA	MAURO E. MARTINI
Presidente	Diretor Produção	TC CRC-GO 4405

(Fat. nº 10.016847, Reg. nº 10.016847, Dia: 23/04/93)

– Por falha técnica a matéria acima deixou de ser publicada no D.O. nº 27.452 de 22/04/93, por este motivo estamos publicando nesta data.

(Fat. nº 10.016840, Reg. nº 10.016840, Dia: 23/04/93)

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL NO PARÁ

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/93

AVISO DE EDITAL

A Superintendência Estadual do INSS, no Estado do Pará, leva ao conhecimento dos interessados que nos dias 10 e 11/05/93 às 10:00 horas, na Av. Nazaré nº 133 - Ed. Costa e Silva - 3º andar, serão abertas as propostas relativas à TOMADA DE PREÇOS Nº 01/93, para aquisição de Material de Expediente.

O Edital de Licitação e outros esclarecimentos, serão fornecidos na Av. Nazaré nº 133 - Ed. Costa e Silva - 6º andar no horário das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas.

Belém, 19 de abril de 1993.

(Fat. nº 10.016789, Reg. nº 10.016789, Dia: 23/04/93)

ASSOCIAÇÃO OLIMPICO ESPORTE CLUBE

Resumo dos Estatutos

Denominação: ASSOCIAÇÃO OLIMPICO ESPORTE CLUBE Data de Fundação: 28 de julho de 1992. Filiação : Liga Esportiva Municipal de Paragominas. Sede - Social: Rua Carlos Gomes 150. Tempo de duração : Finalidade: Praticar Esporte de um modo geral , principalmente o futebol. Cores:Azul,branca e vermelho.Dissolução:Em caso de dissolução os bens moveis e imoveis serão vendidos com a arrecadação serão pagos todos débitos possíveis, o restante - caso exista sera entregue a uma instituição de caridade Pública do Municipio de Paragominas.Direção A Diretoria- Mandato de 02 anos. Responsabilidade: A Diretoria- Respondera subsidiariamente pelas , obrigações contraídas pela Associação.

a) WILSON RIBEIRO DA SILVA
Presidente.

(G.Reg.45.950)

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Município de Ananindeua-PA - SINTICOMA. Eleições Sindicais - De acordo c/Artigo 48 dos Estatutos do Sindicato ficam convocadas as eleições deste Sindicato p/dia 28 de maio de 1993 no horário de 08:00 às 18:00 na sede da entidade e nos locais de trabalho para eleger a nova diretoria, conselho fiscal e conselho de representantes junto a Federação e seus suplentes, para o mandato de 3 (três) anos, ficando aberto o prazo de 20 dias no horário das 09:00 às 17:00hs, na secretaria p/inscrição de chapas a partir da publicação deste Edital resumido no Diário Oficial, acompanhado de requerimento assinado em 4 (quatro) vias, por qualquer candidato e fichas de qualificação individuais assinado pelos candidatos, acompanhado de fotocópia da CTPS, Carteira de Identidade, Carteira de Associado, comprovante de pagamento de suas mensalidades se no caso de não houver quorum de segunda votação será realizada no dia 03 de junho de 1993 e a 3ª votação no dia 08 de junho de 1993 e a posse será realizada no dia 10 de junho de 1993 impreterivelmente. Ananindeua, 20 de abril de 1993 - João Batista do Nascimento - Presidente.

(Fat. nº 10.016835, Reg. nº 10.016835, Dia: 23/04/93)

CENTENOR EMPREENDIMENTOS S/A - CGC/MF Nº 04.200.572/0001-75 -Registro CVM nº 50052-6 - Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração - Dia, hora e local: 15.03.93, às 10h00, na sede social no Distrito Industrial de Ananindeua-PA, Lotes 4 e 5, Setor I, Quadra 3. Quorum de Instalação: Totalidade dos membros em exercício. Composição da Mesa: Dr. Livio Malzoni - Presidente; Dr. Domingos Malzoni - Secretário. Deliberações: Encerramento das atividades da filial situada na Travessa São Pedro, 566, conj. 1002, sala "A", Edif. Carajás, Belém-PA, inscrita no CGC/MF sob nº 04.200.572/0003-37, unanimemente aprovada nesta reunião. Assinaturas: Livio Malzoni - Presidente; Domingos Malzoni e Marco Antonio Malzoni - Conselheiros. Arquivamento: Junta Comercial do Estado do Pará em 19.04.93, sob nº 12.412, por despacho do Sr. Alfredo Ferreira Coelho - Sec. Geral.

(Fat. nº 10.016832, Reg. nº 10.016832, Dias: 23, 26 e 27/04/93)

AGROBRAGANTINA S.A. - C.G.C. 04.657.227/0001-65. RELATÓRIO DA DIRETORIA. A DIRETORIA DA AGROBRAGANTINA S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras do exercício social de 1992, bem como coloca à disposição dos interessados, os documentos relativos às operações, à sede social da empresa, no expediente comercial. Belém (PA), 31 de março de 1993. ANTONIO GEORGE FARAH, Presidente.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	1991	1992
ATIVO	606.892.459,86	7.567.419.012,38
CIRCULANTE	303.072,72	60.208,17
DISPONÍVEL	273.072,72	60.208,17
Caixa	8.690,67	60.208,17
Bancos c/Movimento	264.382,05	-
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	30.000,00	-
Adiantamentos Internos	30.000,00	-
PERMANENTE	606.589.387,14	7.567.358.804,21
IMOBILIZADO	163.028.876,67	1.982.294.837,69
Imóveis e Benfeitorias	134.089.047,50	1.648.440.075,20
Formação de Culturas	47.770.795,68	614.427.938,45
Máq. e Impl. Agrícolas	38.874.377,96	477.906.911,27
Veículos	57.125.837,10	702.283.452,31
Móveis e Utensílios	1.162.630,34	14.292.938,01
Ferramentas	27.393,94	336.770,86
(-) Depreciações Acumuladas	(116.021.205,85)	(1.475.393.248,41)
DIFERIDO	443.560.510,47	5.585.063.966,52
Implantação de Projetos	68.690.820,57	844.458.988,57
Desp. Pré-Operacionais	374.869.689,90	4.740.604.977,95

	1991	1992
PASSIVO	606.892.459,86	7.567.419.012,38
CIRCULANTE	188.263,25	2.572.242,03
Dividendos a Pagar	4.810,10	4.810,10
Obrigações Sociais e Fiscais	183.453,15	2.567.431,93
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	4.691.900,00	163.935.107,31
Adto. p/Aumento de Capital	4.691.900,00	163.935.107,31
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	602.012.296,61	7.400.911.663,04
CAPITAL	54.669.589,00	631.773.168,00
Autorizado	55.000.000,00	635.000.000,00
(-) A Subscrever	(330.365,07)	(3.226.786,07)
(-) A Integralizar	(45,93)	(45,93)
RESERVAS DE CAPITAL	577.103.579,94	7.135.007.412,26
C. M. do Capital	577.103.579,94	7.135.007.412,26
RESERVAS DE LUCROS	(29.760.872,33)	(368.868.917,22)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	(25.591.825,71)	(314.616.233,64)
Reserva Especial Dif. do IPC	(4.169.046,62)	(51.252.683,58)

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS NO EXERCÍCIO

MOVIMENTAÇÃO	CAPITAL INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESULTADOS ACUMULADOS	RESERVA ESPECIAL DIF. DO IPC/90
SALDOS EM 31/12/1991	54.669.589,00	577.103.579,94	(25.591.825,71)	(4.169.046,62)
AUMENTO DE CAPITAL COM RESERVAS	577.103.579,00	(577.103.579,00)	-	-
CORR. MONETÁRIA DO ANO	-	7.135.007.411,32	(225.044.857,78)	(47.083.636,96)
RESULTADOS DO EXERCÍCIO	-	-	(63.979.550,15)	-
SALDOS FINAIS EM 31/12/92	631.773.168,00	7.135.007.412,26	(314.616.233,64)	(51.252.683,58)

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS NO EXERCÍCIO

APURAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

	1991	1992
Ativo Circulante	303.072,72	60.208,17
Passivo Circulante	188.263,25	2.572.242,03
Capital Circulante	114.809,47	(2.512.033,86)
Variação Apurada no ano	(2.626.843,33)	
ANÁLISE DA VARIAÇÃO APURADA		
ORIGENS DE RECURSOS		
Redução do Realiz. a Longo Prazo	30.000,00	
Despesas não desembolsáveis:		
Depreciações	29.629.054,23	
C.M. de Balanço	8.047.936,59	
Aumento da Dívida a Longo Prazo	159.243.207,31	196.950.198,13
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Prejuízos do Exercício	63.979.550,15	
Aplicações Líquidas em Ativos Permanentes	135.597.491,31	199.577.041,46
EXCEDENTE DE RECURSOS APLICADOS		2.626.843,33

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

	1991	1992
CUSTO E DESPESAS	(9.172.322,53)	(55.931.613,56)
Pessoal e Encargos	1.532.203,34	18.253.117,57
Diretoria	2.139,00	227.069,00
Comunicações e Publicações	251.430,00	4.050.000,00
Despesas de Depreciação	6.927.784,09	29.629.054,23
Serviços de Terceiros	24.200,00	-
Diversos	429.958,98	3.607.587,23
Impostos e Taxas	4.607,12	164.785,53
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(6.541.947,87)	(8.047.936,59)
Corr. Monetária de Balanço	(6.541.947,87)	(8.047.936,59)
PREJUÍZO NO EXERCÍCIO	(15.714.270,40)	(63.979.550,15)

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA. NOTA 1 - DIRETRIZES CONTÁBEIS ADOTADAS. As principais diretrizes contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31.12.1992, podem ser assim resumidas: a) o regime adotado para registro dos atos e fatos da gestão operacional, foi o de COMPETÊNCIA DE EXERCÍCIO, e o prazo para distinção de CIRCULANTE e LONGO PRAZO foi de um exercício social completo; b) Os ATIVOS PERMANENTES, as contas do PATRIMÔNIO LÍQUIDO, as ANTECIPAÇÕES PARA AUMENTO DE CAPITAL, e, excepcionalmente, pela primeira vez em 1992, os RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS APURADOS, foram monetariamente corrigidos em 1992, pela variação das UFIR's até seu patamar de Cr$ 7.340,03 por UFIR. Os resultados dessa correção foram levados às despesas do ano, apesar de não representarem efetivamente desembolso atuais ou futuros de numerário; c) Sobre os ativos em uso e sobre as despesas de pré-operação e implantação de projetos, foram aplicadas taxas de depreciação/amortização permitidas pela legislação fiscal, e pelo método direto. Essas depreciações geraram carga de despesas de Cr$ 29.629 mil, também não representativas de desembolsos futuros de numerários; **NOTA 2 - CAPITAL.** O Capital Autorizado da sociedade é de Cr$ 635.000.000,00 dos quais Cr$ 631.773.168,00 estão integralizados. O restante desse capital deve ser subscrito e integralizado no decorrer do exercício de 1992. As ções de Capital dividem-se em ordinárias nominativas e preferenciais emitindas para aporte de recursos incentivados do FINAM (dos quais apenas as relativas a aportes do art. 17 ainda não recompradas). É intenção da Diretoria propor a elevação desse Capital integralizado para Cr$ 7.766.780 mil apenas com as reservas de Capital apuradas no balanço ora encerrado. Belém (PA), 31 de março de 1993. ANTONIO GEORGES FARAH, Presidente.

Ilmos. Srs. Diretores Agrobragantina S/A. 1. **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.** 1. Examinamos o Balanço Patrimonial da AGROBRAGANTINA S/A. levantado em 31 de dezembro de 1992 e as respectivas Demonstrações dos Resultados, Mutações Patrimoniais e Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao exercício findo nessa data, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da sociedade; b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das Demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Com o advento da MEDIDA PROVISÓRIA nº 314/93 do Governo Federal (ainda não convertida em lei), quando de sua disposição final, se aprovada pelo Congresso Nacional, os valores da correção monetária do IPC/90 poderão vir a ser expurgadas, reduzindo drasticamente ATIVOS PERMANENTES e PATRIMÔNIO LÍQUIDO e anulando a RESERVA ESPECIAL DIF. IPC/90. 4. Com a observação do item 3 acima, e de acordo com o desenrolar da decisão legal necessária, podemos opinar que as Demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da empresa em 31 de dezembro de 1992 e o resultado de suas operações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1992, tendo sido elaboradas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. Belém (PA), 31 de março de 1993. ENTERPRISE AUDITORES INDEPENDENTES S/C CVM NR 94 DE 08/1980 CRC 605 S.PA CGC/MF 02.695.617/0001-02; JOSÉ FLÁVIO RODRIGUEZ, Contador CRC 5056 S.PA CPF/MF 031.409.628-00.

a) Antonio Georges Farah - Presidente -

a) Raquel Pazuello Dalledone T.C. CRC (PA) 1957 CPF 000.190.542-20

(Fat. nº 10.016800, Reg. nº 10.016800, Dia: 23/04/93)

SONIA MARIA REIS BLANCO	"	"	20 hs.
NATANAEL GUEDES DE OLIVEIRA	"	"	20 hs.
ADELAIDE LAIS PARENTE BRASILEIRO	"	"	40 hs.
MARIA DE JESUS LOPES GUIMARÃES	"	"	40 hs.
VALDECIRA DA CONCEIÇÃO LAMÊGO	"	"	20 hs.
RAQUEL BERMUYAI DE ANDRADE	AUX.	ADM.	"A"
TELMA NAZARÉ TAVARES DA SILVA	"	"	"A"
ROSANA BELARÃO DA SILVA SOVANO	ASSIST.	ADM. I	"A"
ROSIANI DO CARMO TOBIAS	AUX.	ADM.	"A"
MARIA DINALVA FONSECA LEÃO	"	"	"A"
JOÃO DE SOUZA BATISTA	ART. DE	ADM.	"A"
MIGUEL PAULO DA SILVA RODRIGUES	" "	"	"A"
CLEDIOMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA	AUX.	ADM.	"A"
PAULO SÉRGIO PAMPLONA FRAZÃO	"	"	"A"
MARCO AURÉLIO ALVES SANTOS	AUX.	SERV. GERAIS	"A"
JOÃO DA COSTA FERREIRA FILHO	ART. DE	MANUTENÇÃO	"A"
SIDNEY DAMASCENO PALHETA	AUX.	SERV. GERAIS	"A"
JORGE COUTINHO BASTOS	PROF.	COLABORADOR	40 hs
ANTONIO DE PADUA M. S. BRASIL	"	"	40 hs
ELISA MARIA PINHEIRO DE SOUZA	"	"	40 hs
JUAREZ BEZERRA GALVÃO	"	"	40 hs
WAGNER LUIS BARROS DA CUNHA	"	"	20 hs
VANDA FLORES LEÃO	"	"	40 hs
IRAN ABREU MENDES	"	"	40 hs
ANTONIO SÉRGIO DOS SANTOS OLIVEIRA	"	"	40 hs
OSMARINA GERHARDT DA COSTA	"	"	40 hs

CP93/0008117-1

RESUMO DOS TERMOS DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO celebrado entre a Fundação Educacional do Estado do Pará e os abaixo relacionados:

NOME	DATA
JOSENAIDE ENGRÁCIA DOS SANTOS	01.02.93
MARIA LÚCIA BARBOSA ALMEIDA	03.02.93
ZAIDA DAMASCENO DIAS	01.03.93
NALI BONIFÁCIO DA SILVA	01.03.93
WALDINE VIANA DA SILVA	01.03.93
LELINE DOS SANTOS ALCÂNTARA	18.03.93
VALMIRA RODRIGUES LIMA DE ARAÚJO	22.03.93
PAULO AUGUSTO DOS SANTOS	01.04.93
IVANILDO VIEIRA PEREIRA	07.04.93
SÍLVIA MAUÉS SANTOS RODRIGUES	18.04.93
OSEIAS MORAES TEIXEIRA	19.04.93

CP93/0008102-0

(Fat. nº 10.016828, Reg. nº 10.016828, Dia: 23/04/93)

COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO

CGC/MF Nº 04834305/0001-50
ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital ficam os Senhores Acionistas da COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO-PARATUR, convocados para as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, conjuntamente, no dia 29 de abril de 1993, na sede da Empresa, à Praça Kennedy, s/nº, nesta capital, em primeira convocação às 09:00h e às 10:00h em segunda convocação, a fim de deliberarem sobre: Pauta da Assembléia Geral Ordinária: 1º) Discussão e votação do Balanço e contas, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório da Diretoria relativos ao exercício encerrado em 31/12/92; 2º) Eleição dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e suplentes; 3º) Fixação e remuneração dos Administradores; 4º) O que ocorrer. Pauta da Assembléia Geral Extraordinária: 1º) Proposta do Conselho de Administração para aumento do capital, com alteração do Art. 5º, dos Estatutos Sociais; 2º) Correção da expressão monetária do valor do capital social; 3º O que ocorrer.

Belém(PA), 22 de abril de 1993.
LUIZ PANIAGO SE SOUSA
Presidente do Conselho de Administração
CP93/0011289-9

(Fat. nº 10.016793, Reg. nº 10.016793, Dias: 23, 26 e 27/04/93)

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

PORTARIA Nº 44/93 - CRH

A DIRETORA- PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais

R E S O L V E

1 - DESIGNAR os servidores CILÉA MARIA DOS SANTOS OZELA, JANDIRA NOGUEIRA DE SOUZA E SÂMIA JAMILE SARAN DAMOUS CASTANHO, para sob a presidência do primeiro constituírem a comissão de Licitação Modalidade Carta Convite nº 06/93 para AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS.

Devendo a comissão a presentar o julgamento do processo no prazo de 05(cinco) dias à contar da data da abertura da mesma.

Dê-se Ciência, Publique-se e cumpra-se

Belém,19 de abril de 1993

Dra.ANGELINA SERRA FREIRE LÔBO
Presidente

CP93/0008153-5

(Fat. nº 10.016785, Reg. nº 10.015785, Dia: 23/04/93)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ

ASSUNTO: Concede Progressão Horinzontal de Professor Auxiliar III para Professor Assistente II, conforme discriminação abaixo:

PORTARIA	PROFESSOR	UES	DATA
187/93	MARIA VITÓRIA PARACAMPO BORGES	ISEP	01.03.93

PORTARIA Nº 181/93-DP de 26.03.93
DISPENSAR da Função gratificada de Coordenador de Curso da EEMB, a Professora MARIA CÉLIA DA COSTA, a partir de 26.03 93. CP93/0008131-4

PORTARIA Nº 182/93-DP de 26.03.93
DESIGNAR a Professora CECÍLIA DE JESUS DIAS PENA, para exercer a função gratificada de Coordenador de Curso da EEMB, a partir de 26 de março de 1993. CP93/0008101-2

PORTARIA Nº 183/93-DP de 26.03.93
DESIGNAR a Professora MARIA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO FREITAS para exercer a função de Subcoordenadora de Curso da EEMB, a partir de 26 de março de 1993. CP93/0008093-8

ASSUNTO: Concede Progressão Horizontal de Professor Auxiliar I para Professor Auxiliar III, conforme discriminação abaixo:

PORTARIA	PROFESSOR	UES	DATA
208/93	FRANKLIN RONALDO MARTINS TAVARES	ESEF	01.04.93

Resumo de Contrato Administrativo pelo período de seis (06) meses, celebrado entre a Fundação Educacional do Estado do Pará na pessoa de seu Superintendente , Sr. Manoel Viegas Campbell Moutinho, os abaixo relacionados, de acordo com a Instrução Normativa nº 07, combinadá com a Lei Complementar nº 11/93. CP93/0008109-8

NOME	CARGO		
CLAUDIO DA COSTA TRINDADE	PROF.	COLABORADOR	20 hs.
ALBA MÁRCIA DA SILVA DE SOUZA	"	"	40 hs.
FRANCISCO DE ASSIS FURTADO DE OLIVEIRA	"	"	20 hs.
ELIANA CUTRIN KOTSCHOUBEY	"	"	20 hs.
MARIA SIDNEA DE SOUZA SOBRINHO	"	"	40 hs.

FUNDAÇÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

De acordo com a autorização da Casa Civil da Governadoria, em substituição ao mesmo número de ex servidores dispensados.

Contratante : Fundação de Telecomunicações do Pará - Funtelpa.
Contratados :
Nome : Maria do Socorro Severino Marques
Cargo : Telefonista I
Prazo : 15.04.93 a 14.10.93

Nome : Edilson Sousa Lopes
Cargo : Aux. Oper. Ud. Port. Externa I
Prazo : 15.04.93 a 14.10.93

Mauro Cezar Flautau Bonna
Presidente da Funtelpa

CP93/0008095-4

(Fat. nº 10.016844, Reg. nº 10.016844, Dia: 23/04/93)

AMAZONAS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S/A - AMASA - CGC/MF Nº 05.574.041/0001-05 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Prezados Acionistas: Cumprindo determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras de nossa sociedade, pertinentes ao exercício findo em 31/12/92, colocando-nos ao inteiro dispor para prestar-lhes quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Belém, 16 de março de 1993. A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 — EM CR$ 1.000,00

	31/12/92	31/12/91
ATIVO	22.033.586	1.669.330
CIRCULANTE	2.117.914	45.658
Caixa e Bancos	416.628	3.043
Créditos a Receber	1.417.079	20.567
Adtº Fornec. e Empregados	36.361	570
Depósitos restituíveis	78.798	428
Estoques	42.429	19.728
Despesas do Exerc. Seguinte	137.840	1.905
Outros Créditos	18.779	17
(-) Prov. p/Dev. Duvidosos	(30.000)	(600)
REALIZ. A LONGO PRAZO	925.660	77.921
Depósitos Compulsórios	738.026	54.654
Depósitos Judiciais	134.721	-
Outros	53.113	23.267
PERMANENTE	18.989.812	1.745.751
INVESTIMENTO	670.935	54.577
Part. Outras empresas	667.317	54.282
Aplic. p/Incent. Fiscais	3.618	295
IMOBILIZADO	18.318.877	1.691.174
Terrenos, Edif. e Obras	18.437.772	1.501.410
Máq. Ferr. e Equip.	16.012.782	1.327.297
Móveis e Instalações	10.169.199	827.768
Outras Imobilizações	341.364	16.900
(-) Deprec. Acumuladas	(26.662.240)	(1.982.201)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31/12/92	31/12/91
RECEITA BRUTA BENS/SERV.	8.512.098	624.817
(-) Impostos Inc. s/Vendas	(250.442)	(21.165)
RECEITA LÍQUIDA	8.261.656	603.652
(-) Custo Bens/Serv. Vend.	(4.967.162)	(401.857)
LUCRO BRUTO	3.294.494	201.795
OUTRAS REC. OPERACIONAIS	441.142	70.718
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		
Desp. Administrativas	(3.083.747)	(184.795)
Desp. c/Vendas	(373.211)	(18.553)
Desp. Trib. e Sociais	(90.913)	(22.108)
ENCARG. FINANC. LÍQ.	1.244.823	(91.730)
LUCRO/PREJ. OPERACIONAL	1.432.468	(44.673)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	35.401	2.270
(-) DESP. NÃO OPERACIONAIS	(5.629)	(2.157)
CORREÇÃO MONET. DO BALANÇO	(1.072.399)	194.823
RESULTADO LÍQ. EXERCÍCIO	389.841	150.263

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	31/12/92	31/12/91
ORIGENS		
Resultado Líq. do Exercício	389.841	150.263
Depreciações no Exercício	879.239	92.900
Correção Monet. Balanço	1.072.399	(194.823)
Corr. Monet.-Circulante	(198.863)	(18.981)
Vlr. Resid. Bens Baixados	25.724	2
Aumento Exig. Longo Prazo	134.721	-
TOTAL DAS ORIGENS	2.303.061	29.361
APLICAÇÕES		
Aumento no Imobilizado	62.683	278
Aumento no Investimento	-	1.153
Aumento Real. Longo Prazo	847.939	68.727
Aj. Exec. Ant/Red. Exig. L. Prazo	27.962	2.242
TOTAL DAS APLICAÇÕES	938.584	72.400
VARIAÇÃO CAP. CIRC. LÍQUIDO	1.364.477	(43.039)

	31/12/92	31/12/91
PASSIVO	22.033.586	1.669.330
CIRCULANTE	870.333	162.554
Fornecedores	305.625	16.601
Obrigações Trabalhistas	109	36
Obrigações Sociais	489.021	37.063
Obrigações Tributárias	75.570	585
Contas a Pagar	8	8
Receitas antecipadas	-	108.261
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Encargos Fiscais a Pagar	134.721	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.028.532	1.706.776
Capital social	2.272.480	341.182
Reserva de Capital	25.664.567	1.931.301
Reserva - Lei 8.200/91	14.240.114	1.158.333
Prejuízos Acumulados	(21.148.629)	(1.724.040)

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO

	31/12/92	31/12/91
Var. no Ativo Circulante	2.072.256	(6.329)
Var. no Passivo Circulante	707.779	36.710
Var. no Cap. Circ. Líquido	1.364.477	(43.039)

DEMONSTRAÇÃO DOS PREJUÍZOS ACUMULADOS

	31/12/92	31/12/91
Saldo no início Exercício	(1.724.040)	(239.987)
Correção Monetária	(19.786.468)	(1.634.316)
Lucro Líq. Exercício	389.841	150.263
Ajuste Exerc. Anterior	(27.962)	-
Saldo no fim Exercício	(21.148.629)	(1.724.040)

NOTAS EXPLICATIVAS

1) **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:**
   a) Os elementos constitutivos do Patrimônio Líquido bem como do Ativo Permanente foram corrigidos monetariamente com base no valor da UFIR da data do Balanço;
   b) O Ativo Imobilizado está registrado ao custo histórico, acrescido da correção monetária e depreciação pelo método linear às taxas que refletem a vida útil estimada dos bens;
   c) A provisão para devedores duvidosos foi constituída conforme taxa admitida pela legislação fiscal; e
   d) Os estoques foram avaliados pelo preço médio de compra e de produção.

2) **CAPITAL SOCIAL**
   -Está representado por 2.272.480 Ações Ordinárias Nominativas no valor nominal de Cr$1,00 cada uma.

TETSUZO HAYAKAWA — Diretor Presidente
EISUKE IGARASHI — Diretor Superintendente
TAIZO MOMOSE — Diretor Contábil-Financeiro
AKIRA MOGI — Diretor
IOCHICHICO TAKANO — Diretor
SACHIKO ONO — Contadora - CRC/PA-3264 CPF/MF 043.844.152-49

PORTARIA Nº 059 /93PGE-G Belém, 14 de abril de 1993

RESOLVE : DESIGNAR a Drª. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY, ocupante do cargo de Procuradora do Estado, para responder pelo expediente da Procuradoria Geral do Estado, durante a ausência do Procurador Geral do Estado, a partir do dia 14.04.93, cumulativamente com a Diretoria do Centro de Estudos.
DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
Procurador Geral do Estado
CP93/0011265-1

PORTARIA Nº 060 /93PGE-G Belém, 19 de abril de 1993

RESOLVE : DESIGNAR os servidores ANA MARIA GOMES RODRIGUES, Procuradora do Estado, EDUARDO HENRIQUE BASTOS, Técnico de Nível Superior II e ANA CLÁUDIA SOUZA MIRANDA, Técnico de Nível Superior I, para, sob a Presidência da primeira integrarem a Comissão de Processo Disciplinar incumbida de apurar os fatos noticiados no memorando nº 032 /93PGE-CE, e memorando nº 033/93PGE-CE, envolvendo o servidor ALADR ANTONIO BATISTA , matrícula nº 3083179 - 019, Agente de Portaria, lotado na Divisão de Recursos Humanos, e a servidora ADMA BARRA SALIM, Técnica de Nível Superior II, matrícula 3083063-019, lotado no Centro de Estudos desta Procuradoria Geral do Estado, devendo a Comissão iniciar os trabalhos tão logo seja publicada esta Portaria, notificando de tudo desde o início , os servidores envolvidos, juntando-se ao processo ora instaurado os autos do procedimento retro mencionado.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Suzy Elizabeth Cavalcante Koury
SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
Procuradora Geral do Estado
em exercício CP93/0011274-0

(Fat. nº 10.016790, Reg. nº 10.016790, Dia: 23/04/93)

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA JUDICIAL RELATIVO A PROCESSOS INICIADOS EM MARÇO DE 1993

MARÇO /93	AÇÕES CIVEIS	TRABALHISTAS	OUTROS
TOTAL GERAL 72	24	43	05

OBS : O quadro OUTROS inclui, Desapropriações Amigáveis , Pareceres, Processos Administrativos Diversos, etc.

JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
Procurador Geral do Estado
CP93/0011298-8

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA JUDICIAL RELATIVO A PROCESSOS INICIADOS EM JANEIRO DE 1993

JANEIRO/93	AÇÕES CIVEIS	TRABALHISTAS	OUTROS
TOTAL GERAL 69	19	41	09

OBS : O quadro OUTROS inclui, Desapropriações Amigáveis , Pareceres, Processos Administrativos Diversoso, etc.

CP93/0011305-4

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA JUDICIAL RELATIVO A PROCESSOS INICIADOS EM FEVEREIRO DE 1993

FEVEREIRO /93	AÇÕES CIVEIS	TRABALHISTAS	OUTROS
TOTAL GERAL 54	07	46	01

OBS : O quadro OUTROS inclui, Desapropriações Amigáveis , Pareceres, Processos Administrativos Diversos, etc.

JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
Procurador Geral do Estado
CP93/0011257-0

(Fat. nº 10.016791, Reg. nº 10.016791, Dia: 23/04/93)

MOTOGERAL AGROPECUARIA S/A. CGC/MF Nº 05.044.359/0001-84. EDITAL DE CONVOCAÇÃO: ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: Ficam convocados os Senhores Acionistas a comparecerem a Praça do Carmo nº 60, nesta cidade, no dia 30/04/93, às 11:00 horas, a fim de deliberarem a seguinte Ordem do Dia: **1. ORDINARIAMENTE:** a) Prestação de contas dos administradores, Exame, Discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/92; b) provação da Correção Monetária do Capital Social; c) Outros assuntos de interesse social. **2. EXTRAORDINARIAMENTE:** a) Alteração do Art. 5º do Estatuto Social; b) Outros assuntos de interesse social. Belém (PA), 20 de Abril de 1993. **PAULO AFONSO LIMA DA COSTA - DIRETOR PRESIDENTE.**

(Fat. nº 10.016772, Reg. nº 10.016772, Dias: 22, 23 e 26/04/93)

MAGINCO COMPENSADOS S.A.
CGC: 04.781.837/0001-76
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas, a se reunirem cumulativamente em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária no dia 30.04.93 às 10:00 h., na sede da Empresa à Rod. BR-316 Km 12 nº 2184, Ananindeua-PA., para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

1- Apreciar o Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.92 e decidir sobre a destinação dos Resultados; 2- Aprovar a Correação da expressão Monetária do Capital e sua realização; 3- Fixar a remuneração dos administradores; 4- O que ocorrer.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1- Aumento do capital Social Autorizado; 2- Ratificação das decisões da AGO; 3- Criação de novo cargo na Diretoria e outras Alterações Estatutárias; 4- O que ocorrer.

COMUNICADO - Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos de que trata o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, tendo o Balanço e as Demonstrações Financeiras publicados em 01.04.93.

Ananindeua (PA), 23.04.93. O Conselho Administrativo.

(Fat. nº 10.016810, Reg. nº 10.016810, Dias: 23, 26 e 27/04/93)

MASO INDUSTRIAL S/A. - CGC/MF 15.254.139/0001-39 - Assembléia Gerais Ordinária e Extraordinária - CONVOCAÇÃO - Convocamos os senhores acionistas desta sociedade a reunirem-se em Assembléia gerais ordinária e extraordinária, a serem realizadas cumulativamente às 18:00 hs do dia 30 de abril de 1993, em sua sede social a Rua Magalhães nº 543, BR 316 Km 2, nesta cidade, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A.G.O. - a) Leitura, discussão e aprovação das contas dos Administradores e das Demonstrações Financeiras (contábeis) relativas ao exercício social encerrado em 31.12.92; b) Aprovação da correção monetária do Balanço e da Capitalização da Reserva de capital; c) Proceder a eleição da Diretoria e Conselho de Administração. A.G.E. - a) Aumento do Capital Autorizado; b) Aprovar as alterações Estatutárias; c) O que ocorrer. Ananindeua-PA, 20 de abril de 1993. Raymundo Pinto de Oliveira - Diretor-Presidente.

(Fat. nº 10.016836, Reg. nº 10.016836, Dias: 23, 26 e 27/04/93)

Resumo dos Estatutos do Sindicato da Agro-Indústria Tabageira do Estado do Pará - SAITEP - Capítulo I - Fins do Sindicato. Art. 1º: O Sindicato da Agro-Indústria Tabageira do Estado do Pará, com sede no Município de Belém, Estado do Pará, e constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica da agro-indústria tabageira, com base territorial no Estado do Pará, com intuito de colaboração com os Poderes Públicos e demais Associações, no sentido da solidariedade social e da sua subordinação aos interesses nacionais. Art. 2º: São prerrogativas: representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da sua categoria ou os interesses individuais de seus associados. Art. 3º: São deveres do Sindicato. Art. 4º: São condições de funcionamento do sindicato. Art. 6º: Dos direitos e deveres dos associados. Art. 14º das eleições. Art. 15º da administração. Art. 24 - das assembléias gerais. Art. 35/47 do patrimônio, dissolução e alteração.

(G.Reg.45.946)

(Fat. nº 10.016799, Reg. nº 10.016799, Dia: 23/04/93)

DEPARTAMENTO REGIONAL DE OPERAÇÃO DE TUCURUI
C.G.C.: 00.357.038/0036-46
AVISO DE LICITAÇÃO

ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, torna público que, nos termos do Decreto Lei 2.300 de 21.11.86 e suas alterações e do Regulamento de Habilitação, Licitação e Contratação da ELETROBRÁS e normas internas, receberá no seguinte endereço: Rodovia BR 422 KM 13 - Setor de Suprimentos - Tucuruí-PA, inscrita no CGC(MF) sob o nº 00.357.038/0036-46, diariamente de 14:00 às 17:00 horas até a data limite de 10.05.93, propostas lacradas para o fornecimento do seguinte serviço: TOMADA DE PREÇOS ORTC 24010/93 - prestação pelo fornecedor, de serviços com motoristas habilitados a conduzir veículos leves e pesados no âmbito do Departamento Regional de Operação de Tucuruí-ORTC. As propostas serão abertas pela Comissão Especial de Tomada de Preços no dia 11.05.93, às 09:00 horas, no seguinte endereço: Rodovia BR 422 KM 13 Divisão Administrativa - Tucuruí-PA. É condição básica para se habilitar a prestação do serviço acima descrito estar o proponente cadastrado na ELETRONORTE no serviço acima até a data limite de apresentação das propostas. Obtenção do Edital e esclarecimentos Rodovia BR 422 KM 13 - Setor de Suprimentos - seção de aquisição - Tucuruí-PA, telefone (091) 787-2010 ramais 7073 e 7203 a partir de 22.04.93.

(Fat. nº 10.016795, Reg. nº 10.016795, Dias: 23, 26 e 27/04/93)

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIA Nº 057/93PGE-G Belém, 12 de abril de 1993

CONSIDERANDO a necessidade de ditribuir melhor os servidores da Procuradoria Geral do Estado, de tal modo que os serviços possam ser executados com maior presteza;
CONSIDERANDO que a Divisão de Finanças está desfalcada de funcionários;

RESOLVE : REMANEJAR o servidor MARCOS ALCÂNTARA HOUAT, mat 3084760 - 014, para a Divisão de Finanças.
DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

JOAQUIM LEMOS GOMES DE SOUZA
Procurador Geral do Estado
CP93/0011273-2

DENDÊ DO TAUÁ S/A - DENTAUÁ - CGC 04719651/0001-76. Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação e deliberação dos senhores acionistas, o balanço Patrimonial e a correspondente Demonstração do Resultado do Exercício Origem e Aplicação de Recursos e Mutações do Patrimônio Líquido, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992. Os documentos apresentados, assim como, as respectivas Notas Explicativas oferecem aos senhores acionistas um amplo conhecimento da situação econômica e financeira da sociedade. Encontra-se a Administração da sociedade, a disposição dos senhores acionistas para qualquer esclarecimento que se fizerem necessários. Santo Antonio do Tauá-Pa., 31.12.1992.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.1992

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	[illegible]	80.950.748,10
DISPONÍVEL	[illegible]	11.711.252,71
Caixa	[illegible]	27.798,20
Bancos Conta Movimento	15.061.796,05	3.453.377,51
Aplicações Financeiras	1.797.158,91	7.841.076,11
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	[illegible]	69.239.195,39
Duplicatas a Receber	0	16.397.715,20
Títulos a Receber - Empresa	[illegible]	181.735,00
Estoque	[illegible]	30.969.038,00
Outros	[illegible]	5.791.852,35
IMOBILIZADO	[illegible]	94.961.594,42
Obras e Instalações Subterrâneas	1.750.076.554,62	14.565.131,76
Terrenos	66.015.410,11	6.813.929,60
Instalações	190.066.228,12	9.766.545,68
Edificações	709.503.331,40	65.033.992,90
IMOBILIZADO EM CURSO	119.905.620,27	9.584.084,66
Construção em Andamento	119.905.620,27	9.584.084,66
IMOBILIZADO OPERACIONAL	6.256.644.848,78	416.343.798,73
Máquinas e Equipamentos	6.828.507.118,02	555.451.198,59
Aparelhos e Equipamentos	384.509.614,44	30.084.284,27
Veículos	1.254.861.944,30	95.116.676,23
Móveis e Utensílios	185.902.440,85	15.121.860,64
Imóveis	1.213.086,02	98.676,16
(-) Depreciação Acumulada	(5.396.209.354,85)	(277.528.897,36)
INVESTIMENTOS	154.767.141,93	11.293.498,02
Participação em Empresas	116.709.475,40	9.493.498,02
Ações Telepará	38.057.666,53	1.800.000,00
DIFERIDO	111.012.071,52	9.030.119,45
Estudos e Projetos	61.239.550,55	6.149.459,51
Organização e Reorganização	25.192.306,48	2.529.722,65
Gastos e Implantação	59.515.734,93	5.976.360,12
(-) Amortização Acumulada	(34.034.720,44)	(5.625.422,83)
TOTAL DO ATIVO	5.557.214.643,24	624.182.842,40

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	[illegible]	32.147.043,90
Fornecedores	[illegible]	[illegible]
Impostos a Recolher	[illegible]	17.796.483,25
Contas Correntes Diversas	[illegible]	7.285.951,77
Financiamento	[illegible]	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	[illegible]	[illegible]
Empréstimos - BNDES	[illegible]	313.967.316,45
Outros	-	662.796,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	[illegible]	[illegible]
Capital Social Realizado	[illegible]	78.563.303,29
Reservas de Capital	[illegible]	217.994.331,00
Reservas de Lucros	[illegible]	86.280.620,61
Lucro Líquido do Exercício	[illegible]	16.202.777,85
Capital Social a Realizar	[illegible]	[illegible]
RESERVAS		
Lucro Inflacionário a ser realizado	65.230.650,01	7.018.923,93
Reserva de Capital	2.978.266.800,02	217.994.331,00
Prejuízo de Exercício Anteriores	(639.329.368,50)	(55.367.050,80)
Resultado da Correção Monetária Especial	16.202.777,85	1.317.952,51
Resultado do Período	(1.739.185.692,15)	866.228,02
TOTAL DO PASSIVO	5.557.214.643,24	624.182.842,40

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	1992	1991
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTA	2.039.626.419,00	343.396.803,00
Vendas de Produtos	(291.528.584,02)	(59.566.779,53)
(-) Dedução de Vendas	1.748.097.834,98	283.830.103,47
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(2.165.054.304,28)	(177.149.020,05)
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	(416.956.469,30)	106.681.083,42
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(4.271.938.335,03)	(315.550.727,92)
DESPESAS OPERACIONAIS	(4.688.894.805,33)	(208.869.644,50)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	(175.764,75)	(375.020,61)
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	61.302.763,21	15.341.634,65
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	(4.627.767.806,87)	(193.903.030,46)
RESULTADO DO PERÍODO LÍQUIDO	2.888.582.114,72	195.028.001,92
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PERÍODO	(1.739.185.692,15)	1.124.971,46
RESULTADO DO EXERCÍCIO		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 1992

	CAP. SOCIAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.91	45.717.946,00	171.829.815,57	217.547.761,57
Aumento com Reservas	217.994.331,00		217.994.331,00
Lucros Acumulados		86.280.620,61	86.280.620,61
Correção M. Especial		16.202.777,85	16.202.777,85
Reserva de Capital		2.806.436.987,35	2.806.436.987,35
Prejuízo de Ex. Anterior		(639.329.368,50)	(639.329.368,50)
Resultado do Exercício		(1.739.185.692,15)	(1.739.185.692,15)
SALDO EM 31.12.1992		702.235.140,73	965.947.417,73

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - 1992

ORIGENS DE RECURSOS	1992	1991
Lucro Líquido do Exercício	-0-	866.228,02
Depreciações e Amortizações	1.204.136.240,20	68.680.531,73
Variação Monetárias	3.812.582.069,95	268.507.511,17
TOTAL DAS ORIGENS	5.016.718.310,16	338.054.270,92
APLICAÇÕES		
Prejuízo do Exercício	1.739.185.692,15	-0-
Aumento do Ativo Imobilizado	97.607.408,40	91.148.243,18
Variação do Capital Circulante	291.341.094,89	51.878.025,82
Correção Monetária Credora	2.888.584.114,72	195.028.001,92
Correção Monetária Credora	2.888.584.114,72	195.028.001,92
TOTAL DAS APLICAÇÕES	5.016.718.310,16	338.054.270,92

DEMONSTRAÇÕES DA VARIAÇÃO DO CIRCULANTE LÍQUIDO EM 1992

Em 31.12.1992	Em 31.12.1991	VARIAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	745.028.644,59	80.950.748,10	664.077.896,49
PASSIVO CIRCULANTE	404.883.845,50	32.147.043,90	372.736.801,60
CIRCULANTE LÍQUIDO	340.144.799,09	48.803.704,20	291.341.094,89

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: - A sociedade objetiva a industrialização e comercialização de produtos agrícolas, agroindustriais, plantações, e mercadorias em geral, adubos, fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas. **2 - PRÁTICA CONTÁBEIS:** - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6.404/76 de 15.12.76, e Dec. Lei 1.598 de 26.12.77. **3 - ESTOQUES:** - Os materiais existentes em estoques foram avaliados a preços de mercado. **4 - CAPITAL SOCIAL:** - O capital social autorizado é de Cr$ 400.000.000,00 (Quatrocentos milhões de cruzeiros), representado por Cr$ 100.000.000,00 (Cem milhões de cruzeiros), em ações ordinária e Cr$ 300.000.000,00 (Trezentos milhões de cruzeiros), em ações preferenciais, classe A. O capital social integralizado é de Cr$ 263.712.277,00 (Duzentos e sessenta e três milhões, setecentos e doze mil, duzentos e setenta e sete cruzeiros), representado por 72.222.601 ações Ordinárias que corresponde a um valor de Cr$ 72.222.601,00 (Setenta e dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e hum cruzeiros), e por 191.489.676 ações preferenciais, classe A, que corresponde a um valor de Cr$ 191.489.676,00 (Cento e noventa e hum milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e setenta e seis cruzeiros), em ações preferenciais classe A. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** - Tsuyoshi Yamaguchi - Presidente; Ichitaro Ishihara - Conselheiro; Sanshiro Yamaoka - Conselheiro; Kumiko Ar[illegible] - Conselheiro. **DIRETORIA** - TSUYOSHI YAMAGUCHI - Diretor Presidente; ICHITARO ISHIHARA - Vice-Presidente. EURIDES SANTOS LEÃO - Contador CRC 5040 PA CIC 037.232.672-20.

(Fat. nº 10.016811, Reg. nº 10.016811, Dia: 23/04/93)

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ

AVISO DE EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/93

A Comissão de Licitação constituída pela Portaria nº 066 /93 do Gabinete da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, comunica aos senhores interessados que encontra-se à disposição o EDITAL DE LICITAÇÃO para a TOMADA DE PREÇOS referente a aquisição de 06 (Seis) Veículos, para a Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA.

O edital contendo as condições, poderá ser adquirido junto à Comissão de Licitação à Av.Magalhães Barata nº 1136.

Belém,20 de abril de 1993

LUIZ RENATO FRANCO HAGMANN DE FIGUEIREDO
Presidente da Comissão de Licitação
CP93/0008145-4

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ-HEMOPA
AVISO DE EDITAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/93

A Comissão de Licitação constituída pela Portaria nº 067/93 do Gabinete da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, comunica aos senhores interessados que encontra-se à disposição o EDITAL DE LICITAÇÃO para a TOMADA DE PREÇOS referente a INFORMATIZAÇÃO DA ÁREA DE HEMOTERAPIA DO HEMOPA:1)Prestação de Serviços de Desenvolvimento de Sistema Computadorizado;2)Fornecimento de Equipamentos de Informática e Acessórios;3)Prestação de Serviços de Instalação Elétrica e Lógica de Equipamentos de Informatica;4)Fornecimento de Software de Base e de Apoio; para a Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA.

O edital contendo as condições, poderá ser adquirido junto à Comissão de Licitação à Av.Magalhães Barata 1136.

Belém,20 de abril de 1993

DRA. MARIA LUIZA MIRANDA MOUTINHO DA CONCEIÇÃO
Presidente da Comissão de Licitação
CP93/0008161-6

(Fat. nº 10.016786, Reg. nº 10.016786, Dia: 23/04/93)

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.

C.G.C. Nº 04.895.728/0001-80

ASSEMBLÉIAS GERAIS
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

- EDITAL DE CONVOCAÇÃO -

Ficam convocados os Senhores Acionistas da CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.-CELPA, para as reuniões de Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a terem início no próximo dia 30.04.93, às 10:00 horas, na Sede da Sociedade, na Av. Magalhães Barata nº 209, nesta Cidade, a fim de deliberarem sobre os assuntos constantes dos itens abaixo:

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

I - Tomada das Contas da Administração, Exame, Discussão e Votação das Demonstrações Financeiras, do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.92;

II - Aprovação da Correção da Expressão Monetária do Capital Social em 31.12.92 e respectivo aumento do Capital;

III - Eleição do Presidente da Assembléia Geral para o biênio 1993/1994;

IV - Eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração para o biênio 1993/1994;

V - Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para o exercício de 1993 e fixação da respectiva remuneração.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

I - Alteração do art. 5º do Estatuto Social,em consequência das modificações havidas no Capital;

II - O que ocorrer.

Belém, 15 de abril de 1993

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CP93/0007673-6

AVISO DE EDITAIS

A CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A-CELPA avisa aos interessados que realizará em seu Escritório Central, sito a Av. Magalhães Barata nº 209, nesta Cidade, através das Comissões designadas as seguintes licitações:

EDITAL/TOMADA DE PREÇOS

ASCOT-010/93-Aquisição de Acessórios de Transformadores para atender a SE D. Elisa. Abertura: 07/05/93 às 09:00h. ASCOT-011/93-Aquisição de Transformadores para atender a SE Ananindeua e Mãe do Rio. Abertura: 07/05/93 às 11:00h. ASCOT-012/93-Aquisição de Transformadores de potencial para atender SE Mãe do Rio e Transformadores de Corrente para atender a SE Paragominas. Abertura: 07/05/93 às 15:00h. ASCOT-013/93-Aquisição de Transformadores de potencial para atender SE Mãe do Rio. Abertura: 10/05/93 às 09:00h. ASCOT-014/93-Aquisição de Transformadores de corrente para atender SE Mãe do Rio. Abertura: 10/05/93 às 11:00h. ASCOT-015/93-Aquisição de Transformadores de corrente para atender SE Mãe do Rio e Santa Maria. Abertura: 10/05/93 às 15:00h. ASCOT-016/93-Aquisição de Transformadores de potencial para atender SE Paragominas e Mãe do Rio. Abertura: 11/05/93 às 09:00h. ASCOT-017/93-Aquisição de Transformadores de potencial para atender SE Santa Maria. Abertura: 11/05/93 às 11:00h. ASCOT-018/93-Aquisição de Transformadores de potencial para atender SE Tailândia. Abertura: 11/05/93 às 15:00h. ASCOT-019/93-Aquisição de Transformadores de corrente para atender SE Tailândia. Abertura: 11/05/93 às 16:00h.

EDITAL/CONCORRÊNCIA

ASCOT-007/93-Aquisição de chaves seccionadoras fusíveis para SE Paragominas, Mãe do Rio e Santa Maria. Abertura: 26/05/93 às 09:00h.

Os referidos editais encontram-se à disposição dos interessados na Assessoria de Contratação, a partir do dia 26/04/93 no horário comercial, ao preço de Cr$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros) para cada Tomada de Preços e Cr$ 500.000,00 (Quinhentos mil cruzeiros) para a Concorrência.

Belém, 20 de abril de 1993.
Assessoria de Contratação
DIRETORIA DE ENGENHARIA
CP93/0007681-7

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - CELPA, avisa aos interessados que irá realizar no Centro de Apoio Operacional- CAO sito à Rod. Augusto Montenegro Km 8,5, sl nº 01, galpão 1 nesta Cidade, através das comissões, as seguintes licitações:

TP-DESUP-DEARH-024/93. - Aquisição de Extintores. Abertura 07.05.93 às 09:00h;

TP-DESUP-SUROE-025/93. - Aquisição de um Micro-Trator. Abertura 07.05.93 às 10:00h;

TP-DESUP-DESUP-026/93. - Aquisição de Ferragens. Abertura 07.05.93 às 11:00h;

TP-DESUP-DESUP-027/93. - Aquisição de Elos e Cartuchos porta-Fusíveis. Abertura 10.05.93 às 09:00h;

TP-DESUP-DESUP-028/93. - Aquisição de Isoladores. Abertura 10.05.93 às 10:00h;

TP-DESUP-DESUP-029/93. - Aquisição de Conectores. Abertura 10.05.93 às 11:00h;

TP-DESUP-DESUP-030/93. - Aquisição de Preformados.Abertura 11.05.93 às 09:00h;

TP-DESUP-SEMEG-031/93. - Aquisição de Ferramentas e Equipamentos. Abertura 11.05.93 às 10:00h

CONCORRÊNCIA-DESUP-DESUP-006/93. - Aquisição de Fios e Cabos Elétricos. Abertura 24.05.93 às 09:00h;

CONCORRÊNCIA-DESUP-DESUP-007/93. - Aquisição de Chaves Seccionadoras, Fusíveis e Magnéticas. Abert. 24.05.93 às 11:00h;

CONCORRÊNCIA-DESUP-DESUP-008/93. - Aquisição de Capacitores. Abertura 25.05.93 às 09:00h;

CONCORRÊNCIA-DESUP-DESUP-009/93. - Aquisição de Material para Iluminação Pública. Abertura 25.05.93 às 10:00h.

Belém, 21 de abril de 1993

DIRETORIA FINANCEIRA
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS
CP93/0008389-9

(Fat. nº 10.016770, Reg. nº 10.016770, Dia: 23/04/93)

ERRATA

No Balanço de FÓSFOROS DO NORTE S/A - FOSNOR, Publicado na página 10 do 2º caderno do Diário Oficial nº 27.451, de 20/04/93, onde se lê: imobilizações técnicas 22.130.489, leia-se: imobilizações técnicas 22.130.089.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES

PORT. Nº262 de 23 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo ao servidor ALEXANDRE AUGUSTO MOREIRA DE OLIVEIRA,no valor de Cr$1.000.000,00(UM MILHÃO DE CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.247.3203.3120 e 08.48.247.4203.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011282-1

PORT. Nº265 de 24 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora REGINA WANZELLER GRANHEN TNS,no valor de Cr$1.000.000,00(UM MILHÃO DE CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.247.4239.3120.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas CP93/0011249-0

PORT. Nº316 de 19 de março de 1993-DESIGNAR os servidores GILVÂNIA MANDES SOROTHEAU CORRÊA(TNS),NELSON RICARDO SARAIVA GOMES(AA)e JOÃO DE DEUS PAMPLONA DA SILVA(TNS),para sob a presidênica do primeiro constituirem a Comissão de Licitação na modalidade Carta Convite,sob o nº011/93-FCPTNM,com a finalidade de proceder aquisição de materiais para o II SALÃO PARAENSE DE ARTE CONTEMPORÂNEA -II SPAC,a abertura da referida Licitação está prevista para o dia 23.04.93,às 10:00horas,na sala da Comissão de controle Interno - CCI,no 4º andar do prédio do CENTUR - Av. Gentil Bittencourt,650 CP93/0011258-9

PORT. Nº281 de 29 de março de 1993- CONCEDER de acordo com o Art. 92º,Item II da Lei 749/53,a servidora IZABEL CRISTINA DA COSTA FLEXA,15(QUINZE)dias de Licença para acompanhar pessoa da família no período de 26.02.93 a 12.03.93. CP93/0011306-2

PORT. Nº222 de 15 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo ao servidor PAULO ROBERTO SANTANA FURTADO,Técnico Cultural,no valor de Cr$1.5000.000,00 (UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.247.4203.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dia a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011241-4

PORT. Nº224 de 15 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora LÉA MARIA BRITO PONTES CAMAROTTI,Coordenadora,no valor de Cr$7000.000,00 (SETECENTOS MIL CRUZEIROS),dentro da rubrica nº 08.48.247.4203.3120 e 08.48.247.4203.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ) dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011299-6

PORT. Nº216 de 10 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora MARIA BERNADETE GOMES TAVARES,Servente,no valor de Cr$4.000.000,00(QUATRO MILHÕES DE CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.07.021.2034.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ) dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011233-3

PORT. Nº233 de 16 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo ao servidor AUGUSTO OCTÁVIO DOS SANTOS CARVALHO,A.A.,no valor de Cr$15.000.000,00(QUINZE MILHOES DE CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.147.4203.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias acontar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO) dia do prazo espirado para legalização das despesas CP93/0011291-0

PORT. Nº234 de 16 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo ao servidor JOSÉ RIBAMAR CHACON PINTO,Técnico Cultural,no valor de Cr$1.000.000,00 (UM MILHÃO DE CRUZEIROS)dentro da rubrica 08.48.247.4239.3120 e 08.48.247.4239.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011250-3

PORT. Nº243 de 19 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora MARIA ROSA FERREIRA LOURENÇO,TNS,no valor de Cr$900.000,00(NOVECENTOS MIL CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.47.247.4021.3120.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10 (DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011292-9

PORT. Nº249 de 19 de março de 193-CONCEDER suprimento de fundo a servidora ELIANE RICARDO DE OLIVEIRA ,TNS,no valor de Cr$700.00,00(SETECENTOS MIL CRUZEIRO),dentro da rubrica 08.48.247.4023.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ) dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011266-0

PORT. Nº293 de 06 de abril de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora BEATRIZ PINTO COSTA,A.A. no valor de Cr$2.000.000,00(DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.247.4239.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas CP93/0011234-1

PORT. Nº285 de 30 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora GILVÂNIA MENDES SIROTHEAU CORREA,coordenadora, no valor de Cr$1.000.000,00 (UM MILHÃO DE CRUZEIROS),dentro da rubricaa nº 08.48.247.4020.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011218-0

PORT. Nº274 de 25 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora MYLENE COELHO FRANCO MARQUES,TNS,no valor de Cr$1.000.000,00(UM MILHÃO DE CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.247.4239.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ) dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011293-7

PORT. Nº240 de 17 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora BEATRIZ PINTO COSTA,A.A., no valor de Cr$1.000.000,00(UM MILHÃO DE CRUZEIROS), dentro da rubrica nº08.48.247.4020.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011210-4

PORT. Nº235 de 16 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo ao servidor NILSON SERRÃO DE OLIVEIRA ,Técnico Cultural,no valor de Cr$900.000,00(NOVECENTOS MIL CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.47.247.4239.3120.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011296-1

PORT. Nº231 de 16 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora CELINA DO SOCORRO CHAVES DE LIMA,TNS,no valor de Cr$15.000.000,00(QUINZE MILHÕES DE CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.247.4203.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011294-5

PORT. Nº232 de 16 de março de 1993- CONCEDER suprimento de fundo a servidora FERNANDA PAULA TAVARES ,TNS,no valor de Cr$15.000.000,00(QUIZE MILHOÊS DE CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.247.4203.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ) dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011287-2

PORT. Nº221 de 15 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora RITA DE CÁSSIA DELLEZA FERRADAES,Datilógrafa,no valor de Cr$1.000.000,00 (UM MILHÃO DE CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.247.4239.31.20 e 08.48.247.4239.3132.Devendo efetuarprestação de conta no prazo de 10 (DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011307-0

PORT. Nº298 de 13 de abril de 1993-CONCEDER de acordo com o Art. 92º,Item I da Lei 749/53,60(SESSENTA) dias de Licença para Tratamento de Sûde ao servidor JOSÉ RONALDO AMORAS CHAVES,no período de 05.03.93 03.05.93. CP93/0011242-2

PORT. Nº294 de 12 de abril de 1993-CONCEDER o servidor ARTHUR LEANDRO DE MORAES MAROJA,para responder pela Diretoria dos Memoriais e Museu do Círio,no período de 01.03.93 a 30.03.93. CP93/0011225-2

PORT. Nº213 de 05 de março de 1993-CONCEDER de acordo com o Art. 090 da Lei 749/53,de 24.12.53,30(TRINTA)dias de Férias consecutivos ao servidor JOEL EVERGILIO DA COSTA BORGES,colocado à disposição desta Fundação Cultural,através da portaria de nº00989 de 12.04.92,no período de 01.02.93 a 02.03.93 relativo ao exercício de 1993. CP93/0011217-1

PORT. Nº214 de 05 de março de 1993-CONCEDER de acordo com o Art.090 da Lei 749/53,de 24.12.53,30(TRINTA)dias de Férias consecutivos ao servidor AIRTON COSTA,no período de 01.02.93 à 02.03.93 relativo ao exercício de 1993. CP93/0011209-0

AVISO DE FÉRIAS Nº015/93- Comunicamos qua de acordo com os Artigos 129 e 130 da CLT,o funcionário ADENAUER JATENE DE SOUZA,entrará em gozo de férias a partir do dia 11.04.93,relatico ao período aquisitivo de 01.09.91 a 31.08.92,devendo retornar ao trabalho em 01.05.93. CP93/0011201-5

AVISO DE FÉRIAS Nº016/93-comunicamos que de acordo com os Artigos 129 e 130 da CLT,ao funcionêrio ANSELMO GOMES BAIA,entrará em gozo de férias a partir do dia 26.04.93 relativo ao período aquisitivo de 01.04.92 a 31.03.93,devendo retornar ao trabalho em 18.05.93. CP93/0011193-0

PORT. Nº314 de 15 de abril de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora MARIA SONIA DA COSTA MASSOUD,Técnica Cultural,no valor de Cr$3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.247.4239.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011226-0

PORT. Nº286 de 01 de abril de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidoraROSILDA RAMOS SANTANA,Técnico de Nível Superior,no valor de Cr$500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.022.4016.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011202-3

PORT. Nº308 de 14 de abril de 1993- TORNAR SEM EFEITO as férias da funciomária ELANIR MARIA DE SOUZA MACHADO,concedidas através da portaria nº705 de 12.08.92 publicada no D.O.E. nº27.288 de 21.08.92. CP93/0011198-1

PORT. Nº306 de 12 de abril de 1993- CONCEDER de acordo com o Art. 1º da Lei 5.099,de 30.11.83 e considerando os termos do parecer exarado no Processo nº93727/91,01(um)mês de Licença Especial a servidora IRACEMA MAUÉS VILHENA,servente,no período de 22.03.93 a 20.04.93, referente ao quinquênio de 23.10.87 a 22.10.92. CP93/0011194-9

PORT. Nº309 de 14 de abril de 1993- CONCEDER de acordo com o Art. 90º da Lei 749/53,30(TRINTA)dias de férias consecutivos ao servidor MARCEL ANDRÉ BRAUN SARMENTO,no período de 01.04.93 a 30.04.93,relativo ao período de 1992. CP93/0011211-2

PORT. Nº307 de 14 de abril de 1993- CONCEDER de acordo com o Art. 92º,Item I da Lei 749/53,14 (QUATORZE)dias de Licença para Tratamento de Saúde,a servidora KEILA MARIA RODRIGUES SOARES,no período de 04.02.93 a 17.02.93. CP93/0011195-7

PORT. Nº305 de 12 de abril de 1993- CONCEDER de acordo com o Art. 1º da Lei 5.099,de 30.11.83 e considerando os termor do Processo nº3727/91,02 (DOIS) meses de Licença Especial ao servidor PEDRO ANTONIO DOS SANTOS, Auxiliar Técnico,no período de 04.03.93 a 30.05.93,referente ao quinquênio de 01.04.87 a 31.03.92. CP93/0011203-1

PORT. Nº302 de 13 de abril de 1993-DESIGNAR a servidora MARIA ALFREDINA FERREIRA BARROSO,para responder pela Coordenadoria de Turismo e Promoções e Centro de Convenções,no período de 05.04.93 a 04.05.93,período em que o titular estará em gozo de férias CP93/0011197-3

PORT. Nº301 de 13 de abril de 1993- DESIGNAR a servidora MARIA ALFREDINA FERREIRA BARROSO,para responder pela Coordenadoria de Turismo e Promoções e Centro de Convenções,no período de 29.03.93 a 31.03.93 durante o impedimento de titular. CP93/0011219-8

PORT. Nº300 de 13 de abril de 1993- DESIGNAR a servidora MARIA DO CÉU BRAGA MARTINS,para responder pela Coordenadoria de apôio à Bibliotecas, no dia 29.03.93,durante o impedimento do titular. CP93/0011277-5

PORT. Nº304 de 13 de abril de 1993-DESIGNAR a servidora Profa. CÉLIA COELHO BASSALO,para responder pela Secretaria Adjunta,no período de 07.04.93 a 11.04.93 durante o impedimento de titular. CP93/0011267-8

PORT. Nº303 de 13 de abril de 1993-CONCEDER de acordo com o Art. 107º da Lei 749/53,conbinado com o Art 7º, Item XVIII da Constituição Federal 120 (CENTO E VINTE)dias de Licença Gestante,no período de 18.02.93 a 17.06.93,a servidora LEOMARINA ARAÚJO DE FRANCA. CP93/0011275-9

PORT. Nº297 de 13 de abril de 1993-CONCEDER de acordo com o Art. 92º,Item II da Lei 749/53,04(QUATRO) dias de Licença para Acompanhar pessoa da família,à servidora MARIA DO SOCORRO TEIXEIRA DA SILVA,no período de 02.03.93 a 05.03.93. CP93/0011284-8

PORT. Nº250 de 19 de março de 1993- CONCEDER suprimento de fundo a servidora ELAINE MERIA MATOS SOARES A.Administrativo,no valor de Cr$1.000.000,00(UM MILHÃO DE CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.247.4203.3120 e 08.48.247.4203.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º (TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011251-1

PORT. Nº251 de 19 de março de 1993- CONCEDER suprimento de fundo a servidora MARIA ALICE BELA CRUZ,TNS no valor de Cr$500.000,00(QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), dentro da rubrica 08.48.247.4023.3120 e 08.48.247.4023.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011236-8

PORT. Nº248 de 19 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora IONELI AZEVEDO MELO,A.Administrativo,no valor de 1.000.000,00(UM MILHÃO DE CRUZEIROS)dentro da rubrica 08.48.247.4020.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10 (DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011228-7

PORT. Nº247 de 19 de março de 1993- CONCEDER suprimento de fundo a servidora GUIOMAR DO SOCORRO DA ROCHA MOREIRA,Cr$2.100.00,00(DOIS MILHOÊS E CEM CRUZEIROS)dentro da rubrica 08.48.247.4203.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ) dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011235-0

PORT. N246 de 19 de março de 1993- CONCEDER suprimento de fundo a servidora VERA LÚCIA DIAS RAMOS ,TNS,no valor de 900.000,00(NOVECENTOS MIL CRUZEIROS) dentro da rubrica 08.48.022.4016.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011244-9

PORT. Nº244 de 19 de março de 1993- CONCEDER suprimento de funo a servidora MARIA DA CONCEIÇÃO PINA DE CARVALHO,no valor de Cr$700.000,00(SETECENTOS MIL CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.48.247.4021.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ) dias a contar do 31º(TRIGÉSIMO PRIMEIRO)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011243-0

PORT. Nº 263 de 23 de março de 1993-CONCEDER suprimento de fundo a servidora LÚCIA HELENA SANTOS RIBEIRO,Coordenadoria,no valor de Cr$2.000.000,00(DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS),dentro da rubrica 08.07.021.2034.3132.Devendo efetuar prestação de conta no prazo de 10(DEZ)dias a contar do 31º(trigésimo primeiro)dia do prazo expirado para legalização das despesas. CP93/0011227-9

(Fat. nº 10.016788, Reg. nº 10.016788, Dia: 23/04/93)

FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR SOCIAL DO PARÁ

Tornar sem efeito a Publicação e o Contrato Administrativo nº 06.042/92 por prazo determinado de Servidor Temporário, celebrado entre a Fundação do Bem Estar Social do Para e George Alex Barroso Duarte, publicado no D.O.E nº 27.430 do dia 19 de março de 1993, Fat. nº 10.015802, Reg. nº 10.015802.

Belém, 22 de abril de 1993

RAIMUNDO NONATO BARBOSA LIMA
Presidente
CP93/0008155-1

Tornar sem efeito as Publicações e o Contrato Administrativo nº 11.115/92 por prazo determinado de Servidor Temporário, celebrado entre a Fundação do Bem Estar Social a Alexandre Barbosa da Cunha Araújo, publicado no D.O.E nº 27.22. do dia 25 de maio de 1992, Fat. nº 10.009[illegible]4,Reg. nº 10.009074, assim como o 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo,publicado no D.O.E nº 27.361 do dia 7 de dezembro de 1992, Fat. nº 10013754, Re.nº10013[illegible]4 e o 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo , publicado no D.O.E nº 27.432 do dia 23 de março de 1993, Fat. nº 10015889, Reg. nº 10015889.

Belém, 22 de abril de 1993

RAIMUNDO NONATO BARBOSA LIMA
Presidente
CP93/0008186-1

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS POR PRAZO DETERMINADO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ E AS PESSOAS ABAIXO RELACIONADAS, COMO MELHOR SE DECLARA:

Contratante: Fundação do Bem Estar Social do Pará.
Prazo: 06(seis) meses a contar de 19 de abril de 1993 à 19 de outubro de 1993.
Dotação Orçamentária: 23.201-15.07.021.4-053
11.101-3.1.1.0-3.1.1.1
Elemento de Despesa 3.1.1.1.01
Regime Previdênciário: IPASEP
Cargo: Agente de Serviços Complementares
Salário: Cr$ 1.741.070,00(Hum milhão,Setecentos e quarenta e um mil e setenta cruzeiros).

CONTRATADOS:
Rutelene Miranda de Figueiredo -Cont.06.065/93
Edmilson Rocha da Silva -Cont.06.066/93
Raimunda Silvia Gatti Norte -Cont.06.068/93
Idalva do Socorro S.Ferreira -Cont.06.070/93
Vâni Dorice da Silva Menezes -Cont.06.071/93
Maria Adiene Silva de Ceimas -Cont.06.072/93
Maria Zilda Rodrigues da Cruz -Cont.06.073/93
Cenilda Bento da Silva -Cont.06.074/93

Cargo. Servente
Salário. Cr$1.709.400,00(Hum milhão,Setecentos e nove mil e quatrocentos cruzeiros).
CONTRATADOS:
Eliana Cunha Barros -Cont.06.067/93
Leonice dos Anjos Pacheco -Cont.06.069/93

Belém, 22 de abril de 1993

RAIMUNDO NONATO BARBOSA LIMA
Presidente

TESTEMUNHAS:
1. Rita Conceição de Souza Lima
CIC 044.617.202-25
2. Carlyle de Barros Peixoto
CIC 148.455.982-72 CP93/0008202-7

(Fat. nº 10.016782, Reg. nº 10.016782, Dia: 23/04/93)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

AVISO

A Comissão de Licitação- TOMADA DE PREÇOS Nº 007/93 , destinada a aquisição de 04(quatro) Veículos para uso do Instituto, avisa aos interessados a abertura do Processo Licitatório em 06.05.93, às 10:00 horas, na sala da CSL, no 10º andar do Edificio Sede do IPASEP, à Rua Manoel barata nº 50.

Maiores informações e Edital no local acima indicado , no horário das 9:00 às 13:00 horas

a) Comissão CP93/0008375-9

(Fat. nº 10.016746, Reg. nº 10.016746, Dias: 22, 23 e 26/04/93)

AVISO

A Comissão de Licitação, Tomada de Preços nº 008/93, destinada a aquisição de material de consumo(IMPRESSOS) comunica:

I - A transferência, por motivo de forças maior, da abertura o processo licitatório, marcada para 29.04.93, às 10:00 horas, para 20.05.93 às 10:00 horas, no mesmo local.

II - As firmas que já adquiriram o Edital, que compareçam à sala da CSL, no 10º andar do Edifício Sede do IPASEP, trazendo o Edital, para tratar de assunto de seu interesse.

a) Comissão.
CP93/0008125-0

(Fat. nº 10.016826, Reg. nº 10.016826, Dias: 23, 26 e 27/04/93)

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENENTE : IPASEP
CONVENIADO : SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL - SETEPS
OBJETO DO CONVÊNIO:Convênio para atender pessoas oriundas do interior do Estado, em busca de tratamento médico-hospitalar, nesta Capital, segurados do IPASEP e seus dependentes.
PRAZO: 24 meses, a começar de 15 de abril de 1993 e terminar em 14 de abril de 1995.
VALOR: CR$-25.641.000,00 mensais com reajuste trimestral pelo IGP.
DATA DE ASSINATURA : 15.04.93.

MAGNÓLIA AGNES MOREIRA ZAHLUTH
Presdiente do IPASEP

ROBERTO RIBEIRO CORREA
Secretário de Estado do Trabalho e Promoção Social
CP93/0008124-1

RESUMO DE PORTARIAS

PORTARIA Nº 219 de 14.04.93- Conceder a LUIZ CARLOS DE SOUZA REGO, Suprimento de Fundos no valor de CR$-2.200.000,00.
ELEMENTOS DE DESPESAS : 1320215070214.247
3120.00 - 52.101 CR$- 1.200.000,00
3132.00 - 52.103 CR$- 1.000.000,00
A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.
CP93/0008132-2

PORTARIA Nº 220 de 14.04.93- Conceder a ZEFERINA MONTEIRO PEREIRA, Suprimento de Fundos no valor de CR$-1.200.000,00.
ELEMENTOS DE DESPESAS : 1320215070214.247
3120.00 - 52.101 CR$-400.000,00
3132.00 - 52.103 CR$-800.000,00
A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.
CP93/0008123-3

PORTARIA Nº 221 de 14.04.93- EXONERAR, FRANCISCA CARVALHO LAGES, do Cargo em Comissão de Agente Regional, Código DAS-01.2, deste Instituto em Altamira. A presente Portaria entrará em vigor a partir do dia 30.04.93.
CP93/0008139-0

PORTARIA Nº 359 de 14.04.93- Conceder 30(trinta) dias de Férias regulamentares aos funcionários abaixo relacionados relativo período de gozo de 03.05.93 a 01.06.93.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
01- ANA ODETE DA SILVA CARDOSO	16.03.92/15.03.93
02-ELZA MARIA DA COSTA LOBO	01.06.91/31.05.92
03-EUGECÍLIA DO SOCORRO F.MACHADO	20.05.91/19.05.92
04-IRACEMA MOTA SANTA BRIGIDA	16.03.91/15.03.92
05-IVANDER LELIS DE ASSIS	12.05.92/11.05.93
06-INÊS COSTA DA SILVA	24.06.91/23.06.92
07-JOSÉ ALONSO G.CAVALCANTE	16.03.92/15.03.93
08-LUIZ CARLOS FLEXA MARTINS	09.10.91/08.10.92
09-LUCIVALDO DAS MERCES	01.07.91/30.06.92
10-JOSÈ JULIO RUFINO DE MATOS	18.04.91/17.04.92
11-MARIA LÚCIA DOS S.NOVAES	10.04.92/09.04.93
12-MARIA DE NAZARÉ B.GOMES	30.01.92/29.01.93
13-MARIA DE NAZARÉ ALMEIDA DE SOUZA	04.03.92/03.03.93

A presente Portaria entrará em vigor a partir de 03.05.93.
CP93/0008146-2

(Fat. nº 10.016827, Reg. nº 10.016827, Dia: 23/04/93)

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENAL

PORTARIA Nº086/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR ALBERONI GONZAGA S. SANTOS,NO PERIODO DE 01 à 30.04.93,RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992. CP93/0011300-3

PORTARIA Nº087/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS A SERVIDORA ARICELI LIMA PIEDADE,NO PERIODO DE 01 à 30.04.93,RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992. CP93/0011301-1

PORTARIA Nº088/93 - DESIGNAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS PARA COMPOREM A COMISSÃO TECNICA DE CLASSIFICAÇÃO DA CASA DO ALBERGADO:
NAZILDA RODRIGUES PACHECO-Presidente, ANA CECILIA PESSOA VALENTE-Membro-Assistente Social, MARIA ANALIA DE ARAUJO LIMA-Membro-Enfermeira Chefe, TITO LIVIO MARTINS BARREIROS-Membro-Profº de Ed.Física, WLADIMIR PEREIRA DOS ANJOS-Membro-Agente Prisional-Ass.de Direção, ANDRE MONTEIRO SOARES-Membro-Psicologo e ADIENE MARTINS CAVALCANTE BRABO-Membro-Advogado.
ESTA PORTARIA REVOGA A PORT. Nº0416/92 de 16/02/92.
PORTARIA Nº089/93 - APLICAR AO SR. PAULO MIRANDA DE SOUZA, Agente Prisional, A PENA DE 05 DIAS DE SUSPENSÃO. COM PERDA SALARIAL E SEM PREJUIZO DE SERVIÇO. CP93/0011285-6

PORTARIA Nº090/93 - CONCEDER ao Sr. MOISES CARDOSO LEITÃO,Diretor do Presidio "São José",numerário de Suprimento de Fundos,constantes das atividades nº18.2010204.015.4.036/3120.00; no valor de CR$500.000,00 e nº18.2010204.015.4.036/3132.00, no valor de CR$500.000,00. CP93/0011283-0

PORTARIA Nº091/93 - CONCEDER LICENÇA SAÚDE A FUNCIONARIA MARIA EUNICE DA SILVA CORDEIRO, NO PERÍODO DE 08.02 à 08.04.93. CP93/0011259-7

PORTARIA Nº092/93 - DESIGNAR O SERVIDOR ADAILTON NUNES MELO,ASSISTENTE DE DIREÇÃO DA PENITENCIÁRIA GOV. F. GUILHON,PARA RESPONDER PELA DIREÇÃO DA REFERIDA CASA PENAL,DURANTE O PERÍODO DE FÉRIAS DE SEU TITULAR CP93/0011276-7

PORTARIA Nº093/93 - APLICAR AO SERVIDOR OMAR LAMEIRA DA COSTA,AGENTE PRISIONAL, PENA DE 08 DIAS DE SUSPENSÃO,COM PERDA SALARIAL E SEM PREJUÍZO DE SERVIÇO. CP93/0011268-6

PORTARIA Nº094/93 - APLICAR AO SERVIDOR JOSÉ AFONSO MARTINS COSTA, AGENTE PRISIONAL, PENA DE 08 DIAS DE SUSPENSÃO COM PERDA SALARIAL E SEM PREJUIZO DE SERVIÇO. CP93/0011260-0

PORTARIA Nº 095/93 - DESIGNAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS PARA COMPOREM A COMISSÃO TÉCNICA DE CLASSIFICAÇÃO DO PRESÍDIO "SÃO JOSÉ": MOISÉS CARDOSO LEITÃO-PRESIDENTE; NANCI FRANÇA OHASHI-MEMBRO; PAULO SERGIO FONSECA SOARES-MEMBRO; ARICELI LIMA PIEDADE-MEMBRO; MAURO JOSE SANTOS OLIVEIRA-MEMBRO; ELIZETE LOBATO DE ALEXANDRIA-MEMBRO.
ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR E REVOGA A PORT.Nº176/92-GAB.SUSIPE,DE 11 DE MAIO DE 1992. CP93/0011269-4

PORTARIA Nº 097/93 - CONCEDER LICENÇA SAÚDE AO FUNCIONÁRIO AMAURI RODRIGUES MIRANDA, NO PERÍODO DE 10.02 à 10.04.93. CP93/0011309-7

PORTARIA Nº 098/93 - REVOGAR A PORTARIA Nº0068/93, DE 04.03.93, A QUAL CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ORLANDO VITOR DA SILVA. CP93/0011308-9

PORTARIA Nº 099/93 - REVOGAR A PORTARIA Nº070/93. DE 04.03.93,A QUAL CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MARCO ANTONIO NASCIMENTO DE ARAUJO CP93/0011261-9

PORTARIA Nº100/93 - APLICAR PENA DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR RAIMUNDO JOSÉ DE O. ARAUJO, AGENTE PRISIONAL,POR NEGLIGÊNCIA DURANTE PLANTÃO DE SERVIÇO. CP93/0011208-2

PORTARIA Nº101/93 - APLICAR PENA DE ADVERTÊNCIA AO SERVIDOR PAULO ROBERIO VIEGAS BARROS, AGENTE PRISIONAL, POR NEGLICENCIA DURANTE PLANTÃO DE SERVIÇO. CP93/0011207-4

PORTARIA Nº102/93 - CONCEDER AO DR.ARTEMIDORO CABRAL DE MELLO JR., CHEFE DA DIVISÃO DE SAÚDE, NUMERÁRIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS CONSTANTE DA ATIVIDADE Nº18.2010204.015.4036/3120.00,NO VALOR DE CR$1.000.000,00. CP93/0011206-6

PORTARIA Nº 103/93 - APLICAR PENA DE 03 DIAS DE SUSPENSÃO AO AGENTE PRISIONAL PAULO JORDÃO FARO, SEM PREJUIZO DE SERVIÇO E COM PERDA SALARIAL CP93/0011205-8

PORTARIA Nº104/93 - DESIGNAR AS ASSISTENTES SOCIAIS CLAUDIA IRENE DA SILVA E JACILEIA ALVES DE SOUZA, PARA ASSISTIREM OS PRESOS DE JUSTIÇA RECOLHIDOS NAS UNIDADES POLICIAIS DA CAPITAL. CP93/0011252-0

PORTARIA Nº105/93 - DESIGNAR A AGENTE ADMINISTRATIVO MARIA LUCIA LIMA,PARA EXERCER SUAS FUNÇÕES NO SETOR DE BIOTIPOLOGIA DO PRESÍDIO "SÃO JOSÉ". CP93/0011204-0

PORTARIA Nº106/93 - DESIGNAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS PARA COMPOREM A COMISSÃO TECNICA DE CLASSIFICAÇÃO DA PENITENCIARIA GOV.F.GUILHON: EDIR DIAS DE CARVALHO-PRESIDENTE; Mª BEATRIZ MANGAS DE SOUZA-MEMBRO; JOÃO MANOEL DA CUNHA SERRA-MEMBRO; ANGELA MARIA VIANA SILVA-MEMBRO; MARIA LUZIA FERNANDES DA SILVA-MEMBRO; CLENILZA GONÇALVES DA COSTA-MEMBRO; MARCIA CRISTINA LEAL GOES-MEMBRO; MIRNA CARVALHO MONTEIRO-MEMBRO, CLAUDIA CONCEIÇÃO DE SOUZA-MEMBRO E ANA RITA DE SOUZA-MEMBRO. CP93/0011253-8

Portaria nº 107/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR EDSON DA SILVA NUNES, NO PERÍODO DE 01 à 30.04.93,RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992. CP93/0011245-7

Portaria nº108/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR GILBERTO LUIZ DE O.BARROS, NO PERIODO DE 20.04 à 19/05/93,RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992. CP93/0011220-1

PORTARIA Nº109/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR JOEL MORAES DA SILVEIRA,NO PERIODO DE 01 à 30.04.93,RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1991. CP93/0011213-9

PORTARIA Nº110/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR JOSÉ CARLOS DA CRUZ GOMES, NO PERÍODO DE 15.04 à 14.05.93, RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992. CP93/0011254-6

PORTARIA Nº111/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR PAULO SERGIO DE SOUZA BEZERRA, NO PERÍODO DE 01 à 30.04.93,RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 1993. CP93/0011246-5

PORTARIA Nº112/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR RUI RODRIGUES DA SILVA, NO PERÍODO DE 01 à 30.04.93,RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 1992. CP93/0011238-4

PORTARIA Nº113/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR RAIMUNDO JONAS NASCIMENTO SOUZA,NO PERÍODO DE 01 à 30.04.93,RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1991. CP93/0011237-6

PORTARIA Nº114/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR SERGIO ROBERTO NUNES COSTA,NO PERIODO DE 20.04 à 19.05.93, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 1992. CP93/0011255-4

PORTARIA Nº115/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR VALDEZ SALES PINTO,NO PERIODO DE 01 à 30.04.93, RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992. CP93/0011214-7

PORTARIA Nº116/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR ANTONIO RODRIGUES CRUZ,NO PERIODO DE 01 à 30.04.93, RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992. CP93/0011196-5

PORTARIA Nº117/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR OSWALDO DE SOUZA MELO, NO PERIODO DE 01 à 30.04.93, RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992 CP93/0011212-0

PORTARIA Nº118/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR MANOEL SANTOS TORRES, NO PERIODO DE 06.04 à 06.05.93,RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 1992. CP93/0011270-8

PORTARIA Nº119/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS A SERVIDORA EDE DA COSTA POTIGUAR, NO PERIODO DE 05.04 à 04.05.93, RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992. CP93/0011286-4

PORTARIA Nº120/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR HELIO SILVA VIANA, NO PERIODO DE 01 à 30.04.93,RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992. CP93/0011215-5

PORTARIA Nº121/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS A SERVIDORA DORA DA CRUZ E COSTA, NO PERÍODO DE 01 à 30.04.93,RELATIVAS AO EXERCICO DE 1992. CP93/0011216-3

PORTARIA Nº122/93 - DESIGNAR OS SERVIDORES SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS,Assessora Jurídica; ROSANA MARIA ROCHA CABRAL,Agente Administrativo e SHEILA DA PAZ SILVA DA CRUZ, AGente Administrativo para constituirem comissão de licitação para aquisição de milho em grão à Colônia Agrícola CP93/0011278-3

PORTARIA Nº123/93 - DESIGNAR OS SERVIDORES RUI PINHEIRO DE SOUZA, JOÃO HEIRELES POSSANTE e WILSON MONTEIRO FARIAS para constituirem comissão de licitação para aquisição de farelo de soja destinado à Colônia Agrícola. CP93/0011221-0

PORTARIA Nº124/93 - DESIGNAR OS SERVIDORES RAIMUNDA IZABEL CORDEIRO BORGES, MARIA SUELI DA COSTA BARBOSA e JOÃO BOSCO FIEL DA COSTA NASCIMENTO para constituirem comissão de licitação para aquisição de ingredientes para ração destinados à Colônia Agrícola. CP93/0011262-7

PORTARIA Nº125/93 - DESIGNAR OS SERVIDORES JOÃO HEIRELES POSSANTE,RAIMUNDA SILVA DA SILVEIRA e JULIANE CAMPELO DO AMARAL ALBUQUERQUE para constituirem comissão de licitação na aquisição de carne bovina destina às Casas Penais. CP93/0011222-8

PORTARIA Nº126/93 - REVOGAR A PORTARIA Nº0534/92-GAB.SUSIPE,de 23 de dezembro de 1992, tendo em vista o equívoco na elaboração da mesma. CP93/0011223-6

PORTARIA Nº131/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS A SERVIDORA NANCI FRANÇA OHASHI,NO PERIODO DE 12.05 à 11.06.93, RELATIVAS AO EXERCICO DE 1992. CP93/0011224-4

PORTARIA Nº136/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR PEDRO DA SILVA ALVES JUNIOR, NO PERIODO DE 04.12.92 à 02.01.93, RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1991. CP93/0011263-5

PORTARIA Nº139/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR CARLOS ALBERTO DE JESUS SANTOS,NO PERIODO DE 15.05 à 14.06.93,RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992. CP93/0011271-6

PORTARIA Nº141/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR OMAR LAMEIRA COSTA, NO PERÍODO DE 06.04 à 04.05.93, RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1993. CP93/0011272-4

PORTARIA Nº145/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR RONALDO SERGIO SANTA BRIGIDA SILVA, NO PERÍODO DE 15.04 à 14.06.93, RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1991. CP93/0011279-1

PORTARIA Nº147/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR HELIO AUSTRAQUILON DA SILVA, NO PERIODO DE 31.05 à 30.06.93.RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992. CP93/0011302-0

PORTARIA Nº148/93 - DESIGNAR OS SERVIDORES RAIMUNDA IZABEL CORDEIRO BORGES, EDNA MARIA DOS SANTOS e CLAUDIA SIMONE ANSELMO DE OLIVIERA, para constituirem comissão de licitação na aquisição de gêneros alimentícios destinados às Casas Penais. CP93/0011303-8

PORTARIA Nº149/93 - CONCEDER A SRª. JACIRENE MARIA FAÇANHA DA COSTA,Coordenadora do Núcleo Regional de Justiça I - Santarém, numerário de suprimento de fundos nº18.201.02040.154.036/3120,no valor de CR$2.000.000,00 e nº18.201.02040/3132, no valor de CR$2.500.000,00. CP93/0011310-0

PORTARIA Nº150/93 - DESIGNAR OS SERVIDORES JOÃO HEIRELES POSSANTE, MARIA SUELI DA COSTA BARBOSA e KAREN CARDOSO HESKETH para constituirem comissão de licitação para aquisição de material de limpeza destinados às Casas Penais. CP93/0011229-5

PORTARIA Nº151/93 - DESIGNAR o servidor ARTEMIDORO CABRAL DE MELLO JR.,Chefe da Divisão de Saúde,para responder pela direção da Casa do Albergado,a partir de 01.04.93, no impedimento da titular. CP93/0011295-3

PORTARIA Nº152/93 - REVOGAR a portaria nº0054/93-GAB.SUSIPE,que concedeu férias à servidora FLAMA LARA SILVA DE OLIVEIRA, no período de 01 a 30.03.93, relativas ao exercício de 1992. CP93/0011230-9

PORTARIA Nº153/93 - CONCEDER LICENÇA SAÚDE a funcionária MARIA EUNICE DA SILVA CORDEIRO, no período de 08.02 à 06.04.93. CP93/0011231-7

PORTARIA Nº154/93 - CONCEDER LICENÇA SAÚDE AO SERVIDORA PAULO ARAGÃO DA SILVA, NO PERÍODO DE 10.03 à 08.05.93. CP93/0011199-0

PORTARIA Nº155/93 - CONCEDER 30 DIAS DE FERIAS CONSECUTIVAS AO SERVIDOR JORGE ANTONIO MOTA CARVALHO,NO PERIODO DE 01 à 30.05.93,RELATIVAS AO EXERCICIO DE 1992. CP93/0011247-3

PORTARIA Nº156/93 - APLICAR PENA DE 03 DIAS DE SUSPENSÃO,SEM PREJUIZO DE SERVIÇO AO AGENTE PRISIONAL ZENOBIO BATISTA DA COSTA. CP93/0011239-2

PORTARIA Nº157/93 - APLICAR AO SERVIDOR RAIMUNDO JOSE DE O.ARAUJO, AGENTE PRISIONAL, PENA DE ADVERTÊNCIA POR HAVER NEGLIGÊNCIADO DURANTE PLANTÃO DE SERVIÇO. CP93/0011264-3

PORTARIA Nº158/93 - APLICAR AO SERVIDOR JAVÁ SANTOS BARATA, AGENTE PRISIONAL PENA DE ADVERTÊNCIA POR HAVER NEGLIGÊNCIADO NO PLANTÃO DE SERVIÇO. CP93/0011248-1

PORTARIA Nº159/93 - NORMATIZAR O PROCEDIMENTO DE CONSTITUIÇÃO E ATUAÇÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE CLASSIFICAÇÃO DE TODAS AS CASAS PENAIS. CP93/0011240-6

PORTARIA Nº160/93 - DESIGNAR O AGENTE PRISIONAL HENRY MARTIN BURNETT JR. PARA SERVIR NO PROJETO CIDADANIA, A FIM DE AUXILIAR NA EMISSÃO DE DOCUMENTOS PARA OS PRESOS DE JUSTIÇA, NAS CASAS PENAIS. CP93/0011256-2

PORTARIA Nº162/93 - CONCEDER AO SR. EDIR DIAS DE CARVALHO,Diretor da Penitenciária Gov.F.Guilhão,numerário de suprimento de fundos constantes das atividades nº18.201.0204.015.4036/3120, no valor de CR$2.000.000,00 e nº18.201.0204.015.4036/3132, no valor de CR$2.000.000,00. CP93/0011232-5

PORTARIA Nº163/93 - CONCEDER AO SR. ARMANDO GUIMARÃES DE OLIVEIRA,Inspetor Penitenciário, numerário de suprimento de fundos constante das atividades nº 18.2010204.015.4036/3120, no valor de CR$300.000,00 e nº18.20100204.015.4036/3132,no valor de CR$800.000,00. CP93/0008144-6

PORTARIA Nº164/93 - PROIBIR A PERMANÊNCIA DE QUAISQUER FUNCIONÁRIO DE OUTROS SETORES NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA DA SUSIPE. CP93/0008193-4

PORTARIA Nº165/93 - COLOCAR A DISPOSIÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL OS SERVIDORES: FERDINANDO DA SILVA MOURÃO, NANCY FRANÇA OHASHI e OS INTERNOS: ICARO AMARAL DE OLIVEIRA, JOSÉ MARIA MARQUES LIMA e BENEDITO PEREIRA ANDRADE para comporem a mesa de votação do PLEBISCITO. CP93/0008185-3

PORTARIA Nº166/93 - APLICAR ao servidor JUAREZ TAVARES CANTÃO,AGENTE PRISIONAL, pena de suspensão de 03 DIAS, SEM PREJUIZO DE SERVIÇO E COM PERDA SALARIAL. CP93/0008177-2

PORTARIA Nº167/93 - REVOGAR A PORTARIA Nº128/93 -GAB.SUSIPE,de 26.03.93,que concedeu férias ao servidor NATANAEL FURTADO DE ARAUJO. CP93/0008169-1

(Fat. nº 10.016787, Reg. nº 10.016787, Dia: 23/04/93)

HOSPITAL OFIR LOIOLA
AVISO DE EDITAL

A COMISSAO DE LICITAÇAO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 0120/93DG,DE 02 DE ABRIL DE 1993,AVISA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇAO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO.

DATA: 10.05.93
OBJETO: COMPRA DE MEDICAMENTOS
LOCAL: AUDITÓRIO DO HOL
HORA: 10:00

OS INTERESSADOS PODERÃO OBTER O EDITAL NA DIVISAO DE MATERIAL OU SETOR COMPRA DO HOL., SITO A AV;magalhAES BARATA, Nº 992,NESTA CIDADE NO HORÁRIO DE 08:00 AS 12:00H.

BELÉM,20 DE ABRIL DE 1993.

A COMISSAO CP93/0008017-2

* Republicado por ter saído com incorreções no D.O nº 27.452, de 22 de abril de 1993.

HOSPITAL OFIR LOIOLA
AVISO DE EDITAL

A COMISSAO DE LICITAÇAO INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 0145/93-DG,DE 06 DE ABRIL DE 1993,. AVISA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇAO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO.

DATA: 10/05/93
OBJETO: COMPRA DE MATERIAL CONSUMO HOSPITALAR
LOCAL: AUDITORIO DO HOL
HORA: 9:00 H.

OS INTERESSADOS PODERAO OBTER O EDITAL NA DIVISAO DE MATERIAL OU SETOR DE COMPRA DO HOL. SITO A AV.MAGALHAES BARATA Nº992,NESTA CIDADE NO HORARIO DE 08:00 AS 12:00H.

BELEM, 20 DE ABRIL DE 1993.

A COMISSAO; CP93/0008034-2

* Republicado por ter saído com incorreções no D.O nº 27.452, de 22 de abril de 1993.

(Fat. nº 10.016774, Reg. nº 10.016774, Dia: 22/04/93)

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

PAUTA DE JULGAMENTOS

O SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, COMUNICA AO INTERESSADO QUE O EGREGIO PLENARIO DESTA CORTE JULGARÁ, NA SESSAO A SER REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 1993, AS 9:00 HORAS, EM SUA SEDE, A SEGUINTE PRESTAÇAO DE CONTAS:

01) PROCESSO Nº 930152-00
INTERESSADO: JOÃO ALBINO DE AQUINO
ORIGEM : ASSOCIAÇAO RECREATIVA BENEFICENTE CARNAVALESCA ROSA DE OURO
ASSUNTO : PRESTAÇAO DE CONTAS DE CONVÊNIO FIRMADO COM A FUMBEL
RELATOR : CONSELHEIRO HAROLDO JULIÃO DA GAMA

SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, EM 22 DE ABRIL DE 1993.
A) **ANTONIO CARLOS CARVALHO**
SECRETARIO GERAL

(G.Reg.45.951)

PAUTA DE JULGAMENTOS

O SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE O EGREGIO PLENARIO DESTA CORTE JULGARÁ, NA SESSAO A SER REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 1993, AS 9:00 HORAS, EM SUA SEDE, AS SEGUINTES PRESTAÇOES DE CONTAS:

01) PROCESSO Nº 923628-00
INTERESSADO: GILVAN BATISTA DE SOUZA
ORIGEM : CAMARA MUNICIPAL DE NOVA TIMBOTEUA
ASSUNTO : PRESTAÇAO DE CONTAS DE 1991
RELATOR : CONSELHEIRO HAROLDO JULIAO DA GAMA

02) PROCESSOSNNºs 930867 E 921190
INTERESSADO: HERIVELTO MARTINS E SILVA
ORIGEM : ASSOCIAÇAO CARNAVALESCA "BOLE BOLE"
ASSUNTO : PRESTAÇAO DE CONTAS DE CONVÊNIO FIRMADO COM A FUMBEL
RELATOR : CONSELHEIRO LECYR RIODADES

SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARA, EM 22 DE ABRIL DE 1993.
A) **ANTONIO CARLOS CARVALHO**
SECRETARIO GERAL

(G.Reg.45.951)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Proc.320/93

E D I T A L Nº 029

De ordem da Presidência desta Corte e na forma prevista na Resolução nº 10.785/80-TSE, faço saber aos interessados que o Partido da Frente Liberal-PFL, Seção do Pará, requereu o registro do Diretório Municipal e respectiva Comissão Executiva de SOURE, eleitos em convenção de 28 de março de 1993, conforme nominata constante dos autos com a seguinte composição:

DIRETÓRIO: David Martins Paulo, José Francisco Santos da Cruz, Maria José França Lopes da Silva, Edgar de Leão Bentes, Alice Monteiro do Espirito Santo, Benedita Luiza Dias da Silva, Agnaldo da Silva Barbosa, Enedina Ramirez Raiol, Madiel Bezerra do Nascimento, Virginia Noely Dias Cavalcante, Osvaldo Bandeira Barbosa, Maria França Lopes da silva, Marly França Lopes da Silva, Sérgio Augusto dos Santos Gonçalves, Luis Felipe de Souza Rodrigues, Angelita Monteiro do Espirito Santo, Hildegardo de Figueiredo Nunes, Antonio Amilcar Ferreira Dias Dantas, Irandyr da Silva Moura, Raimundo Nonato da Silva Leal, Raimundo Rodrigues de Brito.

SUPLENTES: Raimundo Pamplona, Maria Rita Barbosa Silva, Catilene Leal da Paixão, Oneide Maria Miranda do Espirito Santo, José Anilson Sousa Conceição, Maria Olinda Pantoja Santos, Maria Edith Gonçalves da Silva.

DELEGADO À CONVENÇÃO REGIONAL: Antonio Carlos Branco de Oliveira.

SUPLENTE: Josete do Socorro da Silva Oliveira

COMISSÃO EXECUTIVA:
Presidente : David Martins Paulo
Vice-Presidente: Madiel Bezerra do Nascimento
Secretario : Maria França Lopes da Silva
Tesoureiro : Sérgio Augusto dos Santos Gonçalves

Líder na Câmara: Antonio Amilcar Ferreira Dias Dantas.
Suplentes : Luis Felipe de Souza Rodrigues
Demétrio dos Santos Cordeiro
Sandra Sueli Bandeira Dias

Eu, Rejane Carvalho, Auxiliar Judiciário, datilografei este Edital aos vinte e dois dias do mês de abril de 1993, o qual é subscrito pela Diretora Geral.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, em 22 de abril de 1993.

Bela. Maria Luiza Negreiros
Diretora Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.090
Processo nº 204/93
Autos de Prestação de Contas
Interessado: Coligação da Renovação Pontapedrense (PFL, PL, PV, PTR)
Origem : Ofício nº 007 do escrivão eleitoral da 27ª Zona Ponta de Pedras
Relator : Juiz Daniel Paes Ribeiro - 4ª Vara

EMENTA

Prestação de Contas.
Nos termos do § 4º, artigo 13, da Resolução nº 17.891-TSE, cabe ao Juiz Eleitoral receber e examinar prestação de contas efetuada pelos Comitês partidários.
Devolução dos autos ao Juízo de origem.

RESOLVEM os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, devolver os autos ao Juízo de origem, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, aos 15 (quinze) dias do mês de abril de 1993.

(aa)Desa.Climenie Pontes-Presidente, Juiz Daniel P. Ribeiro-relator, Juízes Maria de Nazareth Brabo,Maria Helena Ferreira,Yvone Marinho,Ignácio Campos,Paes Lourinho,Dr.Paulo Meira-Proc.Reg.Eleitoral.

RESOLUÇÃO Nº 1088

PROCESSO Nº 201/93
AUTOS DE PEDIDO DE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO
REQUERENTE: Carmecita Pereira Vieira, funcionaria do Quadro Permanente deste TRE.
RELATORA : Desa. Presidente CLIMENIE BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES

EMENTA: Contagem de Tempo de Serviço prestado à Secretaria de Estado de Educação. Defere-se a contagem para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

RESOLVEM os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, deferir o pedido.
Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 06 de abril de 1993.
(aa)Desa.Climenie Pontes-Presidente e relatora,Juízes Maria de Nazareth Barbo,Daniel Paes Ribeiro, Maria Helena Ferreira,Yvonne Marinho,Ignácio Campos,Paes Lourinho,Dr.Paulo Meira-Proc.Reg.Eleitoral.

ACÓRDÃO Nº 13.370
Processo nº 191/93
Autos de Registro de Diretório Regional e respectiva Comissão Executiva
Interessado : Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Seção do Pará
Origem : Requerimento do Presidente da Comissão Executiva Regional
Juiz Relator: DANIEL PAES RIBEIRO - TRE/PA

E M E N T A

Partido Político.
Pedido de registro de Diretório Regional que se defere, visto que satisfeitos todos os requisitos legais para esse fim.

Acordam os Juízes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, a unanimidade de votos, deferir o pedido de Registro, nos termos do voto do Relator.
Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, aos 15 (quinze) dias do mês de abril de 1993
Desa.Climenie Pontes-Presidente,Juiz Daniel P. Ribeiro-relator,Dr.Paulo Meira-Proc.Reg.Eleitoral.

(G.Reg.45.952)

PAUTA PARA SESSÃO DE 27.04.93

Proc.130/93 - Recurso Eleitoral. Origem: Porto de Moz-26ª ZE. Recorrentes:PMDB, Seção de Porto de Moz, por seu delegado e Gerson Salviano Campos, por seu procurador, Dr.Domingos Emmi. Recorridos: Diógenes José Varejão, por seu procurador, Dr.Simão Bentes e o Juízo Eleitoral da 26ª Zona-Gurupá. Assunto: Diplomação de Prefeito Municipal. Relator: Juiz Ignácio Campos - por prevenção. Revisora: Juíza Yvonne Marinho.

Proc.050/93 - Recurso Eleitoral. Origem: Vitória do Xingu-18ª Zona. Recorrente: Diretório Municipal do PDC de Vitória do Xingu, por seu representante, Yarly de Castro Tabosa. Recorridos: Florêncio Dias de Araújo e Ernani Raimundo Álvares da Silva, por seu procurador, Dr.José Carlos Jorge Melém e o Juízo Eleitoral da 18ª Zona-Altamira. Assunto: Cassação de diploma. Relatora: Juíza Yvonne Marinho. Revisora: Juíza Maria Helena Ferreira.

Proc.2215/92 - Recurso Eleitoral. Origem: Cachoeira do Arari-2ª Zona. Recorrente: Diretório Regional do PST, por seus advogados, Drs.Marco Antonio Beltrão Pamplona e Márcia Neide Monteiro Pereira. Recorridos: Sr. Manoel do Egito Beltrão, por seu advogado, Dr.Leonardo Lobato eleito Vice-Prefeito de Santa Cruz do Arari e o Juízo Eleitoral da 2ª Zona. Assunto: Cassação de diploma. Relatora: Maria de Nazareth Brabo de Souza-por prevenção. Revisor.: Juíz Daniel Paes Ribeiro.

Proc.2245/92 - Recurso Eleitoral. Origem - Mãe do Rio. Recorrente: Joel Nunes dos Santos, por seu procurador, Dr.Orlando de Melo e Silva. Recorridos: Reinaldo Alves de Oliveira e Gilvandro da Silva Drago, por seu procurador Dr.Ariosto Cardoso Paes Junior e o Juízo Eleitoral da 49ª Zona- Mãe do Rio. Relatora: Juíza Maria de Nazareth Brabo de Souza-por prevenção. Revisor.: Juiz Daniel Paes Ribeiro. Assunto: Expedição de diploma.

PAUTA PARA SESSÃO DE 27.04.93

Proc.027/93 - Recurso Eleitoral. Origem: Tucumã-53ª Zona. Recorrente: PMDB de Tucumã, por seu procurador, Dr.Isaias Alves Silva. Recorridos: Laudi José Witeck e José Neves Sobrinho, por seu procurador,Dr. Adevair Mariano Coelho e o Juízo Eleitoral da 53ª Zona-São Félix do Xingu. Assunto: Diplomação de Prefeito e Vice-Prefeito. Relatora: Juíza Maria de Nazareth Brabo de Souza. Revisor: Juiz Daniel Paes Ribeiro.

Proc.052/93 - Recurso Eleitoral. Origem: Altamira - 18ª Zona. Recorrente: Coligação Democrática de Altamira, por sua procuradora,Dra. Vera Lúcia Tapias Schwamback. Recorridos: Mauricio Bastazini, por seu procurador, Dr.José Carlos Jorge Melém. Assunto: Expedição de diploma. Relatora: Juíza Maria de Nazareth Brabo de Souza -por prevenção. Revisor: Juiz Daniel Paes Ribeiro.

Proc.127/93 - Recurso Eleitoral. Origem: Gurupá-26ª Zona. Recorrente: Coligação Democrática Gurupaense, por seus delegados, Rui Oliveira do Monte e Wilson Jacob. Recorridos: Max José Campos Alves, por seu procurador, Dr.Raimundo Nazareno Lobo e o Juízo Eleitoral da 26ª Zona-Gurupá. Assunto: Diplomação de Vereador. Relatora: Juíza Maria de Nazareth Brabo de Souza. Revisor:Juiz Daniel Paes Ribeiro.

R E S O L U Ç Ã O Nº 1091

Proc. 047/93

EMENTA: Altera a disposição das Resoluções nºs 1086 e 1089, deste TRE, sobre a composição das Juntas Eleitorais que irão apurar os votos colhidos por ocasião do Plebiscito para escolha da forma (república ou monarquia) e do sistema de gôverno (parlamentarismo ou presidencialismo) a realizar-se em todo o País no dia 21 de abril de 1993.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 4.737/65,art.36 § 1º e de acordo com o disposto na Resolução nº 18.794 de 24.11.92, do Colendo TSE,

R E S O L V E, à unanimidade de votos de seus Juízes Membros, alterar a composição das Juntas Eleitorais constituidas pela Resolução nº 1070 de 18.02.93, alterada pelas Resoluções nºs 1086 e 1089 deste Tribunal, as quais passam a ser as seguintes:

1ª Junta - Sede - Belém (1ª ZE)
Competência: 91 urnas de Belém
2ª Junta - Sede - Belém (1ª ZE)
Competência: 90 urnas de Belém
3ª Junta - Sede - Belém (1ª ZE)
Competência: 90 urnas de Belém
7ª Junta - Sede - Belém (28ª ZE)
Competência: 98 urnas de Belém
8ª Junta - Sede - Belém (28ª ZE)
Competência: 98 urnas de Belém
9ª Junta - Sede - Belém (28ª ZE)
Competência: 97 urnas de Belém
10ª Junta - Sede - Belém (28ª ZE)
Membros: Marcia Regina Belém Pereira,João Carlos Pinagé da Silva,Maria Helena Almeida da Silva e Maria de Fátima Reis Coutinho.
Competência: 97 urnas de Belém
11ª Junta - Sede - Belém (29ª ZE)
Competência: 85 urnas de Belém
12ª Junta - Sede - Belém (29ª ZE)
Competência: 84 urnas de Belém
13ª Junta - Sede - Belem (29ª ZE)
Competência: 84 urnas de Belém
77ª Junta - Sede - São Sebastião da Boa Vista-48ª ZE
Membros: Maria Vilma de Souza Araújo,Gercino Soares Pacheco,Mário Natalino Costa Ferreira,Dalva de Souza Brabo.
9ª Junta - Sede - Belém (28ª ZE)
Presidente: Juíza Jacyra Moraes Rabelo
Membros: Raimundo Rodrigues Santana,Luis Celso Acácio Barbosa,Paulo Menezes,Anni Maria Viana Moraes
31ª Junta - Sede - Curuçá (9ª ZE)
Presidente: Juíza Eliete Contente Barbosa
80ª Junta - Sede - Rondon do Pará (51ª ZE)
Presidente: Juíza Odete da Silva Carvalho
46ª Junta - Sede - Santarém (20ª ZE) - DISSOLVIDA
47ª Junta - Sede - Santarém (20ª ZE)
Competência: 263 urnas de Santarém
48ª Junta - Sede - Santarém (20ª ZE)
Competência: 262 urnas de Santarém

14ª Junta - Sede - Belém (29ª ZE)
Competência: 84 urnas de Belém

15ª Junta - Sede - Belém (29ª ZE)
Competência: 84 urnas de Belém

16ª Junta - Sede - Belém (30ª ZE)
Membros: João Mathias Massoud Lobato
Maria Genuina Carvalho de Oliveira.
Manoel Ribeiro das Neves
Nazaré Gonçalves dos Santos
Competência: 73 urnas de Mosqueiro e Icoaraci

17ª Junta - Sede - belém (30ª ZE)
Competência: 99 urnas
67urnas de Mosqueiro e Icoaraci
32 urnas de Bujarú

18ª Junta - Sede - Belém (30ª ZE)
Competência: 96 urnas
62 urnas de Mosqueiro e Icoaraci
34 urnas de Concórdia do Pará

81ª Junta - Sede - Bragança (52ª ZE)
Membros: José Lauci da Silva Lima
Ricardo Antonio Vieira Pereira Pinto
Maria do Socorro Luz dos Santos
Carlos Gilmar Zucolotto

103ª Junta - Sede - Ananindeua (72ª ZE)
Membros: Goreti Santos
Victor Roberto Martins Saldanha
Raimundo Maia
Wanderney Simor

6ª Junta - Sede - belém (28ª ZE)
Membros: Valneide Maria Lima Araújo
Edeltrudes Maria Castro dos Santos
Glacy Maria Furtado Malato
Naiza Ribeiro
Competência: 98 urnas de Belém

43ª Junta - Sede - Altamira (18ª ZE)
Membros: Francisco de Assis Polaro dos Santos
Dulcila Almeida do Nascimento
Fernando Nunes Chiarim
Ana Souza Viterbino

29ª JUnta - Sede - Vigia (8ª ZE)
Membros: Jose Brito da Silva
Luiz de Nazaré Brito Monteiro
Ruivaldo Ataíde Monteiro
José Afonso da Silva
Competência: 93 urnas
76 urnas de Vigia
17 urnas de Colares

30ª Junta - Sede - Vigia (8ª ZE)
Membros: Ruivaldo da Silva Siqueira
Paulo Pedro Coutinho
Bernardo de Moraes Junior
Raimundo Costa Alves

4ª Junta - Sede - Belém (1ª ZE)
Membros: Horácio Lima de Siqueira
Francisco Carlos de Araújo Lima
Ricardo Augusto Borges Leão
Pedro Paulo Ribeiro Tavernard
Competência: 89 urnas de Belém

75ª Junta - Sede - Santana do Araguaia (46ª ZE)
Membros: Luis Alberto Lima de Almeida
Manoel de Souza Lira
Giovani Spindola Thomaz
Ametista de Souza Lopes

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 20 de abril de 1993.

aa)Desa.CLIMENIE PONTES-Presidente e Relatora, Desa. NAZARETH BRABO, Juiz DANIEL PAES RIBEIRO, Juiza MARIA HELENA FERREIRA, Juíza YVONNE MARINHO, Juiz PAES LOURINHO, Dr. PAULO MEIRA-Proc.Reg.Eleitoral

(G.Reg.45.926)

P O R T A R I A Nº 010/93

O Dr. WERTHER BENEDITO COÊLHO,Juiz Eleitoral da 30a. Zona da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc...

Tendo presente que os artigos 31 e 33,da Resolução 18.999, de 25.03.93, do Tribunal Superior Eleitoral, os membros das Juntas Apuradoras estão obrigados a cumprir a eventual determinação do Tribunal Regional Eleitoral sobre recontagem de urna:

Considerando que os Vogais e Escrutinadores prestam no decorrer da apuração, serviço público relevante,

RESOLVE:

Conceder folga aos Vogais e Escrutinadores nos dias subsequentes à contagem das opções, qual seja,até 30.04.93, pois ainda estarão à disposição da Justiça Eleitoral na Junta Apuradora, para realizar a provável recontagem de urnas.

Intimem-se os Presidentes, Gerentes e Superintendentes dos Estabelecimentos Bancários, Chefes de Repartições Públicas, Diretores de Estabelecimentos de Ensino que teem funcionários nomeados como Vogais e escrutinadores.

Publique-se. Cumpra-se.

Belém, 22 de abril de 1993.

Dr. WERTHER BENEDITO COÊLHO, Juiz Presidente da 16ª Junta Apuradora.

P O R T A R I A Nº002/93

O Dr. ENIVALDO DA GAMA FERREIRA, Juiz Presidente da 18ª Junta Apuradora do Tribunal Regional Eleitoral, no uso de suas atribuições legais,etc...

Tendo presente que os artigos 31 e 33 , da Resolução 18.999, de 25.03.93, do Tribunal Superior Eleitoral, os membros das Juntas Apuradoras estão obrigados a cumprir a eventual determinação do Tribunal Regional Eleitoral sobre a recontagem de urna:

Considerando que os Vogais e Escrutinadores prestam no decorrer da apuração, serviço público relevante,

RESOLVE:

Conceder folga aos Vogais e Escrutinadores nos dias subsequentes à contagem das opções, qual seja, até 30.04.93, pois ainda estarão à disposição da Justiça Eleitoral na Junta Apuradora, para realizar a provável recontagem de urnas.

Intimem-se os Presidentes, Gerentes e Superintendentes dos Estabelecimentos Bancários, Chefes de Repartições Públicas, Diretores de Estabelecimentos de Ensino que teem funcionários nomeados como Vogais e escrutinadores.

Publique-se. Cumpra-se.

Belém, 22 de abril de 1993.

DR. ENIVALDO DA GAMA FERREIRA, Juiz Presidente da 18ª Junta Apuradora do Tribunal Regional Eleitoral.

P O R T A R I A Nº 002/93

A Dra. CARMEM LÚCIA MONTEIRO FARIA, Juiza Presidente da 19ª Junta Apuradora do Tribunal Regional Eleitoral, no uso de suas atribuições legais,

Tendo presente que os artigos 31 e 33, da Resolução 18.999, de 25.03.93, do Tribunal Superior Eleitoral, os membros das Juntas Apuradoras estão obrigados a cumprir a eventual determinação do Tribunal Regional Eleitoral sobre a recontagem do urna:

Considerando que os Vogais e Escrutinadores prestam no decorrer da apuração, serviço público relevante,

RESOLVE:

Conceder folga aos Vogais e Escrutinadores nos dias subsequentes à contagem das opções, qual seja, até 30.04.93, pois ainda estarão à disposição da Justiça Eleitoral na Junta Apuradora, para realizar a provável recontagem de urnas.

Intimem-se os Presidentes, Gerentes e Superintendentes dos Estabelecimentos Bancários, Chefes de Repartições Públicas, Diretores de Estabelecimentos de Ensino que teem funcionários nomeados como Vogais e escrutinadores.

Publique-se. Cumpra-se.

Belém, 22 de abril de 1993.

Dra. CARMEN LÚCIA MONTEIRO FARIA, Juiza Presidente da 19ª Junta Apuradora do Tribunal Regional Eleitoral.

(G.Reg.45.943)

JUSTIÇA DO TRABALHO

2a JUNTA DE CONCILIACAO E JULGAMENTO DE BELEM

EDITAL DE NOTIFICACAO

Pelo presente EDITAL, indo por mim assinado, fica a firma RETRAMAZON-RECUPERADORA DE MAQ. E TRATORES DA AMAZONIA LTDA. reclamada nos autos do Processo No 2a JCJ-0394/81,em que e reclamante ANTONIO MIRANDA FURTADO, notificada a a comparecer na Secretaria da Junta para receber credito nos autos supra; para que chegue ao conhecimento dos interessados e passado o presente EDITAL que vai publicado no Diario Oficial do Estado do Para e fixado no local de costume na sede da Junta. Dado e passado nesta cidade de Belem, aos vinte e dois dias do mes de marco de mil novecentos e noventa e tres. Eu, lavrei o presente e eu subscrevi.

Magali Dutra Gonçalves da Conceição
Diretora Secretaria da 2ª JCJ de Belém

RUTH VALLE SIZO FIDALGO
JUIZA DO TRABALHO NA PRESIDENCIA DA
2a JCJ DE BELEM

(G.Reg.45.542)

EDITAL DE CITACAO E PENHORA

A DOUTORA RUTH VALLE SIZO FIDALGO, JUIZA DO TRABALHO NA PRESIDENCIA DA SEGUNDA JIUNTA DE CONCILIACAO E JULGAMENTO DE BELEM.

Pelo presente EDITAL, indo por mim assinado, fica a firma ESCOLA PEQUENO MESTRE LTDA. reclamada nos autos do Processo No 2a JCJ-1180/92, em que e reclamante, NYDIA SUSANE CORREA PEREIRA, citada a pagar no prazo de 48 horas ou garantir a execucao do debito no valor de CR$ 54.204.427,22 (CINQUENTA E QUATRO MILHOES, DUZENTOS E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E VINTE E SETE CRUZEIROS E VINTE E DOIS CENTAVOS), conforme abaixo discriminado:

R E S U M O

PRINCIPAL .....CR$ 53.140.969,78
CUSTAS.....CR$ 1.063.457,44
TOTAL.....CR$ 54.204.427,22

Para que chegue ao conhecimento dos interessados e passado o presente EDITAL que vai publicado no Diario Oficial do Estado do Para e fixado no local de costume na sede da Junta. Dado e passado nesta cidade de Belem, aos vinte e dois dias do mes de marco de mil novecentos e noventa e tres. Eu, lavrei o presente e eu subscrevi.

Magali Dutra Gonçalves da Conceição
Diretora Secretaria da 2ª JCJ de Belém

(G.Reg.45.543)

RUTH VALLE SIZO FIDALGO
JUIZA DO TRABALHO NA PRESIDENCIA DA
2a JCJ DE BELEM

EDITAL DE NOTIFICACAO

Pelo presente EDITAL, indo por mim assinado, fica a firma COMERCIAL BOLEVARD LTDA reclamada nos autos do Processo No 2a JCJ-0787/91, em que e reclamante ANTONIO PAMPLONA DA COSTA notificada de que foi levantada a penhora que incidia sobre uma maquina registradora SWEDA No 4115-7703 4955, para que chegue ao conhecimento dos interessados e passado o presente EDITAL que vai publicado no Diario Oficial do Estado do Para e fixado no local de costume na sede da Junta. Dado e passado nesta cidade de Belem, aos vinte e dois dias do mes de marco de mil novecentos e noventa e tres. Eu, lavrei o presente e eu subscrevi.

Magali Dutra Gonçalves da Conceição
Diretora Secretaria da 2ª JCJ de Belém

RUTH VALLE SIZO FIDALGO
JUIZA DO TRABALHO NA PRESIDENCIA DA
2a JCJ DE BELEM

(G.Reg.45.544)

EDITAL DE NOTIFICACAO

Pelo presente EDITAL fica o Sr. LAURO JORGE MENDES MINEIRO, Consignado ora em lugar incerto e nao sabido, nos autos do Proc.nr.2a.JCJ-0123/93, em que e Consignante FUNDACAO DO BEM ESTADO DO PARA, notificado a comparecer perante a 2a.JUNTA DE CONCILIACAO E JULGAMENTO DE BELM, na Tv.D.Pedro I,746 no dia 04.08.93 as 19:15Hs., para oferecer provas que julgar necessarias, atraves de documentos ou testemunhas, estas no maximo de 03 (tres), na audiencia referente a reclamacao acima.

O nao comparecimento de V.Sa., a audiencia importara no Julgamento da questao a sua Revelia e na Aplicacao da Pena de confissao Quanto a Materia de Fato.

Para que chegue ao conhecimento do interessado e passado o presente EDITAL que vai publicado no Diario Oficial do Estado do Para e fixado no local de costume na sede da Junta.Em,30.03.93.Eu, Lavrei o presente e eu Subscrevi.

Paulo Afonso de Sousa
Auxiliar Judiciário

Magali Dutra Gonçalves da Conceição
Diretora Secretaria da 2ª JCJ de Belém

José Augusto Flouchedo Affonso
Juiz Presidente da 2.ª JCJ-Belém

(G.Reg.45.619)

EDITAL DE NOTIFICACAO

Pelo presente EDITAL, fica a empresa HERNAN ENGENHARIA LTDA, Litisconsorte Passivo, ora em lugar incerto e nao sabido, nos autos do Proc.nr.2a.JCJ-1021/92, em que sao partes VALQUIRIA SILVA SANTOS, reclamante e SOCIEDADE DE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA., reclamada, intimado a comparecer perante a 2a. JUNTA DE CONCILIACAO E JULGAMENTO DE BELEM na Tv. D. Pedro I, 746, no dia 30.06.93 as 17:05 Hs., para oferecer provas que julgar necessarias, atraves de documentos ou testemunhas no maximo de 03(tres), na audiencia referente a reclamacao acima.

O nao comparecimento de V.Sa., a audiencia importara no Julgamento da questao a sua Revelia e na aplicacao da Pena de Confissao Quanto a Materia de Fato.

Para que chegue ao conhecimento do interessado e passado o presente EDITAL que vai publicado no Diario Oficial do Estado do Para e fixado no local de costume na sede da Junta. Em,30.03.93. Eu, datilografei e eu subscrevi.

Magali Dutra Gonçalves da Conceição
Diretora Secretaria da 2ª JCJ de Belém

José Augusto Flouchedo Affonso
Juiz Presidente da 2.ª JCJ-Belém

(G.Reg.45.623)

EDITAL DE NOTIFICACAO

Pelo presente EDITAL fica a empresa FRIGORIFICOS MATADOUROS DO ESTADO DO PARA S/A reclamado, ora em lugar incerto e nao sabido, intimado a tomar ciencia da DECISAO proferida nos autos do Proc.nr.2a.JCJ-1563/92, em que e Reclamante RAIMUNDO ARAUJO DA COSTA, o teor da Decisao:

"RESOLVE A MM.2a.JCJ DE BELEM POR UNANIMIDADE, JULGAR PROCEDENTE, EM PARTE A RECLAMACAO AJUIZADA POR RAIMUNDO ARAUJO DA COSTA CONTRA FRIGORIFICOS E MATADOUROS DO ESTADO DO PARA S/A E ESTADO DO PARA, CONDENANDO OS LITISCONSORTES PASSIVOS, SOLIDARIAMENTE, A PAGAREM AO RECLAMANTE, O QUE, POR APURADO EM LIQUIDACAO DE SENTENCA A TITULO DE PLANO BRESSER,URP FEV/89 E IPC DE MARCO/90, DIFERENCAS SALARIAIS E REPERCUSSOES DESSES REAJUSTES SOBRE O AVISO PREVIO,FERIAS,ADICIONAIS DE FERIAS, DECIMOS TERCEIROS SALARIOS, FGTS COM 40%, HORAS EXTRAS E REPOUSOS SEMANAIS REMUNERADOS, ALEM DA MULTA DA LEI 7855/89, COM JUROS E ATUALIZACAO, NOS TERMOS DOS FUNDAMENTOS DA SENTENCA. IMPROCEDENTES OS DEMAIS PEDIDOS, POR FALTA DE AMPARO LEGAL. Custas pelos Litisconsortes arbitradas sobre o vr.de CR$5.000.000, na quantia de Cr$100.638,05.Sentenca sujeita a duplo grau de Jurisdicao obrigatorio, a teor do que estabelece o DL 779/69. Notifiquem-se as partes, face a antecipacao da Sentenca.

Para que chegue ao conhecimento do interessado e passado o presente EDITAL que vai publicado no Diario Oficial do Estado do Para e fixado no local de costume na sede da Junta. Em, 30.03.93. Eu, lavrei o presente e eu subscrevi.

Paulo Afonso de Sousa
Auxiliar Judiciário

Magali Dutra Gonçalves da Conceição
Diretora Secretaria da 2ª JCJ de Belém

José Augusto Flouchedo Affonso
Juiz Presidente da 2.ª JCJ-Belém

(G.Reg.45.624)

EDITAL DE NOTIFICACAO

Pelo presente EDITAL fica a empresa MACOR MADEIRAS DO PARA LTDA, Reclamada ora em lugar incerto e nao sabido, nos autos do Proc.nr.2a.JCJ-2523/93, em que e Reclamante RAIMUNDO GOMES MACHADO, notificado a comparecer a 2a.JUNTA DE CONCILIACAO E JULGAMENTO DE BELEM, na Tv.D.Pedro I,746, no dia 05.07.93 as 17:05Hs., para oferecer as provas que julgar necessarias, atraves de documentos ou tes temunhas, estas no maximo de 03(tres), na audiencia referente a reclamacao acima.

O nao comparecimento de V.Sa., a audiencia importara no julgamento da questao a sua revelia e na aplicacao da Pena de Confissao Quanto a materia de Fato.

Para que chegue ao conhecimento do interessado e passado o presente EDITAL que vai publicado no Diario Oficial do Estado do Para e fixado no local de costume na sede da Junta.Belem, 30.03.93.Eu, Lavrei o Presente e eu Subscrevi.

Paulo Afonso de Sousa
Auxiliar Judiciário

Magali Dutra Gonçalves da Conceição
Diretora Secretaria da 2ª JCJ de Belém

José Augusto Flouchedo Affonso
Juiz Presidente da 2.ª JCJ-Belém

(G.Reg.45.625)

006 JUNTA DE CONCILIAÇAO E JULGAMENTO DE BELEM

EDITAL DE PRAÇA COM PRAZO DE 20(VINTE) DIAS

O DR. HERBERT TADEU PEREIRA DE MATTOS, JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA DA SEXTA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM,

FAÇO SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele noticias tiverem que no dia 14.6.93, às 14:00 horas, na Sede desta Junta, na Tv. D. Pedro I nº 750, 3º El., 3º Andar, será levado à publico pregão de venda e arrematação a quem oferecer maior lance aos bens penhorados nos autos do Proc. nº 6ªJCJ-1.325/91, em que são partes: PAULO SÉRGIO DE FREITAS MEDEIROS, exequente e RQ SANGELA MERCÊS RAIOL, executada, bens esses que se encontram no Depósito Público deste Tribunal e que são os seguintes: UM FREEZER MARCA PROSDOCIMO, DE UMA TAMPA,COR BRANCA, NO ESTADO. VALOR ATRIBUIDO:Cr$-1.500.000,00; UM FOGÃO CONTINENTAL 2001, COM QUATRO BOCAS NO ESTADO. VALOR ATRIBUÍDO: Cr$-300.000,00 . VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO. Cr$-1.800.000,00 (HUM MILHAO E OITOCENTOS MIL CRUZEIROS).
Quem pretender arrematar ditos bens, deverá comparecer no dia e hora na Sede desta Junta, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E para chegar ao conhecimento dos interessados, é passado o presente EDITAL que será publicado no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ e afixado em local de costume na Sede desta Junta. Dos

DEZOITO dias de março de mil novecentos e noventa e TRÊS. Eu, (Maria Q. Campos) Aux. Judiciário, lavrei o presente. E eu, (JOAO SOUSA DE BRITO), Diretor de Secretaria, subscrevi. *.*.*.*

Diário Oficial

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

0529

CADERNO 4

ANO CI — 103º DA REPÚBLICA — Nº 27.453 BELÉM — SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1993

PENA BRANCA DO PARÁ S/A
CGC/MF: 05.054.226/0001-99
Sede: Av. Pedro Álvares Cabral, 264 - Belém - Pa.

RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas: Cumprindo determinações legais e estatutárias, oferecemos à apreciação e julgamento dos senhores acionistas, os atos e Contas, relativos ao Exercício Social, encerrado em 31 de dezembro de 1992. as Origens e aplicações de Recursos obedeceram as convenções sociais e aos cronogramas estabelecidos no projeto aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Colocamo- nos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Belém (Pa), 23 de Abril de 1993. **A DIRETORIA.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro
(Em milhares de cruzeiros)

	1992	1991		1992	1991
ATIVO			**PASSIVO**		
Circulante:			Circulante		
Caixa e bancos	209.289	64.655	Fornecedores	1.035.550	777.153
Aplicações financeiras	-	63.644	Imp. e taxas a recolher	103.175	10.536
Clientes	5.786.018	557.763	Salar. e encargos sociais	595.407	157.638
Prov.p/créd. de liq. duvid.	(204.393)	(20.260)	Outras contas a pagar	3.034.787	45.808
Estoques (Nota 3)	8.344.928	926.280	**T. DO PASSIVO CIRC.**	5.101.889	991.135
Outras contas a receber	2.354.803	150.049			
Despesas antecipadas	97	79.677	Exigível a Longo Prazo		
Total do ativo circulante	16.490.742	1.821.808	Débitos com emp. controladora		
Realizável a Longo Prazo:			coligadas e ligadas (Nota 4)	74.732.922	2.999.487
Créd. com emp. ligadas	509.246	8.251	Provisão para contingências	7.188.551	356.291
Depósitos Judiciais	7.053.682	-	Total do Exigível a longo prazo	81.921.473	3.355.778
Deposit. e emprést. compuls.	134.112	8.218			
Total do realizável a L./Prazo	7.697.040	16.469	Patrimônio Líq. (Nota 7)		
Permanente:			Capital Social	1.740.000	300.000
Investimentos:			Reserva de capital	40 525.775	3.130.016
Part. em empresas					
e coligadas (Nota 5)	13.319.484	1.030.297	Reservas de lucros	-	388.425
Outros investimentos	12.821.216	1.035.550	Prejuízos acumulados	(26.326.605)	-
	26.140.700	2.065.847	Total do patrimônio líquido	15.939.170	3.818.441
Imobilizado (Nota 6)	49.916.397	4.108.395			
Diferido	2.717.653	152.835			
Total do Permanente	78.774.750	6.327.077			
TOTAL DO ATIVO	102.962.532	8.165.354	**TOTAL DO PASSIVO**	102.962.532	8.165.354

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de cruzeiros)

	1992	1991
Receita de venda	52.273.164	5.274.717
Dedução das vendas	(2.373.930)	(615.233)
Recita Operacional	49.899.234	4.659.484
Custos dos Prod. vendidos	(38.942.934)	(4.514.494)
Lucro Bruto	10.956.300	144.990
Despesas Operacionais		
Despesas com vendas	(2.459.316)	(231.281)
Desp. gerais e administrativas	(3.173.992)	(280.763)
Honorários da diretoria	(374.055)	(48.225)
Despesas financeiras	(8.867.898)	(1.570.225)
Receitas Financeiras	7.031.160	260.468
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 5)	653.398	(99.448)
	(7.190.703)	(1.969.474)
Lucro (Prejuízo) Operacional	3.765.597	(1.824.484)
Receitas (despesas) não operacionais líquidas	(313.862)	(1.407)
Corr. monetária do balanço	(34.178.300)	590.482
Prejuízo do exercício	(30.726.565)	(1.235.409)
P. ação no fim do exerc. Cr$	(18.074,45)	(726,71)

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de cruzeiros)

	1992	1991
Origens		
Prejuízo do exercício	(30.726.565)	(1.235.409)
Débit. (Créd.) ao result. que não envolvem o Cap. Circ. Líq.:		
Correção Monet. do balanço	34.178.300	(590.482)
Depreciação e Amortização	3.934.961	461.211
Res. de equival. patrimonial	(653.398)	99.448
Variações monet. de realiz. e exigíveis a longo prazo	(356.293)	1.513.389
V. resid. das baix. do A. imobil	1.890.862	306.521
Total proveniente das operações	8.267.707	554.678
Red. do realiz. a longo prazo	8.218	4.691
Aumento do exig. a longo prazo	10.231.961	3.103.154
Dividendos	-	2.106
Total das origens	18.507.886	3.664.629
Aplicações:		
Aumento dos investimentos	8.218	4.115
Aumento do imobilizado	5.563.211	588.024
Aumento do Diferido	417.834	87.036
Aum. do realiz. a longo prazo -	1.905.897	14.061
Redução do exig. a longo prazo	-	2.220.237
Ajuste de exercícios anteriores	-	6.647
Dividendos	54.546	12.106
Total das aplicações	7.949.706	2.928.228
Aumento do capital cir. liq.	10.558.180	736.401
Variações do Capital Circulante:		
Ativo Circulante:		
No início do exexrcício	1.821.808	224.226
No fim do exercício	16.490.742	1.821.808
	14.668.934	1.597.582
Passivo Circulante		
No início do exercício	991.135	129.954
No fim do exercício	5.101.889	991.135
	4.110.754	861.181
Aumento do Cap. Circ. Líquido	10.558.180	736.401

As notas explicativas são parte integrantedas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de cruzeiros)

	Reservas de Capital				Reservas de lucros				
	Capital social	Correção monetária do capital	Reserva para aumento de capital	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Outras reservas	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dez. de 1990	31.000	556.363	111	2.634	45.248	145.284	10.656	92.852	884.148
Ajuste de exercício anteriores								(2.647)	(2.647)
Dividendos Complementares								(12.106)	(12.106)
Aumento de cap. com reservas	269.000	(261.988)	(111)	(2.381)	-	(4.520)	-	-	-
Correção monetária	-	2.834.123	-	1.204	215.753	671.191	50.810	411.374	4.184.455
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(1.235.409)	(1.235.409)
Res. para aumento de Cap.	-	-	61	-	-	-	-	(61)	-
Realização da reservas de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(684.531)	-	684.531	-
Compensação de prejuízos	-	-	-	-	-	-	(61.466)	61.466	-
Saldo em 31 de dez. de 1991	300.000	3.128.498	61	1.457	261.001	127.424	-	-	3.818.441
Aumento do capital com reservas	1.440.000	(1.430.474)	(61)	(1.457)	-	(8.008)	-	-	-
distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(54.546)	-	-	(54.546)
Correção monetária	-	38.827.751	-	-	2.947.641	1.126.448	-	-	42.901.840
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(30.726.565)	(30.726.656)
Absorção de reservas	-	-	-	-	(3.208.642)	(1.191.318)	-	4.399.960	-
Saldo em 31 de dez. de 1992	1.740.000	40.525.775	-	-	-	-	-	(26.326.605)	15.939.170

DIRETORIA: CARLOS WIETHAEUPER, ALBERTO ZUZZI, AMARO SANTANA LEITE, e OSSAMU HAYAMA. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** ALBERTO ZUZZI, JOSÉ PACHECOO DE ALMEIDA PRADO NETTO, CARLOS WIETHAEUPER, ERNI WIETHAEUPER, MARIA TEREZA C. VARIOLA e RUBEM WIETHAEUPER. **TÉC. CONTABILIDADE CRC/PA 4639** - EMANOEL JOSÉ DE SOUZA AVIZ C.I.C. 019.345.892-68.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 1992 e 1991 (Valores expressos em milhares de cruzeiros)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia tem por atividade operacional a criação, produção, abate, beneficiamento e comercialização, exportação e importação de seus produtos, subprodutoos e derivados e de rações animais e seus insumos. **2. PRINCÍPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a)** Base de apresentação das demonstraçoés financeiras e efeitos da inflação - As demonstraçoés financeiras foram elaboradas com base nas disposiçoés contidas na Lei das Sociedades por Açoés. Estão atualizadas monetariamente pela atualizaçãoda Unidade Monetária CONTÁBIL (UMC) de 31 de dezembro de 1992 (Cr$ 7.340,03), compreendendo o Ativo Permanente, o Patrimônio Líquido e outros ativos e passivos sujeitos a indexaçaõ. Em funçaõ dos efeitos dos elevados índices inflacionários a que se submete a nossa econômia a comparabilidade das demonstraçoés financeiras fica sensivelmente prejudicada por corresponder à simples agregação de valores nominais das transações, principalmente no que se relaciona com estoques, custos, receitas e despesas, formadas em períodos de diferentes poderes aquisitivos da moeda. **b)** Receitas e despesas - Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. **c)** Provisão para Créditos de liquidação duvidosa - E constituída até o limite que se estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber **d)** Estoques - Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede ao valor de mercado. **e)** Investimentos - Os investimentos relevantes em empresas coligadas está avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária. **f)** Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, corrigidos monetariamente. A depreciação é calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações e benfeitorias - 4%, Móveis e Utensílios - 10%, Máquinas e Equipamentos - 10%, Veículos - 20% e Plantéis de reprodutores - variável em função do índice de produção.

3. ESTOQUES:

	1992	1991
Aves e bovinos:		
Produtos acabados	114.558	9.631
Animais em criação	4.019.840	327.876
Ovos em incubatório	863.578	74.612
Ração		
Produtos acabados	402.110	11.164
Matéria -prima	2.390.658	247.699
Almoxarifado	371.441	105.468
Material de embalagem	182.743	2.830
adiantamento aos fornecedores	-	147.000
	8.344.928	926.280

4. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

	Realizável a longo prazo		Exigível a longo prazo	
	1992	1991	1992	1991
Pena Branca Alimentos do Sul S/A.	420.176			
Moinho de Trigo Belém S A.			45.888.630	1.577.100
Moinho da Luz S/A.			2.323.433	120.702
Moluz Moagem e Avicultura Ltda.			21.384.529	980.874
Pena Branca Agro-Industrial S/A.			3.718.638	262.531
Pena Branca do Maranhão S/A-Avicultura			545.452	-
Outras empresas	89.070	8.251	872.240	57.280
	509.246	8.251	74.732.922	2.998.487

Os débitos e créditos são atualizados monetariamente com base em índices estabelecidos contratualmente. A partir de janeiro de 1992, os débitos e créditos passaram a ser corrigidos monetariamente com base na variação do valor nominal da UFIR com registro no resultado, na conta "correção monetária do balanço".

5. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS: informações sobre as empresas controladas e coligadas, com bases nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 1992 e 1991. - investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Moluz - Moagem e Avicultura Ltda.	1992	1991
Patrimonio Líquido	119.431.368	9.238.345
Total de quotas	2.800.000	2.800.000
Participação no Capital	11,15%	11,15%
Resultado da equivalência patrimonial	653.398	(99.448)
	1992	1991
- Outros Investimentos		
Pena Branca Frigorífico de Pernambuco S/A.	11.637.871	946.659
Pena Branca do Maranhão S/A.	224	18
Outros	1.183.121	88.873
	12.821.216	1.035.550

6. IMOBILIZADO:

	1992	1991
Edificações e benfeitorias	28.280.044	2.208.305
Móveis e utensílios	2.301.586	158.424
Maquinas e equipamentos	19.225.789	1.706.590
Veículos	7.528.665	818.248
Plantéis de reprodutores	10.454.609	804.654
	67.790.693	5.696.221
Menos: Depreciação acumulada	(23.958.753)	(91.826.929)
terrenos	5.164.988	189.952
Construções em andamento	904.947	34.683
Adiantamento aos fornecedores	14.522	14.468
	49.916.397	4.108.395

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social - O Capital Social em 31 de dezembro de 1992 e de 1991 está representado por 1.700.000 ações sem valor nominal, sendo 357.564 ações ordinárias e 1.342.436 ações preferênciais; **b)** Reserva de Lucros a realizar - E constituída em conformidade com o artigo 197 da Lei 6.404/76, relativos a lucros economicamente existente mas financeiramente ainda não realizados; quando realizados são transferidos para lucros acumulados e computados para fins de de cálculo do dividendo obrigatório. Em 1992 a Companhia realizou a reserva de lucros a realizar para compensar o prejuízo do exercício. **c)** Dividendos - O Estatuto Social determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, calculados na fórma da lei. **8. DEPÓSITOS JUDICIAIS:** A Companhia está contestando judicialmente alguns impostos e taxas, no montante de Cr$ 7.053.682, considerados de natureza polêmica. A política para todas as unidades que compoêm o Grupo Pena Branca, é atualizar monetariamente os depósitos efetuados, e a provisão para contingências no passivo, com base no variação da TRD. **9. FUNDAÇÃO PENA BRANCA DE SEGURIDADE SOCIAL:** A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Pena Branca que tem por objetivos principais a suplementação da aposentadoria e o amparo Social dos empregados, dirigentes e respectivos dependentes. As contribuições feitas pela Companhia de 1992, calculada com base na remuneração mensal dos empregados e dirigentes, totalizaram Cr$ 355.348 (Cr$ 44.092 em 1991). A avaliação do Plano de Benefícios da Fundação, em conformidade com a legislação é procedida por atuário independente. Do ponto de vista atuarial, a Fundação não apresentou insuficiência de recursos em 31 de dezembro de 1992 e de 1991. **10. EVENTO SUBSEQUENTE!** A Médida Provisória 312 editada em 12 de fevereiro de 1993 posteriormente substituida pela Médida Provisória 314 de 12 de março de 1993, revoga a Lei 8.200/91 que legislava sobre aspectos fiscais e contábeis da correção monetária das demonstrações contábeis. Caso seja aprovada e promulgada como lei, produzirá efeitos fiscais ainda não quantificados que afetarão as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 1992.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Aos Diretores e Acionistas do **PENA BRANCA DO PARÁ S/A.** 1. Examinamos os balanços patrimoniais do PENA BRANCA DO PARÁ S/A levantados em 31 de Dezembro de 1992 e de 1991, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com bases em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (C) a avallação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **PENA - BRANCA DO PARÁ S/A.**, em 31 de dezembro de 1992 e de 1991, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, do acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, emanados da legislação societária. ERNST & YOUNG, SOTEC - Auditores Independentes S.C. **CHARLES B. HOLLAND - CONTADOR** CRC-RJ 16.367 "S" S.P.804. São Paulo, 19 de fevereiro de 1993, exceto pela nota 10 cuja data é de 6 de abril de 1993.

MOINHO DE TRIGO BELÉM S/A
CGC/MF: 04.795.944/0001-53
Sede: Av. Pedro Álvares Cabral, 264 - Belém - Pa.

RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas: Cumprindo determinações legais e estatutárias, oferecemos à apreciação e julgamento dos senhores acionistas, os atos e Contas, relativos ao Exercício Social, encerrado em 31 de dezembro de 1992, as Origens e aplicações de Recursos obedeceram as convenções sociais e aos cronogramas estabelecidos no projeto aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. Colocamo- nos à disposição para qualquer esclarecimentos julgados necessários. Belém (Pa), 23 de Abril de 1993. A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro
(Em milhares de cruzeiros)

ATIVO	1992	1991	PASSIVO	1992	1991
Circulante:			Circulante		
Caixa e bancos	388.024	129.386	Fornecedores	34.230.862	1.506.603
Aplicações financeiras	156.630	2.697	Imp. e taxas a recolher	3.173.045	363.153
Clientes	15.415.792	1.168.047	Salar. e encargos sociais	474.140	107.330
Prov.p/créd. de liq. duvid.	(493.583)	(45.759)	Imposto sobre a renda	4.088.510	81.428
Estoques (Nota 3)	3.248.528	1.334.648	Outras contas a pagar	1.933.981	176.368
Outras contas a receber	1.764.660	68.754	Divid. propostos pagar	2.170.000	-
Despesas antecipadas	7.957	63.859			
Total do ativo circulante	20.488.008	2.741.632	Total do passivo circ.	46.070.538	2.234.882
Realizável a Longo Prazo:			Realizável a longo prazo:		
Créd. com emp. controladas, coligadas e ligadas (Nota 4)	60.671.272	2.103.770	Débitos com emp. coligadas e ligadas (Nota 4)	19.894.818	1.550.596
Dép. e emprést. comp.(Nota 8)	12.709.749	16.383	Imposto de renda diferido	498.812	40.575
Outras contas a receber	4.132	4.409	Provisão para contingências	12.430.270	601.919
Total do realizável a longo prazo	73.385.153	2.124.562	Total do exig. a longo prazo	32.823.900	2.193.090
Permanente:			Patrimônio Líquido(Nota 7):		
Investimentos:			Capital Social	4.780.000	810.000
Part. em empresas controladas e coligadas (Nota 5)	63.398.714	5.720.348	Reserva de capital	111.735.418	8.405.194
Outros investimentos	2.186.407	1.834.736	Reservas de lucros	-	1.469.707
	65.585.121	7.555.084	Prejuízos acumulados	(3.840.000)	-
Imobilizado (Nota 6)	32.111.574	2.691.595	Total do patrimônio líquido	112.675.418	10.684.901
Total do permanente	97.696.695	10.246.679			
TOTAL DO ATIVO	191.569.856	15.112.873	TOTAL DO PASSIVO	191.569.856	15.112.873

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de dezembro (Em milhares de cruzeiros)

	1992	1991
Receita de venda	93.473.044	9.932.842
Dedução das vendas	(14.331.950)	(1.651.306)
Receita Operacional Líquida	79.141.094	8.281.536
Custos dos produtos vendidos	(50.721.149)	(6.653.779)
Lucro Bruto	28.419.945	1.627.757
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	(1.832.638)	(188.369)
Desp. Gerais e administrativas	(4.289.941)	(331.282)
Honorários da diretoria	(410.388)	(47.166)
Despesas financeiras	(39.340.336)	(2.175.356)
Receitas Financeiras	11.786.166	1.586.559
Outras despesas operacionais	(126.063)	-
Resultado de equivalência patrimônial (Nota5)	(27.437.098)	(911.272)
	(61.650.298)	(2.066.886)
Prejuízo operacional	(33.230.353)	(439.129)
Receitas (despesas) não operacionais líquidas (nota 6)	30.421	(692.000)
Corr. monetária do balanço	19.225.216	83.739
Prejuízo antes do Imp. de Renda	(13.974.716)	(1.047.390)
Prov. p/ imp. sobre renda	(4.367.321)	(155.665)
Prejuízo líq. do exercício	(18.342.037)	(1.203.055)
Prejuízo por ação do capital social realizado no fim do exercício Cr$	(3.690,55)	(259,55)

DEMONSTRAÇÃO DAS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
Exercícios Findos em 31 de dezembro (Em milhares de cruzeiros)

	1992	1991
Origens		
Incentivos fiscais	1.616.083	-
Subvenção para investimentos	-	87.342
Redução do Realiz. a L prazo	16.669	2.371.354
Redução de investimentos	23.857	-
Aumento do Exig. a L. Prazo	3.349.965	4.379.985
Dividendos	-	16.858
Ajuste de exercícios anteriores	24.749	-
Total das origens	5.031.314	6.855.539
Aplicações		
Prejuízo líquido do exercício	18.342.037	1.203.055
Débitos(créd.)ao result. que não envolvem capital circ. líquido:		
Correção monetária do balanço	19.225.215	83.739
Depreciação	(1.081.826)	(111.123)
Res. de equivalência patrimonial	(27.437.098)	(911.272)
V. M. de realiz. e exig. a L./P.	(458.237)	(303.884)
var. res. de baixa do A. Imobiliz	(34.893)	(787.397)
T. aplicado nas operações	8.555.198	(826.882)
Aumento dos investimentos	24.504	3.686
Aumento do imobilizado	822.366	272.837
Aumento do real z. a L./P.	18.254.708	3.177.963
Redução do exig. a L./Prazo	601.920	3.925.547
Imposto de renda na Fonte - LL	449.125	13.105
Ajuste de exerc. anteriores	-	10.084
Dividendos	2.412.773	15.202
Total das aplicações	31.120.594	6.591.542
Aum.(dimin.)do cap. circ. líq.	(26.089.280)	263.997
Variação do cap. circulante:		
Ativo Circulante:		
No início do exercício	2.741.632	377.207
No fim do exercício	20.488.008	2.741.632
	17.746.376	2.364.425
Passivo circulante:		
No início do exercício	2.234.882	134.454
No fim do exercício	46.070.538	2.234.882
Aum.(dimin.)do cap. circ. líq.	43.835.656	2.100.428
	(26.089.280)	263.997

As notas explicativas são parte integrantedas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de cruzeiros)

	Reservas de Capital						Reservas de lucros		
	Capital social	Correção monetária	Subvenções para investimentos	Reserva para aumento de capital	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de Lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 1990, ajustados	81.000	1.453.723	33.170	1.546	292	116.335	720.180	(346.234)	2.060.012
Ajuste de exercício anteriores								(10.084)	(10.084)
Dividendos Complementares								(15.202)	(15.202)
Aumento de cap. com reservas	729.000	(684.550)	(33.170)	(1.546)	(264)		(9.470)		-
Incentivos Fiscais					4.409				4.409
Correção Monetária		7.529.878			5.860	554.714	3.407.549	(1.723.417)	9.774.584
Realização de reserva de lucros a realizar							(3.319.601)	3.319.601	-
Subvenções para investimentos			87.342						87.342
Prejuízo do Exercício								(1.203.055)	(1.203.055)
Imposto de renda na fonte sobre resultado do exercício								(13.105)	(13.105)
Res. p/ aumento de capital				8.504				(8.504)	-
Saldo em 31 de dez. de 1991	810.000	8.299.051	87.342	8.504	10.297	671.049	798.658	-	10.684.901
Aumento de capital c/reservas	3.970.000	(3.862.278)	(87.342)	(8.504)	(10.297)		(1.579)		
Distribuição de dividendos							(242.773)		(242.773)
Incentivo Fiscal-SUDAM DL756/69				1.611.951					1.611.951
Incentivos fiscais					4.132				4.132
Correção Monetária		104.090.765		1.573.846	17.951	7.578.577	8.292.482		121.553.621
Ajuste de exercício anteriores							24.749		24.749
Prejuízo do exercício								(18.342.037)	(18.342.037)
Imposto de renda na fonte sobre o resultado do exercício								(449.126)	(449.126)
Dividendos propostos								(2.170.000)	(2.170.000)
Reversão res. de luc. a realizar							(33.706)	33.706	-
Absorção c/ reservas de lucros						(8.249.626)	(8.837.831)	17.087.457	
Saldo em 31 de dez. de 1992	4.780.000	108.527.538	-	3.185.797	22.083	-		(3.840.000)	12.675.418

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 1992 e 1991 (Valores expressos em milhares de cruzeiros)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia exerce atividades de Industrialização e comercialização de trigo e seus derivados. **2. PRINCÍPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS:** a) Base de apresentação das demonstraçoês financeiras e efeitos da inflação - As demonstraçoês financeiras foram elaboradas com base nas disposiçoês contidas na Lei das Sociedades por Açoês. Estão atualizadas monetariamente pela atualização da Unidade Monetária Contábil (UMC) de 31 de dezembro de 1992 (Cr$ 7.340,03), compreendendo o Ativo Permanente, o Patrimônio Líquido e outros ativos e passivos sujeitos a indexaçãc. Em funçaõ dos efeitos dos elevados índices inflacionários a que se submete a nossa econômia a comparabilidade das demonstraçoês financeiras fica sensivelmente prejudicada por corresponder à simples agregação de valores nominais das transações, principalmente no que relaciona com estoques, custos, receitas e despesas, formadas em períodos de diferentes poderes aquisitivos da moeda. b) Receitas e despesas - Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. c) Provisão para Créditos de liquidação duvidosa - É constituída até o limite que se estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber d) Estoques - Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede valor de mercado. e) Investimentos - Os investimentos relevantes em empresas controladas e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária. f) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, corrigidos monetariamente. A depreciação é calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações e benfeitorias 4%, Móveis e utensílios 10%, Máquinas e equipamentos 10%, Veículos 20%. g) Impostos - (I) Contribuição social. A contribuição social é provisionada à alíquota de 10% sobre o lucro ajustado. (II) Impostos de renda na fonte sobre o lucro líquido do exercício. É calculado à alíquota de 8% sobre o lucro líquido ajustado, sendo seu registro feito a débito de lucros acumulados. (III) Impostos de renda. Por estar sediada em área incentivada pela SUDAM , a Companhia goza de incentivos fiscais de isenção e redução de Imposto de renda com relação aos resultados oriundos de sua atividade industrial na Amazônia Legal, calculados com base em projetos de ampliação e diversificação da produção. A provisão para Imposto de renda é registrada no resultado do exercício pelo montante bruto, que inclui os incentivos fiscais. A parcela de isenção e redução do Imposto de renda é registrada a débito da provisão para Imposto de renda em contrapartida à reserva de capital.

3. ESTOQUES:

	1992	1991
Produtos acabados	556.594	79.139
Matéria Prima	2.543.665	840.772
Material de embalagem	148.269	78.054
Adiantamentos aos fornecedores	-	336.683
	3.248.528	1.334.648

4. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

	Realizável a longo prazo		Exigível a longo prazo	
	1992	1991	1992	1991
Pena Branca do Pará S/A.	45.888.630	1.577.100		
Pena Branca Frigorífico de Pernambuco S/A.	1.764.654	133.301		
Moinho Pernambucano S/A.	5.405.892	379.831		
Moinho da Luz S/A.			1.844.762	193.152
Moinhos Cruzeiro do Sul S/A.			6.828.784	549.258
Moinho de Trigo Maranhão S/A.	770.932			152.037
Moluz - Moagem e Avicultura Ltda.	6.835.656			268.378
Outras empresas	5.508	13.538	11.221.272	387.771
	60.671.272	2.103.770	19.894.818	1.550.596

Os débitos e créditos são atualizados monetariamente com base em índices estabelecidos contratualmente. A partir de janeiro de 1992, os débitos e créditos passaram a ser corrigidos monetariamente com base na variação do valor nominal do UFIR com registro no resultado, na conta "correção monetária do balanço".

5. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS CONTROLADAS E COLIGADAS:

	Capital Social		Total ações/cotas de capital		Patrimônio Líquido		Lucro Líquido(prejuízo) do exercício		Participação no capital social (%)	
	1992	1991	1992	1991	1992	1991	1992	1991	1992	1991
Pena Branca Alimentos do Sul S/A.	11.546.495	1.417.571	18.963.152	9.481.576	310.282.225	11.691.194	(35.875.326)	(2.454.226)	13,09	14,33
Moluz Moagem e Avicultura Ltda.	2.800.000	2.800.000	2.800.000.000	2.800.000.000	119.431.368	9.238.345	5.858.632	(1.357.144)	11,15	11,15
Pena Branca do Pará S.A.	1.740.000	300.000	1.700.000	1.700.000	15.939.171	3.818.441	(30.726.565)	(1.235.409)	39,73	39,69
Big Birds S.A. Produtos Avícolas	400.000	400.000	2.433.250	2.433.250	35.237.567	8.301.971	(892.680)	405.334	15,78	15,78
Pena Branca Corretoras do Seguros ltda.	100	100	100.000	100.000	1.293.583	54.200	596.465	41.091	19,98	19,98
Pena Branca do Pará Distrib. de cames Ltda.	4.000	4.000	4.000.000	4.000.000	942.885	85.480	(78.281)	(80.630)	99,99	99,99
Agropam Pecuária e reflorestamento Ltda*	2	2	2.000	2.000	4.667.884	448.353	(585.581)	(13.903)	20,50	20,50

*Em 02/08/92 a Big. Birds S/A Produtos Avícolas foi incorporada pela Pena Branca Alimentos do Sul S/A.

6. IMOBILIZADO:

	1992	1991
Edificações e benfeitorias	23.787.376	1.926.028
Móveis e Utensílios	2.543.947	125.178
Máquinas e Equipamentos	24.092.919	1.922.221
Veículos	1.773.440	146.390
	52.197.682	4.119.817
Menos: Depreciação acumulada	(24.739.987)	(1.818.323)
Terrenos	4.187.983	340.663
Construções em andamento	340.366	-
Importações em andamento		45.893
Marcas e patentes	-	-
Outros	125.530	3.545
	32.111.574	2.691.595

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital Social - O Capital Social em 31 de dezembro de 1992 está representado por 4.970.000 ações (4.635.186 ações em 1991) sem valor nominal, sendo 2.977.622 ações ordinárias e 1.992.378 ações preferenciais; b) Reserva Legal - É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, em conformidade com a legislação societária vigente; c) Reserva de Lucros a Realizar - É constituída em conformidade com o artigo 197 da Lei 6.404/76, relativos a lucros economicamente existentes, mas financeiramente ainda não realizados; quando realizados, são transferidos para lucros acumulados e computados para fins de cálculo do dividendo obrigatório. Em 1992 e 1991, a Companhia realizou a reserva de lucros a realizar no montante suficiente para compensar o prejuízo do exercício; d) Dividendos - O Estatuto Social determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, calculados na forma da lei. **8. DEPÓSITOS JUDICIAIS:** A Companhia está contestando judicialmente alguns impostos e taxas, no montante de Cr$ 12.445.636, considerados de natureza polêmica. A política para todas as unidades que compoêm o Grupo Pena Branca, é atualizar monetariamente os depósitos efetuados, e a provisão para contingências no passivo, com base no variação da TRD. **9. FUNDAÇÃO PENA BRANCA DE SEGURIDADE SOCIAL:** A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Pena Branca que tem por objetivos principais a suplementação da aposentadoria e o amparo social dos empregados, dirigentes e respectivos dependentes. As contribuições feitas pela Companhia de 1992, calculada com base na remuneração mensal dos empregados e dirigentes, totalizaram Cr$ 229.065 (Cr$ 38.822 em 1991). A avaliação do Plano de Benefícios da Fundação, em conformidade com a legislação é procedida por atuário independente. Do ponto de vista atuarial, a Fundação não apresentou insuficiência de recursos em 31 de dezembro de 1992 e de 1991. **10. EVENTO SUBSEQUENTE:** A Medida Provisória 312 editada em 12 de fevereiro de 1993 posteriormente substituída pela Medida Provisória 314 de 12 de março de 1993, revoga a Lei 8.200/91 que legislava sobre aspectos fiscais e contábeis da correção monetária das demonstrações contábeis. Caso seja aprovada e promulgada como lei, produzirá efeitos fiscais ainda não quantificados que afetarão as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 1992.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Aos Diretores e Acionistas do Moinho de Trigo Belém S/A. 1. Examinamos os balanços patrimoniais do Moinho de Trigo Belém S/A., levantados em 31 de Dezembro de 1992 e de 1991, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles Internos da Companhia; (b) a constatação, com bases em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (C) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **MOINHO DE TRIGO BELÉM S/A.**, em 31 de dezembro de 1992 e de 1991, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, emanados da legislação societária. ERNST & YOUNG, SOTEC - Auditores Independentes S.C. CHARLES B. HOLLAND - CONTADOR CRC-RJ 16.367 "S"S.P.804. São Paulo, 19 de fevereiro de 1993, exceto pela nota 10 cuja data é de 6 de abril de 1993.

DIRETORIA: CARLOS WIETHAEUPER, ALBERTO ZUZZI, AMARO SANTANA LEITE, e OSSAMU HAYAMA. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** ALBERTO ZUZZI, ARTHUR WIETHAEUPER, CARLOS WIETHAEUPER, ERNI WIETHAEUPER, MARIA TEREZA C. VARIOLA, e RUBEM WIETHAEUPER. **TÉC. CONTABILIDADE CRC/PA 4639** - EMANOEL JOSÉ DE SOUZA AVIZ C.I.C. 019.345.892-68.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇAO AGRICOLA DOS PEQUENOS E MINI PRODUTORES RURAIS DA GLEBA SANTA MARIA I E II

Associação Agrícola dos Pequenos e Mini Produtores Rurais da Gleba Santa Maria I e II.

Razão Social: Associação Agrícola dos Pequenos e Mini Produtores Rurais da Gleba Santa Maria I e II.

Fundação: 07/02/93 Sede: Igarapé - Itapicuru (Município de Acará)

Foro Jurídico: Município de Belém

Caracterização: É uma sociedade sem fins lucrativos.

Finalidade: Colaborar no desenvolvimento e defesa dos interesses de todos os associados, representar, quando for outorgado, poderes aos seus associados perante as instâncias judiciais e promover a união no espírito comunitário de seus associados.

Prazo de Duração: Indeterminado.

Categorias de Sócios: Efetivos e Honorários.

Direitos dos Sócios: Votar e ser votado, tomar parte das Assembléias Gerais e recorrer à Associação quando prejudicado, para defesa dos seus direitos.

Deveres dos Sócios: Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e acatar as determinações dos órgãos de direção e fiscalização da associação, desempenhar os encargos que lhes forem conferidos com presteza e dedicação.

Dos Orgãos da Associação: Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal.

Convocação: Em primeira convocação com 1/3, com no mínimo de 8 (oito) sócios. Antecedência de 05 (cinco) dias.

Diretoria: Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro e um Relações Públicas, 1º, 2º e 3º Membro do Conselho Fiscal.

Mandato: Será de 03 (três) anos, podendo haver reeleição.

Casos Omissos: Serão resolvidos por maioria absoluta de votos dos associados, por deliberação em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada.

Aprovação: Estatuto aprovado em Assembléia Geral realizada no dia 07/02/93.

(G. Reg. nº 45955)

TÁGIDE VEÍCULOS S/A. C.G.C./ M.F. Nº 04.896.379/0001-10. **RELATÓRIO DA DIRETORIA:** Senhores Acionistas - Em cumprimento das determinações legais e estatutárias, vimos apresentar o Relatório das nossas atividades relativas ao Exercício Social de 1992, com substânciado nas demonstrações Financeiras integrantes da presente prestação de contas. Colocamo- nos à disposição dos senhores acionistas, para quaisquer esclarecimentos e agradecemos a confiança depositada nesta Diretoria. a) **JUNICHIRO YAMADA** - DIRETOR PRESIDENTE.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992
(Em unidade de cruzeiros)

ATIVO	1992	1991
Circulante	19.381.708.026	1.459.783.469
Disponível	956.391.864	125.032.432
Caixa e Bancos	956.391.864	125.032.432
Valores Realizáveis	18.425.316.162	1.334.751.037
Aplicações Soc. Conta Participação	2.252.095.450	120.984.419
Estoques	13.753.553.111	541.536.986
Adiantamentos a Fornecedores	56.841.632	46.700.433
Clientes	2.194.344.144	607.104.492
Impostos a Recuperar	87.124.654	7.871.224
Despesas do Exercício Seguinte	145.798.452	17.440.385
Outras Contas	900.000	504.003
(-)Provisão p/ Créditos Duvidosos	65.341.281	(7.396.905)
Realizável a Longo Prazo	762.415.605	30.364.865
Créditos de Pessoas Ligadas	731.749.758	30.342.613
(Empréstimos Compulsório)	30.665.847	22.192
Permanente	12.441.106.556	1.092.627.218
Investimentos	4.980.580.839	456.931.615
Imobilizado	10.455.953.497	842.487.742
(-)Depreciação Acumulada	3.025.931.810	(209.461.124)
Diferido	93.622.449	6.843.835
(-)Amortização	63.118.419	(4.174.850)
TOTAL DO ATIVO	32.585.230.187	2.582.775.492

PASSIVO	1992	1991
Circulante	17.274.246.729	407.505.424
Fornecedores	8.799.718.278	139.366.222
Impostos e Contribuições a Pagar	3.184.042.271	151.342.449
Salários a Pagar	210.338.608	2.446.507
Dividendos a Pagar	8.862.042	8.862.042
Títulos a Pagar	4.997.404.000	-
Provisão p/ Contribuição Social	-	7.302.781
Provisão p/ Imposto de Renda	-	32.962.272
Outras Contas	73.881.530	65.223.151
Patrimônio Líquido	13.310.983.458	2.175.270.068
Capital	2.000.000.000	230.000.000
Reservas de Capital	22.587.243.986	1.606.186.290
Reservas de Lucros	801.251.254	99.664.399
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(10.077.511.782)	239.419.379
TOTAL DO PASSIVO	32.585.230.187	2.582.775.492

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

	1992	1991
Saldo Anterior	239.419.379	63.485.994
Ajuste do Período Anterior	-	20.275.821
Correção Monetária dos Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.107.930.117	195.716.960
Outros Recursos	-	1.214.531
Lucro Líquido do Período	-	18.344.100
Prejuízo Líquido do Período	(11.283.544.184)	-
Soma dos Recursos	(9.936.194.688)	299.037.406
Transferido para Reservas	-	917.205
Parcela Incorporada ao capital	130.242.694	56.516.486
Imposto na Fonte s/ Lucro Líquido	11.074.400	-
Outras Aplicações	-	2.184.336
Soma das Aplicações	141.317.094	59.618.027
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(10.077.511.782)	239.419.379

DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

COMPONENTES	INÍCIO DO EXERCÍCIO	FIM DO EXERCÍCIO	VARIAÇÕES
ATIVO CIRCULANTE	19.381.708.026	1.459.783.469	17.921.924.557
PASSIVO CIRCULANTE	17.274.246.729	407.505.424	16.866.741.305
VARIAÇÕES	**2.107.461.297**	**1.052.278.045**	**1.055.183.252**

Apuração do Resultado do Exercício	1992	1991
Receitas de Rendas Bens e Serviços	57.729.611.171	5.653.278.759
Vendas Canceladas e Impostos	7.858.986.656	873.220.783
Receita Líquida	49.870.624.515	4.780.057.976
Custo de Vend s Bens e Serviços	40.078.821.995	3.193.380.979
Lucro Bruto	9.791.802.520	1.586.676.997
Variações Monetária Ativa	665.637.848	27.627.449
Receitas Financeiras	825.859.330	92.127.145
Ganhos em Participações Societárias	382.916	274.32.415
Reversão de Reservas	7.390.904	3.334.715
Outras Receitas Operacionais	169.988.634	11.502.619

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

1 - ORIGENS	1992 EM CR$ - 1,00	1991 EM CR$ - 1,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	18.344.100
AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL	1.770.000.000	215.600.000
AUMENTO DA RESERVA DO CAPITAL	20.981.057.696	1.437.241.540
AUMENTO DA RESERVA DE LUCROS	701.586.855	89.605.615
AUMENTO DOS LUCROS ACUMULADOS	-	157.589.285
AUMENTO DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	-
AUMENTO PROVISÃO P/ DEPRECIAÇÃO	2.816.470.686	192.832.052
AUMENTO PROVISÃO P/ AMORTIZAÇÃO	58.943.569	3.872.879
TOTAL DAS ORIGENS	**26.328.058.806**	**2.115.085.471**
2 - APLICAÇÕES		
AUMENTO DO REALIZ. A LONGO PRAZO	732.050.800	29.677.170
AUMENTO DOS INVESTIMENTOS	4.523.643.224	410.815.100
AUMENTO DO IMOBILIZADO	9.613.465.755	771.561.587
AUMENTO DO DIFERIDO	86.778.614	6.252.093
REDUÇÃO DOS LUCROS ACUMULADOS	239.419.379	-
PREJUÍZOS ACUMULADOS	10.077.511.782	-
SOMA DAS APLICAÇÕES	25.272.875.554	1.218.306.616
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	1.055.183.252	896.778.855
	26.328.058.806	**2.115.085.471**
Despesas Operacionais	6.179.304.778	638.130.981
Variações Monetária Passiva	242.135.315	30.793.676
Despesas Financeiras	2.160.979.312	27.838.815
Perdas em Participações Societárias	1.465.436.201	52.491.408
Lucro Operacional	1.413.206.546	999.546.460
Resultado da Correção Monetária	12.696.750.730	940.937.307
Resultado do Exercício	(11.283.544.184)	58.609.153
Provisão p/ Contribuição Social	-	7.302.781
Lucro Líquido antes Imp. de Renda	-	51.306.372
Previsão p/ Impoosto de Renda	-	32.962.272
Lucro Líquidoo	(11.283.544.184)	18.344.100
Reserva Legal	-	917.205
Lucro a Disposição da A.G.O	-	17.426.895
Lucros Acumul. (Compensação parte Prejuízo)	1.206.032.402	-
Prejuízos Acumulados	(10.077.511.782)	-

JUNICHIRO YAMADA - Diretor Presidente, MARIA DO ROSARIO PINHEIRO - Tec. em Contabilidade, FERNANDO TERUÓ YAMADA - Diretor Financeiro CRC PI 427-T.Pá - CPF: 001.086.002-97.

(Fat. nº 10.016850, Reg. nº 10.016850, Dia: 23/04/93)

RESUMO DO ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

Denominação: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
Data da Fundação: 31.12.1992
Prazo de Duração: Indeterminado
Objetivos: Representar, Defender e Organizar os interesses da categoria perante as autoridades públicas, além de outros.
Composição da Diretoria: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro.
Prazo de mandato da Diretoria: 03 anos
Presidente: FRANCISCO DE ASSIS SOLEDADE DA COSTA
1º Secretário: ANTONIO SILVA SOUZA
1º Tesoureiro: OLINDINA OLIVEIRA PAIVA

JUSTIÇA FEDERAL

BOLETIM Nº 052/93
JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA
Dr. EDISON MESSIAS DE ALMEIDA
Juiz Federal Substituto
Dra. JÚLIA DAS GRAÇAS ALVES MENEZES
Diretora de Secretaria
Expediente do dia 01.04.93
DESPACHOS PROFERIDOS

AÇÃO ORDINÁRIA - CLASSE 01000
NÚMERO: 92.1444-5
Autor : MARIA LUÍZA NOBRE DE BRITO
Adv. : Dr. Antonio Cândido Barra Monteiro Britto
Réu : UNIÃO FEDERAL
Proc. : Dr. José Augusto Torres Fotiguar
Desp. : Sobre a contestação oferecida, diga a Autora.
NÚMERO: 90.1510-3
Autor : ANTONIO CARLOS URBANO SARMANHO E OUTROS
Adv. : Dra. Maria Lúcia de Melo Caramanho
Réu : INSS
Proc. : Dra. Yvette Nunes Carreira
Desp. : Intimadas as partes do retorno dos autos, aguarde-se a iniciativa do interessado na execução do julgado.
NÚMERO: 93.905-2
Autor : LOURIVAL AUGUSTO VALENTIM DOS SANTOS E OUT
Adv. : Dr. João Carlos Ferreira
Réu : INSS
Desp. : Cite(m)-se, como requerido.
AGRAVO DE INSTRUMENTO - CLASSE 05004
NÚMERO: 93.415-8
Agvte : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Proc. : Dra. Fernanda Ribeiro Monte Santo Andrade
Agvdo : BERNARDINO DE JESUS FERREIRA RIBEIRO
Adv. : Dr. Egídio Machado Salles e outros.
Desp. : Intimem-se os Agravados para os termos do art. 526, do Código de Processo Civil.
NÚMERO: 93.463-8
Agvte : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dra. Paula Maria Soares Cunha e outros
Agvdo : Dr. José Arnaldo de Souza Gama
Desp. : Idêntico ao anterior.
AÇÃO CONSIGNATÓRIA - CLASSE 05018
NÚMERO: 93.913-3
Reqte : INCRA
Proc. : Dr. João Luiz Colares Sarmento
Reqdo : TELECOMUNICAÇÕES DO PARÁ S/A - TELEPARÁ
Desp. : Faça o Autor comprovação do débito e proceda à atualização monetária do valor objeto do pedido de consignação, por já se achar em considerável atraso, tudo como forma de emenda à inicial, pena de seu indeferimento. Intime-se.
AÇÃO DECLARATÓRIA - CLASSE 05020
NÚMERO: 93.419-0
Reqte : MANOEL DO CARMO RODRIGUES E OUTRO
Adv. : Dra. Eliete de Souza Lopes
Reqdo : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Desp. : Concedo aos autores o prazo de dez (10) dias, para que emendem a inicial, sob pena de indeferimento.
AÇÃO CRIMINAL - CLASSE 07000
NÚMERO: 20086-7
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JURANDIR GARCIA SANCHE E OUTRO
Adv. : Dr. José Alfredo da Silva Santana
Desp. : Cumpra-se o disposto no art. 499 do Código de Processo Penal.
NÚMERO: 00.25779-6
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : ANTONIO EDUARDO FERREIRA FIGUEIRA
Adv. : Dr. José Carlos Castro
Desp. : Idêntico ao anterior
NÚMERO: 00.29713-5
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOSÉ VIEIRA LINS
Adv. : Dra. Maria Lúcia Patriarcha
Desp. : Idem Idem
NÚMERO: 00.34041-3
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : RONILDO COIMBRA LOPES E OUTRO
Adv. : Dra. Adelmira Carneiro Maia
Desp. : Idem Idem
NÚMERO: 89.1451-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : LUIZ MAURÍCIO SILVA DE LIMA E OUTRO
Adv. : Dr. Deusdedith Brasil e outros
Desp. : Idem Idem
NÚMERO: 0024395-7
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : MARIA SELMA VIEIRA DE MORAES E OUTROS
Adv. : Dr. Abraham Assayag e Outros
Desp. : Sobre a certidão supra, diga o representante do MPF.
NÚMERO: 00.29433-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : FRANCISCO DE PAULA FAVILLA GUIMARÃES
Desp. : Idêntico ao anterior,
NÚMERO: 89.298-8
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : ROMEU FRANCO DE LIMA
Adv. : Dr. Jaime Rocha Júnior
Desp. : Idem Idem
NÚMERO: 0035711-1
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Almerindo Trindade
Réu : JOSÉ CACAU BARBOSA
Adv. : Dr. Arnaldo Moraes Filho
Desp. : Idem Idem.
NÚMERO: 00.36017-1
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : EMIVALDO DIAS MILHOMEM
Adv. : Álvaro Elpídio Vieira Amazonas
Desp. : Idem Idem
NÚMERO: 00.28233-7
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOÃO GONÇALVES DA SILVA E OUTROS
Adv. : Dr. Alberto Campos e Outros
Desp. : 1- Renovem-se as diligências para o dia 27.10.93, às 10:30 horas. 2-Sobre o contido na certidão supra, ouça-se o Representante do Ministério Público Federal.
NÚMERO: 00.29577-9
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : RAIMUNDO DE PAULA RIBEIRO E OUTROS
Adv. : Dr. Raphel Celdas Lucas Filho
Desp. : Diga o Representante do Órgão do MPF sobre o contido na 1ª certidão de fls. 196-verso.
NÚMERO: 92.2516-1
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOÃO GOMES DE ANDRADE E OUTROS
Adv. : Dr. Antonio Carvalho Lobo
Desp. : Sobre o expediente de fls. 304 colha-se a manifestação do Ministério Público.
NÚMERO: 00.31684-9
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : ANTONIO JERÔNIMO E OUTRO
Adv. : Dr. Raimundo Hermógenes da Silva Souza
Desp. : Renovem-se as diligências para o dia 28/06/93, único desimpedido, às 11:00 horas; 2-Intime-se; 3- Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.
NÚMERO: 00.32926-6
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JONAS SOARES DE SOUZA
Desp. : 1-Renovem-se as diligências para o dia 27/05/93, único vago, às 11:00 horas. 2-Intimem-se.
NÚMERO: 00.28560-9
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : RAIMUNDO JORGE LOBO NOBRE
Adv. : Dr. Neomízio Lobo Nobre
Desp. : 1- Designo a audiência do dia 09.11.93, às 11:00 horas, para oitiva das testemunhas arroladas na denúncia; 2- Dê-se ciência às partes.
NÚMERO: 00.32074-9
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : MARIA DA CONCEIÇÃO DUARTE E OUTROS
Adv. : Dr. Edson Augusto de Souza e outros
Desp. : 1- Designo a audiência do dia 11.11.93, às 11:00 horas, para inquirição das testemunhas de acusação com endereço nesta cidade, procedendo-se às intimações e requisições

de estilo; 2- Expeça-se Ofício Precatório à Comarca de Bragança, neste Estado, a fim de que seja tomado o depoimento da testemunha ali residente; 3- Dê-se ciência ao Representante do MPF.

NÚMERO: 89.290-2
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : FRANCISCO JANUÁRIO DE SOUZA NETO E OUTROS
Adv. : Dr. Wilson Ronaldo Monteiro
Desp. : 1-Designo a audiência do dia 08.10.93, único vago, às 10:30 horas, para oitiva das testemunhas arroladas pela acusação; 2-Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3- Dê-se ciência ao Representante do MPF.

NÚMERO: 90.351-2
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : GILVAN SENA MACHADO
Adv. : Dr. José Cabral
Desp. : Designo a audiência do dia 04.11.93, único vago, às 11:00 horas, para inquirir as testemunhas arroladas pela acusação; 2-Proceda-se às intimações e requisições de estilo 3-Dê-se ciência ao Órgão do MPF.

NÚMERO: 00.23812-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JONES GREIJAL HOLANDA E OUTRO
Adv. : Dr. Hamilton Gualberto
Desp. : 1-Renovem-se as diligências para o dia 23/09/93, único vago, às 09:30 horas. 2-Face ao contido na certidão supra, ouça-se a defesa do acusado Jones Greijal Holanda.

NÚMERO: 00.26740-6
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : RUBENS CALANDRINI DE AZEVEDO E OUTRO
Adv. : Dr. José da Rocha Moreira
Desp. : 1-Renovem-se as diligências para o dia 05.10.93, único desimpedido, às 11:00 horas, procedendo-se às intimações e requisições de estilo; 2- Dê-se ciência ao Órgão do MPF;

NÚMERO: 00.27241-8
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : NILTON DE SOUZA BARATA E OUTROS
Adv. : Dr. Heliomar Matos e outro
Desp. : Designo o dia 19.10.93,único desimpedido, às 09:00 horas, para inquirir as testemunhas arroladas na denúncia. Proceda-se às intimações e requisições de estilo, dando-se ciência ao Ministério Público Federal.

NÚMERO: 00.27500-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : BERNARDINO Pontes Gonçalves e Outro
Adv. : Dr. José Cabral
Desp. : 1- Designo as audiências dos dias 21/10/93, às 09:00 horas, 22/10/93, às 10:00 horas e 26/10/93, às 09:00 horas, a primeira para inquirir as testemunhas Cristovam dos Santos Lopes Neto, Fabiano de Cristo dos Santos e Jorge Alves Routh; a segunda, para tomar os depoimentos das testemunhas Raimundo de Jesus Vieira e Rubens Barroso Gomes; e a última, para ouvir as testemunhas Miguel Moreira Rodrigues e Edward Araújo Pereira-todas arroladas pela acusação; 2- Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3- Dê-se ciência ao Órgão do MPF.

NÚMERO: 00.27031-8
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : OTACÍLIO PINTO DAS CHAGAS
Adv. : Dr. José da Rocha Moreira
Desp. : 1- Renovem-se as diligências para o dia 28/10/93, único vago, às 09:00 horas. 2- Colha-se manifestação do Órgão do MPF acerca do contido na certidão supra.

NÚMERO: 89.1158-8
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : EDUARDO AUGUSTO CORREA DE BARROS E OUTRO
Adv. : Dr. Antonio Pereira Mendes e outro
Desp. : Designo a audiência do dia 17/08/93, único vago, às 11:00 horas, a fim de qualificar e interrogar o acusado José Severinó Sobrinho. Expeça-se o competente Edital de Citação com o prazo de 15 dias. Dê-se ciência ao Órgão do MPF.

NÚMERO: 00.29178-1
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : MARINALVA DA SILVA FERREIRA E OUTROS
Adv. : Dr. Gerson Gonçalves e Outros
Desp. : 1-Mantenho a 1ª parte do despacho de fls. 176, independente de designação de dia e hora para a realização de tal audiência.2-Reformulo o despacho de fls. 178 para manter o defensor constituido subscritor da peça de fls. 180. 3-Designo as audiências dos dias 04/11/93, às 09:00 horas, e 08/11/93, às 10:30 horas, a primeira para inquirir as testemunhas Celina Fuga Martins,Ruy José Borralho dos Santos e Alda Lídia Fernandes de Aguiar; e a segunda, para tomar os depoimentos das testemunhas Silvia Helena Pereira Passarinho, Terezinha Ferreira Rodrigues e Landoaldo Mattos - todas arroladas pela acusação. 4- Proceda-se às intimações e requisições de estilo, dando-se ciência ao MPF.

NÚMERO: 00.31085-9
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOSÉ MARIA AGUIAR
Adv. : Dr. Theodomiro Cantuária
Desp. : Designo a audiência do dia 09.11.93, às 09:00 horas, para inquirição das testemunhas arroladas na denúncia, as quais deverão ser intimadas e requisitadas. Dê-se ciência ao Representante do MPF, bem como ao acusado e seu defensor.Expeça-se, pois, o competente mandado.

NÚMERO: 00.28458-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. paulo Meira
Réu : RAIMUNDO PAULO DA SILVA MARANHÃO E OUTRO
Adv. : Dr. Raimundo Hermógenes da Silva
Desp. : 1-Renovem-se as diligências para o dia 13.10.93, único vago, às 11:00 horas; 2-Intimem-se.

NÚMERO: 00.30048-9
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : FERNANDO MORAES DE MEDEIROS E OUTROS
Adv. : Dr. Rui Sampaio
Desp. : 1-Designo as audiências dos dias 05/10/93, às 09:00 horas, e 07/10/93, às 09:00 horas a primeira para inquirição das testemunhas Antonio Humberto Gondim Siova, Paulo Wilson e Roberto Vasconcellos; e a segunda, para tomar os depoimentos das testemunhas Carlos Alberto Lima e Verinaldo Moraes-todas arroladas pela acusação;2- Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3-Dê-se ciência ao MPF.

NÚMERO: 89.1734-9
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : AFONSO LUCIANO GOMES AMANCIO
Adv. : Dr. José da Rocha Monteiro
Desp. : 1-Designo a audiência do dia 20/10/93, às 10:30 horas, para inquirição das testemunhas arroladas na denúncia; 2-Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3-Dê-se ciência ao MPF.

NÚMERO: 89.1175-8
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : EDUARDO AUGUSTO CORREA DE BARROS
Adv. : Dr. Antonio Pereira Mendes
Desp. : 1-Designo a audiência do dia 07/10/93, às 10:30 horas, para inquirir as testemunhas de acusação com endereço nesta Cidade; 2-Expeça-se Ofício Precatório à Comarca de Paragominas-PA, a fim de que seja ouvida a testemunha ali residente; 3-Intimem-se;4-Dê-se ciência ao MPF.

NÚMERO: 89.1197-9
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JONAS NOLETO DA SILVA E OUTRO
Adv. : Dr. Eduardo Nazareno Farinha
Desp. : 1-Designo a audiência do dia 21/10/93,único desimpedido, às 11:00 horas, para inquirição das testemunhas de acusação com endereço nesta Cidade; 2- Expeça-se Carta Precatória à Seção Judiciária do Estado do Maranhão, a fim de que sejam ouvidas as testemunhas ali residentes; 3- Intimem-se; 4-Dê-se ciência ao MPF.

NÚMERO: 89.114-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JORGE GUERREIRO CELESTINO E OUTRA
Adv. : Dra. Oneide Maria da Silva e outro
Desp. : 1-Designo as audiências dos dias 19.08.93, às 09:00 horas, e 24.08.93, às 09:00 horas, a primeira para inquirir as testemunhas Libeni Marques de Araújo, Luiz Carlos Mendes e Carlos Alberto Ferreira Pimentel; e a segunda, para tomar os depoimentos das testemunhas Dosvaldo Manoel da Cunha, José Wilson Souza e José Ferreira Sales-todas arroladas pela acusação; 2-Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3- Dê-se ciência ao Órgão do MPF.

NÚMERO: 00.27262-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : SEUNG HOOH LEE
Adv. : Dr. Heliomar Matos
Desp. : 1-Renovem-se as diligências para o dia 01/10/93, único vago, às 10:00 horas, procedendo-se às intimações necessárias.2-Sobre o contido no ofício de Fls. 209, diga o Representante do MPF.

NÚMERO: 00.30606-1
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOSÉ DOS ANJOS COSTA
Adv. : Dr. Miguel Brasil Cunha
Desp. : 1-Renovem-se as diligências para o dia 12/08/93, único vago, às 10:30 horas; 2-Intimem-se.

NÚMERO: 00.21743-3
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : MAURO LÚCIO BERNARDO E OUTRO
Adv. : Dr. Américo Leal
Desp. : 1- Expeça-se Ofício Precatório à Comarca de Castanhal, neste Estado, para inquirição das testemunhas de acusação ali residentes; 2-Dê-se ciência às partes.

NÚMERO: 00.27007-5
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Almerindo Trindade
Réu : MANOEL LUIZ MEDEIROS GUIMARÃES E OUTROS
Adv. : Dr. Alberto Campos
Desp. : Diga a defesa do acusado Manoel Luiz Medeiros Guimarães sobre o contido na certidão supra e na 1ª certidão de Fls. 132.

NÚMERO: 00.23788-4
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : WALDEMIR NAZARENO PEREIRA E OUTROS
Adv. : Dr. Raimundo Benedito Conte
Desp. : Designo o dia 08 de outubro de 1993, único vago, às 09:00 horas, para inquirir as testemunhas arroladas pela acusação. Proceda-se às intimações e requisições de estilo, dando-se ciência ao MPF.

NÚMERO: 00.21689-5
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : MARIA FREITAS PEREIRA E OUTROS
Adv. : Dr. Marcelo Chaves e outros
Desp. : 1-Expeça-se Ofício Precatório às Comarcas de Primavera, Capanema e Nova Timboteua, todas neste Estado, para inquirição das testemunhas arroladas na denúncia; 2-Dê-se ciência às partes.

MELHORAMENTOS SUL DO PARÁ S/A.

CGC nº 49.333.800/0001-13

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:
Em obediência às disposições estatutárias e às determinações legais que regem o funcionamento das Sociedades Anônimas, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992, acompanhado das Notas Explicativas. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para qualsquer esclarecimentos.

Santana do Araguaia, 14 de abril de 1993.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de cruzeiros)

ATIVO

	31 DE DEZEMBRO 1992	1991
CIRCULANTE:		
Disponibilidades	17.384	1.956
Aplicações de liquidez imediata	575.070	100.340
Estoques (Nota 3)	4.775.142	1.289.158
Outras contas a receber	25.138	2.307
Impostos a compensar	17.169	527
Bancos conta vinculada - BACEN	—	5.171
Contas a receber da controladora	816.300	32.857
Despesas Antecipadas	13.359	—
	6.240.362	1.432.316
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:		
Estoques (Nota 3)	1.996.020	271.158
Outras contas a receber	87.637	—
Bancos conta vinculada - BACEN	—	—
	2.083.657	271.158
PERMANENTE:		
Investimentos	75.288	6.124
Imobilizado (Nota 4)	51.178.691	4.429.096
Diferido (Nota 5)	54.647.205	4.793.450
	105.901.184	9.228.670
TOTAL DO ATIVO	114.225.203	10.932.144

PASSIVO

	31 DE DEZEMBRO 1992	1991
CIRCULANTE:		
Financiamentos	42.030	—
Fornecedores	15.787	10.466
Salários e encargos sociais	185.559	16.810
Impostos e contribuições a recolher	263.103	72.466
Provisão para Imposto de renda	—	6.383
Contas a pagar a coligada	19.852	1.671
Outras contas a pagar	5.435	712
	531.766	108.508
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:		
Capital social (Nota 6):		
Autorizado	25.141.587	2.647.663
A realizar	(14.108.284)	(1.544.747)
Subscrito	11.033.303	1.102.916
Subscrito a realizar	(9)	(26.991)
Subscrito e realizado	11.033.294	1.075.925
Reserva de capital	124.490.903	9.930.387
Reserva de lucros	262.456	21.348
Prejuízos acumulados	(22.093.216)	(204.024)
	113.693.437	10.823.636
TOTAL DO PASSIVO	114.225.203	10.932.144

Veja notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de cruzeiros)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS AJUSTADOS EM 1º DE JANEIRO DE 1991	98.370	1.760.320	830	(90.051)	1.769.469
Ajustes exercícios anteriores	—	—	(74)	(1.275)	(1.349)
Liberação de recursos pelo FINAM	106.517	—	—	—	106.517
Subscrições em dinheiro	41.447	—	—	—	41.447
Aumento de capital por apropriação de reservas	829.591	(829.591)	—	—	—
Correção monetária	—	8.999.658	3.604	(435.466)	8.567.796
Lucro do exercício	—	—	—	370.913	370.913
Apropriação do lucro líquido para:					
• Reserva legal	—	—	16.988	(16.988)	—
Imposto de renda sobre o lucro líquido	—	—	—	(31.157)	(31.157)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991	1.075.925	9.930.387	21.346	(204.024)	10.823.636
Ajustes exercícios anteriores	—	—	—	(33.492)	(33.492)
Subscrições em dinheiro	26.982	—	—	—	26.982
Aumento de capital por apropriação de reservas	9.930.387	(9.930.387)	—	—	—
Correção monetária	—	124.490.903	241.108	(2.682.423)	122.049.588
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	(19.173.277)	(19.173.277)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992	11.033.294	124.490.903	262.456	(22.093.216)	113.693.437

Veja notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
(Em milhares de cruzeiros)

	Exercícios findos em 31 de dezembro 1992	1991
RECEITA OPERACIONAL BRUTA:		
Vendas de produtos	3.118.991	378.086
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA:		
Impostos, contrib. e devoluções	(96.095)	(3.759)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.022.896	374.327
CUSTOS DOS PROD. VENDIDOS	(1.985.609)	(120.652)
INCREMENTO NO REBANHO	4.256.044	1.259.932
LUCRO BRUTO	5.293.131	1.513.607
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS:		
Administrativa e gerais	264.995	14.603
Despesas financeiras	961.980	135.131
Receitas financeiras	(389.817)	(47.728)
Amortizações e Depreciações	1.775.734	183.598
Outras receitas operacionais	(87.637)	—
	(2.525.255)	(285.604)
LUCRO OPERACIONAL	2.767.876	1.228.003
RESULTADOS NÃO OPERAC.	18.647	(7.413)
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO:		
Créditos com empresas ligadas	632.918	5.686
Obrigações com empresas ligadas	(283)	(33.258)
Ativo permanente e patrim. líquido	(22.592.435)	(777.642)
	(21.959.800)	(805.214)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO I. R. E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(19.173.277)	415.376
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	—	(37.761)
I. R. E ADICIONAL DE IR ESTAD.	—	(6.702)
(PREJ.) LUCRO LÍQ. DO EXERC.	(19.173.277)	370.913
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAP. SOCIAL Cr$	(1,74)	0,34

Veja notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS
(Em milhares de cruzeiros)

	Exercício findo em 31 de dezembro 1992	1991
ORIGENS DE RECURSOS		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(19.173.277)	370.913
Itens que não representam movimento de capital circulante:		
Correção monetária de balanço	22.592.435	777.642
Depreciações e amortizações	3.633.272	384.310
Custo residual de baixas do ativo permanente	272.887	79.015
Rec. provenientes das operações	7.325.317	1.611.880
Aumentos de capital	26.982	147.964
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	—	6.230
	7.352.299	1.766.074
APLICAÇÕES DE RECURSOS:		
Imobilizado	906.975	147.675
Diferido	214.545	52.657
Realizável a longo prazo	1.812.499	250.614
IR de fonte sobre o lucro líquido	-	31.157
Diminuição do exigível a longo prazo	-	22.256
Ajustes de exercícios anteriores	33.492	1.349
	2.967.511	505.708
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	4.384.788	1.260.366

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE:

	31 de Dezembro 1992	1991	Variações 1992	1991
Ativo Circ.	6.240.362	1.432.316	69.928	4.808.046	1.362.388
Passivo Circ.	531.766	108.508	6.486	423.258	102.022
Cap. Circ. Líq.	5.708.596	1.323.808	63.442	4.384.788	1.260.366

Veja as notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

1. OPERAÇÕES
A sociedade conta com recursos próprios e do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, para operar basicamente na exploração da atividade agropastoril, heveicultura e agricultura de subsistência. O início das atividades de heveicultura está previsto para o exercício de 1993.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com os critérios contábeis estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações e disposições tributárias vigentes.
Correção monetária
As contas do ativo permanente, do patrimônio líquido e demais contas sujeitas à correção monetária de balanço, foram corrigidas com base no valor da Unidade Fiscal de Referência-UFIR (Fator de Atualização Patrimonial-FAP em 1991). O montante líquido dessas correções está refletido em conta específica de resultado.
As atualizações monetárias dos resultados parciais do exercício de 1992, efetuadas de conformidade com o disposto na legislação tributária (Lei nº 8.383/91), foram desconsideradas na elaboração das demonstrações financeiras de 31/12/92.
Aplicações de liquidez imediata
Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.
Estoques
Os estoques de madeira e almoxarifado estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não supera o valor de mercado. O rebanho bovino foi valorizado a 80% (sessenta por cento) do preço corrente de mercado.
Depreciações
Calculadas pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens.
Diferido
Referem-se a gastos realizados na implantação da atividade agropastoril que estão sendo amortizados à razão de 10% ao ano. Os gastos com a implantação da heveicultura serão amortizados a partir do início das operações.

3. ESTOQUES

	1992 Cr$ mil	1991 Cr$ mil
Circulante:		
Gado de criação e engorda	4.556.220	1.267.151
Almoxarifado e madeira	218.922	22.007
	4.775.142	1.289.158
Longo Prazo:		
Gado de criação e engorda	1.996.020	271.158

4. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação anual (%)	1992 Cr$ mil	1991 Cr$ mil
Pastagens cultivadas	10	21.978.386	1.787.788
Infra-estrutura	10	7.280.786	592.241
Instalações			
Pecuárias e Agrícolas	10	5.009.506	405.724
Edifícios e obras complementares	4	5.392.203	438.618
Veíc., máquinas,aparelhos e equipamentos	20	5.047.746	434.706
Móveis e utensílios	10	280.587	21.861
Gado bovino reprodutor	10	8.687.439	713.396
Animais de Trabalho	10	722.896	61.646
		54.399.549	4.455.980
Depreciação Acumulada		(29.647.869)	(2.108.841)
		24.751.680	2.347.139
Terras		11.238.952	914.210
Heveicultura		15.188.059	1.167.747
		51.178.691	4.429.096

5. DIFERIDO

	1992 Cr$ mil	1991 Cr$ mil
Despesas a amortizar - gado	65.758.534	3.958.257
(-) amortização acumulada	(14.599.129)	(791.711)
Despesas pré-operacionais heveicultura	3.487.800	1.626.904
	54.647.205	4.793.450

6. CAPITAL SOCIAL
Está representado por 11.033.294.249 (1.075.925.154 em 1991) de ações ordinárias, com valor nominal de Cr$ 1,00 cada uma.
Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 6% sobre o valor nominal das ações.

7. SEGUROS
Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado.

8. FINSOCIAL
Com base em recente julgamento do Supremo Tribunal Federal, que "considerou inconstitucional a cobrança do Finsocial por alíquota superior a 0,5%, e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia procedeu o registro contábil dos valores recolhidos em excesso. O montante contabilizado em 31 de dezembro de 1992 foi de Cr$ 87.637 mil, sendo classificado no Realizável a Longo Prazo e em "Outras Receitas Operacionais".

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gastão Mesquita Neto – Vice Presidente
Alvaro Augusto de Bueno Vidigal
Francisco Moraes Barros
Luís Roberto Souto Vidigal
Roberto de Oliva Mesquita
Carlos Ella Haidamus

DIRETORIA

Gastão Augusto Bueno Vidigal
Gastão de Souza Mesquita
Paulo de Moraes Barros Neto
Luís Roberto Souto Vidigal
Joaquim Rodrigues Neto

Marco Antonio Marques Silva - Contador CRC 126.876 S-PA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

São Paulo, 16 de fevereiro de 1993.
À
Diretoria e Acionistas da
MELHORAMENTOS SUL DO PARÁ S.A.
Santana do Araguaia - PA

1 - Examinamos os balanços patrimoniais da MELHORAMENTOS SUL DO PARÁ S.A. levantados em 31 de dezembro de 1992 e 1991 e as respectivas demonstrações de resultados,das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações Financeiras.

2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MELHORAMENTOS SUL DO PARÁ S.A. em 31 de dezembro de 1992 e 1991, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios de contabilidade emanados pela legislação societária, exceto pelo comentado na nota 2-Estoques.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-SP- Nº 14.712
VALTER PIOVAM
Contador CRC-SP- Nº 146.651
Marcos Antonio Rodrigues
Contador CRC-SP Nº 110.090

(Fat. nº 10.016838, Reg. nº 10.016838, Dia: 23/04/93)

NÚMERO: 00.24049-4
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOSÉ MARIA ALVES DOS SANTOS
Adv. : Dr. José Maria L. P. de Albuquerque
Desp. : 1-Forme-se o segundo volume com as peças subsequentes, lavrando-se os competentes termos de encerramento e abertura. 2- Designo o dia 05.11.93, às 09:00 horas, para inquirir as testemunhas de nº 01 a 04, e o dia 12.11.93, às 09:00 horas, para inquirir as testemunhas de nº 05 a 08, todas arroladas na denúncia. 3-Intimem-se, dando-se ciência ao MPF.

NÚMERO: 00.27216-7
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : AGOSTINHO DE ASSIS NOBRE
Adv. : Dr. José da Rocha Moreira
Desp. : 1-Designo nova audiência para inquirição da testemunha de acusação Fabiano de Cristo dos SANTOS, a ser realizada no dia 10.08.93, às 10:00 horas, procedendo-se às intimações e requisições de estilo; 2- Face ao contido na certidão(2ª) de fls. 103, expeça-se Ofício Precatório à Comarca de Portel, neste Estado, para que ali seja tomado o depoimento da testemunha Raimundo Franco Ferreira.

NÚMERO: 00.28371-1
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : NAGIB AMAURY NETO E OUTRO
Adv : Dr. José Cabral
Desp. : Designo a audiência do dia 10.08.93,às 09:00 horas, para inquirir as testemunhas arroladas na denúncia, as quais deverão ser intimadas e requisitadas. Dê-se ciência ao Representante do MPF, bem como aos acusados e seus defensores. Expeça-se, pois, o competente mandado.

NÚMERO: 00.33472-3
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : RAMIRO TOMÉ DA SILVA
Adv. : Dr. João José Maraja
Desp. : 1- Renovem-se as diligências para o dia 14/09/93, único vago, às 11:00 horas, procedendo-se às intimações e requisições de estilo 2-Dê-se ciência ao MPF.

NÚMERO: 00.23753-1
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réus : PEDRO WALFIR MARTINS E SOUZA E OUTROS
Adv. : Dr. Haroldo Cabral
Desp. : Designo a audiência do dia 24.08.93, às 11 horas, para inquirir as testemunhas arroladas na denúncia, as quais deverão ser intimadas e requisitadas. Dê-se ciência ao Órgão do MPF, bem como aos acusados e aos seus defensores. Expeça-se, pois, o competente mandado.

NÚMERO: 00.21726-3
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : IVANIR DE TAL E OUTROS
Adv. : Dr. Alberto Campos
Desp. : 1-Designo as audiências dos dias 15.10.93, às 09:00 horas, e 18.10.93, às 11:00 horas, a primeira para inquirir as testemunhas Manoel Dias de Almeida, Antonio Brasil de Almeida e Claudio Santana Júlio; e a segunda para tomar os depoimentos das testemunhas Deusvanira de Melo Santos e Rosivaldo Viana Siqueira- todas arroladas pela acusação; 2- Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3- Dê-se ciência ao MPF.

NÚMERO: 00.28130-1
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : GERLANDO PISCOPO E OUTRO
Adv. : Dr. Pedro Paulo Campos e outro
Desp. : 1-Renovem-se as diligências para o dia 16/09/93, às 11:00 horas; 2- Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3- Dê-se ciência ao Órgão do MPF.

NÚMERO: 00.29147-1
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : MARIA EDNA SILVA TAVARES
Adv. : Dr. Antonio Zubi Pereira de Souza
Desp. : 1-Face ao contido na certidão supra, designo a audiência do dia 23.08.93, às 09:30 horas, para inquirir as testemunhas Antonio Carlos da Silva e Carlos Ademir de Souza Ribeiro, as quais deverão ser intimadas nos endereços indicados no ofício ali mencionado, com as requisições de estilo; 2 - Dê-se ciência às partes.

NÚMERO: 00.32395-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : TOMAZ NOGUEIRA
Adv. : Dr. Alberto Campos
Desp. : 1-Defiro o requerido pelo Parquet às fls. 93-verso, 2-Designo o dia 02.08.93, único desimpedido, às 10:30 horas, para inquirir a testemunha Raul da Luz Bastos.3- Proceda-se às intimações e requisições de estilo , dando-se ciência ao MPF.

NÚMERO: 00.33300-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : WALFREDO FURTADO DE SOUZA MARTINS E OUTRO
Adv. : Dr. José da Rocha Moreira e outro
Desp. : 1-Designo a audiência do dia 10.09.93, único vago, às 11:00 horas, para inquirir as testemunhas arroladas pela acusação; 2- Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3-Dê-se ciência ao MPF.

NÚMERO: 90.1275-9
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JORGE CALICE RODRIGUES
Desp. : Designo a audiência do dia 31/08/93, às 11 horas, a fim de qualificar e interrogar o acusado Jorge Cálice Rodrigues. Expeça- se o competente Edital de Citação com prazode 15 dias. Dê-se ciência ao Órgão do MPF.

NÚMERO: 90.506-0
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : BARBARA CASAS DA ROCHA
Adv. : Dr. Jader Dias
Desp. : 1-Renovem-se as diligências para o dia 09.09.93, único vago, às 11:00 horas. 2- Intimem-se.

NÚMERO: 90.2566-4
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : ANTONIO JESSÉ CASTRO DANTAS
Adv. : Dr. Edmar Silva Pereira
Desp. : 1- Designo a audiência do dia 21.09.93, às 11:00 horas, para inquirição das testemunhas arroladas pela acusação; 2-Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3-Dê-se ciência ao Órgão do MPF.

NÚMERO: 90.426-8
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : LUIZ OTÁVIO SIQUEIRA MOREIRA
Adv. : Dr. Otávio Guilhon
Desp. : Designo o dia 05/08/93, único vago, às 09 horas, para inquirir as testemunhas arroladas pela defesa. Intimem-se.

NÚMERO: 89.1117-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : EDUARDO AUGUSTO CORREA DE BARROS E OUTRO
Desp. : 1-Renovem-se as diligências para o dia 03/08/93, único desimpedido, às 10:30 horas. Intimem-se.

NÚMERO: 00.21752-2
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : EDINALDO BECKMAN DE FIGUEIREDO GOMES E OUT
Adv. : Dr. Antonio Dias Simões e outro
Desp. : 1-Designo a audiência do dia 09.09.93, às 09:00 horas, a fim de inquirir as testemunhas de acusação Raimunda Maria da Silva Rocha, Luiz Carlos de Lima e Maria de Lourdes Rodrigues Lima, as quais deverão ser intimadas nos endereços indicados no Ofício de Fls. 189; 2- Dê-se ciência às partes.

NÚMERO: 00.28150-6
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOSÉ ENOC DE PAIVA ANAISSI E OUTROS
Adv. : Dr. Manoel Garcia da Costa
Desp. : 1- Designo as audiências dos dias 28/09/93, às 09:00 horas, 28/09/93, às 10:30 horas, e 30.09.93, às 09:00 horas, a primeira para inquirição das testemunhas David Humberto da Silva Castro, Antonio Carlos da Silva e Benedito Lins; a segunda, para que sejam tomados os depoimentos das testemunhas Benedito Feliciano Ferreira e Wilson Couto Reis; e a última, para ouvir as testemunhas Rui Benedito Miranda Torres e José Marinho da Costa - todas arroladas pela acusação; 2- Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3- Dê-se ciência ao MPF.

NÚMERO: 00.22602-5
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOSÉ REIS DE SOUZA
Adv. : Dra. Joselisa Côrte Kauffman
Desp. : Retornem os autos ao MPF, para que se manifeste sobre a última certidão de fls. 66 - verso, que informa o falecimento do acusado José Reis de Souza.

NÚMERO: 00.28377-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Almerindo Trindade
Réu : RAIMUNDO NONATO MESQUITA DA SILVA
Adv. : Dr. Heliomar Matos
Desp. : Defiro o requerido pelo Parquet às fls, 95 verso. Intime-se e requisite-se a testemunha Walmir de Lima Braga, para participar da audiência de inquirição a se realizar no dia 17.05.93, às 11:00 horas.

NÚMERO: 00.30552-9
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOÃO BOSCO LEAL PAULISTA E OUTRO
Adv. : Dr. José da Rocha Moreira
Desp. : 1-Defiro o requerido pelo Parquet às fls. 101-verso. 2- Expeça-se Carta Precatória à Seção Judiciária do Amazonas, assim como Ofício Precatório ao Juízo de Direito de Santarém-Pa, a fim de que sejam inquiridas as testemunhas arroladas pela acusação.3- Intimem-se.

NÚMERO: 00.30667-3
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : EVARISTO GUILERMO MANCILLA GOMEZ
Adv. : Dr. Pedro Paulo Campos
Desp. : 1-Designo a audiência do dia 15/10/93, às 10:30 horas, para oitiva das testemunhas arroladas pela acusação; 2- Dê-se ciência às partes.

NÚMERO: 00.22643-2
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOÃO AUGUSTO DA SILVEIRA E OUTRO
Adv. : Dr. Nilton Atayde
Desp. : 1-Designo as audiências dos dias 14.09.93, às 09:00 horas, 16.09.93, às 09:00 horas,e 21.09.93, às 09:00 horas, a primeira para inquirir as testemuhas Sonia Maria Henrique Antonio Martins Santiago e Joaquim Vaz Pereira Júnior; a segunda, para tomar os depoimentos das testemunhas José Carlos Rodrigues de Lima, Haroldo Macedo dos SAntos e Fernando Otávio Quaresma Cavalcante; e a última, para ouvir as testemunhas Inalda Maria Rufino Gomes, Josefa Matias de Almeida Filha e João Paciente de Souza - todas arroladas pela defesa; 2-Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3-Dê-se ciência ao Órgão do MPF.

NÚMERO: 00.32429-9
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOÃO BATISTA DOS SANTOS NASCIMENTO
Adv. : Dr. Ademar Kato
Desp. : 1-Designo o dia 02.09.93, às 10:00 horas, para audiência de oitiva das testemunhas arroladas pela acusação. 2- Dê-se ciência às partes.

NÚMERO: 00.34473-7
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOÃO PEREIRA DOS SANTOS
Adv. : Dra. Ana Cristina Leite Chaves
Desp. : Designo o dia 12 de maio de 1993, único desimpedido, às 10:00 horas, para a oitiva das testemunhas arroladas na denúncia. Proceda-se às intimações e requisições de estilo, dando-se ciência ao Órgão do MPF.

NÚMERO: 00.37146-7
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. José Augusto Torres Potiguar
Réu : JOAQUIM SANTOS NOGUEIRA E OUTROS
Adv. : Dr. Luiz Roberto Duarte de Melo
Desp. : Face ao impedimento do defensor dativo do acusado Alberto Orlando Ruiz Reategni, certificado às fls. 471-verso, nomeio-lhe, em substituição o Dr. Aldo de Oliveira Brandão Neto (Rua Sen. Manoel Barata, nº 47, sl 105 que servirá sob a fé de seu grau. Intime-se

NÚMERO: 00.34447-8
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : MANOEL LIMA MAGALHÃES
Adv. : em causa própria
Desp. : 1-Renovem-se as diligências para o dia 02/09/93, único vago, às 09:00 horas. 2- Intimem-se.

NÚMERO: 00.31011-5
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : GERSON LOPES DOS SANTOS E OUTROS
Adv. : Dr. José da Rocha Moreira
Desp. : 1-Designo a audiência do dia 26/10/93, às 10:30 horas, para oitiva das testemunhas arroladas pela acusação;2-Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3- Dê-se ciência ao representante do MPF.

NÚMERO: 00.32096-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : MARIA MADALENA RODRIGUES PENA E OUTROS
Adv. : Dr. José da Rocha Moreira
Desp. : Designo a audiência do dia 23/09/93, às 09:00 horas, a fim de inquirir a testemunha arrolada na denúncia, a qual deverá ser regularmente intimada e requisitada. Dê-se ciência ao Representante do Òrgão do MPF, bem como aos acusados e aos seus defensores. Expeça-se, pois, o competente mandado

NÚMERO: 89.1120-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOSÉ CAFRIL CASTINEIRA E OUTROS
Adv. : Dra. Maria Lidéa Bittencourt Rodrigues
Desp. : 1-Designo a audiência do dia 08.09.93, às 10:30 horas, para oitiva das testemunhas arroladas pela acusação, procedendo-se às intimações e requisições de estilo; 2-Dê-se ciência ao Órgão do MPF.

NÚMERO: 89.1169-3
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : JOSÉ EDIVAL BARREIROS E OUTRO
Desp. : Designo a audiência do dia 19.08.93, às 11:00 horas, a fim de qualificar e interrogar o acusado José Edival Barreiros. Expeça-se o competente Edital de Citação com o prazo de 15 dias. Dê-se ciência ao Órgão do MPF.

NÚMERO: 90.2028-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : CARLOS SOCORRO DE SOUZA BEZERRA
Adv. : Dr. Antonio Rito das Graças Tavares
Desp. : 1-Designo as audiências dos dias 11/11/93, às 09:00 horas, e 16/11/93, às 10:30 horas a primeira para inquirição das testemunhas Vera Lúcia Bittencourt Pessoa, Maria Madalena Veloso da Silva e Luiz Octavio Mariz da Cunha; e a segunda, para que sejam ouvidas as testemunhas Paulo Mariano Ponte de Souza, Nilairson Cabral da Silva e Belmiro da Costa Ataíde - todas arroladas pela acusação; 2- Proceda-se às intimações e requisições de estilo; 3- Dê-se ciência ao MPF.

CARTA PRECATÓRIA CRIMINAL GRAVOSA - CLASSE 09001
NÚMERO: 91.2984-0
Reqte : SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAZONAS
REQDO : WALDIR FERNANDES DA CUNHA
Desp. : Reitere-se os termos do Ofício cuja cópia consta de fls. 15. Oficie-se.

SENTENÇAS PROFERIDAS

EMBARGOS À EXECUÇÃO - CLASSE 05005
NÚMERO: 00.30959-1
Embgte: MOINHO DE TRIGO BELÉM SA
Adv. : Dr. Luiz Fernando Guaraci da Luz
Embgdo: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
Proc. : Dr. Miguel Neves Galvão
Sent. : Vistos, etc. (parte conclusiva)...Em vista do exposto, é de se acolher a preliminar de nulidade da certidão de inscrição da dívida exequenda, porque defectiva de elemento por Lei essencial à sua validade e eficácia jurídica e, assim, nulla executio sine titulo, em face do que JULGO EXTINTO o processo, sem apreciação do mérito, condenando o embargado ao reembolso das custas e na verba honorária, que fixo em 10% sobre o valor do débito corrigido. Aplica-se ao caso a súmula nº 137 do extinto Eg. Tribunal Federal de Recursos. P. R. I.

NÚMERO: 00.35346-9
Embgte: WILSON SILVA
Adv. : Dr. Ary Jansen Branco
Embgdo: IAPAS/BNH
Sent. : Vistos, etc. (parte conclusiva)... Isto posto, JULGO IMPROCEDENTES os Embargos à Execução, opostos por WILSON SILVA contra INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IAPAS, para declarar a legitimidade do título executório e válida e subsistente a penhora feita no processo de execução, que deve prosseguir nos seus ulteriores. Custas pelo embargante, mantida a verba honorária já determinada na execução. P. R. I.

AÇÃO CRIMINAL - CLASSE 07000
NÚMERO: 00.18267-2
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Almerindo Trindadde
Réu : SCARLET PERROT RIST OU XIMENA PATRICIA ALVARES F. BAZAN
Adv. : Dr. Heliomar Gonçalves de Matos
Sent. : Vistos, etc. Declaro, com base no art.109, III do Código Penal e art. 61 caput, do Código de Processo Penal, a extinção da punibilidade do crime atribuido ao(s) acusado(s) SCARLET PERROT RIST ou XIMENA PATRICIA ALVARES F. BAZAN. Em consequência, ordeno o arquivamento dos presentes autos. P. R.I.

NÚMERO: 00.24029-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Almerindo Trindade
Réu : MARIA CRISTINA DE SANTANA PINHO
Adv. : Dr. Raimundo Rubens Fagundes
Sent. : Vistos, etc. Declaro extinta a punibilidade da apenada MARIA CRISTINA DE SANTANA PINHO, pela prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 110, § 1º, c/c o disposto no art. 109, V, do Código Penal Brasileiro. Em consequência, ordeno o arquivamento dos presentes autos. P. R. I.

NÚMERO: 00.26668-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Almerindo Trindade
Réu : BERNARDO SILVA DE LIMA
Adv. : Dr. José da Rocha Moreira
Sent. : Vistos, etc. Declaro, com base no art. 109, IV do Código Penal e art. 61, caput, do Código de Processo Penal, a extinção da punibilidade do crime atribuído ao acusado BERNARDO SILVA DE LIMA. Em consequência, ordeno o arquivamento dos presentes autos. P. R. I.

NÚMERO: 00.26850-0
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Almerindo Trindade
Réu : ELCIO PIRES DE OLIVEIRA E OUTROS
Adv. : Dr. Américo Leal e outros
Sent. : Vistos, etc. Declaro, com base no art. 109, VI do Código Penal e art. 61, caput, do Código de Processo Penal, a extinção da punibilidade do crime atribuído aos acusados ELCIO PIRES DE OLIVEIRA, MURILO RAMOS RIVETTI, JOSÉ FERREIRA DA SILVA, ADYLEY VILELA DE QUEIROZ, GERUDES GOMES DA SILVA, GERSON PINHEIRO DE LEMOS, JACYR ANTONIO FANECO, PAULINO SEBASTIÃO, HUBALDINO GOMES DA CUNHA, ERNESTO JOSÉ DE MOURA, ANTONIO CARLOS BATISTA DA COSTA, EDUARDO ALCIDES SARDINHA, HELIO DA SILVA, JOÃO QUINTINO RIBEIRO, GILSO JOSÉ GRATÃO NETO, EVALDIR SCHIDEN, DUGMAR EVARISTO DOS SANTOS, JOSÉ EVARISTO DOS SANTOS, ABGAHIP MAFIA DOS SANTOS, DARLO EVARISTO DOS SANTOS, e JAHI SOTTOMAIOR KLEIN. Em consequencia, ordeno o arquivamento dos presentes autos. P. R. I.

NÚMERO: 89.09079-9
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Almerindo Trindade
Réu : ISAIAS NOGUEIRA MAIA E OUTROS
Sent. : Vistos, etc. Declaro, com base no art. 109, V do Código Penal e art. 61, caput, do Código de Processo Penal, a extinção da punibilidade da contravenção atribuída aos acusados ISAÍAS NOGUEIRA MAIA, JOÃO BATISTA DA SILVA e JOÃO EVALDO LIMA BARROS. Em consequência, ordeno o arquivamento dos presentes autos. P.R.I.

NÚMERO: 90.00052-1
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Paulo Meira
Réu : LUIZ DOS SANTOS TEIXEIRA E OUTRO
Adv. : Dr. Nivaldo Lourenço de Figueiredo
Sent. : Vistos, etc. Declaro, com base no art. 109, VI do Código Penal e art. 61, caput, do Código de Processo Penal, a extinção da punibilidade do crime atribuído aos acusados LUIZ DOS SANTOS TEIXEIRA e NAZARENO DE JESUS TRINDADE COSTA. Em consequência, ordeno o arquivamento dos presentes autos. P. R. I.

AÇÃO CAUTELAR - CLASSE 12000
NÚMERO: 00.24832-0
Reqte : ESTADO DO PARÁ
Adv. : Dr. Benedito Monteiro
Reqdo : CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE e OUTROS
Adv. : Dra. Maria de Nazaréth Magalhães e outros
Sent. : Vistos, etc. A presente Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas, cujo objeto está perfeitamente definido no petitório do Autor e como ele próprio o reconhece, está, hoje, totalmente desaparecido, com a inundação da área onde se contém a barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, nada mais sendo suscetível de exame pericial direto, para verificação "in loco" de potencial madeireiro com viabilidade comercial. Nessa ocorrência, falta a Res, elemento constitutivo da ação, de caráter essencial, pressuposto indeclinável à constituição válida e regular da relação processual, ante o que JULGO EXTINTO O PROCESSO e ordeno o arquivamento dos autos. Proceda-se à devolução do depósito feito pelo Autor da quantia de Cr$-20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), à ordem deste Juízo. P. R. I.

NÚMERO: 92.502-0
Reqte : PAULO CÉSAR ALBUQUERQUE CARVALHO DA SILVA E OUTRO.
Adv. : Dra. Regina Márcia Raiol Lima
Reqdo : UNIÃO FEDERAL E OUTRO
Proc. : Dr. Moacir Guimarães M. Filho e outro
Sent. : Vistos, etc. HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos a desistência manifestada nestes autos, e, em consequência, julgo extinto o feito sem julgamento do mérito, com base no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Custas, ex lege. P. R. I.

NÚMERO: 92.546-2
Reqte : JOSÉ OTÁVIO TEIXEIRA DA FONSECA
Adv. : em causa própria
Reqdo : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dra. Fátima de Nazaré Pereira Gobitsch
Sent. : Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a desistência manifestada nestes autos pelo Requerente, e, em consequência, julgo extinto o feito sem julgamento do mérito, com base no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, e ordeno o arquivamento dos autos após baixa na Distribuição

Sem honorários, tendo em vista que houve reconhecimento do sinistro alegado na inicial e o autor não deu causa à propositura da ação. P. R. I.

EM TEMPO:
AÇÃO CRIMINAL - CLASSE 07000
NÚMERO: 00.35437-6
Autor : JUSTIÇA PÚBLICA
Proc. : Dr. Almerindo Trindade
Réu : JOÃO DAMASCENA PEREIRA DE MIRANDA
Adv. : Dra. Georgete Abdou Yazbek
Desp. : 1- Nos termos da sentença de fls.139/142, estabeleço as seguintes condições da suspensão de execução da pena privativa de liberdade: a) não frequentar locais de atividades de jogos de azar, bares, bilhares, prostíbulos, dançarás, "boites" etc; b) recolher-se diariamente à sua morada, até às 22:00 horas; c) comparecer mensalmente sede do Juízo, comprovando exercer atividade laboral lícita. 2- Intime-se o réu para comparecer à audiência admonitória, que ora designo para o dia 14 de junho vindouro às 11:00 horas. Dê-se ciência ao representante do Ministério Público. 3- À conta, intimando-se o acusado para o respectivo pagamento.

AÇÃO ORDINÁRIA - CLASSE 01000
NÚMERO: 90.1304-6
Autor : JOSÉ AIRTON ALVES
Adv. : Dr. Haroldo Souza Silva
Réu : INSS
Proc. : Dra. Yvette Nunes Carreira
Desp. : Intime-se o Instituto-Réu para apresentar os valores dos benefícios efetivamente recebidos pelo autor no período não alcançado pela prescrição quinquenal (/86 até o mês anterior ao recebimento do benefício revisado pelo INSS).

NÚMERO: 90.2423-4
Autor : ANTONIO AUGUSTO
Adv. : Dr. Haroldo Souza Silva
Réu : INSS
Proc. : Dra. Odinéa Ferreira Miranda
Desp. : Idêntico ao anterior

NÚMERO: 91.624-6
Autor : OSVALDO SANTOS PORTILHO
Adv. : Dr. Haroldo Souza Silva
Réu : INSS
Proc. : Dr. Francisco Edmir Lopes Figueira
Desp. : Idem Idem

NÚMERO: 91.655-6
Autor : FRANCISCO MONTEIRO DE ABREU
Adv. : Dr. Haroldo Souza Silva
Réu : INSS
Proc. : Dra. Odinéa Ferreira Miranda
Desp. : Idem Idem

NÚMERO: 91.3079-1
Autor : ORLANDINA SOUZA DO NASCIMENTO
Adv. : Dr. José Epifânio de Souza e outros
Réu : UNIÃO FEDERAL
Proc. : Dr. Rubens Rollo D'Oliveira
Desp. : Está estampado nestes autos que nele atuei como advogado da União Federal, atraindo a incidência do art. 134, II, do Código de Processo Civil, o que me impede de agora funcionar presidindo o feito. Redistribuam-se os autos, fazendo-se a devida compensação.

NÚMERO: 91.1621-7
Autor : MARIO RODRIGUES FERREIRA
Adv. : Dra. Kelma Reuter e Outra
Réu : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
Adv. : Dra. Margarida Maria F.F. de Carvalho
Desp. : Estou impedido de funcionar no presenre feito, porque nele oficiei como representante do Ministério Público. À redistribuição.

NÚMERO: 00.21349-7
Autor : DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER
Adv. : Dr. Antonio de Lima Freitas
Réu : BANCO DO BRASIL S/A
Adv. : Dr. João Fernando Barros de Matos
Desp. : Com as cautelas legais, subam os autos ao E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

NÚMERO: 93.767-0
Autor : LEILA ABUD DE CARVALHO
Adv. : Dr. Evandro de Oliveira Costa
Réu : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL- CEF
Desp. : Cite-se como requerido.

(G.Reg.45.773)

CÓLERA

COM ESSES REMÉDIOS CASEIROS VOCÊ PODE EVITAR

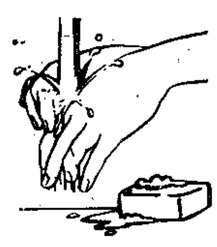
1. CUIDADOS COM A ÁGUA

- Ferva a água de beber.

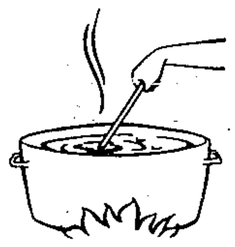
- Mantenha a água fervida em vasilhas limpas e com tampa.

- Se você mora em palafitas, não use a água que fica debaixo das casas para nada. Não beba dessa água nem fervida.

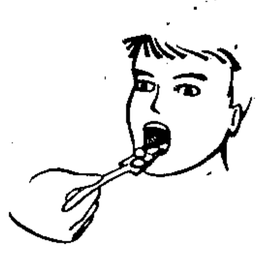
2. HIGIENE PESSOAL



- Lave bem as mãos com água e sabão:

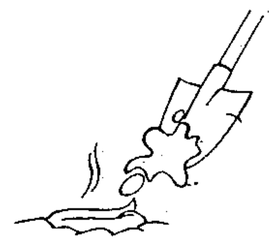


- antes de preparar os alimentos;



- antes de comer;

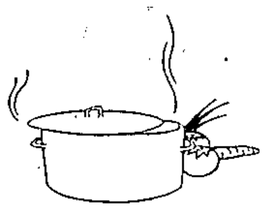
- depois de defecar.



- Utilize o vaso ou latrina; se não for possível, enterre as fezes e depois lave as mãos.

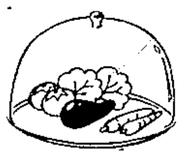
3. HIGIENE DOMÉSTICA

- Só beba água e leite fervidos.

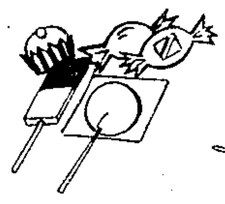


- Todos os alimentos devem ser bem cozidos e preparados na hora.

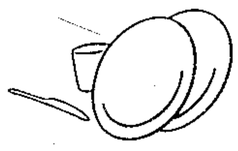
- Só coma peixe ou mariscos bem cozidos.



- Proteja os alimentos contra as moscas.



- Evite alimentos vendidos na rua de qualidade duvidosa.



- Lave e seque bem pratos, panelas, talheres e outros utensílios de mesa e cozinha.

ATENÇÃO

Se alguém em sua casa apresentar diarréia, procure imediatamente um médico; pode ser Cólera.

Biblioteca Pública "Arthur Vianna"

Biblioteca Pública "Arthur Vianna"

0537

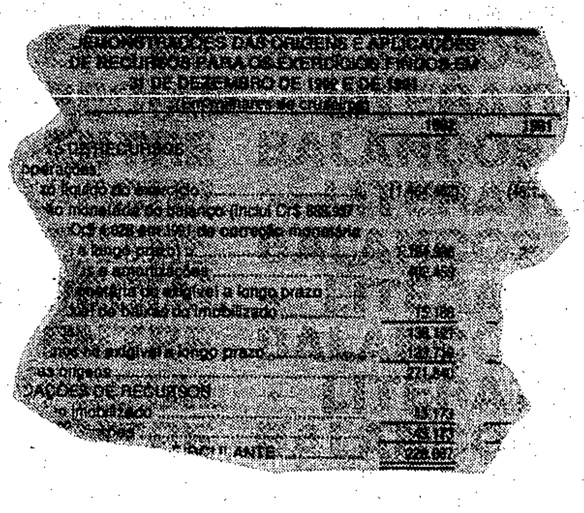
Diário Oficial

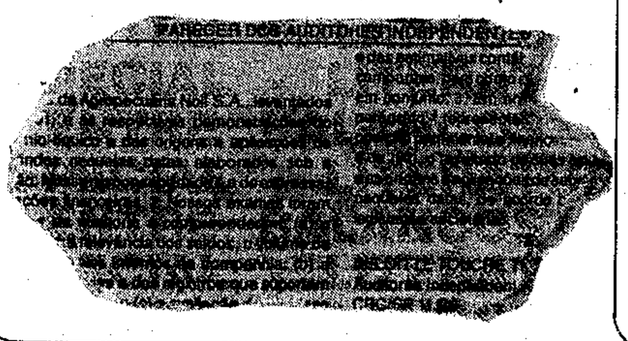
República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO CI — 103º DA REPÚBLICA — Nº 27.453 BELÉM — SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1993

SUPLEMENTO ESPECIAL

LITERATURA ENTRE BALANÇOS


DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E DE 1991


PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Imprensa Oficial do Estado apresenta uma inovação editorial que, espera-se, agradará plenamente a quem manuseia esta tiragem especial.

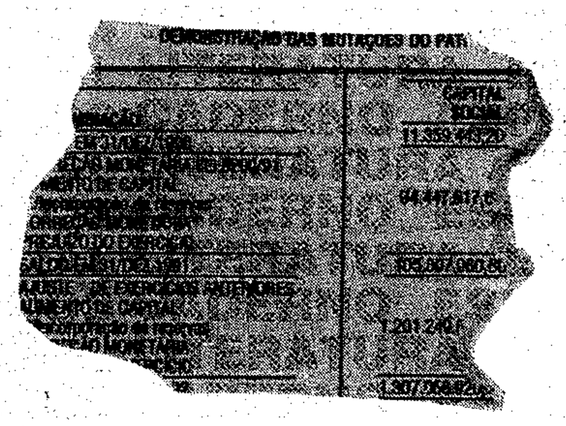
Por muito tempo, esta edição trouxe apenas os Balanços. Ano passado, preencheu-se o espaço livre com a Lei 6.404 (de 15.12.76), sobre Sociedades por Ações.

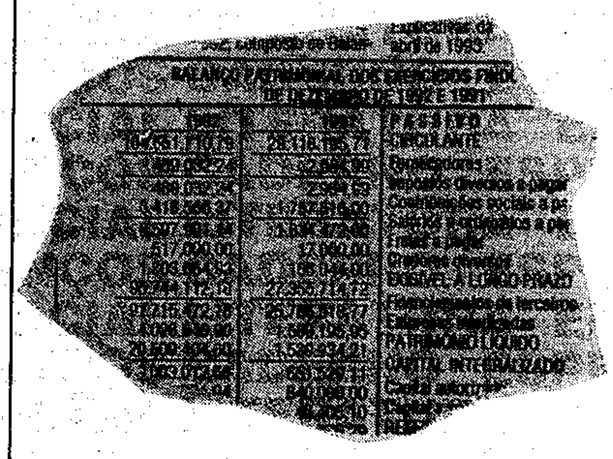
Agora, edita-se, no espaço disponível, uma série de textos de autores paraenses falecidos, reduzindo a dura feição do calhamaço e valorizando a Literatura praticada em nosso Estado.

O leitor encontrará, a seguir, páginas sobre a história do Pará (de Domingos Antônio Raiol, Barão de Guajará), sobre o passado recente e viagens ao exterior, de uma excelente dupla de cronistas (Murilo Menezes e Inácio de Souza Moita) e poemas intimistas ou presos à realidade amazônica (de Antônio Tavernard e Bruno de Menezes, cujo centenário de nascimento comemoramos este ano).

Uma biografia de cada autor e a identificação da obra que cedeu os excertos, precedem a leitura marcante e gostosa que esta Autarquia ora oferece aos clientes.

Assim, a Imprensa Oficial revigora uma colocação valiosa: conhecendo, valorizamos o que é nosso - e cumpre um dos seus objetivos básicos: distribuir cultura ao povo do Pará.


DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PAT.


BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

DOMINGOS ANTÔNIO RAIOL (Vigia/PA, 30.03.1830 - Belém/PA, 29.10.1913), aos cinco anos, teve o pai, vereador Pedro Raiol, morto em combate contra os cabanos, no Trem de Guerra, na Vigia. Este fato mereceu emocionante relato nos **Motins Políticos.**

Estudou no Liceu Paraense, formou-se em Direito pela Faculdade de Olinda e, durante dois anos, exerceu a advocacia no Rio, no escritório do Visconde de Sousa Franco.

Em Belém, ocupou os cargos de Promotor Público e Procurador Fiscal da Fazenda Nacional.

Deputado à Assembléia Provincial do Pará, mais de uma vez, em 1864 representou seu Estado na Assembléia Geral, fazendo parte da primeira Comissão de Orçamento, e ali lutou pela abertura do rio Amazonas à livre navegação e comércio.

Governou várias províncias brasileiras (hoje, Estados): Pará, Paraíba, Alagoas, Ceará e São Paulo, sendo agraciado com o título de Barão de Guajará pelo imperador Pedro II, em 1883.

Integrou o Partido Liberal do Pará até a proclamação da República, momento em que, fiel aos seus princípios, abandonou a política e se dedicou exclusivamente à Literatura.

Um dos fundadores da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, foi o primeiro presidente de ambas as entidades, a partir de 3 de maio de 1900.

Domingos Antônio Raiol publicou: **Motins Políticos (ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o Ano de 1821 até 1835)**, originalmente em cinco volumes; **Brasil Político; Abertura do Amazonas; Capítulo da História Colonial do Pará; Juízo Crítico sobre as Obras Literárias de Filipe Patroni; Visões do Crepúsculo.**

Os textos a seguir iniciam os **Motins Políticos.** Manteve-se a grafia da edição de 1970 (Coleção Amazônica, da Universidade Federal do Pará).

CERPASA
CERVEJARIA PARAENSE S/A – CERPASA
CGC.MF: 04.894.085/0001-50

Senhores Acionistas:
em obediência às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sa., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 1992 e 31 de dezembro de 1991. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que forem julgados necessários.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31/12/1992 E 31/12/1991 (Em Cr$ 1,00)

ATIVO	31/12/1992	31/12/1991
CIRCULANTE		
Disponível	4.539.159.753	356.270.057
Contas a Receber	10.954.923.540	542.623.425
Estoques	17.708.419.815	2.064.983.105
Créditos Diversos	4.795.334.893	92.605.916
Impostos a Recuperar	488.930.383	6.149.095
Despesas do Exercício Seguinte	191.058.648	18.008.484
	38.677.827.032	3.080.640.082
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimo Compulsório Eletrobrás	1.363.465.700	76.227.271
Créditos Diversos	470.729.968	35.385.141
	1.834.215.668	111.612.412
PERMANENTE		
Investimentos	1.612.913.765	15.065.612.780
Imobilizado	236.760.736.824	18.625.331.687
	238.373.650.589	33.690.944.467
TOTAL DO ATIVO	278.885.693.289	36.883.196.961

PASSIVO	31/12/1992	31/12/1991
CIRCULANTE		
Fornecedores	2.156.679.735	392.863.875
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	3.558.096.552	170.919.203
Créditos de Pessoas Ligadas	2.098.039.633	397.150.116
Débitos Diversos	57.133.259	19.209.429
	7.869.949.179	980.142.623
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Cauções de Terceiros	1.136.169.192	73.077.067
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	68.000.000.000	4.344.948.635
Reserva de Capital	401.855.453.244	44.782.365.984
Reserva Especial de Correção Monetária - IPC	(70.546.919.138)	(5.738.497.464)
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(129.428.959.188)	(7.558.839.834)
	269.879.574.918	35.829.977.271
TOTAL DO PASSIVO	278.885.693.289	36.883.196.961

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ENCERRADO EM 31/12/1992 E 31/12/1991

	31/12/1992	31/12/1991
Receita Bruta da Venda de Produtos	43.163.169.155	4.095.072.811
(-) Deduções da Receita	(6.414.947.113)	(725.804.481)
= Receita Líquida	36.748.222.042	3.369.268.330
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(24.364.864.507)	(2.416.172.430)
= Lucro Bruto	12.383.357.535	953.095.900
Receitas e Despesas Operacionais:		
Despesas Administrativas	(8.486.049.936)	(953.449.941)
Despesas Comerciais	(2.204.669.534)	(777.990.786)
Despesas e Receitas Financeiras Líquidas	3.349.546.552	311.769.079
Outras Receitas Operacionais	3.670.566.435	1.706.419.350
Resultado de Equivalência Patrimonial	(12.701.437.026)	139.211.521
	(16.372.043.509)	425.959.223
= Resultado Operacional	(3.988.685.974)	3.379.055.123
(+/-) Receitas e Despesas Não Operacionais	303.372.167	110.585.396
(+/-) Correção Monetária do Balanço	(10.329.951.530)	(2.177.842.867)
	(10.026.579.363)	(2.067.257.471)
= Resultado Líquido do Exercício	(14.015.265.337)	(688.202.348)
Resultado (Prejuízo) por Mil Ações	10.398,67	229,40

DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31/12/1992 E 31/12/1991

	31/12/1992	31/12/1991
Origens		
Resultado Líquido do Exercício	(14.015.265.337)	(688.202.348)
Correção Monetária do Balanço	10.329.951.530	2.177.842.867
Corr. Monet. do Balanço - Créditos de Pessoas Ligadas	(2.451.158.262)	(76.803.090)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.701.437.026	(139.211.521)
Valor Residual de Bens do Ativo Permanente Baixados	0	257.173.581
Acréscimo de Reservas de Capital	25.400.250.950	675.179.365
Aumento do Exigível a Longo Prazo	1.063.092.125	52.085.118
	33.028.308.032	2.258.063.972
Aplicações		
Adições no Ativo Imobilizado	2.598.324.382	361.818.167
Inversões em Investimentos	0	229.884.243
Aumento do Exigível a Longo Prazo	1.722.603.256	102.811.925
	4.320.927.638	694.514.335
Aumento do Capital Circulante Líquido	28.707.380.394	1.563.549.637

DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	31/12/1992	31/12/1991
Ativo Circulante	38.677.827.032	3.080.640.082
Passivo Circulante	7.869.949.179	980.142.623
	30.807.877.853	2.100.497.459
	31/12/1991	31/12/1990
Ativo Circulante	3.080.640.082	658.757.285
Passivo Circulante	980.142.623	121.809.463
	2.100.497.459	536.947.822
Variação do Capital Circulante Líquido	28.707.380.394	1.563.549.637

DEMONSTRATIVO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS EM 31/12/1992 E 31/12/1991

	31/12/1992	31/12/1991
Saldo no Início do Exercício	(7.558.839.884)	(677.495.445)
Correção Monetária do Balanço	(107.854.853.967)	(6.193.142.091)
Resultado Líquido do Exercício	(14.015.265.337)	(688.202.348)
Saldo no Final do Exercício	(129.428.959.188)	(7.558.839.884)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as legislações societárias e fiscais em vigor e estão sendo apresentadas comparativamente entre os exercícios.
2. Sumário das Principais Práticas Contábeis
As principais praticas contábeis adotadas pela Sociedade são:
2.1. Títulos e Valores Mobiliários
São atualizados pelos juros e correção monetária transcorridos até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado.
2.2. Estoques
As matérias-primas, embalagens, material de limpeza e combustíveis, são avaliados pelo custo médio de aquisição e os produtos em elaboração e acabados de acordo com os artigos 185 e 187, do Decreto-lei nº 85.450/80, estando abaixo dos valores de mercado.
2.3. Imobilizado Técnico
É registrado pelo valor de custo, acrescido da correção monetária, computado pelo método oficial. As depreciações acumuladas são igualmente corrigidas.
2.4. Correção Monetária
O efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras são reconhecidos através da correção monetária das contas do Ativo Permanente, Patrimônio Líquido e Créditos de Pessoas Ligadas, calculada com base no método oficial, variação da Unidade de Fiscal de Referência (UFIR) Diária.
Também foi objeto de correção monetária, o resultado contábil apurado em 30 de junho de 1992, para os efeitos fiscais previstos na Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

3. Estoques

	31/12/1991	31/12/1991
Matérias-Primas	3.130.915.152	529.620.404
Embalagens	4.023.466.062	363.736.991
Combusatíveis e Material de Limpeza	611.683.161	45.848.835
Produtos em Elaboração	7.169.822.364	176.262.703
Produtos Acabados	2.616.782.481	137.000.865
Outros Itens	755.750.595	812.513.307
	17.708.419.815	2.064.983.105

4. Imobilizado Técnico

	31/12/1991	31/12/1991
Edifícios	29.684.345.125	2.414.613.442
Construções em Andamento	39.419.422.265	2.948.319.041
Máquinas e Equipamentos	134.796.161.033	10.890.516.110
Veículos	22.454.009.654	1.620.646.777
Instalações Industriais	6.305.142.293	502.321.119
Engradados e Vasilhames	126.662.746.242	10.431.958.688
Outras Imobilizações	14.442.459.494	1.123.961.607
	375.764.286.106	29.932.336.784
Depreciações	139.003.549.282	(11.307.005.097)
Imobilizado Líquido	236.760.736.824	18.625.331.687

5. Capital Social
O capital social está representado por 670.045.311 ações ordinárias e 677.748.494 ações preferenciais, sem valor nominal.
6. Evento Subsequente
Em 15 de março de 1993, foi editada a Medida Provisória nº 314, que revoga a Lei nº 8.200/91, que legislava sobre aspectos fiscais e contábeis da correção monetária das demonstrações financeiras.
O Congresso Nacional tem prazo de 30 dias contados a partir dessa data, para apreciar e se pronunciar sobre essa medida. A administração da empresa, em conjunto com seus advogados, está analisando os aspectos legais, fiscais e contábeis dessa medida, para avaliar os eventuais impactos que poderiam vir a afetar as demonstrações financeiras futuras.

HELGA IRMENGARD JUTTA SEIBEL
Diretora – CPF: 000.809.422-53

BENJAMIM MARQUES
Diretor – CPF: 000.436.212-87

KONRAD KARL SEIBEL
Diretor – CPF: 000.809.422-53

VICTOR VILELLA MONTEIRO
Téc. Conta. CRC-PA 1.478 – CPF: 001.273.452-72

Motins Políticos

PARTE PRIMEIRA
1821 - 1823

Capítulo I

I

Dom João VI muda-se para o Brasil. Franqueia os portos das províncias. As côrtes tentam fortalecer o domínio colonial. Seus atos. A família real volta a Portugal. Dom Pedro é nomeado regente. Recebe ordem para retirar-se do Brasil. Resolve-se a ficar. José Bonifácio é nomeado ministro. Convoca o conselho dos procuradores das províncias. O príncipe aceita o título de DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL. Proclama a independência do império. É aclamado imperador.

Napoleão I, para fechar à Inglaterra os portos ocidentais da Ibéria, mandou Junot a Portugal; e D. João VI, para evitar a influência e talvez mesmo a humilhação, que traria sôbre o seu governo o exército francês, deixou o Tejo e veio procurar asilo no Brasil. Aqui chegado, não tardou em franquear os nossos portos a todas as nações amigas, por conselho de José da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu, fazendo para êste fim, no nono dia da sua estada na Bahia, publicar a carta régia de 28 de janeiro de 1808.

Era fácil de prever desde logo o grande desenvolvimento que se ia operar entre nós com a trasladação da côrte e comunicações diretas como os outros povos do antigo continente. A metrópole, acabado assim o seu monopólio, viu sensìvelmente diminuir o seu comércio. E Portugal não podia observar impassível a crescente prosperidade da sua antiga colônia, com detrimento das suas próprias rendas. Convinha-lhe, portanto, reduzir as coisas ao mesmo estado, em que dantes se achavam; e neste propósito tudo fêz para empecer o florestamento do Brasil e chamar a seu seio a família real.

As côrtes gerais, convocadas para reformar o sistema político de Portugal, reunindo-se em Lisboa no mês de janeiro de 1821, dirigiram logo à nação um manifesto, em que atribuíam o estado retrógrado do país à permanência da família real no Rio de Janeiro e à abertura dos portos do Brasil ao comércio do mundo. Este manifesto foi vivamente aplaudido pelos portuguêses, e D. João VI, chamado, se viu obrigado a partir para Portugal, deixando o príncipe D. Pedro como seu lugar-tenente e regente no Brasil.

As côrtes, não contentes com isto, prosseguiram no seu plano, envidando todos os seus esforços para restabelecer a dominação colonial. Declararam independentes do Rio de Janeiro todas as províncias; extinguiram os tribunais de chancelaria e do tesouro, a junta do comércio e outras repartições e estabelecimentos centrais criados por D. João VI; ordenaram a retirada de D. Pedro com o pretexto de completar sua educação política na Inglaterra, França e Espanha; nomearam para cada província um governador das armas como delegado do poder executivo de Lisboa; mandaram, enfim, embarcar mais tropas para Pernambuco e Rio de Janeiro.

Julgavam poder impedir a separação do Brasil, aniquilando quanto D. João VI fizera, quebrando os laços que uniam as províncias entre si, e retirando o príncipe, que dirigia os negócios públicos; mas estas medidas só serviram para melhor unir os brasileiros e mais depressa realizar a emancipação política do império, tornando patentes as intenções de Portugal. Os brasileiros resolveram então proclamar a independência de sua pátria, trabalhando por chamar a si o apoio do príncipe regente.

D. Pedro já se preparava para partir em cumprimento da ordem que lhe fora dada. José Bonifácio de Andrada e Silva, sabendo disto em S. Paulo, convocou a junta provincial, e fez assinar pelos membros desta uma representação, em que declarava ao príncipe que a sua retirada traria necessariamente a separação do Brasil.

Em Minas Gerais operou-se movimento idêntico.

A câmara municipal do Rio de Janeiro, acompanhada de numeroso concurso de povo, dirigiu-se à presença de D. Pedro, e expôs o perigo que corria a união colonial no caso de efetuar-se a sua retirada para Europa.

O príncipe, aquiescendo aos votos do povo, declarou que ficava, e assim contrariou os desejos da tropa portuguêsa. O general Jorge de Avilez pediu incontinenti demissão, e as forças da chamada divisão auxiliadora marcharam para o morro do Castelo com disposições hostis, e ali permaneceram até que no dia seguinte, 12 de janeiro de 1822, pediram e obtiveram capitulação, embarcando depois para Lisboa.

José Bonifácio, que já a este tempo se achava no Rio de Janeiro, é nomeado ministro dos Negócios do Reino e dos Estrangeiros. O seu primeiro cuidado foi restabelecer o princípio de centralização governativa, criando o conselho dos procuradores das províncias.

A marcha dos acontecimentos já não deixava duvidar de que o Brasil em breve proclamaria a sua independência. O governo português quis ainda tentar os últimos recursos em favor da metrópole. Ordenou a seus cônsules que impedissem a exportação de armamentos e munições dos portos das nações estrangeiras, onde eles residiam, para os das províncias ultramarinas. A câmara municipal do Rio de Janeiro, informada disto, ofereceu a D. Pedro o título de Defensor Perpétuo do Brasil, pedindo-lhe dias depois a convocação de uma assembléia, que deliberasse sobre as bases da união do Brasil com Portugal, e fizesse as emendas necessárias na constituição, atento o estado do país.

As côrtes mandaram processar os membros da junta provincial de S. Paulo, que tinham assinado a representação

BHASNOR AGROPECUÁRIA S/A - CGC 04.885.034/0001-61 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas. Atendendo às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/92. Outrossim, esta Diretoria está ao vosso inteiro dispor para quaisquer outros esclarecimentos que se laçam necessários. Belém-PA, 31 de dezembro de 1992. (a) A Diretoria.

I - BALANÇO PATRIMONIAL (em Cr$ 1.000)

	31.12.91	31.12.92
ATIVO	7.107	1.197.275
CIRCULANTE	66	995.140
Caixas e Bancos	7.041	202.135
Estoque Animais	398.879	6.330.943
PERMANENTE	427.327	6.784.235
Imobilizado	33.110	735.238
(–) Depreciações	4.662	281.946
Diferido	405.986	7.528.218
TOTAL ATIVO		
PASSIVO	2.600	–
CIRCULANTE	2.600	–
Acionistas c/Capital	403.386	7.528.218
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.740	2.808.595
Capital Social	367.239	5.454.738
Reservas de Capital	8.593	105.642
saldo C.M. Complementar	(10.186)	(840.757)
Prejuízos Acumulados	405.986	7.528.218
TOTAL PASSIVO		

II - DEMONSTRATIVO RESULTADO EXERCÍCIO

Receita Bruta Operacional	-0-	228.427
Despesas Operacionais	1.376	31.083
Saldo Correção Monetária	6.319	(806.803)
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	7.695	(609.459)

III - DEMONSTRATIVO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

1 - origens	4.641	2.439.706
Integralização de Capital	-0-	2.403.616
depreciações	4.527	13.704
Prejuízo Líquido do Exercício	(7.695)	(609.459)
Resultado da Correção Monetária	7.809	631.845
2 - APLICAÇÕES	(133)	1.246.938
Aumento do Ativo Permanente	-0-	1.246.938
Aumento do Ativo Diferido	(133)	–
3 - AUMENTO CAP. CIRC. LÍQ.	4.774	1.192.768

4 - DEMONST. VARIAÇ. CAP. CIRC.	Variação		
Ativo Circulante	1.190.168	7.107	1.197.275
Passivo Circulante	(2.600)	2.600	–
Capital Circulante Líquido	1.192.768	4.507	1.197.275

IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

HISTÓRICO	CAPITAL INTEGRALIZADO	RESERVA CAPITAL	RESERVA C.M. COMPLEMENTAR	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
Patr. Líq. 31/12/91	37.740	367.239	8.593	(10.186)	403.386
Integ. Cap.	2.403.616				2.403.616
Cap. Reservas	367.239	(367.239)			–
Corr. Monet.		5.454.738	97.049	(221.112)	5.330.675
Result. Líq. Exercício				(609.459)	(609.459)
Patr. Líquido 31/12/92	2.808.595	5.454.738	105.642	(840.757)	7.528.218

NOTAS EXPLICATIVAS - 1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6404/76. 2. Os registros contábeis foram feitos sob regime de competência. 3. O empreendimento encontra-se em fase de implantação. 4. O Capital Social de Cr$ 2.808.595.140,00 é representado por 650.000.000 de ações ON e 2.158.595.140 ações PN, todad de Cr$ 1,00 cada uma. Belém-PA, 31.12.92 (aa) Luiz Carlos da Silveira Bueno - Dir. Presidente. Deborah Kátia Lobosque da Silveira Bueno - Dir. Executiva, Getúlio Aguiar Nóbrega - Téc. Cont. CRC-GO-1531-S.PA.

PARECER DO CONSELHO FISCAL - Os membros do Conselho Fiscal da Brasnor Agropecuária S/A, tendo examinado a escrituração, as Demonstrações Financeiras e demais livros e documentos relativos ao exercício encerrado em 31.12.92 e tendo encontrado tudo em ordem e exatidão, são de parecer que os mesmos merecem a aprovação dos senhores acionistas. Belém-Pa, 31 de Dezembro de 1992. (aa) Luiz Otávio Rodrigues da Cunha, José Henrique Meireles de Azevedo e Paulo Franco Garcia.

contra a retirada do príncipe; anularam a convocação do conselho dos procuradores das províncias e decretaram novas fôrças para Bahia e Rio de Janeiro. As medidas, porém, tomadas pela metrópole com fim de embaraçar a separação política da colônia, serviam apenas para despertar no Brasil outras medidas com fins inteiramente opostos. D. Pedro publicou então um manifesto, em que pediu aos brasileiros se unissem, para que pudessem conseguir sua independência, empregando até a fôrça, se assim fôsse necessário; e em nome deles, considerado já como um povo livre e independente, dirigiu-se às nações amigas, abrindo com os seus respectivos governos relações diplomáticas e comerciais.

Ocorrências, havidas em S. Paulo entre o presidente da junta provincial e Martim Fracisco, aconselharam o príncipe a partir para ali. Quando ele já voltava satisfeito do bom êxito da sua viagem, recebeu em caminho cartas de seu augusto pai. E foi neste momento glorioso, que ele nas margens do Ipiranga proclamou, no dia 7 de setembro de 1822, a independência do império.

Trinta e cinco dias depois, na presença de um imenso concurso de povo, reunido no Campo de Santana, no meio da côrte, das autoridades públicas e da tropa, a câmara municipal o aclamou Imperador Constitucional do Brasil, e como tal foi coroado no dia 1º de dezembro do mesmo ano.[1]

II

Lorde Cockrane toma o comando da força naval do império. Faz-se de vela para Bahia. Faz evacuar dali os portuguêses. Persegue a esquadra inimiga por alguns dias. Entra depois no Maranhão. Obriga a guarnição a embarcar. É reconhecida a independência. Greenffel é mandado ao Pará para fazer proclamar a independência nesta província.

Proclamada a independência do império no Rio de Janeiro, era preciso fazê-la proclamar nas outras províncias. A evacuação das tropas portuguêsas de todos os pontos do território brasileiro era indispensável para completar a obra da emancipação política do Brasil. Portugal tinha uma esquadra fundeada nos portos da Bahia para auxiliar as suas fôrças de terra e impedir qualquer desembarque, que se tentasse efetuar por parte das fôrças do império, tornando-se dêste modo inevitável o desmembramento das províncias do Norte. Para prevenir esta calamidade, o imperador, a instâncias de José Bonifácio, criou uma armada, convidando para comandá-la o Lorde Cockrane por intermédio de Antônio Manuel Correia, cônsul brasileiro em Buenos Aires.

Com a tomada de Valdívia e aniquilação da esquadra espanhola em Calhau, fôra restabelecida a paz do Chile e dada ao Peru a independência. Em conseqüência disto, terminada a guerra do Pacífico, Lorde Cockrane julgou finda a sua missão, e não hesitou em vir gravar o seu nome nas páginas mais importantes da história do Brasil. Em março de 1823 chegou ao Rio de Janeiro acompanhado de alguns oficiais e marinheiros, sendo logo nomeado almirante. No mês seguinte fêz-se de vela para Bahia; e ali, cortadas as comunicações do inimigo por mar e terra, reduziu as tropas portuguêsas a completa penúria, obrigando-as a evacuar a cidade no dia 2 de julho de 1823.

E informado de que pretendiam desembarcar em outra província, foi-lhes à caça, fazendo grande número de prêsas. Pela correspondência oficial tomada ao capitão de um dos navios aprisionados soube do plano, que a fôrça inimiga tinha de executar no Maranhão. Foi então que durante a noite abandonou a esquadra inimiga, e meteu proa direita para a cidade de S. Luís, onde chegou no dia 26 de julho, mandando logo içar a bandeira portuguêsa. As autoridades julgaram ser a capitânia, que lhes trazia os reforços esperados, e mandaram sem demora o brigue de guerra D. Miguel com ofícios e congratulações pela feliz chegada do almirante português. O comandante dêste brigue ficou, porém, surprêso, quando se viu prisioneiro de guerra a bordo de um navio brasileiro.

Instruído das intenções do inimigo pela leitura dos ofícios, Lorde Cockrane, depois de haver impressionado com a chegada imaginária de muitos navios de guerra e de transportes carregados de tropas, prometeu pô-lo em liberdade com a única condição de levar cartas fechadas ao governador e à junta, condição que ele de bom grado aceitou. Foram-lhe, em conseqüência, dadas as cartas, escritas em sentido de causar impressão idêntica nas autoridades, concedendo-se-lhe permissão para desembarcar livre do navio, que o trouxera.

No mesmo dia mandaram de terra propostas de capitulação, que, por condicionais, não foram aceitas. O almirante brasileiro, para melhor assegurar o bom êxito da trama, mandou levantar ferros e seguir rio acima até em frente do Forte, onde ancorou a capitânia. No dia seguinte apresentaram-se a bordo a junta e o bispo, e lhe protestaram adesão à independência, depois do que se rendeu tôda a cidade.

Já havia dois dias, que todos estavam impressionados com a suposta chegada das fôrças imperiais. E antes que se descobrisse o engano, convinha sem perda de tempo firmar o nôvo estado de coisas. Lorde Cockrane fez jurar no dia 28 de julho a independência no meio de vivas aclamações dos habitantes, tendo tido antes o cuidado de fazer retirar do centro da cidade a tropa portuguêsa, com o pretexto de haver plena liberdade na eleição do governo provisório, que se ia proceder, e obrigando-a no dia 1º de agôsto a embarcar para Portugal.

Depois de tão feliz sucesso, obtido no Maranhão, Lorde Cockrane julgou dever quanto antes submeter também o Pará, que ainda permanecia debaixo da dominação da metrópole. Mandou para êste fim preparar e guarnecer o bri-

1 Abreu e Lima. - História do Brasil.

VEGA CONSTRUÇÕES S/A - C.G.C.: 15.752.322/0001-64 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas - Submetemos a seguir, para à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes ao 6º exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992, em cumprimento às disposições estatutárias e às normas legais que regem as sociedades anônimas de capital fechado.

Como é sabido a empresa foi fundada em 04 de novembro de 1987. Portanto, este é o quinto exercício em que a empresa entrou em atividade operacional gerando Receita Bruta de Obras e Serviços a cifra de CR$ 1.997.426.056,70, em valores nominais.

Finalmente, queremos expressar nossos agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras, pela valiosa colaboração que nos dispensaram no exercício findo. Queremos agradecer, também, de forma particular aos nossos funcionários que, pela continuada dedicação e pela competência, muito contribuíram para que pudéssemos atingir os nossos objetivos, no que se constitui em fator cada vez mais importante na vida da empresa. Belém (PA), 09 de março de 1993. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL

DESCRIÇÃO	VALORES EM CR$ EM 31.12.92	EM 31.12.91
ATIVO	30.956.278.835,56	2.569.653.806,97
CIRCULANTE	217.851.039,48	84.857.500,14
DISPONIBILIDADES	37.405.613,29	6.949.595,50
Caixa Geral	11.033.552,49	832.518,93
Depósitos Bancs. à Vista	748.109,80	4.857.054,40
Tít. Vincul. Merc. Aberto	25.623.951,00	1.260.022,17
VALORES A RECEBER	26.943.474,78	68.262.416,42
Crédito de Clientes	–	64.247.840,19
Bancos c/Vinc.-MP 168	–	442.757,15
Impostos a Recuperar	10.606.727,78	111.072,08
Adiantamentos	16.336.747,00	3.460.747,00
ESTOQUES	151.845.389,96	9.152.993,44
Almoxarifado	151.845.389,96	9.152.993,44
DESPS. ANTECIPADAS	1.656.561,43	492.494,78
PERMANENTE	30.738.427.796,08	2.484.796.306,83
IMOBILIZADO	30.738.427.796,08	2.484.678.420,51
Imobilizações Tangíveis	31.097.175.653,20	2.505.089.495,95
(–) Depreciação Acumul.	(358.747.857,12)	(20.411.075,44)
DIFERIDO	–	117.886,32
Despesas Pré-Operacs.	–	564.023,59
(–) Amortiz. do Diferido	–	(446.137,27)

DESCRIÇÃO	VALORES EM CR$ EM 31.12.92	EM 31.12.91
PASSIVO	30.956.278.835,56	2.569.653.806,97
CIRCULANTE	92.537.135,94	13.605.531,86
Fornecedores	22.349.852,20	4.576.615,41
Obrig. Sociais a Recolher	25.535.950,54	2.983.152,20
Obrig. Fiscais a Recolher	44.651.333,20	5.141.570,81
Dividendos a Pagar	–	904.193,44
RESULT. DE EXERC. FUT.	–	45.282.864,28
Receita de Obra por Incorporação	–	78.391.870,19
Custo de Obra por Incorp.	–	(33.109.005,91)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.863.741.699,62	2.510.765.410,83
Capital Social Realizado	2.497.834.378,00	252.043.921,40
Reservas de Capital	28.209.597.487,23	2.234.217.218,83
Reservas de Lucros	119.282.075,18	9.702.760,84
Resultados Acumulados	37.027.759,21	14.801.509,76

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

CONTAS	EM 31.12.92	EM 31.12.91
REC. DE OBRAS E SERV.	1.997.426.056,70	122.489.055,54
Receita de ob. p/empreit.	1.997.426.056,70	122.489.055,54
(–) DED. DE REC. DE OB.	(84.931.890,78)	(4.114.644,14)
Imps. e Contrib. s/Vendas	(84.931.890,78)	(4.114.644,14)
RECEITA OPERC. LÍQ.	1.912.494.165,92	118.374.411,40
(–) CUSTO DE OBRAS E SERVIÇOS	(1.043.179.281,46)	(77.609.703,43)
(–) Custo de obras p/ empreitada	(1.043.179.281,46)	(77.609.703,43)
RESULT. OPER. BRUTO	869.314.884,46	40.764.707,97
DESP./REC. OPERACS.	(740.757.539,94)	(108.702.063,30)
Despesas comerciais	–	(338.743,00)
Despesas Administrativas	(726.935.183,98)	(80.251.267,49)
Despesas Financeiras	(27.004.080,10)	(46.078.251,07)
Receitas Financeiras	56.180.756,20	21.915.059,37
Despesas Tributárias	(8.721.564,52)	(1.742.652,37)
Depreciações e Amortiz.	(39.998.865,43)	(3.809.611,99)
Outras Receitas Operacs.	5.721.397,89	1.603.403,25
RESULT. OPERAC. LÍQ.	128.557.344,52	(67.937.355,33)
Result. não Operacional	–	26.449.642,68
Result. da C.M. do Bal.	(114.258.326,44)	48.694.702,92
RESULT. ANTES DO I.R.	14.299.018,08	7.206.990,27
Provisão p/Contr. Social	(3.718.895,00)	(964.538,00)
Provisão p/Imp. de Renda	(11.156.906,00)	(2.661.293,00)
RESULT. LÍQ. DO EXERC.	(576.782,92)	3.581.159,27
Lucro/Prejuízo por Ação	(0,026)	0,158

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	C. MONETÁRIA DO CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÕES	RESERVAS DE LUCROS	RESULTADO ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31.12.90 EM CR$	22.604.836,00	191.038.927,87	35.654.312,59	1.036.109,09	2.795.673,67	253.129.859,22
C. Monetária Lei 8200/91	–	214.654.611,88	(35.653.365,23)	614.948,40	(112.660,81)	179.503.534,24
Efeito Líquido CM L. 8200/91	–	–	–	–	2.246.953,45	2.246.953,45
Saldo em 31/12/90-Ajustado em CR$	22.604.836,00	405.693.539,75	947,36	1.651.057,49	4.929.966,31	434.880.346,91
Aumento de Capital C/Reservas	229.439.085,40	(190.989.099,14)	(35.654.312,59)	–	(2.795.673,67)	–
Transf. C/Monetária - IPC/BTNF	–	(35.766.026,04)	35.653.365,23	–	112.660,81	–
Correção Monetária	–	2.055.278.804,26	–	7.872.645,35	10.776.125,48	2.073.927.575,09
Resultado Líquido do Exercício	–	–	–	–	3.581.159,27	3.581.159,27
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO:						
. Imp. s/Lucro Líquido	–	–	–	–	(558.486,00)	(558.486,00)
. Adic. do I.R. Estadual	–	–	–	–	(160.991,00)	(160.991,00)
. Reserva Legal	–	–	–	179.058,00	(179.058,00)	–
. Dividendos Proposto	–	–	–	–	(904.193,44)	(904.193,44)
SALDO EM 31.12.91 EM CR$	252.043.921,40	2234.217.218,83	–	9.702.760,84	14.801.509,76	2.510.765.410,83
Aumento de Capital C/Reservas	2.245.790.456,60	(2.234.217.218,83)	–	–	(11.573.237,77)	–
Correção Monetária	–	28.209.597.487,23	–	109.579.314,34	36.462.884,14	28.355.639.685,71
Resultado do Exercício	–	–	–	–	(576.782,92)	(576.782,92)
Imposto s/Lucro Líquido	–	–	–	–	(2.086.614,00)	(2.086.614,00)
SALDO EM 31.12.92 EM CR$	2.497.834.378,00	28.209.597.487,23	–	119.282.075,18	37.027.759,21	30.863.741.699,62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Vega Construções S/A., é uma Sociedade Anônima de Capital fechado, fundada em 04 de novembro de 1987, tem por objetivo principal a execução de obras de construção civil, rodoviária e de saneamento. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em cruzeiros, padrão monetário em vigor, comparando-se a situação em 31.12.92 com a de 31.12.91. 3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS - As principais diretrizes contábeis adotadas na elaboração das presentes Demonstrações Contábeis, foram aplicadas com uniformidade segundo os Principais Fundamentais de Contabilidade e de acordo com as disposições contidas na Lei 6404/76, Lei das Sociedades por Ações, e outros dispositivos legais posteriores e podem ser resumidas como segue: 3.1. Segregação de Ativos e Passivos circulante e longo prazo os ativos e passivos vencíveis até o exercício seguinte são classificados no circulante. 3.2. Reconhecimento dos efeitos inflacionários são efetuados mediante: - Correção monetária do permanente e do patrimônio líquido de acordo com índices e critérios estabelecidos pela legislação em vigor, segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR. 3.3. Aplicação de liquidez imediata estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4. PERMANENTE

CONTAS	EM 31.12.92 CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	TAXA %	VALOR LÍQUIDO	EM 31.12.91 VALOR LÍQUIDO
IMOBILIZADO	31.097.175.653,20	358.747.857,12		30.738.427.796,08	2.484.678.420,51
Terrenos	21.485.610.871,72	–		21.485.610.871,72	1.749.748.868,65
Prédios	7.784.853.211,67	–		7.784.853.211,67	633.362.662,86
Eqpto. Computação	204.329.041,53	135.762.885,28	20	68.566.156,25	6.941.055,42
Máq. Equiptos.	20.806.857,91	7.531.285,44	10	13.275.572,47	1.249.937,52
Móveis e Utensílios	89.440.670,88	21.007.913,08	10	68.432.757,80	6.150.519,96
Veículos	281.164.532,08	180.387.408,73	20	100.777.123,35	12.771.685,62
Eqpto. Comunic.	32.544.999,39	14.058.364,59	10	18.486.634,80	1.768.488,84
Direito uso telef.	128.013.545,86	–		128.013.545,86	10.413.004,82
Imob. Andam.	1.070.411.922,16	–		1.070.411.922,16	62.272.216,82
DIFERIDO	–	–		–	117.886,32
Taxas e Emolum.	–	–	–	–	32.897,17
Result. C. Monet.	–	–	–	–	84.989,15
TOTAL/PERMANENTE	31.097.175.653,20	358.747.857,12		30.738.427.796,08	2.484.796.306,83

5. CAPITAL SOCIAL: O Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de Cr$ 2.497.834.378,00 corresponde a 22.604.836 ações ordinárias sem valor nominal. 6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO: Para a apuração do resultado do exercício as receitas e as despesas foram contabilizadas segundo o regime de competência, apresentando um resultado líquido do exercício negativo no valor de CR$ 576.782,92 após a provisão para contribuição social de 10% estabelecida pela Lei 7689/88 e após a provisão para imposto de renda federal. O imposto sobre lucro líquido foi provisionado a débito de lucros acumulados de acordo com as leis 7713/88, 7799/89, 7959/89 e IN-139. O imposto de renda estadual foi constituído sobre o imposto de renda federal à alíquota de 5%. JOSÉ HAROLDO RUFFEIL FARIAS - Diretor Adm./Financeiro - CIC 046.117.562-20; EDUARDO MARQUES E SILVA - Diretor Técnico - CIC 028.862.942-68; MOACIR GONÇALVES DE SOUSA - Contador CRC/PA 3095 - CIC 006.151.292-34.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

gue de guerra D. Miguel com o nome mudado para o de Maranhão, e dando o comando dêste navio ao capitão-tenente John Pascoe Greenfell, lhe determinou que partisse com ordem de intimar aquela cidade que se rendesse, fingindo estar ancorada perto da barra a esquadra imperial, pronta a auxiliá-lo. Entregou-lhe, para mais facilmente ser acreditado, ofícios assinados por êle, com lugar em branco para datar com o dia da sua chegada ali, como se de feito êle estivesse na capitania. Greenfell fêz-se de vela no dia 7 de agôsto de 1823.[2]

Eis-nos quase chegados à época da independência do Pará, ponto de partida, que pretendemos tomar na narração dos últimos acontecimentos desta província. E é tempo de recordar os principais fatos anteriores, que, ligando-se entre si, prepararam os paraenses para sacudir o jugo da metrópole.

Basta-nos começar do ano de 1821.

Capítulo II

I

Chega ao Pará a notícia da convocação das côrtes. Patroni defende o nôvo sistema de govêrno. O dia 1º de janeiro. É eleita uma junta provisória: Juramento às bases da futura constituição. Patroni volta a Portugal como comissário da junta. Seus discursos perante a regência e as côrtes: Primeira propaganda a favor da independência. São presos os três irmãos Vasconcelos. Ordem de prisão contra Patroni.

Com a chegada da galera Nova-Amazonas ao porto de Belém, no dia 10 de dezembro de 1820, espalhou-se a notícia da convocação das côrtes, e desde logo começou-se a tramar surdamente contra a ordem estabelecida do antigo regímen.

Havia neste tempo na província do Pará um corpo de polícia, três regimentos de infantaria, um corpo de artilharia e um esquadrão de cavalaria, na primeira linha; dois regimentos de infantaria e duas companhias de artilharia montada, na segunda linha. Era esta a força, que fazia a guarnição da capital. Havia também na ilha de Marajó uma legião composta de artilharia, cavalaria e infantaria, além de três regimentos e oito corpos de ligeiros em diferentes localidades do interior.

O conde de Vila-Flor, que era então governador e capitão-general da província do Pará, tinha impetrado e obtido licença para consumar os esponsais contraídos com a filha do marquês de Loulé no Rio de Janeiro, e na sua ausência o seu cargo era exercido por governadores provisórios,[3] conforme o alvará de 12 de dezembro de 1770. E isto não concorreu pouco para o bom êxito da trama.

Sempre que se convoca uma Assembléia Constituinte, apodera-se dos espíritos a fagueira esperança de melhoramentos; e homens há, que aplaudem de ordinário as inovações sem refletir muitas vezes nas suas conseqüências.

Filipe Alberto Patroni pensou que as côrtes seriam favoráveis ao seu país natal, e deixando a universidade de Coimbra, onde estudava, fêz-se de vela na mesma galera Nova Amazonas; e chegado ao Pará, constituiu-se defensor do novo sistema constitucional, que a metrópole pretendia estabelecer com o apoio dos portugueses, por parecer dar seguras garantias às liberdades pátrias. João Pereira Vilaça, coronel comandante do primeiro regimento de infantaria de primeira linha, e Francisco José Rodrigues Barata, coronel comadante do segundo regimento, tornaram-se por esta razão os agentes mais poderosos dêste movimento pela força armada, de que dispunham.

No dia 1º de janeiro de 1821 tinha-se de passar revista aos batalhões no largo do palácio do govêrno, como era costume no princípio de todos os meses, e convinha aproveitar o movimento da reunião das tropas. Acordaram nêste dia manifestar suas adesões às côrtes e às bases da futura constituição; e para êste ato dispuseram os três corpos de infantaria e os dois de milícias, ficando estranhos ao movimento sòmente os corpos de artilharia e cavalaria, que êles não puderam aliciar.

Na manhã do dia designado os batalhões se reuniram; e, passada a revista, se retiraram aos seus quartéis. O coronel Vilaça de propósito se tinha demorado para ficar só, conforme o plano concertado. Aproximaram-se-lhe então o cirurgião Joaquim Carlos de Carvalho, o alferes de milícias Domingos Simões da Cunha e o tenente José Batista da Silva, e deram vivas à constituição, a el-rei, à religião e às côrtes sendo todos correspondidos pelo coronel Vilaça. À sua ordem tocou então rebate e pouco depois se lhe vieram incorporar os quatro regimentos de infantaria e de milícias. O corpo de artilharia e o esquadrão de cavalaria conservaram-se nos seus quartéis, dispostos ambos a desobedecerem às ordens de Vilaça, embora ameaçados com baionetas, como foram. O governo provisório, vendo o excitamento de uma e outra parte, para prevenir maiores desordens, mandou aos comandantes dêstes dois corpos se reunissem aos outros batalhões, ao que eles, a pesar seu, obedeceram.

Reunidos no palácio do govêrno, ao toque de rebate, os membros da câmara municipal,[4] os governadores provisórios e outros cidadãos, o coronel Francisco José Rodrigues Barata subiu à sala do dossel, e em nome do povo e da tropa proclamou a constituição portuguêsa e pediu a eleição de uma junta constitucional composta de nove membros.

A câmara municipal nomeou sem demora juiz do povo o negociante Manuel Joaquim do Nascimento, o qual de uma das janelas do palácio interrogou os cidadãos que se achavam à porta do mesmo quais eram as pessoas escolhidas para o nôvo govêrno; êle mesmo indicou algumas, que foram aceitas e outras rejeitadas com epítetos afrontosos.

Eleita a junta,[5] dirigiram-se os seus membros ao paço da câmara municipal, e ali prestaram juramento às bases da constituição e a todos os atos emanados das côrtes. Voltaram depois a palácio; deram cortejo; as tropas fizeram as contiências do estilo e a cidade se iluminou noite.

Feito isto, a junta provisória enviou comissários, uns, aos pontos principais do interior da província, que não tinham manifestado sua aprovação ao movimento; outros, ao Rio de Janeiro e a Lisboa com participações oficiais da ocorrência e protestos de submissão. Patroni foi escolhido para a comissão dêste último lugar com Domingos Simões da Cunha, e ambos fizeram-se logo de vela para Portugal, sendo ali apresentados à regência do reino por credenciais de 5 a 6 de fevereiro.[6]

---

2 Narrativa dos serviços prestados à independência do Brasil pelo almirante Lord Cockrane, Conde de Dundonald.

3 Os governadores provisórios eram: o arcebispo Antônio da Cunha, o coronel Joaquim Filipe dos Reis e o desembargador Ouvidor da comarca da capital Antônio Maria Carneiro de Sá.

4 Antônio Joaquim Pereira, João Antônio Pereira Guimarães, João Evangelista Noronha Bandeira, José Joaquim de Sousa Azevedo, Antônio José de Moura Guimarães e outros.

5 Os membros eleitos da junta foram: Presidente, o vigário capitular Romualdo Antônio de Seixas: Vice-Presidente, o juiz-de-fora Joaquim Pereira de Macedo: Vogais: o coronel João Pereira Vilaça, o coronel Francisco José Rodrigues Barata, o coronel Geraldo José de Abreu, o tenente-coronel Francisco José de Faria, o negociante Francisco Gonçalves de Lima, e os proprietários João da Fonseca Freitas e José Rodrigues de Castro Cóis.

6 Ofício da junta provisória à regência, de 5 de fevereiro de 1821. "Chamados pelo voto livre e espontâneo dos habitantes desta Cidade ao Govêrno Provisional da Capitania, temos a honra de participar a Vossas Excelências que no dia 1º de Janeiro do corrente ano o Povo, as Tropas e tôdas as Autoridades constituídas desta Capital aclamaram e solenemente juraram obediência a El-Rei o Senhor D. João VI, à Augusta Casa de Bragança, às Côrtes Nacionais e à Constituição que por elas fôr estabelecida, mantida a Religião Católica Romana. Elegeram ao mesmo tempo uma junta composta dos abaixos assinados, que provisoriamente governasse a Capitania até a instalação das Côrtes. "O sentimento dos males que sofriam os habitadores desta desgraçada Província, estimulado pelo exemplo dos seus briosos irmãos de Portugal, preparou e trouxe enfim aquêle bem agourado e glorioso dia. "Êstes acontecimentos foram mandados imediatamente ao conhecimento del-Rei Nosso Senhor, de cuja Paternal Bondade esperamos que anua graciosamente aos votos legítimos do seu povo do Pará, que portuguesmente o ama.

"Temos expedido as convenientes ordens a tôdas as Vilas da Capitania: e daquelas donde temos já podido haver resposta sabemos que têm seguido sem constrangimento e mesmo com entusiasmo a impulsão dada pela Capital.

"É quanto por ora nos cumpre participar a Vossas Excelências, desejando ardentemente que os esforços pela liberdade sejam bem vistos e mesmo coadjuvados por Vossas Excelências e por tôda a generosa Nação Portuguêsa.

"O Alferes de Milícias Domingos Simões da Cunha, encarregado de apresentar a Vossas Excelências êste ofício, foi um daqueles que com mais zêlo e patriotismo concorreram para os atos do dia primeiro". (Assinados os membros da junta provisória).

Ofício da junta provisória à regência, de 6 de fevereiro de 1821. - "O Senado da Câmara desta Cidade exigiu desta Junta Provisória de Govêrno que fôsse nomeado um Deputado para ir unir-se às Côrtes dêste Reino, e representar nelas o que conviesse aos interêsses desta Província; como porém esta Junta julgou que uma tal nomeação só podia ter lugar, guardadas as formas das Instruções nesse Reino adotadas para que o Deputado pudesse obrar legalmente, e não sendo ainda possível proceder a uma eleição legítima, eis a razão por que não concordou com a opinião e requisição do Senado.

"Esta Junta desejando contudo adiantar o que fôr possível a benefício da causa da nossa regeneração política, julgou conveniente encarregar a Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, para que, passando a essa Côrte, possa suplicar a Vossas Excelências quanto fôr compatível com as circunstâncias desta Província, que por tantos títulos deseja que se estreitem cada vez mais os laços, que sempre nos têm unido.

"De muitas das Vilas desta Província já se tem recebido a certeza da unanimidade de seus votos; só resta, para satisfação plena de todos os habitantes, que êstes tenham a certeza de que o Nosso Augusto Soberano há escutado e anuído ao que o povo paraense lhe há pedido, e que Vossas Excelências igualmente têm tomado em sua consideração quanto possa ser-lhe útil. O referido Patroni, movido dos desejos de ser útil à sua Pátria, há trabalhado com suas luzes e aceitou esta comissão com o mesmo fim". (Assinados os mesmos).

AGRIMEC-AGRICULTURA MECANIZADA S/A-CGC:22974380/0001-06.RELATÓRIO DA DIRETORIA.Senhores Acionistas da AGRIMEC-AGRICULTURA MECANIZADA S/A,dando cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com os dispositivos legais, temos a satisfação de submeter a V.Sas.,o Balanço Patrimonial e demais Demonstrativos Financeiros,relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 1992, acompanhado das respectivas Notas Explicativas.Belém(Pa),10 de março de 1993.A Diretoria.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31.12.92

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	3.357.918.059,60	511.484.794,85
Caixa	-	56,64
Bancos Conta Movimento	17.110.734,16	715.597,40
Aplicação no Mercado Aberto	3.231.625.575,21	248,22
Contas a Receber	100.624.286,71	519.262.039,79
(-) Provisão P/Devedores Duvidosos	-	15.586.861,00
Adiantamento a Empregados	-	251.975,00
Outras contas a Receber	3.469.566,86	323.639,00
Recursos Bloqueados P/Banco Central	-	6.218.099,80
Seguro a Vencer	5.087.896,66	-
PERMANENTE	29.561.463.452,79	1.936.684.827,92
Imobilizado	27.921.464.000,51	1.830.193.787,67
Terrenos	1.872.649.081,51	152.326.878,86
Construções Civis e Instalações	4.099.564.428,33	333.470.835,62
Veic.,Máq.,Mot.,e Equipamentos	35.311.768.876,78	1.966.956.506,64
(-) Depreciação Acumulada	13.362.518.386,11	622.560.433,55
Diferido	1.639.999.452,28	106.491.040,35
Despesas de Elaboraçãodo Projeto	470.711.347,62	38.289.069,28
Fundo de Administração FINAM	635.405.006,05	40.921.175,53
Fundo de Fiscalização SUDAM	533.883.098,61	27.280.795,54
TOTAL DO ATIVO	32.919.381.512,39	2.448.169.622,77

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	65.632.459,94	28.780.076,99
Fornecedores	8.470.629,03	2.059.669,23
Impostos a Pagar	11.249.281,77	8.827.080,58
Encargos Sociais a Recolher	35.683.930,93	6.772.915,11
Retenções na Fonte a Recolher	4.551.838,34	202.031,20
Contas a Pagar	3.714.359,00	8.955.960,00
Provisão de Férias	1.828.136,00	1.828.136,00
Honorários a Pagar	78.623,00	78.623,00
Créditos de Diretores	55.661,87	55.661,87
Exigível a Longo Prazo	6.872.361.238,77	-
Debêntures Emitidas	6.872.361.238,77	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.981.387.813,68	2.419.389.545,78
Capital Autorizado	9.000.000.000,00	950.000.000,00
Ações Ordinárias	6.000.000.000,00	310.000.000,00
Ações Preferenciais Classe "A"	500.000.000,00	60.000.000,00
Ações Preferenciais Classe "B"	1.700.000.000,00	580.000.000,00
Ações Preferenciais Classe "C"	800.000.000,00	-
(-) Capital a Subsc.e Integralizar	5.721.590.756,00	372.554.496,00
Ações Ordinárias	4.341.085.457,00	105.616.122,00
Ações Preferenciais Classe "A"	500.000.000,00	60.000.000,00
Ações Preferenciais Classe "B"	80.505.299,00	206.938.374,00
Ações Preferenciais Classe "C"	800.000.000,00	-
(=) Capital Subs e Integralizado	3.278.409.244,00	577.445.504,00
Ações Ordinárias	1.658.914.543,00	204.383.878,00
Ações Preferenciais Classe "B"	1.619.494.701,00	373.061.626,00
Reservas de Capital	36.987.275.352,70	1.930.268.106,53
Corr.Monet.do Capital Integralizado	36.928.728.618,37	1.925.505.740,00
Corr.Monetária - Lei 8.200/91	58.546.734,33	4.762.366,53
Resultados Acumulados	(14.284.296.783,02)	(88.324.064,75)
Prejuízos Acumulados	(14.284.296.783,02)	(88.324.064,75)
TOTAL DO PASSIVO	32.919.381.512,39	2.448.169.622,77

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Cap. Social	Corr.Monet.	Resul.Acum.	Total
SALDO EM 31.12.90	64.138.764,00	18.159.740,00	1.895.466,59	184.193.970,5
AUMENTO DE CAP.				
C/Resursos Próprios	131.716.000,00	-	-	131.716.000,0
C/Resursos FINAN	263.431.000,00	-	-	263.431.000,0
C/Corr.Monetária	118.159.740,00	(118.159.740,00)	-	-
CORR. MONETÁRIA	-	1.925.505.740,00	5.285.627,93	.930.791.367,93
RES.C MONET. LEI 820	-	4.762.366,53	-	4.762.366,53
RES. DO EXERCÍCIO	-	-95.505.159,27		(95.505.159,27
SALDO EM 31.12.91				
AUMENTO DE CAP.	77.445.504,00	1.930.268.106,53	88.324.064,75	.419.389.545,7
AUMENTO DE CAP.	775.458.000,00	-	-	775.458.000,0
C/Recursos Próprios	775.458.000,00	-	-	775.458.000,0
C/Corr. Monet	1925505740,00	20. 505 .740,00	-	-
CORR.MONETÁRIA	-	.925 027.746,0	(4.181.330273,31)	32.743 637.472,75
RES.C MONET. LEI 820	-	57.485.240,11	-	57.485.240,11
RES. DO EXERCÍCIO	-		(10014642444,96)	10.014.642444,96)
SALDO EM 31.12.92	.278.409.244,00	.987.275.352,70	284.296.783,02	5.981.387.813,6

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇOES DE RECURSOS

	1992	1991
1 - ORIGENS DE RECURSOS		
1.1 - Integralização de Capital	776.458.000,00	395.147.000,00
Em Ações Ordinárias	775.458.000,00	131.716.000,00
Em Ações Preferenciais	-	263.431.000,00
1.2 - Recursos da Correção Monetária	4.484.101.454,02	375.832.390,12
1.3 - Encargos de Depreciação	2.180.222.168,97	127.066.959,70
1.4 - Resultado de Corr. monetária	6.872.361.238,77	-
TOTAL DAS ORIGENS	14.312.142.861,76	898.046.349,82
2 - APLICAÇÕES DE RECURSOS		
2.1 - Prejuízo do Exercício	10.014.642.444,96	95.505.159,27
2.2 - Aquisições do Imobilizado	1.448.634.160,00	348.260.000,00
2.3 - Gastos C/Implant. do Projeto	39.285.375,00	16.436.976,00
TOTAL DAS APLICAÇÕES	11.502.561.979,96	460.204.135,27
3 - AUM./RED. DO CAP.CIRCULANTE	2.809.580.881,80	437.842.214,55

4 - DEMO. DA VAR.DO CAP.CIRCULANTE

	Início Exercício	Fim Exercício	Variações
4.1 - Ativo Circulante	511.484.794,85	3.357.918.059,60	2.846.433.264,75
4.2 - Passivo Circulante	28.780.076,99	65.632.459,94	36.852.382,95
4.3 - Capital Circulante	482.704.717,86	3.292 285.599,66	2.809.580.881,80

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA OPERACIONAL	1.370.215.136,90
Receita S/ Serviços	1.022.312.731,74
Outras receitas Operacionais	347.902.407,16
(-) Deduções	33.265.951,88
Impostos s/ Serviços	10.754.792,99
PIS S/ Faturamento	6.380.004,23
Finsocial	16.131.054,66
(=) Receita Operacional Líquida	1.336.949.287,02
(-) Custo s/ Serviços	3.310.365.765,54
(=) LUCRO BRUTO	(1.973.416.478,52)
(-) Despesas Operacionais	9.361.276.335,72
despesas administrativas	317.171.620,52
Despesas Financeiras (-) ReceitaS Financeiras	9.034.510.736,12
Outras Despesas Operacionais	848.156,64
(=) Lucro Operacional Líquido	(11.334.692.814,24)
(-) Despesas Não Operacionais	2.336.500,20
(+) Saldo Credor da Correção Monetária	1.322.386.869,48
(=) Resultado do Exercício	(10.014.642.444,96)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992.01-As demonstrações Financeiras foram elabo-radas,atendendo as disposições legais em vigor,especialmente as determinadas pela Lei 6.404/76,Dec Lei 1.598/77 e demais legislações complementares.02-A Depreciação do Ativo Imobilizado,está calculada pelo método linear,ás taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens,segundo parâmetro estabelecido pela legislação Tributária.03-Os efeitos inflacionários foram reconhecidos pela Correção Monetária do Ativo Imobilizado e conômica dos bens,segundo parâmetro estabelecido pela legislação Tributária.03-Os efeitos inflacionários foram reconhecidos pela Correção Monetária do Ativo Imobilizado e Patrimônio Líquido,utilizando como base a variação da UFIR, sendo o saldo apurado lançado diretamente na conta de Apuração do Resultado do Exercício,de conformidade com a legislação em vigor.04-O Capital Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 1992, está representado por Ações Nominativas,sem valor nominal,sendo 100% de capital nacional,assim constituído:Ações Ordinárias:Quant.979.841.878-ValorCr$-1.658.914.543,00; Ações Preferenciais:Quant.373.061.626-Valor Cr$-1.619.494.701,00.FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO-Dir.Presidente-CPF:001077352-53;ANTÔNIO CARLOS PACHECO DE ALMEIDA -Dir.Superintendente-CPF:001533702-20;ANTONIO ERNESTO LISBOA DA SILVA-Contador-CRC.Pa,7412-CPF.019.688.902-20.PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES-Aos Administradores de Acionistas da AGRIMEC-AGRICULTURA MECANIZADA S/A.Examinamos o Balanço Patrimonial da AGRIMEC-AGRICULTURA MECANIZADA S/A.,levantado em 31.12.92,e as respectivas:Demonstração de Resultado,Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondente ao exercício findo naquela data,elaborado sob responsabilidade de sua administração.Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.02-Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes.Portanto,nossos trabalhos compreenderam,entre outros procedimentos:(a)-o planejamento dos trabalhos,considerando a relevância dos saldos,o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia;(b)-a constatação,com bases em testes,das evidências e dos registros, que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas,e (c)-a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia,bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.03-Em nossa opinião,as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente,em todos os,aspectos relevantes,a posição patrimonial e financeira da AGRIMEC-AGRICULTURA MECANIZADA S/A.,em 31 de dezembro de 1992,o resultado de suas operações,as mutações de seu Patrimônio Líquido e as suas Origens e Aplicações de seus Recursos referente ao exercício findo naquela data,de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.Belém(Pa),30 de março de 1993.TADEU MANOEL RODRIGUES DE ARAÚJO;Contador-CRC.Pa-2671-IBRACON 1800.

Chegados a Lisboa, dirigiram-se logo, no dia 31 de março de 1821, à regência do reino. Patroni nessa ocasião proferiu um breve discurso em que declarou o fim da missão que ali os conduzia, protestando em nome do govêrno do Pará e dos seus concidadãos adesão às côrtes e aos seus atos.[7]

A regência respondendo "congratulou-se com o povo paraense assim como com os membros do govêrno provisório, fazendo sinceros votos para que os outros povos viessem abraçar-se com a mãe-pátria e se apressassem em jurar a constituição portuguêsa, que, tendo por base os direitos inalienáveis do homem e os interêsses mais sagrados da sociedade, não podia deixar de fazer a felicidade do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarves".[8]

Concluído êste ato, foi marcado aos comissários dia e hora para o seu comparecimento perante as côrtes. De feito, no dia 5 de abril, foram recebidos pelo congresso com tôdas as honras do estilo, sendo acompanhados pelo secretário dos Negócios da Marinha até a sala de espera, e dali pelos secretários da assembléia até as cadeiras, que lhes eram destinadas à esquerda do presidente. Depois de serem devidamente apresentados pelo ministro da Marinha, patroni pedindo e obtendo a palavra, disse "que no memorável dia 1º de janeiro se lançara por terra o trono do despotismo na capital de sua província, arvorando-se o troféu da liberdade nos muros, que banha o Guajará. Receava de alguma sorte recordar os sucessos, que então tiveram lugar; porque hoje eram punidos os amantes da pátria, quando nos séculos passados eram galardoados. Então nas augustas assembléias a eloqüência dos Demóstenes e dos Cíceros fulminava raios contra o despotismo; entretanto, hoje proferir sòmente o nome de liberdade era um crime, que não admitia escusa. Nos tempos passados, em que a virtude triunfava, os amantes da pátria eram honrados, enriquecidos e imortalizados; entretanto, hoje em que dominavam a ambição, a impostura e o fanatismo, êles eram estrangulados nos cadafalsos, seus corpos eram reduzidos a cinzas e suas cinzas lançadas ao mar. Não havia no Amazonas uma só pessoa, que não amasse a liberdade; todos tinham concorrido para sacudir o pesado jugo, que havia durado mais de dois séculos. Os paraenses no curto espaço de seis horas despedaçaram as algemas, que os manietavam, aclamando no meio da paz e de vivos transportes o soberano congresso, o rei constitucional, a augusta religião de seus maiores, perdoando ao mesmo tempo aos seus inimigos e confraternizando com êles.

"Que, ardendo no amor da pátria, êle interrompera seus estudos acadêmicos em Coimbra e fôra ao Pará concorrer com os seus esforços para a consolidação do nôvo sistema político, que se tentava inaugurar no país. O patriotismo manifestado nesta quadra de sua vida aconselhara ao govêrno a encarregá-lo da missão de vir protestar a adesão da província aos atos do congresso, sendo também escolhido para o mesmo fim o cidadão, que o acompanhara, por se ter distinguido nos sucessos de janeiro. Êles, pois, como órgãos de seus concidadãos e dos ilustres membros do govêrno, se congratulavam com o soberano congresso pelos felizes acontecimentos, que acabavam de ter lugar no reino.

"Que lhe parecia, continuou Patroni, não exceder os limites de sua autorização, manifestando ao congresso os ardentes desejos do govêrno de sua província e dos seus concidadãos de ver já unido o Amazonas ao Tejo, identificados ambos os hemisférios, não obstante a distância infinita com que a natureza os separava. Animados dos mesmos sentimentos, apreciando os mesmos direitos e vinculados com o mesmo sangue, os parentes queriam fazer um e o mesmo corpo com os lusitanos. Seis compatriotas suspiravam pelo ditoso momento em que pudessem depositar seus corações nas mãos dos seus representantes para os virem imolar no venerando templo da liberdade. Êle propusera a eleição extraordinária de um deputado feita pelos habitantes da capital, a cuja decisão sempre o resto da província se submetia, para que viesse estreitar os laços da união nacional, tomando assento entre os representantes da nação; seus esforços, porém, a êste respeito foram debalde; seus concidadãos não quiseram transpor os limites dos seus direitos.

"Que tal era a vontade dos seus conterrâneos. Os paraenses, tendo proclamado a constituição, estavam na firme resolução de a defenderem a custa da própria vida. E intérprete dos seus sentimentos, êle jurava perante os céus, perante a terra, perante o mundo inteiro, que seria mais fácil converterem-se em sangue as águas do Amazonas ou reduzir-se o Pará a cinza, pó e nada do que abaixar de nôvo a cerviz ao sacudido jugo".[9]

Terminado êste discurso, os dois comissários retiraram-se com as mesmas formalidades, com que tinham sido introduzidos.[10]

7 Êste discurso acha-se em um opúsculo publicado por Daniel Garção de Melo, impresso em Lisboa no ano de 1821, na Tipografia Nacional.

8 O discurso, com que a regência respondeu, acha-se no referido opúsculo de Daniel Garção de Melo.

9 Êste discurso está também integralmente publicado no referido opúsculo de Daniel Garção de Melo.

10 Não nos foi possível encontrar a denúncia da câmara municipal. Encontramos apenas a de José Ribeiro Guimarães em um opúsculo intitulado História dos Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde a independência até 5 de novembro de 1823, impresso no Rio de Janeiro em 1824, na tipografia do Diário, a qual vai aqui transcrita em seguida ao ofício da junta, remetendo-a ao doutor ouvidor-geral para proceder na forma da lei, como tudo consta do que se segue:

Ofício da junta ao ouvidor-geral, de 2 de novembro de 1821: - Esta Junta Provisória do govêrno remete a V. M.cê a participação inclusa, que lhe dirigiu José Ribeiro Guimarães para sem perda de tempo proceder a sumário de testemunhas sôbre o objeto de que nela se trata: A esta Junta consta, que os filhos do falecido Manuel Fernandes de Vasconcelos demonstraram a bordo do navio S. José Deligente, em que êles se transportaram de Lisboa a esta cidade, que as suas idéias são tôdas encaminhadas a promover a independência desta província, insurgindo assim contra a segurança pública, e contra a nação, de que esta mesma província é uma parte integrante. V. M.cê nomeará entre os escrivães aquêle que julgar mais apto para com a brevidade possível escrever no dito sumário. Julga conveniente esta Junta dizer-lhe que um rapaz ruivo, que veio no dito navio, José Pinto de Araújo, e um caixeiro de José Ferreira de Brito, e outros, viram uma proclamação tendente à dita independência, a qual se atribui aos ditos filhos do mencionado Vasconcelos, sendo de notar que tais idéias só tenham aparecido em público depois da sua chegada. V. M.cê logo que cheque a conhecer que há alguma prova contra os ditos ou alguma outra pessoa como criminosa por tentar perturbar a segurança pública, participará a esta junta continuando contudo no sumário, que remeterá quando esteja findo. Deus Guarde a V. M.cê Pará no palácio do govêrno em 2 de novembro de 1821. O vigário-geral Romualdo Antônio de Seixas, presidente; o coronel Francisco José Rodrigues Barata; o coronel Geraldo José de Abreu; Francisco José de Faria; João da Fonseca Freitas; Francisco Gonçalves Lima e José Rodrigues de Castro Góis, Sr. Doutor Ouvidor-Geral.

*Denúncia de José Ribeiro Guimarães à junta de 2 de novembro de 1821: Ilmo. e Ex.mo Sr. - Todo o cidadão tem direito (quanto a segurança pública o exige) de levantar a voz até fazer que ela chegue aos ouvidos do govêrno, para lhe expor os males em sua origem, suas conseqüências, e até indicar os meios que julgar convenientes para os evitar: o Govêrno pode não tomar em consideração as reflexões, que lhe oferecerem, sem que daí se possa inferir que o cidadão quer ingerir-se na administração do poder, que lhe foi confiado; mas o cidadão tem cumprido o seu dever na manifestação de seus sentimentos. Tal consideração me faz julgar imperiosamente necessário que não sufoque reflexões, que neste momento assaltam a minha idéia, e me apresentam à perspctiva um terrível futuro. Filipe Alberto Patroni foi daqui para Lisboa incumbido por V. Exa. de apresentar os seus despachos à Regência do Reino: o seu primeiro passo foi querer logo introduzir-se como Deputado desta Provincia, o que o Soberano Congresso não admitiu; então entrou a forjar planos, e concebeu a péssima idéia do parágrafo décimo do Plano das Eleições, * que fêz publicar no número dez do Indagador Constitucional, de que mandou grande cópia de folhas para aqui ser distribuída: a leitura daquele artigo (que ofereço) deu um grande choque nos escravos; conceberam idéias de liberdade, e julgaram que as figuradas expressões, de que se serviram os autores da nossa regeneração política, quando disseram "quebraram-se os ferros, acabou-se a escravidão, somos livres, e outras semelhantes" se entendiam com êles, e começaram a encarar Patroni como seu libertador; assim o disseram a V. Exa. que algumas providências deu a tal respeito; não só êles, muitos homens, que sabem ler, sem entenderem o que lêem, chegaram a pensar o mesmo e a persuadir-se, que estava acabada a escravatura; alguns fatos recentes tenho sabido de práticas entre escravos, que julgam a escravidão acabar-se por momento, e esperam Patroni como seu redentor. Entretanto Patroni continua suas maquinações na côrte; umas vezes se diz - Deputado do Govêrno, outras - autorizado pela câmara, advogado do povo, e quantas coisas sua esquentada imaginação pode sugerir-lhe; já se intromete a cumprimentar o Rei pela sua Pátria sem esta o ter incumbido, e na fala, que lhe dirigiu, êle usa estas bem notáveis expressões "estou pronto a apresentar as queixas do mais vil dos meus compatriotas" - êste têrmo vil a quem se dirige? nunca pode ser a cidadãos, porque nenhum é vil; será porventura a respeito dêsses, que o olham como redentor? será... talvez seja: sigamos Patroni; as folhas públicas assaz nos dizem quanto êle tem querido desacreditar êste govêrno perante a soberania; e não contente com isso êle pretende semear entre nós a dissensão, a discórdia, um incendiário papel a que êle chama circular, tem andado nas mãos de todos, eu o incluo debaixo do número segundo; êle por si fala, e não precisa análise: porém demos alguns momentos de reflexão àquelas memoráveis palavras - não tardará muito que eu não apareça entre vós, para procurar com todos os meus esforços a vossa felicidade - isto é uma Clara indicação, de que talvez bem cedo o teremos aqui: ah! quão perniciosa é sua presença neste país; êste homem exausto de meios, faltando-lhe em Lisboa todos os recursos, volta ao Pará a que fim? êle tem querido dispor os povos em seu favor, inculcando-se como o único capaz de os salvar dos males, que êles imaginam, mas felizmente todos o conhecem, ninguém o acredita; êle chega, não acha partido algum, vem talvez com a idéia de entrar no número dos que devem compor a Junta provincial, para que se tem inculcado? ou terá em vista, que o nomeiem deputado às côrtes como tanto deseja? qualquer das coisas seria uma calamidade para êste país; mas sinto falar; o que lhe resta? um homem sem bens, emprego ou estabelecimento algum, sem arriscar nada, sem ter que perder, de que coisas não será capaz? Eu tremo, quando o considero; pode lançar mão do único recurso, que lhe resta: pode procurar um partido no meio dessa classe que o contempla, que o olha como seu libertador, e então oh! desgraça... à prudente reflexão de V. Exa. deixo o pensar nas conseqüências; cumpre somente rogar a V. Exa. em nome de todos os bons cidadãos, que tome suas medidas de precaução, que evitem neste país a entrada de um ente destruidor da ordem e sossêgo público. Ainda direi mais; os paraenses, nunca manchados de infidelidade, juraram a constituição, estão prontos a defendê-la, e ao Rei Constitucional o Sr. D. João VI até a última extremidade; unidos com os seus irmãos de Portugal, são todos um só povo, uma só família; êste é o sentimento geral, e eu ousaria afirmar, que nenhum só se aparta dêstes princípios, mas há poucos dias eu ouço soar vozes de independência americana e união à causa de Pernambuco; ainda mais, proclamações se têm afixado, que persuadem êste maldito sistema! propagadores existem desta doutrina; alguns se inculcam precursores de Patroni, em quem confiam, porque esperam para (o que êles chamam) a grande obra de salvação da Pátria! tudo isto são idéias novas, que jamais lembraram a êste povo fiel; são idéias só conhecidas, depois que chegou de Lisboa o navio*

IRMÃOS DIAS AGROPECUÁRIA S/A. - CGC/MF-Nº 05.549.928/0001-43 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31.12.92, acompanhadas das Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de Vossas Senhorias, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Belém (Pa), 31 de dezembro de 1992. a) A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	22.944.768,66	2.322.007,35
DISPONÍVEL	104.125,19	21.195,08
Caixa e Bancos	104.125,19	21.195,08
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	22.840.643,47	2.300.812,27
Estoque	22.840.643,47	2.300.812,27
PERMANENTE	7.275.526.161,94	594.277.911,01
Investimentos	9.595.235,87	780.505,19
Imobilizado	5.838.492.104,17	477.025.157,21
Diferido	1.427.438.821,90	116.472.248,61
TOTAL DO ATIVO	7.298.470.930,60	596.599.918,36
PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	9.686.605,93	3.708.394,92
Obrigações Soc., Fiscais e Trabalhistas	2.307.270,88	56.162,52
Outros Créditos	7.383.335,05	3.568.335,05
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.288.764.324,67	592.891.523,44
Capital Social Integralizado	595.243.229,00	51.574.790,00
Reservas de Capital	6.722.452.085,11	543.668.439,83
Corr. Monet. Espec. Art. 3º Lei 8200/91	(28.910.989,44)	(2.351.706,39)
TOTAL DO PASSIVO	7.298.470.930,60	596.599.918,36

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO DIFERIDO

-DISCRIMINAÇÃO	1992	1991
Saldo do Exercício	116.472.248,61	15.177.073,52
Gastos de Implantação	39.003.979,20	12.221.268,50
Correção Monetária	1.315.393.559,06	127.418.358,98
Resultado da Correção Monetária	(43.430.964,97)	(38.344.452,39)
TOTAL	1.427.438.821,90	116.472.248,61

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	1992	1991
1. ORIGENS DOS RECURSOS	8.005.568.689,54	654.991.590,45
Integralização do Capital Social	543.668.439,00	46.117.860,00
Cont. p/Reservas de Capital	6.178.783.645,28	497.550.569,93
Depreciação	1.283.116.605,26	111.323.160,52
2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS	7.990.924.139,24	655.646.635,82
Aumento de Investimentos	8.814.730,68	713.013,79
Aumento do Imobilizado	6.644.583.552,22	551.286.740,55
Aumento do Diferido	1.310.966.573,29	101.295.175,09
CM Especial Art. 3º Lei 8200/91	26.559.283,05	2.351.706,39
3. AUMENTO/RED. DO CAP. CIRC. LÍQ.	14.644.550,30	655.045,37

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	VARIAÇÃO
1991			
Ativo Circulante	798.156,37	2.322.007,35	1.523.851,98
Passivo Circulante	1.529.497,57	3.708.394,92	2.178.897,35
Capital Circulante Líquido	731.342,20	1.386.387,57	655.045,37
1992			
Ativo Circulante	2.322.007,35	22.944.768,66	20.622.761,31
Passivo Circulante	3.708.394,92	9.686.605,93	5.978.211,01
Capital Circulante Líquido	1.386.387,57	13.258.162,73	14.644.550,30

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.91	51.574.790,00	543.668.439,83	595.243.229,83
Aumento do Capital c/Reservas de CM AGO/E de 09.06.92	543.668.439,00	(543.668.439,00)	-
CM do Capital em 31.12.92	-	6.722.452.084,16	6.722.452.084,28
TOTAL	595.243.229,00	6.772.452.085,11	7.317.695.314,11

NOTAS EXPLICATIVAS - a) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas em obediência às disposições legais contidas da Lei 6404/76 de 15.12.76; b) O Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido foram corrigidos mediante coeficiente da UFIR, semestral com correção dos saldos das contas, em 30.06.92 e 31.12.92; c) As despesas foram contabilizadas segundo regime de competência; d) O Capital Social na data do Balanço, está representado em 595.243.229 Ações, no valor de Cr$-1,00 (hum cruzeiro) cada uma, sendo 206.549.400 Ações Ordinárias, e 388.693.829 Ações Preferenciais, subscritas e integralizadas; e) O Resultado da Correção Monetária apresentou um saldo de Cr$ 43.430.964,97. Orlando Haber II - Diretor; Maurício Acatauassú Teixeira - Diretor; Simão José da Silva - Téc. Cont. CRC-Pa.3833.

VITÓRIA RÉGIA AGROPECUÁRIA S/A - CGC/MF. 04.191.938/0001-97 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31.12.92, acompanhadas das Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de Vossas Senhorias, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Belém (Pa), 31 de dezembro de 1992. a) A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	12.440.715,98	571.336,98
DISPONÍVEL	141.205,05	15.156,98
Caixa e Bancos	141.205,05	15.156,98
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	12.299.510,93	556.180,00
Estoque	12.299.510,93	556.180,00
PERMANENTE	8.359.212.981,65	680.814.417,69
Imobilizado	3.331.706.739,55	257.837.224,38
Diferido	5.027.506.242,10	422.977.193,31
TOTAL DO ATIVO	8.371.653.697,63	681.385.754,67
PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	9.092.403,03	1.150.000,00
Obrigações Sociais, Fiscais e Trabalhistas	1.202.403,03	-
Outros Créditos	7.890.000,00	1.150.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.362.561.294,60	680.235.754,67
Capital Social Integralizado	714.512.541,00	43.047.794,00
Reservas de Capital	8.069.434.621,91	671.464.747,90
Res. de CM Especial Art. 3º Lei 8200/91	(421.385.868,31)	(34.276.787,23)
TOTAL DO PASSIVO	8.371.653.697,63	681.385.754,67

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO DIFERIDO

-DISCRIMINAÇÃO	1992	1991
Saldo do Exercício	422.977.193,31	23.931.779,01
Gastos de Implantação	54.772.675,08	8.654.955,01
Correção Monetária	4.776.944.570,51	178.658.453,77
Resultado da Correção Monetária	(227.188.196,80)	211.732.005,52
TOTAL	5.027.506.242,10	422.977.193,31

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	1992	1991
1. ORIGENS DOS RECURSOS	8.991.351.697,15	767.436.475,03
Integralização do Capital Social	671.464.747,00	41.051.925,00
Cont. p/Reservas de Capital	7.397.969.874,01	630.412.822,33
Depreciação	921.917.076,14	95.971.727,70
2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS	8.987.424.721,18	769.034.185,13
Aumento do Imobilizado	3.995.766.591,31	335.711.983,60
Aumento do Diferido	4.604.529.048,79	399.045.414,30
CM Especial Art. 3º Lei 8200/91	387.109.081,08	34.276.787,23
3. AUMENTO/RED. DO CAP. CIRC. LÍQ.	3.926.975,97	1.597.710,10

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	VARIAÇÃO
1991			
Ativo Circulante	1.019.064,03	571.336,98	447.727,05
Passivo Circulante	16,95	1.150.000,00	1.149.983,05
Capital Circulante Líquido	1.019.047,08	578.663,02	1.597.710,10
1992			
Ativo Circulante	571.336,98	12.440.715,98	11.869.379,00
Passivo Circulante	1.150.000,00	9.092.403,03	7.942.403,03
Capital Circulante Líquido	578.663,02	3.348.312,95	3.926.975,97

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.91	43.047.794,00	671.464.747,90	714.512.541,90
Aumento do Capital c/reservas de CM AGE/O de 28.04.92	671.464.747,00	(671.464.747,00)	-
CM do Capital em 31.12.92	-	8.069.434.621,01	8.069.434.621,01
TOTAL	714.512.541,00	8.069.434.621,91	8.783.947.162,91

NOTAS EXPLICATIVAS - a) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas em obediência às disposições legais e constantes da Lei 6404/76 de 15.12.76; b) O Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido foram corrigidos mediante coeficientes da UFIR, semestral com correção dos saldos das contas, em 30.06.92 e 31.12.92. c) As despesas foram contabilizadas segundo regime de competência. d) O Capital Social na data do Balanço, está representado em 714.512.541 Ações, no valor de Cr$-1,00 (hum cruzeiro) cada uma, sendo 48.944.109 Ações Ordinárias, 490.155.603 Ações Preferenciais CL "A" e 175.412.829 Ações Preferenciais CL "B" subscritas e integralizadas; e) O Resultado da Correção Monetária apresentou um saldo de Cr$- - - -

- Sendo hostis ao Brasil as intenções das côrtes, Patroni convenceu-se logo de que nada havia que esperar da metrópole. A independência das províncias ultramarinas começava já então a assomar, e êle não hesitou em começar também a preparar os ânimos de seus conterrâneos para a grande obra da emancipação de sua pátria. Redigiu uma circular, em que, anunciando a êleição de nova junta administrativa, provocava os seus concidadãos a seguir o exemplo de Pernambuco ao mesmo tempo que lhes prometia breve regresso à sua província natal.

Associou a si em Portugal os três irmãos João Fernandes de Vasconcelos, Julião Fernandes de Vasconcelos e Manuel Fernandes de Vasconcelos, os quais, partindo de Lisboa na galera S. José Deligente, foram portadores desta circular para o Pará. Aqui chegados, deram princípio à propaganda da independência, buscando o apoio dos paraenses mais distintos. A câmara municipal e José Ribeiro Guimarães apresentaram por êste fato denúncias contra êles.

A junta, recebendo-as, determinou, no dia 3 de novembro de 1821, ao ouvidor Vieira de Melo, que procedesse ao respectivo sumário sem perda de tempo. Processados, foram todos presos em diferentes fortalezas, e depois enviados a Portugal, onde se conservaram até maio de 1822, em que foram anistiados. E porque nas denúncias Patroni também fôsse incluido como agente principal da revolução premeditada, mandou-se para Salinas o alferes Antônio José Bragança com ordem de prendê-lo à sua chegada ali de Portugal e de o pôr em custódia na fortaleza da Barra.

O alferes Simões da Cunha, em remuneração dos serviços prestados no dia 1º de janeiro, foi nomeado tenente-coronel de segunda linha; entretanto, Patroni nada obteve para si; nem mesmo pôde alcançar as providências, que tinha impetrado em benefício do Pará, em conseqüência do que tomou a resolução de esperar Dom João VI, cuja chegada já então se anunciava em Portugal.

Os dois comissários reunidos a José Batista da Silva, que neste tempo tinha já chegado a Lisboa, onde ia pretender também alguma graça por idênticos serviços, trataram de comprar uma tipografia e de enviá-la para o Pará. Efetuada a compra, contrataram o tipógrafo Daniel Garção de Melo, como qual Simões da Cunha fêz-se logo de vela para o Pará.

Chegado a Belém, apresentou-se ao coronel Vilaça, debaixo de cujas ordens tinha de estar no serviço militar. Para atrair simpatias, pôs a tipografia às disposições dêle e de Marcelo Antônio Fernandes: em conseqüência disto começou a imprensa a trabalhar sob a direção portuguêsa.

Foi por êste tempo que chegaram à província o francês Luís José Lazier, que andava foragido de França como partidário que era de Napoleão I, e o espanhol João Antônio Álvares, frenético partidário do sistema republicano. Ambos eram habilitados nos trabalhos de imprensa, e como tais foram também contratados para a tipografia.

No dia 10 de dezembro de 1821 procedeu-se a eleição dos deputados às côrtes, e saíram eleitos José Cavalcante e Albuquerque, Francisco de Sousa Moreira, João Lopes da Cunha e o bispo Dom Romualdo de Sousa Coelho.

Já então muitos escritos, vindos de Portugal na galera Maria, corriam pelo Pará com acres censuras à junta provisória pelos excessos cometidos por seus membros. E valeu isto, para que a mesma, com receio de dar mais um motivo de censura, revogasse a ordem de prisão contra Patroni, em conseqüência do que êste, trazido prêso de Salinas, não ficou recluso na fortaleza da Barra, conforme estava determinado, podendo êle livremente desembarcar no mês de janeiro de 1822 na cidade de Belém com José Batista da Silva, que veio também no mesmo navio.

E como êstes encontrassem a tipografia sob a direção de seus adversários, trataram logo de resgatá-la, chamando a si os tipógrafos. Daniel não contrariou as suas intenções; porém Lazier e Álvares se despediram.[11]

II

É eleita nova junta administrativa. Publica-se o jornal Paraense. Seu redator é prêso. O cônego Batista Campos o substitui. Desobedece-se às ordens do príncipe. Os partidários da independência presos. São postos em liberdade. O cônego Batista Campos é recolhido à cadeia. Sua soltura e ovações do povo.

No mês de janeiro de 1822 partiu para Lisboa o bispo Dom Romualdo de Sousa Coelho a fim de tomar assento como deputado às côrtes eleito pelo Pará, procedendo-se em março à eleição da nova junta administrativa, em cumprimento do que determinaram as côrtes por decreto de 29 de setembro do ano anterior.[12]

O coronel Vilaça, um dos principais autores do movimento do dia 10 de janeiro, pretendeu que a junta lhe conservasse o comando das tropas, que êle já exercia desde aquêle dia; porém esta, ouvindo as autoridades militares, resolveu de conformidade com o decreto de 20 de setembro de 1821 conferí-lo ao coronel Joaquim Filipe dos Reis, o mais antigo dos que existem na província. Não duraram, porém, muito tempo as suas funções neste cargo. O brigadeiro José Maria de Moura, removido por carta imperial de 9 de dezembro de 1821 do comando das armas de Pernambuco para o do Pará, chegou ao pôrto de Belém no dia 1º do mês de abril, tomando posse logo depois do seu desembarque. O seu primeiro ato foi chamar a si o coronel Joaquim Filipe dos Reis e o major José de Brito Inglês, nomeando para seu secretário particular o capitão Hilário Pedro Gurjão.

Deligente; atalhe-se o mal na sua origem; sufoque-se a hidra em seu nascimento; conheçam-se os propagadores da infernal doutrina; conheçam-se os autores das proclamações; o caso é mui sério para arriscar conjecturas, mas é uma verdade, que antes da chegada do Deligente (como fica dito) ninguém teve tais idéias; sejam primeiramente inquiridos o comandante, guarnição, marinhagem e passageiros do navio Deligente; pergunte-se miudamente sôbre o caráter de cada um dos indivíduos, suas práticas, suas conversações; não se poupe diligência alguma para descobrir a verdade; e conhecida ela, nada de contemplações: descarregue-se sôbre os agressores todo o rigor das leis, desviem-se de nós; vão habitar entre as feras, ou monstros perturbadores dos Homens em sociedade: é êste um dos casos extraordinários, que exigem providências extraordinárias; trate-se de segurança pública; é necessário prescindir de formalidades; o soberano congresso assim o tem decidido; quando a Pátria está em perigo (dizem os mestres da nação) são lícitos, são legais todos os meios empregados para o fim de salvar; a Pátria está em perigo e (oxalá eu me engane) nunca eu a vi tão ameaçada: todo êste povo confia na atividade, na vigilância desta excelentíssima Junta, que não deixará de tomar medidas ativas em tais circunstâncias: não há entre os cidadãos paraenses nem um só que seja capaz de aderir ao pérfido sistema; por mim o julgo, eu e todos estamos prontos a obedecer à voz da lei, às ordens da excelentíssima Junta provisória, e a sacrificar a vida e tudo quanto mais apreciável nos seja em defesa da religião, da pátria, do trono e de nossos sagrados e inauferíveis direitos. Deus Guarde a V. Exa. Pará, 2 de Novembro de 1821. José Ribeiro Guimarães.

* *Art. 10 - Um deputado deverá corresponder a cada trinta mil almas, entrando neste número os escravos, os quais, mais que ninguém, devem ter quem se compadeça dêles, procurando-lhes uma sorte mais feliz, até que um dia se lhes restituam seus direitos.*
O Plano das Eleições, de que trata esta petição, está publicado integralmente no opúsculo, de que já falamos, de Daniel Garção de Melo.

* *Baena, Compêndio das Eras do Pará.*

11 Saíram eleitos: Presidente, o Dr. Antônio Correia de Lacerda, Secretário, o proprietário João Pereira da Cunha e Queirós. Vogais, o chanire da catedral Joaquim Pedro de Morais Bittencourt, o capitão-de-fragata José Joaquim da Silva, o major reformado Baltazar Alves Pestana, o capitão Manuel Gomes Pinto e o lavrador José Rodrigues Lima.

12 Eis a fala de Patroni, a que nos referimos:
"Senhor - Quatro vêzes tenho falado a Vossa Majestade. É porém infelicidade, não sei se minha, se da província em que nasci, se da nação a que pertenço, se de Vossa Majestade que a rege; tôdas as vêzes que entro nesta casa, não entrar eu para outro fim que não seja acusar o desleixo, e nenhuma energia dos agentes do poder, com quem Vossa Majestade tem repartido a autoridade, que o povo português lhe há confiado.
"Acredite, Senhor, no que lhe vou expor. Vossa Majestade ainda está cercado de aduladores, de homens que não lhe falam a pura verdade. tôda a gente, que o cerca, ainda o ilude e engana, comprometendo de tal maneira a honra do chefe da nação. Não se estranhe o que acabo de dizer: eu o provo com um fato assaz palpável.
"Seiscentas vêzes tenho reclamado providências, para que de uma vez se derroque o montão de males, que oprimem a província do Pará. O ministério concordou comigo nos meios que conduziam à sua execução, desculpando-se com o Congresso. O Congresso enfim desatou as mãos ao ministério, decretando em 29 de setembro a criação das Juntas ultramarinas, e nomeação dos governadores das armas: cinqüenta dias têm já decorrido, depois que se expediu aquêle decreto, e até agora os ministros estão a dormir!!! A charrua Gentil Americana, destinada a navegar para o Pará, está surta no Tejo a fazer despesas à nação, há dois meses!!! Nem se nomeia governador para aquela província; nem se faz partir para lá a charrua!... É muito desmazêlo!... É muito dormir!... É pôr os povos do Pará na última desesperação, e contribuir para que êles rompam todos os obstáculos, para se libertarem dos seus tiranos.
"Falemos claro, Senhor, todos querem obedecer à lei, e não ao capricho: todos querem ser bem governados.
"Se um ministério, pela sua negligência ou despotismo, apresenta um govêrno tirano, os povos desesperam e sacodem o jugo. Os povos não são bêsta, que sofram em silêncio todo o pêso, que se lhes impõe. O Brasil quer estar ligado a Portugal; mas se o ministério do reino-unido, pela sua frouxidão, contribuir para consistência e duração da antiga tirania, o Brasil em pouco tempo proclamará a sua independência.
"Estas verdades devem os ministros d'Estado dizer a Vossa Majestade todos os dias; mas infelizmente êles se calam e encobrem seus mútuos descuidos.
"Se eu tiver seis criados, um dos quais seja indolente; se os cinco que restam tiverem notícia e conhecimento da sua inaptidão, ao mesmo tempo que eu o ignoro; deverei porventura, chamá-los criados fiéis e amigos de seu amo? De certo que não. Eis aqui as circunstâncias, em que se acham as secretarias d'Estado. Todo o mundo sabe que o atual ministro da Marinha é inábil. Sua velhice, seu falar, seu gesto, seu andar, tudo inculca o repouso próprio de quem está mais chegado à vida futura. Todos sabem que Tôrres não é capaz de ocupar o laborioso cargo de secretário d'Estado.
"Seus colegas no ministério o confessam abertamente; e todavia nada dizem a Vossa Majestade; e entretanto os povos padecem, e o Pará está desesperado!...
"Desengane-se, Senhor, Vossa Majestade está cercado de servis e aduladores, de homens que lhe não falam a verdade pura, com a franqueza própria do homem honrado.
"Os ministros d'Estado e os conselheiros deviam já ter dito a Vossa Majestade que Tôrres deve ser demitido; êle já tem sido acusado no Congresso por anticonstitucional, por incapaz em uma palavra: é velho, e velho frouxo, não tem energia. Dê-lhe Vossa Majestade sua demissão e ponha em seu lugar um homem cheio de patriotismo, seja de que classe fôr: um carpinteiro, que seja inteligente, honrado e enérgico pode ser secretário d'Estado; não é preciso que seja almirante, nem conde, nem comendador, nem bispo.
"Faça Vossa Majestade responsáveis todos os seus ministros e conselheiros, quando não lhe falarem verdade, e lhe não insinuarem tudo quanto fôr a benefício da nação. Em qualquer negócio seja de que natureza fôr, um secretário d'Estado não pode desculpar sua omissão, porque não é da sua incumbência. O ministro da Fazenda, sabendo que um negócio, na repartição da Marinha, não vai bem, deve participá-lo a você e assim todos os mais ministros. Os secretários e conselheiros d'Estado são os olhos do rei, e o rei é quem deve vigiar sôbre todos os interêsses da nação. Faça Vossa Majestade, em tudo responsáveis os ministros, e os conselheiros: e quando souber que algum dêles é servil e aduladores, e que dita

---

AGROPECUÁRIA SANTA RITA DO MARAJÓ S/A-CGC.04.870.226/0001-02.RELATÓRIO DA DIRETORIA.Senhores Acionistas da AGROPECUÁRIA SANTA RITA DO MARAJÓ S/A,dando cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com os dispositivos legais,temos a satisfação de submeter a v.Sas.o Balanço Patrimonial e demais demonstrativos Financeiros,relativos ao exercício encerrado em 31/12/1992,acompanhado das respectivas notas explicativas.Belem(Pa),15 de março de 1993.A DIretoria.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31.12.92

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	22.314.311,03	3.215.290,14
Disponível	161.042,96	568.920,21
Bancos Conta Movimento	161.042,96	15.990,28
Aplicações no mercado aberto		552.929,93
Valores P/Conta Exerc.Seguintes	22.153.268,07	2.646.369,93
Rebanho em Processo de Produção	22.153.268,07	2.646.369,93
PERMANENTE	5.905.582.539,07	479.111.273,08
Imobilizado	2.847.603.893,68	297.919.970,05
Terras	100.675.254,73	8.189.226,42
Pastos Formados e em Formação	655.736.541,94	53.339.572,14
Obras de Infra-Estrutura	231.908.145,08	18.864.102,34
Instalações Pecuárias	958.667.281,21	77.980.864,78
Edificações e Obras Complementares	155.319.542,31	12.634.156,14
Veic.,Máquinas e Equipamentos	532.757.753,89	43.336.109,59
Rebanho de Cria	1.400.969.503,75	162.764.845,91
Animais de Trabalho	28.683.910,92	2.333.235,13
Móveis e Utensílios	13.779.530,07	1.120.868,20
(-) Depreciação Acumulada	1.230.893.570,22	82.643.010,60
Diferido	3.057.978.645,29	181.191.303,03
Estudos e Projetos	18.893.372,28	1.536.843,42
Fundo de Administração FINAM	122.088.527,57	9.931.046,10
Contribuição para SUDAM	81.392.342,66	6.620.696,66
Deficit de Implantação	2.835.604.402,78	163.102.716,85
TOTAL DO ATIVO	5.927.896.850,00	482.326.563,22

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	7.150.599,00	715.350,22
Credito de Acionistas	7.150.599,00	715.350,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.920.746.251,00	481.611.213,00
Capital Autorizado	2.000.000.000,00	71.000.000,00
Ações Ordinarias	500.000.000,00	24.000.000,00
Ações Preferenciais	1.500.000.000,00	47.000.000,00
(-) Capital à Subsc.e Integralizar	1.518.388.787,00	22.437.369,00
Ações Ordinarias	358.904.328,00	10.076.904,00
Ações Preferenciais	1.159.484.459,00	12.360.465,00
(=) Capital Integralizado	481.611.213,00	48.562.631,00
Ações Ordinarias	141.095.672,00	13.923.096,00
Ações Preferenciais	340.515.541,00	34.639.535,00
Reservas de Capital	5.439.135.038,00	433.048.582,00
Corr.Monet.do Cap.Integralizado	5.439.135.038,00	433.048.582,00
TOTAL DO PASSIVO	5.927.896.850,00	482.326.563,22

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

1 - ORIGENS DE RECURSOS		
1.1-Integralização de Capital	-	7.900.500,00
Ações Ordinarias	-	1.981.000,00
Ações Preferenciais	-	5.919.500,00
1.2-Receitas Operacionais	28.081.835,00	675.000,00
TOTAL DAS ORIGENS	28.081.835,00	8.575.500,00
2 - APLICAÇÕES DE RECURSOS		
2.1-Aquis.Bens do Imobilizado	-	4.985.000,00
2.2-Gastos C/Implant.do Projeto	15.418.062,89	2.228.312,83
TOTAL DAS APLICAÇÕES	15.418.062,89	7.213.312,83
3 - VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE	12.663.772,11	1.362.187,17

4 - DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

	No Início do Exercício	No Fim do Exercício	Variações
4.1-Ativo Circulante	3.215.290,14	22.314.311,03	19.099.020,89
4.2-Passivo Circulante	715.350,22	7.150.599,00	6.435.248,78
4.3-Cap.Circulante	2.499.939,92	15.163.712,03	12.663.772,11

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Correção Monetária	Total
SALDO EM 31.12.90	5.601.629,00	35.060.502,00	40.662.131,00
Aumento de Capital			
Por Subscrição	7.900.500,00	-	7.900.500,00
Com Reservas	35.060.502,00	(35.060.502,00)	-
Correção Monetária	-	433.048.582,00	433.048.582,00
SALDO EM 31.12.91	48.562.631,00	433.048.582,00	481.611.213,00
Aumento de Capital			
Com Reservas	433.048.582,00	(433.048.582,00)	-
Correção Monetária	-	5.439.135.038,00	5.439.135.038,00
	481.611.213,00	5.439.135.038,00	5.920.746.251,00

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992.1-As Demonstrações Financeiras foram elaboradas,atendendo as disposições legais em vigor,especialmente as determinadas pela lei 6.404/76,Decreto-lei 1.598/77 e demais legislações complementares;2-Os efeitos inflacionários foram reconhecidos pela Correção Monetária do Ativo Imobilizado e Patrimonio Liquido,utilizando como base a variação da UFIR;3-A Conta Giro dito de Acionistas,refere-se a adiantamentos feitos por acionistas,para futura incorporação do capital;4-O Capital Subscrito e Integralizado,em 31 de dezembro de 1992,está representado por 481.611.213 Ações Nominativas,com valor nominal de Cr$-1,00,sendo 100% do Capital Nacional;5-A Empresa encontra-se em fase de implantação,não apresentando ainda por consequencia,Resultado Operacional; 6-Os gastos e os resultados eventuais,ocorridos na fase Pre-Operacional,inclusive o resultado da Correção Monetária aplicada sobre o Ativo Permanente e o Patrimonio Liquido,estão sendo diferidos,para serem amortizados a partir da implantação do projeto e consequente do início das operações.MARIO LENZI SILVESTRE-Dir Presidente-CPF.060.438.502-00,FERNANDO ACATAUASSU NUNES-Dir.Administrativo-CPF.000.242.282-49,ANTONIO ERNESTO LISBOA DA SILVA-Contador.CRC-Pa.7412.CPF.019.688.902-20.
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES-Aos Administradores e Acionistas da AGROPECUÁRIA SANTA RITA DO MARAJÓ S/A.01-Examinamos o Balanço Patrimonial da AGROPECUÁRIA SANTA RITA DO MARAJÓ S/A.,levantado em 31.12.92,e as Demonstrações da Mutação do Patrimonio Liquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondente ao exercício findo naquela data,elaborado sob responsabilidade de sua administração.Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis;02-Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes.Portando,nossos trabalhos compreenderam,entre outros procedimentos:(a)-o planejamento dos trabalhos,considerando a relevancia dos saldos,o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia;(b)-a constatação,com bases em testes,das evidencias e dos registros,que suportam os valores e as informações contabeis divulgadas,e (c)-a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia,bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto;03-Face a esperada estar em fase de implantação,encerra a não elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício;04-Em nossa opinião,as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente os fatos e assuntos relevantes a posição patrimonial e financeira da AGROPECUÁRIA SANTA RITA DO MARAJÓ S/A.,em 31 de dezembro de 1992,as mutações de seu patrimonio Liquido e as Origens e Aplicações de seus recursos,referentes ao exercício findo naquela data,de acordo com os principios fundamentais de contabilidade.Belem(Pa),25 de março de 1993.VALDEI ALMEIDA RODRIGUES DE ARAÚJO-Contador-CRC-Pa.2671.

AGROPECUÁRIA RIO MUDRIRE S/A - CGC/MF 46.991.311/0001-60 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Os diretores e membros do Conselho de Administração da Agropecuária Rio Mudriré S/A, no uso de suas atribuições Legais e Estatutárias, vem apresentar aos Srs. Acionistas as Demonstrações Financeiras do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992, comunica estarem a disposição de que trata a Lei 6.404/76. José Tarcísio de Queiroz - Diretor de Operações - CPF/MF 027.027.981-20.
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - 1. Examinamos o Balanço Patrimonial da **Agropecuária Rio Mudriré S/A** levantado em 31 de dezembro de 1992, e respectivas Demonstrações do Resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e das origens e Aplicações de Recursos, correspondentes ao Exercício findo naquela data. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de Auditoria e compreenderem: a) O planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos Saldos, o volume das transações e o sistema Contábil de controles internos. b) Em nossa opinião as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente; em todos os aspectos relevantes a posição Patrimonial e Financeira da empresa. AUDINORTE - Auditores Independentes S/C - CRC-PA 244 - CRC/PA Nº 5.597.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

	1992	1991
ATIVO		
CIRCULANTE	1.920.411,13	31.271,18
DISPONÍVEL	1.920.411,13	31.271,18
Caixa e Bancos	1.920.411,13	31.271,18
PERMANENTE	13.329.147.739,51	1.083.574.418,36
IMOBILIZADO TÉCNICO	11.620.134.494,58	777.723.761,10
Terrenos e Área Rurais	433.175.846,25	71.254.511,76
Pastagens Formadas	6.932.792.667,66	304.821.182,61
Edificações	2.511.566.848,80	244.488.694,48
Instalações pecuárias	338.932.873,10	44.498.480,50
Veículs. Máqs. Equips.	2.054.510.752,83	171.939.632,87
Móveis e Utensílios	4.443.923,21	724.709,93
Obras Infra-estruturas	159.662.992,33	55.060.146,47
Rebanho de cria	2.425.788.526,00	8.011.370,00
Animais de trabalho	2.094.339,33	341.514,15
Depreciação acumulada	(3.242.834.274,93)	(123.416.461,67)
DIFERIDO	1.709.013.244,93	305.850.657,26
Despesas Diferidas	1.709.013.244,93	305.850.657,26
TOTAL DO ATIVO	13.331.068.150,64	1.083.605.689,54
PASSIVO		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-	8.000.000,00
Adiantamento p/Aumento Cap.	-	8.000.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.331.068.150,64	1.075.605.689,54
Capital Social	4.338.338.209,00	197.451.759,00
Reservas de Capital	26.255.794.591,97	2.065.013.244,67
Prejuízos Acumulados	(17.263.064.650,33)	(1.186.859.314,13)
TOTAL DO PASSIVO	13.331.068.150,64	1.083.605.689,54

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DESPESAS OPERACIONAIS		
CUSTOS E DESPESAS	(1.194.946.351,18)	(8.493.246,65)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		
CORREÇÃO MONET. BALANÇO	(1.477.316.384,60)	(140.374.310,43)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2.672.264.735,78)	(148.867.557,08)

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA - NOTA 01 - DIRETRIZES CONTÁBEIS - a) O regime adotado para registro dos Atos e Fatos Sociais foi o de COMPETÊNCIA DE EXERCÍCIO. b) Os Ativos Permanentes e as Contas do Patrimônio Líquido foram monetariamente de Acordo com as normas contábeis. José Tarcísio de Queiroz - Diretor de Operações - CPF/MF 027.023.981-20 e Empregado Carvalho da Almeida - CRC/GO 14.106/S-PA - CPF/MF 100.430.121-91.

Patroni deu então à luz um jornal intitulado *Paraense*, no qual começou a fazer severa análise à administração dos negócios públicos, esforçando-se por desenvolver certas opiniões políticas entre os seus conterrâneos, opiniões por certo favoráveis ao regímen livre dos povos, mas de alguma forma ameaçadoras do sistema até então seguido pelos agentes do poder.

A linguagem dêste jornal aterrou os dominadores da província, os quais desde logo empregaram todos os meios para fazê-lo emudecer. O tenente-coronel Simões da Cunha foi o escolhido pelo governador das armas, como sócio que era da tipografia, para fazer cessar as censuras com que era profligada a marcha da administração pública, confiando no seu valimento entre os redatores do jornal. Mas nada conseguiu, pelo que tomou a resolução de retirar o capital, que dera em Lisboa para compra da imprensa, tomando neste propósito, de acôrdo com os outros sócios, uma parte dos tipos da mesma, que julgou equivalente àquele capital. E para melhor realizar a intênção, que tinha de fazer assim calar o jornal, seduziu o tipógrafo Daniel a abandonar a imprensa, convencido talvez de que não houvesse na capital quem mais se pudesse encarregar de semelhante serviço.

O jornal, porém, continuou regularmente na sua missão, como se nenhum atentado tivesse sofrido contra a sua existência, ignorando todos por muito tempo quem fôsse o nôvo tipógrafo, que trabalhava. A muito custo descobriu por fim o governador das armas ser êste o professor de instrução primária Antônio Dias Ferreira Portugal, que dignamente substituíra a Daniel, não mostrando menos perícia na arte. Foi resolvido, então, que, alta noite, um grupos de soldados assaltasse a tipografia, roubasse os tipos e destruísse tudo, sendo Ferreira Portugal recrutado para o corpo de artilharia, onde o seu comandante José Antônio Nunes prometia dar-lhe severo castigo.

Patroni e José Batista da Silva foram em tempo avisados desta trama por Brito Inglês, e assim êles puderam prevenir o assalto e frustrar inteiramente o plano de seus adversários.

Mas não tardou muito; outro plano foi pôsto em execução com o fim de retirar do jornal o seu principal redator. No dia 25 de maio, Patroni foi conduzido prêso para o Castelo por ordem do corregedor, servindo de pretexto ter sido processado em Lisboa por falta de acatamento na fala, que dirigira ao monarca, el-rei D. João VI, em audiência de 22 de novembro de 1821, o que só então fôra lembrado, depois das censuras feitas no jornal de sua redação.[13]

Prêso Patroni, o cônego Batista Campos o substituiu na redação do jornal.

Já então José Bonifácio, nomeado ministro, trabalhava por frustrar as medidas tomadas pelas côrtes, chamando as províncias a um centro por meio de seus procuradores; mas os portuguêses com seus sectários, prevendo o bom êxito desta providência, entenderam podê-lo prevenir e nulificar, quebrando os laços de obediência devida ao príncipe regente. E neste propósito a junta se negou a mandar proceder, de conformidade com o decreto de 10 de fevereiro de 1822, à eleição do procurador por esta província para fazer parte do poder legislativo e executivo estabelecido no Rio de Janeiro, como determinara a ordem, que lhe fôra enviada na escuna Maria da Glória, aceitando, entretanto, depois o convite, que lhe fêz a junta de Goiás, assim como a de Mato Grosso para mutuamente se auxiliarem contra qualquer tentativa revolucionária do Rio de Janeiro a favor da independência. Inúteis precauções!

As grandes idéias, uma vez nascidas, apoderam-se dos espíritos, e nada há, que possa impedir o alcance de suas conquistas. Os mesmos acontecimentos, que parecem contrariá-las, servem ordinariamente para mais enraizá-las e fazer realçar os seus triunfos. Os cárceres, as prisões, as torturas, todos êsses meios preventivos, que lhe costumam opor, são novos recursos para atrair prosélitos e fortalecer as crenças; são males, é certo, porém males que enobrecem as vítimas e vigoram as almas nos sofrimentos, males, enfim, que recordando os erros passados, corrigem o presente, esclarecem e firmam o futuro.

A idéia da emancipação política do Brasil tinha germinado, e em seu apoio havia já um partido cheio de vida e popularidade. A sua ação começava já a fazer-se sentir e a criar sérios receios aos seus adversários. Convinha-lhes sufocá-la, e para este fim julgaram, na Província do Pará, indispensável aumentar a força militar. A junta pediu ao governador das armas a criação de um corpo de polícia, indigitando ao mesmo tempo para comandante o coronel João Pereira Vilaça, com o pretexto de manter a tranqüilidade pública, como se para satisfazer esta necessidade não bastassem os regimentos existentes!

O governador das armas, ou porque depositasse inteira confiança na tropa, ou porque não quisesse mostrar receio algum de sua parte, ou porque, enfim, não se julgasse autorizado a efetuar semelhante criação, opôs-se a esta requisição da junta, dando, apesar disto, as providências, que lhe pareceram necessárias para que fôssem presos o cônego Batista Campos, Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva, João Anastácio da Cunha, Pedro Rodrigues Henriques e o capitão-mor Amândio José de Oliveira Pantoja, denunciados todos como principais chefes da revolução, que se tramava a favor da independência. A junta mandou recolhê-los no dia 18 de setembro de 1822 às prisões da fortaleza da Barra, separados e incomunicáveis. Na mesma ocasião foi também prêso no Castelo João Marques de Matos por denúncia idêntica.

Instaurado o processo, tudo empregou-se para condenação dêles; mas o conselho de justiça criminal, reunido no dia 19 de outubro, os absolveu, por não encontrar nêles criminalidade alguma.

O cônego Batista Campos não hesitou em publicar o jornal de sua redação o manifesto, em que o príncipe regente pedia aos brasileiros se unissem para defender a sua independência, e por isso pouco tempo depois é denunciado e recolhido, no mês de outubro, à cadeia pública, onde permaneceu prêso treze dias, findos os quais foi pôsto em liberdade, sendo nessa ocasião conduzido à sua casa no meio de numeroso concurso de povo.[14]

Restituído à sua liberdade, o cônego Batista Campos continuou com mais energia a censurar os atos dos agentes da autoridade.

O govêrno das armas queixou-se logo à junta provisória contra o jornal por injúrias e calúnias, que, dizia, lhe eram irrogadas. Mas ela, julgando-se incompetende para tomar conhecimento de semelhante queixa, fêz-lhe respeitosas insinuações para que recorresse ao juízo criminal. Entretanto, não foi atendida. O governador das armas com o coronel Vilaça e outros seus partidários entenderam que deviam tomar por si mesmos o desfôrço legal, mandando esperar o cônego Batista Campos por três homens, que o feriram gravemente no rosto e na cabeça, quando de noite se recolhia à sua casa. Ainda assim, não conseguiram seu intento: o jornal continuou as suas publicações como dantes.

III

Juramento à constituição portuguêsa. Demissão do governador das armas. Eleição da nova câmara municipal. Tentativa para anulá-la. Sucessos no dia 1º de março. Prisões e deportações. Auxílio pedido pelo govêrno do Maranhão. Recrutamento no Pará. Guarda Cívica.

Começava o ano de 1823, e apesar de ter sido já proclamada a independência ao Sul do império, ainda as províncias do Norte permaneciam debaixo da dominação portuguêsa. As guarnições, os oficiais militares e os governadores das armas muito concorriam para êste estado de coisas, pugnando sempre pela causa da metrópole, donde eram oriundos.

Por decreto de 11 de outubro de 1822 se tinha mandado jurar a constituição política de Portugal, e com ostentação se fêz prestar no Pará êste juramento no dia 13 de janeiro de 1823 para dêste modo encobrir a frieza, que se ia tornando cada vez mais sensível.

Pouco tempo depois foi demitido o brigadeiro José Maria de Moura do comando das armas, e era natural que os inimigos da independência envidassem seus esforços para que êle fôsse conservado nêste cargo, como um poderoso auxiliar aos seus fins políticos. Não lhes foi difícil obter duas representações nêste sentido. A câmara municipal como órgão dos seus munícipes, endereçou-as ao governador das armas, pedindo-lhe, que a bem da tranqüilidade pública se decidisse a continuar no exercício do cargo até que chegasse o seu sucessor, ao que êle anuiu, depois de fingir hesitação em desobedecer à ordem, que recebera, de seguir para Lisboa.

No dia 6 de fevereiro a junta provisória comunicou ao governador das armas que o Maranhão estava ameaçado pelos independentes do Piauí e Ceará, e que o govêrno dali pedia auxílio, convindo muito prestar-lho pois que, invadida aquela província, ficaria o Pará também em perigo de ser

CIA CRIADORA DE PEIXES IRACEMA - CGC 04.872.883/0001-80 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação nosso relatório sobre os negócios da Empresa, já com o parecer favorável do Conselho de Administração. Outrossim, esta Diretoria está ao vosso inteiro dispor para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

I - BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992
(EM CR$ MIL)

ATIVO	1992	1991	PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	1.237.163	8.088	P.CIRCULANTE	885	710
Cx. e Bancos	85.087	21	Ob. S. a Rec.	885	710
Aplicações Financ.	1.102.543	–	P. LÍQ.	3.900.754	157.319
Estoques					
Aloxarif.	49.533	8.067	Cap. Aut.	7.553.683	19.352
PERMANENTE	2.664.476	149.941	Cap. a Subs.	(5.535.655)	–
Imobilizado	2.257.769	109.864	R. de Capital	2.767.960	197.574
(-) Deprec.	(458.125)	(30.271)	Prej. Acum.	(885.234)	(59.607)
Diferido	864.832	70.348			
T. do Ativo	3.901.639	158.029	T. do Passivo	3.901.639	158.029

II - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Receita Operacional	135	3.992
(-) Custo Produtos Vendidos	13	10.039
Lucro/Prejuízo Bruto	122	(6.047)
Despesas Operacionais	104.386	1.179
Receitas Financ. Líquidas	203.760	–
Resultado Operacional	99.496	(7.226)
Resultado da Corr. Monetária	(224.482)	(7.949)
Prejuízo Líq. do Exercício	(124.986)	(15.175)
Corr. Monet. Result. 1º Semestre	88.544	–
Prejuízo Final	(36.442)	(15.175)
Prejuízo por ação - Cr$ 292,50	–	1.176

III - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

1 - ORIGENS	1.913.898	22.739
Prejuízo do Exercício	(36.442)	(15.175)
Depreciações	5.345	570
Resultado Correção Monetária	135.938	9.732
Realização Capital Social	1.809.057	1.916
Baixa Imobilizado		10.521
2 - APLICAÇÕES	684.998	250
Aquisição Ativo Permanente	684.998	250
3 - AUM. CAPITAL CIRC. LÍQUIDO	1.228.900	7.314

4 - DEMONSTRAÇÃO VARIAÇÃO CAPITAL CIRCULANTE

	VARIAÇÃO	1992	1991
Ativo Circulante	1.229.075	1.237.163	8.088
Passivo Circulante	175	885	710
Aumento Cap. Circ. Líquido	1.228.900	1.236.278	7.378

IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA CAPITAL	RESERVA C.M. COMPLEMENTAR	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
Patrim. Líq. 31/12/91	19.352	197.574	2.234	(61.841)	157.319
Subscrição de Capital	1.809.057	–	–	–	1.809.057
Capitalização Reserva	189.619	(189.619)	–	–	–
Corr. Monet.	–	2.732.540	25.231	(786.951)	1.970.820
Result. Líq. Exercício	–	–	–	(36.442)	(36.442)
Patrim. líq. 31/12/92	2.018.028	2.740.495	27.465	(885.234)	3.900.754

NOTAS EXPLICATIVAS - 1. As demonstrações contábeis foram elaboradas de conformidade com a Lei nº 6404/76 e normas complementares vigentes. 2. Os custos diretos foram incorporados ao valor do rebanho existente. 3. As depreciações foram calculadas de acordo com a vida útil do bem, obedecidas as taxas admitidas pela legislação vigente. 4. O Capital Social Realizado de Cr$ 2.018.027.830,00 é representado por 124.585 ações nominativas sendo 27.958 ordinárias e 96.627preferenciais. 5. O empreendimento encontra-se em fase de implantação.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Os membros do Conselho de Administração da Cia Criadora de Peixes Iracema, tendo examinado a escrituração e as demonsfrações financeiras e demais livros e documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992, e tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e exatidão, são de parecer que os mesmos merecem a aprovação dos senhores acionistas. Belém-PA., 15.02.1993. (AA) José Ribamar Moreira Nóbrega - Getúlio Aguiar Nóbrega - Maria A. M. Nóbrega.

FAZENDA MOMBAÇA S/A - CGC 04.885.018/0001-79 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação nosso relatório sobre os negócios da Empresa, já com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Outrossim, esta Diretoria está ao vosso inteiro dispor para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

I - BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992
(EM CR$ MIL)

ATIVO	1991	1992	PASSIVO	1991	1992
CIRCULANTE	15.598	136.571	CIRCULANTE	625	166.946
Cx. e Bancos	342	2.232	Ob. F. Ac.	625	166.946
Estoques	15.256	133.339	PAT. LÍQ.	326.416	3.702.353
PERMANENTE	311.443	3.732.728	Cap. Social	51.822	494.677
Imobilizado	355.830	4.546.766	Res. de Cap.	497.819	5.586.691
(-) Deprec.	(48.987)	870.588	Prej. Acum.	(223.225)	(2.379.015)
Diferido	4.600	56.550			
Total do Ativo	327.041	3.869.299	T. do Passivo	327.041	3.869.299

II - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Receita Bruta	4.800	
Vendas	4.800	
Custos das Vendas	19	
Receita Operacional Líquida	4.781	
Despesas Operacionais	1.965	(6.164)
Receitas Financeiras Líquidas	271	2.727
Resultado Operacional	3.087	(3.437)
Correção Monetária	(17.951)	(307.047)
Prejuízo do Exercício	14.864	(310.484)
Corr. Monet. Result. 1º Semestre	–	139.575
Prejuízo Final - Cr$ 0,34/ação	–	(170.909)

III - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

1 - ORIGENS	13.748	94.614
Resultado do Exercício	(14.864)	(170.909)
Depreciações	10.147	98.051
Result. da Corr. Monet. de Balanço	17.951	167.472
Valor Residual de Bens do Permanente	514	
2 - APLICAÇÕES		139.962
Aquisições Ativo Permanente		139.962
AUM./RED. CAP. CIRC. LÍQUIDO	13.748	(45.348)

DEMONSTRATIVO DO CCL	1992	1991	VARIAÇÃO
Ativo Circulante	136.571	15.598	120.973
Passivo Circulante	166.946	625	166.321
Variação do CCL	(30.375)	14.973	(45.348)

IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL INTEGRALIZADO	RESERVA CAPITAL	RESERVA C.M. COMPLEMENTAR	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31/12/91	51.822	442.855	(4.682)	(163.579)	326.416
Aum. Cap. c/Reservas	442.855	(442.855)			–
Corr. Monet.		5.586.691	(52.871)	(1.986.974)	3.546.846
Resultado do Exercício				(170.909)	(170.909)
Saldo em 31/12/1992	494.677	5.586.691	(57.553)	(2.321.462)	3.702.353

NOTAS EXPLICATIVAS - 1. As demonstrações contábeis foram elaboradas de conformidade com a Lei nº 6404/76 e normas complementares vigentes. 2. Os custos diretos foram incorporados ao valor do rebanho existente. 3. As depreciações foram calculadas de acordo com a vida útil do bem, obedecidas as taxas admitidas pela legislação vigente. 4. O Capital Social realizado de Cr$ 494.676.636,00 é representado por 494.676.636 ações nominativas sendo 187.066.368 ordinárias e 307.610.268 preferenciais, todas no valor nominal de Cr$ 1,00 cada uma. 5. O empreendimento encontra-se em fase de implantação.

PARECER DO CONSELHO FISCAL - Os membros do Conselho Fiscal da Fazenda Mombaça S/A, tendo examinado a escrituração e as demonstrações financeiras e demais livros e documentos relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992 e tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e exatidão, são de parecer que os mesmos merecem a aprovação dos senhores acionistas. Belém-PA., 25.01.1993. (a) Carlos da Silveira Bueno - Antonia A. Oliveira Bueno - Paulo Franco Garcia.

---

não fala verdade com tôda a franqueza, mande-o enfocar: doutra maneira não se põe as coisas no seu verdadeiro andamento.

"É êste o momento, Senhor, em que Vossa Majestade deve fazer uma experiência sôbre todas as verdades que acabo de enunciar.

"As providências requeridas há sete meses, para o Pará, não se tem dado até agora. Os ministros e conselheiros d'Estado dizem, uns, que não é isso da sua competência; outros, que não tem havido tempo suficiente, para se elas porém em execução. Mande Vossa Majestade uma ordem aos secretários e conselheiros, para que já, já se nomeie o governador das armas do Pará, o qual haja de partir impreterivelmente no dia segunda-feira 26 do corrente, na charrua Gentil Americana, ficando êles responsáveis pela mais pequena demora: e veremos então se não há tempo para se dar esta providência, ou se não incumbe a cada um dos ministros e conselheiros d'Estado prestar toda a atenção aos interêsses da pátria..."

(Não lhe foi permitido proferir todo êste discurso, e teve por isso de retirar-se do paço antes de concluí-lo).

13 Baena, Compêndio das Eras do Pará.

14 Os eleitos foram: Pedro Rodrigues Henriques, presidente, seguindo-se na ordem numérica da votação, José de Araújo Rozo, Bento Garcia Galvão de Haro Farinha, João Paulo de Morais Bittencourt, João Antônio Correia Bulhões, Francisco Gonçalves Campos, Marcos da Conceição de Oliveira e Sousa, José Joaquim Ribeiro e o bacharel Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva. Foram eleitos também; procurador Francisco de Pinho de Castilho; substituto do juiz-de-fora, José Damasceno Alves Bandeira; e substituto do procurador, José Batista da Silva.

Biblioteca Pública "Arthur Vianna"

perturbado. Em conseqüência disto, fêz-se seguir incontinenti uma fôrça de duzentos homens sob o comando do major de artilharia Inácio Antônio da Silva, a qual, dirigindo-se à vila de Caxias, aí aquartelou.

A independência, porém, tinha assaz minado os alicerces do regímen colonial e debalde se tentava impedir os seus triunfos.

A câmara municipal mandou afixar editais, convidando o povo a reunir-se no dia 25 de fevereiro a fim de proceder-se à eleição da nova municipalidade. A opinião pública manifestou-se nessa ocasião a favor da causa da nacionalidade brasileira, excluindo da urna os adversários desta: nenhum português obteve maioria de votos. Os eleitos, todos sectários da emancipação política do império, foram vitoriados pelo povo.[15] Semelhante fato não podia por certo agradar aos partidários da metrópole, e desde logo conceberam o plano de anular a eleição. O negociante português Manuel Fernandes da Cunha neste propósito apresentou à junta uma representação, em que, mencionando os vícios do processo eleitoral, pedia providências, que sanassem as ilegalidades cometidas. E porque se lhe declarasse que só ao soberano competia decidir sôbre tais infrações, acordaram conseguir tudo por meio da fôrça. A junta tornou-se-lhes desafeta desde que contrariou assim os seus desígnios, começando êles de mais a mais a recear que a câmara municipal obrigasse ao governador das armas a seguir para Lisboa em cumprimento da ordem, que lhe fôra dada, privando-os assim dêste tão valioso auxílio. Uma e outra, portanto, lhes convinha depor, e para isto se prepararam.

No dia 1º de março reuniu-se no largo do palácio do Govêrno a tropa para passar a revista geral do costume. Efetuada esta, o coronel Villaça tomou o comando de tôda a linha, conforme o plano traçado entre êle e seus partidários; mandou prender em suas próprias casas os membros da junta; restabeleceu a antiga câmara municipal; congregou as autoridades e seus afeiçoados, destacando, depois, dos batalhões, certos e determinados oficiais escolhidos para designarem os membros da nova junta.

Satisfeito seu desígnio, os vereadores nomearam para presidente desta junta o cônego Romualdo Antônio de Seixas, governador do bispado; para secretário o coronel Geral José de Abreu; e para vogais Joaquim Correia, Joaquim Antônio da Silva, Teodósio Costantino de Chermont e João Batista Ledo.

Os membros da junta deposta foram presos e deportados para diferentes pontos da província, tendo igual pena muitos outros cidadãos, propugnadores da independência.

O cônego Batista Campos pôde escapar à sorte de seus amigos, embrenhando-se nas matas próximas à capital. Para o fim de decretar a deportação dêles houve um conselho no dia 2 na casa em que funcionava a junta governativa. "Achavam-se aí reunidos o presidente, secretário e vogais da mesma, assim como o governador das armas José Maria de Moura, o marechal-de-campo inspetor das tropas Manuel Marques, o coronel do primeiro regimento de linha João Pereira Vilaça, o tenente-coronel encarregado do segundo regimento Joaquim Francisco da Silva, o tenente-coronel comandante do corpo de artilharia José Antônio Nunes, o tenente-coronel comandante do terceiro regimento José Narciso da Costa Rocha, o coronel do primeiro regimento de segunda linha Manuel Sebastião de Melo Marinho Falcão, o capitão-de-mar-e-guerra e intendente da marinha Joaquim Epifânio da Cunha, o ouvidor-geral da comarca Francisco Carneiro Pinto Vieira de Melo e o juiz-de-fora da cidade Joaquim Pereira de Macedo.

"Perante todos foi proposto pelo presidente da junta: - que sendo a segunda e terceira das bases da nota oferecida às autoridades eclesiásticas e civis, no dia 1º pelos chefes e mais oficiais de primeira linha, que as pessoas consideradas

15 Ata da sessão da junta provisória de 2 de março de 1823, na qual estão assinados os membros da mesma junta, assim como os cidadãos, que foram presentes à sessão, e que acima ficam referidos.

pela opinião pública como agentes da facção dissidente, fôssem arrestadas e mandadas para diversos lugares, enquanto as circunstâncias da segurança pública urgissem a sua ausência da capital: que sendo nesse mesmo dia apresentada à junta pelos referidos chefes dos corpos uma relação dos indivíduos, que a opinião pública indicava como tais, em consequência do que havia sido arrestada a maior parte dêles, convidava a todos a que entrassem com a junta em comum votação sôbre o destino daqueles indivíduos, segundo as suas circunstâncias e grau de influência, que cada um dêles pudesse ter na observância da ordem estabelecida.

"E tendo sido proposto em primeiro lugar à votação o cidadão Pedro Rodrigues Henriques, decidiu-se, por maioria de votos, que fôsse mandado para a vila de Chaves, sendo o presidente da junta, o secretário e o vogal Joaquim Antônio da Silva de voto, que fôsse para o seu sítio do Caraparu, A respeito de Amândio José de Oliveira Pantoja, também nomeado na relação, venceu-se uniformemente, que fôsse mandado para o seu engenho no rio Acará. Acêrca do cônego João Batista Gonçalves Campos, decidiu-se que fôsse mandado para S. Paulo do rio Solimões, assim como José Batista da Silva para S. Joaquim do rio Branco, José Rodrigues Bicho para S. Gabriel do Rio Negro, Miguel Joaquim de Cerqueira para fora da Província à sua escolha, ficando entretanto enquanto não saísse, detido a bordo da charrua Gentil-Americana, José Ribeiro Guimarães para a fazenda do Caripi da viúva e filhos do desembargador Pombo, Francisco Firmino Pinto para S. José de Marabitanas, José Damaso Álvares Bandeira para um dos seus sítios ou outro qualquer fora da cidade, João Marques de Matos para a nova colônia do rio Madeira, Francisco Gonçalves Lima Filho para Macapá, Jacinto Francisco Lopes para Arroios, José Antônio de Barros, segundo-tenente da marinha, para Monte-Alegre, Domingos Ramos, sargento-mor reformado, para Araguaia, Francisco de Pinho de Castilho para Maranhão, Domingos Simões da Cunha para o pesqueiro de Joanes.

"Foi também decidido que ao presidente e mais membros da demitida junta provisória, os quais os chefes dos corpos tinham na manhã do dia 1º mandado se conservassem em suas casas, se insinuasse que, para evitar alguma desatenção que pudessem porventura sofrer naquela agitação de espíritos, convinha que saíssem para fora da cidade por alguns dias, o que todavia deixavam a sua prudência".[16]

No dia 4 os comandantes dos regimentos, chefes dêste motim, publicaram seus manifestos[17] defendendo-se do atentado, que tinham cometido; e para se justificarem acusaram os membros do govêrno civil como ineptos, frouxos e dispostos a apoiar a causa da independência, tendo sido por esta razão depostos e deportados a bem do sossêgo público.

A nova junta, receosa do estado das coisas, convidou os cidadãos a um alistamento voluntário para assim engrossar as fileiras da tropa de linha e tornar mais segura desta sorte a resistência contra qualquer agressão, que porventura se tentasse. Poucos foram os que se ofereceram.

Recorreu-se então ao recrutamento. Os parentes e amigos dos proscrito membros da junta e da câmara municipal foram os primeiros recrutados, assim como os clérigos *in minoribus* e todos os indivíduos apontados como partidários da independência. Êste arbítrio excitou ainda mais os brios dos brasileiros.

Entretanto, alguns negociantes portuguêses foram nessa ocasião oferecer-se ao govêrno para formarem um corpo de cavalaria, ao qual êles mesmos forneceriam a sua custa o equipamento e munições. Aceito êste oferecimento, o governador das armas deu ao corpo a denominação de Guarda Cívica Voluntária, nomeando para comandá-lo o negociante Joaquim Francisco Danim. Poucos dias depois foi organizada do mesmo modo uma companhia de artilharia, cujo comando foi confiado a Camilo José de Campos, também português.

IV

O nôvo jornal LUSO-PARAENSE. A noite de 13 de abril de 1823. Reuniões na casa de Balbi. Plano da revolução a

16 Êstes manifestos foram publicados no Conciliador do Maranhão, números 189 e 190, ano de 1823.

17 Esta notícia nos é dada pelo mesmo Balbi em um autógrafo, que nos foi confiado por um seu amigo.

PRODUTOS AGRÍCOLAS S/A - PROASA - C.G.C. 22.963.169/0001-80 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - 1. Produtos Agrícolas S/A - PROASA, é uma empresa beneficiária dos incentivos fiscais em tais face inicial de implantação. 2. As demonstrações financeiras estão apresentadas com as notas explicativas consideradas necessárias e suficientes para sua complementação - Belém (Pa), 25 de março de 1993. Luis Américo do Amorim - Presidente; Adélia Pires do Amorim - Diretora.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - BALANÇO PATRIMONIAL - 31.12.92

ATIVO	CR$ 1.000,	PASSIVO	CR$ 1.000,
Discriminação	1992	1991	Discriminação	1992	1991
CIRCULANTE	1.885	2.720	CIRCULANTE	1.042	5.840
DISPONÍVEL	1.885	2.720	- Fornecedores	-	2.788
- Caixa	961	3	- Contas a Pagar	1.042	1.042
- Bcos. c/Movim.	15	20	EXIG. A L. PRAZO	7.900	1.192
- Aplic. Financs.	1.509	2.697	- Créd. de Acion.	7.900	1.192
PERMANENTE	1.852.740	150.025	PATRIM. LÍQUIDO	1.845.883	145.803
INVESTIMENTOS	16.604	1.351	CAPITAL SOCIAL	160.800	52.300
- Dir. s/Lin. Telefs.	16.604	1.351	SUBSCRITO	160.800	52.300
IMOBILIZADO	1.419.081	121.595	- Ações Ordinárias	92.005	30.232
- Terrenos	12.988	68.795	- Ações Preferenc.	68.795	22.068
- Pastagens	13.692	1.114	A REALIZAR	-	(15.000)
- Edificações	981.600	82.175	- Ações Preferenc.	-	(15.000)
- Obras Complem.	44.973	3.658	RES. DE CAPITAL	1.684.883	108.503
- Dir. de Infra-Estr	338.726	28.062	- C.M. do Cap. Real	1.684.883	82.457
- Máq. e Equipam.	8.256	-	- CM Esp. Art. 3º	-	26.046
(-) Depr. Acum.	(125.833)	(6.402)			
DIFERIDO	417.055	27.129			
- Despr. Pré-Operc.	417.055	27.129			
TOTAL	1.854.625	152.795	TOTAL	1.854.625	152.795

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - 31.12.92

DISCRIMINAÇÃO	CR$ 1.000
Resultado da Correção Monetária	52.423
Depreciações	-
Transferências P/Despesas Pré-Operacional	52.423

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31.12.92

DISCRIMINAÇÃO	Capital Realizado	Res. Cap. Corr. Mon.Cap	Total
Patrimônio Líquido em 31.12.91	37.300	108.502	145.802
Aumento do Cap. C/Rec. Terreiros	15.000	-	15.000
Correção Monetária	82.454	1.576.381	1.658.835
Corr. Monet. Especial Art. 3º	26.046	-	26.046
Patrimônio Líquido em 31.12.92	160.809	1.684.883	1.845.683

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - 31.12.92

1 - ORIGENS DOS RECURSOS	31.12.92	31.12.91
1.1 - Depreciações e Amortizações	19.193	1.715
1.2 - Acréscimo do Exgível à Longo Prazo	6.748	1.092
1.3 - Resultado da Correção Monetária	52.423	12.566
1.4 - Integralização de Capital	15.000	34.904
TOTAL DAS ORIGENS	93.363	50.379
2 - APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
2.1 - Aumento do Imobilizado	5.858	38.488
2.2 - Aumento do Diferido	83.542	15.013
TOTAL DAS APLICAÇÕES	89.400	53.501
Variação do Capital Circulante	3.963	(3.122)

VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

DISCRIMINAÇÃO	31.12.91	31.12.92	VARIAÇÃO
Ativo Circulante	2.720	1.885	(835)
Passivo Circulante	5.840	1.042	(4.798)
CAPITAL CIRCULANTE	(3.120)	843	3.963

NOTAS EXPLICATIVAS - 1. As demonstrações contábeis estão apresentadas com os efeitos das correções monetárias instituídas pela legislação em vigor. 2. O efeito inflacionário ocorrido no período, teve o tratamento contábil determinado pela instrução normativa SRF 054/88 aplicável às empresas em fase pré-operacional. 3. O capital social está representado por ações nominativas no valor nominal de Cr$ 1,00 e pertencem a pessoas físicas e jurídicas nacionais. A classe de ações ordinárias pertence ao grupo empresarial e as preferenciais são negociadas em bolsas de valores.

pelo FINAM. 4. No período compreendido entre o encerramento das demonstrações contábeis até a presente data, não ocorreu nenhum evento subsequente capaz de afetá-las nem tampouco o curso histórico da empresa. Belém (Pa), 25 de março de 1993. Luis Américo do Amorim - Presidente; Adélia Pires do Amorim - Diretora; Issao Sawada - Contador - CRC(Pa) 3136.

PARECER DE AUDITORIA - Aos Diretores e Acionistas da PROASA - Produtos Agrícolas S.A. - Nesta - (1) Examinamos os balanços patrimoniais da PROASA - Produtos Agrícolas S.A., levantados em 31 de dezembro de 1992 e 1991, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. (2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. (3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PROASA - Produtos Agrícolas S/A em 31 de dezembro de 1992 e 1991, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, estão de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Belém(Pa), 07 de abril de 1993. Reynaldo de Souza Mello - Contador CRC/Pa 0679 - CIC 007.694.952-49.

- INDÚSTRIA CERÂMICA DA AMAZÔNIA S/A - INCA. CGC - 04.990.958/0001-28. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Nós apresentamos ao Conselho de Administração e Acionistas, o Balanço e demais Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992. Sistema de Patrimônio Líquido Corrigido - Base Legal. O ano de 1992, ficou marcado na história política do País pelo impeachment do presidente da República e pelo agravamento da crise econômica e social enfrentada pela população. Nesse ambiente de instabilidade, a empresa teve dificuldades para controlar os custos atuais continuam investindo ao longo do exercício de 1992 para que a INCA entretanto o mercado com um produto de qualidade e com poder de competitividade. O mercado. Mercê do investimento aplicado na recuperação dos equipamentos, na área de produção e mais especialmente na manutenção do capital investido. Agradecemos a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para o êxito de nossas atividades no exercício findo e a confiança que depositaram em nossos produtos. Belém, 29 de março de 1993. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.1992

ATIVO	Pela Legislação Societária e moeda constante 1992	Em moeda de Poder Aquisitivo constante 1991	Em moeda de Poder Aquisitivo constante 1990
	Em Cr$ 1.000		
ATIVO CIRCULANTE	15.663.313	16.277.518	21.921.556
DISPONIBILIDADES	386.599	726.479	4.116.777
Caixa e Bancos	377.092	713.411	523.786
Aplicações de Liquidez Imediata	9.507	13.068	15.550.640
DIREITOS REALIZÁVEIS	15.296.314	15.551.039	1.676.237
Clientes	22.575.370	12.927.125	840.282
Títulos a Receber	(4.542.573)	(3.568.192)	730.339
Títulos Descontados	(817.414)	(739.129)	1.259
Adiantamentos a Fornecedores	1.725.187	1.026.099	87.360.659
Adiantamentos a Empregados	7.141	181.809	3.011.401
Estoques	5.677.703	5.951.359	4.246.929
Despesas Pré-Pagas	366.670	2.251.585	58.402.396
- Materiais p/obras	3.476.023	1.710.178	17.283.357
- Materiais de Consumo	1.124.228	1.722.570	-
- Materiais de Embalagens	793.284	-	355.299.361
- Compras/Importações em Andamento	121.870	16.787	41.835.396
Outros Direitos Realizáveis	4.150	553.754	50.000.000
PERMANENTE	9.331.462	8.444.464	(6.164.436)
Impostos a Recup. s/Ant. 3º Lei 8.200/91	5.518.271	5.518.271	41.835.584
Créditos c/Pessoas Ligadas	1.431.531	1.037.534	(160)
Depósitos e Empréstimos Compulsórios	2.381.660	1.888.659	502.147.032
PERMANENTE	45.232.940	45.232.940	519.982.468
Participações em Coligadas	13.222.941	13.222.941	1.533.916
Participações Diversas	12.336.936	12.336.936	46.140.557
IMOBILIZADO	382.209.840	387.658.575	472.473.207
Imóveis	120.310.113	122.310.113	30.653.439
Equipamentos e Instalações Industriais	486.158.338	486.985.371	32.763.318
Equipamentos e Instalações de Escritório	10.313.313	10.313.313	(237.348.145)
Veículos	5.798.716	6.067.877	(221.584.655)
Embarcações e Jazidas	44.679.345	44.679.345	(100.985)
Marcas e Patentes	61.757	61.757	(659.284)
Imobilizações em Andamento	6.307.377	5.307.192	(287.150)
(-) Depreciação, Amortiz. e Exaustão Acumulada	(293.528.119)	(293.528.119)	(15.241)
DIFERIDO	69.538.899	51.948.568	(38.018.510)
Despesas Pré-Operacionais	88.198.696	88.198.696	3.280.746
Outras Despesas Diferidas	24.480.980	-	(2.939.779)
Amortização - Acumulada	(23.140.777)	(16.250.128)	384.059
TOTAL DO ATIVO	70.090.982	67.726.082	3.709.300

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Pela Legislação Societária	Em moeda de Poder Aquisitivo constante	
		(Em moeda de dez/92)	
		01/Jan/92 a 31/dez/92	01/Jan/91 a 31/dez/91
		Em Cr$ 1.000	
RECEITA BRUTA	54.995.832	105.591.156	53.119.782
- Venda de Produtos	54.995.832	105.591.156	53.119.782
DEDUÇÕES	(8.029.217)	(6.356.193)	(4.172.861)
Devoluções e Abatimentos	158.454	432.937	793.256
Impostos e Contribuições	7.869.383	5.923.202	3.379.603
RECEITA LÍQUIDA	46.966.615	99.234.917	48.946.921
CUSTOS (DESPS.) OPERAC.	(56.601.303)	(86.546.391)	(52.760.755)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(9.634.688)	12.688.526	(3.813.834)
RECEITAS (DESPS.) OPERAC.	(44.259.298)	(12.274.767)	(27.085.278)
Despesas Financeiras	1.246.008	-	227.397
Receitas Financeiras	(2.014.250)	(5.084.707)	(3.332.397)
Despesas Gerais e Admnist.	(11.975.849)	(13.881.637)	(27.582.382)
Despesas Tributárias Diversas	-	-	3.021.145
Outras Despesas Operacionais	-	(5.386.260)	-
Outras Despesas Operac. ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(46.767.849)	(18.039.323)	(65.340.110)
EFEITOS INFLACIONÁRIOS	34.156.912	-	-
Variação e Correção Monetária	(21.191.778)	-	-
Variação Cambial s/Obrig. Vinculadas	55.348.690	-	-
RESULTADO OPERAC. APÓS OS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(12.610.990)	(18.039.323)	(65.340.110)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(251.816)	(251.816)	-
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(644.171)	(3.541.016)	(11.949)
RESULT. ANTES DO I.R.	(13.506.917)	(21.832.155)	(65.352.059)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS	(8.295.298)	-	-
LUCRO (PREJ.) LÍQ. DO EXERC.	(21.832.155)	(21.832.155)	(65.352.059)
Por Ação do Cap. Social Final	(0,52)	(0,52)	(18,07)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 31/DEZ./91 A 31/DEZ/92

	RESERVAS DE CAPITAL					RESERVAS DE LUCROS		
	Capital Social	C.M. Especial Lei 8200/91 Art. 3º	Incentivos Fiscais	Correção Monetária	Reserva de Reavaliação	Resultados Acumulados	Reservas de Lucros	Total
SALDOS EM 31/DEZ/91	3.751.221	2.788.903	(124.273)	-	2.788.903	(18.779.857)	29.545.602	20.170.499
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	(8.000)	(8.000)
Correção Monetária	-	-	-	-	-	(2.169.381)	-	(2.169.381)
Reversão de Reavaliação	-	-	-	-	-	2.067.617	-	2.067.617
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	16.779.857	-	16.779.857
Destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	(1.000.000)	1.000.000	-
- Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	(13.566.917)	13.566.917	-
SALDOS EM 31/DEZ/92	3.751.221	2.788.903	(124.273)	-	2.788.903	(16.779.857)	43.482.519	26.907.616

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 31/DEZ./91 A 31/DEZ/92
"EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE".
(Em moeda de poder aquisitivo de dezembro de 1992)

CONTAS	CAPITAL			RESERVAS			
	Subscrito	A Integ.	Realizado	Capital Realizado	Investimentos Incentivados	Reavaliação	Total
Especificações							
SALDOS EM 31/DEZ/91	3.917.964	(168)	3.917.796	514.309.603	1.990.540	-	520.218.139
Ajustes de exercícios anteriores	38.217.600	-	38.217.600	-	-	-	-
Reversão de reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Correção monetária	-	-	-	-	-	-	-
- Transferência do Corr. Monet. de Resultados Intermediários	-	-	-	-	-	-	-
- Item da Exercício	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital mediante Conversão de Créditos	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31/DEZ/92	41.835.564	(168)	41.835.396	514.309.603	1.990.540	-	520.218.139

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 31/DEZ./91 A 31/DEZ/92
"EM MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE".
(Em moeda de poder aquisitivo de dezembro de 1992)

CONTAS	CAPITAL	RESERVAS			
	Capital Realizado	Investimentos Incentivados	Reavaliação	Correção Monetária	Total
Especificações					
SALDO EM 01/JAN/91	514.309.603	1.990.540	-	-	516.300.143
EFEITO LÍQUIDO DA LEI nº 8200/91 (Art. 2º)	-	-	-	-	-
OUTRAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	-	-	-	-	-
- Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-
REVERSÃO DAS PROVISÕES	-	-	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31/DEZ/92	514.309.603	1.990.540	-	-	516.300.143
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-
REALIZAÇÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	-	-	-	-
REVERSÃO DE PROVISÃO DE IMP. E CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-	-
CORREÇÃO MONETÁRIA	-	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIA PARA COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS	-	(1.990.540)	-	-	(1.990.540)
SALDOS EM 31/DEZ/92	514.309.603	-	-	-	514.309.603

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

tado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária, ajustado por depreciação acumulada, calculada a partir do momento em que os mesmos estabelecidos na Lei nº 8.200/91, com as alterações do artigo 3º da Lei nº 8.383/91, com as alterações do artigo 3º da Lei nº 8.383/91, com as alterações do artigo 3º da Lei nº 8.383

INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS TUPI S/A CGC(MF)Nº04.718.730/0001-83. RELATÓRIO DA DIRETORIA:Em cumprimento aos dispositivos legais e Estatutários submetemos ao exame e apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativo as atividades da Sociedade correspondente ao exercício de 1992. Colocamo-nos a disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos necessários.Castanhal-Pa., 02 de março de 1993.DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992.

	1992	1991
ATIVO	316.305.075,42	2.548.182,81
CIRCULANTE	246.496.079,13	-
Disponível	63.802,77	25.693,20
Caixa	5.102.673,59	565.782,95
Banco conta movimento	241.329.602,77	-
Aplicação Financeira	40.775.900,73	1.956.706,66
ESTOQUE	29.033.095,56	-
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	21.065.000,00	-
Cliente	7.968.095,56	-
Impostos a Recuperar	13.328.140.193,30	227.852.665,54
PERMANENTE	16.123.145,13	1.311.504,92
Investimento	9.689.691.936,51	77.168.466,94
Imobilizado	382.692.920,72	14.094.151,38
Depreciação(-)	4.005.018.032,38	163.466.845,06
Diferido	13.644.445.268,72	230.400.848,35
TOTAL DO ATIVO		
PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	21.465.674,44	149.729,92
Obrigações Sociais	6.899.359,81	149.729,92
Fornecedor	14.566.314,63	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	962.872.006,40	8.335.748,13
Crédito de diretores	962.872.006,40	8.335.748,13
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.660.107.587,88	221.915.370,30
Capital	1.861.147.319,00	18.134.179,00
Reserva de capital	11.230.945.043,70	-
Reserva Especial	97.521.106,59	7.932.657,62
RESULTADOS ACUMULADOS	52.645.833,02	4.282.369,60
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(582.151.714,43)	-
TOTAL DO PASSIVO	13.644.445.268,72	230.400.848,35

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 1992

RECEITA BRUTA	48.763.000,00
Imposto s/ venda	7.068.384,00
RECEITA LÍQUIDA	41.694.616,00
CUSTO DAS VENDAS	(111.386.289,62)
LUCRO(PREJUÍZO)BRUTO	(69.691.673,62)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	198.056.306,80
Receitas Financeiras	198.056.306,80
RES.OPER.ANTES EF.INFLACIONÁRIO	128.364.633,18
EFEITO INFLACIONÁRIO	(710.516.347,61)
Correção Monetária do Balanço	(710.516.347,61)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(582.151.714,43)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÃO DE RECURSOS DE 1992

ORIGENS DOS RECURSOS	
Lucros(prejuízo) do Exercício	(582.151.714,43)
Correção Monetária do Balanço	710.516.347,61
Depreciação	105.125.307,33
Realização do capital Social	1.651.447.140,00
Aumento do Exig.Longo Prazo	148.815.264,30
TOTAL DAS ORIGENS	2.033.752.344,81
APLICAÇÃO DOS RECURSOS	
Aplicaçao no Imobilizado	1.325.619.643,75
Aplicação no Diferido	415.691.752,97
TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.741.311.396,72
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	292.440.948,09
ATIVO CIRCULANTE	313.756.892,61
No início do Exercício	2.548.182,81
No final do Exercício	316.305.075,42
PASSIVO CIRCULANTE	21.315.944,52
No início do Exercício	149.729,92
No final do Exercício	21.465.674,44

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO DE 1992

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CORREÇÃO MONETÁRIA	RESERVA ESPECIAL	RESULTADO ACUMULADO	RESULTADO EXERCÍCIO	TOTAL
SALDO INICIAL	18.134.179,00	191.566.164,09	7.932.657,62	4.282.369,60	-	221.915.370,30
AUMENTO DE CAPITAL ENCORP.RESERVAS	191.566.000,00	(191.566.000,00)	-	-	-	-
AUMENTO DE CAPITAL RECURSO FINAN	1.229.147.128,00	-	-	-	-	1.229.147.128,00
AUMENTO DE CAPITAL REC.PRÓPRIO	422.304.012,00	-	-	-	-	422.304.012,00
CORREÇÃO MONETÁRIA	-	11.230.944.879,62	89.588.448,97	48.353.463,42	-	(11.368.896.791,01)
RESULTADO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(582.151.714,43)	(582.151.714,43)
TOTAL	1.861.147.319,00	11.230.945.043,70	97.521.106,59	52.645.833,02	(582.151.714,43)	12.660.107.587,88

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992.

1-CONTEXTO OPERACIONAL:A companhia tem por objetivo a fabricação e o comércio de móveis estofados e móveis de madeiras.
2-Apresentação das Demonstrações Contábeis:As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com os procedimentos previstos na Lei 6.404/76,Legislação tributária em vigor e demais disposições complementares.
3-PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS: Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos: a)Aplicação da Liquidez imediata-Estão demonstradas pelo custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes,apropriados até a data do Balanço.
b)O Investimento e o Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição,acrescido de correção monetária, ajustado por depreciaçao acumulada calculada pelo método linear, as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil respectivamente.-Castanhal-Pa., 02 de março de 1993

LENILSON SÁ HOLANDA — Diretor-Presidente — CPF:019.626.802-82
Mª AUXILIADORA M.DOS A.SANTOS — CRC/PA-Nº 7261 — CONTADORA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
ADMINISTRADORES E ACIONISTAS DA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS TUPI S/A

01-Examinamos o Balanço Patrimonial da INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS TUPI S/A,levantado em 31 de dezembro de 1992 e a respectiva Demonstraçao de Resultado,da Mutaçao do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data,elaborado sob a responsabilidade de sua administração.Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.
02-Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto,nossos trabalhos compreenderam,entre outros procedimentos: a)o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos,o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia; b) a constatação,com bases em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e c)a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empres ,bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
03-E nossa opinião,as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente,em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS TUPI S/A em 31 de dezembro de 1992,o resultado de suas operações,as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data,de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. Belém-Pa., 29 de Abril de 1993

TADEU MANOEL RODRIGUES DE ARAÚJO
Contador CRC-Pa-2671

favor da independência ao amanhecer do dia 14. Mau sucesso da mesma. Prisão de seus chefes e de muitos outros cidadãos. Conselho para deliberar sôbre a sorte dêles. Opiniões a respeito. Parecer do presidente da junta contra a execução da pena de morte, que lhes fôra imposta. São remetidos em ferros para Lisboa e postos ali em liberdade. Sucessos na vila de Muaná.

Conhecida a influência da imprensa, julgou-se ser tempo de conquistar ainda por meio dela simpatias a favor da causa de Portugal. A junta tomou conta da tipografia do jornal *Paraense,* que se achava abandonada pelos seus proprietários e redatores quase todos presos, degradados ou foragidos, e fêz mudá-la para um prédio nacional sito no largo do palácio do govêrno, sendo aí publicado nôvo jornal com a denominação de Luso-Paraense sob a redação de José Ribeiro Guimarães e do francês Luís José Lazier, confiada a administração da mesma a Ferreira Portugal.

Os partidários da metrópole trabalhavam para impedir a separação do Brasil; mas por outro lado os partidários da independência não trabalhavam menos para fazer triunfar as suas idéias. A opinião pública era favorável a êstes; apenas êles tinham contra si a guarnição, os portuguêses e alguns oficiais, que compartilhavam as idéias do governador das armas. A deposição da câmara municipal e da junta assim como a deportação dos membros desta e de outros cidadãos deviam necessariamente exacerbar o ânimo de todos os indivíduos, que não eram partidários frenéticos dos autores de tais acontecimentos.

Os sectários da independência não duvidaram mais da luta, em que iam entrar, e começaram a reunir-se ocultamente. Sem armamentos e sem munições não podiam dispensar o auxílio da fôrça armada. Era-lhes necessário, pois, atrair pelo menos parte da tropa, e para êste fim escolheram, entre outros oficiais, o capitão do terceiro regimento Domiciano Ernesto Dias Cardoso, o alferes do esquadrão de cavalaria José Mariano de Oliveira Belo, o capitão do segundo regimento Boaventura Ferreira da Silva, o ajudante Manuel Lourenço de Matos, o alferes Domingos Gonçalves Marreiros e o tenente-coronel José Narciso da Costa Rocha.

Apesar do segrêdo, que procuraram sempre guardar nas suas reuniões e preparativos, houve quem denunciasse o plano da revolução que premeditavam.

Às onze horas da noite de 13 de abril o governador das armas fêz inesperadamente reunir os oficiais dos regimentos aos seus quartéis e lhes declarou que tivera denúncia de que a facção dissidente naquela mesma noite pretendia fazer proclamar a independência com o apoio de parte da tropa, que fôra aliciada por alguns oficiais. Êle, antes disso, entrando à surdina no quartel, já tinha procurado descobrir algum indício de conspiração na tropa, mas nada conseguiu; tudo permanecia no seu estado ordinário; os soldados, dormiam uns, e outros figiam que dormiam tranqüilamente nos seus aposentos.

Tinha-se-lhe indicado como um dos pontos de reunião dos revoltosos a casa sita na esquina da rua de São Vicente com a travessa da Estrela, e para ali fêz marchar o tenente-coronel José Antônio Nunes, a fim de verificar o fato. Voltando êste oficial sem nada ter encontrado, o governador das armas por prevenção ordenou que os oficiais se conservassem todos nos seus quartéis, e que o parque de artilharia estivesse pronto para qualquer emergência, indo êle próprio depois pesquisar. A tais desoras dirigiu-se aos bairros suspeitos da cidade, ora caminhando a passos largos em seguida de um vulto, que adiante divisava na escuridão da noite, ora parando junto a uma esquina ou aproximando seus ouvidos a uma janela, onde parecia ouvir rumor. Nenhum indício, porém, descobriu para acreditar na realidade da denúncia. O mais completo silêncio reinava em tôdas as ruas. Todos se entregavam ao doce sossêgo da noite. Só na rua do Laranjal, na casa nº 124, do italiano João Batista Balbi, velavam os agentes da revolução, esperando a hora convencionada para cada um tomar o seu pôsto.

João Batista Balbi, descendente de uma das mais ilustres famílias de Gênova, nasceu em Ragusa no ano de 1792. Seu pai faleceu sem ao menos ter podido dar-lhe a primeira educação da vida, deixando-o na orfandade, quando apenas contava quatro anos de idade. Sua mãe, pobre como ficara, educava-o conforme suas circunstâncias permitiam, quando em 1807, com a invasão dos franceses, se vira obrigada, com receios do recrutamento, a mandá-lo para casa de um tio em Malta, donde depois êle seguiu para Gibraltar, Alicante, e por fim para Lisboa. Foi daqui que em 1813, embarcando para a Índia, aportara na Bahia, onde deixou-se ficar, seguindo em 1815 para o Rio de Janeiro, e em 1819 para o Pará. Aqui casou-se com D. Benta Benedita Antunes, e tornou-se um dos mais denodados defensores da independên-

AFRICANA TECIDOS S/A CGC (MF)04.893.988/0001-16. RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais demonstrativos financeiros, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 1992, permanecendo a diretoria à disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário. Belém, 22 de Abril de 1993. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Especificação	1992	1991
ATIVO CIRCULANTE	3.928.874.105,06	681.757.827,29
DISPONIVEL	493.472.857,90	12.508.431,82
Caixa e Bancos	493.472.857,90	12.508.431,82
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	3.435.401.247,16	669.249.395,47
Duplicatas a receber	57.953.136,86	138.662.386,86
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	869.227,03	4.159.871,61
Valores a Recuperar	17.474.134,94	2.963.019,02
Estoques	3.360.843.272,39	531.783.861,20
Mercadorias	3.360.843.272,39	531.783.861,20
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	160.285.111,57	12.178.161,99
Certif. em Aplic. Incentivos Fiscais	2,02	2,02
Títulos de Capitalização	17,53	17,53
Empréstimos Compulsório	168.285.092,02	12.178.142,44
ATIVO PERMANENTE	392.238.475,46	69.506.448,14
Imobilizações Técnicas	1.389.783.619,46	122.428.441,13
Imobilizações Técnicas-diferença IPC/90	1.396.531.517,61	123.003.153,36
(-) Depreciação Acumulada	1.242.707.121,06	154.111.432,11
(-) Deprec. Acumulada-diferença IPC/90	1.242.471.362,23	29.224.209,27
Imobilizações Financeiras	45.405.205,39	3.736.813,62
Imobilizações Financeiras-diferença IPC/90	45.696.616,29	3.673.681,41
TOTAL DO ATIVO	4.489.397.692,09	763.442.437,42

Especificação	1992	1991
PASSIVO CIRCULANTE	3.271.128.210,83	479.331.881,20
Fornecedores	2.703.466.013,20	385.754.501,52
Duplicatas a Pagar	2.703.466.013,20	385.754.501,52
Empréstimos e Financiamentos	435.618,38	-
Contas a Pagar	126.535.679,98	2.986.954,07
Obrigações Fiscais	231.651.402,65	21.208.238,35
Obrigações Sociais	205.921.903,86	50.693.819,15
Outras Contas a Pagar	-	10.607.395,31
Gratificações a Pagar	1.116.615,00	1.116.615,00
Provisão para Contribuição Social	-	1.416.578,90
Provisão para Imposto de Renda	-	5.198.177,50
Contribuição Confederativa	1.697.977,76	349.601,40
Imposto de Renda na Fonte	303.000,00	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.218.269.481,26	284.110.556,22
Capital Social	500.000.000,00	40.000.000,00
Reservas de Capital	6.306.277.576,61	512.756.185,31
Reserva de Lucros	170.976.917,76	16.934.193,74
Lucros ou Prejúizos Acumulados	(5.758.985.013,11)	(285.579.822,83)
TOTAL DO PASSIVO	4.489.397.692,09	763.442.437,42

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31/12/1992

	1992	1991
1-Receita Operacional Bruta	8.015.651.908,87	1.285.544.115,46
2- Impostos Faturados	1.588.260.797,78	253.621.009,02
3- Receita Operacional Bruta(1-2)	6.427.391.111,09	1.031.923.106,44
4- Custo das Mercadorias vendidas	3.069.231.800,00	531.952.110,02
5- Lucro Operacional Bruto (3-4)	3.358.159.311,09	499.970.996,42
6- Despesas de Vendas	126.518.509,14	23.297.873,41
7- Despesas Gerais e Administrativas	2.583.314.264,49	280.996.748,23
8- Despesas Financeiras Líquidas	32.379.569,78	-
9- Receita Financeira Liquidas	-	8.162.117,05
10- Outras Despesas Operacionais	220.973.195,80	28.521.374,50
11- Lucros Operacionais Líquidos (5-6-7-8-9)	394.973.771,88	175.317.117,33
12- Receitas não Operacionais	267.607.912,90	14.420.702,74
13- Despesas não Operacionais	222.032.488,32	17.262.939,49
14- Correção Monetária do Balanço	2.708.783.905,34	164.198.815,45
15- Resultado antes da Contribuição Social	(2.268.234.708,88)	-
16- Outras Receitas Não Operacionais	-	35.950,05
17- Resultado antes do Imposto de Renda	-	8.312.015,18
18- Provisão para Contribuição Social	-	1.416.578,90
19- Provisão para Imposto de Renda	-	5.198.177,50
20- Resultado do Exercício	-	1.697.258,76
21- Gratificação à Diretoria	-	800.000,00
22- Lucro Líquido	-	897.258,78

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Especificação	1992 EM CR$	1991 EM CR$
01- ORIGENS DE RECURSOS		
Lucro Liquido do Exercício	-	897.257,00
Realização de capital	460.000.000,00	35.770.000,00
Contribuições de Reservas	5.947.564.115,32	204.180.939,00
Aumento de depre. e Amortiz.	2.301.842.841,91	170.369.801,00
Total das Origens	8.709.406.957,23	411.217.997,00
02- APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Aumento do Realizavel L. Prazo	156.106.949,58	10.203.577,00
Aumento de Investimentos	83.691.326,65	6.770.196,00
Aumento de Imobilizado	2.540.883.542,58	224.210.502,00
Prejúizos Acumulados	3.205.170.481,40	-
Prejúizo do Exercício	2.268.234.708,88	-
Total das Aplicações	8.254.087.009,09	241.184.275,00
03- Aumento do Cap. Circ. Líquido	455.319.948,14	170.033.722,00

04- Determinação da Variação do Capital Circulante Líquido

Especificação	1992	1991	Variação
Ativo Circulante	3.928.874.105,06	681.757.827,29	3.247.116.277,77
Passivo Circulante	3.271.128.210,83	479.331.881,20	2.791.796.329,63
Cap. Circ. Líquido	657.745.894,23	202.425.946,09	455.319.948,14

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/92

Especificação	Capital	Reserv. de Capital	Reserv. de Lucros	Luc./Prej.Ac.	Total
Saldo em 31.12.91.	40.000.000,00	512.756.235,31	16.934.143,74	(285.579.822,83)	284.110.556,22
Aumento Cap.AGE.	460.000.000,00	(460.000.00,00)	(3.071.233,00)	-	(3.071.233,00)
transfdo L.Acum.	-	-	44.862,94	(44.862,94)	-
Ajuste Ex. Anterior.	-	-	-	(3.265.914,80)	(3.265.914,80)
Corr. Monet. Exerc.	-	6.253.521.341,30	157.069.144,08	(3.201.859.703,66)	(3.208.730.781,72)
Prejuizo do Exerc.	-	-	-	(2.268.234.708,88)	(2.268.234.708,88)
SALDO EM 31.12.92.	500.000.000,00	6.306.277.576,61	170.976.917,76	(5.758.985.013,11)	(1.218.269.481,26)

NOTAS EXPLICATIVAS: 1.1- O Imobilizado é demonstrado a preço de custo histórico, corrigido monetariamente, subtraído das depreciações acumuladas. 1.2- O Patrimônio Líquido e o Ativo Permanente, foram corrigidos monetariamente, segundo a legislação vigente, bem como a Correção Complementar IPC/90, sendo a variação líquida, computada no resultado do exercício. 1.3- O Patrimônio Líquido, traduz a soma do Capital e Reservas, depois destas passarem pelo crivo da Correção Monetária. 1.4- As Depreciações estão calculadas de acordo com a legislação vigente. 1.5- Os Estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao preço do mercado. 1.6- O Capital Social está representado por 500.000.000 (Quinhentos Milhões) de ações Ordinárias Nominativas do valor de Cr$ 1,00 (Hum Cruzeiro) cada uma. 1.7- Os efeitos da inflação são reconhecidos mediante o registro da Correção Monetária sôbre o Ativo Permanente e Patrimônio Líquido.

JUNICHIRO YAMADA - DIRETOR PRESIDENTE, HIROSHI YAMADA - DIRETOR COMERCIAL, FERNANDO TERUO YAMADA - DIRETOR FINANCEIRO, e SOPHIA DA SILVA ELLERES - TÉC. CONTABILIDADE CRC-PA-0680.

cia, quando José Luís Airosa chegara a esta província como emissário da côrte, prestando até com sacrifício pessoal a sua própria casa para as reuniões dos revoltosos e introduzindo-se no quartel, com farda de soldado, depois que os oficiais foram todos chamados e reunidos ali na noite de 13 de abril, a fim de observar o que lá se passava.[18]

A noite de 13 de abril fôra realmente a escolhida para o rompimento, ao amanhecer do dia 14. Uma fôrça de cem homens pouco mais ou menos, composta de um piquête de cavalaria e de soldados do segundo regimento sob o comando do alferes Antônio de Loureiro Barreto marcharia a tomar o quartel e o parque de artilharia.[19] O bom êxito desta primeira ação seria anunciado por dois foguetes artificiais lançados ao ar. Dado êste sinal, o resto do esquadrão de cavalaria sob o comando do alferes José Mariano de Oliveira Belo se iria reunir ao segundo regimento,[20] comandado pelo capitão Boaventura Ferreira da Silva, para marchar juntos a incorporar-se com o terceiro regimento.[21] Efetuada esta junção, seguiriam todos para o quartel de artilharia, e aí assestariam peças nas embocaduras das ruas do Açougue, de Santo Antônio e dos Mártires, por onde poderiam ser agredidos.

Tal era o plano traçado pelos revoltosos, para conquistar pela fôrça o reconhecimento da independência.

De feito pouco antes das quatro horas da madrugada do dia 14 o silêncio da noite foi interrompido pelo estampido de algumas bombas estaladas no ar. Estava tomado o quartel com o parque de artilharia. Os revoltosos chegados ali, bateram à porta, e um dêles, João Batista Balbi, contrafazendo a voz do coronel Vilaça, conseguiu que lha abrissem. Nesta ocasião entraram todos instantâneamente. Surpreendidos, os oficiais ficaram sem ação e nêste estado foram todos presos sem a menor resistência.

O capitão Boaventura, ao ouvir o sinal, deu vivas à independência e ao imperador, e imediatamente o segundo regimento formou-se em frente ao seu quartel. Daí a instantes se lhe veio incorporar o esquadrão de cavalaria, que estava a êste tempo formado na estrada das Mongubeiras. Feita esta junção, marcharam todos para o largo das Mercês, e aí encontraram já formado o terceiro regimento, sob o comando do seu tenente-coronel José Narciso da Costa Rocha.

Boaventura, ao chegar, deu vivas a Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro I e à independência do Brasil, e êstes vivas foram entusiasticamente correspondidos por todos. O major Francisco José Ribeiro, vendo tão solene pronunciamento até nas fileiras do terceiro regimento, voltando-se para os seus camaradas, lhes bradou em altas vozes, "que nunca êles deviam desprezar o pai pelo filho, pelo contrário deviam conservar-se sempre obedientes a D. João VI". A tais palavras sucedeu breve silêncio, e isto bastou para que êle declarasse, com arrogância, que o terceiro regimento não queria a independência do Brasil! E nem o capitão Domiciano Cardoso, nem o ajudante Manuel Lourenço de Matos, nem o alferes José Maria Martins, que tão bem tinham disposto êste regimento a favor da revolução, se animaram a fazer reviver o entusiasmo amortecido. O capitão Boaventura, observando a tropa muda e quêda, não ousou mais permanecer nêste ponto, e sem perda de tempo dirigiu-se ao quartel de artilharia, onde encontrou tudo na melhor disposição possível, estando já as peças assestadas com morrões acesos em frente do mesmo quartel e nas embocaduras das ruas do açougue, de Santo Antônio e dos Mártires, prontas a fazer fogo ao primeiro sinal contra qualquer fôrça inimiga, que tentasse aproximar-se.

O tenente-coronel Nunes nêste momento, saindo do quartel, correu a uma peça, e borneando-a pôs-lhe fogo matando a sentinela e ferindo gravemente a um sargento. Uma descarga de fuzilaria então o prostrou em terra traspassado por cinco balas, do que veio a morrer no dia 17 na casa de D. Páscoa Rodrigues do Couto, para onde fôra recolhido ao amanhecer.

Ao raiar do dia 14 apareceu o primeiro regimento na rua de Santo Antônio, trazendo à sua frente o governador das armas e os coronéis Vilaça e Barata, marchando em direitura ao quartel de artilharia, onde se achavam os revoltosos. Quando chegaram ao alcance, o cadete Antônio Bernal do Couto quis tocar fogo na peça, que guarnecia a embocadura desta rua. A metralha destroçaria-os infalivelmente; mas o capitão Boaventura, que era o comandante em chefe dos revoltosos, opôs-se, declarando não querer que se derramasse uma só gôta de sangue, e com os braços cruzados esperou a fôrça inimiga. Sem a menor resistência aproximou-se esta e ao chegar ao largo de Santo Antônio, aproveitando-se do estado de adormecimento daqueles, o coronel Barata deu vivas a el-rei D. João VI, os quais, correspondidos, deram o último golpe na revolução.

Os revoltosos foram uns, logo, outros, depois, presos e recolhidos, os militares, à fortaleza da Barra,[22] e os paisanos à cadeia pública.[23] Alguns puderam escapar, ocultando-se em casas particulares, e depois fugindo para fora da cidade.

No dia 15 reuniu-se um grande conselho no palácio do govêrno para deliberar sôbre a sorte dos presos. Houve nessa ocasião quem opinasse que fôssem todos executados. O governador das armas, porém, fêz prevalecer a opinião de que deviam ser antes processados de conformidade com as leis. Nêste propósito procedeu-se a uma devassa geral contra êles, e enquanto esta prosseguia nos seus têrmos, o presidente da junta provisória, Romualdo Antônio de Seixas,[24] prevendo já a pena, que lhes seria imposta, empenhou-se para que se convocasse um conselho composto das autoridades civis e militares assim como de tôdas as pessoas gradas da capital, a fim de deliberar-se sôbre a necessidade e urgência de serem remetidos para Lisboa todos os autores e cúmplices da revolução de 14 de abril, apresentando nêste louvável intento, à consideração da junta provisória em sessão de 6 de maio,[25] uma indicação que salvou a vida de tantos infelizes, servindo ao mesmo tempo de protesto solene contra a pena de morte infligida por crimes políticos.

"Sem temer, disse êle que o luciferino espírito da calúnia ouse ofuscar e denegrir a firmeza dos meus ilibados e conhecidos sentimentos constitucionais, eu vou, senhores, produzir livremente minha opinião sôbre a lutuosa sorte dos desgraçados chefes da insurreição do dia 14 do mês passado, movido unicamente do amor do meu país, do zêlo da segurança pública, do desejo de conciliar os ânimos e de os fazer convergir para o suspirado ponto da união com Portugal, em uma palavra, da salvação do povo, lei e soberania, a que deve submeter-se a inexorável severidade das leis penais. Suponho que o processo oferecerá provas exuberantes e tão claras, que não admitam tergiversação ou dúvida alguma. Convenho que a pena de morte é aquela que as leis existentes infligem a tais delitos, bem que não faltem criminalistas filantropos, que a desejem ver proscrita dos códigos das nações livres, como repugnantes à eqüidade natural. Sim, é justa a pena proporcionada ao delito; negá-lo seria contrariar os princípios mais óbvios da nossa legislação; mas será igualmente política e conveniente a sua execução na crítica e melindrosa conjuntura, em que nos achamos? Eis aqui o objeto, sôbre que reclamo a vossa sisuda atenção, madura prudência e circunspecta sabedoria. Não confun-

18 O quartel de artilharia era na travessa, que desce para o largo de Santo Antônio, onde também já foi o quartel dos provinciais.

19 O quartel do primeiro e do segundo regimento era o mesmo que é hoje o quartel do terceiro batalhão de artilharia.

20 O quartel do terceiro regimento era onde hoje é a alfândega.

21 Capitão Boaventura Ferreira da Silva, alferes Domingos Gonçalves Marreiros; alferes Antônio de Loureiro Barreto, tenente Diogo Vaz de Moia; alferes José Mariano de Oliveira Belo; cadete Antônio Bernal do Couto; alferes José Martins e o porta-estandarte José Francisco Ferreira Ribeiro.

22 Bernardo de Sousa Franco, hoje senador do império e conselheiro de estado; capelão, hoje cônego, Jerônimo Roberto da Costa Pimentel; Inácio Accioli de Cerqueira e Silva; Manuel José de Moura; Manuel Evaristo da Silva e Sousa; Aureliano de Jesus da Costa; Joaquim Manuel de Araújo Nobre; Honório José dos Santos; José Pio de Araújo Nobre e outros.

23 Capitão Domiciano Ernesto Dias Cardoso; ajudante Manuel Lourenço de Matos; cadete Marcos Antônio Rodrigues Martins; João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha; José Joaquim de Figueiredo e Vasconcelos e outros.

24 Depois arcebispo da Bahia e marquês de Santa Cruz.

25 A ata desta sessão não existe no respectivo livro das atas dos conselheiros da junta provisória; aí encontra-se apenas a da sessão do dia 7 do mesmo mês de maio.

SOCIEDADE ANÔNIMA BITAR IRMÃOS. CGC 04920450/0001-53.
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas. Cumprindo os preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.12.92. Os elementos contidos nessas demonstrações contábeis, refletem o resultado das nossas operações econômicos-financeiras realizadas no citado exercício. Colocamo-nos a disposição de V.Sas, para outros esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Ananindeua, 31 de dezembro de 1992. Dr. Miguel de Paulo Rodrigues Bitar-Presidente.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991	PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	2.702.581.395,16	609.773.049,70	CIRCULANTE	14.708.922.419,94	609.250.213,32
REALIZ. LONGO PRAZO	144.063.626,07	10.817.813,76	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	8.051.893.258,62	694.673.258,62
PERMANENTE	47.543.400.155,63	4.052.283.423,37	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.629.229.498,30	3.368.950.814,89
Investimento	25.134.914.605,98	2.044.549.152,28	Capital Social	3.053.376.000,00	160.704.000,00
Imobilizado	21.596.672.612,23	1.938.244.458,42	Reserva de Capital	34.764.671.210,15	2.915.529.079,18
Diferido	811.812.937,42	69.489.812,67	Reserva de Lucros	------	292.717.735,71
			R. Acumulados	(10.188.817.711,85)	------
TOTAL ATIVO	390.045.176,86	4.672.874.286,83	TOTAL DO PASSIVO	50.390.045.176,86	4.672.874.286,83

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	1992	1991
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10.829.916.870,56	1.674.697.667,26
V. Can. Imp. Inc.	(1.531.682.174,81)	(290.906.915,23)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.298.234.695,75	1.383.790.752,03
Custo Vendas	(7.539.676.749,59)	(876.908.135,06)
LUCRO BRUTO	1.758.557.946,16	506.882.616,97
Rec. Financ.	100.101.772,61	12.794.317,35
Dividendos Auf.	46.009,39	11.437,12
Rev. Prov. Const.	16.817.055,05	503.656,67
Out. Rec. Operac.	501.718.024,21	138.549.884,17
Desp. Oper.	(2.585.496.116,29)	(403.350.569,28)
Desp. N/ Oper.	(17.869.580,28)	------
Desp. Financ.	(19.946.276.253,33)	(975.242.293,99)
PREJUÍZO OPERACIONAL	(20.172.401.142,48)	(719.850.950,99)
Rec. N/ Oper.	------	3.542.094,14
Res. C. Monet.	6.357.039.432,69	161.657.722,52
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(13.815.361.709,59)	(554.651.134,33)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	1992	1991
ORIGENS	(12.310.499.232,07)	83.462.621,53
Prejuízo do Exercício	(13.815.361.709,59)	(554.651.134,33)
Cor. Mon. Bal.	(6.357.039.432,69)	(161.657.722,52)
Depreciações	482.812.330,13	97.375.589,07
Red. At. Perman.	21.869.560,28	7.721.090,29
Aum. Ex. Longo Prazo	7.357.220.000,00	694.592.779,24
Ajuste Ex. ant.	------	82.019,78
APLICAÇÕES	303.635.370,91	26.754.930,17
Aum. At. Perm.	170.389.534,36	19.763.905,93
Aum. R. L. Prazo	133.245.836,55	6.991.024,24
VALOR CAPITAL CIRCULANTE	(12.006.863.861,16)	56.707.691,36

VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

ANO	DISCRIMINAÇÃO		
	ATIVO CIRC.	PASSIVO CIRC.	AUM. DO CAP. CIRC.
1992	2.702.581.395,16	14.708.922.419,94	(12.006.341.024,78)
1991	609.773.049,70	609.250.213,32	522.836,38
VARIAÇÃO	2.092.808.345,46	14.099.672.206,62	(12.006.863.861,16)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RES. DE CAPITAL COR. MON. DO CAPITAL	RES. DE LUCROS RESERVA LEGAL	RES. ACUMULADOS PREJ. ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
SALDO EM 31.12.91	160.704.000,00	2.915.529.079,18	292.717.735,71	------	3.368.950.814,89
AUMENTO DO CAPITAL	2.892.672.000,00	(2.892.672.000,00)	------	------	------
CORREÇÃO MONETÁRIA	------	34.741.814.130,97	3.333.826.262,03	------	36.075.640.393,00
PREJUÍZO DO EXERC.	------	------	(3.626.543.997,74)	(10.188.817.711,85)	(13.815.361.709,59)
SALDO EM 31.12.92	3.053.376.000,00	34.764.671.210,15	------	(10.188.817.711,85)	27.629.229.498,30

Ananindeua-Pa., 31 de Dezembro de 1992.

Dr. Miguel de Paulo Rodrigues Bitar
Presidente

Francisco Moreira Pacheco - Contad.
CRC Pa. 0564 - CPF 000.588.312-15

PARABUFALOS S/A - CGC/MF. 04.705.836/0001-42 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31.12.92. Colocamo-nos à disposição de Vossas Senhorias, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Belém (Pa), 31 de dezembro de 1992. a) A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	23.411.293,21	2.881.265,87
DISPONIVEL	69.521,28	14.639,38
Caixa e Bancos	69.521,28	14.639,38
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	23.341.771,93	2.866.626,49
Estoque	23.341.771,93	2.866.626,49
PERMANENTE	17.085.460.396,44	1.393.992.006,62
Imobilizado	9.478.205.176,60	774.010.112,68
Diferido	7.607.255.219,84	619.981.893,94
TOTAL DO ATIVO	17.108.871.689,65	1.396.873.272,49
PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	17.691.867,59	6.626.194,74
Obrigações Soc., Fiscais e Trabalhistas	3.738.067,59	312.394,74
Outros Créditos	13.953.800,00	6.313.800,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.091.179.822,06	1.390.247.077,75
Capital Social Integralizado	1.396.493.116,00	121.753.206,00
Reservas de Capital	15.771.473.149,80	1.274.739.910,83
Res. de CM Espec. Art. 3º Lei 8200/91	(76.786.443,74)	(6.246.039,08)
TOTAL DO PASSIVO	17.108.871.689,65	1.396.873.272,49

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO DIFERIDO

-DISCRIMINAÇÃO	1992	1991
-Saldo do Exercício	619.981.893,94	50.455.233,93
-Gastos de Implantação	12.823.996,53	9.711.899,68
-Correção Monetária	7.001.841.207,49	519.832.290,56
-Resultado da Correção Monetária	(27.391.878,12)	39.982.469,77
TOTAL	7.607.255.219,84	619.981.893,94

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	1992	1991
1. ORIGENS DOS RECURSOS	16.342.637.651,57	1.318.183.075,22
-Integralização do Capital Social	1.274.739.910,00	108.986.420,00
-Cont. p/Reservas de Capital	14.496.733.238,97	1.165.753.484,95
-Depreciação	571.164.502,60	43.442.170,27
2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS	16.333.173.297,08	1.322.856.600,02
-Aumento do Imobilizado	9.275.359.566,52	747.083.900,93
-Aumento do Diferido	6.987.273.325,90	569.526.660,01
-Reserva Esp. Art. 3º Lei 8200/91	70.540.404,66	6.246.039,08
3. AUMENTO/RED. DO CAP. CIRC. LÍQ.	9.464.354,49	4.673.524,80

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	VARIAÇÃO
1991			
-Ativo Circulante	1.305.866,51	2.881.265,87	1.575.399,36
-Passivo Circulante	377.270,58	6.626.194,74	6.248.924,16
-Capital Circulante Líquido	928.595,93	3.744.928,87	4.673.524,80
1992			
-Ativo Circulante	2.881.265,87	23.411.293,21	20.530.027,34
-Passivo Circulante	6.626.194,74	17.691.867,59	11.065.672,85
-Capital Circulante Líquido	3.744.928,87	5.719.425,62	9.464.354,49

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.91	121.753.206,00	1.274.739.910,83	1.396.493.116,83
Aumento do Capital c/Reservas de CM AGE/O de 09.06.92	1.274.739.910,00	(1.274.739.910,00)	–
CM do Capital em 31.12.92	–	15.771.473.148,97	15.771.473.148,97
TOTAL	1.396.493.116,00	15.771.473.149,80	17.167.966.265,80

NOTAS EXPLICATIVAS - a) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas em obediência as disposições legais e constantes da Lei 6404/76 de 15.12.76; b) O Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido foram corrigidos mediante coeficiente da UFIR, semestral com correção dos saldos das contas, em 30.06.92 e 31.12.92. c) As despesas foram contabilizadas segundo regime de competência. d) O Capital Social na data do Balanço está representado em 1.396.493.116 Ações, no valor de Cr$-1,00 (hum cruzeiro) cada uma, sendo 369.093.131 Ações Ordinárias e 1.027.399.985 Ações Preferenciais, subscritas e integralizadas. e) O Resultado da Correção Monetária apresentou um saldo de Cr$-27.391.878,12. Orlando Bastos Diretor Presidente: Clerde Helm Glacer - Diretora: Simão José de Jesus - Téc. Cont. CRC-Pa. 3633

CENTENOR EMPREENDIMENTOS S.A.

C.G.C. nº 04.200.572/0001-75

REGISTRO C.V.M. 50052-6

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992. Colocamo-nos à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE		
Disponível	352.634	2.911.352
Contas a Receber	2.781.979	638.100
Estoques	15.694.807	14.785.146
Impostos a Recuperar	33.548	457.753
Outras Contas a Receber	425.723	792.336
	19.288.691	19.584.687
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos Compulsórios	80.977	63.177
PERMANENTE		
Investimentos	800	800
Imobilizado	301.371.030	295.269.382
Diferido	20.414.789	—
	321.786.619	295.270.182
TOTAL DO ATIVO	**341.156.287**	**314.918.046**

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE		
Financiamentos	7.267.744	9.137.923
Fornecedores Associados	108.929.581	116.063.680
Fornecedores Diversos	868.705	579.767
Salários e Encargos	455.247	715.317
Impostos e Taxas	128.983	42.155
	117.650.260	126.538.842
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Financiamentos	9.829.830	15.244.043
Empréstimos de Associadas	16.266.955	42.638.498
Debentures	33.273.874	—
Outras Obrigações	189	2.323
	59.370.848	57.884.864
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	—	12.647.310
PATRIMÔNIO LIQUIDO		
Capital Realizado Atualizado	164.135.179	117.847.030
	164.135.179	117.847.030
TOTAL DO PASSIVO	**341.156.287**	**314.918.046**

As notas explicativas anexas são partes integrantes destes balanços

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

	Capital Realizado Atualizado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 1990	113.324.330	113.324.330
Aumentos de Capital	4.522.700	4.522.700
Saldo em 31 de dezembro de 1991	117.847.030	117.847.030
Aumentos de Capital	46.288.149	46.288.149
Saldo em 31 de dezembro de 1992	164.135.179	164.135.179

As notas explicativas anexas são parte integrante desta demonstração

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991

(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

	1992	1991
ORIGEM DOS RECURSOS		
Emissão de Debêntures	32.481.698	—
Aumentos de Capital	46.288.149	4.522.700
Adições ao Exigível a Longo Prazo	—	25.779.737
Baixas Líquidas do Imobilizado	438.830	685.936
TOTAL DAS ORIGENS	79.208.677	30.988.373
APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Nas Operações:		
Resultado do exercício	33.062.099	33.970.007
Itens que não representam variação no Capital Circulante		
Ganho(Perda) nos Itens de Longo Prazo	(792.176)	—
Depreciação	(18.268.924)	(22.218.693)
	14.000.999	11.751.314
Adições ao Imobilizado	24.809.402	6.089.031
Adições ao Realizável a Longo Prazo	17.800	63.177
Redução do Exigível a Longo Prazo	25.494.358	—
Transferência do Exigível a LongoPrazo para o Circulante	6.293.532	2.613.168
TOTAL DAS APLICAÇÕES	70.616.091	20.516.690
AUMENTO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	8.592.586	10.471.683
Representado por:		
Ativo Circulante Final	19.288.691	19.584.687
Passivo Circulante Final	(117.650.260)	(126.538.842)
	(98.361.569)	(106.954.155)
Capital Circulante Inicial	106.954.155	117.425.838
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	8.592.586	10.471.683

As notas explicativas anexas são parte integrante desta demonstração

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE CRUZEIROS)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL:

A Sociedade tem por objeto a industrialização de madeira para qualquer finalidade, em qualquer nível tecnológico; atividades agrícolas e pecuárias, em todas as suas modalidades e a industrialização de produtos atinentes a essas atividades; à sivicultura, principalmente relacionada com o reflorestamento em geral e com a economia florestal; a pesquisa e o aproveitamento de jazidas minerais, em todo o território nacional; o comércio, a importação e exportação correlatos com suas atividades. A Sociedade também poderá participar de outras Sociedades, como também, constituí-las ou adquirí-las, observadas as disposições legais.

A Sociedade encontra-se em fase pré-operacional, contando com o apoio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, sendo que o setor industrial do projeto foi totalmente concluído em 1992.

O prazo para a implantação do projeto previsto para este ano, foi prorrogado em virtude das necessidades existentes de aprimoramento do processo fabril e conclusão do setor de manejo florestal, o qual contribuirá significativamente para obtenção de menores custos industriais que permitirão maior competitividade junto ao mercado consumidor.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações. Pelo fato de a Sociedade ter refletido nos registros oficiais todos os ajustes decorrentes da aplicação plena dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, a partir deste exercício o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 1992 e o Resultado do ano findo naquela data, elaborados de acordo com a Legislação Societária, são idênticos àqueles apresentados pela moeda constante. Dessa forma, a Sociedade, por entender que a apresentação das demonstrações contábeis pela correção integral melhor atende às disposições da Lei das Sociedades Anônimas, deixa de apresentar as demonstrações contábeis pela Legislação Societária.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

São os seguintes os critérios adotados para elaboração das demonstrações contábeis: **a) Inflação** - Os efeitos inflacionários sobre Estoques, Contratos de Mútuo, Ativo Permanente e Patrimônio Líquido são reconhecidos com base na variação da Unidade Monetária Contábil (UMC), a qual reflete a variação da UFIR, sendo o líquido dessa correção lançado no diferido. **b) Estoques** - Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, monetariamente corrigido, que é inferior ao custo de mercado. **c) Imobilizado** - É registrado ao custo monetariamente corrigido, sendo depreciado pelo metodo linear às seguintes taxas anuais: edifícios 4%; máquinas e equipamentos - 20%; móveis, utensílios, ferramentas e aparelhos -10%. **d) Resultados de Exercícios Futuros e Diferido** - Referem-se aos gastos incorridos não relacionados com adições ao ativo imobilizado, inclusive as despesas financeiras líquidas, decorrentes da fase de implantação do projeto e estão monetariamente corrigidos para serem amortizados a partir do início das operações. Após as adições do ano, o saldo do Resultado de Exercícios Futuros tornou-se devedor e desta forma, foi reclassificado para o Ativo Diferido.

4 - ESTOQUES:

	1992	1991
Produtos Acabados	11.240.616	11.109.107
Matéria Prima	2.903.991	3.676.039
Materiais Auxiliares	1.550.200	—
	15.694.807	14.785.146

5 - IMOBILIZADO:

	1992	1991
Terrenos Industriais	923.815	923.730
Terrenos e Áreas Florestais	5.041.234	6.736.278
Edifícios	216.485.550	202.765.630
Máquinas e Equipamentos	86.954.717	89.096.108
Móveis e Utensílios	915.260	913.441
Veículos	7.575.763	8.693.865
Ferramentas e Aparelhos	818.598	793.910
Construção em Andamento / adto. a fornecedores	6.075.355	2.544.227
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.940.115	—
Outros	3.863.278	4.959.309
	333.593.685	317.426.498
Menos - Depreciação Acumulada	(32.222.655)	(22.157.116)
	301.371.030	295.269.382

6 - ATIVO DIFERIDO:

	1992	1991
Saldo Inicial	12.647.310	46.617.317
Resultado do Exercício	(33.062.099)	(33.970.007)
Saldo Final	(20.414.789)	12.647.310
O Resultado do exercício foi assim composto:		
Receitas Líquidas	21.771.728	7.826.218
Custos e Despesas Operacionais	(35.520.268)	(29.475.065)
	(13.748.540)	(21.648.847)
Despesas Financeiras Líquidas	(19.313.559)	(12.321.160)
Resultado do Exercício	(33.062.099)	(33.970.007)

CONTINUA

CENTENOR EMPREENDIMENTOS S.A.

C.G.C. nº 04.200.572/0001-75

REGISTRO C.V.M. 50052-6

CONTINUAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE CRUZEIROS)

7 - FINANCIAMENTOS:

	1992	1991
The Bank of New York	14.106.624	22.895.446
FINAME	2.990.950	1.486.520
	17.097.574	24.381.966
Parcela de Curto Prazo	(7.267.744)	(9.137.923)
Parcela de Longo Prazo	9.829.830	15.244.043

O saldo com o "The Bank of New York" refere-se à aquisição de equipamentos de produção, sujeito à variação cambial e juros de 9% a.a., garantido por aval bancário, imóveis e alienação fiduciária dos bens, pagável em parcelas semestrais até 1995. Os financiamentos de FINAME têm a garantia da alienação fiduciária dos bens e vencimentos finais em 1995 e 1996.

8 - EMPRESAS ASSOCIADAS:

O saldo a longo prazo em 31 de dezembro de 1992 de CR$ 16.266.955 (CR$ 42.638.498 em 1991) é representado por contrato de mútuo com a acionista Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações e sujeito a correção monetária baseada na variação da UFIR. A conta Fornecedores Associados em 31 de dezembro de 1992 de CR$ 108.929.581 (CR$ 116.063.680 em 1991), refere-se a todas as transações realizadas com a acionista Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações, decorrentes do contrato de construção da fábrica da Sociedade em Ananindeua - PA, firmados a preços e condições de mercado.

9 - DEBÊNTURES:

A composição em 31 de dezembro de 1992, das debêntures emitidas pela Sociedade é demonstrada como segue:

Tipo	Subscritor	Quantidade	Total	Exercício	Emissão	Série
Conversíveis	FINAM	222.958.951	2.412.436	1992	1	1
Conversíveis	FINAM	1.778.590.937	12.839.276	1992	2	1
Conversíveis	FINAM	4.498.855.490	9.703.694	1992	3	1
		6.500.405.378	24.955.406			
Inconversíveis	FINAM	74.319.650	804.145	1992	1	1
Inconversíveis	FINAM	592.863.646	4.279.758	1992	2	1
Inconversíveis	FINAM	1.499.618.496	3.234.565	1992	3	1
		2.166.801.792	8.318.468			
	TOTAL	8.667.207.170	33.273.874			

As debêntures têm as seguintes principais características:

• Valor nominal original CR$ 1,00 (um cruzeiro) cada debênture, sendo o principal atualizado diariamente pela variação da Taxa Referencial Diária (TRD) a partir da efetiva integralização mais juros de 4% a.a.; garantias flutuantes assegurando privilégio geral sobre os ativos da Sociedade; prazo de carência equivalente à implantação do projeto e vencimento em 5 anos.

• As debêntures conversíveis em ações serão convertidas em ações preferenciais nominativas classe "E", somente após o projeto ter entrado em operação, com o principal corrigido monetariamente acrescido de juros capitalizados durante a carência.

• As debêntures não conversíveis em ações, deverão ser quitadas em dinheiro no prazo legal, serão amortizadas semestralmente e além dos juros e atualização monetária serão devidos juros moratórios de 1% a.m..

• As debêntures terão vencimento total antecipado quando ocorrerem descumprimento de cláusulas e inadimplência por período superior a 30 dias.

10 - IMPOSTO DE RENDA:

A Sociedade goza do benefício de isenção do Imposto de Renda sobre o lucro atribuído às suas operações sociais, sob a condição de que o valor correspondente à redução do imposto, seja apropriado à reserva para aumento de capital. Os benefícios se estenderão por dez anos a partir da data de entrada em operação do projeto.

11 - CAPITAL SOCIAL:

Em 31 de Dezembro de 1992 o capital social era composto como segue:

	Quantidade de Ações	
	Capital Autorizado	Capital Subscrito e Integralizado
Ações Ordinárias Nominativas	16.000.000	6.688.274
Ações Preferenciais		
Nominativas Classe "C"	8.000.000	5.952.135
Nominativas Classe "D"	20.000.000	4.091.246
Nominativas Classe "E"	20.000.000	—
	64.000.000	16.731.655

As ações ordinárias nominativas têm direito a voto e as preferenciais têm as seguintes características: a. Ações preferenciais nominativas classe "C" - sem direito a voto, que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, com os recursos previstos no Decreto Lei nº 1376/74 e participação integral nos resultados sociais, na forma do Paragrafo 2º do Artigo 8º do referido Decreto Lei; b. Ações preferenciais nominativas classe "D" - sem direito a voto, que serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, com os recursos previstos no Artigo 9º Decreto Lei nº 8167/91; c. Ações preferenciais nominativas classe "E" - sem direito a voto, que serão emitidas em razão da conversão de debêntures, subscritas exclusivamente pelo Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, com os recursos previstos no Artigo 5º Decreto Lei nº 8167/91.

As ações preferenciais possuem ainda, prioridade na distribuição de dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido após as deduções estatutárias, prioridade no reembolso de capital em caso de dissolução e participação integral nos resultados nas mesmas condições das outras espécies e classes de ações.

12. EVENTOS SUBSEQÜENTES:

a) Medida Provisória nº 314: Em 12 de março de 1993, o Presidente da República emitiu Medida Provisória nº 314, revogando a Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, a qual dispunha sobre correção monetária das demonstrações contábeis para efeitos fiscais e societários. As demonstrações contábeis, conforme comentado na Nota 2, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais vigentes em 31 de dezembro de 1992 e, conseqüentemente, não contemplam quaisquer ajustes ou retificações que poderão advir caso esta Medida Provisória venha ser aprovada pelo Congresso Nacional.

b) Emissão de Debêntures: Em 1º de abril de 1993, através de Assembléia de Acionistas, foi aprovada a emissão especial de debêntures de acordo com o Estatuto Social e com base na Lei nº 8167/91, Decreto nº 101/91 e na Resolução nº 7077/91 da SUDAM. A subscrição foi integralmente feita pelo FUNDO DE INVESTIMENTO DA AMAZÔNIA - FINAM em 07 de abril de 1993, assim distribuída:

			Valor em CR$				
Tipo	Subscritor	Quantidade	Nominal	Total	Exercício	Emissão	Série
Conversíveis	FINAM	10.863.390.000	1,00	10.863.390.000,00	1993	4	1
Inconversíveis	FINAM	3.621.130.000	1,00	3.621.130.000,00	1993	4	1
		14.484.520.000		14.484.520.000,00			

As debêntures têm as principais características iguais àquelas descritas na Nota 9.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

LÍVIO MALZONI — PRESIDENTE
DOMINGOS MALZONI — CONSELHEIRO
MARCO ANTONIO MALZONI — CONSELHEIRO

DIRETORIA

JOÃO VICENTE GRANADO BARBOSA — DIRETOR
RENATO JORGE SARTI — DIRETOR

Fábio Cesar Espejo - Cont. CRC-SP 148713 S.PA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
CENTENOR EMPREENDIMENTOS S.A.

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da CENTENOR EMPREENDIMENTOS S.A. levantados em 31 de dezembro de 1992 e 1991 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centenor Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 1992 e 1991, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

(4) Conforme descrito na Nota 12a, a Sociedade elaborou suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis e fiscais vigentes em 31 de dezembro de 1992, não registrando quaisquer ajustes ou retificações que poderão advir caso a medida Provisória nº 314, de 12 de março de 1993, seja aprovada pelo Congresso Nacional.

São Paulo, 29 de março de 1993.

(Exceto quanto à Nota 12b para qual a data é 7 de abril de 1993).

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC.SP-123

Michael John Morrell
Sócio-Diretor Responsável
Contador - CRC-SP 131.535

damos duas coisas de sua natureza diversas, justiça da pena e conveniência da execução; pois o princípio geralmente reconhecido de que esta deve verificar-se sôbre o mesmo lugar de delito, não é tão estrito e severo, que não possa modificar-se segundo o caráter das circunstâncias. Nas moléstias do corpo político, bem como nas do corpo humano, não basta aplicar os melhores remédios, mas cumpre também saber o tempo e o modo de os administrar para que em lugar da saúde desejada se não acelere a morte do enfêrmo.

"Convencidas desta máxima saudável da verdadeira e sólida política, as mais ilustradas nações tiveram sempre em vista a sua peculiar situação, como termômetro da sua conduta na punição mais ou menos extensa de crimes de semelhante natureza; e se a parte da Convenção Nacional da França, que votou a morte do desgraçado Luís XVI, ouvisse ditame pronunciado pelos mais moderados e sábios convencionais, que, supondo justa aquela morte, a reprovavam como impolítica e contrária aos interêsses da nação, ela não chegaria a ser o teatro de tantas cenas horrorosas. Nós estipulamos antes de tudo, dizia um dêsses deputados, a fidelidade ao povo; e punir um tirano a custa da liberdade pública seria punir o mesmo povo.

"É seguindo esta luminosa estrada, atentas as circunstâncias, em que atualmente se acha esta Província, que a execução dos conspiradores de 14 de abril me parece impolítica e perniciosa à tranqüilidade pública, fundamentando o meu juízo nas seguintes observações:

"1ª) A efervescência dos ânimos há chegado a um grau, em que é difícil calcular os seus efeitos; pois em uns a raiva de não conseguirem os seus criminosos intentos; em outros a pungente dor, que os oprime pela desgraça dos seus parentes ou amigos, dor que não lhes permite sentir a enormidade da sua agressão; em outros finalmente as antigas prevenções e rivalidades, que a imprudência e a indiscrição de alguns continuam a nutrir e a acender, são outros tantos combustíveis, que na presença do menor objeto se podem inflamar ateando um incêndio devastador, tanto mais diante do lúgubre aspecto de tantas vítimas infelizes. Oh! a que excesso não é capaz de conduzir a desesperação do homem, que se vê perdido e sem recurso? o furor ministra armas e coragem aos mais fracos e pusilânimes, e bastaria folhear as primeiras páginas dos anais da Sicília, da Suíça, da Flândres

AGROPECUÁRIA PRACUUBA S/A-CGC.04.730.412/0001-38,RELATÓRIO DA DIRETORIA.Senhores Acionistas da AGROPECUÁRIA PRACUUBA S/A,dando cumprimento às disposições legais e estatutárias e de acordo com os dispositivos legais,temos a satisfa-ção de submeter a V. Sas.,o Balanço Patrimonial e demais Demonstrativos Financeiros,relativos ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 1992,acompanhado das res-pectivas Notas Explicativas.Belém(Pa),10 de março de 1993.A Diretoria.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31.12.92

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	2.705.647.787,25	38.196.429,95
Bancos Conta Movimento	24.091.699,69	547.728,23
Aplicação no Mercado Aberto	2.007.778.045,69	-
Contas a Receber	9.093.974,04	-
Adiantamento a Empregados	10.695.000,00	20.000,00
Adiantamento S/ Serviço	46.394.267,64	10.408.477,24
Impostos a Recuperar	615.000,00	615.000,00
Estoque	76.006.300,00	9.106.203,18
Rebanho em Processo de Produção	528.699.734,49	17.499.021,30
Despesas Amortizáveis	2.273.764,60	-
PERMANENTE	19.008.011.345,54	725.474.420,72
Investimentos	46.609.108,97	3.791.324,37
Participação em Outra Sociedade	46.609.108,97	3.791.324,37
Imobilizado	12.814.098.743,94	360.006.895,66
Terras	1.863.368.580,94	151.571.975,17
Pastagens	4.087.452.137,69	15.885.614,86
Obras de Infra-Estrutura	166.386.489,97	3.502.504,30
Instalações Pecuárias	911.738.378,92	27.350.310,66
Edificações e Obras Complementares	670.611.910,69	14.571.779,73
Veic.,Máq.,Mot.,e Equipamentos	2.842.645.347,73	23.850.746,45
Móveis e Utensílios	58.617.756,93	2.363.148,67
Rebanho de Cria	3.125.989.264,66	156.492.865,51
Animais de Trabalho	97.077.616,10	6.429.653,53
(-) Depreciação Acumulada	1.009.790.739,69	46.011.703,22
Diferido	6.147.303.492,63	361.676.200,69
Estudos e Projetos	104.575.900,09	3.719.384,37
Fundo de Administração FINAM	434.600.695,38	10.775.449,48
Fundo de Fiscalização SUDAM	275.946.491,55	6.062.132,34
Deficit de Implantação	5.332.180.405,61	341.119.234,50
TOTAL DO ATIVO	21.713.659.132,79	763.670.850,67

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	5.797.400,42	2.699.557,81
Fornecedores	1.269.332,00	-
Pró-labore a Pagar	-	2.346.778,00
Encargos Sociais à Pagar	4.152.179,42	352.779,81
Contas a Pagar	375.889,00	-
Exigível a Longo Prazo	10.838.059.052,36	185.218.107,36
Crédito de Acionistas	-	93.364.662,35
Crédito de Diretores	716,63	916,14
Empréstimos e Financiamentos	540.144.123,86	91.852.528,87
Debêntures Emitidas	10.297.914.175,97	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.869.802.670,01	575.753.185,50
Capital Autorizado	6.000.000.000,00	150.000.000,00
Ações Ordinárias	5.000.000.000,00	50.000.000,00
Ações Preferênciais Classe "A"	500.000.000,00	100.000.000,00
Ações Preferênciais Classe "B"	500.000.000,00	-
(-) Capital à Integralizar	3.554.197.254,00	86.241.236,00
Ações Ordinárias	2.803.283.663,00	17.178.824,00
Ações Preferênciais Classe "A"	250.913.591,00	69.062.412,00
Ações Preferênciais Classe "B"	500.000.000,00	-
(=) Capital Subscrito e Integralizado	2.445.802.746,00	63.758.764,00
Ações Ordinárias	2.196.716.337,00	32.821.176,00
Ações Preferênciais Classe "A"	249.086.409,00	30.937.588,00
Reservas de Capital	8.423.999.924,0	511.994.421,50
Corr.Monet.do Capital Integralizado	8.361.911.729,45	506.943.982,00
Result.Corr.Monet.IPC-90,Lei 8200/91	62.088.194,56	5.050.439,50
TOTAL DO PASSIVO	21.713.659.132,79	763.670.850,67

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Cap.Social	Corr.Monet	Total
SALDO EM 31.12.90	4.700.839,00	39.727.925,00	44.428.764,00
-AUMENTO DE CAPITAL			
-Em Reservas	39.727.925,00	(39.727.925,00)	-
-Dinheiro	19.330.000,00	-	19.330.000,00
-Correção Monetária	-	249.422.947,00	249.422.947,00
-Corr.Monet.Compl.IPC/90	-	257.521.035,50	257.521.035,00
-Res.Corr.Monet.Lei 8200/91	-	5.050.439,50	5.050.439,50
SALDO EM 31.12.91	63.758.764,00	511.994.421,50	575.753.185,50
-AUMENTO DE CAPITAL			
-Em Reservas	506.943.982,00	506.943.982,00)	-
-Dinheiro	1.875.100.000,00	-	.875.100.000,00
-Correção Monetária	-	.374.353.425,33	.374.353.425,33
-Res.Corr.Monet.Lei 8200/91	-	44.596.059,18	44.596.059,18
SALDO EM 31.12.92	2.445.802.746,00	423.999.924,01	0.869.802.670,01

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	1992	1991
1 - ORIGENS DE RECURSOS		
1.1 - Aumento de Capital em Cr$	1.875.100.000,00	19.330.000,00
1.2 - Encargos de Depreciação	207.244.842,96	4.647.970,98
1.3 - Aum. do Exigível a L. Prazo	10.652.840.955,00	163.521.713,94
1.4 - Resultado de Corr. monetária	(3.583.044.234,47)	(78.626.631,28)
TOTAL DAS ORIGENS	9.152.141.563,49	108.873.053,64
2 - APLICAÇÕES DE RECURSOS	-	-
2.1 - Aplicação do Ativo Permanente	-	-
Imobilizado	5.041.305.768,22	48.791.017,34
Diferido	1.446.482.280,58	26.054.207,12
TOTAL DAS APLICAÇÕES	6.487.788.048,80	74.845.224,46
3 - VARIAÇÃO CAPITAL CIRCULANTE	2.664.353.514,69	34.027.829,18

4 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

	Inic. Exerc.	Fim Exerc.	Variações
4.1 - Ativo Circulante	38.196.429,95	.705.647.787,25	2.667.451.357,30
4.2 - Passivo Circulante	2.699.557,81	5.797.400,12	3.097.842,61
4.3 - Cap.Circ.Líquido	35.496.872,14	.699.850.386,83	2.664.353.514,69

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992.01-As demonstrações Financeiras foram elaboradas,atendendo as disposições legais em vigor,especialmente as determinadas pela Lei 6.404/76, Dec. Lei 1.598/77 e demais legislações complementares.02-Os gastos e resultados eventuais, ocorrido na fase Pré-Operacional,inclusive o Resultado da Correção Monetária aplicada sobre o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido,estão sendo diferidos,para serem amortizados a partir da implantação do projeto e consequente do início das operações.03-A Depreciação do Ativo Imobilizado,está calculada pelo método linear,às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens,segundo parâmetro estabelecido pela legislação Tributária.04-O Capital Subscrito e Integralizado,em 31 de dezembro de 1992,está representado por ações nominativas,sem valor nominal,sendo 100% de capital Nacional, assim compostos:Ações Ordinárias-QUANT.:1.907.921.176;VA-LOR:Cr$-2.196.716.337,00; Ações Preferenciais Classe "A"-QUANT.:30.937.588;VALOR:Cr$-249.086.409,00;TOTAIS-QUANT.:1.938.858.764;VALOR:Cr$-2.445.802.746,00;05-Os efeitos inflacionários foram reconhecidos pela Correção Monetária do Ativo Imobilizado e Patrimônio Líquido, utilizando como base a variação da UFIR, sendo o saldo apurado lançado diretamente na conta de Apuração do Resultado do Exercício.FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO-Diretor-CPF: 001.077.352-53;ANTONIO FABIANO DE ABREU COELHO-Diretor-CPF:000.342.582-72;ANTONIO ERNESTO L. DA SILVA-Contador-CRC.Pa,7412-CPF.019.688.902-20.PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES-Aos Administradores de Acionistas da AGROPECUÁRIA PRACUUBA S/A. Examinamos o Balanço Patrimonial da AGROPECUÁRIA PRACUUBA S/A.,levando em 31.12.92,e as Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de recursos correspondente ao exercício findo naquela data,elaborado sob responsabilidade de sua administração.Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.02-Nossos exames foram coduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes.Portanto,nossos trabalhos compreenderam,entre outros procedimentos:(a)-o planejamento dos trabalhos,considerando a relevância dos altos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia;(b)-a constatação,com bases em testes,das evidências e dos registros,que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas,e (c)-a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia,bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.03-Face a empresa esta em fase de implantação,ensejou a não elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício.04-Em nossa opinião,as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente,em todos os aspectos relevantes,a posição patrimonial e financeira da AGROPECUÁRIA PRACUUBA S/A.,em 31 de dezembro de 1992,as mutações de seu Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de seus Recursos referente ao exercício findo naquela data,de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.Belém(Pa),30 de março de 1993.TADEU MANOEL RODRIGUES DE ARAÚJO;Contador-CRC.Pa-2671.

e dos Estados Unidos da América, para conhecer quanto são terríveis em tais casos as reações populares provocadas por medidas de rigor ainda as mais justas e coerentes com as máximas da legislação estabelecida. Senhores, falemos claro; cada um dos réus da conjuração tem entre os seus parentes, aliados e amigos, trinta ou quarenta defensores, que, exasperados pela imagem de um suplício, que no delírio da sua paixão supõem derivado mais do poder da fôrça e da sêde de vingança do que do império da lei, estarão dispostos a recorrer às mais violentas extremidades, e não será preciso talvez senão que rompa uma voz sediciosa, para, em lugar de oito ou nove vítimas, vermos correr o sangue de cinqüenta ou sessenta.

NORTE HOTELARIA S/A - CGC/MF 05.551.787/0001-40. RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas. Em cumprimento as disposições estatulárias submetemos a apreciação de V. Sas., o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, referente ao ano calendário de 1992. Ficamos a disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Belém (Pa) 12 de abril de 1993. A) A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	1992	1991
1. CIRCULANTE	1.158.119.625,53	129.143.502,21
1.1. Disponível	97.598.156,72	26.860.983,30
Caixa	10.837.718,44	697.014,81
Bancos	86.760.438,28	26.163.968,49
1.2. Valores a Receber c/Curto Prazo	1.014.259.907,90	96.696.218,06
1.3. Estoque-Mercadorias	46.257.573,00	5.582.312,94
1.4. Incentivos Fiscais a Aplicar	3.987,91	3.987,91
2. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.677.417,63	1.620.968,95
2.1. Cauções Diversas	,09	,09
2.2. Outras Contas	1.677.417,54	1.620.968,86
3. PERMANENTE	53.394.930.413,43	4.419.481.763,25
3.1. Investimentos	1.850.480,30	150.523,60
3.2. Imobilizado	56.705.256.414,38	4.729.509.400,04
(-) Depreciação Acumulada	3.312.176.481,25	310.178.160,39
TOTAL DO ATIVO	54.554.727.456,59	4.550.246.234,41

PASSIVO	1992	1991
4. Circulante	778.108.596,22	57.007.059,91
4.1. Obrigações a Pagar	778.108.596,22	53.461.781,75
4.2. Provisão p/o Imposto de Renda	-	3.376.455,39
4.3. Provisão p/Adicional Estadual-IR	-	168.822,77
5. EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	676.412.757,85	52.972.558,40
5.1. Provisão p/o IR s/Lucro Inf. Diferido	628.497.200,85	52.972.558,40
5.2. Créditos de Acionistas	47.915.557,00	-
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53.100.206.102,52	4.429.323.212,16
6.1. Capital Social		
Autorizado	56.075.146.275,00	4.861.111.511,00
A Subscrever	51.770.146.275,00	4.477.761.511,00
Subscrito e Integralizado	4.305.000.000,00	383.350.000,00
6.2. Reservas de Capital	48.562.574.950,00	3.878.967.722,84
6.3. Reservas de Lucros	2.176.440.006,00	214.720.418,59
6.4. Resultado de CM-Lei 8200	(363.681.838,08)	(29.582.797,51)
6.5. Adiantamento de Lucros Futuros	(44.257.039,00)	(3.600.000,00)
6.6. Prejuízos Acumulados	(1.535.869.976,40)	(14.532.131,76)
7. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-	10.943.403,94
7.1. Receitas Antecipadas	-	10.943.403,94
TOTAL DO PASSIVO	54.554.727.456,59	4.550.246.234,41

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

	1992	1991
1. Receita Bruta Operacional		
1.1. Receita Bruta das Vendas e Serviços	3.615.773.169,00	558.451.773,09
2. Deduções		
2.1. Impostos	374.707.929,55	43.052.267,79
3. Receita Operacional Líquida	3.241.065.239,45	515.399.505,30
4. Custo das Mercadorias e Serviç Vendidos	2.797.907.701,89	279.700.017,95
5. Lucro Operacional Bruto	443.157.537,56	235.699.487,35
6. Outras Receitas Operacionais	2.041.694.740,90	28.519.973,37
7. Despesas Operacionais	2.627.793.563,62	230.645.494,31
8. Variação Monetária Ativa	109.503.195,05	7.906.805,96
9. Variação Monetária Passiva	584.945.071,89	46.093.690,94
10. Provisão p/Devedores Duvidosos		
Formação	23.027.916,00	2.503.140,00
Reversão	2.503.140,00	487.826,00
11. Lucro Operacional	(638.907.938,00)	(6.628.232,57)
12. Resultado de Correção Monetária	555.276.298,13	(6.115.574,96)
13. Resultado de Cor. Monet. Indedutível	1.297.816.644,54	-
14. Receitas Não Operacionais	1.500.000,00	60,00
15. Variação p/Deflação Compulsória	-	1.031.134,07
16. Provisão p/o Imposto de Renda	-	588.427,39
17. Provisão p/o Adicional Estadual-IR	-	168.822,77
18. Provisão p/o IR s/Lucro Inf. Diferido	26.628.585,00	-
19. Lucro Líquido Final	(1.406.576.869,41)	(14.532.131,76)

NOTAS EXPLICATIVAS. NOTA Nº 01 - O Ativo Permanente está sendo apresentado pelo seu custo histórico acrescida da Correção Monetária.

Investimentos	1.130,20	1.849.350,10	1.850.480,30
Imóveis	20.471.128,95	48.946.336.228,31	48.966.807.357,26
Veículos	40.777,11	920.426.425,35	920.467.202,46
Móveis e Utensílios	41.284.798,20	4.123.720.257,93	4.165.005.056,13
Máq. e Equipamentos	13.251.389,61	2.639.724.227,16	2.652.975.616,77
Marcas a Patentes	,04	1.181,72	1.181,76
Soma	75.049.224,11	56.632.057.670,57	56.707.106.894,68
(-) Deprec. Acumulada			3.312.176.481,25
Líquido			53.394.930.413,43

NOTA Nº 02 - Após a Correção Monetária do Balanço, referente ao Capital Social Integralizado a mesma apresentou um saldo de Cr$ 48.562.574.950,00, que de acordo com a lei vigente aplicável a espécie será utilizado para futuro aumento de capital, por deliberação da AGO/E que aprovar este balanço. NOTA Nº 03 - O Capital Autorizado da empresa após a Correção Monetária é de Cr$ 56.075.146.275,00, sendo Cr$ 4.305.000.000,00 integralizado, dividido em 4.305.000.000 ações do valor nominal de Cr$ 1,00 cada uma e está representado pelas seguintes espécies:-

Ações Ordinárias com direito a voto	2.240.423.786
Ações Preferenciais classe "A" sem direito a voto	1.308.253.650
Ações Preferenciais classe "B" sem direito a voto	756.322.564
Soma	4.305.000.000

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

1. Saldo anterior de prejuízos acumulados	14.532.131,76
2. Correção monetária de prejuízos acumulados	140.732.590,23
3. Reversão de Provisão	((25.971.615,00)
4. Prejuízo do ano calendário de 1992	1.406.576.869,41
5. Prejuízos Acumulados	11.535.869.976,40

NOTA Nº 04 - O seguro da empresa para cobertura de risco contra incêndio e risco diversos é no valor de Cr$ 9.759.000.000,00. NELSON BRITO CARDOSO, Contador-CRC-PA-2147 CIC 002.238.402-20; CARLOS A. HORÁCIO FREIRE, Diretor Administrativo, CIC 000.543.802-00; ARTHUR DOS SANTOS MELLO, Diretor Comercial, CIC 000.543-722-91.

"2ª) O crime, de que se trata, ainda que horroroso e reprovado por tôdas as leis divinas e humanas, não tem contudo o mesmo caráter de outros, que atentam diretamente contra a segurança individual e pública. Ninguém estranha o suplício de um salteador ou de um assassino, porque ninguém há, que o não abomine como peste da sociedade e como um inimigo público do sossêgo, da propriedade e da vida dos seus semelhantes. Mas a vertigem da dissidência coberta com o especioso véu de pretendidos direitos, é uma espécie de frenesi, uma ilusão e um prestígio, que seduz e alucina: ela conta já entre suas conquistas seis ou sete populosas Províncias; é um cisma político, que a tôda parte tem levado o facho da discórdia e da guerra civil; é uma seita contagiosa, sutil, que todos os dias vai ganhando terreno; é, enfim, a hidra monstruosa, cujas cabeças cortadas parecem continuamente renascer. Não pretendo com isto diminuir o horror, que merece o execrando atentado do dia 14, nem tampouco desculpar seus frenéticos e miseráveis autores: mas quero dizer que, achando-se tão enfraquecida a unidade política e a fôrça moral da obediência talvez pela demasiada extensão e latitude, que se há dado à teoria dos Direitos do Povos, é quase impossível que a multidão ignorante se deixe penetrar da enormidade de um tal delito, e não julgue nimiamente rigoroso um suplício, de que o mesmo soberano congresso, o areópago português, ainda não deu um só exemplo em casos idênticos da mesma ou maior gravidade, chegando mesmo a perdoar a iguais conspiradores. E uma vez derramada esta opinião na massa do povo, já muito descontente e predisposta pelas sediciosas práticas em anarquistas, quem ousará responder pelos seus excessos contra autoridades, que decretarem ou consentirem na execução da pena última? Falem essas Províncias, que hão sofrido os inauditos efeitos da reação dos dissidentes, e digam se há nada tão feroz e truculento, como o fanatismo excitado no povo pelo talismã da independência. Nem se diga que as baionetas farão triunfar a lei, contendo o povo na linha de respeito e subordinação; pois os fatos do dia 14 infelizmente atestam que a mesma tropa não está ao abrigo da sedução, e conseguintemente ninguém pode afiançar que na presente exaltação e eletricidade dos ânimos, tôda ela se ache possuida de tanta firmeza e de tão puro amor da justiça, que veja com estóica insesibilidade a morte dos seus conterrâneos e antigos camaradas, pôsto que rebeldes e traidores. Além disto, as baionetas foram uma fraca barreira contra a torrente impetuosa dos ressentimentos populares.

"3ª) Onde é que se faz esta execução? É em uma Província, onde nunca se viram iguais espetáculos, senão nos escravos mais facinorosos, e onde sempre se evitou praticá-la em pessoas brancas pelo perigo de enfraquecer a consideração desta classe dos habitantes no espírito e na opinião da escravatura! E que será hoje a execução de tantos brancos, e entre êles alguns oficiais e oficiais inferiores? Que respeito terão os escravos à fôrça armada, quando virem militares graduados e seus próprios senhores nivelados com êles mesmos na infâmia do suplício, em uma crise, em que a idéia de liberdade fermenta já nas cabeças do escravos, e parece augurar a fatal catástrofe de S. Domingos?

"Senhores, eu amo muito a justiça e a lei, porém ainda amo mais a salvação da Pátria; nem sou idólatra de fórmulas e de aforismos que deseje com um antigo deputado da França ver antes perecer o gênero humano do que faltar-se a um princípio.

"4ª) O que se pretende fazer no Pará ainda não foi praticado em outra alguma Província do Brasil, sem embargo de haverem aparecido iguais sedições ou ainda mais desastrosas, como foi a de novembro de 1821 na Bahia. Pois, essas Províncias com outra fôrça física e moral e em melhores circunstâncias, quando o Brasil todo era unanimemente constitucional, não usaram fazer executar a pena capital, contentando-se de remeter os réus para Lisboa, sem dúvida pelo receio da comoção, que ela podia causar; e nós sem fôrça física, nem moral, no seio da maior flutuação e divergência de opiniões, e quando o Brasil geme, por assim dizer, de se achar quase todo dissidente, havemos de mandar ao patíbulo oito ou nove cidadãos todos naturais do país? Seremos nós os primeiros em oferecer ao Brasil êste espantoso exemplo de severidade no mais melindroso período da sua existência política? Pode acontecer que não se realize o perigo e que felizmente se comprima o furor da vingança; mas o meu receio não é menos fundado em um cálculo de probabilidade, que se aproxima à certeza, e nêste caso pede a prudência que se lance mão do partido mais seguro. Suspendendo-se a execução e mandando-se os réus para Lisboa, nem por isso fica impune o delito, e só pode esperar-se, quando muito, que a pena seja minorada pela generosidade do Rei e das Côrtes: a gratidão e a paz sucederá ao surdo, mas implacável ressentimento de tantas famílias desoladas; e qualquer que seja o destino dos culpados, êle será respeitado por todos, como a imparcial expressão da justiça e da lei. Mas tornando-se efetiva a execução, longe do incutir-se aquêle terror saudável, que as leis penais se propõem, ela produzirá mais cedo ou mais tarde o efeito contário; e o sangue de tantos infelizes, acabando de se marcar a funesta divisão de europeus e brasileiros só servirá talvez de semear os dentes da serpente, isto é, de multiplicar prosélitos armados, para vingar a morte dêsses, que êles olharão como mártires da dissidência. Isto, senhores, não é declamar vagamente nem querer patrocinar o crime, é discorrer após a marcha invariável do coração humano e de mil exemplos consignados na história das revoluções de todos os povos. "Omitindo outras muitas considerações, que são

óbvias a vossa perspicácia, como sejam - o grande número de culpados, circunstância que os mesmos tiranos respeitaram sempre: a penúria de advogados, que tomem a sua defesa, cujos meios se não podem negar ainda nos crimes mais notórios sem manifesta violação do direito natural: a monstruosidade de uma junta criminal, onde a maioria dos juízes se compõem de cidadãos leigos e inteiramente hóspedes em assuntos jurídicos de tão alta importância; e ultimamente a denegação do recurso à clemência do Rei, a quem ou artigo 123 da Constituição concede a inapreciável prerrogativa de agraciar os delinqüentes segundo as leis: Omitindo, digo, estas e outras observações, que me parecem de muito pêso, pois é axioma em justiça criminal, que tudo se adoce e se mitigue em favor dos acusados, eu insisto unicamente nas ocorrências políticas desta Província, que exigem imperiosamente a remessa dos ditos réus para Lisboa, se não queremos provocar um funesto rompimento. Que males ou resultados perniciosos se podem recear de semelhante medida? Será a impunidade dos réus? Mas se o delito está tão provado como suponho, não poderá decerto evadir-se à indefectível justiça das Côrtes e del-Rei, que nunca devem presumir-se menos justos ou esclarecidos do que nós na exata distribuição do castigo e do prêmio. "Dir-me-ão, que a tolerância praticada com os facciosos é que conduziu o Brasil à extremidade em que ora se acha. Convenho; mas se a indulgência nesse tempo foi um passo impolítico ou imprudente, não é menos o terrorismo no presente estado de coisas, em que êle só pode agravar o mal e reanimar os esforços e audácia do inesgotável gênio do crime. É da impunidade, diz um judicioso escritor, e não da moderação das penas, que ordinariamente se originam os excessos e desordens. "Acho, portanto, que aquêle expediente concilia os direitos da justiça com os ditames da política em vista da nossa atual situação; e assim proponho que se convoque um conselho composto das autoridades civis e militares, e de alguns cidadãos probos e amantes da Pátria para que com a madureza e circunspecção, que pede tão grave negócio, se delibere sôbre a necessidade de remeter para Lisboa os réus da conspiração do dia 14. Com esta saudável providência não se ataca a linha demarcativa dos poderes civil e judiciário, pois sem tocar no processo, imperiosos motivos o fazem devolver à autoridade, soberana, como praticaram outros governos e proximamente o do Maranhão, enviando para Lisboa ainda antes de se lhe formar culpa o mais célebre facciosо do Piauí, cujo pronto castigo parecia necessário para aterrar e conter seus consórcios e colaboradores naquelas Províncias. Tal é a opinião que julgo deveres emitir, obedecendo à voz da minha consciência e aos sagrados deveres que me impõem o cargo de presidente desta junta, e até mesmo a confiança com que as Côrte e El-Rei acabam de honrar-me, chamando-me, ao alto emprêgo de Conselheiro d'Estado".

No dia 7 de nôvo reuniu-se a junta provisória, e o presidente propôs "que se remetesse ao governador das armas esta indicação, a fim de serem enviados para Lisboa com o competente processo os réus da conspiração do dia 14 de abril, visto que parecia arriscada a sua execução nesta cidade, atentas as melindrosas circunstâncias expendidas na mesma indicação, no que conviveram todos os membros da junta, menos Teodósic Constantino Chermont, que julgou ser isto contrário à lei, por lhe parecer mais útil a execução dos réus na província. E deliberando-se sôbre o ofício, que devia acompanhar a indicação, convieram todos que se assinasse o mesmo que o presidente apresentara, menos o § 2º, que foi suprimido por não ser necessário".[26]

O governador das armas sustentava que a execução da pena, que todos julgavam e esperavam, fôsse a de morte, devia ser efetuada no lugar do delito, sendo da mesma opinião os coronéis Vilaça e Barata; e tentando ainda resistir à deliberação da junta provisória, fêz reunir, quando recebeu a indicação, na casa da sua residência, todos os oficiais de linha existentes na capital; viu-se, porém, vencido pela maioria dêles, e em conseqüência os duzentos e setenta e um cidadãos, condenados à morte por acórdão da junta de justiça, em sessão de 16 de maio, foram recolhidos ao porão da charrua Gentil Americana e da fragata Leopoldina no dia 7 de junho,[27] e passados depois para a galera Andorinha do Tejo seguiram presos em ferros para Lisboa sob o comando do primeiro-tenente da armada João Gonçalves Correia. Ali aportaram no dia 15 de setembro os que sobreviveram à grande mortandade, que sofreram na viagem, e depois de seis dias de prisão na Tôrre de S. Julião da Barra saíram soltos a empenhos do conde de Vila Flor, que era então um dos válidos de D. João VI e o maior defensor dos paraenses em Portugal.

Conhecida assim a sorte, que tiveram os cidadãos presos pelos acontecimentos de 14 de abril, cumpre não esquecer o que posteriormente sucedeu no interior da província e mesmo na capital.

João Pocidônio, Brás Odorico Pereira, João Pereira da Cunha e outros paraenses, que puderam escapar à prisão, seguiram para a vila de Muaná, na costa ocidental da ilha de Marajó, e ali se reuniram ao proprietário José Pedro de Azevedo, o qual a frente de duzentos homens proclamou naquela vila, no dia 28 de maio, a independência do Brasil, sob a dinastia de D. Pedro I.

O governador das armas, apenas informado desta ocorrência, fêz logo marchar para ali uma fôrça comandada pelo major do terceiro regimento, Francisco José Ribeiro, o qual só depois de quatro horas de renhido fogo pôde sufocar a rebelião, sendo presos Azevedo e outros muitos cidadãos. Êstes foram sem demora conduzidos para a capital, onde os portuguêses receberam a tropa em triunfo, conduzindo-a até ao quartel entre arcos de murtas e flôres.

Os presos foram recolhidos à cadeia pública, sendo no trânsito escarnecidos e apupados pelos partidários da metrópole, alguns dos quais chegaram até a expor ao público palmatórias e chicotes dependurados das janelas de suas casas, não só nesta ocasião, como no dia 14 de abril e no do embarque dos condenados para Lisboa.

O ouvidor Vieira de Melo foi mandado logo para Muaná por ordem da junta provisória, a fim de proceder contra os agentes do movimento sedicioso, partindo pouco tempo depois para Portugal o governador do bispado e presidente da mesma, Romualdo Antônio de Seixas, para ali exercer o cargo de conselheiro de Estado.

A.M. FIDALGO S/A - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. C.G.C.(MF) 04.895.165/0001-20. RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas: Com base nas Demonstrações Legais e Estatutárias, apresentamos a V. Sas., o Relatório pertinente ao exercício de 1992. Conforme verificarão os senhores acionistas, as sínteses contábeis apensadas, demonstram a situação patrimonial da empresa. Por outro lado, os administradores ficam a disposição de V. Sas. para atendê-los em outras informações julgadas necessárias. A DIRETORIA.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991
ATIVO CIRCULANTE	30.197.535,26	14.091.143,83
DISPONÍVEL		
Caixa e Bancos	17.627.515,26	4.848.085,55
CRÉDITOS MERCANTIS		
Duplicatas a Receber	1.015.620,00	3.579.227,52
OUTROS CRÉDITOS		
Créditos Diversos	200.000,00	246.284,03
ESTOQUES		
Estoques de Produtos e Mercadorias	11.354.400,00	5.417.546,73
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.698.714,00	300.864,50
Empréstimos Compuls. Combustíveis	3.698.714,00	300.364,50
ATIVO PERMANENTE	4.277.312.310,00	294.191.031,18
INVESTIMENTOS		
Particip. em Outras Empresas	54.804,00	4.457,89
Aplicações em Inc. Fiscais	60.474.139,00	4.919.147,49
Empréstimos Compuls. Eletrobrás	71.202.798,00	4.849.018,37
IMOBILIZADO		
Imobilizações Técnicas	3.509.632.716,00	206.075.901,67
(-) Depreciações Acumuladas	1.314.461.980,00	96.627.235,96
DIFERIDO		
Gastos Amortizáveis	318.812.681,00	52.064.841,82
(-) Amortizações Acumuladas	94.742.449,00	5.113.316,46
Ajuste IPC-90	2.953.707.318,00	214.158.562,22
(-) Deprec. e Amort. Acumuladas	1.227.367.717,00	86.140.345,86
TIVO TOTAL	4.311.208.559,26	308.583.039,51

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	116.311.025,99	27.394.475,45
DÉBITOS MERCANTIS		
Fornecedores	6.630.905,00	513.628,00
DÉBITOS DE FINANCIAMENTOS		
Banco da Amazônia SA	-,-	8.000.000,00
Banco do Estado do Pará S.A.	-,-	14.042.505,93
OBRIGAÇÕES FISCAIS		
Impostos a Recolher	34.619.963,85	2.019.558,72
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		
Encargos a Recolher	66.462.524,03	1.630.792,27
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Contas a Pagar	8.597.638,11	1.187.990,53
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.272.385.608,00	18.012.730,00
Débitos a Acionistas	1.272.385.608,00	18.012.730,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.922.511.925,27	263.175.834,06
CAPITAL SOCIAL REALIZADO		
Ações Ordinárias "A"	582.128.700,00	12.335.986,00
Ações Ordinárias "B"	9.997.280,00	1.249.660,00
Ações Preferenciais "A"	142.135.900,00	18.477.667,00
RESERVAS		
Reserva de Cor. Mon. do Capital Realizado	9.934.101.086,00	744.778.575,62
Reserva Legal	5.722.801,00	465.509,77
Ajuste IPC-90	1.895.060.378,00	154.149.880,79
LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS		
Prejuízos Acumulados	(9.646.634.219,73)	(668.281.445,12)
PASSIVO TOTAL	4.311.208.559,26	308.583.039,51

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS E LUCROS (PREJ.) ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ESPECIFICAÇÃO	Capital Realizado	Cor. Monetária	Reserva Legal	Prej. Acumulados	Res. Ajuste IPC90	Totais
Saldo Inicial	32.063.313,00	1.524.762.359,06	933.222,09	(1.176.343.593,47)	(118.239.556,62)	263.175.834,06
Aum. de Capital						
- Rec. Próprios	487.236.500,00	-,-	-,-			487.236.500,00
- Res. de Capital	214.962.067,00	(214.962.067,00)				
Corr. Monetária		9.404.284.577,38	5.257.291,23	(7.547.318.085,88	(1.335.352.967,38)	526.870.915,35
Res. do Exercício	-,-	-,-	-,-	(1.431.034.688,73)	-,-	(1.431.034.688,73)
Ajuste IPC-90	-,-	8.808.842.079,56	5.282.165,68	(5.737.860.880,65)	-,-	3.076.263.364,59
Saldo Final	734.261.880,00	19.522.926.949,00	11.472.679,00	(15.892.557.158,73)	(1.453.592.424,00)	2.922.511.925,27

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

	1992	1991
Venda de Mercadorias e Produtos	361.900.671,00	76.567.741,60
(-) Impostos Incidentes s/vendas	71.718.136,66	15.013.913,58
(=) Receita líquida	290.182.534,34	61.553.828,02
(-) Custos Operacionais	264.151.057,16	35.392.890,33
(=) Lucro Bruto	26.031.477,18	26.160.937,69
(+) Outras Rec. Operacionais	2.675.816,00	3.055.163,41
(-) Despesas c/Pessoal	147.037.693,27	12.859.376,12
Despesas Gerais	167.762.827,23	23.329.045,78
Despesas Financeiras	1.155.294.096,86	31.831.274,77
(=) Resultado Operacional	(1.441.387.324,18)	(38.803.595,57)
(+) Receitas não Operacionais	14.000.000,00	950.000,00
(-) Res. Devedor da Cor. Monetária	(3.647.364,55)	40.003.015,78
(=) Resultado do Exercício transferido p/Prejuízos Acumulados	(1.431.034.688,73)	(77.856.611,35)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

	1992	1991
1. ORIGENS DOS RECURSOS		
Resultado do Exercício	(1.431.034.688,73)	(77.856.611,35)
Depreciações	107.439.262,00	6.710.516,34
Correção Monetária	3.647.364,55	40.003.015,78
Aumento de Capital		
- Final	-,-	
- Recursos Próprios	487.236.500,00	-,-
Aum. do Exigível a L. Prazo	1.254.372.878,00	-,-
Dim. do Cap. Circul. Líquido	72.810.159,11	19.000.030,56
TOTAL DAS ORIGENS	494.471.474,93	356.953,33
2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Aumento de Investimentos	3.656.138,63	356.953,33
Aumento do Imobilizado	490.000.000,00	-,-
Ajuste dos Prej. Acumulados	815.336,30	-,-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	494.471.474,93	356.953,33

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

	INÍCIO	FIM	VARIAÇÃO
Ativo Circulante	14.091.143,83	30.197.535,26	16.106.391,43
Passivo Circulante	27.394.475,45	116.311.025,99	88.916.950,54
Variação do Circulante	13.303.331,62	(86.113.490,73)	(72.810.159,11)

NOTAS EXPLICATIVAS. 1. Diretrizes contábeis adotadas: As Demonstrações Financeiras exigidas pela Lei 6.404/76, foram adaptadas aos procedimentos fiscais na forma da Legislação específica, como segue: a) Os Ativos e Passivos com vencimento até 365 dias contados a partir da data do Balanço, foram considerados a Curto Prazo: b) O Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido foram corrigidos monetariamente pela Razão Auxiliar em UFIR; c) Os Estoques foram valorizados a custo de aquisição, acrescidos de fretes, desembaraços e capatazias. **2. Capital Social.** Capital Social Realizado da empresa é de Cr$ 734.261.880,00 dividido em 5.821.287 Ações Ordinárias "A"; 249.932 Ações Ordinárias "B" e 1.421.359 Ações Preferenciais "A"; todas sem valor nominal. **3. Eventos Subsequentes.** Em 14 de fevereiro de 1993, o Presidente da República emitiu a Medida Provisória 312, revogando a Lei 8.200/91, a qual dispunha sobre a correção monetária das demonstrações contábeis para efeitos fiscais e societários. Tendo em vista que as demonstrações financeiras dos exercícios de 1991 e de 1992 foram elaboradas, também, com base nos preceitos dessa Lei, os efeitos, se houver, de sua revogação somente serão conhecidos após a transformação da MP 312 em Lei, e posterior regulamentação. Belém-Pará, 31 de dezembro de 1992. ANTONIO MARIA DA SILVA FIDALGO. CIC. 000.486.662-20, Diretor-Presidente; MÁRIO RAYMUNDO VITÁ FIDALGO. CIC. 000.486.822-68, Diretor Comercial; MARIA JOSEFA VITA FIDALGO. CIC. 000.486.742-49. Diretora Vice-Presidente.

Raimundo Leopoldino de Carvalho Tec. en Contabilidade - CRC - PA-2613 - CIC-006.227.022-20

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES. Belém, 15 de abril de 1993. Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas de A. M. FIDALGO S/A - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. (1) Examinamos o Balanço Patrimonial de A.M. Fidalgo S/A - Materiais de Construção levantado em 31 de dezembro de 1992 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. (2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos e o volume de transaçoes da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade. (3) A data de nossa contratação foi efetivada após o encerramento do exercício, não nos sendo possível adotar certos procedimentos de auditoria tais como: contagem dos estoques e inspeção física dos bens do ativo imobilizado. (4) Em nossa opinião, exceto quanto ao parágrafo terceiro e seus efeitos, as demonstrações contábeis acima referidas, representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de A.M. FIDALGO S/A - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO em 31 de dezembro de 1992, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos referentes ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios de Contabilidade. (5) As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1991 foram por nos examinados, conforme parecer com ressalvas quanto a data de contratação dos auditores independentes, emitido em 08 de maio de 1992. (6) Conforme descrito na Nota 3, a Sociedade elaborou suas demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis e fiscais vigente em 31 de dezembro de 1992, não registrando qualsquer ajustes ou retificações que poderão advir caso a Medida Provisória 312, de 11 de fevereiro de 1993 seja aprovada pelo Congresso Nacional. AUDITAN - AUDITORIA INDEPENDENTE S/A. CRC-PA-0269, RUI OLIVEIRA MAGALHÃES, Sócio-Diretor Responsável, Contador CRC_PA-5771.

26 *Ata da junta provisória do dia 7 de maio de 1823.*

27 *Esta fragata é a mesma que fôra denominada Imperatriz depois de proclamada a independência do império.*

MURILO MENEZES, nascido em Aracati, Ceará (11.10.1890), ainda jovem, radicou-se em Belém, com os pais.

Trabalhou como balconista e nas empresas estrangeiras **Amazon River** e **Port of Pará.**

Embora não tivesse nível superior, os estudos nas escolas públicas do Estado e muita leitura o credenciaram para o jornalismo, na **Folha do Norte** e **Província do Pará.**

Há textos seus, também, nas revistas da Academia Paraense de Letras, entidade onde ocupou a cadeira 13, desde 1948.

Publicou: **Subindo o Rio Amazonas, Estudos Contemporâneos,** e **A Capital do El Dorado** (1954).

As crônicas a seguir foram extraídas do último livro citado, edição da Imprensa Oficial, mantendo-se a grafia da época.

Sinfonia de Abertura

A Frederico Barata

O VIAJANTE argentino Dom Jacinto Urrubieta, jurista e intelectual na sua pátria, ao desembarcar na capital paraense ficou algo escandalizado e gratamente impressionado com os aspectos verdejantes da cidade.

- ÉS SIN DUDA, LA HERMOSA HACIENDA DE LA PLANICIE, disse êle, no seu castelhano sonoro e elegante, referindo-se à cidade que demora na entrada da imensa planície amazônica, sulcada pelo Rio Mar.

Os soberbos túneis de verdura que ensombram as largas avenidas da nossa **urbs;** as ruas espaçosas e amplas; as enormes praças cheias de sombra que as defende do sol equatorial, deram impressão ao ilustre argentino que, a mentalidade dos homens que construiram a nossa capital pertencia de certo a uma estripe superior, por isso que, corajosamente, haviam abandonado o tipo padrão das cidades do sul do Brasil e da sua pátria, para criarem uma **urbs** tropical, única em tôda a América, **urbs** selvagem, - se querem, - mas em todo o caso, estranha a bela pela galhardia do seu pitoresco.

As visitas ao Bosque Rodrigues Alves, ao Museu Goeldi, ao Parque Batista Campos, à Praça da República, às avenidas Nazaré, São Jerônimo, Braz de Aguiar, Generalíssimo Deodoro, Tito Franco, Alcindo Cacela, 15 de Agôsto, Padre Eutíquio e Independência, só fizeram confirmar o entusiasmo nascido da surpreza, na contemplação de um panorama formoso e inesperado.

O Dr. Urrubieta estava maravilhado.

Mas o seu caso não era único.

Euclides da Cunha, hoje reconhecido como um gênio americano, na frase de Monteiro Lobato, - quando chegou ao Pará em 1904, escreveu a seu pai, a carta da qual extraímos o seguinte tópico:

"No Pará tive uma lancha especial oferecida pelo Senador Lemos e alguns rapazes de talento. Passei alí duas horas inolvidáveis, e nunca esquecerei a surpreza que Belém me causou. Nunca São Paulo e Rio terão as suas avenidas monumentais, largas de 40 metros, sombreadas por filas sucessivas de árvores enormes. Não se imagina no resto do Brasil, o que é a cidade de Belém, com os seus edifícios desmesurados, as suas praças incomparáveis, com a sua gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa. Foi a maior surpreza de tôda a minha viagem".

Há outros exemplos.

Muitos europeus que fizeram residência em Belém, não falando do venerado Henry Walter Bates, - que teceu os maiores louvores à nossa natureza, - sejam alemães, russos, franceses, espanhóis, portugueses, acostumados ao pitoresco dos climas temperados e às suas delicadas paisagêns de eclogas e baladas, ao chegarem a Belém, estacavam dolorosamente surpreendidos pela natureza tropical da região, num sentimento, indefinível, se de repulsa, se de simpatia nascente.

Era que, o clima e os aspectos pitorescos que estavam acostumados a sentir, eram acalentadores, afáveis à vista e ao tato, de perspectivas suaves, de que as suas oleografias dão um testemunho flagrante; de beleza panorâmica, cujas linhas harmoniosas tornaram-nas o tipo padrão de tôdas as paisagens.

E ao chegarem à capital da Amazônia, o que depararam?

Em vez das praias alvinitentes do oceano - o tijuco enegrecido das beiras dos rios; do mar agitado de ilimitados panoramas - as águas barrentas da baía do Guajará; em vez dos bosques floridos e perfeitamente devassáveis, perfumados como uma xácara bem cuidada - uma mata espessa e selvática, uma flora vigorosa e escura que brota de tôda a parte, com incrível exuberância.

Em lugar de um Sol tépido e acariciador, onde as famílias amesendadas nos bares ao ar livre, tomam refrigerantes saudáveis - um Sol molesto e cáustico que enche tôda a região de um calor permanente. Em vez duma claridade esfusiante ou mesmo atenuada pela névoa -, uma luz ardente e reverberante, como que abafada por um céu ensombrado de nuvens.

Em vez dos regatos lavados de sol - o igarapé sombrío, de águas cristalinas, no recesso da mata.

No inverno, em lugar da neve que cai, e do frio intenso que faz procurar os agasalhos - uma temperatura que é sempre mórna, debaixo mesmo dos mais violentos aguaceiros.

- Enfim, que natureza é essa? - perguntavam os adventícios; que contradição à norma de todos os climas! que gôsto exótico foi êsse que preferiu e se aclimatou nessa mesopotâmia bárbara e tenebrosa!?...

E revoltados, maldiziam as arestas inamolgáveis dêste inferno verde, onde o calor e os mosquitos tornavam a vida sobremodo dolorosa...

Mas depois, lentamente, vinha a climação do Estrangeiro; a terra selvagem patenteava ao advena, a perfeição das suas graças ocultas, o confôrto do seu clima inalterável e uniforme, as suas noites em que a temperatura baixa consideràvelmente, a salubridade que aguarda o imigrante de qualquer procedência, o passadío farto e variado, e os panoramas exóticos, que se vão aos poucos, transformando em requintes de beleza agreste.

E o Estrangeiro acabava afinal, por considerar tudo isto extremamente belo; e radicava-se para sempre, na sua verdadeira terra da promissão.

Foi sempre assim.

Além de Euclides, Alberto Rangel foi um dos escritores de talento, que souberam descrever com graça poética e impressionante, os esplendores da Hiléia.

Apesar de ter denominado a sua principal obra de INFERNO VERDE, a sugestão que se adquire dêste livro, como do outro, SOMBRAS N'ÁGUA, é uma impressão de saudade e de amor, como se o autor tivesse se referido às paisagens mais belas do mundo...

É que Rangel, como observador advena, odiando inicialmente a região "infernal", sai dela enamorado da sua natureza ciclópica, uma natureza acolhedora e feita de carícias, pródiga em derramar sôbre os entes os seus eflúvios de bondade.

Não há contestação: a cidade de Belém é o salão de visitas de tôda a região Amazônica, do País das Pedras Verdes, do El Dorado dos naturalistas, e é ainda, no dizer de Euclides - a porta de entrada para a terra mais nova do Globo.

Recife se parece com o Rio; Fortaleza com Salvador; Maceió e João Pessoa com Natal. Só Belém não se parece com nenhuma outra. É uma cidade típica.

O velho José da Gama Malcher e Antônio Lemos, depois de tomarem-lhe conta dos seus destinos comunais, tive-

Literaturas Entre Balanços - Continua Caderno 2

MARCOS MARCELINO S/A. CGC: 22.975.379/0001-98. ANANINDEUA-PARÁ. RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas.; as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992. Colocamo-nos ao inteiro dispor dos Senhores Acionistas, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. aproveitamos a oportunidade para agradecer pela confiança e apoio recebidos e a todos os funcionários pelo empenho e esforços realizados. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/ DE:

ATIVO	1992	1991	PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	16.638.569.892	1.656.875.430	CIRCULANTE	8.243.261.565	365.488.512
Bancos e Caixa	233.580.348	73.952.614	Fornecedores	3.688.027.452	70.001.101
Aplicações Mercado Aberto	3.124.074.832	231.832.399	Obrig. Soc. Trib.	1.683.924.601	36.087.411
Duplicatas a Receber	6.233.398.138	673.571.075	Inst. Financeiras	2.603.409.671	259.400.000
(-) Prov. p/Dev. Duv.	187.001.944	20.207.132	Créditos de Terceiros	267.899.841	-
Estoques	6.621.320.476	619.493.921	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	22.286.191.451	2.596.622.099
Impostos Recuperáveis	19.048.506	29.140.735	Financiamentos	19.446.732.541	2.180.878.124
Adiantamentos	85.189.474	7.691.484	Fornecedores Estrangeiros	2.839.458.910	415.743.975
Créditos Diversos	508.960.062	41.400.334	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32.669.145.351	2.241.521.934
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	451.506.930	-	Capital Integralizado	6.285.132.224	214.662.214
PERMANENTE	46.108.521.545	3.546.757.115	Reserva de Capital	27.717.722.052	2.248.311.639
Imobilizado	42.430.733.322	3.202.569.144	Reserva de Lucro	170.051.389	7.666.329
Diferido	3.677.788.223	344.187.971	Reserva de Capital-Ajuste IPC/90	9.744.295.362	792.630.138
TOTAL DO ATIVO	63.198.598.367	5.203.632.545	Resultados Acumulados	(11.248.055.676)	(1.021.748.386)
			TOTAL DO PASSIVO	63.198.598.367	5.203.632.545

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

EVENTOS	Capital Realizado	RESERVA DE CAPITAL Res. Capital	Res. Isenç.	Reserva de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/91	214.662.214	3.023.340.212	17.601.656	7.666.329	(1.021.748.386)	2.241.521.934
Aumento do Capital						
- Com Reservas	1.070.470.010	(1.052.868.445)	(17.601.565)	-	-	-
- Integ. Rec. Próprios	5.000.000.000	-	-	-	-	5.000.000.000
Correç. Monet. Exerc.	-	13.237.782.193	-	86.580.624	(10.700.612.194)	2.623.750.623
Correç. Monet. IPC/90	-	22.253.763.454	-	-	(838.627.936)	21.415.135.518
Resultado do Exerc.	-	-	-	-	1.388.737.276	1.388.737.276
Prop. p/Dest. Lucro						
- Transf. p/Reserva						
Reserva Legal	-	-	-	75.804.436	(75.804.436)	-
Saldos em 31/12/92	6.285.132.224	37.462.017.414	-	170.051.389	(11.248.055.676)	32.669.145.351

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/ DE:

	1992	1991
Receita Operacional Bruta	63.574.952.970	2.612.801.501
Deduções (-)	8.057.470.531	356.856.290
Receita Operacional Líquida	56.517.482.439	2.255.945.211
Custos das Rec. Operacionais	36.977.864.230	1.346.615.380
Lucro Bruto Operacional	19.539.618.209	909.329.831
Despesas Operacionais	16.041.055.123	434.643.691
Desp. Administrativas	6.272.814.258	205.385.184
Desp. c/Vendas	2.010.706.417	30.245.090
Desp. Tributárias	1.226.648.218	20.077.345
Deso. Financ. Líquida	4.601.392.364	86.438.479
Deprec. Amortizações	1.929.493.866	92.497.593
Resultado Operacional Líquido	3.498.563.088	474.686.140
Efeitos Inflacionários	1.891.091.246	1.593.023.134
Resultados não Operacionais	60.225.760	25.185.128
Resultado antes da Contrib. Social	1.667.697.600	(1.093.151.866)
Contribuição Social	151.608.871	-
ILL + Adicional	127.351.453	-
Lucro Líquido do Exercício	1.388.737.276	(1.093.151.866)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE:

		1991
1 - ORIGENS DOS RECURSOS		
Resultado Líquido	1.388.737.275	(1.093.151.866)
Aumento do Exigível a L/Prazo	4.604.316.544	993.034.908
Redução do Realiz. L/Prazo		84.083.579
Deprec. e Amortizações	1.993.286.397	99.693.229
Var. Monet. Adiantamentos	467.559.728	19.400.334
Variação Cambial	17.681.874.907	1.603.587.191
Correção Monetária	(15.790.783.661)	(223.862.038)
Aumento do Capital		
- Rec. Próprios	5.000.000.000	-
TOTAL DAS ORIGENS	15.604.865.836	1.482.785.337
2 - APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
Aumento do Imobilizado	5.452.815.399	57.484.037
Aumento do Diferido	-	3.963.174
REDUÇÃO do Exig. L/Prazo	2.596.622.099	264.208.683
Aumento do Realiz. L/Prazo	451.506.930	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	8.500.944.428	325.655.894
3 - AUMENTO DO CCL	7.103.921.408	1.157.129.443
4 - VARIAÇÃO DO CCL		
Ativo Circulante		
No fim do exercício	16.638.569.891	
No início do exercício	1.656.875.430	
Variação		14.981.694.461
Passivo Circulante		
No fim do exercício	8.243.261.565	
No início do exercício	365.488.512	
Variação		7.877.773.053
Aumento do CCL	7.103.921.408	1.157.129.443

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 - NOTA 1 - Contexto Operacional: A empresa tem como atividade principal a industrialização e comercialização de produtos eletrônicos e tecnologia de ponta, e goza de isenção do imposto de renda sobre os lucros apurados até o exercício de 1999 ano base 1998, conforme DCI/DAI nº 084/91. **NOTA 2 - Principais Diretrizes Contábeis:** A) As **Demonstrações Financeiras** foram elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e em consonância com as normas emanadas pela Lei 6.404/76; B) A Provisão para Devedores Duvidosos, foi constituída, em valor suficiente para cobrir eventuais perdas no Contas a Receber; C) Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao valor de mercado; D) O resultado foi apurado pelo regime de competência e inclui o efeito líquido da correção monetária do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido, com base na UFIR; E) A depreciação é calculada pelo critério linear, sendo as taxas utilizadas consideradas compatíveis com a vida útil estimada dos bens. **NOTA 3 - Composição do Capital Social** - A empresa tem seu Capital Autorizado no valor de Cr$ 50.000.000.000,00. O Capital Integralizado é de Cr$ 6.285.132.224,00, dividido em 6.038.001.133 de ações ordinárias e 247.131.091 de ações preferenciais, no valor nominal de Cr$ 1,00 (Hum cruzeiro) cada.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO: Marcos Marcelino de Oliveira - Presidente; Maria das Graças F. M. de Oliveira - Membro; Marcos Marcelino de Oliveira Filho - Membro; CONTADOR: José Rivaldo Montoril - Contador CRC-PA 3056. CPF: 023.620.662-15.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Aos Administradores e Acionistas da Marcos Marcelino S/A - 1 Examinamos o Balanço Patrimonial da Marcos Marcelino S/A., levantado em 31/12/92, e a respectiva Demonstração do Resultado, a Mutação do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações dos Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. 2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estejam apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos trabalhos compreenderam, entre outros procedimentos: A) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia; B) A Constatação, com base em teste das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e C) A avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto. 3 - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da **Marcos Marcelino** S/A. TADEU ARAÚJO CONTABILIDADE GERAL, ASSESSORIA, AUDITORIA, IMPOSTO DE RENDA - TADEU MANOEL RODRIGUES DE ARAÚJO - CONTADOR CRC-PA 2671.

Biblioteca Pública "Arthur Vianna"

Diário Oficial

0553

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO CI — 103º DA REPÚBLICA — Nº 27.453 BELÉM — SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1993

Suplemento Especial

Caderno 2

ram, aspirações de fantasista oriental, da estirpe de Harun al Rastichid: quiseram tornar realidade os seus sonhos de estetas bizarros, fazendo de Belém, o pórtico do lendário El Dorado, cujo mistério e tradição fabulosa, eram os atrativos mais poderosos para os heróicos buscadores de riquezas.

E assim, procuraram, cada qual na sua gestão e no seu tempo, na pequena cidade ainda, de tão promissor futuro, imprimir as características da gleba, desenvólvendo-lhe os aspectos, no que êles mais se assemelhassem com os esplendores do Vale Amazônico.

Alargaram-lhe as ruas, arborizaram-lhe as avenidas, encheram-na de parques e logradouros, procurando fazer da antiga aldeia de vielas estreitas e tortuosas dos portugueses, a metrópole esplendorosa, onde todos os viajantes do Planeta, ao perlustrarem-na, exclamavam embevecidos: "Isto enfim, já é uma cidade que, se não tem os grandes melhoramentos urbanos das capitais européias, pelo menos, imprime ao forasteiro uma sensação de "algo nuevo", que fálo bem dizer do seu esfôrço de viajar. E tudo devido à utilização inteligente da ÁRVORE, no traçado do urbanismo moderno.

Assim, a capital paraense, sem possuir custoso aparato arquitetônico, tornava-se aos olhos dêsses estranhos monumental, pela largueza e estensão das vias públicas, predicado êste, completado por uma artística coloração de verdura.

A cidade de Belém possui atualmente 280 mil habitantes. Como seja uma povoação quase tôda cercada de água, dispõe de uma frota de mais de duzentas canôas, que conduzem parte dos gêneros dos arredores, para o sustento de seus moradores. Tem uma esquadrilha de mais de 60 vapores gaiolas e 160 motores, com que trafega o baixo Tocantins e o Baixo Amazonas.

É servida por uma via férrea até Bragança, com 236 quilômetros de percurso, beneficiando uma região produtora e auxiliado a capital no seu suprimento de gêneros e no seu comércio exportador. Conta 340 automóveis de praça, 643 caminhões para carga, 400 ônibus para transporte urbano coletivo; 540 automóveis particulares, e 400 veículos oficiais.

Tem nos seus arredores as localidades de Icoaraci, Mosqueiro, Outeiro, Soure, Salvaterra, Benfica, com lindas praias balneares e confortáveis pousos de veraneio. Dispõe de seis bem feitos jornais diários: "Folha do Norte", "O Liberal", "A Província do Pará", "O Estado do Pará", "Folha Vespertina", e a "Vanguarda", além dos semanários "O Imparcial" e o "Flash". Tem duas estações emissoras de rádio, a P.R.C.-5 e a Marajoára.

O seu teatro da Paz é tão perfeito como o Municipal do Rio de Janeiro. Tem ainda outros, como o Pálace Teatro. A cidade comporta grandes hospitais modernos, sendo 5 civís e dois militares. Entre os civís contam-se a Santa Casa. o Dom Luiz I, a Ordem Terceira, o Hospital Marítimo, e o Hospital Americano, no Marco da Légua.

Existem em Belém os seguintes hotéis de primeira ordem: o Grande Hotel, o Central Hotel, o Rotisserie Suisse, o Avenida Hotel, e uns 15 mais de segunda e terceira ordens.

O tipo paraense é hoje quase que cosmopolita, há-os de tôdas as côres e aparências. Desde o louro, ao descendente de Sírio: do Negroide ao tapuio; do Nordestino ao Português. E disso resulta que a beleza da mulher paraense é deveras notável, nada ficando a dever às estrangeiras que aparecem em filmes cinematográficos.

Quanto à vida intelectual da cidade, pode-se dizer que é intensa. A capital do Estado do Pará possui uma Faculdade de Direito, uma Faculdade de Medicina, de Odontologia, de Farmácia, de Engenharia, várias de contabilidade, de Ciências Econômicas. Seis grandes estabelecimentos de ensino secundário, com frequência para cada, numa média de mil alunos. Tem dois conservatórios de Música, o "Carlos Gomes" e o de "Belas Artes".

Como associações culturais tem a Academia Paraense de Letras, entidade oficial, - o Instituto de Etnologia e Antropologia do Pará, o Instituto de História da Medicina, o Instituto de Ginecologia, a Sociedade Paraense de Estudos Econômicos, o Movimento de Resistência Democrática. É, como se vê, uma povoação de notável índice cultural.

Realmente não deixa de ser uma cidade pequena entre as grandes metrópoles, uma que só possua 280 mil habitantes. Mas é preciso notar que numa cidade minúscula como Belém, o indivíduo tem personalidade. Pode ser desconhecido para muita gente, mas se êle fôr honesto e de ação produtiva, o seu nome constará do cadastro da Sociedade. Nos grandes centros urbanos, nas cidades colmeias dá-se o contrário: o cidadão é um grão de areia no deserto, um humilde anônimo que se perde no formigueiro humano. Alí, paradoxalmente, conta com menos amizades, que numa cidade pequena. Na cidade enorme se êle não fôr político de projeção, ou intelectual de renome, ou detentor de grande fortuna, passa ignorado e desconhecido, como o mais ínfimo dos sêres humanos.

Assim, um exemplo: o Rio tem uma população dez vezes maior que a de Belém. Por conseguinte, um paraense que se transfira da sua terra para lá, se na sua terra êle tinha um expoente de 10, o seu expoente na Capital da República será apenas de 1.

Acho por isso, melhor a vida nos pequenos burgos civilizados como Belém, do que nas grandes aglomerações, onde a sua personalidade fica diminuida dez vezes.

A vida em Belém dá a um cidadão mais importância e destaque, proporcionando-lhe com isso, positivamente, um quinhão maior de felicidade...

Inflação e Carestia da Vida

A José Coutinho de Oliveira

Em 1899 o economista luso Basílio Teles já falava da depreciação da moéda de seu país e da carestia da vida nos campos. Vê-se, pois, que êste é um problema eterno, o qual acompanha pari-passu a evolução dos povos.

As emissões sucessivas de papel-moeda tornam-se inevitáveis, periòdicamente, como medida de socorro, porque decorre da atividade econômica de uma região.

Suponhamos que a nação X dispõe duma circulação fiduciária de cem milhões, os quais devidamente trocados, dão perfeitamente para as suas operações financeiras de ordem interna, tais como compra e venda à retalho, pagamento de salários, pagamento de importações dentro do país, remessa de numerário para as zonas rurais.

O equilíbrio se opera normalmente, nêsse fluxo e refluxo de dinheiro, qual se fora o sangue circulando no organismo animal.

De repente, porém, uma indústria nova se estabelece, terrenos incultos recebem atividades agrícolas; por uma nova descoberta industrial, ou de uma nova matéria prima exportável, para as quais são necessários mais braços, - surgem mais emprêgos de moéda corrente. E a circulação, que era de cem milhões, passa a ser de um bilhão.

Ora, com fatos desta ordem, a movimentação financeira de uma zona se dilata, se expande em proporção artitmética, e o meio circulante se não acompanhar êsse distendimento natural, se engurgita, provocando entraves na organização do trabalho.

Pode haver o lastro metálico que houver, como garantia de crédito no Exterior, não havendo, porém, o objeto de compensação ou retribuição, como seja o dinheiro trocado, graves anomalias e percalços dificultarão o aumento da riqueza. A paralização dos negócios por falta de papel circulante, o atrazo no pagamento de soldadas e ordenados, a dificuldade de trôco no comércio, a insuficiência de moéda divisionária para pagamento à vista - são prejuizos inevitáveis, que só podem ser sanados como uma emissão farta, que dê maior oxigenação e desafôgo às operações mercantís.

As emissões periódicas fazendo aumentar e crescer a circulação fiduciária de um país, são um fenômeno natural e indispensável, como atestado concreto da sua prosperidade. O desejo dos governantes de desenvolverem os negócios, de aproveitarem as oportunidades financeiras, e de atender a medidas de emergência, é o que os leva muitas vezes, a enveredarem pelo caminho da inflação, de cujo emaranhado é tão difícil sair.

Mas são males do ofício. Devemos nos lembrar, que no decorrer do Império, quando o câmbio era ótimo, o crédito absoluto, a vida barata, a situação financeira pautada dentro da maior prudência, a nação vivia estacionária. O progresso quase que não existia, porque as atitudes dos govêrnos sempre foram excessivamente tímidas.

O mal, de fato, só reside no exagero, muito além das garantias em ouro, causando isso, passadas as ocasiões de apêrto, o desprestígio das emissões. Mas ficou a aceleração dos negócios e a movimentação do trabalho.

Foi exatamente êsse ato de emergência que se processou no Brasil, durante a Segunda Guerra mundial.

O nosso país constituiu-se um dos principais fornecedores dos Aliados, e dos paises sul-americanos, a quem as nações industriais não podiam fornecer - não só de matérias primas, como tecidos, calçados, ferragens e comestíveis.

Grandes aparelhamentos foram criados para a produção intensa dêsses artigos, duplicando ou triplicando as atividades braçais da população; e se não fôssem as grandes emissões realizadas, êsse surto magnífico de trabalho teria tido uma fatal asfixia...

A inflação, pois, é um mal dos países agrícolas, que por não possuirem a riqueza sólida que dá o combustível, se lançam em oportunidades financeiras, no intuito de elevarem o nível do trabalho nacional.

* * *

A carestia da vida, ou maior custo dos gêneros ou produtos industriais, é uma conseqüência natural e lógica do progresso humano.

O alto prêço da alimentação se agrava, cada vez mais porque, não só as populações vão sempre aumentando, como o padrão de vida se torna cada vez mais exigente.

Um exemplo: uma corrida de automóvel em Nova York, cidade do mundo que possui mais dêsses veículos, custa 200 cruzeiros.

A cançonetista Carmen Miranda quando esteve nos Estados Unidos, queixava-se que ganhando cem contos de réis por mês, essa quantia não lhe chegava, porque gastava com a sua manutenção, 99 contos.

Uma família da classe média que gastasse no tempo do Império um orçamento relativo a 10, se vivesse nos tempos presentes, gastaria 1.000.

Não só porque custam mais caros os artigos necessários à existência, como porque êles cresceram em número e variedade. Por aí se pode concluir, que carestia da vida é índice de prosperidade local.

Quando eu era garoto perguntava a um português artífice: - donde gostava mais, da sua terra, ou da nossa... E êle respondia: "Gosto daquí, porque na minha terra o vinho custava o litro um pataco e eu só o tomava aos domingos e, aqui, custa dez vezes mais, e eu o tomo todos os dias".

As viagens, os gozos mundanos de muito maior latitude, o maior número de utilidades, a maior independência econômica de maior número de indivíduos, as satisfações intelectuais, a vida vertiginosa que obriga a gastos outróra não existentes, a sedução dos artigos maquinafaturados, a facilidade do crédito, a multiplicação da riqueza, o rubanismo, a remuneração maior dos serviços sociais e sobretudo, o aumento de concorrentes à vida, são razões plenamente justificadas, do encarecimento da manutenção. O dinheiro então, deprecia-se, na razão direta do rareamento dos gêneros.

Para que o custo da vida não aumentasse era preciso que houvesse o estacionamento ou a paralização no crescimento das populações.

Uma região de cem mil habitantes, - vamos dizer, - dispõe de dez mil toneladas de alimentos para o seu consumo mensal. Mas nessa mesma zona, passados anos, a população de cem mil, passou para 500 mil habitantes. Já não eram, portanto, precisas para alimentar essa gente, dez mil toneladas de gêneros por mês, porém, 50 mil, se quisermos ser coerentes.

Não havendo êsse acompanhamento ritímico entre a necessidade e a produção, vem fatalmente, o desequilíbrio, que é o que se está dando atualmente no Brasil.

Dado o aumento de bocas a sustentar, os estoques de comestíveis têm que ser supridos em crescendo, a fim de que seja mantida uma sincronização razoável.

Será êsse o trabalho permanente dos Economistas e dos Govêrnos beneméritos; acompanhar êsse crescendo de população, e fazendo igualmente aumentar a produção. Não havendo êsse trabalho cuidadoso e indispensável, surgirá a Fome - que é o fator mais poderoso de tôdas as revoluções.

Nos paises democráticos, a Política absorve quase inteiramente, o pensamento dos homens de Estado. E nêles, é que se observa, mais acentuadamente, a carestia dos gêneros, e um maior descaso pelo bem estar das massas.

Entretanto, com os aperfeiçoamentos científicos da Lavoura moderna, deixou de ter significação apreciável, a famosa lei de Malthus. Justus Liebig, ao aperfeiçoar a Química Agrícola, deu o maior passo em favor do abastecimento mundial. Descobriu o ácido que facilitou a assimilação pela terra, da adubação de cal fosforada, produzida pela pulveri-

zação dos ossos.

O processo de separação do azoto, do ar, foi concebido pelos químicos Bickerland e Eyde, naturais da Noruega. Depois de separado, é fácil transformar o azoto em ácido nítrico, que outróra vinha todo do Chile.

Quando os químicos começaram a ficar intrigados com a lendária fertilidade do Nilo, diz Sanjonow, - verificaram que ela residia no fato das águas do grande caudal carregaram sáis de postássio, que nas enchentes derramava nas suas margens.

As águas do Nilo e seus afluentes trazem os sáis das montanhas do norte da Abissínia.

Junto ao monte Dallol, quase todo constituido de salgema, existem fontes de água quente ao redor de cujos bordos, se formam enormes depósitos de potassa.

Entre os adubos de fácil aquisição, contam-se o gêsso e o sulfato de cal hidratada. Entre os mais caros, estão os fosfatos, que vêem das possessões francesas da África, e os sáis de postássio, que são fornecidos quase todos pela Alemanha.

* * *

Como já temos dito, a Amazônia é a região menos propícia a ser chamada "celeiro do mundo".

Uma assertiva de Humboldt, feita quando contemplou a Amazônia do alto dum monte na fronteira com a Venezuela, tornou-o pai de uma conjetura apressada, que alguns espíritos ingênuos copiaram ao pé da letra.

As nossas terras são mais propensas ao cultivo das matérias primas vegetais, de que possuem um índice numeroso e riquíssimo.

No entanto, as populações do Vale, dispondo de meios para importar de outras partes, o seu sustento, - porque a sua produção é de muito maior valor que os cereais, - devem possuir as suas colônias agrícolas de emergência, utilizando nelas, os fertilizantes mais em conta, prodigalizados pela ciência moderna.

O que devem evitar, é a derrubada de matas, porque se assim o fizerem, trabalharão contra a sua fortuna...

A Rearborização de Belém

A Wenceslau Costa

OS PREFEITOS de Belém havidos depois de Antônio Lemos têem denotado pouca simpatia pela Árvore.

Com a atual concepção da geografia física e humana o culto pela Árvore tornou-se um dos fundamentos da educação social, porque as regiões despidas de arvoredos tendem a se transformar em Desertos.

A Árvore é por excelência o elemento acolhedor das populações, chamador das chuvas porque retem na sua fronde volumosa porção de humanidade, - amenizador do clima tropical, e com o seu humos, o fertilizador das terras.

O combustível para aquecimento contra o frio, nos países sem hulha ou petróleo, é a lenha.

As grandes obras civís e navais empregam a madeira selecionada tirada das florestas, como material básico para as suas construções.

As cidades situadas nas zonas tórridas necessitam das árvores para a amenidade do seu clima.

É o nosso caso.

As paragens despidas de vegetação são fácilmente assoladas pelas sêcas.

O calor nas cidades equatoriais é diminuido pela abundância de arborização pública, porque, suponhamos:

Uma cidade tropical como Belém recebe pela luz solar, vamos dizer numa estimativa ao acaso, - cem mil calorias que são espalhadas integralmente por tôda a sua área.

Havendo, no entanto, arborização abundante, essa onda de calor é absorvida em grande parte pelos vegetais, sabido como é, que as plantas se alimentam da luz do sol, e, **ipso-facto**, das calorias nela contidas.

É o caso que há mais calor no Saára, que fica bastante afastado do Equador, do que no Pará, que está em baixo dêle. É que no Saára não há árvores.

A árvore é carbono que se solidifica, fornecido pelos raios do grande astro.

Uma das causas das sêcas nordestinas, se não, a principal, é a ausência de matas.

No Brasil, só em São Paulo se tem feito replantação de florestas. O que aliás, há muito se faz na Europa.

Como conseguiriam os europeus, há tantos séculos, alimentar os seus fogões para aquecimento contra o frio, se não fôsse com o replantio das suas florestas e conservação das suas matas!...

Se assim não fizessem, a Europa estaria como o nosso Nordeste, tôda cheia de caatingas sêcas e espinhentas. Mas, ao contrário disso, o Velho Mundo é a região que possui os mais formosos bosques do Globo.

A sua floresta de Fontainebleau é uma autêntica maravilha florestal, a Floresta Negra, na Alemanha; a Floresta das Ardennes, a Floresta de Melun são típicos modêlos de arte e de beleza.

Porque lá se pratica permanentemente o reflorestamento. Há anos atrás, antes do término da última guerra, dizíamos que a necessidade de madeiras para a reconstrução das cidades devastadas, ia ser grande em tôda a Europa. E aconselhava o reflorestamento entre nós, dizendo mais, que ninguém se iludisse com as nossas selvas, as quais, de maneira nenhuma, representavam florestas.

Floresta é uma área tôda plantada de boas madeiras, de localização econômica, para que os seus produtos não sejam encarecidos exageradamente pelos transportes.

De fato, o Pará não possui nenhum parque florestal de valor econômico. Possui mato. Os negociantes de madeira na atualidade na nossa terra, lutam com a dificuldade absurda de não terem madeiras para vender, porque estas só existem a imensas distâncias.

Um madeireiro nos disse:

- Colocaríamos no mercado, quanto tivéssemos em madeira, em pedidos para todo o mundo, tendo apenas de escolher entre as melhores ofertas de compras. Mas não temos madeira!... O Pará não tem florestas!... Uma afirmativa verdadeiramente paradoxal. Mas é a verdade, devido a ogerisa que os nossos homens de govêrno têm sentido pela árvore. Falta de cultura?... ou instintos bárbaros que afluem destruindo a ligeira crosta de civilização?...

A cidade de Belém, arborizada por Antonio Lemos, teve nos últimos tempos uma geração de administradores inimigos das árvores, destituidos de bom-senso, verdadeiros malfeitores públicos, que enormemente contribuiram para a aspereza canicular do nosso clima.

O tal Jerônimo Cavalcante, pseudo urbanista recifense, insinuou nos nossos meios governamentais, uma mentalidade destruidora. Por sugestões dêsse homem funesto, avenidas como Independência, São Jerônimo, Nazaré, Braz de Aguiar, Serzedelo Corrêa, Alcindo Cacela, 14 de Março, Generalíssimo Deodoro, ficaram privadas de centenas de árvores magníficas. Ultimamente foi a Avenida Tito Franco, que com o pretexto de pavimentação com concreto, viu tôda a sua arborização destruida. Mais de 500 mangueiras adultas, frondosas, uniformes, árvores quase centenares...

Qual a justificativa para êsse ato de vandalismo?

Imbecilidade ou malvadez. O homem que tal autorizou devia estar ou no Manicômio ou na Cadeia. E nunca esperando merecer ainda a confiança de eleitores pouco esclarecidos. Fez-se até indústria lenheira com os despojos da nossa arborização pública. Havia mesmo o consócio de amigos do Governador, que depredou ruas inúmeras, deixando-as deselegantes e ensolaradas.

A avenida Serzedelo, que é asfaltada, ficou quase intransitável a certas horas do dia. A Joaquim Nabuco, a Gentil, a Senador Lemos, e outras, foram devastadas. Um dos argumentos armados pelos destruidores, quando depilaram a avenida Independência, é que se podia avistar o Mercado de São Braz, do Largo de Nazaré, com o sacrifício de belíssimos espécimens vegetais.

FAZENDAS SAMAMBAIA S/A - CGC/MF: 04.877.635/0001-22. Relatório da Diretoria: Senhores acionistas, cumprindo determinações legais e estatutarias, submetemos a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais encerrados em: 31.12.91 e 31.12.92, respectivamente. A) A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31.12.1991 E 31.12.1992

ATIVO	1992	1991	1990
CIRCULANTE	44.346.066,24	11.942.120,21	10.436.990,54
Disponivel	43.405.191,27	11.942.120,21	2.127.275,54
Caixa	2.684.944,91	2.526.820,83	136.136,77
Bco c/Mov.	40.720.246,36	9.415.299,38	1.991.138,77
Realizável	940.874,97	-	8.309.715,00
C.a Receber	-	-	8.309.715,00
S.F.a Recup.	940.874,97	-	-
PERMANENTE	1.295.122.104,35	112.345.103,73	19.250.629,59
Investim.	6.614.793,93	-	-
Imobiliz.	1.948.237.964,10	154.211.122,81	21.888.593,63
D.Acum.(-)	(759.684.077,24)	(49.991.267,36)	(3.828.680,23)
Diferido	99.953.423,56	8.125.248,28	1.190.716,19
TOTAL ATIVO	1.339.468.170,59	124.287.223,94	29.687.620,13

PASSIVO	1992	1991	1990
CIRCULANTE	580.889.469,27	62.341.058,82	20.530.419,27
Financiamentos	460.040.860,00	51.683.509,65	12.155.354,86
Inst.Financ.	460.040.860,00	51.683.509,65	12.155.354,86
Forneced.	3.753.491,65	-	7.930.129,20
Connel Ind.	3.753.491,65	-	7.930.129,20
Ob.S.Pagar	5.405.919,20	1.164.581,21	308.862,23
E.S.Trab.	5.405.919,20	1.164.581,21	308.862,23
Prov. P/I.R.	-	-	6.814,04
Prov. P/C.Soc.	-	-	2.271,34
C.Correntes	111.689.198,42	9.492.967,96	126.987,60
C.Acion.	111.689.198,42	9.492.967,96	126.987,60
PAT.LÍQUIDO	758.578.701,32	61.946.165,12	9.157.200,86
C.S.Real.	129.642.400,00	19.051.520,00	2.006.520,00
R.Capital	1.464.132.382,65	110.590.889,05	17.045.763,94
R.L/P.Acum.	(832.232.039,27)	(67.615.389,53)	(9.908.711,19)
P.do Exerc.	(2.964.042,06)	(80.854,40)	-
L.Exerc.	-	-	13.628,11
TOTAL PASS.	1.339.468.170,59	124.287.223,94	29.687.620,13

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 1991 E 1992

	1992	1991
REC.OPERAC.BRUTA	37.675.292,25	100.833.733,50
Vendas de Mercadorias	37.675.292,25	100.833.733,50
Deduções	832.665,58	4.302.824,24
Imp.Faturado s/Vendas	832.665,58	4.302.824,24
RECEITA OPERAC.LÍQUIDA	36.842.626,67	96.530.909,26
CUSTOS OPERACIONAIS	18.374.141,33	81.352.360,18
Custos Merc.Vendidas	18.374.141,33	81.352.360,18
RES.OPERAC. BRUTO	18.468.485,34	15.178.549,08
Desp.Operacionais	279.351.335,81	37.672.982,55
Desp.Administrativas	279.071.971,79	34.789.990,15
Desp.Tributárias	279.364,02	2.882.992,40
RES.OPERAC. LÍQUIDO	(260.882.850,47)	(22.494.433,47)
RES. NÃO OPERAC;(-)	(354.245.126,54)	(35.588.407,16)
Rec.não Operac.	54.202.346,61	3.944.816,20
Desp.Operacionais	408.447.473,15	39.533.223,36
RES.DA C.MONETÁRIA(+)	612.163.934,95	58.001.986,23
Res.Exerc.Antes da C. S.e I.R.	(2.964.042,06)	(80.854,40)
Res.Líq.Exerc.Social	(2.964.042,06)	(80.854,40)
Prej.do Exercício	(2.964.042,06)	(80.854,40)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

I-ORIGENS	1992	1991	1990
Lucro L.Ex.	-	-	13.628,11
Dep.Amort.Ex.	145.110.328,82	21.346.451,84	111.613,16
R.C.Monetária	(612.163.934,95)	(58.001.986,23)	(8.448.653,38)
Total Origens	(467.053.606,13)	(36.655.534,39)	(8.323.412,11)
II-APLICAÇÕES			
Aum.Imobiliz.	12.626.816,23	3.569.121,09	862.532,26
Aum.Diferido	-	-	118.405,65
Prej.Exerc.	2.964.042,06	80.854,40	-
Aum.Invest.	3.500.000,00	-	-
Total Aplic.	19.090.858,29	3.649.975,49	980.937,91
III-Var.do CCL.	(486.144.464,42)	(40.305.509,88)	(9.304.350,02)

DIRETORIA EXECUTIVA
ORLANDO PEREIRA ALBUQUERQUE - DIRETOR PRESIDENTE
GUILHERME TEIXEIRA ALBUQUERQUE-DIRETOR DE CAMPO.

DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO EM: 1992/1991, 1991/1990 E 1990/1989

DISCRIMINAÇÃO:	1992	1991	1990	1989	VARIAÇÕES 92/91	91/90	90/89
A.CIRCULANTE	44.346.066,24	11.942.120,21	10.436.990,54	347.077,80	32.403.946,03	1.505.129,67	10.089.912,74
P.CIRCULANTE	580.889.469,27	62.341.058,82	20.530.419,27	1.136.156,51	518.548.410,45	41.810.639,55	19.394.262,76
T O T A I S	(536.543.403,03)	(50.398.938,61)	(10.093.428,73)	(789.078,71)	(486.144.464,42)	(40.305.509,88)	(9.304.350,02)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO EM 1991 E 1992

COMPONENTES	CAP. SOCIAL	RES.CAPITAL	RES.L/P.ACUMUL.	PAT. LÍQUIDO
Saldo em 31.12.90	2.006.520,00	17.045.763,94	(9.895.083,08)	9.157.200,86
Aumento Cap.C/Bonif.	17.045.000,00	(17.045.000,00)	-	-
Corr.Monetaria	-	110.590.125,11	(57.720.306,45)	52.869.818,66
Prej.do Exercício	-	-	(80.854,40)	(80.854,40)
Saldo em 31.12.91	19.051.520,00	110.590.889,05	(67.696.243,93)	61.946.165,12
Aum.Cap.C/Bonif.	110.590.880,00	(110.590.880,00)	-	-
Correção Monetária	-	1.464.132.373,60	(764.535.795,34)	699.596.578,26
Prej.do Exercício	-	-	(2.964.042,06)	(2.964.042,06)
Saldo em 31.12.92	129.642.400,00	1.464.132.382,65	(835.196.081,33)	758.578.701,32

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS EM: 31.12.91 E 31.12.92. 1) PRINCIPAIS PRATICAS CONTABEIS: 1) As Demonstrações Contabeis foram elaboradas conforme os princípios fundamentais de Contabilidade; 2) Os efeitos da inflação são reconhecidos mediante o registro da Correção Monetária sobre as Contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, baseada na variação da UFIR diária para o ano de 1992 e da variação mensal do FAP (Fator de Atualização Patrimonial) para o ano de 1991, assim como a Correção Monetária IPC/BTNF do ano de 1990, conf. Lei nº 8.200/91; 3) O Imobilizado esta registrado ao custo corrigido de aquisição, as Depreciações foram calculadas pelo método linear, às taxas admitidas pela legislação e que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens. 2) CAPITAL SOCIAL: O Capital Social Integralizado, é representado por 129.642.400 de Ações, no valor nominal de CR$ 1,00 (Hum cruzeiro)cada uma, assim distribuídas:

AÇÕES	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZADO	VALOR POR AÇÃO
Ordinarias Nominativas	32.411.350,00	32.411.350,00	1,00
Preferenciais Nominativas	97.231.050,00	97.231.050,00	1,00
T O T A I S.....	129.642.400,00	129.642.400,00	-

3) DOS FINANCIAMENTOS BANCARIOS: Referem-se a financiamentos da atividade de Avicultura (Extra Projeto), pelo Banco do Estado do Para S/A-Bampara, e que têem como garantias, bens imóveis; 4) EVENTOS SUBSEQUENTES À LEI 8.200/91: Em 11/02/93, o Presidente da República emitiu a Medida Provisória nº 312, revogando a Lei nº 8.200 de 28/06/91, a qual dispunha sobre a Correção Monetária das Demonstrações Contábeis para efeitos fiscais e societários. Tendo em vista que as Demonstrações Contabeis dos exercícios de 1991 e 1992 foram elaboradas também com base nos preceitos dessa Lei, os efeitos, se houver de sua revogação, somente serão conhecidos após a transformação da Medida Provisória nº 312, em Lei, e posterior regulamentação. Contador: Ilze Roberto de Oliveira Pires. CRC/PA-7.184.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.Diretores e Acionistas de FAZENDAS SAMAMBAIA S/A. 1) Examinamos o balanço Patrimonial levantado em 31.12.92 e as respectivas Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis. 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos e o volume de trasações da entidade: b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade. 3) A data de nossa contratação foi efetivada após o encerramento do exercício, não nos sendo possível adotar certos procedimentos de auditoria tais como: contagem de caixa, contagem dos estoques e inspeção física de bens do Ativo Imobilizado. 4) Em nossa opinião, exceto quanto ao paragrafo terceiro e seus efeitos, as Demonstrações Contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de FAZENDAS SAMAMBAIA S/A em 31.12.92, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e aplicações de recursos referentes ao exercício findo naquela data de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. 5) As Demonstrações Contábeis, referente ao exercício findo em 31.12.91, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós conforme Parecer datado de 28.05.92, com ressalvas por não termos adotados certos procedimentos de Auditoria. 6) Conforme descrito na Nota 04, a Sociedade elaborou suas Demonstrações Contábeis de acordo com práticas contábeis e fiscais vigentes em 31.12.92, não registrando quaisquer ajustes ou retificações que poderão advir caso a Medida Provisória nº 312 de 11.02.92 seja aprovada pelo Congresso Nacional. AUDITAN-AUDITORIA INDEPENDENTE S/C CRC/PA-0269. RUI OLIVEIRA MAGALHÃES-Sócio-Diretor responsavel-Contador CRC/PA nº 5771. Belém(Pa) 28 de abril de 1993.

COMPANHIA TÊXTIL DE CASTANHAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O ano que se encerra foi extremamente negativo para a empresa. A retração no mercado internacional de produtos primários como café e cacau reduziu drasticamente a demanda de embalagem. Apesar de todas as dificuldades a empresa pode manter sua posição no mercado face sua tradicional política de alta liquidez, que nos permitiu enfrentar as dificuldades surgidas. Registramos nossos agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores, agentes de vendas, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido neste exercício. Aos nossos funcionários, expressamos nosso reconhecimento e agradecimento pela dedicação para com a empresa. A ADMINISTRACAO.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

	Legislação Societária 1992	Correção Integral 1992	Correção Integral 1991
A T I V O	104.029.806	105.013.749	8.208.153
CIRCULANTE	72.493.190	73.477.133	6.473.274
Disponibilidade	2.782.733	2.782.733	1.408.992
Valores a Receber	18.198.844	15.366.194	446.102
Estoque	12.907.704	16.724.297	1.735.440
Impostos a Recuperar	511.218	511.218	25.389
Adiantamentos	140.955	140.955	10.409
Outras Contas a Receber	37.625.972	37.625.972	2.808.913
Desp. Exerc. Seguinte	325.764	325.764	38.029
REALIZÁVEIS A L. PRAZO	120.583	120.583	15.541
Cred. c/Emp. Lig.	0	0	0
Out. Créditos Val. Bens	120.583	120.583	15.541
PERMANENTE	31.416.033	31.416.033	1.719.338
Partic. Colig. Control.	2.522.615	2.522.615	135.106
Out. Inv. Permanentes	1.230.814	1.230.814	95.830
Imobilizado	27.662.604	27.662.604	1.488.402

	Legislação Societária 1992	Correção Integral 1992	Correção Integral 1991
P A S S I V O	104.029.806	105.013.748	8.208.153
CIRCULANTE	22.709.456	22.384.754	1.687.742
Fornecedores	2.086.128	1.761.426	751.089
Imp. Tax. e Contrib.	14.442.152	14.442.152	663.881
Financ. a c/Prazo	4.639.609	4.639.609	26.969
Dividendos a Pg.	6	6	6
Out. Exigibilidade	1.541.561	1.541.561	245.797
PATRIMÔNIO LIQUIDO	81.320.350	82.628.994	6.520.411
Capital Realizado	9.074.800	165.923.366	1.515.666
Reserva de Capital	157.844.100	995.529	7.575.321
Reserva de Lucros	5.968.428	5.968.428	319.656
Lucros Acumulados	(83.694.912)	(83.694.912)	(2.890.232)
Lucros do Exercício	(7.872.066)	(6.563.417)	0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

	Pela Legislação Societária 31.12.92 (CR$ Mil)	Pela Correção Integral 31.12.92 (CR$ Mil)	Pela Correção Integral 31.12.91 (CR$ Mil)
Receita de Vendas	59.130.847	45.740.276	4.525.781
(–) Dedução de Vendas	(7.877.404)	(7.877.702)	(342.118)
Receita Operacional Líquida	51.253.443	37.862.574	4.201.663
Custo de Vendas	(23.224.777)	(34.117.964)	1.584.801
Resultado Operacional Bruto	28.028.666	3.744.910	2.616.862
Receitas (Despesas) Operac.	6.135.446	(15.803.557)	107.562
Despesas Administrativas	(5.117.586)	(5.519.265)	(472.492)
Despesas Comerciais	(6.466.167)	(6.491.164)	(488.480)
Despesas Financeiras	(13.831.000)	(11.513.982)	(778.284)
Receitas Financeiras	6.511.396	4.378.738	(940.347)
Despesas Tributárias	0	0	0
Depreciação/Amortização	(409.802)	(409.802)	(65.501)
Outras Despesas Operac.	(321)	(72.340)	(42.795)
Outras Receitas Operac.	25.448.926	3.624.256	2.809.871
Resultado Operac. Líquido	34.164.112	(12.058.647)	2.746.396
Rec. (Desp.) não Operacionais	12.042	12.042	522.266
Result. Antes dos Efeit. Inflac.	34.176.154	(12.046.605)	3.268.662
Efeitos Inflacionários	(42.048.220)	5.483.188	(1.265.188)
Var. Monet. Ativa	0	9.836.390	87.525
Var. Monet. Passiva	0	(4.353.202)	(1.352.713)
Corr. Monet. do Balanço	(42.048.220)	0	0
Resultado do Período	(7.872.066)	(6.563.417)	2.003.474

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Capital Social	Res. Corr. Monetária Cap. Social	Reserva Incentivo Fiscal	Reserva Recompra de A	Prejuízos Acumulados (-)	Total
Legislação Societ.						
Saldo em 31.12.91	1.515.666	7.549.020	26.301	319.656	(3.028.569)	6.382.074
Ajuste Exerc. Ant.		15.315.207	178.828	574.363	(46.761.944)	(30.693.546)
Aumento Capital em 25.04.92	7.559.134	(7.549.020)	(10.114)			0
Corre. Monetária		141.533.359	800.514	5.074.409	(33.904.394)	113.503.888
Result. do Exerc.					(7.872.066)	(7.872.066)
Saldo em 31.12.92	9.074.800	156.848.566	995.529	5.968.428	(91.566.973)	81.320.350
Correção Integral						
Saldo em 31.12.91	9.064.686		1.005.643	5.968.428	(83.694.912)	(67.656.155)
Aumento de Cap -C/Reservas	156.858.680		(10.114)			156.848.566
Prej. Liq. do Exerc.					(6.563.417)	(6.563.417)
Saldo em 31.12.92	165.923.366	0	995.529	5.968.428	(90.256.329)	82.628.994

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ORIGENS	Pela Legislação Societária 1992	Pela Correção Integral 1992	Pela Correção Integral 1991
Lucro (Prej.) Líquido do Exerc	(7.872.066)	(6.563.417)	1.619.843
Correção Monet. do Balanço	42.048.220	0	
Depreciação e Amortização	409.802	409.802	268.726
Imobilizado Líquido Baixado	329.305	329.305	185.824
Outras Origens das Operaç.	21.694.673	53.211.418	2.349.573
Correção Monet. Aplic. Ouro	(10.393.133)	0	
TOTAL DAS ORIGENS	46.216.801	47.387.108	4.423.966
APLICAÇÕES			
Aquisição de Imobilizado	975.220	975.220	(212.040)
Aquisição de Investimentos	0	0	(113.612)
Adições Realiz. a L. Prazo	105.041	105.041	(70.148)
TOTAL DAS APLICAÇÕES	1.080.261	1.080.261	(395.800)
Aumento (Redução) do Cap. Circulante Líquido	45.136.540	46.306.847	4.028.166
Demonstrativo da Variação Cap. Circulante			
ATIVO CIRCULANTE			
No Início do Exercício	6.446.771	6.473.274	977.231
No Final do Exercício	72.493.190	73.477.133	6.473.274
VARIAÇÃO	66.046.419	67.003.859	5.496.043
PASSIVO CIRCULANTE			
No Início do Exercício	1.799.577	1.687.742	219.865
No Final do Exercício	22.709.456	22.384.754	1.687.742
VARIAÇÃO	(20.909.879)	(20.697.012)	1.467.877
Aumento (Redução) do Cap. Circulante	45.136.540	46.306.847	4.028.166

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia tem por objetivo principal a industrialização de fibras naturais de juta e malva, na fabricação de embalagens para produtos agrícolas. Os produtos se destinam tanto ao mercado interno como ao externo, onde atua diretamente ou através de exportadores.

2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Demonstrações contábeis pela Legislação Societária

Na preparação das demonstrações contábeis foram observadas as normas e diretrizes da Lei das Societárias por Ações (Lei 6.404/76, as instruções baixadas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e da Legislação tributária.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 1991 estão apresentadas para fins de comparação dos valores com os deste exercício. No presente exercício as principais práticas adotadas foram as seguintes:

a) As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, as aplicações em ouro foram corrigidas monetariamente com base na Unidade Fiscal de Referência - UFIR, que resultou ao valor inferior ao de mercado.

b) Os estoques avaliados ao custo médio das compras ou produção, inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.

c) As contas do ativo permanente estão demonstradas ao custo corrigido, tendo sido o imobilizado depreciado pelo método linear as taxas indicadas na nota 5 adiante.

d) Os resultados foram apurados de acordo com a competência dos exercícios a que se referem e incluem o efeito líquido da correção monetária medida pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR sobre os valores do ativo permanente e do patrimônio líquido.

e) Ajustes a valor presente.

Os créditos e obrigações com vencimentos futuros e de montantes prefixados, foram ajustados a valor presente com base na Unidade Fiscal de Referência - UFIR, cuja contrapartida foi refletida ao resultado do exercício a rubrica 'Ajuste a Valor Presente'.

2.2 - Pela Correção Integral

Com o objetivo de aperfeiçoar as informações divulgadas aos investidores e ao público em geral e atendendo às disposições das instruções CVM nº 64 de 19.05.87 e 108 de 04.12.89, a companhia adota a prática de apresentar demonstrações contábeis complementares ajustadas pelo efeito de inflação, sob o título 'Correção Integral'.

São os seguintes os critérios adotados para a elaboração dessas demonstrações contábeis:

Índice de Correção

As atualizações monetárias foram calculadas com base na taxa AMBID.

Os ganhos e as perdas por inflação referente aos passivos e ativos monetários que geram encargos e receitas financeiras nominais, são considerados como parcelas que ajustam os respectivos componentes do resultado.

Os ganhos e as perdas por inflação referentes aos demais itens monetários foram distribuídos nas respectivas contas de resultado a que se vinculam.

Os ganhos nos passivos não monetários classificados fora do patrimônio líquido estão reconhecidos no resultado das receitas relacionadas a operação.

3 - ESTOQUES

	LEGISL. SOCIET. 1992	CORREÇÃO INTEGRAL 1992	CORREÇÃO INTEGRAL 1991
Produtos Acabados	3.164.234	5.432.052	62.803
Produtos em Elaboração	495.433	618.799	24.245
Matéria-Prima	7.244.408	7.800.212	99.270
Materiais Secundários	513.990	692.386	62.404
Outros Materiais	1.489.639	2.180.848	200
	12.907.704	16.724.297	248.922

4 - EMPRÉSTIMOS À ELETROBRÁS

Os depósitos não convertidos em ações estão demonstrados no ativo realizável a longo prazo. Os empréstimos convertidos em ações classificados no ativo circulante e constituído provisão para perdas considerando a expectativa de realização desses ativos.

5 - IMOBILIZADO

As principais contas do ativo imobilizado e as respectivas taxas de depreciação, são as seguintes:

	Custo Corrigido CR$ Mil	Depreciação Acumulada %	Depreciação Acumulada Valor	Valor Líquido 1992	Valor Líquido 1991
Terrenos	2.737.433		–	2.737.433	140.350
Edifícios	35.377.169	4	19.514.855	15.862.314	943.952
Benfeitorias	1.897.706	4	1.076.073	821.633	47.887
Instalações	2.783.052	10	2.660.207	122.845	18.834
Maquinismo	77.800.308	20	73.310.727	4.489.581	118.065
Móveis e Utensílios	9.255.041	10	6.848.788	2.406.253	135.752
Veículos	3.090.638	20	1.888.534	1.202.104	82.076
Embarcações	169.583	10	149.143	20.440	1.968
	133.110.930		105.448.327	27.662.603	1.488.404

6 - CAPITAL SOCIAL

O capital social totalmente integralizado está representado por 38.886.920 ações ordinárias e 48.370.772 ações preferenciais, no valor nominal de CR$ 104,00.

As ações preferenciais somente poderão ser substituídas com recurso do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, nos termos do Decreto Lei 1367/74 e alterações subsequentes, sendo também intransferíveis até a data da emissão pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, do certificado de Implantação aprovado. O capital em 31.12.92 é CR$ 9.074.800 mil, representado por 72.778.000 ações ordinárias e por 106.578.199 ações preferenciais.

7 - COBERTURA DE SEGUROS

Em 31.12.92 eram as seguintes as coberturas de seguros para os bens da companhia:

	Ramo	Valor CR$ Mil
Estoques	Incêndio	59.090.340
Edificações	Incêndio	8.219.613
Equipamentos	Incêndio	15.514.117
Veículos	Compreensiva	977.158
Lucros Cessantes	Fundos	2.600.000
Acidentes Pessoais	Acidentes	8.150
	TOTAL	86.409.378

8 - CORREÇÃO MONETÁRIA

Os saldos das contas do ativo permanente, do patrimônio líquido e de outras contas sujeitas a correção monetária estão atualizados até a UFIR de 31/12/92.

Apresentamos a seguir o resumo dos valores contabilizados:

Ativo Permanente	51.103.248
Aplicação Ouro Mercado Futuro	10.393.133
Patrimônio Líquido	(101.944.143)
	(40.447.762)

9 - CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO APURADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA E PELA CORREÇÃO INTEGRAL

COMPONENTES	LUCRO/LÍQUIDO
- Legislação Societária	(7.872.066)
- Correção Monetária dos Estoques	3.816.593
- Ganhos Líquidos em Fornecedores	324.706
- Perdas Líquidas em Clientes	(2.832.650)
- Provisão p/Imposto de Renda	–
- Correção Integral	(6.563.417)

10 - EVENTOS SUBSEQÜENTES:

Em 11 de fevereiro de 1993, o Presidente da República emitiu a Medida Provisória nº 312, revogando a Lei nº 8.200 de 28 de junho de 1991, a qual dispunha sobre a correção monetária das demonstrações contábeis para efeitos fiscais e societários.

Tendo em vista que as demonstrações financeiras dos exercícios de 1991 e de 1992 foram elaboradas, também, com base nos preceitos dessa lei, os efeitos, se houver, de sua revogação somente serão conhecidos após a transformação da Medida Provisória 312 em lei, e posterior Regulamentação.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Belém (Pa), 22 de abril de 1993

Aos

Administradores e acionistas de

COMPANHIA TÊXTIL DE CASTANHAL - CTC - (1) Examinamos os balanços patrimoniais da COMPANHIA TÊXTIL DE CASTANHAL - CTC levantados em 31 de dezembro de 1992 e 1991 apresentados sob os títulos "Correção Integral" e Legislação societária, e as respectivas demonstrações do resultado das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) A Sociedade não sujeitou-se as regras instituídas pela Lei 8.383/91.

(4) Em nossa opinião, exceto quanto ao parágrafo terceiro e seus efeitos, as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de COMPANHIA TÊXTIL DE CASTANHAL - CTC em 31 de dezembro de 1992 e 1991, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios Fundamentais de Contabilidade.

(5) Em nossa opinião, exceto quanto ao parágrafo terceiro e seus efeitos as demonstrações contábeis apresentadas sob o título "Legislação Societária", representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de COMPANHIA TÊXTIL DE CASTANHAL - CTC em 31 de dezembro de 1992, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios de contabilidade emanados da Legislação Societária, descritos na Nota 2.

(6) Conforme descrito na Nota 10, a Sociedade elaborou suas demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis e fiscais vigentes em 31 de dezembro de 1992, não registrando quaisquer ajustes ou retificações que poderão advir caso a Medida Provisória nº 312 de 11 de fevereiro de 1992 seja aprovada pelo Congresso Nacional.

AUDITAN - AUDITORIA INDEPENDENTE S/C - CRC-PA -0269 - RUI OLIVEIRA MAGALHÃES - Sócio-Diretor Responsável - Contador - CRC-PA-5771.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
- OSCAR FARIA PACHECO BORGES - Presidente
- GILBERTO JUNQUEIRA MEIRELLES
- LUIZ AMÉRICO MEDEIROS
- ALAIN JEAN COSTILHES
- CARLOS ALBERTO DE SOUZA ROSSI
- MARCOS FERREIRA DA ROSA
- EDUARDO GRANDI

DIRETORIA:
- OSCAR FARIA PACHECO BORGES - Presidente
- GILBERTO JUNQUEIRA MEIRELLES - Vice-Presidente
- DIEL MAGALHÃES - Diretor de Marketing.

WALDEMAR BITTENCOURT MARTINS FILHO - CRC 4234-PA - CPF 018.987.522-49

É o caso de se perguntar: Qual era a vantagem de se avistar de longe o mercado? e por que, para um fim tão tôlo, se expôr o transeunte ao incômodo dos raios caniculares?

Idiotas!...

Quem vá, às 11 horas do dia ao Hospital da Santa Casa, passa por um dissabor. A soalheira alí é de rachar. Andou por lá também, a faina da destruição. Nenhuma árvore há, à sombra da qual se possa esperar uma condução; e os quarteirões alí são imensos.

Depois, há a considerar o lado inestético que a falta de arborização ocasiona a certas ruas pobres. Aquelas travessas do Umarizal, tôdas, as quais possuem edificações precárias, sendo entretanto retas e largas, já deviam há muito estar arborizadas. As travessas Jurunas, Alcindo Cacela e 14 de Março; as ruas e avenidas do bairro do Marco... Haverá maior desatino que conservar a antiga estrada das Mongubas, hoje Almirante Tamandaré, como um deserto de Gobi? bem no coração da cidade... Árida, desabitada, longa, poeirenta, a vista alí se perde no mais triste e deselegante dos panoramas, sem ter uma planta com fronde que lhe alegre a perspectiva. Verdadeiro colápso urbano!

Aliás, tenho perguntado a várias pessoas sôbre as vantagens da arborização das ruas. A maioria opina pelas vias ensombradas, mas outras, são contra as árvores. É dessa casta que têm sido os nossos prefeitos. Ou por espírito de contradição, ou por alegarem que as mangueiras produzem mosquitos, e enchem de fôlhas as calhas dos telhados das casas. Mas devem se lembrar que os mosquitos não são oriundos das mangueiras, mas das fóssas descobertas, e das bôcas de lobo mal vedadas. As árvores só devem existir nas ruas largas, nas bordaduras de passeios com 8 ou 10 metros de fundo.

Uns dizem, se referindo a um "slogan" antigo e europeu:

"Casa onde não entra o Sol, entra o médico". Bobagem, porque o Sol a que se refere o aforismo, é o Sol dos paises temperados. O Sol europeu é ameno e aconchegador. Em Lisboa nos bares ao ar livre, famílias se amesendam em pleno Sol. Mas entre nós não se pode fazer isso. O nosso Sol é molesto, estraga até mercadorias que se exponham aos seus raios, mesmo por pouco tempo.

Em Belém há muitas ruas largas e belas, mormente nos subúrbios, que devem ser arborizadas a todo o transe, por duas razões. Primeira: a árvore imprime beleza. Os nossos arrabaldes são desgraciosos, sem sombra, sem paisagem... Vai-se à periféria da cidade e os aspectos são áridos, sem nenhuma poesia, tudo pela falta de arvoredos.

Segunda: a saúde das nossas classes pobres ou miseráveis têm um inimigo implacável, na caústicidade das soalheiras. Sabe-se que as gripes mal curadas deixam nos organismos resquícios da moléstia, e a violência do calor e dos raios solares sôbre os viandantes que não tenham onde se abrigar, muitas vezes fazem renascer o mal, em recaídas periódicas, indo até a fatalidade da tuberculose pulmonar.

Entre nós as sombras das árvores são preservadoras da saúde.

Um pouco de raciocínio e se verificará a verdade do que dizemos: O homem do campo está mais habituado à canícula e pode suportá-la com mais impavidez.

Mas o da cidade, que trabalha nas indústrias, no comércio, nos armazens, nos escritórios, que são lugares abrigados, têm menos defesa para lhe sofrer os ardores; ainda menos, se fôr de organismo fraco, sujeito aos resfriados. Como já dissemos, tôda a massa vegetal que existe sôbre a Terra é gerada pelo calor do Sol. As grandes jazidas carboníferas são, igualmente, raios solares, que alimentaram plantas, há milhares de anos, ficando nelas solidificados e armazenados, e se transformaram em carvão de pedra, mercê da ação telurica sôbre as florestas soterradas. Uma das condições torturantes da Ilha do Diabo, era ser ela totalmente despida de árvores, o que provocava um mal estar horrível aos detentos. A derrubada da flora fôra determinada pelas autoridades, a fim de encarecer os recursos com que os presidiários se evadissem em balsas, jangadas ou simples tôros de árvores.

Muita gente diz: o clima de Belém mudou. Dantes chovia mais, e fazia menos calor. Outros contestam, achando impossível que se modifique o clima de uma localidade geográfica.

Mas é verdade. A temperatura de Belém já não é o que foi.

A construção do aéroporto e de mais algumas bases aéreas, do Instituto Agronômico do Norte, do Quartel do 26º Batalhão de Caçadores, e do bairro da Marambaia, deu motivo a muita derrubada da selva em torno da Capital. E essas clareiras determinam estiagem.

Em Val-de-Cães, onde há florestas, chove muito mais que em Belém. Dizem que Manáus é uma cidade quente; e a razão é ela não possuir arborização. Os raios solares infletem sôbre a superfície da Terra. Havendo árvores, estas absorvem-nos, proporcionando o fato, uma temperatura mais amena. Mas não havendo uma vegetação frondosa, são os indivíduos que suportam o calor que se espalha pelo ambiente. Um plantio incessante de mangueiras por todos os arredores da cidade, corrigirá muitos defeitos de higiene e bem-estar, dando-lhe em maior amplitude, a beleza que o estrangeiro mais nela tem admirado: as suas largas alamêdas frescas e cobertas de sombras.

Não foi por acaso que se instituiu a mangueira como a árvore mais adequada para a arborização de Belém. A cidade outróra tinha a sua arborização escassa de matumbeiras e castanholeiras, muito mirradas e tristes, como imagens floristicas da decrepitude.

O Senador Lemos, então, querendo dar uma outra feição à ornamentação da cidade, reuniu uma comissão de engenheiros, intelectuais, agrônomos, botânicos, estétas, urbanistas, para a escôlha do vegetal mais apropriado.

E a mangueira congregava em si, tôdas as qualidades requeridas, pela sua pujança, viço constante, fronde ampla, porte imponente. Além do mais, ofertava à população as delícias do seu saboroso fruto.

Mas terminemos. A Árvore é o elemento essencial do pitoresco e da paisagem. As grandes metrópoles dos climas frios, como París, Hamburgo, Viena, Berlim, Budapest usam-na pròdigamente, nas suas maravilhosas artérias urbanas, como elemento estético.

Stefan Zweig ficou desolado pela aridez de New-York, a que chamou, cidade de pedra. Só se vêm árvores alí, no Central Park; o resto é tudo cimento armado.

Como já disse, a árvore frondosa, que os nossos homens do Horto Municipal querem doidamente transformar em palmeiras, na mais sádica das podagens, - dá simetria às avenidas, disfarçando a precariedade das edificações; dá aspecto novo e garrído aos logradouros; e encanta deliciosamente a vista dos passeantes. Glória à sua beleza!...

PLANÍCIE AGROPECUÁRIA S.A. C.G.C 05.011.762/0001-07. PASS. TRÊS DE OUTUBRO, 536 - SACRAMENTA, BELÉM-PA. RELATÓRIO DA DIRETORIA. A Diretoria de PLANÍCIE AGROPECUÁRIA S.A, no uso de suas atribuições legais, vem apresentar aos Senhores acionistas e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992. Informando ainda que os documentos comprobatórios e demais informações pertinentes, encontram-se à disposição dos interessados, à sede social da Empresa, em expediente comercial.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	1991	1992
ATIVO	605.766.807,24	7.529.139.787,50
CIRCULANTE	522.146,82	101.613.093,04
DISPONÍVEL	522.146,82	101.613.093,04
Caixa	19.345,38	447.568,42
Bancos c/Movimento	502.803,44	2.813.524,62
Aplicações no mercado aberto	-	98.352.000,00
PERMANENTE	605.244.658,42	7.427.526.694,46
IMOBILIZADO	356.547.663,32	4.157.766.994,68
Imóveis	89.113.719,40	973.524.115,57
Infra-Estrutura	39.426.708,19	484.697.050,45
Embarc. Máq. e Equip. Agrícolas	26.003.732,63	358.456.293,85
Móveis e Utensílios	78.352,60	953.237,27
Plantel de Gado	184.337.673,40	2.237.102.721,31
Formação de Pastagens	79.586.720,19	978.435.646,85
Ferramentas	44.443,60	546.372,75
(-) Depreciações Acumuladas	(62.045.666,69)	(875.956.084,10)
DIFERIDO	248.696.995,10	3.266.759.788,88
Implantação de Projetos	4.625.414,47	56.836.816,[illegible]
Desp. Pré-Operacionais	244.073.580,63	3.212.921.[illegible]
PASSIVO	605.766.807,24	7.529.139.787,50
CIRCULANTE	5.799.077,39	155.544.[illegible]
Fornecedores e Credores	5.799.609,00	144.772.[illegible]
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	2.917.683,62
Impostos a Recolher	-	5.854.000,00
Dividendos a Pagar	477,39	477,39
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	599.967.729,85	7.373.595.[illegible]
CAPITAL	52.035.793,00	633.954.641,00
Autorizado	52.100.000,00	635.000.000,00
(-) A Subscrever	(63.667,63)	(775.[illegible])
(-) A Integralizar	(339,97)	(339,97)
RESERVAS DE LUCROS	547.931.936,85	6.739.640.[illegible]
Correção Monetária do Capital	548.599.969,08	6.693.306.127,28
Reserva Legal	46,99	275,98
Reserva Especial Dif. IPC	(1.670.744,69)	(22.998.228,27)
Resultados Acumulados	1.205.665,47	(130.667.909,76)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (2º SEMESTRE 1992)

RECEITAS OPERACIONAIS		
Financeiras		97.852.801,62
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal e Encargos	26.880.188,77	
Financeiras	8.787.367,00	
Serviços de Terceiros	1.200.000,00	
Tributárias	2.787.790,45	
Outros	3.095.974,59	42.751.320,81
LUCRO OPERACIONAL		55.101.570,81
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS		
Prejuízo na Alienação de Ativos	113.261.263,59	
Corr. Monet. de Balanço	88.918.072,95	(202.179.336,54)
RESULTADO FINAL DO EXERCÍCIO		(147.077.765,73)

MUTAÇÕES PATRIMONIAIS NO EXERCÍCIO

Movimento	Capital Integralizado	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva Especial Dif. IPC	Resultados Acumulados
Saldos em 31.12.91	52.035.793,00	548.599.969,08	46,99	(1.670.744,69)	1.205.665,47
Aumentos de Capital:					
Com Reservas	549.755.219,00	(548.599.969,08)	(46,99)	-	(1.158.202,93)
Com Bens	32.163.629,00	-	-	-	-
Corr. Monet. do Exerc.	-	6.693.306.127,28	275,98	(21.127.483,59)	16.362.393,41
Prej. do Exerc.	-	-	-	-	(147.077.765,73)
Saldos Finais 31.12.92	633.954.641,00	6.693.306.127,28	275,98	(22.998.228,27)	(130.667.909,78)

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA. NOTA 1 - DIRETRIZES CONTÁBEIS ADOTADAS. As principais Diretrizes Contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras em 31/12/1992, podem ser assim resumidas: a) o regime adotado para contabilização dos atos e fatos do ano, foi o de COMPETÊNCIA DE EXERCÍCIO; b) o prazo para distinção de CIRCULANTE e LONGO PRAZO foi de um exercício social completo; c) Os ATIVOS PERMANENTES e o PATRIMÔNIO LÍQUIDO foram corrigidos monetariamente pela variação de UFIR diário até seu patamar de Cr$ 7.340,03 por UFIR. O Resultado líquido dessa correção foi absorvido das despesas de pré-operação no 1º semestre e nas despesas, no 2º semestre; d) depreciações para refletir o efetivo desgaste físico e operacional dos bens em uso, foram calculados pelo método linear à taxas indicadas nos regulamentos fiscais. Essas depreciações, assim como as demais despesas operacionais do 1º semestre, foram alocadas do ATIVO DIFERIDO (Despesas de Pre-Operação) pelo fato da empresa não ter realizado qualquer operação mercantil geradora de Receitas nesse período. Já no 2º semestre foram levadas as despesas normais; e) Todos os passivos exigíveis foram atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. **NOTA 2 - EVOLUÇÃO DOS FATOS DE PRÉ-OPERAÇÃO.** A movimentação dos gastos de pré-operação no ano, pode ser assim resumida:

Saldos em 31/12/91		244.073.580,63
Despesas no 1º Semestre Ativadas:		
Pessoal e Encargos	7.512.079,00	
Veículos e Manutenção	5.243.650,00	
Despesas com Registros	5.662.923,00	
Outros	395.478,11	18.814.130,11
Corr. Monet. Balanço (da conta e atualização)		2.946.167.674,37
Saldos em 31/12/1992		3.212.921.[illegible]

NOTA 3 - CAPITAL. O Capital Social da Empresa pode ser detalhado da forma que segue:

CAPITAL AUTORIZADO	635.000.000,00
CAPITAL A SUBSCREVER	1.045.019,03
CAPITAL SUBSCRITO	633.954.980,97
CAPITAL A INTEGRALIZAR	339,97
CAPITAL INTEGRALIZADO	633.954.641,00

Belém (PA), 31 de Dezembro de 1992. ANTONIO GEORGES FARAH, Presidente; RAQUEL PAZUELLO DALLEDONE, T.C. CRC (PA) 1957 CPF 005.190.542-20.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES. 1. Examinamos as Demonstrações Financeiras de PLANÍCIE AGROPECUÁRIA S/A, levantadas sob a responsabilidade de sua administração, em 31 de dezembro de 1992, mediante aplicação de procedimentos usuais de auditoria, que incluiram revisão documental seletiva, confirmações de saldos com terceiros, inspeções físicas, avaliações de controles internos e outros procedimentos alternativos julgados necessários à emissão de nosso Parecer, adaptados às circunstâncias do desenvolvimento de nossos trabalhos. 2. As despesas do 1º semestre de 1992, a exemplo de anos anteriores e pela absoluta falta de qualquer tipo de rendimento ou receita operacional no período, foram apropriados ao ATIVO DIFERIDO (gastos de pré-operação). Já no 2º semestre, face às receitas de aplicações financeiras, as despesas foram apropriadas ao resultado normal. 3. Com o advento da recente Medida do Governo Federal (ainda não convertida em lei), quando de sua disposição final, se aprovada pelo Congresso Nacional, os valores da correção monetária do IPC/90 poderão vir a ser expurgadas, reduzindo drasticamente ATIVOS PERMANENTES e PATRIMÔNIO LÍQUIDO e anulando a RESERVA ESPECIAL DIF. IPC/90. 4. Observando o disposto no parágrafo anterior, e lidas as demonstrações auditadas em conjunto com as NOTAS EXPLICATIVAS a elas apensas, podemos opinar que essas demonstrações refletem com fidedignidade a posição financeira da PLANÍCIE em 31 de Dezembro de 1992. Os resultados do exercício e as mutações patrimoniais havidas no decurso do exercício encerrado nessa mesma data, tendo sido elaboradas consoante princípios contábeis geralmente adotados. Belém (PA), 30 de abril de 1993. JOSÉ FLÁVIO RODRIGUEZ, Contador CRC GO 5056 S.PA; ENTERPRISE AUDITORES INDEPENDENTES S/C, CRC GO 605 S.PA CGC(MF) 02695617/0001-02.

Numa Noite do Passado

A Péricles Moraes

Defluia o ano de 1943.

Era uma noite de temporal, e ao sair do cinema abriguei-me no "Café da Paz", que ainda existia na Praça da República, esquina com a Rua Carlos Gomes.

Por êsse tempo, à esquerda do café-hotel havia uma sala de bilhares. a qual, tôdas as noites se enchia de bilharistas e apreciadores.

No salão de refeições, do lado de cá, reuniram-se jogadores de Damas, e outras pessoas que alí se iam distrair e marcavam encontros. De sorte que havia sempre um grande número de habitués, amesendados, a fazer horas. Lá costumava ir de quando em vez. E nessa noite, como as mesas estavam ocupadas tôdas as mesas, abarquei-me a uma onde estava um senhor simpático, orçando pelos setenta anos, de cabelos fumados e perecendo gesso abastado.

O ruído das tacadas e vozes dos bilharistas se misturavam ouvia da sala vizinha, contrastando o fato, com o silêncio de nosso lado.

Pedi licença, ao ocupante da mesa e dirigi-me para o fatalestrar:

- Está uma chuva impressionante!

Êle fez um sorriso delicado, arrastado. Pensou [illegible] olhados. Mandei buscar [illegible] para [illegible] se. Recusou. Mas como estava em voz, [illegible] rei vencer o frieza do meu vizinho, trocando [illegible] ião. Ora, é sabido que a simpatia [illegible] nosso exterior, mas dentro em nós, no [illegible] pessoa mal humorada expele centelhas de repul[illegible] va, que afasta as outras. Ao contrário, se ela estiver alegre, feliz, ou bem disposto de espírito, êsse estado anímico contagia aos estranhos, constituindo-se em dotes de [illegible] Dalle Carnegie explica isso muito bem, no seu livro "Como fazer amigos". Assim, falei ao nosso homem, de vários assuntos. Da guerra que se desencadeava no velho mundo dos esportes, até que referi-me ao passado. A fisionomia do meu companheiro, tal como a do O MONGE, de Raimundo Corrêa, animou-se. Parece que havia tocado na fibra sensível.

- Êste café, - disse eu, - não deixa de ser um bom refúgio notívago, para se fazer horas antes de se recolher, conversando com amigos.

- É verdade, disse êle. E eu o conheço há cinquenta anos.

- Meio século... e diz o senhor que o conhece há todo êsse tempo!...

De fato. Há dez lustros que frequento êste restaurante noturno, com maior ou maior intervalo...

- Quer dizer que os habitantes de Belém estão familiarizados com o Café da Paz há todo êsse tempo?

- Não é bem assim, retrucou. Até 1900, o salão de bilhares mais procurado, e que predominava como ponto de reunião noturna, era o "Café Central", no Largo de Sant'Anna. A Rua Padre Prudêncio, outróra, da Trindade, era a grande

AGROPECUÁRIA HAKONE S.A. - CGC/MF Nº 04.871.760/0001-25 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Senhores Acionistas, a administração da Agropecuária Hakone S.A., submete a apreciação de V. Sas., em cumprimento às determinações da Lei 6.404/76, dos Estatutos Sociais e demais dispositivos legais que lhe são aplicáveis, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1992, e para esclarecimentos adicionais que por ventura se façam necessário, coloca-se a disposição de vossas senhorias. a) A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.92 (Cr$ mil)

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	6.199.675	228.271
DISPONÍVEL	23.024	10.323
Caixa Geral	12.023	6.419
Bancos c/Movimento	11.001	3.904
CRÉDITOS DIVERSOS	5.747.181	80.775
Clientes	3.975.108	43.693
Adiant. a Fornecedores	1.504.634	34.224
Outros Créditos	267.439	2.658
ESTOQUES	429.470	137.173
Prods. Avícolas	248.911	99.905
Rebanhos	53.018	4.313
Almoxarifado	127.541	32.955
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	69.364	19.143
Acionistas/Interligadas	0	621
Plantel Avícola	69.364	18.522
PERMANENTE	86.088.813	5.915.202
INVESTIMENTOS	13.166	1.071
IMOBILIZADO	85.325.303	5.873.135
Pecuária	19.825.781	979.490
Avicultura	65.499.522	4.893.645
DIFERIDO	750.344	40.996
TOTAL DO ATIVO	92.357.852	6.162.616

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	6.042.036	460.072
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	6.042.036	460.072
Fornecedores	1.177.356	81.969
Obrigações Tributárias	572.546	30.001
Contribuição Social	0	16.876
Dividendos a Distribuir	22.521	11.166
Instituições Financeiras	4.120.805	303.837
Obrigações Trabalhistas	148.808	16.223
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	60.152.312	2.458.051
Acionistas/Interligadas	5.533.390	361.312
Instituições Financeiras	47.407.631	2.096.739
Debêntures	7.211.291	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.163.504	3.244.493
Capital Social	2.602.352	536.300
Reserva Correção Monetária	29.389.975	2.009.615
Reserva de Reavaliação	1.136.650	92.458
Reserva Legal	324.571	22.834
Reserva Especial IPC/90	6.042.500	491.515
Resultados Acumulados	(13.332.544)	91.771
TOTAL DO PASSIVO	92.357.852	6.162.616

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - (Cr$ MIL)

DISCRIMINAÇÃO	1992	1991
RECEITA BRUTA DE VENDAS	15.737.882	663.552
Venda Prods. Pecuários	0	186.300
Venda Produtos Avícolas	15.737.882	477.252
DEDUÇÕES DAS VENDAS	(541.466)	(33.582)
Impostos Incidentes	(434.901)	(33.582)
Descontos Concedidos	(106.565)	0
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	15.196.416	629.970
CUSTO PRODUTOS VENDIDOS	12.892.475	(620.898)
De Produtos Pecuários	0	(196.069)
De Produtos Avícolas	12.892.475	(424.829)
RESULT. OPERACIONAL BRUTO	2.303.941	9.072
DESPESAS OPERACIONAIS	(33.965.343)	(1.888.207)
Despesas Administrativas	(1.309.359)	(57.455)
Despesas Financeiras	(32.697.352)	(1.837.411)
Receitas Financeiras	41.872	6.659
Despesas Tributárias	(504)	0
REVERSÃO PROV. P/DEV. DUV.	1.357	0
RESULTADO OPERAC. LÍQUIDO	(31.660.045)	(1.879.135)
RESULTADO COR. MONETÁRIA	18.076.566	1.969.849
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	(5.021)
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	(13.583.479)	85.693
PROVISÃO CONTRIB. SOCIAL	0	(7.790)
LUCRO (PREJ.) LÍQ. EXERC.	(13.583.479)	77.903
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO	(5,22)	0,15

DEMONST. DAS ORIGENS E APLIC.DE RECURSOS - (Cr$ MIL)

DISCRIMINAÇÃO	1992	1991
ORIGENS DE RECURSOS	4.133.127	646.839
Ajuste de Exerc. Anterior	11.355	0
Result. Liq. do Exercício	(13.583.479)	77.903
Despesas/Receitas que não representam movimento do capital Circulante	(16.658.928)	(1.813.535)
(-) Correção Monetária	(18.076.566)	(1.969.849)
(+) Depreciação/Amortização	1.417.638	151.293
(-) Perda Alien. Imobilizado	0	5.021
DOS ACIONISTAS:	56.437	425.625
- Integralização Capital	56.437	425.625
DE TERCEIROS:	34.307.742	1.956.846
- Aumento Exig. L. Prazo	34.307.742	1.956.846
APLICAÇÕES DE RECURSOS	3.743.687	862.188
- No Imobilizado	3.623.837	832.581
- No Diferido	69.629	6.948
- No Realizável L. Prazo	50.221	16.115
- Provisões	0	6.544
VARIAÇÃO CAP. CIRCULANTE	389.440	(215.350)
ATIVO CIRCULANTE	5.971.404	191.850
No Início do Exercício	228.271	36.420
No Final do Exercício	6.199.675	228.270
PASSIVO CIRCULANTE	5.581.964	407.200
No Início do Exercício	460.072	52.872
No Final do Exercício	6.042.036	460.072

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.92 - (Cr$ MIL)

Descrição das Mutações	Cap. Social Integraliz.	Reserva Corr. Monetária	Reserva Legal	Reserva Reavaliação	Reserva Esp. IPC/90	Lucros Acumulados	TOTAL
SALDO 31/12/1991	536.300	2.009.615	22.834	92.458	491.515	91.771	3.244.493
AUMENTOS DO CAPITAL							
- Com Reservas	2.009.615	(2.009.615)					-
- Com Dinheiro							-
- Com Lucros							-
- Com c/c Acionistas	56.437						56.437
CORR. MONETÁRIA EXERCÍCIO		29.389.975	289.170	1.044.192	5.550.985	230.523	36.513.845
DESTINAÇÃO DO LUCRO							
- Reserva Legal			3.567			(3.567)	-
- Dividendos Distribuid.						(67.792)	(67.792)
LUCRO LÍQ. EXERCÍCIO						(13.583.479)	(13.583.479)
SALDO EM 31.12.1992	2.602.352	29.389.975	324.571	1.136.650	6.042.500	(13.332.544)	26.163.504

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. 1) CONTEXTO OPERACIONAL. A empresa é uma sociedade anônima de Capital Autorizado, com projeto em fase final de implantação, objetivando a exploração da Bovino-Bubalinocultura com a colaboração financeira da SUDAM/FINAM e a exploração da Avicultura Industrial com apoio financeiro parcial do BNDES. 2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância da Lei 6.404/76 e disposições legais complementares. Os componentes do Ativo Permanente, do Patrimônio Líquido e demais Ativos e Passivos sujeitos a Correção Monetária estão atualizados pela variação da UFIR. 3 - PERMANENTE. É registrado ao custo corrigido monetariamente. A depreciação é calculada pelo método linear, levando em conta a vida útil dos bens. As amortizações calculadas às taxas admitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A composição do permanente é a seguinte (Cr$ Mil)

Contas	1992		
	Custo Corrigido	Depreciação	Valor Residual
INVESTIMENTOS	13.166	0	13.166
Participações Acionárias	13.166	0	13.166
IMOBILIZADO	93.392.306	8.067.003	85.325.303
PECUÁRIA	20.978.645	1.152.864	19.825.781
Terras	707.263	0	707.263
Pastagens em Formação	1.516.478	0	1.516.478
Obras de Infraestrutura	458.106	16.983	441.123
Instalações Pecuárias	1.522.829	77.280	1.445.549
Edificações	1.979.659	0	1.979.659
Aparelhos e Equipamentos	479.822	47.429	432.393
Máquinas e Motores	1.977.691	690.377	1.287.314
Móveis e Utens;ílios	115.227	18.188	97.039
Veículos	1.928.162	302.607	1.625.555
Animais de Trabalho	383.255	0	383.255
Animais de Cria	9.910.153	0	9.910.153
AVICULTURA	72.413.661	6.914.139	65.499.522
Obras de Infraestrutura	15.296.496	0	15.296.496
Obras em Andamento	32.499.273	0	32.499.273
Aparelhos e Equipamentos	5.747.289	1.357.356	4.389.933
Máquinas e Motores	11.383.499	2.484.202	8.899.297
Móveis e Utensílios	318.950	22.599	296.351
Veículos	7.168.154	3.049.982	4.118.172
DIFERIDO	928.340	177.996	750.344
Estudos e Projetos	529.874	91.100	438.774
Gastos de Implantação	398.466	86.896	311.570
TOTAIS	94.333.812	8.244.999	86.088.813

4 - DEBENTURES. Refere-se a títulos conversíveis e inconversíveis subscritos pelo FINAM, nos termos da Lei 8.167/91, resolução SUDAM 7.356/92 e parecer DAP/DAI Nº 12 de 15.01.92. 5 - CAPITAL SOCIAL. O Capital Social, cujo valor nominal de cada ação é de Cr$ 1,00 (hum cruzeiro), apresenta-se da forma seguinte (Em Cr$ mil).

Tipo de Ações	Capital Autorizado	Capital Subsc. e Realizado	Capital a Subscrever
Ordinárias	3.000.000	2.042.210	957.790
Preferenciais	3.000.000	560.142	2.439.858
TOTAL	6.000.000	2.602.352	3.397.648

Belém, 31 de dezembro de 1992

DIRETORIA:
VICENTE DE PAULA PEDROSA DA SILVA, Diretor-Presidente; JADIEL FREIRE DO AMARAL, Diretor; JADIEL FREIRE DO AMARAL, TC.CRC-PA1015. CORECON 1109 9ª Região

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. VICENTE DE PAULA PEDROSA DA SILVA, Presidente; DIANA MARIA GUIMARÃES DE PAULA, Vice-Presidente; VICENTE DE PAULA PEDROSA DA S. JR., Conselheiro.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES. Aos Administradores e Acionistas da AGROPECUÁRIA HAKONE S.A., 1 - Examinamos o Balanço Patrimonial da Agropecuária Hakone S.A., levantado em 31 de dezembro de 1992 e a respectiva demonstração de resultado, da Mutação do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. 2 - Nossos exames foram conduzidas de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as Demonstrações Contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos trabalhos compreenderam, entre outros procedimentos: (a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia; (B) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros, que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (C) A avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. 3 - Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Agropecuária Hakone S.A. Em 31 de dezembro de 1992, o resultado de suas operações, as mutações de seu Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de seus Recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. Belém (PA), 20 de abril de 1993. a) TADEU MANOEL RODRIGUES DE ARAÚJO - Contador CRC/PA 2671 - IBRACON 1800.

artéria urbana, por onde derivavam os "corsos", e onde demoravam os melhores clubes. Pelo Carnaval era alí a grande atração e o ponto obrigatório da boemia elegante. Depois, a vida noturna de Belém desviou-se dêsse centro por obra e graça do Teatro da Paz, que foi aos poucos, atraindo para a sua órbita, todos os estabelecimentos de vida mundana alegre.

Mas a cidade de Belém há cinquenta anos era incomparavelmente menor!....

- Sim. Mas era como se fôsse maior. A borracha dava muito dinheiro. O câmbio era a nosso favor. Imagine que uma libra esterlina custava 11 cruzeiros de hoje; um dólar, 2 cruzeiros e 50 centavos. Além disso, a vida social de antanho entre nós tinha encantos insuperáveis e insuspeitados pelos moços de hoje. Pelos subúrbios, o Carnaval era um alvorôço com os "cordões" de marujos; pelo São João, os conjuntos de bichos e pássaros percorriam a cidade representando lendas silvestres e indígenas ao som de lindas melodias. A animação dos arrabaldes era intensa. Na quadra natalina, as pastorinhas imprimiam o seu cunho de graça e encanto na vida social da cidade.

- Também em cordões pelas ruas?

- Não; isto não. As Pastorinhas funcionavam nas casas de família onde eram organizadas. Constituiam como um clube improvisado, que só tinha existência no mês de dezembro e parte de janeiro, para a queimação das palinhas. Uma noite, outra não, havia ensaios; méro pretexto para que depois dêles se improvisassem danças. Um piano tocava, e as pastoras dançavam com os "mordomos". Nos enredos pastorís colaboravam poetas e músicos distintos que emprestavam às "deixas" e pequenos dramas rurais, uma suave e avassaladora poesia. Dêles ainda existe uma coletânia de Melo Moraes Filho, intitulada "Serenatas e Saráus".

Antonio Carvalho Brasil, Toti Menezes, Carlos Tobias, Cincinato Souza, Antonio Carepa, foram grandes artistas que deram notável beleza às festas do Natal.

- Eu tinha curiosidade de saber como era essa vida em Belém, há cinquenta anos, insistí.

- Vou lhe dizer o que me lembro, e para dar uma idéia da vida elegante dessa época, faço-lhe vêr que, aquí defronte, onde estadeia o Grande Hotel, se localizava o velho "Café Chic", de que o grande e malogrado poeta Frederico Rhossard era frequentador habitual. Na outra esquina, onde está o Cine Olímpia, existia o célebre "Café Madrid", uma casa nobre com Jardim, onde se dançava o "maxixe" e se jogava à larga. Até o começo dêste século todo o calcetamento do Largo da Pólvora e ruas adjacentes, era de madeira e paralelepípedos. No lugar do Grande Hotel, a seguir ao Café Chic, havia uma grande construção de madeira, com fachada gradeada, que tinha o nome de "Teatro Polyteama". Dentro havia enorme carroussel ricamente decoradio, bar amplo e confortável, palco no fundo, onde se exibiam as melhores companhias de revistas do Rio e da Europa. Mais adiante, onde se acha o "Rotisserie Suisse", se localizava o "Moulin-Rouge", que possuia também o seu palco, em que debutavam estrangeiras lindas, quase nuas. Eram espetáculos só para homens endinheirados e frequentadores do "demi-monde". Na esquina do terreno que fica apenso ao edifício da Escola Normal, era o Circo Providência, que funcionava tôdas as noites. Na Rua Arcipreste, logo adiante, encontrava-se o "Chat noir", estabelecimento de jogo e cabaret. Passando pela frente do Teatro da Paz, rumando a São Jerônimo, deparava-se na esquina desta com a Assis de Vasconcelos, o célebre "O Apolo", restaurante e bar noturno, que atraia os espectadores e fregueses com o seu gigantesco realejo, e caroussel. Por traz dêle, na Trav. Piedade, se erguia a "Montanha Russa", descomunal aparelho montado com aparato, e cuja composição ocupava a rua de princípio ao fim. Como vê o senhor, o Largo da Pólvora era assim como uma miniatura de "Montmartre", o bairro das diversões de Paris. E se o Pará ainda não tinha o automóvel, em compensação possuia as lindas carruagens e os alazões de luxo...

A tempestade lá fora, derramava água em cataratas. Os retardatários que não tinham encontrado assentos, encolhiam-se entre portais, a fim de evitar as bátegas de chuva, que atingiam as portas do café.

- Mas, - perguntei, - todos êsses estabelecimentos funcionavam numa mesma época, ou em tempos diferentes?

- Eram contemporâneos uns dos outros. Tinha função permanente. O Pará tinha recursos para manter tôdas suas emprêsas de diversões.

Estava a me sentir incrédulo, se não fôsse a respeitabilidade do meu interlocutor. Mas aventurei:

- Quer dizer então que presentemente, regredimos?

- Mais ou menos. É preciso porém, notar que a Amazônia atravessava uma quadra excepcional. Era o único empório de borracha do Globo. Conquanto não existisse ainda o automóvel, e portanto, o "pneu", a aplicação da goma elástica assim mesmo já era considerável. Ficamos um bocado refletindo, e como o meu silêncio induzisse-o a falar, êle continuou:

- A propósito desta tempestade que úiva lá fora lembro-me que há 47 anos, numa noite de chuva como a de hoje, eu ainda solteiro, estava aguardando o término da tormenta, para ir a um baile. E ficou por momentos, pensativo, como que evocando o passado... E prosseguiu: Às vezes um sujeito não vai a uma festa por preguiça ou comodismo, e perde certos acontecimentos, dêsses, que não mais se esquecem. Eu se estivesse em casa, por ocasião da borrasca, não sairia. Mas como já estava na rua, paramentado e com-

prometido a ir buscar um amigo, tinha que ir de qualquer maneira. Foi o que fiz.

Eu era todo ouvidos. A conversa se tornava interessante porque o meu interlocutor era um narrador nato.

- Estava convidado para ir a uma festa dançante na Estrada da Constituição, próximo à Dois de Dezembro. A primeira rua é a Gentil, de hoje; e a segunda é a Generalíssimo. Mas tinha que me encontrar com um amigo que morava na mesma Constituição, porém, junto à Jaqueira. A Jaqueira era o trecho onde a Gentil desemboca na Padre Prudêncio. E como a chuva tivesse passado, fui a pé, saltando pocinhas, pela Rua São Vicente de Fora, que é a atual Serzedelo. Ao chegar à Constituição, dobrei à direita, e no lado par, bati num chalezinho, com um portão de ferro.

O meu amigo já estava pronto à minha espera, e saímos a pegar o bonde da linha São José, que vindo pela Trindade desembocaria na Constituição, onde nos achávamos. Apanhamos o veículo, puxado por duas pilecas sonolentas, e rumamos nêle, para Nazaré. O carro dobraria na Dr. Morais e depois, no Canto da Viração, para a Estrada de São Brás, e dali, em linha reta até a Dois de Dezembro. Rodava pesadamente, e debalde o cocheiro brandindo o seu chicote, estimulava os animais. Nêsses idos, a estrada pela qual seguíamos era tôda ladeada de rocinhas dentro de cercados.

Não se via um muro. Eram só cêrcas e mais cêrcas.

O leito da rua estava tomado pela lama, e mirradas mutambeiras que o marginavam, baloicavam-se como sombras, açoitadas pelo vento. Pouca gente no bonde: o condutor, o boleiro e uns cinco passageiros além de nós, recolhíam aos penates. Nós saltamos na "2 de Dezembro", eu e o Antonico Rocha, mesmo em frente à Estância de Madeiras do Ananias Reis. E por ali seguimos até à Constituição, velha estrada pela qual passava o caminho de ferro, e que tinha uma "Parada" ali perto. Mais alguns passos adeante, se via uma casa alta, de três janelas, donde jorrava forte claridade. Era lá que nós íamos. Entrava-se por um portão ao lado para se atingir a escadaria. Muita gente, numa animação ruidosa e alegre. Homens bem vestidos, moças em trajes de baile, e num recanto do vestíbulo a orquestra com piano, denunciava-se pela afinação dos instrumentos. Mas penetramos, ficamos algo deslumbrados pela beleza das mulheres e luxo dos convidados. O dono da casa, um comandante de gaiolas que sulcavam o Amazonas, recebeu-nos com fidalguia.

Foi isso em 1895. Governava o Estado, o Dr. Lauro Sodré, que entregaria a 1º de Fevereiro de 1897, o govêrno ao Dr. José Paes de Carvalho, tido como seu provável substituto. No início do ano a entrar, 1896, o Dr. Enéas Martins, com os Drs. Barbosa Rodrigues, Cipriano Santos, e Firmo Braga, fundariam a "Folha do Norte", de que nessa época já existiam os preparativos. O novo jornal já tinha alugado o prédio onde iria se instalar, ao Largo do Palácio n. 13, próximo à Rua 13 de Maio.

A orquestra onde se exibiam violinistas hábeis executou várias valsas de Emil Waldteufel, como **Doce Poema, Sob a esfera celeste, Fonte Luminosa, Meu sonho, A volta da Primavera, Mariana**, que só elas bastavam para tornar a serata, uma delícia. A quadrilha alemã, "Militar", a valsa "La Muchacha", muito em moda, e a clássica "Valsa azul", se faziam ouvir, merecendo aplausos. O saráu decorria animadíssimo. Muito demoramos no bufet, onde quitutes preparados pela Caetana, uma quituteira célebre na tradição paraense, - faziam as honras da festa. Casquinhos de mussuan e de caranguejo, pastéis, croquetes, doces finos, empadas, satisfaziam os mais exigentes. Fatias de perú e de leitão, regado com wiskei e com cerveja americana, enchiam de entusiasmo pantagruélico, os adoradores da mesa.

Ao voltarmos lá de dentro, para de novo ingressarmos nas quadrilhas, notamos um alvorôço na varanda, em tôrno de um homem de cabeça grisalha e basta como uma juba, de olhar enérgico, bigodes brancos, e pescoço leonino, trajado de cinzento. A sua presença causava sensação. Depois conduziram-no à sala, onde executou no piano, várias partituras com mestria admirável. Foi um delírio, - continuou o meu informador. Todos os cumprimentaram. Era "maestro praqui", maestro prali". O sujeito tinha uma figura que empolgava. Ao vê-lo, ninguém podia ficar indiferente. Mas afinal, quem êsse tipo? perguntamos. - Pois, não sabe? responderam-nos. É o maestro Carlos Gomes...

Ficamos maravilhados eu e o Antonico Rocha. Conquanto o autor do Guarani fôsse uma celebridade mundial, a sua fotografia ainda não era por nós conhecida. Também depois disso, pouco demorou. Mas a sua presença tinha sido a maior atração da festa. Carlos Gomes tinha vindo ao Pará integrando a companhia lírica do maestro Colás, em 1895, tendo regido a orquestra várias vezes. Depois disso seguiu com o elenco da mesma, para a Europa. O govêrno do Pará resolveu então contratá-lo para dirigir o nosso conservatório de música, que funcionava em prédio próprio, confronte ao Corpo de Bombeiros. Mas aí Carlos Gomes ao chegar vinha enfêrmo de um câncer na língua, que lhe aparecera em Lisbôa, quando para cá se dirigia. De que veio a falecer no mesmo ano. Setembro de 1896.

Não imagina o senhor, como aquela reunião se gravou nas minhas reminiscências, comentou o meu narrador, fazendo ligeira pausa. Eu só escutava. Dancei ali prosseguiu - com verdadeiras princezas daquela época, que ou já morreram, ou estão velhinhas... Veja como é a vida. Num dos intervalos puzemo-nos a conversar encostado à porta que dava para o salão -, mais, para observar as mulheres bonitas que ali se achavam, - quando deparei com uma senhora de beleza perfeita. Imagine: uma mulher forte e esbelta, com uma cabeleira incomparável, linda tez morena e uns olhos azuis escuros de rara sedução. Era notável. Conversava animadamente, e o seu sorriso mais lhe fazia realçar a formosura. Perguntei a um amigo que estava perto: Quem é aquela senhora? E êle respondeu: é a mulher daquêle sujeito que está ali, ao lado. Realmente, junto à porta da alcova avistei um indivíduo, com o cabelo cortado rente, dando semelhanças muito aproximadas com o Dr. Aldebaro Klautau, conhece? - Conheço, respondi. Êle prosseguiu se referindo ao seu informante. É conferente da Alfândega, e chama-se Leopoldo Alencar. Ela é viúva do poeta Carlos Hipólito de Santa Helena Magno, e casou em segundas núpcias com o atual marido; tudo isso me informou com delicadeza o amigo a quem interpelara. Senti-me emocionado, ao ouvir semelhante notícia, - disse o meu narrador. Porque aquêle nome do maior poeta paraense me evocava um drama. O drama íntimo e doloroso do poeta Sta. Helena. Eu tinha ouvido dizer que a espôsa de Santa Helena havia cometido uma falta em vida do marido, abreviando-lhe assim, a morte; e depois se casara com o sedutor. Será isso verdade? Daí, a sua poesia ANJO CAÍDO...

Porque dada a celebridade do poeta, e a extraordinária beleza da sua espôsa, o fato rebocou por muito tempo, com visos de incruenta tragédia... O amigo que me informava levou-me para o vestíbulo, por estar mais longe de pessoas indiscretas, e lá me relatou o seguinte: "Como o senhor eu também tinha as minhas dívidas, e aquilo me causava pena.

CURBEL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A. CGC - 05.083.092/0001-34. Senhores Acionistas. Em cumprimento da Lei e dos Estatutos, vimos submeter a vossa apreciação o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações Patrimoniais e das Origens e Aplicações de Recursos, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992. Renovamos nossos agradecimentos pelo apoio recebido da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Banco do Brasil S/A, Banco da Amazônia S/A., Banco do Estado do Pará S/A, demais autoridades, instituições bancárias, fornecedores e clientes na consolidação e confiança no empreendimento. Igualmente manifestamos nossos agradecimentos a todos os empregados e colaboradores. Pelo esforço e dedicação durante o exercício de 1992. O Conselho de Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Em Cr$ 31.12.92	Em Cr$ 31.12.91	PASSIVO	Em Cr$ 31.12.92	Em Cr$ 31.12.91
CIRCULANTE	498.044.406	207.620.149	CIRCULANTE	2.157.719.056	485.918.871
DISPONÍVEL	4.607.230	778.673	Fornecedores	399.809.852	128.519.171
Caixa e Bancos	4.607.230	778.673	Instituições Financeiras	-	206.362.324
CLIENTES	-	83.128.591	Encargos Sociais a Recolher	934.135.625	89.557.178
Duplicatas a Receber	-	88.571.092	Impostos a Recolher	618.806.117	12.660.987
(-) Duplicatas Descontadas	-	(4.117.342)	Contas a Pagar	3.748.605	13.143.869
(-) Provisão p/Dev. Duvidosos	-	(1.325.159)	Salários e Ordenados a Pagar	193.593.800	24.637.028
ESTOQUES	466.001.716	71.579.772	Comissões a Pagar	-	7.329.440
Matéria Prima	38.932.436	12.643.713	Outras Obrigações a Pagar	7.625.057	3.708.874
Produtos em Elaboração	-	50.036.059	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	8.407.699.076	171.439.597
Produtos Acabados	418.757.421	2.756.370	Instituições Financeiras	6.521.195.172	120.397.854
Almoxarifado	8.311.859	6.143.630	Encargos Sociais a Recolher	342.517.629	32.742.025
OUTROS CRÉDITOS	27.435.460	52.133.113	Impostos a Recolher	174.969.790	18.299.718
Depto Vinculados ao BACEN	-	17.443.936	Empréstimos a Pagar	1.369.016.485	-
Adiantº a terceiros	26.371.181	31.388.126	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.010.367.588	3.206.937.135
Adiantº a Empregados	-	2.225.372	Capital Integralizado	325.003.335	325.003.335
Impostos a Recuperar	1.064.279	1.075.679	Reserva de Capital	48.693.195.305	3.662.282.780
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	193.616.056	86.615.745	Reserva de Reavaliação	217.243.235	17.671.214
Empréstimos Compulsórios - Eletrobrás	36.945.984	-	Reserva de Lucros	66.025.552	5.370.715
Despesas a Apropriar	156.670.072	86.615.745	Resultados Acumulados	(6.291.089.839)	(803.390.909)
PERMANENTE	52.884.125.258	3.570.059.709			
Investimentos	33.638.990	2.736.295			
Imobilizado	52.850.486.268	3.567.323.414			
TOTAL DO ATIVO	53.575.785.720	3.864.295.603	TOTAL DO PASSIVO	53.575.785.720	3.864.295.603

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Discriminação	Em Cr$ 31.12.92	Em Cr$ 31.12.91
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.790.794.814	982.908.574
DEDUÇÕES DA RECEITA	254.301.533	111.595.402
Impostos Faturados	208.753.184	72.704.712
PIS s/Faturamento	11.172.235	2.826.413
Finsocial	34.376.114	8.583.116
Devoluções de Vendas	-	27.481.161
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.536.493.281	871.313.172
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	1.939.068.523	743.213.853
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(402.575.242)	128.099.319
DESPESAS OPERACIONAIS	2.320.055.632	545.046.421
Despesas c/Vendas	44.709.127	34.090.864
Despesas Administrativas	955.156.461	161.156.041
Despesas Financeiras Líquidas	617.926.195	193.178.674
Despesas Tributárias	637.411.389	39.931.809
Despesas Patrimoniais	6.122.902	727.285
Variação Cambial	58.729.558	115.961.748
RESULTADO OPERACIONAL	(2.722.630.874)	(416.947.102)
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	7.935.927.420	(55.595.112)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	-	4.750.000
DESPESAS DE VARIAÇÕES MONETÁRIAS	6.916.435.573	-
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	27.808.452	23.049.792
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.730.947.479)	(490.842.006)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Discriminação	Em Cr$ 31.12.92	Em Cr$ 31.12.91
ORIGENS DE RECURSOS		
Resultado Líquido do Exercício	(1.730.947.479)	(490.842.006)
Depreciações	106.911.541	14.563.602
Correção Monetária do Balanço	(7.935.927.420)	55.595.112
Baixa do Imobilizado	35.581.926	137.925.614
Aumento do Exigível a Longo Prazo	8.236.259.479	131.416.636
Ajuste de Exercício Anterior	795.283.365	-
SOMA:	(492.838.588)	(151.341.042)
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento do Imobilizado	8.563.238	10.317.702
Aumento do Realizável a L. Prazo	107.000.311	52.332.065
Baixa da Depreciação	772.973.791	87.218.275
SOMA:	888.537.340	149.868.042
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO		
1. ATIVO CIRCULANTE	290.424.257	35.613.955
No início do exercício	207.620.149	172.006.194
No final do exercício	498.044.406	207.620.149
2. PASSIVO CIRCULANTE	1.671.800.185	336.823.039
No início do exercício	485.918.871	149.095.632
No final do exercício	2.157.719.056	485.918.871
3. DIMINUIÇÃO DO CAP. CIRC. LÍQ.	(1.381.375.928)	(301.209.084)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DE 31.12.91 A 31.12.92 - Cr$

Descrição	CAPITAL Autorizado	CAPITAL A Subscrever	CAPITAL Subscrito e Integralizado	Reserva de Capital Corr. Monet. do Capital	Reserva de Reavaliação do Imobilizado	Reserva de Lucros Reserva Legal	Resultados Acumulados	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.91	745.000.000	(419.996.665)	325.003.335	3.662.282.780	17.671.214	5.370.715	(803.390.909)	3.206.937.135
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	795.283.365	795.283.365
Correção Monetária	-	-	-	45.030.902.525	199.572.021	60.654.837	(4.552.034.816)	40.739.094.567
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(1.730.947.479)	(1.730.947.479)
= Saldo em 31.12.92	745.000.000	(419.996.665)	325.003.335	48.693.185.305	217.243.235	66.025.552	(6.291.089.839)	43.010.367.588

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31.12.92. 1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas, observando os preceitos contidos na Legislação Fiscal. 2. ESTOQUE. As Matérias Primas e os Estoques no Almoxarifado estão demonstrados ao custo médio de aquisição. Os Produtos Acabados e em Elaboração foram avaliados consoante disposições contidas no Decreto nº 85.450/80 em seu artigo 187. 3. CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO. Os efeitos inflacionários correspondentes a variação do UFIR (Unidade Fiscal de Referência), estão considerados nas contas do Patrimônio Líquido e no Ativo Permanente, cfe. determina a Lei nº 8.383 de 30.12.91, o qual vem sendo depreciado consoante as taxas máximas permitidas pelo Imposto de Renda. 4. DIREITOS E OBRIGAÇÕES. Estão demonstrados no Circulante quando seus vencimentos ocorrerem no exercício seguinte, e no Longo Prazo, quando superior a 12 meses. 5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS. Estão considerados inclusive os encargos e juros a vencer, os quais estão apropriados pro-rata tempore.

- Banco do Brasil S/A - Cr$ 2.718.279.036,
- Banco Bamerindus do Brasil S/A - Cr$ 3.409.671.662,
- Banco Satra S/A - Cr$ 363.235.908,
- Banco Brasileiro de Descontos S/A. Cr$ 30.008.566,

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. A) Capital Social. O Capital Social, integralmente realizado é de Cr$ 3.496.444.109,00; e está representado por 1.029.810.887 ações ordinárias e 2.466.633.222 ações preferenciais sem direito a voto.

Composição em 31.12.92

Descrição	Autorizadas	Quantidades Subscritas	de Ações Integralizadas
Ações Ordinárias	230.000.000	95.723.530	95.723.530
Ações Pref. Classe A	3.000.000	2.348.793	2.348.793
Ações Pref. Classe B	35.000.000	28.532.427	28.532.427
Ações Pref. Classe C	7.000.000	3.587.479	3.587.479
Ações Pref. Classe D	470.000.000	194.811.106	194.811.106
	745.000.000	325.003.335	325.003.335

B) Reserva de Capital. A Reserva de Correção Monetária do Capital (incorporável ao capital quando da Assembléia Geral Ordinária dos acionistas) foi constituída consoante a Lei das Sociedades e o Estatuto Social. João Goes Xavier, Contador CRC-PA. 6046

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES. Aos Diretores e Acionistas da CURBEL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A. 1 - Examinamos os balanços patrimoniais da empresa CURBEL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A., levantados em 31 de dezembro de 1991 e 1992, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; b) A constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; c) A avaliação das práticas contábeis e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3 - Dada a data de nossa contratação ter sido efetivada após o encerramento do exercício, não nos foi possível adotar certos procedimentos de auditoria, tais como contagens de estoques e confirmações de saldos. 4 - A empresa encontra-se com suas atividades paralizadas, aguardando liberações de recursos para continuidade de seus objetivos sociais. 5 - Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado no parágrafo terceiro e quarto, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa CURBEL COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A, em 31 de dezembro de 1991 e 1992, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Belém-Pa., 20 de abril de 1993. MAURI DESCHAMPS. CT-CRC/PA. 5.567 - AUDITORIT - AUDITORES INDEPENDENTES S/C. CRC-PA. 244.

Mas sindiquei, abelhudei, procurei ouvir parentes e contemporâneos. E qual foi a sua conclusão? perguntei impaciente. - A minha conclusão concluiu êle, é que a senhora está inocente. Santa Helena formou-se em Direito na Faculdade do Recife, em 1871, tendo sido íntimo amigo de Castro Alves, Martins Júnior, e Tobias Barreto. Publicou ali, o seu livro "Harpejos Poéticos", que o tornou um dos maiores bardos da época. Ao concluir o curso veio para Belém, onde recentemente se tinha dado começo à construção do Teatro da Paz, que daria, entrada em Belém, de consecutivas rajadas de civilização, mercê das companhias líricas em visita à nossa gleba.

O Dr. Santa Helena fez vários concursos para estabelecimentos públicos, saindo sempre vitorioso. Afinal, fundou um colégio no Largo da Pólvora, a que denominou: MARQUÊS DE SANTA CRUZ. Várias notabilidades paraense cursaram êsse estabelecimento de ensino. Depois fez uma viagem à Europa, tendo se demorado mais na Itália, onde escreveu o seu livro ONDAS SONORAS. Voltou. E as moças mais belas e distintas da sociedade de Belém, almejavam se casar com o príncipe, que o era, pela fortuna, talento e máscula beleza. Santa Helena um dia passeando de bonde pelo Largo de Nazaré, deparou numa casa que existia, onde está hoje o Cinema Iracema, uma senhorita gentil e muito prendada, filha do fazendeiro, Major Francisco Henrique de Matos, e de sua espôsa, Dona Laura Perdigão de Matos, irmã do Cônego Hermenegildo Perdigão, que residia na Praça da Trindade. O namôro se estabeleceu sob os auspícios mais promissores, e em breve se realizou o casamento, por amor, que teria depois um desenlace dos mais tristes. Francisca entretanto, foi espôsa amantíssima, ficando morando depois de casada, ela e o marido na casa de seus país, no Arraial de Nazaré. Mas um dia, Santa Helena, cuja família tinha a tara da tuberculose, sentindo ligeira tosse, reparou que o lenço que levara à boca, saíra manchado de sangue. Contou tudo à sogra, de quem era estimado como um filho e esquivou-se desde aí, de ter relações mais íntimas com a espôsa. Foi uma consternação. Os desvelos de Francisca se amiudaram em extremes de dedicação. Fizeram uma viagem ao Ceará, onde se demoraram alguns meses. Ali o Inspetor da Alfândega de Fortaleza, Sr. Leopoldo Alencar, ao ver Dona Francisca e o seu dedicado amor pelo enfêrmo, apaixonou-se perdidamente dela, guardando no entanto a maior discrição. A mulher de Santa Helena nada suspeitou. Ao regressarem, porque o estado do poeta se agravara, o citado inspetor da Alfândega, prevendo um desenlace fatal, pediu a sua transferência para Belém, onde ficou adido como Conferente nos Trapiches. O Dr. Santa Helena por fim, veio a falecer (1882). E passado um ano de luto, Leopoldo Alencar apresenta-se em casa da família recém-enlutada, e pede ao Major Matos, a mão da sua filha viúva. Foi grande a surpresa desta, e foi também rebelada que recusou. Mas depois, vendo-se só e sem filhos, e ante a insistência do Conferente, acabou por ceder. E fez-se o casamento na

BELCONAV S/A - CONSTRUÇÃO NAVAL

C.G.C. 04.146.809/000-87

RELATÓRIO DA DIRETORIA

A Diretoria da BELCONAV S/A — CONSTRUÇÃO NAVAL, em cumprimento que dispõe, a Lei 6.404 de 15.11.76, vem apresentar a V.Sas., as Demonstrações relativas ao Exercício de 1992, consubstanciada no Balanço Patrimonial, Demonstração de Lucros (Prejuízos) Acumulados, Demonstração das Mutações do Patrimônio e das Origens e Aplicações de Recursos acompanhado das Notas Explicativas da Diretoria.

Belém(PA), 30 de abril de 1993.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992.

Expresso em Unidade de Cruzeiros

ATIVO	31.12.92	31.12.91
CIRCULANTE	1.196.038.031,59	77.600.809,90
Caixa e Bancos c/Movimento	21.598.540,86	14.588.666,40
NUMERÁRIO EM TRÂNSITO	577.199.778,88	—
Aplicação Fundão-BASA S/A	458.592.274,75	10.739.930,03
CLIENTES	(6.878.884,13)	(322.102,36)
(-) Provisão p/Dev.Duvidosos	180.000.239,56	24.870.131,56
ESTOQUES AO CUSTO	63.655.773,86	734.484,58
Créditos Fiscais	98.823.072,94	21.927.592,70
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	37.774.346,42	203.258,74
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	34.115.536,76	1.313,05
Direito e Uso-Telepará	3.658.809,66	201.945,69
Crédito Eletrobraz	(196.952.765,13)	—
DEVEDORES DIVERSOS	—	4.858.848,25
ADIANTAMENTOS A ACIONISTAS	8.699.467.032,54	481.455.807,63
PERMANENTE	8.699.467.032,54	481.455.807,63
Imobilizado	425.585.892,68	—
Diferido	10.358.865.303,23	559.056.617,53
TOTAL ATIVO		

PASSIVO	31.12.92	31.12.91
CIRCULANTE	172.308.410,94	29.609.407,00
Fornecedores	118.309.172,04	13.758.911,20
Encargos Sociais e Trab.à Pagar	71.556.118,87	14.030.943,87
Provisão PIS,FINSOCIAL E I.R.	46.325.607,14	1.711.021,87
ISS à Pagar	248.857,26	108.530,06
Créditos Fiscais	50.984.977,41	—
Ordenados à Pagar	60.652.170,07	—
Credores Diversos	(196.952.765,13)	—
Provisão Contribuição Social	6.052.649,51	—
Provisão Imposto de Renda	15.131.623,77	—
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.803.497.029,18	24.571,24
FINANCIAMENTO EM BANCO	293.412.555,54	24.571,24
Banco do Estado do Pará S/A	293.412.555,54	24.571,24
FINANCIAMENTO FINAM	1.510.084.473,64	—
Debentures Conversíveis	1.132.563.354,45	—
Debentures Inconversíveis	377.521.119,19	—
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.157.328.064,00	78.868.682,21
Capital Autorizado	12.000.000.000,00	105.000.000,00
(-)Capital à Subscrever	10.842.671.936,00	26.131.317,79
( )Cap.Subscrito Integralizado	1.157.328.064,00	78.868.682,21
RESERVAS	9.282.482.532,00	697.959.382,69
Cor.Monet.do Capital Integral.	9.282.482.532,00	697.959.382,69
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	(2.056.750.732,89)	247.405.425,61
Exercício Anterior	(2.925.614.086,57)	(5.248.294,23)
Lucro IPC/BTNF-Lei 8.200	808.336.858,60	42.744.049,98
Exercício Corrente	60.526.495,08	(258.909.669,86)
TOTAL DO PASSIVO	10.358.865.303,23	559.056.617,53

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992.

Expresso em unidade de cruzeiros

1 — APURAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE		
Ativo Circulante	1.196.038.032,59	72.529.702,91
Passivo Circulante	171.308.410,94	29.609.407,00
	1.023.729.620,65	42.920.295,91
2 — VARIAÇÃO APURADA	980.809.324,74	
Análise de Variação Apurada		
2.1 — Origens de Recursos	1.636.532.929,63	
Aumento de Capital	380.500.000,00	
Lucro do Exercício	60.526.495,08	
Cor.Monet.Balanço Credor	983.545.239,79	
Depreciações	148.406.009,82	
Lucro Exercício Anteriores	2.327.457.684,16	
2.2 — Aplicações de Recursos	2.617.342.254,37	
Aquisição do Ativo Imobiliz.	813.845.225,19	
Aumento Realizável à longo Prazo	1.803.497.029,18	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992.

Expresso em Unidade de Cruzeiros

MOVIMENTO	CAPITAL INTEGRALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL COR.MONET.CAPITAL
Saldo em 31.12.91	78.868.682,00	697.959.382,00
Aumento de Capital com Reservas	697.959.382,00	(697.959.382,00)
Correção Monetária do Capital	—	9.282.482.532,00
Recursos Próprios	380.500.000,00	—
SALDO EM 31.12.92	1.157.328.064,00	1.157.328.064,00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992.

Expresso em Unidade de Cruzeiros

	1992	1991
RECEITA BRUTA VENDA E SERVIÇOS	3.618.949.506,27	155.290.441,45
(-)Deduções das Vendas	53.154.314,38	4.921.196,78
RECEITA LÍQUIDA	3.565.795.191,99	150.369.244,67
CUSTOS DE VENDAS E SERVIÇOS		
(-) Custos Diversos	1.299.847.786,97	83.159.221,21
Lucro Bruto	2.265.947.405,02	67.210.023,46
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	2.364.926.545,79	92.804.593,12
Administrativas	376.308.371,50	50.618.321,77
Financeiras	676.674.328,71	4.835.129,99
Pessoais	850.542.046,78	—
Comerciais	346.116.904,85	18.607.472,68
Depreciações	148.406.009,82	18.421.566,32
Provisão p/Dev.Duvidosos	6.878.884,13	322.102,36
LUCRO OPERACIONAL	(98.979.140,77)	(25.594.569,66)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	435.227.886,18	108.641,27
RESULTADO OPER.NÃO OPERACIONAL	336.248.745,41	(25.489.928,39)
Saldo Devedor/Credor Cor.Monet.	983.545.239,79	233.423.741,47
RESULT.DO EXERC.ANTES PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA	1.319.793.985,20	(258.909.669,86)
Provisão p/Imposto de Renda	15.131.623,77	—
Contribuição Social	6.052.649,51	—
Prejuízos Compensados	1.238.083.216,84	—
Lucro Líquido do Exercício	60.526.495,08	—
LUCRO P/GRUPO DE 1000 AÇÕES		

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992.

NOTA 01 — DIRETRIZES CONTÁBEIS ADOTADAS

As Demonstrações Financeiras de 1992, foram elaboradas consoantes princípios contábeis, emanados da Lei 6404/76 com adaptação introduzidas pela vigência do Cruzeiro.

A) Todos os direitos, obrigações, receitas, despesas e custos foram apropriados pelo regime contábil fiscal de competência do exercício, aqueles vencíveis em 1992 foram alocados no Ativo e Passivo Circulante, conforme sua natureza.

B) Os Estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição ou produto, os quais superam o valor de mercado:

ESTOQUE	180.000.239,56
Matéria Prima	76.227.287,51
Material Secundário	75.591.033,89
Almoxarifado Geral	28.181.918,16

C) Os Investimentos estão demonstrados ao custo acrescidos de correção monetária, bem como o Imobilizado que está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente. As depreciações acumuladas sobre este custo pelo método linear, cujas taxas estabelecidas estão abaixo demonstradas:

	TAXA	
IMOBILIZADO	—	9.775.945.116,10
Terremos	4%	525.345.544,98
Edificações	10%	1.946.709.324,34
Instalações	10%	366.811.079,77
Maq.e Equipamento	10%	2.190.873.458,75
Móveis e Utensílios	20%	232.267.688,29
Veículos	—	286.460.648,73
Const. em Andamento	10%	1.576.013.424,64
Ferramentas	—	204.838.584,21
Carreira Lançamento	—	2.446.625.362,39
(-)Dep.Acumulado	—	(1.076.478.083,56)

NOTA 02 — CAPITAL SOCIAL

A posição contábil do Capital Social em 31.12.92 pode ser resumida como segue.

	CAPITAL AUTORIZADO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL INTEGRALIZ	AÇÕES EMITIDAS
ORDINAR	3.000.000.000	583.263.876	583.263.876	583.263.876
PREFER.	9.000.000.000	574.064.188	574.064.188	574.064.188
"A"	3.000.000.000	—	—	—
"B"	6.000.000.000	—	—	—
TOTAL 1.157.328.064	12.000.000.000	1.157.328.064	1.157.328.064	

As ações preferenciais de emissão conforme projeto pela SUDAM e as ordinárias integralizadas por acionistas. As ações preferenciais são intransferíveis até a data em que, a juízo da SUDAM, o projeto seja considerado implantado.

Belém(PA), 31 de dezembro de 1992.

JOSUAN PIASSI MORAES	FERNANDO FERREIRA CARDOSO	Mª ANGELA K.MORAES
Diretor	TEC.CONT.CRC-PA:5839	Diretora
CIC: 108.204.779-15	CIC: 038.176.792-20	CIC: 171.670.272-00

Igreja de Nazaré (1884), indo os noivos residir na casa hoje n. 653, à Avenida Padre Eutíquio, onde acrescento eu, - atualmente mora o Desembargador Curcino.Silva, que por singular coincidência, ocupa a Poltrona Santa Helena Magno, na Academia Paraense de Letras. Tudo isso (exceto o último informe), continuava o cavalheiro de quem eu era todo atento, eu ouvia do meu camarada, contemplando a mulher encantadora que era alvo da nossa crítica. - E essa lenda do adultério? perguntei-lhe. Essa lenda. - Disse o senhor de óculos escuros que me fazia a honra de tão agradável palestra, - foi criada pela própria culpa do poeta.

- De que forma? retorqui, altamente interessado.

- Muito simplesmente. O poeta ainda em solteiro por uma qualquer inspiração filosófico-social, escreveu o poema ANJO CAÍDO. Acresce que sua mulher depois, era uma mulher lindíssima, e que êle morreu cedo, minado pela tísica. A imaginação popular fez o resto. O povo foi sempre amante do mistério, do romance, das complicações, da tragédia... Daí, a lenda. Porque fazendo um simples raciocínio, não é concebível que um marido traído, no decurso de uma doença implacável, fôsse cantar a sua desdita, propalando aos quatro ventos a sua deshonra.

- Realmente, respondi convencido, porque Santa Helena, não há dúvida, foi um grande poeta e também um grande homem; e assim é muito melhor a bem da verdade e da nossa simpatia.

Verdade é que a absolvição moral de Dona Francisca me tirava um pêso do coração.

- Passado muito tempo, depois da festa que lhe narrei, a família de Leopoldo Alencar trasladou-se tôda para o Rio de Janeiro. O casal teve cinco filhos, dos quais, duas mulheres. Leopoldo faleceu na Capital Federal, em 1902, e Dona Francisca, em 1910. Veio mais uma vez ao Pará, por ocasião da Festa de Nazaré, em 1906, quando tive oportunidade de vê-la pela última vez. Sempre bela...

O Café da Paz já se achava com as portas fechadas.

Achavamo-nos na borda do passeio. A chuva de há muito tinha passado, desanuviando de todo a atmosfera. E nós, já amigos, como não houvesse mais bondes, fomos tomar um carro de praça, no pôsto defronte.

A Praça da República estava deserta e iluminada, e no céu escampo lucilavam já as primeiras estrelas...

Capital do El Dorado

A Rainero Maroja

A AMAZÔNIA foi cognominada de "El Dorado", quando representava o maior empório de borracha do mundo.

É agradável lembrar a prosperidade e ventos bonançosos que bafejavam o seu comércio naquêles dias áureos, ao tempo que gente de tôdas as raças afluiam às suas metrópoles - Belém e Manaus, como um caudal infindável de aventureiro, armados com a sua solércia e audácia, dispostos a lutar pela conquista da fortuna.

Nessa época Belém era uma cosmopolis.

Casas comerciais exportadoras inglesas, norte-americanas, francesas; bancos ingleses e portugueses, se bem que só para câmbios e cobranças; caixeiros viajantes alemães, como consequência do grande surto industrial que antes do 1º conflito mundial se verificou no Império do Kaiser - tudo dava à Capital do Pará um recrudescimento de atividade mercantil que empolgava totalmente seus habitantes.

Cortezãs de tôdas as raças européas enxameavam nos reconditos do seu "bas-fond".

A indústria era quase nula. Belém importava tôda a espécie de manufaturas. Os aviamentos para o Amazonas e para as ilhas absorviam tôda a produção e importação existentes.

JOAÇABA AGROPECUÁRIA S/A CGC/MF Nº 03.143.559/0001-69. RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter a apreciação V. Sas., o Balanço Geral e as Demonstrações do Resultado do Exercício, bem como, a demonstração das Origens e Aplicações do Recursos, encerrados em 31/12/92, permanecemos a disposição de V. Sas. na sede social da empresa, para quaisquer esclarecimentos que forewm julgados necessários. Belém, 08 de março de 1993. A DIRETORIA.

BALANÇO GERAL PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/92

ATIVO CIRCULANTE	1992	1991
Caixa	1.440.313,96	713.956,80
Bancos	158.284,44	890.802,27
Adiantamentos	15.598.256,73	155.236,11
Rebanho Formação	210.618.173,12	13.005.773,37
Total	227.815.028,25	14.765.768,55
ATIVO PERMANENTE		
Imobilizado (-)	8.474.430.544,31	630.579.324,43
Depreciação (-)	1.327.896.469,32	108.015.071,62
Total	7.146.534.074,99	522.564.252,61
ATIVO DIFERIDO		
Estudos e Projetos	57.107.128,72	4.665.730,09
TOTAL DO ATIVO	7.431.456.231,96	541.995.751,25
PASSIVO CIRCULANTE	1992	1991
Fornecedores	945.106.942,93	151.521,40
Cred. Diversos	4.273.351,33	12.553.542,93
C/C/ Diretoria	5.176.216,97	4.273.351,33
Obrig. Tribut.	———	382.747,44
Financ. Bancar.	25.627.447,72	25.627.447,72
Total	980.103.958,95	42.988.610,82
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Autorizado	996.957.381,00	84.052.316,00
Capital a Realizar	(341.014.405,00)	(22.618.675,00)
Reserva de Capital	3.796.807.029,01	593.929.460,09
Reserva Reavaliação	189.996.723,42	———
Resultado C. IPC/90	3.484.056.244,66	8.893.860,18
Prejuízo Acumulado	(1.675.530.300,08)	(148.262.100,48)
Total	6.451.272.273,01	499.007.140,43
TOTAL DO PASSIVO	7.431.456.231,96	541.995.751,25

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS		
Exploração Agrop.	160.885.641,38	10.426.244,78
Variações Pastoris	39.939.098,68	10.669.570,69
Receitas Financeiras	———	57.134,57
C.M.Balanço IPC	310.063.925,68	22.579.236,41
Total	530.888.665,94	43.732.186,65
Custos Administrativo	64.072.265,79	8.846.115,18
Custos Produção	193.518.863,45	16.124.358,28
Custos Operacionais	126.149.584,64	36.562.697,27
Total	383.740.733,88	63.533.370,73
Lucro ou Prejuízo	147.147.932,06	(19.801.189,06)

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES

ORIGENS		
Resultado exerc.	147.147.932,06	(19.801.184,08
Depreciação	———	12.186.197,04
C.M. Balanço	(310.063.925,68)	(22.579.236,41)
Integraliz. Capital	———	7.500.000,00
Reavaliações	189.996.724,12	———
Total	27.080.729,80	22.694.223,45
Aplicações		
Ativo Imobilizado	751.226.816,23	740.000,00
Capital Circulante		
Ativo Circulante	213.049.259,70	12.394.772,43
Pass. Circulante	(937.195.346,13)	(35.316.995,88)
TOTAL	(724.146.086,43)	23.434.220,45

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL AUTORIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA CAP. REAVALIAÇÕES	PREJUÍZO ACUMULADO	C. MONETÁRIA IPC/90	TOTAL GERAL
Saldo em 31.12.92	84.052.316	(22.618.675)	593.929.460,09	(148.262.100)	(8.893.860)	499.007.140
Aumento capital	912.105.065	(318.396.130)	(593.708.935,00	———	———	———
Reavaliações	———	———	189.996.723,42	———	———	189.996.723
C. Monetária	———	———	3.796.586.503,92	———	———	3.796.586.503
C. M. IPC/90	———	———	———	———	3.492.950.104	3.492.950.104
Prejuízo Acumulado	———	———	———	(1.527.268.199)	(1.527.268.199)	
TOTAL GERAL	996.957.381	(341.014.805)	3.986.803.752,43	(1.675.530.300)	3.484.056.244	6.451.272.273

NOTAS EXPLICATIVAS: 1- As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76 e 15.987/77. 2- O Ativo Realizável e Passivo Exigível até 360 dias estão classificados no Circulante. 3- Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e produção. 4- O Imobilizado demonstrado ao custo de aquisição e construção, corrigido monetariamente e depreciação pelo método linear nas taxas utilizadas, estão de conformidade com os limites aceitos. 5- As receitas e despesas foram registradas segundo o regime de competência. 6- Os elementos do Ativo Permanente compreende os investimentos, imobilizados e o diferido, inclusive depreciações e contas do patrimônio líquido foram objeto de correção monetária, sendo o produto computado no resultado do exercício. Belém (PA), 08 de março de 1993.

DR. JOAQUIM CANDIDO OLIVEIRA NETTO - DIRETOR PRESIDENTE - CPF 045.179.208-44, CARLOS AUGUSTO VILLARES - DIRETOR COMERCIAL - CPF 697.573.488-72, ALEXANDRE A. D. COSTA - DIRETOR FINANCEIRO CPF 905.452.148-15 e HISSAYOSHI AKITA - TC. CRC(SP) 43.880 IS(PA) - CPF 236.381.928-49.

AMAZONEX INDUSTRIAL EXPORTADORA S/A - CGC 04.947.867/0001-00 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas: Apresentamos as demonstrações financeiras da "AMAZONEX INDUSTRIAL EXPORTADORA S/A", relativos ao balanço geral encerrado em 31 de dezembro de 1992, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Esses e os demais documentos ficam a disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que venha a ser necessário. Belém, 31 de dezembro de 1992. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.92

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE		
Caixa	13.846.999	113.332
Bancos C/Movimento	(325.122.615)	13.883.983
Aplicações Financeiras	6.230.123	14.769.436
Duplicatas a Receber	52.903.821	20.267.006
Adiantamentos	–	4.474.880
Impostos a Recuperar	2.320.748	826.922
Almoxaritado	49.213.135	3.074.590
Estoque Prod. Acabados	789.845.283	178.593.106
Estoque Merc. P/Revenda	–	3.720.088
Estoque Matéria-Prima	497.941.619	22.986.271
Estoque Toros-Boim	167.915.867	35.579.656
Estoques Toros-Porto Belém	208.373.066	18.984.012
	1.463.468.046	317.273.484
REALIZÁVEL A L. PRAZO		
Depósito Compulsório	62.789	16.706
Empréstimos a Eletrobrás	582.061.328	41.496.434
	582.124.117	41.513.140
PERMANENTE		
Ações	944.248	76.927
Reflorestamento	1.430.454.921	58.041.431
Móveis e Utensílios	960.148.499	45.629.133
Instalações	74.990.759	5.323.578
Veículos e Acessórios	2.245.834.420	81.351.813
Máquinas e Pertences	14.616.021.645	596.809.629
Ferramentas	557.428.687	22.672.078
Imóveis-Edificações	3.118.720.746	205.953.773
Benfeitorias	624.000.043	29.365.863
Equipamentos	970.543.044	37.592.622
Embarcações	1.348.632.835	55.138.267
Implantação Projeto Indl.	80.136.843	3.251.592
Terrenos	11.832.496.708	480.109.530
Direitos s/Linha Telefon	128.230.347	5.203.010
Outras Imobilizações	10.686.758	433.702
Edificações Serraria Porto	1.636.952.297	
Edificações Moradias Boim	256.585.875	
Máquinas de Escritório	150.320.642	
Imobilizado C. Compl. IPC/90	–	1.605.955.989
(–) Deprec. Acumuladas	11.134.040.517	905.676.111
	28.909.030.800	2.327.232.826
DIFERIDO		
Seguros a Apropriar	13.972.480	921.734
	13.972.476	921.734
TOTAL DO ATIVO	30.968.655.439	2.686.941.184

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE		
Fornecedores	170.544.089	9.019.834
Obrigações Sociais	457.940.350	41.208.030
Títulos a Pagar	14.052.634	2.031
Créditos Diversos	146.810.849	19.773.268
Obrigações Tributárias	37.999.952	5.318.962
	827.347.874	75.322.125
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos Bancários	3.461.131.083	190.261.647
Créditos de Acionistas	1.665.062.871	230.815.688
Adiantamento Contratual	8.600	8.600
	5.126.202.554	421.085.935
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Autorizado	4.000.000.000	800.000.000
(–) Capital a Subscrever	492.962.235	226.461.515
Reserva de Capital	69.722.36.404	2.732.444.353
Reservas Legal	2.980.782	131.055
Reserva Lucros	58.716.552.	3.656.636
(–) Prejuízo a Recuperar	48.328.798.112	2.292.429.833
Correc Monet. Comp. IPC/90	52.806.620	1.173.192.428
	25.015.105.011	2.190.533.124
TOTAL DO PASSIVO	30.968.655.439	2.686.941.184

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31.12.92

RECEITA BRUTA	1992	1991
Vendas e Receitas Exportação	1.820.728.353	65.175.814
Vendas no Mercado Interno	479.475.949	99.024.939
Venda de Serviços	416.272.156	1.176.695
(–) Imp. Incidentes s/vendas	95.420.516	18.474.980
RECEITA LÍQ. OPERACIONAL	2.621.055.487	146.902.468
(–) Custo Produtos Vendidos	1.861.193.393	75.880.848
LUCRO BRUTO OPERAC.	759.862.094	71.021.620
Receitas Financeiras	49.619.353	64.116.581
Outras Receitas		16.762.192
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Administrativa	986.436.484	102.684.751
Despesas Financeiras	499.177.822	64.583.809
Despesas c/vendas	95.707.658	4.494.896
Despesas Tributárias	34.121.867	2.279.404
Variação Cambial	2.063.578.500	190.259.986
Depreciação	1.018.575.495	–
LUCRO BRUTO OPERAC.	(3.888.116.379)	(212.402.454)
Resultado da C.M. Balanço	2.441.294.365	(390.189.424)
LUCRO/PREJ. DO EXERCÍCIO	(1.446.822.014)	(602.591.878)

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

1 - ORIGENS	1992	1991	2 - APLICAÇÕES	1992	1991
Depreciações	1.018.575.495		Prejuízo do Exercício	1.446.822.014	602.591.878
Resultado C. Monetária	2.441.294.365	390.189.424	Aumento Ativo Imobil.	26.581.857.974	2.127.080.312
Aumento Exig. L. Prazo	4.705.116.619	417.956.147	Aumento Realiz. L. Prazo	540.610.977	37.851.954
TOTAL DAS ORIGENS	8.164.986.479	808.145.571	TOTAL DAS APLICAÇÕES	28.569.290.965	2.767.524.144

ANÁLISE DO CAPITAL CIRCULANTE

	1992		1991	
Ativo Circulante	4.627.732.327	318.195.223		4.309.537.104
Passivo Circulante	827.347.874	75.322.125		752.025.749
Capit. Circ. Líquido	3.800.384.453	242.873.098		3.557.511.355

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.92
(Em milhares de cruzeiros)

DISCRIMINAÇÃO	CAP. SOCIAL	RESERVAS	L & P	PAT. LÍQUIDO
Saldo 31.12.90	216.627	356.008	(290.591)	282.044
Aumento Capital c/reservas	356.911	(355.954)	(957)	
C.M. Exercício	–	4.855.938	(2.547.501)	2.308.437
C.M. Comp. IPC/90		444.412	(241.769)	202.643
Prejuízo 1991			(602.591)	(602.591)
SALDO 31.12.91	573.538	5.300.404	(3.683.409)	2.190.533
Aumento Capital				
c/Reservas	2.734.770	(2.732.444)	(2.326)	–
c/Corrente	198.729	–	–	198.729
C.M. Exercício	–	67.210.188	(43.137.524)	24.072.664
Prejuízo Exercício			(1.446.822)	(1.446.822)
TOTAIS	3.507.037	69.778.148	(48.270.081)	25.015.104

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.92. 1 - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pela lei 6.404/76, legislação em vigor e demais disposições complementares. 2 - Principais Práticas Contábeis: a) - A correção monetária foram procedidas nos termos da lei 8200 de 28.06.91 e Decreto 332 de 04.11.91, utilizando-se o processo de correção mediante Razão Auxiliar em UFIR. b) - Os estoques foram avaliados pelos custos de aquisição ou produção que não superam o valor de mercado. c) - As aplicações no mercado aberto, estão registrados ao custo de aquisição, acrescidos de rendimentos até a data de encerramento do balanço geral. d) - O imobilizado está registrado ao custo corrigido de aquisições. 3 - O capital social autorizado está representado por 3.507.037.765 (três bilhões, quinhentos e sete milhões, trinta e sete mil, setecentos e sessenta e cinco) ações, sendo 3.182.891.644 ações ordinárias e 324.146.121 ações Preferenciais. 4) - Cobertura de Seguros: A companhia possuia em 31 de dezembro de 1992, cobertura de seguros contra riscos de incêndio com a General Accident Cia de Seguros no valor de Cr$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) e com a Cigna Seguradora S.A. Cr$ 3.320.604.864,00 (três bilhões, trezentos e vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro cruzeiros). 5) - Provisão para devedores duvidosos: Não foi constituído no exercício, devido a inexistência de expectativa de perda no recebimento de duplicatas. 6) - A companhia possui pendências decorrentes de empréstimos bancários os quais dependem de decisão de instância superior. O seu valor é de Cr$ 1.647,16 (hum mil seiscentos e quarenta e sete cruzeiros, dezasseis centavos), o qual será atualizado somente com a decisão judicial final. b) A companhia possui em seu favor uma ação de perdas e danos sem valor estimado, decorrente da não entrega de duas embarcações (balsas 400 e 430 T.D.W) na qual aguarda decisão final de instância superior. 7) Empréstimos bancários: É representado por empréstimos junto ao Banco do Brasil S/A no valor de Cr$ 1.647,16 e Cr$ 2.229.750.000,00 (dois bilhões, duzentos e vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), junto ao Royal Bak of Canadá. 8) Prejuízos: O saldo de prejuízos acumulados no total de Cr$ 48.328.798.112,00 (quarenta e oito bilhões, trezentos e vinte e oito milhões, setecentos e noventa e oito mil, cento e doze cruzeiros), está representado pelos seguintes demonstrativos:

Prejuízos até 31.12.91	Cr$ 2.292.429.833,60
Correção Monetária	25.889.635.552,00
Prejuízo C.M. Compl. IPC/90	1.396.656.836,00
Correção Monetária	17.303.151.877,00
Prejuízo Operacional	1.446.722.014,00

Belém, 31 de dezembro de 1992 - Ovidio Gasparetto - Presidente - Gabriel S. Gasparetto - Diretor Industrial - Ovidio Gasparetto - Diretor Técnico - Miguel João Manenti - Contador - CRC PR 11.849 S.PA

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Aos Diretores e Acionistas da AMAZONEX INDUSTRIAL EXPORTADORA S.A. - 1) Examinamos os balanços patrimoniais da AMAZONEX INDUSTRIAL EXPORTADORA S.A., levantados em 31 de dezembro de 1991 e 1992, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondente aos exercícios findos naquelas datas, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é do expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; b) A constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3 - Dada a data de nossa contratação ter sido efetivada após o encerramento do exercício, não nos foi possível adotar certos procedimentos de auditoria, tais como contagem do numerário de caixa e estoque, inspeção física dos bens do ativo imobilizado bem como análise das confirmações de saldos. 4 - Em nossa opinião, exceto quanto às origens e aplicações de recursos e ao mencionado no parágrafo terceiro, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da AMAZONEX INDUSTRIAL EXPORTADORA S.A. em 31 de dezembro de 1991 e 1992, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Belém-Pa., 21 de maio de 1993. MAURI DESCHAMPS - CT-CRC/PA Nº 5.597 - AUDINORTE - AUDITORES INDEPENDENTES S/C - CRC-Pa. 244

COM. IND. FERR. MADE. S/A. CGC Nº 04.905.319/0001-30 - RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários vimos apresentar a V.Sas., as Contas de nossa gestão referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1992. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas., para qualsquer esclarecimentos que julgarem necessários. Belém-Pará, 16 de março de 1993 A Diretoria. **BALANÇO PATRIMONIAL 92/91.** Ativo 92/91 - 4.098.472.702,39, 425.978.824,93; Ativo Circulante - 734.345.956,13, 139.358.381,84; Disponível - 25.917.761,9[illegible], 2.292.274,32; Valores a Realizar a Curto Prazo - 186.623.914,46, 59.293.763,66; Estoques - 500.436.984,46, 74.492.763,87; Outros Créditos - 5.616.471,48, 191.002,19; Despêsas do Exercício Seguinte - 15.750.823,77, 3.088.577,80; Ativo Realizável a Longo Prazo - 4.870.937,98, 1.585.851,72; Ativo Permanente - 3.359.255.808,28, 285.034.591,37; Investimentos - 201.013.476,56, 18.893.525,69; Imobilizado - 3.158.242.331,72, 266.141.065,68; Passivo 92/91 - 4.098.472.702,39, 425.978.824,93 Passivo Circulante - 543.412.494,07, 56.463.055,58; Patrimônio Líquido - 3.555.060.208,32, 369.515.769,35; Capital Social Realizado - 244.632.960,00, 22.239.360,00; Reserva de Capital, 6.130.406.524,04, 496.325.424,39; (-)Prejuízos Acumulados, (2.81[illegible].979.275,72), (149.049.015,04).**DEMONSTRAÇÃO** da Contas "Resultado do Exercício" 92/9[illegible]; Receita Bruta de Vendas e Serviços 92/91 - 2.303.153.923,17, 370.861.528,46; Vendas Canceladas, Impostos Incidentes s/ vendas e serviços - (443.395.092,59), (70.680.801,82); Receita Líquida de Vendas e Serviços 92/91 - 1.859.758.830,58, 300.180.726,64; Custos das Mercadorias Vendidas e Serviços - (261.986.468,28), (100.440.774,45); Lucro Bruto 92/91 - 1.597.772.362,30, 199.739.952,19; Receitas Financeiras, Provisão p/ Cred. Duvidosos-reversão, Outras Receitas Operacionais e Resultado de Participação em Outras Empresas - 106.331.756,82, 15.352.518,71; Despesas c/ Vendas, Despesas Tributárias, Despesas Administrativas, Despesas Financeiras, Depreciações e Despesas de Prov. p/ Cred. Duvidosos - (1.657.979.497,06), (235.232.034,37); Lucro Operacional 92/91 - 46.124.622,06, (20.139.563,47); Receitas não Operacionais - 30.214.127,30, 56.122.964,90; Despesas não Operacionais - (9.222.224,09), S; Saldo Devedor da Corr. Monet. do Balanço - (540.818.838,20), (102.890.431,16); Prejuízo Líquido do Exercício 92/91 - (473.702.312,84), (66.907.029,73). **DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS 92/91;** Origens - 111.323.222,06, 74.987.119,47; Prejuízo Líquido - (473.702.312,84), (66.907.029,73); Correção Monetária do Balanço - 540.818.138,20, 102.890.431,16; Depreciações - 3.916.282,94; Redução do Ativo Permanente - 44.706.696,70, 35.087.435,10; Aplicações 92/91 - 3.285.086,26, 2.058.098,99; Aquisição do Ativo Permanente - S, 549.511,20; Acrescimo do Ativo Realizável a Longo Prazo - 3.285.086,26, 1.508.587,79; Variação do Ativo Circulante 92/91 - 108.036.135,80, 72.929.[illegible]20,46; Variação do capital Circulante 92/91 - 1992, 1991 e Variação; Ativo Circulante - 734.345.956,13, 139.358.381,84 e 594.987.574,29; Passivo Circulante - 543.412.494,07, 56.463.055,58 e 486.949.438,49; Capital Circulante - 190.933.462,06, 82.895.326,26 e 108.038.135,80.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES PATRIMÔNIAIS E DE PREJUÍZOS ACUMULADOS 92/91

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RES. DE CAPITAL RES. DA C. MO-DO CAP/REAL.	PREJUÍZO ACUMULADOS	TOTAL
1991				
No Início do Exerc.	4.447.872,00	40.396.007,25	(91[illegible].190,88)	43.931.688,37
Aument.Cap. Soc.	17.791.488,00	(17.791.488,00)	S	S
Res. C. Monet. Lei 8200/91		45.056.056,36	(13.328.188,36)	31.727.868,00
Corr. M. Bal.		428.664.848,76	(67.901.606,07)	360.763.242,71
Prej. do Exerc.			(66.907.029,73)	(66.907.029,73)
TOTAL	22.239.360,00	495.325.424,39	(149.049.015,04)	369.515.769,35
1992	-	-	-	-
No Início do Exercício	22.239.360,00	496.325.424,39	(149.049.015,04)	369.515.769,,35
Aument. Cap. Social	222.393.600,00	(222.393.600,00)	S	S
Ajuste do Exerc. Ant.			1.570.182,78	1.570.182,78
Corr. M. Balanço		5.856.474.699,65	(2.198.798.130,62)	3.657.676.569,03
Prej. do Exerc.			(473.702.312,84)	(473.702.312,84)
TOTAL	244.632.960,00	6.130.406.524,04	(2.819.979.275,72)	3.555.060.208,32

Belém - Pará, 31 de dezembro de 1992 ARY TAVARES DE OLIVEIRA COSTA DIRETOR PRESIDENTE CPF 000428892-00 FRANCISCO MOREIRA PACHECO CONTADOR CRC-PA 0584 CPF 000588312-15. **PARECER DO CONSELHO FISCAL** Senhores Acionistas : Os Conselheiros do Fiscais da COMERCIO E INDUSTRIA DE FERRAGENS E MADEIRAS S/A, abaixo assinados, examinaram as contas da diretoria, referentes ao ano de 1992, pelo que recomendam a sua aprovação. Belém - Pará 16 de março de 1993. JOÃO AURELINO CORREA CPF 001.501.262-04 MANOEL RODRIGUES FILHO CPF 000.425.602-68 ÉRICO PARENTE DE ARAÚJO CPF 000.803.492-34

A esquadrilha mercante fluvial, matriculada na capitania dos Portos de Belém, chegou a contar 168 "gaiolas", ou seja a maior flotilha fluvial do Globo. Havia na cidade casas inglesas especializadas em maquinária naval, sortidas, desde as pequenas caldeiras para lanchas, aos "burrinhos", motores, peças diversas e outros sobressalentes para navios. Haja vista, os estabelecimentos de Thomas Greaves & Cª, P. H. de Noronha, e Eduard Paul & Cº.

Sem contar as oficinas navais da Companhia do Amazonas, formavam ainda, os estaleiros Camelier, Caniceiro da Costa & Cª, Booth & Cª, e depois, o da Companhia Port of Pará, aí por 1909.

Havia grandes casas aviadoras que faziam as vezes do atual Banco de Crédito da Amazônia (Banco de verdade, emprestando dinheiro), isto é, financiavam a manutenção dos seringais e mantinham um regular abastecimento de víveres e artigos dos maiores centros industriais, os quais, devido o nosso câmbio de 12 a 15, eram entregues ao consumo por preços baratíssimos.

Contou-me o Comandante Conceição, velho nauta do Rio Mar, já falecido, que naquela época, êle, de sociedade, adquirira o vapor "Curuçá", novo em fôlha, por 17 mil £, com o câmbio a 15; seus duzentos contos de réis. Hoje, as mesmas 17 mil libras valem quase dois milhões de cruzeiros.

Sabemos de seringueiros, num esperdício lamentável, característico da sua mentalidade de aventureiros, - que faziam fogo nas suas cozinhas, com "Água Flórida", de Lammann & Kemp, popular perfume norte-americo...

A borracha chegou a dar nêsses idos 20$000 o quilograma.

Com o câmbio a 15, portanto com o nosso dinheiro valorizado, e comprando-se no comércio, camisas portuguesas a 5$, sapatos norte-americanos, a 20$, fatos de casemira inglesa a 120$, latas de leite a $500, quilos de batata a $300, latas de sardinhas a $300, - o preço do produto da hévea era mais que compensador, justificando sobejamente, a corrida para os seringais.

Não se dá isso nos tempos presentes. Se quizermos dar à borracha uma cotação compensadora, em relação com a de outrora, tendo em vista o nosso câmbio atual, o seu preço por quilo, devia ser no mínimo 150 cruzeiros.

O comércio inteiro na maioria português, num intercâmbio ativo, mantinha eficientemente o fornecimento aos seringais. Casas aviadoras se contavam poderosas como B. A. Antunes & Cª. A. Bernaud & Cª, Guilherme Augusto de Miranda Filho & Cª, Silva Cunha & Cª, Costeira & Cª, Oliveira Andrade & Cª, Marques Braga & Cª, Alves Braga & Cª, Braga Sobrinho & Cª, Tomé de Vilhena & Cª, Melo & Cª, Nicoláu da Costa & Cª, Freire Castro & Cª, Ferreira d'Oliveira & Sobrinho, Pereira & Bessa, Barbosa Tocantins & Cª, e muitas outras, que forneciam aos seringalistas, mercadorias a prazo, até 24 meses, repartindo êsse esfôrço com as casas Importadoras, as quais, lhe forneciam a crédito, gêneros, a prazo de três e seis meses. As casas importadoras eram tôdas portuguesas, e as aviadoras eram 2 terços portuguesas, e 1 terço brasileiras. Como se vê era uma articulação que envolvia a maior parte do comércio local, dando lucros excessivos e inesperados quando a cotação da borracha era alta, e comprometendo tôda a gente, na época da "crise", quando os preços baixavam. Muitos guardavam nos porões das suas residências, enormes bolões de borracha esperando uma "alta" possível. A verdade é que por êsse tempo o comércio do Pará começou sentir uma falta de continuidade e instabilidade que matava as mais alentadas esperanças. Por isso, êle se resentia de anormalidade, na marcha gradativa das fortunas.

Aventavam-se medidas de proteção à Borracha; criação de bancos; grandes armazens para estocagens, e até uma espetacular "Defesa da Borracha", no Govêrno Afonso Pena, a qual, não passou duma gorda empregomania. Mas havia um mistério qualquer, que prejudicava um produto que começava a se tornar dos mais necessários nas indústrias do mundo.

A Amazônia por êsses idos chegou a produzir 42 mil toneladas anuais. O automóvel, ou melhor, o "pneu", constituia uma indústria que nascia vitoriosa, e as necessidades da guta-percha se faziam sentir cada vez mais.

As casas exportadoras de Belém, encontravam entretanto, reservas de compra nos grandes centros fabrís, e o preço da hévea baixava, enchendo de inquietações o comércio.

Até que lentamente, começou a se desvendar a origem dos percalços que prejudicavam os nossos preços.

Era sabido que pelo ano de 1876, um aventureiro britânico conseguira se apoderar e transportar para a Inglaterra vários caixotes contendo sementes da nossa seringueira, a fim de plantá-las exquisitamente, fora daqui, uma vez que a Amazônia era a parte do mundo, onde existia a borracha nativa.

Êsse homem chamava-se Henry Wickham. Sorrateiramente, subornando autoridades ou caboclos ignorantes, êle conduziu, talvez incumbido por altos poderes, as sementes da nossa planta, para experimentar o seu plantio em outras regiões.

Até aí, está tudo muito bem. Nós tivemos o Café, que veio da Arábia; o Arroz, que veio da Ásia; a Cana, da África, etc. Mas por que? - perguntava-se: transportar as sementes ou mudas da borracha, para a Indonésia, Malásia, ou Índia, se ela no nosso terreno dá melhor do que em qualquer parte?

E o caso foi abandonado, por inexplicável.

E as plantações do Oriente, realizadas por processos científicos e apoiados por poderosas organizações financeiras, acabou por nos alijar dos mercados, se impondo pela sua abundância, uniformidade e barateza. Estavam assim,

AGROPECUÁRIA RIO ARATAÚ S/A - CGC/MF 05.078.415/0001-00 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas, cumprindo as disposições legais e estatutárias, apraz-nos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 1992. A) A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991 (EM CRUZEIROS)

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	883.623.560,01	345.148.043,10
DISPONÍVEL	59.492.391,67	62.132.122,33
Caixa e Bancos	58.133.465,76	17.662.876,69
Aplicações Financeiras	1.358.925,91	8.572.118,69
Valores em Trânsito	-	35.889.126,95
CRÉDITOS	8.387.284,89	72.035.148,54
Bco. Amazônia S/A C/Vinculada	8.000,00	8.000,00
Adiant. diversos	40.000,00	1.416.949,37
Clientes	2.702.642,15	34.455.200,00
Outros Créditos	5.636.642,74	36.154.999,17
ESTOQUES	815.743.883,45	241.696.421,96
Rebanho de engorda	798.948.278,57	232.100.589,05
Equinos	16.795.604,88	667.680,00
Estoques de Consumo	-	8.928.152,91
PERMANENTE	37.866.303.538,21	3.363.860.679,83
INVESTIMENTOS	100.215.028,08	6.770.588,40
Telecom. do Pará S/A	74/939/648,72	4.714.613,42
Telepará C.M. IPC/90	25.275.379,76	2.055.974,98
IMOBILIZADO	27.617.366.691,66	2.290.297.833,03
Terras	1.844..694.130,98	150.052.939,55
Pastagens	3.635.658.092,19	295.735.306,33
Pastagens em formação	37.809.558,42	3.075.542,60
Obras de infraestrutura	317.237.152,10	25.194.946,60
Instalações Pecuárias	1.314.481.484,04	102.010.815,86
Construções Civis	1.226.400,398,12	97.712.834,47
Veículos	1.521.023.752,14	101.069.885,89
Oficina Mecânica	79.486.603,30	6.465.678,12
Máquinas e motores	4.478.855.638,10	364.143.382,55
Aparelhos e Equip.	435.051.905,23	35.238.870,93
Móveis e Utensílios	295.371.081,49	21.339.172,00
Gado de Cria Puro	632.910.704,40	51.399.904,11
Gado de Cria Mestiço	190.564.077,15	52.228.191,89
Animais de Trabalho	524.696.451,75	42.742.143,09
CORR. MONET. IPC/90	11.083.125.662,25	941.888.219,04
(-) DEPREC. ACUM.	(5.512.243.086,96)	(207.117.461,32)
DIFERIDO	15.660.964.905,43	1.273.909.739,72
Taxa de Fiscalização	60.713.488,26	4.938.616,78
Estudos e Projetos	81.541.735,02	6.632.848,69
Desp. Exerc. Cf. Cronograma	15.436.782.134,60	1.255.674.042,42
C.M. IPC/90	81.927.547,55	6.664.231,83
TOTAL DO ATIVO	38.749.927.098,22	3.709.008.722,93

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	196.511.203,95	89.428.507,82
Fornecedores	142.872.698,57	33.319.162,53
Contrib. a Recolher	50.018.099,29	10.459.709,53
Impostos a Recolher	3.620.406,09	5.149.008,98
Créd. de Acionistas	-	28.648.257,26
Contas a Pagar	-	11.852.369,52
EXIG. A L. PRAZO	2.312.955.688,17	-
Empréstimo FINAME (FINAME-UNIBANCO)	1.429.190.401,48	50.007.006,40
Créd. de Acionistas	883.765.286,69	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36.240.460.206,10	3.569.573.208,71
Capital Realizado	4.256.197.308,00	695.291.256,00
Capital Autorizado	6.000.000.000,00	700.000.000,00
Capital a Subscrever	(1.743.802.692,00)	4.708.744,00
RESERVA DE CAPITAL	48.067.883.903,32	3.560.906.052,15
Corr. Monet. do Capital	48.067.883.903,32	3.560.906.052,15
RESULT. PENDENTES	(8.441.097.190,59)	(686.624.099,44)
Res. Corr. Monet. IPC/90	(8.441.097.190,59)	(686.624.099,44)
PREJ. ACUMULADOS	(7.642.523.814,63)	-
TOTAL DO PASSIVO	38.749.927.098,22	3.709.008.722,93

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992 E 1991 (EM CRUZEIROS

RECEITA OPERACIONAL	1992	1991
Vendas líquidas	1.336.506.000,00	193.567.884,36
Nascimentos	610.575.648,14	234.055.078,04
REC. OPER. BRUTA	1.947.081.648,14	427.622.962,42
Imp. Incid. s/vendas	(12.672.524,09)	(9.647.307,50)
REC. OPER. LÍQUIDA	1.934.409.124,05	417.975.654,92
Custos das vendas	(11.388.618,17)	(4.020.004,21)
LUCRO BRUTO	1.923.020.505,88	413.955.650,71
CUSTO DO REBANHO	(4.357.954.607,54)	(262.186.673,09)
Gastos Ind. do rebanho	(4.357.954.607,54)	(262.186.673,09)
LUCRO/PREJ. OPER.	(2.434.934.101,66)	151.768.977,62
RESULT. NÃO-OPER.	(25.156.843,07)	(219.103.161,26)
RES. CORR. MONETÁRIA		
BALANÇO	(5.182.432.869,90)	(365.621.367,81)
PREJ. DO EXERCÍCIO	(7.642.523.814,63)	432.955.551,45

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (EM CRUZEIROS)

ORIGENS DOS RECURSOS	1992	1991
Resultado do Exercício	(7.642.523.814,63)	(432.955.551,45)
Int. Capital em dinheiro	-	345.000.000,00
Baixa do A. Imob.	309.558.103,41	14.882.709,79
Res. Corr. Monetária	5.182.432.869,90	365.621.367,81
Depreciação	1.092.345.409,76	-
Empréstimo FINAME-UNIBANCO (var. monet.-juros)	1.379.183.395,08	-
Créd. acionistas	204.848.257,26	-
Total das origens	525.844.220,78	342.555.532,55

APLIC. DE RECURSOS		
Aum. Ativo Permanente	94.451.400,00	96.412.286,27
Aum. Cap. Circ. Líquido	431.392.820,78	246.143.246,28
Total das aplicações	525.844.220,78	342.555.532,55

VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

	1992	1991	Variação
ATIVO CIRC.	883.623.560,01	345.148.043,10	538.475.516,91
PASSIVO CIRC.	196.511.203,95	89.428.507,82	107.082.696,13
AUM. CAP. CIRC.	687.112.356,06	255.719.535,28	431.392.820,78

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - NOTA 1 - ATIVIDADE: A Agropecuária Rio Arataú S/A, é uma sociedade anônima regida pela Lei 6404/76, com sede no Km 206, margem direita da Rodovia Transamazônica, município de Pacajá, Estado do Pará e seu foro e o do Termo Judiciário de Pacajá, Comarca de Tucuruí. A Companhia desenvolve as atividades Agrícola e Pastoril em todas as modalidades. NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: 2.1. Demonstrações Contábeis pela legislação societária. Essas Demonstrações estão de acordo com os dispositivos da Lei 6404/76 e Práticas Contábeis, descritos na nota nº 3; 2.2. Os efeitos da inflação são reconhecidos através da correção calculada pela variação da UFIR (Unidade Fiscal de Referência) do Ativo Permanente, adiantamentos para futuro aumento de capital e do patrimônio líquido. NOTA 3 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS: Os procedimentos contábeis, adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis atendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e Legislação Tributária. - a) As receitas, provisões e despesas são escrituradas pelo regime de competência, incluindo o efeito líquido da correção monetária e receita do nascimento de bezerros, apuradas de acordo com a Lei 8383 de 30/12/91-DOU de 31/12/91, conforme facultado pela portaria nº 441/92 do Ministério da Economia, optou-se pela consolidação dos resultados semestrais; b) A correção monetária do resultado semestral de 30/06/92 não foi registrada contabilmente; c) Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e valor agregado. NOTA 4 - ATIVO PERMANENTE - a) INVESTIMENTOS - São avaliados pelo valor de custo acrescido da correção monetária; b) IMOBILIZADO - Avaliado pelo custo de aquisição ou construção depreciado pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens; c) DIFERIDO - Representam as despesas da fase pré-operacional da empresa que serão amortizados dentro do prazo legal. NOTA 5 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) O capital social realizado está representado por 4.256.197.308 ações nominativas divididas em 3.658.437.802 ações ordinárias e 597.759.506 ações preferencia B; b) Em virtude do que prevê a legislação pertinente a Correção Monetária do capital social integralizadoi foi constituída reserva de correção monetária do capital no valor de Cr$ 48.067.883.903,30 que será aproveitado no exercício de 1993, para integralização de Ações ordinárias e Preferenciais com aumento do capital social autorizado. NOTA 6 - Em 12 de março de 1993, o Presidente da República emitiu a Medida Provisória nº 314, revogando a Lei 8200/91, a qual dispunha sobre a correção monetária das demonstrações contábeis para efeitos fiscais e societários. As demonstrações contábeis de 31/dez/92 não contemplam quaisquer ajustes ou retificações em relação a Medida provisória nº 314. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Antonio Queiroz Galvão - Presidente - João Antonio Queiroz Galvão - Vice-Presidente - Luis Evaldo Rios Leite - Conselheiro. DIRETORIA: João Antonio de Queiroz Galvão - Vice-Presidente - Carlos Gonçalves - Diretor - Ricardo Parahyba - Diretor - Enaldo Ferreira de Brito - Contador CRC/PA 7572.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL AUTORIZADO			CAPITAL A SUBSCREVER								
LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFER.	AÇÕES PREFERENCIAIS B	SUB TOTAL	AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREF. A	AÇÕES PREF. B	CAPITAL REALIZADO	RESERVA COR. MON. DO CAP.	RESULT. CORR. MONET. IPC/90	PREJUÍZOS ACUMULADO	TOTAL
31/12/91	596.366.631	4.000	103.629.369	700.000.000	4.704.744	4.000	-	695.291.256	3.560.906.052	(686.624.099)		3.569.573.209
30/04/91 AGE/O AUM. CAP. AUT.	4.805.669.863		494.130.137	5.300.000.000	4.805.669.863	-	-	-	-	-	-	
30/04/91 AGE/O AUM. CAP. REALIZ.					(3.066.775.915)		(494.130.137)	3.560.906.052	(3.560.906.052)			
30/06/92 PREJ. SEMESTRE											(1.280.922.005)	(1.280.922.005)
31/12/92 COR. MONETÁRIA									48.067.883.903	(7.754.473.092)		40.313.410.811
PREJ. 2º SEM.											(6.361.601.809)	(6.361.601.809)
TOTAL	5.402.236.494	4.000	597.759.506	6.000.000.000	1.743.798.692	4.000	(494.130.137)	4.256.197.308	48.067.883.903	(8.441.097.191)	(7.642.523.814)	36.240.460.206

NORTUBO S.A. TUBOS E PERFILADOS. CGC(MF) nº 04.939.971/0001-52. RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vs. Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, bem como as Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos, encerrados em 31 de dezembro de 1992. Permanecemos à disposição de Vs. Sas. na sede social, para quaisquer esclarecimentos que forem julgados necesários. Ananindeua-Pa., 1º de abril de 1993. A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	22.200.818,36	7.993.522,79
Disponível	245.007,17	887.690,60
Caixa	200.000,00	180.000,00
Banco C/Movimento	45.007,17	707.690,60
Créditos	21.955.811,19	7.105.832,19
Créditos por Adiantamentos	20.522.229,00	5.672.250,00
Impostos à Recuperar	1.433.582,19	1.433.587,19
Realizável à Longo Prazo	3.219.567,44	31.321.263,47
Empréstimos à Eletrobrás	3.219.567,44	31.321.263,47
PERMANENTE	298.112.335.623,28	24.391.924.431,06
Investimentos	467.527.202,34	45.399.006,72
Partic. em Empresas	467.527.202,34	45.399.006,72
Imobilizado	294.230.710.564,87	24.068.812.490,46
Bens Imóveis	20.296.687.519,63	1.650.993.286,18
Máqs. e Equipamentos	268.495.560.682,60	21..840.232.138,45
Instalações	5.631.991.146,35	458.123.009,61
Móveis e Utensílios	1.456.539.586,43	118.479.287,54
Marcas e Patentes	12.106.373,90	984.768,68
(-) Deprec. Acumulada	(1.662.174.144,04)	-
Diferido	3.414.097.856,07	277.712.933,88
Encargos c/SUDAM	3.414.097.856,07	277.712.933,88
Total do Ativo	298.137.756.009,08	24.431.239.217,32

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	13.094.099.788,52	76.221.758,53
Fornecedores	102.810,00	22.678.284,75
Obrigações Tributárias	11.285.489,80	10.051.023,29
Obrigações Sociais e Trabalhistas	123.051.685,55	45.492.450,49
Créditos Diversos	12.959.659.803,17	-
Exigível a Longo Prazo	-	24.169.456,80
Credores Diversos	-	24.169.456,80
Patrimônio Líquido	285.043.656.220,56	24.328.848.001,99
Capital Integralizado	26.362.541.880,00	2.279.751.100,00
Capital Autorizado	48.500.000.000,00	4.187.000.000,00
(-) Capital a Subscrever	(22.137.458.120,00)	(1.907.248.900,00)
Reservas de Capital	298.488.552.215,39	24.144.608.801,91
Correção Monet. Capital	297.728.585.123,22	24.082.790.804,98
Reserva p/Aum. Capital	75.233.800,59	6.119.742,42
Reserva Especial	684.733.291,58	55.698.254,51
Prejuízos Acumulado	(26.166.531.731,06)	(2.089.463.728,81)
Prejuízo do Exercício	(13.640.906.143,77)	(6.048.171,11)
Total do Passivo	298.137.756.009,08	24.431.239.217,32

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	1992	1991
Receita Operacional Bruta	-	34.493.079,84
Vendas	-	34.493.079,84
(-) Impostos Faturados	-	(6.735.367,41)
Receita Operacional Líquida	-	27.757.712,43
(-) Custo de Produtos Vendidos	-	(37.290.813,48)
Lucro Operacional Bruto	-	(9.533.101,05)
(-) Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	(464.907.327,32)	(47.208.515,43)
Impostos e Taxas	(403.739,06)	(2.038.464,36)
Despesas Financeiras	(13.561.570.169,63)	(19.135.789,29)
Despesas c/Pessoal	(870.507.998,31)	(33.549.270,78)
Outras Receitas Operacionais	1.722.557.077,01	42.084.308,32
Prejuízo Operacional Líquido	(13.174.832.157,31)	(69.380.832,59)
Despesas não Operacionais	(104.037.870,70)	(10.600.290,76)
Receitas não Operacionais	48.976.888,33	900.000,00
Correção Monetária de Balanço	(411.013.004,09)	73.032.952,24
Prejuízo do Exercício	(13.640.906.143,77)	(6.048.171,11)

DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZOS ACUMULADOS

Saldo no início do Exercício	(2.095.511.899,92)	(203.293.662,72)
Correção Monetária	(24.071.019.831,14)	(1.886.170.066,09)
Prejuízo do Exercício	(13.640.906.143,77)	(6.048.171,11)
Prejuízos Acumulados	(39.807.437.874,03)	(2.095.511.899,92)

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

	1992	1991
Origens		
Prejuízo do Exercício	(13.640.906.143,77)	(6.048.171,11)
Depreciações	202.388.702,61	-
Correção Monetária	411.013.004,09	(73.032.952,24)
Aumento de Reservas	-	23.766.384,71
Aumento do Exigível L. Prazo	-	24.169.456,80
Diminuição do Realizável L. Prazo	28.101.696,03	-
Baixa do Ativo Permanente	21.901.463,42	8.445.329,73
Total das Origens	(12.977.501.277,62)	(22.699.952,11)
Aplicações	-	-
Aumento Realizável L. Prazo	-	25.888.700,86
Redução do Exigível L. Prazo	24.169.456,80	-
Total das Aplicações	24.169.456,80	
Variação do Ativo Circulante	(13.001.670.734,42)	(22.699.952,11)

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE

Componentes	Início do Exercício	Final do Exercício	Variações
Ativo Circulante	7.993.522,79	22.200.818,36	14.207.295,57
Passivo Circulante	78.221.758,53	13.094.099.788,52	(13.015.878.029,99
Capital Circulante	70.228.235,74	13.071.898.970,16	(13.001.670.734,42)

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992. NOTA 1 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. As demonstrações financeiras foram elaboradas em obediência as disposições legais constantes da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), combinadas pela legislação tributária vigente. a) As "receitas" e as "despesas" foram contabilizadas segundo o princípio de competência de exercícios. b) Os Investimentos e o Ativo Imobilizado foram registrados ao preço de custo, acrescidos da correção monetária. c) Não foi constituída a Provisão de Devedores Duvidosos. d) O Capital Autorizado será corrigido pela Assembléia Geral Ordinária, mediante a aplicação do mesmo índice de correção monetária do Capital Social, em consonância com o § 2º do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. e) Foi realizada a correção monetária pelos índices oficiais das contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido. A diferença líquida foi contabilizada no resultado do exercício, mediante a utilização da UFIR, na forma da Lei nº 8.383/91. **NOTA 2 - CAPITAL SOCIAL.** a) O Capital Autorizado é de Cr$ 48.500.000.000,00. b) O Capital Social Integralizado é de Cr$ 26.362.541.880,00. **NOTA 3 - REGIME DE CONCORDATA PREVENTIVA.** A empresa está em regime de Concordata Preventiva, cujo processamento se desenvolve na forma da legislação própria. Ananindeua-Pa., 01 de abril de 1993. JOAQUIM NEGRÃO RODRIGUES, Diretor Presidente; JOAQUIM NEGRÃO RODRIGUES, CRC-PA 2772 - Contador.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. Os membros do Conselho de Administração da NORTUBO S/A - TUBOS E PERFILADOS, abaixo assinados, tendo examinado devidamente o Relatório da Diretoria, acompanhado do balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Prejuízos Acumulados, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e ainda, todas as demais contas e documentos referentes ao exercício de 1992, sendo-lhes também fornecidos todos os esclarecimentos e informações solicitados, declaram haver encontrado tudo em perfeita ordem e correção, recomendando-os por isso à aprovação da Assembléia Geral Ordinária. Ananindeua-Pa., 1º de abril de 1993. MÁRIO ABATE, Presidente - CIC-045890178-49. WILTON SANTOS BRITO, Membro - CIC-001.685.482-91; JOAQUIM NEGRÃO RODRIGUES, Membro - CIC-002.961.392-20.

PARECER DOS AUDITORES - Ilmºs Srs. Diretores da NORTUBO S/A - TUBOS E PERFILADOS. Examinamos os balanços patrimoniais da NORTUBO S/A - TUBOS E PERFILADOS levantados em 31 de dezembro de 1991 e 1992, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NORTUBO S/A - TUBOS E PERFILADOS, em 31 de dezembro de 1991 e 1992, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Belém (PA), 06 de abril de 1993. ASSESSOR AUDITORES INDEPENDENTES S/C, CRC-SP nº 4.294, YOSHISHIRO MINAME, SÓCIO - DIRETOR RESPONSÁVEL, CRC SP nº 45.344.

FRANORTE S/A - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES. C.G.C. (MF) 05.831.540/0001-30. RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vv. Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações do resultado do Exercício, bem como as Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos, encerrados em 31 de dezembro de 1992. Permanecemos à disposição de VV. Sas. na sede social, para quaisquer esclarecimentos que forem julgados necessários. Ananindeua-Pa., 01 de abril de 1993. A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991
PERMANENTE	135.452.745.436,01	11. 561.068.570,04
Investimentos	135.452.745.436,01	11.561..068.570,04
Total do Ativo	135.452.745.436,01	11. 561.068.570,04

PASSIVO	1992	1991
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	135.452.745.436,01	11.561.068.570,04
Capital Social Integralizado	16.432.791.500,00	1.421.056.900,00
Reserva C.M. Capital	185.585.737.325,16	15.011.734.630,94
Prejuízos Acumulados	(59.891.120.969,77)	(4.615.243.421,41)
Prejuízo do Exercício	(6.674.662.419,38)	(256.479.539,49)
Total do Passivo	135.452.745.436,01	11.561.068.570,04

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Perda Operacional Bruta		
Perdas de Investimento pela Equiv. Patrimonial	6.536.392.830,41	256.479.992,00
Prejuízo Líquido do Exercício	6.536.392.830,41	256.479.992,00

DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZOS ACUMULADOS

	1992	1991
Saldo no Início do Exercício	(4.358.763.881,92)	(276.273.457,78)
C. Monetária de Prej. Acumulados	(55.532.357.087,85)	(3.826.010.884,65)
Prejuízo do Exercício	(6.536.392.830,41)	(256.479.539,49)
C. Monetária do Prej. no Exerc.	(138.269.588,97)	-
Saldo final	(66.565.783.389,15)	(4.358.763.881,92)

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Origens		
Prejuízo Líquido do Exercício	(6.536.392.830,41)	(256.479.539,49)
Correção Monetária	-	452,51
Diminuição do Ativ. Permanente	6.536.392.830,41	256.479.992,00
Total das Origens	-0-	-0-

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992. NOTA 1 - RESUMO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS. a) As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), combinadas com a legislação tributária vigente. b) Foi realizada a correção monetária, com base nos índices oficiais das contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido. A diferença líquida foi contabilizada no resultado do exercício, sendo observado o disposto na Lei nº 8.383/91. c) Os investimentos estão contabilizados pela Equivalência Patrimonial. d) A empresa encontra-se em regime de Concordata Preventiva, realizando-se o seu desenvolvimento de acordo com as normas jurídico legais e contábeis da legislação própria. Ananindeua-Pa., 01 de abril de 1993. MARIO ABATE, Diretor Presidente; JOAQUIM NEGRÃO RODRIGUES, Diretor; JOAQUIM NEGRÃO RODRIGUES, CRC-PA 2778 - Contador.

PARECER DOS AUDITORES. Ilmºs Srs. Diretores da FRANORTE S/A - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES. Examinamos os balanços patrimoniais da FRANORTE S/A - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES. levantados em 31 de dezembro de 1992 e 1991, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FRANORTE S/A - ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES, em 31 de dezembro de 1992 e 1991, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Belém, Pa., 6 de abril de 1993. ASSESSOR AUDITORES INDEPENDENTES S/C, CRC-SP nº 4.294; YOSHISHIRO MINAME, SÓCIO-DIRETOR RESPONSÁVEL, CRC-SP nº 45.344.

COMPANHIA VALE DO RIO CRISTALINO AGROPECÚARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA C.G.C.(MF) Nº 05.141.981/0001-00

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, atendendo as disposições legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Origens e Aplicações de Recursos, das Mutações do Patrimônio Líquido e Lucros ou Prejuízos Acumulados, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992, Santana do Araguaia, 31 de dezembro de 1992 A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	1992 CR$	1991 CR$
CIRCULANTE		
Disponibilidades	1.122.245.799	85.829.482
Contas a receber-Clientes	288.426.585	327.677.400
Demais Contas a Receber	177.122.396	33.941.137
Adiant. a Empreit. e Div.	8.849.382.170	26.298.722
Estoques	15.155.771.560	1.017.827.690
Despesas Antecipadas	6.817.471	-0-
	25.599.765.981	1.491.574.431
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
Invest. Fin. a Longo Prazo	4.719.416	600.508
PERMANENTE		
Imobilizado	118.427.386.539	8.111.597.304
Diferido	44.388.838.719	2.601.548.098
	162.816.225.258	10.713.145.402
TOTAL	188.420.710.655	12.205.320.341
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	584.651.998	27.808.053
Instituições Financeiras	8.634.400.763	627.288.727
Salários e Encargos Sociais	408.134.473	19.695.075
Impostos a Recuperar	-0-	9.808.579
Credores no País	36.911.603	41.167.540
	9.664.098.837	725.767.974
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		
Créditos de Acionistas	597.196	508.730
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	23.989.924.356	2.074.574.460
Reserva de Capital	270.933.145.069	21.915.349.896
Resultados Acumulados	(64.621.783.755)	(5.009.484.269)
Resultado do Exercício	37.636.984.674	(247.044.955)
Res. C. Monet. Dif. IPC/Btnf-90	(89.182.255.722)	(7.254.351.495)
	178.756.014.622	11.479.043.637
TOTAL	188.420.710.655	12.205.320.341

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Receitas das Vendas	6.989.198.502	820.396.212
(-)Deduções de Vendas	384.969.751	24.511.659
Receitas Líquidas	6.604.228.751	795.884.553
(-) Custos das Vendas	2.746.862.429	352.232.710
Resultado Bruto	3.857.366.322	443.651.843
Superveniências Ativas	37.405.599.253	847.151.791
Receitas Extraordinárias	58.193.440	17.868.978
Amortizações - Diferido	6.942.844.351	1.129.503.462
Despesas Comer/Admin/Financ.	8.971.601.059	640.267.717
Saldo da Correção Monetária	14.181.920.855	727.814.485
Depreciações	1.951.649.786	513.760.873
Resultado Líquido do Exercício	37.636.984.674	(247.044.955)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAP. SOCIAL	RES. CAPITAL	PAT. LÍQUIDO
Em 31.12.90-CRS	219.502.870	1.855.071.590	1.640.181.802
Aumento do Cap. c/útil			
Res. AGO 30.4.91	1.855.071.590	(1.855.071.590)	
Correc. Monet. Prej.	-0-	-0-	(4.575.091.611)
Corec. Monet. Res. Capit.	-0-	21.915.349.896	21.915.349.896
Res.C.Mon.Dif.IPC/BTNF-90	-0-	(7.254.351.495)	(7.254.351.495)
Resultado do Exercício	-0-	-0-	(247.044.955)
Em 31.12.91 - CRS	2.074.574.460	14.660.998.401	11.479.043.637
Aumento Capital c/útil			
Reserv. A.G.O 30.04.92	21.915.349.896	(21.915.349.896)	-0-
Correc. Monet. Prejuízo	-0-	-0-	(59.365.254.530)
Corr. Monet. Res. Capit.	-0-	270.933.145.069	270.933.145.069
C. Mon. Res. Dif IPC/BTNF	-0-	(81.927.904.228)	(81.927.904.228)
Reseult. Exercício	-0-	-0-	37.636.984.674
Em 31.12.92	23.989.924.356	181.750.889.346	178.756.014.622

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	1992 CR$	1991 CR$
ORIGENS DOS RECURSOS		
De Operações da Empresa		
Resultado Líquido do Exercício	37.636.984.674	
Corr. Monet. do Exercício	(14.181.920.855)	(727.814.485)
Deprec. e Amortizações	8.894.494.137	1.643.264.335
Res. Alien. Bens Ativo	(22.000.856)	5.284.906
Vl. Alien. Bens Ativo	10.000.000	-0-
Vl. Residual do Imob. Baix.	63	94
Aumento Exig. Longo Prazo	88.466	-0-
	32.337.645.629	920.734.850
APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Resultado Líquido do Exercício	-0-	247.044.955
No Permanente		
Aquis. Bens do Imobilizado	17.163.666.034	18.295.084
No Realizável a Longo Prazo		
Aplicações a Longo Prazo	4.118.908	510.826
No Exig. a Longo Prazo		
Redução do Exig. Longo Prazo	-0-	88.466
Aumento do Capital Circulante	15.169.860.687	654.795.519
	32.337.645.629	920.734.850
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE		
Ativo Circulante		
No início do exercício	1.491.574.431	238.099.239
No fim do exercício	25.599.765.981	1.491.574.431
	24.108.191.550	1.253.484.192
Passivo Circulante		
No início do exercício	725.767.974	127.079.301
No fim do exercício	9.664.098.837	725.767.974
	8.938.330.863	598.688.673
CRESCIMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	15.169.860.687	654.795.519

NOTAS EXPILCATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.1992. NOTA 1- A empresa foi formada em 1973, com objetivo de desenvolver atividades agro-pecuárias e de comércio e Indústria. A empresa goza de insenção total do Imposto de Renda, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir da entrada em funcionamento normal do projeto, fato que ocorreu no exercício iniciado em 1987, cumprido as diversas exigências da SUDAM. NOTA 2- Os estoque de produtos agricolas, animais e extrativos, estão avaliados ao preço corrente de mercado, sendo os demais, avaliados ao Custo Médio de Aquisição. NOTA 3- As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo como as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76 Legislação Tributária em vigor e demais disposições complementares. NOTA 4- PERMANTE/IMOBILIZADO: Demonstrado ao Custo Monetariamente corrigido, deduzido da depreciação dos bens em uso pelo método linear,as taxas estabelecidas. NOTA 5- O Capital Social esta representado por Ações Ordinárias provenientes de recursos próprios e de Ações Classes A e B de Incentivos Fiscais, no valor nominal de CR$ 1,00 (hum cruzeiro) cada, assim distribuidas:

CLASSE DE AÇÕES:	1992	1991
AÇÕES ORDINÁRIAS	8.406.096.251	726.957.648
PREFERÊNCIAIS A -DL 756	1.153.930.410	95.802.081
PREFERÊNCIAIS B -DL 1376	14.429.897.695	1.247.814.731
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	23.989.924.356	2.074.574.460

Os detentores de Ações Preferênciais não tem direito a voto, sendo-lhes assegurado um dividendo mínimo mínimo não cumulativo de 6% sobre o seu valor nominal.

TAKEO MATSUBARA DIRETOR PRESIDENTE, **TERUO MATSUBARA** DIRETOR ADMINISTRATIVO, **SUEO MATSUBARA** - DIRETOR SUPERINTENDENTE, **AKIRA YAMASHITA** - DIRETOR, **HIDETO MATSUBARA** - DIRETOR **SHIGUETO MATSUBARA** - DIRETOR e **JOSE DO CARMO BENATTI SOBRINHO** - CONTADOR - CRC SP 54702-T-PR-S/PA CPF 271.391.908-87.

explicadas as nossas crises periódicas. A nossa hévera só era comprada, quando havia qualquer colapso nas plantações do Oriente. Mas um dia, alguém sugeriu: Os magnatas européus da Borracha podiam ter feito na Amazônia, o que fizeram nas suas pocessões da Ásia. Por que não fizeram? Nessa resposta é que está tôda a explicação do enigma, que tanto tempo andou em volta de nós sem ser compreendido.

É que as regiões da Ásia são extremamente populosas. Há ali muita gente e muita fome. Os seringais de lá, não pediam seringueiros estranhos, que fôssem ganhando tanto por dia, como os da Amazônia que eram completamente despovoados. Pelo contrário: têem sempre gente de mais. De forma que qualquer salário miserável era um recurso que chegava para aquela imensa multidão que vivia sem ter o que fazer.

A transferência do plantio da seringueira da Amazônia para a Ásia foi, portanto, um golpe econômico, em que ali se aproveitou a miséria do nativo.

Se não fôssem as plantações da Malásia, de fato, a transformação da Amazônia teria atingido um grau superlativo de adiantamento. Belém, - a Capital do El Dorado, estaria atualmente, com um milhão de habitantes, que é a população de Singapura.

Merece, porém, que se aplique ao caso, um pouco da filosofia chinesa - uma filosofia que justifica e bem diz, a não ascenção ao Progresso.

A vitória da Malásia sôbre a Amazônia foi devida a sua mão de obra mais barata. Enquanto o seringueiro da Amazônia naquêles tempos de bom câmbio, ganhava 5$ diários, conforme escrita no barracão - o trabalhador de borracha das Índias era um verdadeiro sêrvo, vítima de uma escravatura econômica, onde não existiam o rêlho, ou o garrote, mas havia a penúria, os salários mesquinhos, a ínfima condição de pária, para uma população inteira.

Quem auferia os lucros imensos de 1 milhão de toneladas de borracha produzidos pelos seringais, não eram os habitantes da região, os trabalhadores que no meio do mato extraiam a goma; mas os magnatas estrangeiros, capitalistas das emprêsas. Éram as grandes companhias e os portadores de ações dos seringais, os empregados brancos, feitores e administradores dos grandes latifúndios, onde debaixo de organização impecável era fabricada a borracha, se bem que êsses lucros fôssem compensações naturais dos capitais invertidos nas plantações.

O povo da região, êste continuava a viver nas condições primitivas. Por isso, nas grandes cidades ali, tornadas opulentas pelo prestígio do "ouro negro", como ainda hoje, havia o Bairro Europeu, o bairro dos ricos; e o Bairro Nativo, o bairro da miséria.

Por mais que a Amazônia produzisse tão grande quantidade de borracha quanto a sua rival, ela nunca poderia competir em preços, dado o padrão de vida dos seus filhos, que era mais elevado do que o dos malaios.

De fato, sendo assim, não vemos vantagem no aumento da produção a tão subido índice, se o fruto de todo êsse trabalho só servisse para enriquecer os capitalistas estrangeiros.

Os seringueiros melanésios nessas épocas citadas, logo após a Grande Guerra, ganhariam quando muito, o seu 1$ por dia de trabalho. Diga-se que êles são fugais, que o seu "habitat" possui alimento em abundância... Estamos de acôrdo. A verdade porém, é que êles não passam da condição vegetativa de autêntica servidão, apenas prosperando na sua própria casa,.os estrangeiros que os dominam.

É a exploração em grande escala, pelo capitalismo, de populações, que pelo seu excesso prolífico, ignorância e dependência, nenhum benefício experimentam com a valorização das matérias primas, com que alimentam as indústrias da Metrópole.

Mas prossigamos. Atualmente, acham-se matriculados, em tráfego, na Capitania dos Portos, 60 vapores "gaiolas", e talvez 100 lanchões e motores próprios para navegação dos rios encachoeirados. Pela qualidade das embarcações pode se fazer uma conjetura da transição porque passou a indústria extrativa paraense.

Outrora, tudo borracha, Atualmente: preponderando mais, a juta e a castanha.

Quando aqui aportou o DR. Lauro Sodré, em 1911, depois de 12 anos de exílio, compuseram a flotilha de vapores que como homenagem, foi buscar aquêle político, escoltando o paquete em que êle vinha, desde a Barra, 49 "gaiolas" armados, que tinham chegado de viagem ou se aprestava, para sair. O dôbro estaria sulcando os rios da Amazônia, e uma grande parte estaria ou encalhada no litoral, ou em consêrto nos estaleiros. Desperta reminiscência, disse-me um contemporâneo dêsses áureos tempos, - a simples referência a êsses barcos de 100 a 400 toneladas, que em profusão sulcavam as caudais da planície afortunada.

- A Amazônia, - acrescento: com a pujança das suas florestas imensas e rios inumeráveis, teve sempre o condão de fascinar por tôda a vida, quantos lhe perlustrem a gleba fecunda e misteriosa. Se uma das suas matérias primas se desvaloriza, como aconteceu com a hévea, logo aparece outra, invadindo o comércio e conquistando os mercados. É justamente, o que vai fazer a Comissão de Planejamento de Valorização da Amazônia: tornar abundante a existência de tôdas essas matérias primas em todo o vale, para que a sua exploração simultânea, concorra para a riqueza da região.

Um saudosista dos tempos áureos da Amazônia, falava-me da frota sem igual que lhe sulcava os rios, dos navios construidos na Inglaterra, bem feitos e possantes.

- Diga-lhes os nomes, pedimos.

- Aí vão alguns que me acodem à saudade: Imperatriz Tereza, Conde D'Eu, Princeza Isabel, Dona Leopoldina, Paes de Carvalho, Lauro Sodré, Justo Chermont, Campos Sales, Prudente de Moraes, Rio Tapajós, João Alfredo, Tucunaré, Gaivota, todos da Companhia do Amazonas. E particulares: Watrin, Tejo, Sobral, Iracema, Rio Inauyní, Ipixuna, Rio Jamary, Tuchaua, Turuna, Mondego, Sant'Ana IIª, Aripuanã, Jurupary, Cearense, Santo Elias, Rio Machado, Mariahy, Amonea, Arinos, Intrépida, Tucumã, Rio Xapury, Rio Xingú, Rio Acre, Barão de Cametá, Hilda, Ajudante, Comandante Macedo, Moacir, Rio Tocantis, Silva Cunha, Rio Madeira, Zé Antunes, Rio Macauhan, Curuçá, Macáu, e tantos e tantos, meu caro, que parecem compor um mundo de fantazia.

Nos seringais da Amazônia, estradas havia que se alongavam por 15 a 20 quilômetros. O colhedor do Latex, morando junto à mata, tem por vizinho mais próximo, outro que mora a três léguas. Êle vai pela estrada, dando golpes nas árvores de manhã cedo. E à tardinha está de volta, colhendo o leite das tigelinhas. Isso quando o não acometem as febres palustres. As estradas não são alamêdas bem cuidadas mas ásperos caminhos cheios de sombra por onde o sol não penetra, interrompidos aqui e ali, por páus caídos, charcos de água putrida, sendo apenas reconhecíveis, pelos sinais feitos nas seringueiras para orientar os extratores.

Às vezes, o seringueiro grita, e o éco da sua voz se reproduz entre a mataria fechada. Anoitece. Por tôda a parte começa um crescendo de surdos rumores. O dia nasce, e a mesma faina se repete, com uma monotonia, que acaba por aniquilar os mais fracos. E o Nordestino dentro do isolamento, se abisma em tristes recordações... Quando vai à caça, o tiro da sua espingarda rebôa como dentro de uma catedral. Depois, o silêncio desde de novo, pesado, implacável, até que o pobre seringueiro acaba por se acostumar à poesia lúgubre daquela solidão...

O que convém fazer, pois, é com os recursos da Valorização desfazer o Deserto, e colonizar o rincão fluvial, tornando a terra civilizada.

Famílias inteiras vindas de todos os quadrantes do Globo ajudarão a transformar a Amazônia, na região que ela merece ser, pela benignidade de seu clima salubre e uniforme.

Os mosquitos malignos, as feras, as cobras existem em profusão em tôdas as paragens não habitadas pelo homem. Os fôrros das nossas casas, por não serem ocupados por pessoas, o são também por uma infinidade de pequenos animais como aranhas, escorpiões, ratos, cobras, cupins, pulgas, percevejos, morcegos, etc.

Uma vez conseguido o povoamento sistemático de todo o hintèrland, fica êle afeiçoado à existência humana, só faltando que a ciência vá aos poucos, o enchendo de fartura e de riqueza.

As próprias endemias palustres, que outrora dizimavam as populações amazônicas, hoje, com uso geral por algum tempo, do sal cloroquinado, ficarão extintas para sempre, em todos os recantos da região.

E a Amazônia devidamente valorizada, despovoada como ainda está, ficará assim de portas abertas, destinadas a ser num próximo futuro, o novo "El Dorado" da humanidade.

INÁCIO DE SOUZA MOITA (Prainha/PA, 1898 - Rio de Janeiro, 1981), com dois meses de idade, foi trazido a Belém, onde estudou até bacharelar-se em Direito (1919).

Marabá, Mocajuba, Cametá, Macapá e Castanhal assistiram, durante duas décadas, o seu vaivém judicante e o casamento com a professora Arzuíla.

Depois, em Belém, a ascensão social e forense, o brilho literário, a posse na Academia em 1946 e a consagração intelectual.

Visitou Helsinki, membro da delegação brasileira ao Congresso Mundial da Paz, a América do Norte e vários estados brasileiros, cujos aspectos estão vivíssimos nas páginas de **Vitrais** e **Esse Mundo tão Pequeno.**

Traduziu excelentemente Charles Baudelaire (**As Flores do Mal**). Escreveu poemas. É nas crônicas, entretanto, que o brilho de sua inteligência e a notável perícia estilística chegam a assombrar.

De **Vitrais**, retiramos as crônicas de viagem a seguir, tendo mantido a grafia dessa edição, executada pela Imprensa Oficial, em 1968.

MASO INDUSTRIAL S/A. – CGC/MF Nº 15.254.139/0001-39, **RELATÓRIO DA DIRETORIA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** – Prezados Senhores: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. este Relatório, acompanhado do Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos e Notas Explicativas, referente ao exercício findo em 31.12.92. Por oportuno, agradecemos o apoio da SUDAM, dispensado ao Empreendimento, aliás já em fase de implantação, colocando-nos a disposição dos Senhores Acionistas, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Ananindeua-PA, 19.02/93. Raymundo Pinto de Oliveira - Pres. do Cons. de Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE:

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	3.289.748.598,60	382.136.598,04
Caixa e Bancos	105.249.343,30	13.780.107,42
Estoques	2.804.278.595,83	297.480.014,33
Outros Créditos	380.220.659,47	70.876.476,29
PERMANENTE	29.320.129.618,58	2.614.683.001,43
Imobilizado	29.320.129.618,58	2.614.683.001,43
TOTAL DO ATIVO	32.609.878.217,18	2.996.819.599,47
PASSIVO	**1992**	**1991**
CIRCULANTE	1.971.979.996,88	162.861.563,84
Obrigações a Pagar	1.971.979.996,88	162.861.563,84
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.347.334.423,75	224.070.517,12
Crédito de Acionistas	1.347.334.423,75	224.070.517,12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.290.563.796,55	2.609.887.418,51
CAPITAL SOCIAL	2.402.185.488,00	300.192.000,00
Autorizado	3.000.000.000,00	400.000.000,00
A Subscrever	597.814.512,00	99.808.000,00
RESERVA DE CAPITAL	27.129.378.071,44	2.101.993.488,61
C.M. Cap. Realizado	27.129.378.071,44	2.101.993.488,61
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	880.812.187,84	253.684.151,71
Reavaliação do Ativo	880.812.187,84	253.684.151,71
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(1.121.811.950,73)	(56.799.868,32)
Prejuízo Exercício Anterior	(699.299.828,08)	–
Prejuízo do Exercício	(1.127.332.484,36)	–
Realização de Res. Reavaliação	(704.820.361,71)	–
TOTAL DO PASSIVO	32.609.878.217,18	2.996.819.599,47

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

	1992	1991
1 – Receita Operacional Bruta	3.356.680.136,52	504.116.040,46
2 – Deduções	525.939.595,61	(103.477.098,02)
3 – Receita Operacional Líquida	2.830.740.540,61	400.638.942,44
4 – Custo Operacional da Receita	1.375.946.791,06	336.027.342,68
5 – Lucro Operacional Bruto	1.454.793.749,55	64.611.599,76
6 – Despesas Operacionais	1.846.016.981,20	181.431.905,58
7 – Outras Receitas Operacionais	119.511.493,18	32.414.645,66
8 – Lucros ou Prejuízos	(275.510.430,31)	(84.405.660,16)
9 – Resultado Corr. Monetária	984.810.111,89	50.665.984,18
10 – Provisões/Reversões	–	508.088,87
11 – Lucro ou Prejuízo Líquido	(1.260.320.542,20)	–
12 – Amortização do Prejuízo	132.988.058,15	–
13 – Lucro Prejuízo Final	(1.127.332.484,36)	(134.563.555,47)

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

1 – ORIGENS DOS RECURSOS	1992	1991
Lucro Líquido do Exercício	(1.260.320.542,20)	(134.563.555,47)
Depreciações	254.155.170,60	107.700.158,30
Correção Monetária do Balanço	984.810.111,89	50.665.984,18
Integralização do Capital	–	72.000.000,00
Acréscimo no Exigível a L. Prazo	1.123.263.906,63	164.305.479,21
TOTAL DAS ORIGENS	1.101.908.646,92	260.108.065,22
2 – APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
No Imobilizado	2.414.979,02	93.255.653,66
TOTAL DAS APLICAÇÕES RECURSOS	2.414.979,02	93.255.653,66
3 – VARIAÇÃO DO CAP. CIRCULANTE		
ATIVO CIRCULANTE	2.907.612.000,56	314.874.149,34
No início do Exercício	382.136.598,04	67.262.448,70
No fim do Exercício	3.289.748.598,60	382.136.598,04
PASSIVO CIRCULANTE	1.809.118.333,04	148.021.737,62
No início do Exercício	162.861.663,84	14.839.926,22
No fim do Exercício	1.971.979.996,88	162.861.663,84
Aumento do Capital Circulante	1.098.493.667,52	166.852.411,72

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Cr$ 1,00

Itens	Capital	R. Capital	R. Reaval.	R. Lucros	Prej. Acum.	Totais
Saldo em 31.12.91	300.192.000	2.101.993.488	253.684.152	10.818.266	(56.937.443)	2.609.750.463
Transferência	2.101.993.488	(2.101.993.488)	(704.820.361)	(132.988.058)	837.808.419	–
Corr. Monetária	–	27.129.378.070	1.331.948.380	122.169.742	(642.363.384)	27.941.134.477
Prejuízos	–	–	–	–	(1.260.320.542)	(1.260.320.542)
TOTAIS	2.402.185.488	27.129.378.070	880.812.171	–	(1.121.811.950)	29.290.563.796

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Sociedade desenvolve projeto pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que atualmente encontra-se em seu quinto ano, que tem por finalidade a exploração da indústria de espuma de poliuretano, colchões e seus derivados. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas de conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei no. 6.404/76), nas disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários, consideradas também as disposições da Legislação Tributária. 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas pela sociedade são as seguintes: a) Efeitos Inflacionários: Foram computados no resultado do exercício, os efeitos inflacionários decorrentes da Correção Monetária do Ativo Permanente, do Patrimônio Líquido utilizando-se os índices de variações oficiais, de acordo com a legislação em vigor. b) Apropriação de Receitas e Despesas: O resultado é apurado pelo regime de competência. c) Almoxarifado: É avaliado ao custo médio de aquisição que não excede ao preço de mercado. d) Imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, corrigidos monetariamente. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas variáveis e que estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens. e) Capital Social: O capital autorizado em 31 de Dezembro de 1992 é de Cr$ 3.000.000.000,00 (Cr$ 400.000.000,00 em 1991), sendo que o Capital subscrito e integralizado está representado por 2.402.185.488 (300.192.000 em 1991) Ações de Cr$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	1992	1991
Ações Ordinárias	1.364.441.358	170.506.849
Ações Preferenciais	1.037.744.130	129.685.151
	2.402.185.488	300.192.000

Ananindeua - PA, 19 de Fevereiro/1992. aa) RAYMUNDO PINTO DE OLIVEIRA – Diretor Presidente; SANDRA SUELY DE JESUS MIRANDA – Diretora Administrativa; MAURÍLIO DA ROCHA MENDES FILHO – TC-CRC-PA 1.338 - CPF 003.387.542-68.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES – Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas de MASO INDUSTRIA S/A. (1) Examinamos o balanço patrimonial de MASO INDUSTRIAL S/A levantado em 31.12.1992 e 1991 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimonio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. (2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos e o volume de transações da entidade; (b) a constatação, com base em testes, da evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade. (3) A data de nossa contratação foi efetivada após o encerramento do exercício, não nos sendo possível adotar certos procedimentos de auditoria, tais como: contagem de caixa, quantidades em estoques e inspeção física de bens do ativo imobilizado. (4) Em nossa opinião, exceto quanto ao parágrafo terceiro e seus efeitos, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de MASO INDUSTRIAL S/A, em 31.12.1992 as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos referente ao exercício findo naquela data de acordo com os Princípios de Contabilidade, emanados da Legislação Societária. Belém - PA, 26 de Abril de 1993. AUDITAN – Auditoria Independente S/C – CRC-PA 0269 – RUI OLIVEIRA MAGALHÃES - Sócio-Diretor Responsável - Contador CRC-PA 5771.

Foi Assim que a Estória Começou

Look backwards, how many days alone.
Look farwards, how many days again.
The watches of night ar done.
The watches of day begin.

(Evangeline) - Longfellow.

Entre os adeuses da despedida, uma voz querida, tentando suavizar as dores da separação, murmurou aos meus ouvidos:

Quem parte, parte chorando
quem fica, chora também.
quem parte leva saudades,
quem fica saudades tem.

Saudades, e quantas, eu levava e outras tantas sabia bem que deixava, entre os meus, na minha gente, pedaços do meu coração.

Chorar eu não chorava, mas também frio e insensível, senhor dos meus nervos, eu não partia, que uma dolorida tensão emocional me dominava.

É que eu me ia, um tanto à aventura, como aquêle "senhor tão nôvo, d'olhos côr d'espr'ança", do poema de Junqueiro, dar volta ao mundo, dar volta à vida, na ânsia de reencontrar caminhos já trilhados, descobrir novas paisagens, outras terras desconhecidas, além mar.

Ademais, nesse ir por longe, eu me deixava levar pelo coração, onde pulsava a nota sentimental de um sonho realizado, com o encanto e o deslumbramento de uma renovada lua de mel.

Talvez por isso, por tudo isso, o coração batesse, batesse desordenadamente, quando após os últimos abraços de despedida, eu me encaminhei para o portão de embarque, no aeroporto de Val-de-Cães, naquela madrugada de doze de julho. Em breve, as hélices se movimentaram, flabelaram, turbilhonaram. Na pista, o avião taxiou, trepidando, zunindo e súbito, como sôlto de amarras invisíveis, correu, acelerou, suspendeu-se do solo em disparada de meteoro e ganhou altura. As últimas luzes da cidade foram ficando para trás, se esfumando, morrendo, sumindo e um grande silêncio encheu o negrume da noite.

Já entre nuvens, no alto, apenas de quando em vez, um leve cicio, como vaga ressonância do vento lá fora, redemoinhando nas turbinas.

A longa viagem começara.

Um doce torpor invadiu-me o corpo lasso, amortecendo os olhos com suave sonolência, que não chegava a ser sono. Que dormir, eu não dormi, apenas, modorrando, se tanto, nas longas horas da viagem noite a dentro, no "Convair", sôlto no espaço, a dez mil metros de altura e a dar de vez em quando, pulos de cabritinho por entre núvens, como a brincar de esconde-esconde, com estrelas vadias, nos desvãos da negridão infinita.

Dir-se-ia uma corrida contra o tempo, eis que por capricho dos fusos horários, quanto mais o avião avançava, mais o tempo ia retardando a aproximação do dia.

Até que o negrume se foi cambiando em lusco-fusco, aos poucos desmaiando, esbatendo-se, em pardo-escuro, e os primeiros frocos de nuvens foram surgindo acinzentados, logo arroxeados, com manchas irisadas. Então, outras nuvens mais longe reportaram, em tons mais vivos, numa transição lenta, se purpureando, ganhando tintas mais fortes, se pintalgando de nacar e ouro, de azul, de lacre, avançando para o vermêlho puro.

Já por quase tôda a vastidão do espaço havia rasgões de claridades e nos horizontes infindos, zimbrados de rubros clarões, o sol, cauto e a mêdo, ia surgindo devagar.

Como ao encontro do sol, lá longe, e em baixo, o avião foi descendo, descendo e em pouco, eis que de um lado, um pedaço de mar vai avultando, se alargando, com ondas já visíveis e do outro lado, contornos de serras, que se iam adensando e destacando no fundo da paisagem e mais adiante, lagos que afloravam, rios serpenteando por entre o verde da mataria e logo, caminhos que se abriam e enfim, o casario, o gado, os homens, ali, bem perto, já na eterna rotina de um dia que começa.

Ralentando, o avião busca a pista, toca o solo, num estremecimentos, avança, avança ainda e como exaustos cansados, seus motores silenciam, as hélices girando em passes cada vez mais lentos, mais fracos, até que param.

La Guayra alí estava, banhada de sol e acolhedora, como a primeira etapa da viagem.

Lá longe, nos relógios do Brasil, eram sete horas, mas aqui, apenas cinco e trinta da manhã, clara, diáfana, de ar lavado, mas quente, com vinte e três de calor à sombra.

O aeroporto bem vasto, com suas lojas indefectíveis de "souvenirs", boxes, restaurantes e bar, nos esperava para o repasto matinal. Indormido como vinha, com êsse amargor de tresnoitado na bôca, ansiava pela calentura de um cafèzinho cheiroso.

Só que não era bem um cafèzinho, nem nada tinha de zinho, mas de mixuruco e pelo qual o colored que me serviu, cobrou quinze cents, em moeda de Tio Sam, que pelas minhas contas, andavam por quatrocentos velhos cruzeiros, fora a gorjeta, que é dolorosa à parte.

Lá fora, a paisagem, de um agreste agressivo, parecia ter saído de uma tela de Gauguin, em tintas cruas e puras.

De uma banda, colinas, outeiros, morros terrosos, escalvados, com raros tufos de vegetação rala de onde só de raro em raro, repontavam árvores de porte. De outra banda, em aclive abrupto, montanhas que se prolongavam em contrafortes, em corcovas, de um verde escuro e sombrio, fechando a paisagem e caindo quase a pique sôbre o mar, alí bem perto, de um azul turquesa, e agora de ondas mansas, correndo em carneirinhos para a praia.

Já alto, qual em dossel de anil, o sol, no azul, irradiava. Prêso ao fascínio da paisagem, mal dava pelo tempo, quando a voz roufenha de um alto falante, quebrando o meu encantamento, anunciou que era hora de partir para a nova etapa de três horas de vôo sôbre o mar rumo a Maiami.

E foi assim, que me vim ao encontro de estranhas terras, foi bem assim que esta estória começou.

Prático, Muito Prático, Mesmo

Welcome, Brazilian brother - the ample place is ready;
A loving hand - a smile from the north - a sunny instant hail.
A Christmas greeting - (Walt Whitman).

Eu já vinha prevenido, desde aquêle cafèzinho mixuruca, em La Guavra, e mais ainda, alertado pelo meu filho Froy, que tinha uma longa vivência do tal way of life de Tio Sam.

Destarte, quando me convidaram para tomar café, numa das muitas cafeterias do aeroporto de Miami, eu respondi com um não bem redondo, com aquela ênfase de que usou o Padre Vieira, ao discorrer sôbre êsse advérbio, num dos seus famigerados sermões.

E, só com os meus botões, murmurei: Nessa eu não caio, e para os meus acompanhantes, intrigados com a recusa: - Vão vocês, que eu vou brincar de gastar cents, dimes e quarters apertando botões, nessas máquinas de fazer tudo, espalhadas por aí.

Mas era só para despistar, porque, mal êles partiram rumo ao drug-store, eu lhes fui de longe, ao encalço, quase, a pesepelo como um tira do F.B.I. vigiando um outlaw, por certos becos esconsos do Harlem ou do Brooklyn.

E nesse andar surpreendi um dos meus familiares, exatamente no instante em que, após uma golada de café, fazia uma careta e arregalava os olhos, como quem acabava de ver espelhado na aguinha chilra, da xícara do café, a própria cara sardônica de Tio Sam.

Com uma gostosa gargalhada bem falstafiana, surgi diante dos meus acompanhantes e lhes falei, galhofando: - Bem feito. Caboclo parauára, p'ra beber café nos States, tem que fazer primeiro, das tripas coração. E conclui: - Vocês querem saber de uma coisa? Café aqui é ersatz, é café pr'a inglês vêr. - Mas, retrucou interrogativamente, minha mulher, com ares de Vó Ila, a contadeira de estórias lá de casa, mas, então, que é que os yankees fazem de tanto café mesmo do bom, do super-fino, igualzinho aquêle do Pará, nos tempos do contrabando?

- Que é que êles fazem? Então você não sabe? Pois ponha o cérebro a trabalhar e compare êsse café que está aí, sem graça, ralo, fininho, inodoro, com aquêle nosso, preto de azeviche, gorduroso, e quando borbulha ainda em borra, na fervura e escorrendo grosso pelo coador de pano, já pronto, espalha aquêle cheiro que entra pela gente lembrando até...

- Lembrando que? perguntou interessado alguém da roda.

- Bem, continuei, um italiano chamaria odor di femina, pois parece aquêle cheiro do colo da mulher que...

- Que mulher? Que tem mulher com café, no caso. Indagou meu filho?

- Ora, então você não se recorda mais dessa francesa lá da Guyana, a mulher do Governador, que nos idos de mil setecentos e poucos, tirou do seio um saquinho de sementes de café e passou às mãos do barbudo Palheta? Você não se lembra mais?

- Ahn, então êsse cheiro... êsse odor di femina...

- Exato, vem daí, pegou nas sementinhas e nunca mais se foi e até rescende mais, quando passa pelo fogo na torração, ou já em pó, referve na água quente, para delícia do nosso gôsto.

- Chic, muito chic, que até parece francesia... mas que tem isso com o café de Tio Sam?

- Que tem? Pois escute e vá assuntando: você sabe, Tio Sam é prático, muito prático mesmo e realista terra-a-terra, não foi nessa onda sentimentalista, nessa cantiga léra e preferiu ao odor di femina, o bodum do dólar.

- E daí?

- Bem, daí descobriu êsse segredo de Polichinelo, uma coisinha atoa, que todo aquêle cheiro era de óleo queimado.

Depois disso foi só por o achado em têrmos pragmáticos e a maquinaria de Tio Sam fêz o resto.

- E deu certo;

- Se deu! sobretudo em dólares deu certinho. Tio Sam nem se contentou em comprar o nosso café, mas inventou máquinas para colhê-lo, torrá-lo, fazê-lo, servi-lo, tudo de modo prático e econômico, automático. Só uma cousa não conseguiu, manter aquêle cheiro e o sabor paradisíaco do cafèzinho brasileiro. Mas isso é cousa secundária, simples questão de gôsto e Tio Sam repete sempre, esnobando em Latim, que de gustibus não disputandur.

Todavia, como é compreensivo, seu gênio prático achou um meio de ser gentil e de agradar a todos, criou o creme.

E p'ra acabar de vez com a dúvida, botou preto no branco, em duas expressões dizendo tudo: black-coffee e coffee and cream.

- Prático, muito prático.

- Pois é, só que na prática, você deve ter cuidado com as tais palavras...

- Mas, não é tudo café?

- Pois veja lá se é. O primeiro, o black-coffee, é o faz de conta, que não chega a ser bem preto, como o nosso cafèzinho, tem gôsto de chá de chicórea, de fôlha de urtiga, de coca-cola fervida e causa engulhos a caboclo que se preza.

É êsse que o "colered" lhe serviu numa xicrona e pelo qual você tem de gemer com 15 cents, mais três ou cinco por cento de impôsto e a gorjeta por suplemento.

- E o outro como é o nome, mesmo?

- E o coffee and cream, que é como o primeiro, mas que se bebe adicionando o tal de creme, uma água leitosa, disfarçada em creme, que até parece leite sintético, sem ofensa ao devido respeito a Tio Sam.

Mas, afinal, êsse é a nossa "média", pois não é?

- Qual média, qual nada: E fale baixo, que se Tio Sam descobre que seu coffee and cream é o nosso café com leite, é bem capaz de tirar patente de invenção e de querer cobrar royalty de tôda "média" que se beber no nosso Pindorama.

- Ahn! Ahn!

- Nada de espantar.. Tio Sam é nosso amigo, mas um adendo de royalties em sua conta bancária, não deixa de ser

FAZENDA NOVA AMÉRICA S/A. CGC nº 04.112.629/0001-84. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Senhores Acionistas: cumprindo determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do Exercício de 1992; encerrado em 31 de dezembro de 1992. Este Conselho e a Diretoria se colocam à disposição dos senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais. Belém - Pa, 12 de fevereiro de 1993. aa) JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES SIZO - Presidente; ANA ELIZABETH N. SIZO - Vice-Presidente; JOSÉ DA SILVA LEMOS - Secretário.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991	PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	49.275.999,13	9.388.973,36	CIRCULANTE	3.545.111,04	376.758,00
DISPONIBILIDADES	741.599,42	458.995,67	CRÉD. DE ACIONISTAS	1.783.128,00	347.000,00
Bens Numerários	695.207,62	458.378,15	Contrib. ao INSS	1.761.983,04	29.758,00
Desp. Bancárias à Vista	46.391,80	617,52	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.148.423.348,96	556.785.098,62
REALIZÁVEL	48.534.399,71	8.929.977,69	CAP. SOCIAL AUTORIZADO	2.100.000.000,00	9.000.000,00
I. Renda na Fonte a Compensar	2,04	2,04	Ações Ord. Integralizadas	329.928.858,00	1.646.312,00
Recria/Engorda e Descarte	40.622.397,67	1.017.975,65	Ações Ord. à Subscrever	370.071.142,00	1.353.688,00
Contas a Receber	7.912.000,00	7.912.000,00	Ações Pref. Integralizadas	376.856.240,00	3.448.157,00
IMOBILIZADO VR. ORIG. CORRIG.	9.102.692.460,87	547.772.883,26	Ações Pref. à Subscrever	1.023.143.760,00	2.551.843,00
Investimentos	6.672.297,19	317.158,28	Reservas de Capital	8.441.638.250,96	551.690.629,62
Bens Imóveis	264.061.559,74	12.551.795,36	TOTAL DO PASSIVO	9.151.968.460,00	557.161.856,62
Obras de Infra-Estrutura	165.805.689,00	7.881.340,55			
Pastos em Formação	783.143.874,01	37.225.644,05			
Instal. Pecuárias	498.767.735,28	23.708.223,75			
Construções e Instalações	468.706.951,76	23.705.334,27			
Veic., Máquinas e Equipamentos	474.564.744,58	22.557.768,77			
Móveis e Utensílios	12.254.697,55	582.509,82			
Animais de Trabalho	17.496.312,80	831.662,67			
Rebanho de Cria Mestiço	826.737.316,60	41.174.130,07			
Depreciação Acumulada (-)	(943.659.402,83)	(72.389.373,44)			
Deprec. Acumulada (IPC/90)	(115.839.068,93)	–			
Corr. Monet. Imobiliz. - IPC/90	696.541.182,07	198.330.976,87			
DIFERIDO	5.947.439.572,05	251.295.712,24			
Fundo de Investimentos	56.325,05	9.503,18			
Estudos e Projetos	113.628.685,11	5.394.354,10			
Deficit de Implantação	5.833.753.561,89	245.891.854,96			
TOTAL DO ATIVO	9.151.968.460,00	557.161.856,62			

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

ORIGENS DOS RECURSOS DAS OPERAÇÕES:	1992	1991
Itens que não afetam o Cap. Circulante:		
Mais: Depreciações	65.350.517,00	2.581.261,79
Corr. Monet. Devedora	435.202.952,99	10.709.104,04
Baixa do Imobilizado	46.906.861,00	6.973.191,45
DE ACIONISTAS:		
Int. Capital Social	150.000.000,00	–
TOTAL DAS ORIGENS	697.460.330,99	20.263.557,28
APLICAÇÃO DE RECURSOS:		
Result. do Exercício Prejuízos	660.741.658,26	11.194.402,91
TOTAL DOS RECURSOS	660.741.658,26	11.194.402,91
VARIAÇ. DO CAP. CIRC. LÍQ.	36.718.672,73	9.069.154,37

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAP. CIRC. LÍQUIDO

Discriminação	Iníc. do Exerc.	Fim do Exerc.	Variação
Ativo Circulante	9.388.973,36	49.275.999,13	39.887.025,77
Passivo Circulante	376.758,00	3.545.111,04	3.168.353,04
Capital Circulante	9.012.215,36	45.730.888,09	36.718.672,73

DEMONSTR. DAS MUTAÇÕES DO PATRIM. LÍQ. NO EXERCÍCIO FINDO EM DEZEMBRO DE 1992

Mutações/Contas	Cap. Integral.	Res. de Cap.	Total PL
Sld. em 31.12.91	5.094.469,00	551.690.629,62	556.785.098,62
Aum. Cap. Mediante:			
Dinheiro	150.000.000,00	–	150.000.000,00
Corr. Monet.	551.690.629,00	7.889.947.621,34	8.441.638.250,96
Sld. em 31.12.92	706.785.098,00	8.441.638.250,96	9.148.423.348,96

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – NOTA 1: As demonstrações financeiras estão de acordo com os dispositos da Lei 6.404/76; NOTA 2: A empresa encontra-se em fase final de implantação, conforme projeto aprovado pela SUDAM, obedecendo o cronograma proposto e de acordo com a orientação daquela superintendência; NOTA 3: Os Registros Contábeis são feitos sob o regime de competência; NOTA 4: As contas do ativo permanente e do Patrimônio Líquido foram corrigidas monetariamente de acordo com a Lei 8.200 de 28.06.91, regulamentada pelo Decreto nº 332 de 04.11.91; NOTA 5: As contas do Ativo Permanente e Depreciação estão demonstradas, pelo seu valor original acrescidos da Correção Monetária; NOTA 6: Em virtude do que prevê a Legislação pertinente à Correção Monetária com a Correção do Capital Social Integralizado foi constituído a Reserva Especial de Capital no valor de Cr$ 8.441.638.250,96, que será aproveitado no exercício de 1993, para integralização de Ações Ordinárias e Preferenciais com aumento do Capital Social Autorizado. Belém - Pa, 12 de fevereiro de 1993. aa) JOSÉ RIBAMAR R. SIZO - Diretor-Presidente; NILO SERGIO R. SIZO - Dir. Vice-Pres.; MOACIR DIAS DA SILVA - Cont. CRC/PA 2594.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES: Aos Diretores e Acionistas da FAZENDA NOVA AMÉRICA S/A. 1. Examinamos os balanços patrimoniais da Fazenda Nova América S/A, levantados em 31 de dezembro de 1991 e 1992, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressarmos uma opnião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) O planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; b) A constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Dada a data de nossa contratação ter sido efetivada após o encerramento dos exercícios, não nos foi possível adotar certos procedimentos de auditoria, tais como contagem do numerário de caixa, do rebanho bovino e inspeção física dos bens do Ativo Imobilizado e confirmação dos saldos. 4. Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado no parágrafo terceiro, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da FAZENDA NOVA AMÉRICA S/A, em 31 de dezembro de 1991 e 1992, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Belém-Pa, 11.05.93. MAURI DESCHAMPS - CT-CRC/PA nº 5.597 - Audinorte - Auditores Independentes S/C - CRC-Pa. 244.

bem prático, muito prático. Depois, há outra cousa, que você precisa saber: café, nestas paragens, não é p'ra tôda hora, nem às refeições, como entre nós fica p'r'a fim, depois de engolido o último bocado e na xicrinha.

Para tôda hora, aqui é coca-cola.

Nas mastigações de almôço e janta é que se bebe black-coffee numa xicrona que é quasi uma tigela e até morno ou frio, de permeio e mistura com a comida, entre uma ou duas garfadas de flamber Steak embers ou shrimp fried. que é siri na brasa

- Tá certo. E o outro, o tal coffee and cream?

- Êsse é mais p'ra desjejum, p'ro breakfast de Tio Sam.

Fora disso também serve para enganar o estômago, mas nesse caso, não peça pão com manteiga de companha, que é rastaquera e até parece que nem faz sentido para o yankee, mas escolha um troço de mais sustança, como é de bom estilo, hot-dog, hamburger, e, se faz questão de môlho aí tem à discrição, carry, pimenta, mostarda, kitchup e até outras coisinhas mais. E são só 75 cents, mais três de impôsto e a propina. que fica a seu talante.

- Mas, em cruzeiro é um bom bocado, não é?

- Não se atrigue por tão pouco, não canse a mente na ginástica da conversão, nem se importe, que o humilde penny, que é o nome vulgar do cent, vale em cruzeiros velhos, quase trinta, pelo seu livro de travel crecks. E ademais, quando pensar em dinheiro, pense sempre em têrmos de dólar. Evita confusões, sustos, e, além do mais, é prático. muito prático mesmo.

Nazaré

anda a ver meu país de Marinheiros,
O meu país das Naus, de esquadras e de frotas.
Só Antônio Nobre.

Arrastando as rêdes

Para um caboclo paraoara que vem a Portugal, a visita a Nazaré é obrigação de preceito, de que não há fugir. Ora, eu sou paraoara e me julgo caboclo da gema, lá das beiradas de uma terra caída, com sangue de prainhense nas veias e dest'arte tinha que ir a Nazaré, fôsse lá de que jeito fôsse.

Se não me era possível ir a pé, numa romaria de 130 quilômetros, que são os tantos que a distanciam de Lisboa, nem por água, que é difícil, com mar grosso, costa arriba viria de auto, ou melhor, de ônibus, que me levaria por Vila Franca de Xira, Alenquer, Caldas da Rainha, S. Martinho do Pôrto, e, na volta, por Alcobaça, Aljubarrota, Batalha Fátima e Santarém num largo circuito maravilhoso pelas províncias de Extremadura. Ribatejo e Leiria. A manhã estava ensolarada e quente quando parti de Lisboa e meia hora após, vencidos cêrca de trinta quilômetros, já eu cruzava as campinas verdes do Ribatejo, tão afamadas pelo seus touros e em breve a meus olhos surgia o casario de Vila Franca de Xira, a cidadezinha do "vira", dos "campinos" e "murujinhos" que todos os anos se engalanava para o seu festival do colete encarnado, com pegas de touros soltos nas ruas, nos primeiros dias de julho.

Alguns minutos mais, ultrapassada Alenquer, assomavam pela margem da estrada, barracas, tendas, lojas improvisadas, expondo faianças, tôda sorte de louças, vindas dali perto, das fábricas de Caldas da Rainha, tão celebradas pelas suas termas, pelas "cavacas" e "trouxas de ovos", e sobretudo pela arte de Malhoa que a imortalizou nas suas telas e de Bordalo Pinheiro, o cinzelador daquela jóia de suprema beleza, que é a jarra de Beethoven. De Caldas, o bus infletindo para o mar, atravessou S. Martinho do Pôrto, perlongando a costa, de onde vinha com o vento, um ar salitrado e o marulho de marolas lá por longe. Em pouco, o casario branco e baixo de Nazaré despontava e ia avultando, crescendo, subindo pelas encostas, bem junto do mar.

E ali estava a vilota cujo nome não há paraoara que não o ligue à santa mais querida de sua cidade maior, à Virgem de Nazaré, à Nossa Senhora de Nazaré, invocação, prece, jaculatória que anda tão dentro do seu coração e lhe vem espontânea e quase inconscientemente aos lábios, seja nos momentos de alegria, como uma bênção, seja nas horas de provação, como uma súplica.

Eu me habituara, desde criança a invocá-la e vê-la pasar na sua dourada berlinda tôda florida de cravos e angélicas, que o povo puxava na corda comprida, cumprindo promessa, sob a luzerna dos archotes, das velas votivas, dos fogos de bengala na noite da Trasladação, ou nas manhãs ensolaradas de outubro, ao pipocar de foguetes, ao clamor das palmas e dos vivas, pelas ruas de minha cidade, sob o docel de mangueiras, no domingo do Círio. Foi assim com profunda emoção que mal chegando a Nazaré, corri para a praia, como se dali, que era o decor, o pano de fundo da cidade costeira, eu pudesse sentí-la, vivê-la melhor, no meio de sua arraia miúda, de sua gente do mar.

Já então prêso ao encantamento dessa paisagem marinha, meus olhos foram desvendando o cruzeiro encimado pela cruz de Malta, assinalando o local de embarque de Vasco da Gama para a sua afortunada aventura de abrir novos caminhos no mar. Bem perto do monumento, a secular ermida, tôda caiada de branco em cuja cripta repousam os despojos de D. Fuas Roupinho. Mais além, a muralha pardo-esuro de rochedos entrando pelo mar em alto promotório, descendo por vêzes em abrupto declive sôbre a praia, por vêzes chanfrado de bocarras, meandros anfratuosidades e no platô de mato ralo e saibro grosso, o caminho entre pedrouços que leva ao sítio, quase à extrema do promontório, onde se ergue a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré.

Foi ali que D. Fuas, quando ia precipitar-se no mar, ao perseguir um veado por tentação do demônio, foi salvo por intercessão da Virgem, que lhe acolheu a súplica, como atesta, diz a voz do povo, a pequena chanfradura no solo, que é o sinal da ferradura da montada do fidalgo, que estancou à borda do abismo.

Talássa estive eu quase a gritar quando me achei diante daquele mar sem limite, de um verde que era azul ao longe, de ondas mansas aquela hora, a lamber a areia branca da praia num vai e vem que era uma negaça de marolas, brincando na maré de enchente.

Por aqui, por ali, pescadores com camisas de xadrez compridas barretes à cabeça, os tradicionais carapuços que lhes caem de lado, com borlas de lã na ponta, consertavam rêdes à sombra de seus barcos, puxados na areia.

Cruzando e recruzando, as andorinhas na azáfama do ninho, com pedrês, potes, moringas à cabeça, num vozerio gritante que se assemelhava ao alvoroço agudo das gaivotas voltejando em bando, à caça de algum peixe mais à flor das ondas.

Crianças trebelhavam por cima dos barcos - as pesadas e altas traineiras, de lenho duro e encavilhado para suportar os vagalhões e as tormentas, nas águas de alto bordo, com seus nomes sugestivos, PAPA TE BALES, RAINHA DO MAR, DEUS TE GUIE, VAI COM DEUS, lembrando as nossas vigilengas

De vez em quando, uma grifaria mais forte, gente a correr, a se apinhar em tôrno de um barco com bandeirolas na popa, que lá ia de arrasto, puxado por junta de bois e a sela comprida, que homens da praia ajudavam a carrear.

No meio da turba, mulheres em grupos a espiar o mar, a parolar com companheiras ou isoladas, mas tôdas descalças nos trajes garridos, vestidas de sete saias, mal escondendo a última, tôda pregueada, seguindo a tradição: as moçoilas casadoiras, o andar em bamboleios como se estivessem já a dançar o "vira", mães com filhotes escarranchados nas ancas, velhotas de rostos encarquilhados, onde o tempo pusera, em cada ruga, uns grânulos daquele amargor do mar e ainda as viúvas tôdas de preto, a esconder os macerados corpos nos longos mantos negros, sinal inconfundível de sua viuvês.

Era êsse o povaréu de Nazaré que eu buscara e me fizera compreender por fim a mais bela procissão da minha terra, os meus romeiros do Círio, aquela milhenta de gente, descalça, com pedras, potes, moringues, melancias, jacas enormes, ananazes na cabeça como ex-votos estranhos, o brigue S. João Batista, pejado de crianças com asas de anjos ou à marinheira, as filas de marujos, em volteios e balanços diante do andor, o carro de foguetes - castelo roqueiro - levado por junta de bois, e a berlinha da Santa com a sua corda imensa, qual sirga de barco levado de arrasto por mãos dos fiéis promesseiros. Que a crença ingênua e primitiva que

---

D.F. BASTOS S/A. INDÚSTRIAS ALIMENTICIAS CGC Nº 04.906.582/0001-20. RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter a apreciação de V. Sas., as Contas de nossa administração, relativas ao exercício social de 1992. A situação econômico financeira da Sociedade, poderá ser facilmente analisada pelo Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras. Ficamos a inteira disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que se julgarem necessários. Ananindeua-Pará, 12 de Março de 1993.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31.12.1992

ATIVO	1992	1991
ATIVO CIRCULANTE	6.971.528.972,94	635.320.603,11
DISPONÍVEL	1.057.136.427,42	88.234.280,15
Caixa e Bancos	1.057.136.427,42	88.234.280,15
DIREITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	3.173.655.126,60	236.320.315,03
Clientes	2.994.411.982,00	236.616.281,00
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos	-	(7.098.468,00)
Adiantamento a Fornecedores	170.820.540,00	-
Impostos a Recuperar	6.422.569,55	2.302.486,98
Outros Créditos	35,05	4.500.035,05
ESTOQUES	2.726.619.536,18	310.109.374,79
Estoques	2.726.619.536,18	310.109.374,79
DESPESAS APROPRIAVEIS NO EX. SEGUINTE	14.117.882,74	656.633,14
Prêmios de Seguros Diferidos	9.777.650,74	159.135,14
Assinaturas e Mensalidades Diferidas	4.340.232,00	497.498,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	518.042.089,12	38.849.762,17
Emp. Compulsório - D. Lei 2288/86	4.451.908,77	322.167,45
Emp. Compulsório - D. Lei 1512/76	513.590.180,35	38.527.594,72
ATIVO PERMANENTE	10.952.241.219,47	1.094.886.458,10
INVESTIMENTOS	64.702.824,73	5.263.121,34
Participações em Outras Empresas	64.702.824,73	5.263.121,34
IMOBILIZADO	10.867.538.394,74	1.085.964.529,29
Terrenos	450.559.926,50	36.649.892,40
Instalações	1.427.567.384,22	113.401.380,85
Máquinismos e Acessórios	10.791.925.380,42	860.929.572,77
Veículos	7.004.392.230,11	569.756.219,64
Móveis e Utensílios	897.781.156,20	71.379.061,81
Marcas e Patentes	113.692.057,25	8.515.369,30
Construção em Andamento	5.814.444.039,59	468.140.906,38
(-) Depreciação Acumulada	(15.612.623.777,55)	(1.050.809.875,59)
DESP. APROP. APÓS TÉRMINO EX. SEG.	-	3.558.807,56
Fundo de Adm. de Incentivos	-	43.436.197,25
Eventuais	-	394.366,38
(-) Amortização Acumulada	-	(40.771.756,25)
TOTAL DO ATIVO	18.441.812.281,53	1.769.059.823,47

PASSIVO	1992	1991
PASSIVO CIRCULANTE	1.969.619.069,37	109.477.767,94
Empréstimos e Financiamentos	3.979.913,10	-
Fornecedores	1.387.800.813,65	69.741.445,57
Contribuições Sociais a Recolher	363.909.969,16	15.674.789,20
Tributos a Recolher	18.142.216,00	9.144.264,45
Contas a Pagar	195.786.157,46	14.917.268,72
RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO	21.571.966,90	-
Receitas de Exercício Futuro	21.571.966,90	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.450.621.245,26	1.659.579.055,53
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	2.205.000.000,00	226.700.000,00
Capital Social	2.205.000.000,00	226.700.000,00
RESERVAS DE CAPITAL	24.902.436.689,78	1.977.616.457,67
Reserva da Corr. Monet. do Cap. Social	24.902.436.689,78	1.977.616.444,84
Reservas de Incentivos Fiscais	-	12,83
RESERVAS DE LUCROS	3.515.000,29	969.462,97
Reserva Legal	3.515.000,29	969.462,97
RESULTADOS ACUMULADOS	(10.660.330.444,81)	(545.706.865,11)
Prejuízos Acumulados	(6.515.490.922,72)	(208.553.217,91)
Corr. Monet. Especial Art. 3º Lei 8.200/91	(4.144.839.522,09)	(337.153.647,20)
TOTAL DO PASSIVO	18.441.812.281,53	1.769.059.823,47

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31.12.1992

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	23.488.880.375,00	1.974.516.349,00
Venda de Produtos	23.488.880.375,00	1.974.516.349,00
DEDUÇÕES DE VENDAS	(3.118.386.540,95)	(390.296.556,10)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20.370.493.834,05	1.584.219.792,90
CUSTOS OPERACIONAIS DA RECEITA	(13.685.350.873,44)	(982.960.539,06)
Custos dos Produtos Vendidos	(13.685.350.873,44)	(982.960.539,06)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	6.685.142.960,61	601.259.253,84
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	460.340.227,22	68.062.999,73
DESPESAS OPERACIONAIS	(3.128.170.401,85)	(233.032.608,94)
Despesas c/ Vendas	(2.493.101.880,99)	(238.085.698,79)
Despesas Administrativas	(547.334.143,61)	(51.757.034,45)
Despesas Financeiras	(42.166.135,36)	(903.601,36)
Despesas Tributárias	(45.568.241,89)	(2.286.074,34)
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	4.017.312.785,98	376.289.644,63
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	(5.738.403.412,72)	(544.706.338,34)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.721.090.626,74)	(168.416.693,71)

DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE

DISCRIMINAÇÃO	1992	1991	VARIAÇÕES
ATIVO CIRCULANTE	6.971.528.972,94	635.320.603,11	6.336.208.369,83
PASSIVO CIRCULANTE	1.969.619.069,37	109.477.767,94	1.860.141.301,43
CAPITAL CIRCULANTE	5.001.909.903,57	525.842.835,17	4.476.067.068,40

DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

ORIGENS	5.928.472.630,74	514.511.971,20
Resultado Líquido do Exercício	(1.721.090.626,74)	(168.416.693,71)
Depreciação	977.567.575,16	100.523.514,67
Amortização	8.606.906,94	6.236.312,46
Correção Monetária	6.735.136.564,72	546.706.338,34
Aumento de Capital em Dinheiro	-	24.600.000,00
Variação do Res. do Exercício Futuro	21.571.966,90	-
APLICAÇÕES	560.495.565,57	70.072.943,81
Aumento do Ativo Permanente	71.219.233,69	28.457.571,75
Aumento do Ativo Realiz. a Longo Prazo	479.148.526,57	73.336.943,81
VARIAÇÕES POSITIVAS DO CAP. CIRC.	5.478.867.068,40	444.799.478,15

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 1992

DISCRIMINAÇÃO	CAP. REALIZADO	RES. DE LUCROS	RES. DE CAPITAL	LUC./PREJ. ACUMUL.	TOTAL
Saldo em 31.12.1991	226.700.000,00	969.462,97	1.977.616.457,67	(545.706.865,11)	1.659.579.055,53
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Com Reservas - Lucros	1.978.300.000,00	(969.462,97)	(1.977.616.457,67)	-	-
Corr. Monet. Balanço	-	3.515.000,29	24.902.436.689,78	(8.393.532.952,96)	16.512.418.737,11
Resultado Exercício	-	-	-	(1.721.090.626,74)	(1.721.090.626,74)
TOTAIS	2.205.000.000,00	3.515.000,29	24.902.436.689,78	(10.660.330.444,81)	16.450.621.245,26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.1992. 1- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Estão elaboradas e apresentadas de conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76 e legislação tributária pertinente. 2- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS: a) ESTOQUES - Os estoques de matérias primas e material de embalagem foram valorizados pelo último preço de aquisição e os produtos acabados foram avaliados em torno de 70% do preço de venda, b) ATIVO PERMANENTE E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - A empresa procedeu a correção monetária do exercício de 1992, segundo a variação da UFIR e seus bens foram depreciados pelo método linear, de acôrdo com a vida útil do bem, obedecendo os limites da legislação fiscal e o efeito líquido foi levado ao resultado econômico do exercício. 3- PRAZOS DE REALIZAVEIS E EXIGÍVEIS: Os Ativos Realizaveis e os Passivos Exigíveis com prazos até 360 dias, contados da data do Balanço, estão considerados no Circulante. 4- PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O Capital Social integralizado é de Cr$ -2.205.000.000,00 (Dois Bilhões, Duzentos e Cinco Milhões de Cruzeiros), dividido em 705.039.316 (Setecentos e Cinco Milhões, Novecentas e Trinta e Nove Mil, Trezentas e Dezessois) ações Ordinárias Nominativas, do valor nominal de Cr$ -1,00 (Hum Cruzeiro) cada uma e 1.499.060.684 (Hum Bilhão, Quatrocentos e Noventa e Nove Milhões, Sessenta Mil, Soiscentas e Oitenta e Quatro) ações Preferênciais Nominativas, do valor nominal de Cr$ -1,00 (Hum Cruzeiro) cada uma.

PARECER DE AUDITOR INDEPENDENTE - 01. Examinamos o Balanço Patrimonial da D.F. BASTOS S/A. INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS levantado em 31.12.92 e as respectivas Demonstração de resultado, da Mutação do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborada sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sôbre essas demonstrações contábeis. 02. Nossos exames foram conduzidos de acôrdo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos trabalhos compreenderam entre outros procedimentos: (a)-O planejamento dos trabalhos , considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os Sistemas Contábeis e de controles internos da companhia; (b)-A constatação, com bases em testes, das evidências e dos registros, que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e (c)-A avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 03. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos revelantes, a posição Patrimonial e Financeira da D.F. BASTOS S/A. INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS, em 31 de dezembro de 1992, o resultado de suas operações, as mutações do seu Patrimônio Líquido e as Origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade. Ananindeua-Pará, 15 de março de 1993. TADEU MANOEL RODRIGUES DE ARAUJO - CONTADOR CRC-PA. 2671 - IBRACON 1800.

PARECER DO CONSELHO FISCAL: Os Conselheiros Fiscais da D.F. BASTOS S/A. INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS, no desempenho de suas atribuições, examinaram detidamente as Contas da Diretoria, referentes ao exercício de 1992, através de seus livros e documentos, encontrando tudo em ordem, pelo que recomendam a sua aprovação. Ananindeua-Pará, 12 de março de 1993. **ALDO URBINATI** - CIC 000339012-87, **JOSÉ FERNANDO MENDES RODRIGUES** - CIC 001249312-00, **ANTONIO RAMOS TAVARES** - CIC 009284962-87, **WANDA THEREZINHA GOMES** - TEC. CONTABILIDADE- CRC-PA. 4524 CIC 023861192-20, **EMANUEL VILANOVA DE BASTOS** - DIRETOR PRESIDENTE CIC 000488872-34, **ROSA FLORENCIA R. BASTOS** - DIR. VICE-PRESIDENTE CIC 174301942-49, **ANTONIO PINHO DA SILVA** - DIRETOR INDUSTRIAL CIC 001088392-49, **JOSÉ DÂMASO DE CARVALHO** - DIRETOR COMERCIAL CIC 001245592-04, **DOMINGOS B. PINHO SILVA** - DIRETOR DE OPERAÇÕES CIC 069372842-68, **MANOEL F. BASTOS FILHO** - DIRETOR DE OPERAÇÕES CIC 008492352-00, e **ROBERTO LOBO CERBINO** - DIRETOR DE OPERAÇÕES CIC 006174152-34.

AGROTEP AGROPECUÁRIA S/A CGC/MF Nº 04.971.057/0001-99. RELATÓRIO DA DIRETORIA- SENHORES ACIONISTAS: - De conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação V. Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e demais contas e documentos correspondentes ao exercício de 1992, ostando esta diretoria ao inteiro dispor para esclarecimentos. Belém, 10 de março de 1993. A DIRETORIA.

BALANÇO GERAL PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/92

ATIVO CIRCULANTE	1992	1991
Bens numerarios	732.582,48	72.489,47
Bancos movimento	58.939,78	3.232,69
Adiantamentos	———	124.925,49
Formação Rebanho	50.775.718,75	18.773.821,69
Participação empresas	0,02	0,01
Total	51.567.241,03	18.974.469,55
ATIVO PERMANENTE		
Imobilizado	13.201.668.738,30	1.070.806.420,41
Depreciações (-)	3.761.622.682,61	305.165.515,46
Total	9.440.046.055,69	765.640.904,95
ATIVO DIFERIDO		
Estudos e Projetos	55.517.567,32	55.517.567,32
Custo Rebanho	———	366.072.128,72
Deficit Implantação	———	800.473.836,57
Total	55.517.567,32	1.222.053.532,61
TOTAL DO ATIVO	9.547.130.864,04	2.006.678.907,11

PASSIVO CIRCULANTE	1992	1991
Fornecedores	3.210.160,80	441.684,20
C/C/- Diretoria	453.351.829,35	4.385.769,35
Enc. Sociais	1.822.952,85	1.006.370,61
Banco Financ.	21.931.369,68	———
Total	480.316.312,68	5.833.824,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Autorizado	2.367.436.989,00	269.421.599,00
Capital a Realizar	555.684.866,00	63.506.842,00
Reserva Esp. Capital	10.393.910.427,34	1.599.547.002,19
Reserva Reavaliação	320.607.971,07	23.692.684,16
Res. I. Fiscais	776,78	63,36
Resultado IPC	4.650.687.631,15	451.523.250,37
Prejuízo Acumulado	-8.100.146.379,98	279.832.674,13
Total	9.066.814.551,36	2.000.845.082,95
TOTAL DO PASSIVO	9.547.130.864,04	2.006.678.907,11

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITAS		
Exploração Agrop.	121.751.146,40	24.301.712,60
Receita Financeira	47.391,17	73.351,11
Variações Pastoris	18.972.668,88	12.043.616,73
Total	140.771.206,45	36.418.680,44
DESPESAS		
Desp. Produção	1.134.828.642,29	19.426.340,56
Desp. Administrat.	165.992.488,95	7.885.627,54
Desp. Diversas	———	39.374.236,31
C.M. Balanço	3.499.939.313,37	73.991.759,86
Total	4.800.760.444,61	140.677.964,27
PREJUÍZO EXERCÍCIO	4.659.989.238,16	104.259.283,83

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

ORIGENS		
Resultado exerc.	-4.659.989.238,16	104.259.283,83
Depreciação	+1.776.784.162,28	37.495.402,29
C.M. Balanço	+3.499.939.313,37	73.991.759,86
Total	+616.734.237,39	7.227.878,32
APLICAÇÕES		
Ativo Diferido	-174.844.520,43	———
VARIAÇÕES		
Ativo Circulante	+32.592.771,48	11.864.231,16
Pass. Circulante	-474.482.488,52	4.636.352,84
TOTAL	-441.889.717,04	7.227.878,32

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL AUTORIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA DIVERSAS	PREJUÍZO ACUMULADO	C. M. IPC/90	TOTAL GERAL
Saldo em 31.12.92	269.421.599.	63.506.842.	1.623.239.749.	(279.832.674.)	451.523.250	2.000.845.082
Aumento capital	2.080.017.390.	492.178.024.	1.595.839.366	———	———	3.191.678.732
Reservas Diversas	———	———	7.495.440.061	———	———	7.495.440.061
C. Monetária	———	———	———	———	4.199.164.380	4.199.164.380
Resultado do Exerc.	———	———	———	(7.820.313.705)	———	(7.820.313.705)
Patrimônio Líquido	2.357.438.989)	(555.684.866)	10.714.519.177.	(8.100.146.379)	4.650.687.631	9.066.814.551

NOTAS EXPLICATIVAS: Princípios e Práticas Contábeis. 1- As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76 e Nº 15.987/77. 2- O Ativo Realizável e Passivo Exigível até 360 dias estão classificados no Circulante. 3- Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e produção. 4- O Imobilizado demonstrado ao custo de aquisição e construção, corrigido monetariamente e depreciação pelo método linear nas taxas utilizadas, estão de conformidade com os limites admitidos para efeitos fiscais. 5- As receitas e despesas foram registradas segundo o regime de competência. 6- Os elementos do Ativo Permanente compreendendo investimentos, imobilizado, inclusive as depreciações, as contas do patrimônio líquido, foram objeto de correção monetária aos índices oficiais, sendo o produto dessa correção computado no resultado do exercício. Belém (PA), 10 de março de 1993.

DR. JUVENAL D. MARTINS LOPES - DIRETOR PRESIDENTE - CPF 012.383.298-53, MARIA DO CARMO B.A. MARCHI - DIRETOR ADMINISTRATIVO - CPF 085.373.348-12 e HISSAJOSHI AKITA - TC. CRC(SP) 43.880 IS(PA) - CPF 236.381.928-49.

LARPASA LARANJAS DO PARÁ S/A
CGC/MF Nº 05.017.850/0001-16
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições Legais e Estatuárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do Exercício encerrado em 31.12.92, acompanhadas das Notas Explicativas. Colocamo-nos a disposição de Vossas Senhorias, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Belém (PA) 31 de dezembro de 1992. **a) A DIRETORIA.**

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	1991	1992
CIRCULANTE	–	446.555
- DISPONÍVEL	–	446.555
- Caixa e Bancos	–	446.555
PERMANENTE	362.550.555	3.042.540.155
- Imobilizado	360.108.320	8.218.099.631
- Diferido	2.442.235	(5.175.559.476)
TOTAL DO ATIVO	362.550.555	3.042.986.710

PASSIVO	1991	1992
CIRCULANTE	76.177.331	15.915.000
- Fornecedores	76.026.511	–
- Contas a Pagar	150.820	–
- Crédito de Acionistas	–	15.915.000
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	22.960.600	701.820.470
- Crédito de Acionistas	22.960.600	22.246.126
- Debêntures	–	679.574.344
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO	263.412.624	2.325.251.240
- Cap. Social Integralizado	411.079	432.563.956
- Reserva de Capital	89.920.255	1.892.687.284
- Reserva de Lucros	173.081.290	–
TOTAL DO PASSIVO	362.550.555	3.042.986.710

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO DIFERIDO

DISCRIMINAÇÃO	1991	1992
- Saldo do Exercício	357.898	2.442.235
- Estudos e Projetos	–	9.215.075
- Gastos de Implantação	–	58.746.228
- Correção Monetária	2.084.337	135.912.378
- Resultado da CM.	–	(5.381.875.392)
TOTAL	2.442.235	(5.175.559.476)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS DE CAPITAL	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31.12.91	411.079	173.081.290	89.920.225	263.412.624
- Reservas de Lucros	–	(173.081.290)	–	(173.081.290)
- Aumento de Capital s/Reservas de CM conf. AGO/E 08/06/92	89.920.255	–	(89.920.255)	–
- Aumento de Capital C/Recursos próprios conf. AGO/E 08/06/92	342.232.622	–	–	342.232.622
- CM do Capital em 31.12.92	–	–	1.892.687.284	1.892.687.284
TOTAL	432.563.956	–	1.892.687.284	2.325.251.240

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES

DISCRIMINAÇÃO	1991	1992
1. ORIGENS DOS RECURSOS	16.586.071	2.740.743.441
- Integ. do Capital Social	–	342.232.622
- Contrib. para Reservas	–	1.892.687.284
- Depreciação	253.201	44.955
- Exigível a Longo Prazo	16.332.870	678.859.870
- Resultado do Exercício	–	(173.081.290)
2. APLICAÇÃO DOS RECURSOS	92.619.994	2.680.034.555
- Aumento do Imobilizado	91.018.088	7.858.036.266
- Aumento do Diferido	1.601.906	(5.178.001.711)
	76.033.923	60.708.886

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	VARIAÇÃO
1991			
- Ativo Circulante	7.412	–	(7.412)
- Passivo Circulante	150.820	76.177.331	76.026.511
- Cap. Circ. Líquido	(143.408)	(76.177.331)	(76.033.923)
1992			
- Ativo Circulante	–	446.555	446.555
- Passivo Circulante	76.177.331	15.915.000	(60.262.331)
- Cap. Circ. Líquido	(76.177.331)	(15.468.445)	60.708.886

NOTAS EXPLICATIVAS

a) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas em obediência às disposições legais constantes da Lei 6.404 de 15.12.76; b) O Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido foram corrigidos mediante coeficiente das UFIR's com correção direta dos saldos das contas em 31.12.92; c) As despesas foram contabilizadas segundo o regime de competência; d) O Capital Social, na data do Balanço, está representado em: 432.563.956 Ações no valor nominal de Cr$ 1,00 cada uma, sendo 373.382.132 Ações Ordinárias e 59.181.824 Ações Preferenciais subscritas e integralizadas; e) O resultado da CM apresentou saldo credor igual a Cr$ 5.381.875.392,00.

WALDEMAR FERREIRA TORRES JÚNIOR – Diretor Presidente
MÔNICA FERREIRA TORRES – Diretora Superintendente
RAIMUNDO ANTÔNIO DA SILVA BARRA – Contador CRC/PA 5634

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Belém, 07 de maio de 1993
Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas de
LARPASA – LARANJAS DO PARÁ S/A.

1 – Examinamos os balanços patrimoniais de LARPASA – LARANJAS DO PARÁ S/A., levantados em 31 de dezembro de 1992 e 1991 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findo naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 – Nossos exames foram conduzidos de acordo com: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos e o volume de transações da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade.

3 – A data de nossa contratação foi efetivada após o encerramento dos exercícios, não nos sendo possível adotar certos procedimentos de auditoria tais como: contagem de caixa, contagem dos estoques e inspeção física de bens do ativo imobilizado. 4- Em nossa opinião, exceto quanto ao parágrafo terceiro e seus efeitos, as demonstrações contábeis acima referidas, representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de LARPASA – LARANJAS DO PARÁ S/A em 31 de dezembro de 1992 e 1991 as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas de acordo com os Princípios de Contabilidade emanados da Legislação Societária.

AUDITAN – AUDITORIA INDEPENDENTE S/C
CRC-PA 0269

RUI OLIVEIRA MAGALHÃES – Sócio-Diretor Responsável
Contador CRC-PA-5771

se fizera culto sagrado à Virgem de Nazaré da minha cidade, vinha dalí, da vida dos rudes pescadores, puxando de arrasto seus barcos pela areia, como quem leva em triunfo a berlinda das gingas do "vira" nos volteios dos nossos marujos diante do andor, das lonjuras do forte S. Miguel e do fôrno da Orca, no castelo roqueiro do carro de foguetes, daquela caçada lendária de um certo fidalgo, D. Fuas, perdido nos barroucais do Promontório, da ermida do Sítio, onde se erguia a igreja votiva, atalaia de fé, na extrema, na escarpa da rocha, tocaiando o mar.

Que tudo que havia, de belo e de simples, de puro e de santo, na festa maior da minha cidade, à Virgem Senhora, dali é que vinha, da terra avoenega, daquela terreola, lá de Nazaré.

A Caminho de Lourdes

Praça da Espanha

Por mais de uma vez, ouvi dizer em Madrid, com aquêle convencimento sentencioso do heroi manchego, que o trem parte pontualmente na hora certa e no momento exato do horário oficial, mas.... quanto à chegada, são outras falas... si, como non llega hoy, pero se non llega hoy, llega mañana y se non llega mañana, entoces... llega quando llegar.

Talvez até se pudesse arredondar a frase com êsses constantes sin embargo, por lo tanto e todavia, tão costumeiros na habla castelhana e assim se concluir a facécia, afirmando que, sin embargo y todavia, el treno llega siempre.

Diga-se porém de passagem, que se a pilhéria peca por exagerada, não deixa de ter o seu grão de sal da verdade e eu mesmo a repeti, como válvula de escape do meu inconformismo, ao sofrer os incômodos e vexames de tal demora, que para os naturais da terra tornou-se rotineira e já faz parte até do anedotário popular.

No meu caso, chegar mesmo no horário, nunca cheguei e se a demora, pelo meu compasso de espera, não alcançou aquela indefinida duração do **llega quando llegar,** bastou no entanto para me amofinar, trazer complicações e me inflingir o suplício de um corre-corre esbaforido e inutil, por corredores, pátios e passagens subterrâneas, para chegar ao outro lado da gare e ficar sem geito, a ver navios, ou, para ser mais explícito, já que falo em trens, do meu nem fumaça ver, tão longe ia, deixando-me frustrado e com cara de basbaque e sabe Deus com que vontade de explodir em palavrões, naquela plataforma vasia e silenciosa, já em solo francês, mas que para mim era terra de ninguém.

No entanto, tudo parecia bem engrenado, inclusive uma certa margem para os imprevistos de algum pequeno atraso, pois partindo da gare Príncipe Pio ou estação do Norte, no expresso espanhol das 20 horas, eu deveria chegar a Hendaya às cinco horas e trinta da manhã, com tempo suficiente para me desembaraçar na aduana e tomar o expresso francês das sete horas e trinta, que me levaria a Lourde, passando por Bayonne.

A partida de Madrid foi dentro do horário e logo às 22 horas e trinta, Avila era alcançada, destacando-se do fundo negro da noite, grande parte de suas muralhas e torreões, fartamente iluminados.

Mais adiante, a 154 quilômetros de Madrid, Valladolid, com a massa escura da sua catedral, mal se distinguindo contra o fundo do céu sem estrelas e bem mais tarde, percorridos 213 quilômetros, Burgos, a velha praça, com seu castelo roqueiro, suas muralhas de pedra e a maravilhosa catedral gótica, como jóia arquitetônica do medievo.

Aos 330 quilômetros, Vitória, a milenária cidade que, segundo as crônicas, fôra fundada em 581, por Leovigildo, rei dos Visigodos.

Foi uma longa vigília, mas cheia de surpresas e emoções, que dormir eu não queria, seguindo pelo mapa o roteiro da viagem, preso ao fascínio daquelas visões que se sucediam, como **algo de nuevo** para os meus olhos, vendo ao longo do percurso, ainda que de relance ou em paradas breves, surgir das sombras da noite, cidades de um passado milenário, castelos feudais, catedrais góticas, burgos fortificados, ruínas de torres e baluartes a relembrarem as guerras guerreadas das hostes castelhanas contra sarracenos, todo um mundo em que a paisagem histórica, guerreira e religiosa dos primevos da Espanha se desdobrava, com tôda a fôrça e intensidade de sua beleza.

Aos primeiros clarões da madrugada, o trem em marcha lenta atravessa a ponte que liga o continente à ilhota onde S. Sebastião é como um belvedere sôbre a vastião da Biscaia.

Uma lufada de ar salitrado, ancoradoiros, águas barrentas, chaminés, guindastes, o movimento intenso de um grande pôrto comercial e lá no alto, da colina que sobredomina a cidade, a visão seráfica da Virgem Maria, tôda iluminada, como a velar pelos destinos da cidade que lá em baixo se estende em tôda a magnificência de seus palácios, jardins, cassinos, templos, como um centro catalizador de jôgo, de prazer, de negócios, de veraneio, de vida luxuriosa e trepidante.

A fronteira estava ali, mais alguns quilômetros adiante, Irun, do lado espanhol, do lado francês, Hendaye, mas da gente que por ali moireja, transita e se agita num vai e vem constante, não se sabe bem quem é francês, quem espanhol, que todos têm quasi o mesmo tipo, os mesmos ares e falam os dois idiomas fronteiriços.

O trem costeando Irun, atravessou a fronteira, foi ralentando a marcha até entrar na gare de Hendaye, ponto terminal da linha.

Mas... como já era quasi de rotina, fora do horário, para não desmentir a velha praxe do llega quando llegar, eis que devendo chegar às 5,30, só acostou na plataforma de chegada depois das 7, com um atraso de mais de hora e meia e apenas minutos antes da partida do trem francês que, do outro lado da gare era preciso tomar, para atingir Lourdes, passando por Bayonne.

Com tão pouco tempo para o transbordo, bem poucos passageiros tiveram a sorte de apanhar aquêle expresso, que vinha no seu horário e partiria da estação às 7,30.

Eu não estive entre êsses felizardos, pois mesmo com a dispensa da abertura de malas e outras formalidades, na aduana francesa, quando, de cambulhada com outros passageiros, numa cansativa maratona contra o tempo, consegui pôr pé na outra banda da "gare", o expresso francês já partira.

E lá se foram os meus planos de chegar cedo a Lourdes, beber água da fonte milagrosa antes do almôço, aproveitar o sol da manhã para as primeiras fotos, tomar um copito de vinho freso com brioches ou croissants e que sei mais.

No íntimo porém, o que me danava, não era dar por perdido tudo isso, nem a espera por outro trem, que o tempo para mim contava pouco, mas ter corrido tanto e inutilmente, sentir depois de grande esforço, a transpor passadiços e escadas, aos pulos e às carreiras, carregando os bregueços de viagem, o corpo doído, exausto e tôda esperança malograda.

Houve quem protestasse, houve quem se lastimasse e até um gaiato, à guisa de espirituoso, que afirmava ter o trem atrasado, porque ninguém pagara a "taxa de velocidade".

Frustrado, irritado pela perda do trem, com bem pouca vontade de conversar, não dei tento à pilhéria, cujo sentido mais tarde, no meu retôrno à Espanha, entendi, ao me ser exigido pagamento de tal taxa, que é uma espécie de sôbrecarga ao valor da passagem em território espanhol e português, de quem vem de país estrangeiro.

Desta vez, ao menos, como dissera, com amargo chiste o companheiro de viagem, não se exigira essa taxa, mas apenas paciência e fair play, que não valia atrigar por somenos, já que outro trem de linha francesa passaria por ali às 9,50.

E como nestes comenos, mais que as alternarias de D. Quixote, vale o senso prático de Sancho Pança que recomendava y si és que hémos de estar prontos par estas batahas, menester será estár bien mantenidos, porque tripas llevan corazón que no corazón tripas, aceitei o alvitre do pançudo escudeiro e dirigi-me ao bar para um bom desejuno, e a aguardar já tranquilo o trem prometido.

E na hora exata, passava o expresso que nos levou a Lourdes, não mais por Bayonne, que era o itinerário do trem das 7,30, mas por Dax, Orthez e Pau.

Talvez que o percurso fôsse outro, mas a paisagem, por certo, era a mesma, por entre os montes e as abas aclivosas dos Pireneus, a cortar três departamentos do sul da França, o dos Landes, o dos Baixos e o dos Altos Pirineus.

De Hendaye, o trem avança para o norte, entra no departamento de Landes, seguindo por vêzes o curso do Adour, em cujas margens se debruça Dax, como um vergel, e aí pára, depois de haver transposto pontes, costeado vinhedos, milharais, campos de semeaduras que grimpam por colinas, pelos aclives dos montes, onde não há um palmo de terra inculta, mas tudo é de um verde vivo e forte, que se espraia e se estende, a perder de vista, como um mar sem limite.

De Dax o trem corre para o sul, deixando o Adour, para volver aos Baixos Pirineus e acompanhar a corrente do Pau e logo alcançar Orthez, a velha cidade com a sua igreja do século XII, a tôrre de Moncade, do século XIII, restos do castelo de Bearn e os campos que relembram a batalha entre os exércitos de Wellington e os de Scult, já nos estertores do império napoleônico, em 1814.

Depois, numa clareira que se abre ao sol, é Pau, berço de Henrique IV, a mirar-se na torrente que lhe dá o nome e que o trem atravessa de relance, para vencer alti-planos, beirar desfiladeiros, corcoveteando por entre ondulações e socalcos, enquanto à distância se empinam imponentes e sombrias, as cumeadas dos Pirineus, ora de um escuro quasi negro, ora estriadas ou coroadas do branco, das neves eternas, rebrilhando ao sol.

E então, lá mais em baixo, apertada entre montes, num exíguo vale que o grave do Pau serpenteia, o casario de uma cidade com seu castelo forte num dos extremos e no outro, no alto duma cumeada, uma cruz solitária, braços abertos, a indicar os verdadeiros caminhos, nas solidões daquêles cumes que os Pirineus atiram para o infinito.

A cidadezinha lá embaixo, que só de um olhar a vista abrange, é Lourdes, um recanto do mundo que a dor e a esperança transformaram, pelo poder da fé numa nesga do céu, onde se realizam as promessas divinas que uma Santa e Imaculada fizera a uma pobre pastora, na solidão de uma gruta.

A Roma Quadrata
E a Roma dos papas

A fonte de Trevi em Roma

Roma tem nas suas fontes, um dos mais belos enfeites que lhe dão, como jóias num colo de austera matroa, um ar de graça e alacridade, na sisudês do seu aspecto avelhantado de cidade milenária.

Para os lados do Quirinal, pelo Pincio, pelo Esquilino, elas surgem, como lagos encantados, com suas tartarugas, naiades, tritões e cavalos marinhos, lançando para o alto esguiches ornamentais, que à noite se irizam feèricamente à luz dos refletores.

Perto do palácio dos Barberini estão as Quatro Fontes, numa alegoria ao Tibre, ao Aniene, à Fidelidade e à Fôrça e defronte das igrejas de Santa Maria Cosmedin e da Fortuna, Bernini, a serviço dos papas, no século XVII, nos estertores da Renascença, deu largas ao seu senso prodigioso de decorador, construindo nos moldes do barroco, a dos Tritões, a das Barcas e a das Abelhas, numa das extremas da via Veneto.

A das Tartarugas é talvez a menor, mas também a mais graciosa da cidade, com desenho atribuído a Rafael, a de Moisés, na praça de S. Bernardo, do tempo de Sixto V e a das Naiades, na praça Esedra, já moderna, porém a mais ornamental e impressionante, com grupos esculturais e baixos relevos, é a de Trevi, encostada na fachada de um palácio e datando do tempo de Clemente XII, e a que se liga o poder miraculoso de fazer retornar a Roma o forasteiro que beber sua água fresca e lhe atirar no tanque, uma moedinha de cinco liras.

Eu também sorvera a sua linfa cristalina, que se não era de Juventa, me desalterara, e, vinha pela via del Corso, a velha via Lata romana e hoje a principal e a mais central da cidade, quando ao desviar um pouco o meu roteiro, dei com os restos do Templo de Adriano, com uma parte reconstituída, onde funciona a moderna Bolsa.

Diante dêsse templo pagão, transformado por ironia do destino, numa casa de barganha e de alta finança, pus-me a pensar naquele furor demoníaco de destruição, contra tudo quanto evocava os deuses antigos, que se iniciou após a vitória do cristianismo, no reinado de Constantino e por séculos continuou, não apenas com os primeiros bárbaros e os normandos do ano mil, chamados por Gregório VII, encurralado no castelo de S. Angelo, como durante a Edade Média e ainda mais tarde, em plena Renascença.

O que escapou das razias do fanatismo religioso, foi reduzido a escombros ou de monturo de lixo, como o Forum romano, de alcouce para bandidos ou de pedreira, como o Coliseu, salvo só, já quando meio destruído, por Benedito XIV, que o transformou em Via Sacra, chantando-lhe uma enorme cruz.

Sob o impulso dêsse fervor iconoclasta, muitas igrejas foram edificadas nos alicerces dos Templos dos deuses, ou com as pedras de suas demolições, como Santa Maria de Araceli, no local do arco ou citadela romana, no alto do Capitólio, S. Cosmo e S. Damião, com os destroços do Templo Sacrae Urbs, que Vespasiano fizera erguer no Forum da Paz, S. Bartolomeu sôbre as ruínas do Templo de Esculápio e Santa Maria de Cosmedin, sôbre as de Hércules.

O próprio Arco de Costantino foi levantado graças às pilhagens do Arco de Trajano, como as colunas de bronze que sustentam o baldaquino da Basílica de S. Pedro, são as que decoravam o Panteão de Agripa.

A coberto de tal sanha de vandalismo beato e com o beneplácito da Igreja até cardeais e papas, no apogeu papalino, nos esplendores da Renascença, construíram palácios à custa dêsses saques e um deles, Urbano VIII, da família dos Barberini, foi tão longe no abuso dessa impunidade, que deu motivo a um trocadilho popular que ficou célebre: o que os bárbaros não fizeram, fizeram os Barberini, quod non fecerunt barbari, fecerunt Barberini.

Apezar disso, o que resta, de muros derruídos, colunas e blocos de pedra pelo chão, arcos semi-demolidos, aquedutos aos pedaços, arcadas partidas, ainda tem o poder de transmitir uma imagem da grandesa de Roma dos quirites e dos tribunos do povo.

Quem transita pela "via del Colle Oppio", de um lado, tem as Termas de Tito, as de Trajano e a "Domus Aurea", de que ficaram apenas algumas paredes e os subterrâneos com afrescos do que fôra a riquíssima residência de Nero, decorada com as obras d'arte, com o ouro e as pedras preciosas pilhadas de cidades gregas, como o grupo escultórico Laocoonte e a imensa bacia de pórfiro, na qual, dizem as crônicas, Popéa se banhava com o leite de uma centena de

AGROPECUÁRIA NOVA ESPERANÇA S/A - CGC/MF: 04.794.962/0001-10 -REGISTRO NA C.V.M.Nº 50.710-5- Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e Estatutarias, apresentamos às Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores do exercício encerrado em 31.12.92. Estamos à disposição de V.Sa., para qualquer esclarecimento. A) A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991	PASSIVO		
CIRCULANTE	225.499.233,75	45.842.084,38	CIRCULANTE	288.721,40	288.721,40
DISPONIBILIDADES	94.084,38	94.084,38	Fornecedores	228.721,40	288.721,40
Estoques	225.405.149,37	45.748.000,00	EXIG. A LONGO PRAZO	195.130.951,35	21.453.323,77
PERMANENTE	7.974.137.948,71	626.986.959,98	Cred.de Acionistas	195.130.951,35	21.453.323,77
Imobilizado	7.368.946.809,58	598.632.530,52	PAT. LÍQUIDO	8.004.217.509,71	651.086.999,19
Dep.Acumulada(-)	(3.679.362.227,15)	(264.137.804,02)	Cap. Subscrito	102.050.589,00	102.050.589,00
Diferido	4.284.553.366,28	292.492.233,48	Cap.à Integal.(-)	(216.150,00)	(216.150,00)
			Res.de Capital	7.902.383.070,71	549.252.560,19
TOTAL DO ATIVO.....	8.199.637.182,46	672.829.044,36	TOTAL DO PASSIVO	8.199.637.182,46	672.829.044,36

DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO

CONTAS	INICIO	F I M	VARIAÇÃO
A.Circ.	45.842.084,38	225.499.233,75	179.657.149,37
P.Circ.	228.721,40	228.721,40	-
TOTAL	45.553.362,98	225.210.512,35	179.657.149,37

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS

	1992	1991
1)ORIGENS	869.739.159,19	206.794.072,27
-Real.do Capital	-	54.783.850,00
-Aum.E.L.Prazo	173.677.627,58	15.495.354,13
-Dep.do Exercício	187.876.786,21	19.320.709,62
-Saldo C.Monetária	508.986.169,59	117.194.158,52
-Baixa Imobiliz.	(801.424,14)	-
2)APLICAÇÕES	690.082.009,82	164.821.035,75
-Aum.do Imobilz.	9.194.410,11	112.450.361,76
-Acresc.do Diferido	680.887.599,71	52.370.673,99
3)MOD.CAP.C.LÍQUIDO	179.657.149,37	41.973.036,52

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
-Kleber Bernardes Silva - Presidente
-José Célio Vieira Maia - Membro
-Wagner Munhoz Fernandes - Membro

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO EM: 31.12.92

COMPONENTES	CAP. SUBSCRITO	CAP.A INTEGRALIZ.	RESERVA CAPITAL	TOTAL
Saldo em 31.12.91	102.050.589,00	(216.150,00)	549.252.560,19	651.086.999,19
Correção Monetaria(R.C)			7.353.130.510,52	7.353.130.510,52
Saldo em 31.12.92	102.050.589,00	(216.150,00)	7.902.383.070,71	8.004.217.509,71

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS EM: 31.12.92: NOTA 1-PRINCIPAIS PRATICAS CONTABEIS: 1)As Demonstrações Contabeis foram elaboradas conforme principios de Contabilidade geralmente aceitos; 2) O Imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente segundo a variação da UFIR, e depreciada pelo método da linda reta de acordo com a vida útil do bem, obedecendo os limites da legislação fiscal; 3) Efeitos da inflação: são reconhecidos mediante a Correção do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido com base na variação da UFIR (Unidade Fiscal de Referência) de acordo com o Artigo 48º da Lei 8.383/91; 4) Os Estoques acham-se avaliados pelo custo inferior ao de mercado. NOTA 2)-O CAPITAL SOCIAL: O Capital Subscrito e Integralizado é representado por 102.050.589 ações, no valor nominal de CR$ 1,00 cada uma assim distribuídas:

AÇOES	CAPITAL AUTORIZADO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A SUBSCREVER	VLR.P/AÇÃO
Ordinarias	50.000.000,00	39.000.000,00	11.000.000,00	1
Preferenciais	100.000.000,00	63.050.589,00	36.949.411,00	1
TOTAL.....	150.000.000,00	102.050.589,00	47.949.411,00	-

NOTA 3)-CREDITOS DE ACIONISTAS: LONGO PRAZO: Corresponde a adiantamentos para futuro aumento de Capital; Nota 4)- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO: deixamos de apresentar em virtude da empresa estar em fase pré-operacional as despesas e receitas eventuais corresponde a fase de implantação, estão escrituradas na Conta do Ativo Diferido juntamente com o Resultado da Correção Monetária do Balanço conforme legislação fiscal; NOTA 5)-REVOGAÇÃO DA LEI 8.200/91- Evento subsequente em 11/02/93, o Presidente da República emitiu a Medida Provisória nº 312, revogando a Lei 8.200 de 28/06/91, a qual dispunha sobre a Correção Monetária das Demonstrações Contábeis para efeitos fiscais e societários. A Administração e os Consultores Jurídicos da Sociedade estão analisando os aspectos legais, fiscais e societários dessa Medida com o objetivo de avaliar eventuais efeitos em futuras Demonstrações Contábeis.

DIRETORIA EXECUTIVA
-Jose Carlos Munhoz Fernandes-Diretor
-José Célio Vieira Maia - Diretor

RESPONSABILIDADE TÉCNICA
-Maria da Conceiçao Paiva
Téc. Cont.CRC/PA.6.380

P A R E C E R D O S A U D I T O R E S I N D E P E N D E N T E S

Aos Srs. Diretores e Acionistas de AGROPECUÁRIA NOVA ESPERANÇA S/A., 1) Examinamos o balanço Patrimonial desta empresa, levantado em 31.12.92 e 1991 e as respectivas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis. 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos e o volume de transações da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e c) a avaliação das praticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade. 3) A data de nossa contratação foi efetivada após o encerramento do exercício, não nos sendo possível adotar certos procedimentos de auditoria tais como: contagem dos estoques e inspeção física de bens do ativo imobilizado. 4) Em nossa opinião, sujeito ao mencionado no parágrafo terceiro e seus efeitos, as demonstrações Contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição Patrimonial e Financeira de AGROPECUÁRIA NOVA ESPERANÇA S/A, em 31.12.92 e 1991, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido e das Origens e Aplicações de Recursos referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios de Contabilidade, emanados pela legislação societaria. Belém(Pa), 23 de abril de 1993. AUDITAN-AUDITORIA INDEPENDENTE S/C - CRC/PA Nº 0269 - RUI OLIVEIRA MAGALHÃES-Sócio-Diretor Responsável-Contador CRC/PA.5.771.

Do outro lado fica o Esquilino, uma das sete colinas sagradas da Roma antiga, que de primitivo quarteirão insalubre. Mecenas, o valido de Augusto transformou em centro artístico e literário, onde reunia poetas e escritores. Propércio, Terencio, Virgilio, Horácio, um dos seus favoritos, que na Ode que lhe dedicou, chama-o de descendente de reis, seu amparo e doce glória.

... atavis edite regibus

O et presidium et dulce decus meum.

Mas só do alto é que se tem uma visão de conjunto do palatino, que foi o berço de Roma, da Roma Quadrata, traçada pela charrua de Rômulo, onde se instalaram os primeiros reis e imperadores até Setimo Severo, do Foro Romano, cujas ruínas se espalham desde o Capitólio, pelo Forum de Trajano, de Julio Cesar, de Augusto, até o Coliseu, vasta área que por séculos foi o centro não apenas da Cidade mas do Mundo Antigo.

Do alto do Tabularium, no Capitólio, que guardava as Taboas de bronze da Lei e relembrava os dias da era republicana, a vista descortina aquêle aglomerado de ruínas de Templos de arcos de triunfo, pórticos de colunas partidas, ónde foi outrora um pequeno vale e campo de batalha entre romanos e sabinos e que feita a paz, tomou o nome de Forum.

Julio Cesar, após a vitória de Farsália, cumprindo voto a venus, ali fêz erguer o Templo da Venus Genetrix e mais tarde após o seu assassínio, Otávio Augusto, vencedor do combate de Felipes, cumprindo também voto aos deuses, elevou o Templo de Marte Vingador, que se tornou o centro de um nôvo Forum.

É no recinto do Foro Romano que estão os monumentos mais representativos da antiguidade romana, desde os tempos da República, com seus tribunos e censores, do período imperial dos Cesares claudianos, flavianos e antoninos, até a fase da decadência e desmoranamento do Império, com os Cesares africanos, ilíricos e pretorianos.

No extremo limite do Forum pompeia o Arco de Constantino e perto, a Meta Sudans ou fonte onde gladiadores se lavavam.

Ao longo da Via Sacra, que atravessa o Forum até o Capitólio, o Arco de Tito, o Templo de Antonio e Faustina, o de Vesta, em forma circular, que segundo a tradição datava do tempo de Numa Pompílio que nele depositara o Paladium ou imagem de Minerva e outros objetos sagrados entregues à guarda das Véstais, o de Julio Cesar, o de Castor e Poiux, o de Augusto, o de Saturno que encerrava os estandartes e decretos do Senado, como nos seus subterrâneos, os tesouros sagrados que ninguém podia tocar, sob pena de maldição, o de Vespasiano, o da Fortuna Viril, construído por Servio Tulio, como agradecimento à deusa, por ter chegado a rei, depois de ter sido esravo.

O **comitium** e os **Rostra** são talvez os lugares onde mais intensamente palpitou a vida cívica do povo romano, que ali teve por mais de uma vez em jôgo o seu destino, com seus tribunos arengando para a plebe e exigindo dos "Patres Conscripti", as leis agrárias e as reivindiccações das clases populares, com Cicero dando conta do seu consulado, numa das horas mais graves da República, nas jornadas do ano 63 antes de Cristo, ali proferindo duas dás suas quatro orações contra Catalina.

Defronte dos Comitia, o Templo da Concordia, sede do Senado, onde Cesar, "imperator et divus", caiu sob o punhal de Brutus, nos idos de Março e onde também a voz de Cícero reboou conclamando os senadores para a salvação da Pátria, naquela primeira catilinária que iniciou, num rapto de eloquência, com a apóstrofe terrível que atravessou os séculos: quosque tandem abutere, Catilina, patientia nostra.

No fundo da via "di Fori Imperiali", destaca-se a monstruosa massa do Coliseu, onde o povo, que tanto clamara por **panis et circenses, tinha** por fim, nos estertores do Império, os seus espetáculos preferidos, os seus ludi circenses, ovacionava os gladiadores vitoriosos e exigia a morte dos vencidos com o simples gesto fatal do **police verso.**

Naquela mesma arena, o Cristianismo teve a sua sementeira trágica mas gloriosa, adubada pelo sangue dos seus mártires, cujos corpos eram estraçalhados pelas feras, aos gritos da patuleia - **cristiani ad feras** - como remate sensacional dessas exibições sanguinárias.

Assim era Roma, na antiguidade clássica e pagã, que no alto do monte Capitolino erguia a sua citadela, onde coroava os seus herois e ao lado tinha a rocha Tarpeia donde precipitava os traidores, que nas prisões mamertinas aguardavam a morte, em companhia dos prisioneiros que antes de serem estrangulados e lançados à **Cloaca Maxima,** teriam que participar como presas de guerra, do cortejo triunfal dos generais e Cesares vitoriosos, até o Templo de Jupiter.

Os deuses morreram, "les dieuz s'en vont", como disse Anatole France e das ruínas dos seus Templos, uma outra Roma surgiu, com fisionomia, costumes, religião, uma nova concepção de vida diferente e que após o medievo e no regime pontifical neo-pagão dos papas humanistas, no climax da Renascença, se fêz de nôvo dominadora do Mundo.

Ao lado das igrejas, das basílicas, pelas colinas do Pincio, do Quirinal, do Cesio, na via Numantina, pompeiam os palácios, as principescas **Villas** dos Doria, dos Barberini, dos Chigi, dos Farnese, dos Torlonia, dos Colona, dos Orsini, dos Borghese, dos Papas, onde cada família faz timbre de estadear a sua prosápia e seu estalão de grandesa.

A **Villa** Borghese, no Pincio é uma das mais aparatosas, compreendendo vários edifícios num imenso parque, com alamedas, lagos, fontes, pequenos templos, pontes, num decor maravilhoso, que reflete não apenas o amor pelo fausto, pela ostentação, mas também o gôsto requintado pelo ornamental e aquêle sentido marcante de beleza, que era um dos apanágios dos gran-senhores da Renascença italiana.

Literaturas Entre Balanços - Continua Caderno 3

COMPANHIA EQUATORIAL DE MINERAÇÃO - COMINE. CGC-04.821.435/0001-58. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos Legais e Estatutários submetemos à análise o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras que espelham a real situação da empresa relativo ao exercício social encerrado a 31 de dezembro de 1992. Colocamos a disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Ananindeua-Pa., 29 de março de 1993. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Cr$ 1

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	30.193.935	26.052.262
DISPONIBILIDADES	4.799.061	657.388
Caixa e bancos	181.815	181.815
Aplicações de liquidez imediata	4.617.246	475.573
DIREITOS REALIZÁVEIS	25.394.874	25.394.874
Estoques	25.394.874	25.394.874
- Matérias-primas	25.394.874	25.394.874
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	108.138.900	8.796.340
DIREITOS REALIZÁVEIS	108.138.900	8.796.340
Depósitos e empréstimos compulsórios	108.138.900	8.796.340
PERMANENTE	72.334.811.824	6.266.832.121
Investimentos	2.419.383.822	196.799.918
Participações diversas	2.419.383.822	196.799.918
Imobilizado	66.572.595.623	5.736.840.309
Imóveis	12.152.672.167	988.534.712
Equipamentos e inst. industriais	36.726.037.098	2.987.405.733
Equipamentos e instal. de escritório	384.818.500	31.302.287
Veículos	1.545.897.008	125.747.888
Jazidas	40.018.234.798	3.255.202.944
Poços artesianos	594.594.842	48.366.124
Imobilizações em andamento	1.639.079.604	133.327.639
Outras imobilizações	3.429.110	278.934
Depreciação e exaustão acumulada	(26.492.167.504)	(1.833.325.952)
Diferido	3.342.832.379	333.191.894
Despesas pré-operacionais	7.666.030.457	623.577.853
Amortização acumulada	(4.323.198.078)	(290.385.959)
TOTAL	72.473.144.659	6.301.680.723

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	86.566.005	15.693.155
Fornecedores	606.479	806.053
Salários e ordenados a pagar	7.579.519	763.360
Impostos, taxas e contribuições diversas	73.551.912	12.556.575
Provisão p/férias	4.828.095	750.868
Outros débitos	-0-	812.299
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.431.530.895	125.335.432
Impostos, taxas e contribuições diversas	-0-	40.939.746
Débitos c/pessoas ligadas	1.431.530.895	84.395.686
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70.955.047.759	6.160.652.136
Capital realizado	7.519.570.828	650.270.828
Autorizado	10.000.000.000	850.000.000
A emitir	(2.479.976.696)	(199.276.696)
Subscrito	7.520.023.304	650.723.304
A realizar	(452.476)	(452.476)
Reservas de capital	99.612.364.697	8.064.161.323
De correção monetária do capital	84.923.419.334	6.869.318.561
Reserva especial (Art. 2º - Lei nº 8.200/91)	14.688.945.363	1.194.842.762
Resultados acumulados	(36.176.887.766)	(2.553.780.015)
TOTAL	72.473.144.659	6.301.680.723

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO -

Cr$ 1

	01/jan./92 a 31/dez./92	01/jan./91 a 31/dez./91
RECEITA BRUTA	-0-	616.500
- Venda de produtos	-0-	616.500
DEDUÇÕES	-0-	(73.980)
Impostos e contribuições	-0-	73.980
RECEITA LÍQUIDA	-0-	542.520
CUSTOS DAS VENDAS E SERVIÇOS	-0-	(4.026.007)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	-0-	(3.483.487)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(483.389.071)	(185.081.715)
Despesas financeiras	(3.167.969)	(54.076.522)
Receitas financeiras	4.141.673	315.972
Despesas gerais e administrativas	(484.362.775)	(129.650.051)
Remuneração dos administradores	-0-	(1.671.114)
RES. OP. A/DOS EFEITOS INFLAC.	(483.389.071)	(188.565.202)
EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(1.183.581.243)	(279.098.861)
Variação e correção monetária	99.342.561	(19.252.543)
Correção monetária do balanço	(1.282.923.804)	(259.846.318)
RES. OP. APÓS OS EFEITOS INFLAC.	(1.666.970.314)	(467.664.063)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	163.380.000	8.648.389
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(1.717.768.260)	(67.533.650)
RESULT. ANTES DO IMP. DE RENDA	(3.221.358.574)	(526.549.324)
ATUALIZ. MONET. DE RESULT. INTERMED.	(1.560.322.808)	-0-
LUCRO (PREJ.) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4.781.681.382)	(526.549.324)
- Por Ação do capital social final	(0,64)	(0,81)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ACUMULADOS -

Cr$ 1

	01/jan./92 a 31/dez./92	01/jan./91 a 31/dez./91
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(2.553.780.015)	(181.690.286)
CORREÇÃO MONETÁRIA	(28.841.426.369)	(1.675.783.940)
APURAÇÃO DO RESULT. DO EXERCÍCIO	(4.781.681.382)	(526.549.324)
- Transferência da correção monetária de resultados intermediários	(1.560.322.808)	-0-
- Lucro/Prejuízo do exercício	(3.221.358.574)	(526.549.324)
OUTRAS MUTAÇÕES	-0-	(169.756.465)
Efeitos da Lei nº 8.200/91 Art. 3º	-0-	(169.756.465)
SALDO NO FIM DO EXERCÍCIO	(36.176.887.766)	(2.553.780.015)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS -

Cr$ 1

	01/jan./92 a 31/dez./92	01/jan./91 a 31/dez./91
ORIGENS DE RECURSOS	460.715.039	125.335.432
DOS ACIONISTAS E TERCEIROS	460.715.039	125.335.432
Aumento do exigível a longo prazo	460.715.039	125.335.432
APLICAÇÕES DE RECURSOS	527.446.216	118.344.616
DE OPERAÇÕES	360.948.816	111.120.795
Prejuízo líquido do exercício	4.781.681.382	526.549.324
Correção monetária do balanço	(1.282.923.804)	(259.846.318)
- Depreciação, amortização e exaustão	(1.717.768.260)	(179.067.005)
- Baixa de bens do permanente	-0-	(504.443)
- Juros, variações e correções monetárias do realizável a longo prazo	99.342.560	-0-
- Juros, variações e correções monetárias do exigível a longo prazo	(1.052.917.570)	-0-
- Correção monetária contrato de mútuo	1.052.927.570	23.989.207
- Correç. monet. dos result. intermediários	(1.560.322.808)	-0-
- do exigível a longo prazo	40.939.746	
COM ACIONISTAS/QUOTISTAS E TERCEIROS	166.497.400	7.223.821
Aumento do realizável a longo prazo	-0-	7.223.821
Redução do exigível a longo prazo	166.497.400	-0-
AUM./REDUÇ. DO CAP. CIRC. LÍQUIDO	(66.731.177)	6.990.816
ATIVO CIRCULANTE	4.141.673	7.126.580
No início do exercício	26.052.262	18.923.682
No fim do exercício	30.193.935	26.052.262
PASSIVO CIRCULANTE	70.872.850	135.764
No início do exercício	15.693.155	15.557.391
No fim do exercício	86.566.005	15.693.155

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇOES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 1992. (Valores Expressos em Cr$ 1). NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL. A Sociedade tem por objetivo a pesquisa, a lavra, a venda e o beneficiamento de minérios; importar equipamentos e materiais necessários ao seu funcionamento e exportar os produtos de sua fabricação e, ainda, participar de outras sociedades e exercer qualquer atividade correlata ao objetivo principal. **NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos Princípios de Contabilidade emanados da Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações. **NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.** Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos: a) ESTOQUE - Os estoques de matérias-primas foram avaliados pelos custos médios de aquisição, os quais não superam os preços de mercado. b) INVESTIMENTOS - Estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária. c) IMOBILIZADO - Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, útil, fixado pela legislação fiscal. d) DIFERIDO - Está demonstrado aos valores de custo acrescido da correção monetária, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruidos os benefícios respectivos, em períodos que não ultrapassem o prazo máximo estabelecido na Lei nº 6.404/76. **NOTA 4. OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO.** Correspondem ao saldo credor apresentado na conta corrente montada mantida com empresa do grupo econômico e estão demonstrados pelos valores originais, acrescidos de correção monetária. **NOTA 5. CAPACIDADE OCIOSA.** Como as instalações produtivas não foram utilizadas em condições normais. O custo das depreciações consideradas por ocasião da ociosidade foi levado diretamente a despesa não operacional, a título de item extraordinário, a fim de evitar que a transferência destes para estoques causa uma superavaliação dos mesmos, conforme parecer de orientação CVM nº 24, de 15/jan./91 - ITEM II. **NOTA 6. CAPITAL SOCIAL.** Pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País e está composto de 4.305.706.964 ações ordinárias e 3.213.863.864 ações preferenciais, todas da mesma classe e no valor nominal de Cr$ 1,00 por ações. As ações preferenciais que não tem direito a voto gozam de prioridade na distribuição de dividendo mínimo não cumulativo de 6% ao ano sobre o valor nominal de ação. **NOTA 7. EVENTOS SUBSEQUENTES.** em 12/mar./93, o presidente emitiu a medida provisória nº 314 revogando a Lei nº 8.200 de 20/jun./91 a qual dispunha sobre a correção monetária das demonstrações contábeis para efeitos fiscais e societários. A administração e os consultores jurídicos da empresa estão analizando os aspectos legais, fiscais e societários dessa medida, com o objetivo de avaliar efeitos em futuras demonstrações contábeis.

DIRETORIA: PAULO ROBERTO DE LUCCA, Diretor-Presidente, CPF-344.746.419-49; JOÃO BATISTA DE LUCCA, Diretor, CPF-468.325.219-87; WALTER DE LUCCA, Diretor, CPF-063.471.009-59; JOSÉ ANTÔNIO BONGIOLO, Diretor - CPF-105.860.919-04; FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA LOPES, Contador - CRC/PA, 2787 - CPF-030.059.252-34. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** - RUBENS ANTÔNIO DE LUCCA; Presidente - CPF-107.630.319-68; JOÃO BATISTA DE LUCCA, Membro - CPF-468.325.219-87; JORGE LUIZ DE LUCCA, Membro - CPF-520.246.369-34.

rem sido reconhecidos como despesa do período. Tal procedimento gerou um acréscimo no saldo imobilizado proveniente de correção monetária no valor de Cr$ 813.558.290, bem como um efeito positivo sobre o resultado do exercício com o consequente reflexo no patrimônio líquido no montante de Cr$ 1.064.051. 4) Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do registro dos encargos decorrentes de baixas de bens do imobilizado, descritos no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo "1" representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de COMINE COMPANHIA EQUATORIAL DE MINERAÇÃO, em 31 de dezembro de 1992 e de 1991, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os Princípios de Contabilidade emanados da Lei das Sociedades por Ações, descritas na nota 2. Ananindeua (PA), 08 de abril de 1993. ERNANI MARCUCCI, Contador CRC-PE 7227-S-PA.

PARECER DOS AUDITORES - Ilmos. Srs. Diretores, Conselheiros e Acionistas de COMINE COMPANHIA EQUATORIAL DE MINERAÇÃO - Ananindeua (PA). 1) Examinamos os balanços patrimoniais de COMINE COMPANHIA EQUATORIAL DE MINERAÇÃO, levantados em 31 de dezembro de 1992 e 1991, e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados acumulados e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3) Foram mantidos no ativo permanente imobilizado encargos decorrentes de baixas de bens com valor residual de Cr$ 250.493.144, ao invés de ter-

Biblioteca Pública "Arthur Vianna"

Diário Oficial

0569

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

ANO CI — 103º DA REPÚBLICA — Nº 27.453 BELÉM — SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1993

Suplemento Especial

Caderno 3

O cardeal Scipião, sobrinho do grande papa Paulo V, que a mandara construir, logo nela instalou um museu e uma galeria, onde reuniu uma valiosíssima coleção de esculturas e telas que seus sucessores aumentaram, ostentando as suas dezenas de salas, não só bronzes como mármores antigos como da modernidade, de Canova, com a estátua de Paulina Borghese, em pose de Venus Vitoriosa e de Bernini, com os grupos esculturais de Apolo e Daphné e o rapto de Proserpina.

Mais rica ainda é a pinacoteca, com telas dos grandes mestres da pintura italiana, como Rafael, Bellini, Dominiquino, Del Sarto, Botticelli, Corregio, Ticiano e Veroneso.

Há porém em Roma um palácio, o Vaticano, que não só é o maior e o mais célebre, cercado pela aureola de residência papal, como é o mais suntuoso na sua decoração e o mais rico, do ponto de vista artístico, pelos seus museus e pela sua Capela Sixtina.

Nos seus Museus, como o egipcio, o Pio Clementino, o etrusco, o sacro, o Chiaramanti, se encerra o maior tesouro da escultura antiga, a Venus de Cnyde, praxiteliana, Laocoonte, o Torso, que miguel Angelo tanto admirava, bustos de Imperadores romanos, a vasta bacia formada de um só bloco de pórfiro, que pertenceu à Popéa, o Apolo de Belvedere, a estátua colossal de Antinous, a de Thanatos, a de Venus no banho e a de Mercurio uma das mais belas de todos os tempos.

Nas quinze salas da Pinacoteca, a maioria delas com o nome de um Mestre da pintura italiana, estão desde os bisantinos, onde os dourados e o hieratismo das figuras predominam, até os artistas do apogeu do Renascimento, com Ticiano e Veroneso.

Rafael é o pintor por excelência do Vaticano, já pelas Loggias, que seus discípulos pintaram, seguindo os desenhos e estudos que preparou, já pelos afrescos, nas Câmaras que têm o seu nome e em que trabalhou até a morte, como o "Incêndio do Borgo" a "Disputa do santo Sacramento" e a "Escola de Athenas", já pelas suas Madonas e sobretudo pelas três telas, a "Transfiguração", a "Virgem de Foligno" e a "Coroação da Virgem".

De Leonardo da Vinci há apenas uma tela, "S. Jeronimo", mas onde o estudo das proporções, do espaço e a projeção da figura do quadro, revelam a paleta inconfundível do gênio florentino.

Na Capela Sixtina domina Miguel Angelo, ainda que as paredes laterais se decorem com afrescos de Mestres como Pinturrichio, Perugino, Botticelli e Ghirlandajo.

O artista estava em Florença, malquistado com Julio II que renunciara a idéia grandiosa do seu monumento funerário que encomendara ao mestre florentino, quando a instâncias daquele Papa voltou a Roma e aceitou a incumbência de pintar o teto da Capela.

O projeto do Papa, insólito como sempre nos seus sonhos de **nec plus ultra,** era decorar o teto com as doze figuras dos apóstolos, num tamanho desconcertante até então não imaginado, mas Miguel Angelo não o aceitou, como recusou a ajuda de alguns pintores designados como seus auxiliares e até os andaimes que Bramante se encarregara de levantar.

Orgulhoso, regeitou tudo, fêz seus próprios andaimes e embora de há muito tivesse abandonado o pincel, para dedicar-se inteiramente à escultura, o artista fechou-se na Capela e só depois de quatro anos de trabalho, deu por finda a sua obra, que era afinal, mais portentosa que o próprio sonho do Papa, onde tudo ressuma fôrça, audácia, beleza nunca jamais ultrapassada e aquêle extraordinário poder do seu gênio creador.

23 anos depois, outro Papa, Paulo V incumbe-o de pintar a parede dos fundos da Capela e Miguel Angelo concebe um sonho mais arrojado e após seis anos de esforços, realiza êsse maravilhoso mural que é o Juízo Final.

No teto, o artista pintara a creação do homem, sua queda, com sibilas e profetas, anjos e florões e na parede, como que o complementa com o julgamento final.

Um Cristo, de compleição atlética, no centro da tela, é juiz implacável do ato final do julgamento, a separar num gesto resoluto de comando irretorquível, os eleitos dos condenados.

Em baixo, numa cena da ressurreição dos mortos, os reprobos se amontoam, como naquela passagem do canto V da Divina Comédia, em que

Satavvi Minos orribilmente e ringhia:
Examina le colpe nell' entrata:
Giudica e manda, secondo ch' avvinghia

enquanto Caronte, do outro lado, à beira da lagoa Estigia, como no canto III do poema dantesco, recolhe na barca os precitos, ameaçando os retardatários:

Caron dimonio, com occhi di bragia
Loro accenando, tutte le racoglie:
Batte col remo, qualumque s'addagia.

No Juízo Final, as figuras em número de duzentas, revelam aquêle sentido desconcertante dos tamanhos, como as do teto, com atitudes as mais imprevistas, em montes, em turbilhões, de um modelado vigoroso, enérgico, dando a impressão de esculpidas, como se Miguel Angelo não pudesse fugir à sua destinação de escultor, mesmo quando pintava.

Eu deixara o Vaticano deslumbrado por tanta beleza e ao chegar à praça de S. Pedro um camelot oferecia à venda pequenas cerâmicas, uma das quais era um livro aberto, tendo na página da esquerda um barco e na outra a legenda: **ama il tuo sogno se pur ti tormenta.**

Talvez fôsse uma simples frase, mas a mim parecia não apenas divisa inexpressiva num pedaço de barro cosido, mas a legenda de sonho de todo artista, do próprio Bounnarotti, cuja vida fôra uma eterna luta na ância de realizar o seu sonho de beleza e de alcançar a suprema perfeição.

Eu vira a Roma de Cicero, de Mecenas, de Tasso, nas pedras do Forum, no carvalho centenário do Monte Janiculo, a Roma dos diaconos e dos catecúmenos, da Religião nova, nas catacumbas e vira também a dos esplendores do papado, nas catedrais, nas obras de seus artistas e era sempre o mesmo sonho, a mesma centelha de fé, numa ode de Horacio, na obra miguelanesca, como num barro de um artista de rua, a prender o efemero da hora que passa, na eternidade do Templo, sem fim, sem medida.

E por tôda a parte encontrei aquela mesma Roma, de que fala Chateaubriand, a cidade que inspira meditações e passeios que sempre dizem alguma cousa, porque a pedra que se pisa e a poeira que o vento ergue, sob os passos, encerra sempre alguma grandesa humana.

Contas de Turista

Versailles - Páteo de Honra

Se você, além do dinheiro de contado do seu plano de turismo, não tiver outro tanto em dólares vadios, para o que der e vier, não viaje pois lá pelas estranjas, não há orçamento que aguente o impacto da boa vida que o espera, mas, duas ou três vêzes mais cara que no nosso Pindorama.

O melhor a fazer, na hora da tentação, do inevitável extraordinário, é não fugir dela, mas realizá-la, seguindo o conselho de Oscar Wilde e pondo o coração à larga, não pensar em têrmos de cruzeiro, mas apenas... de dólares.

E ao perguntar-lhe alguém pelo tempo da viagem, nunca responda em dias, semanas ou quinzenas, mas simplesmente em dólares, isto é, que vai **passar** mil, dois mil ou os tantos do seu livro de travel-checks, ou em notas verdes de Tio Sam, acamadas na sua carteira ou no seu cinto de segurança.

Talvez você não saiba bem o que quer dizer cinto de segurança e esteja pensando em Pitigrili e em outro cinto, que se chama também de castidade, que duques, condes e barões, os castelões de antanho empregavam, ao partirem para as cruzadas, quando deixavam seus tesouros conjugais à guarda dos pagens, nos castelos roqueiros.

Não se trata disso, que são cintos para damas, e, ademais horríveis, como os que vi no Museu de Cluny.

O cinto a que me refiro é mais cômodo e simples, como um cinturão comum, porém mais largo e com bolsos aos lados, trazido sob as calças e aliás, de uso muito frequente nos desertões dos brasis, por capangueiros e compradores de ouro e pedras, que lidam com muito dinheiro.

É de uma segurança de cofre forte e a salvo das mãos bobas dos pic-pockets, que têm predileção especial em aliviar o viajante, do pêso insensível de suas carteiras.

E não esqueça nunca de trazer consigo uma bolsinha de couro para trocados, que isso evita cálculos mentais de conversão cambial, que lhe vêm à cabeça, inexoràvelmente, ao simples manusear das cédulas enormes de pesetas, francos e liras que não cabem na carteira, como os nossos cruzeiros, a não ser dobradas e redobradas, formando um verdadeiro calhamaço.

Outra cousa, de bom aviso, é esquecer o cafèzinho ou pelo menos não o tomar com frequência, como é do nosso hábito, já porque não tem o gostinho do destas bandas, já porque custa um preto velho e um cachimbo.

Prefira o vinho como os naturais da terra, que basta um dia de experiência, para se tornar hábito de tão gostoso, tão suave, seja tinto ou branco, fresco ou **vin cuit,** a qualquer hora, do dia ou da noite.

Aliás, quasi tôda a gente faz assim, uns por ser **algo de nuevo,** que é item de carnet turístico, outro por simples rastaquerismo, outros para economizar... "palitos", que um copito de vinho custa, na média, quarenta cruzeiros velhos, em dólares, ainda na base de dois mil e setecentos cruzeiros antigos, ao passo que o cafèzinho, nunca menos de duzentos, sem mencionar o imposto e a gorgeta.

Já não falo dos States, mas de Lisboa, onde a vida é menos cara que no resto da Europa e o café custa escudo e meio, ao passo que o copito apenas quatro tostões ou quarenta centavos.

Em Roma, bem mais, em Milão, mais ainda, cêrca de quatrocentas liras.

Em Franca...ça **depend.**

Se no balcão, no **zinc,** nos bares comuns, cinquenta cêntimos, nas mesas, mais caro e nos terraços dos grandes boulevards, nem se fala, que é um Deus nos acuda.

De uma feita, certa manhã, no "terrasse" do Café de la Paix, que pelo nome lembra o nosso velho Café da Paz, ali no largo da Pólvora, só que é mais sofisticado, "tout à fait chic" e um dos mais tradicionais de Paris, paguei seis francos ou mais de três cruzeiros novos, por dois cafèzinhos... e a paisagem humana da praça da Ópera.

E nem é bom falar de gorgeta, o inevitável, terrível e sacratíssimo **pour boire,** que é assunto sério e cheio de surpresas e complicações.

Os guias informam que deve ser na base de 10% da despesa feita ou do serviço realizado.

Mais isso é pura teoria, uma espécie de cantiga mole pra boi dormir e pelas européicas, boi não dorme, não.

Na prática são outras as cantigas, pois vá lá dar cinquenta cêntimos de gorgeta a um chauffeur que cobra cinco francos, por uma corrida de taxi, ou apenas um franco "à la petite blonde'] que o conduz à sua cadeira numerada no Ópera ou no Folies Bergère. Dê e veja o que lhe acontece!

Por êsses caminhos do mundo, mesmo um pobre marquês como eu, que não era marinheiro de primeira viagem, tinha que puxar uma dessas cédulas bem grandes de muitos francos, em troca de uma "bouillebaisse", de uma lagosta au Thermidor ou de **sole à la meunière,** com um bourgogne por companhia num restaurante bem modesto, sem garçons de galões dourados e música de ciganos sofisticados, mas com nomes bem sugestivos e quasi escondidos, la pras bandas da Rive Gauche ou nas ruelas por trás do Boulmiche.

Mas, que tudo sabe bem, sabe mesmo e no mais, é manter a face, como dizem os chineses, e, sobretudo, à noite, de volta aos lençois, não fazer contas nem gastar calorias espremendo o cérebro, em cálculos mentais de conversão de moedas, para fechar o caixa em cruzeiros.

Depois de uma visita à Mona Lisa, no Louvre, de um quarto de hora de enlevamento diante daquele grupo escultórico da fonte de Medicis, no Luxemburgo, dumas horas de puro êxtase no Museu Rodin, da gostusura de "un poulet à basquaise", com um vinho do Rheno ou um Beaujoulais, por deslisante, é até deselegante falar em cruzeiros.

Digamos com Anacreonte: otan pió ton vinon
eudousin ai merimnoi

enquanto bebo o alegre vinho, os meus desgostos desaparecem.

E p'r'a que ter desgostos e logo por causa de alguns cruzeiros a mais ou alguns cruzeiros a menos por ocasião de fazer as contas?

Além disso, desgôsto é uma palavra que não deve existir no dicionário de um turista e você chegou até aqui foi para alegrar os olhos e gozar a vida, receber um banho lustral de sonho e de beleza, que Paris "c'est la lumière, c'est la vie"...

ANTÔNIO TAVERNARD nasceu em Icoaraci, então Vila de São João do Pinheiro (10.10.1908) e faleceu em Belém, aos 28 anos.

Estudou na vila e na capital (Ginásio "Paes de Carvalho" e Faculdade de Direito).

O ambiente que o cercava, então, foi sintetizado pela professora Annunciada Chaves: "Folguedos, brincadeiras, cordões carnavalescos, fogueiras crepitantes, noitadas nazarenas, presépios e pastorinhas não interferiam num aspecto muito sério da vida cotidiana dos habitantes do "Retiro S. Benedito": o saber. Estudava-se com seriedade, sob a fiscalização dos pais".

Antônio Tavernard gostava do esporte e cedo colaborou no jornalzinho do CPC.

Jovem sadio e extrovertido, foi, de repente, acometido pela hanseníase, então um mal sem cura. Por isso, isolou-se no chalé que intitulou de Rancho Fundo, e onde passaria dez anos de sofrimento, entre desespero e resignação. E escrevendo muito: **Fêmea** (contos, 1930 - único livro que viu impresso), **A Casa da Viúva Costa** e **A Menina dos 20.000** (sendo co-autor nos dois textos, Fernando Castro), **Parati, Seringadela, Que Tarde!** (peças teatrais encenadas em Belém), **Almas Tropicais** e **Os Sacrificados** (livro de contos e romance inéditos, respectivamente).

Em 1953, publicou-se **Místicos e Bárbaros**, livro de poemas que, acrescido de outras produções em verso, o Conselho Estadual de Cultura mandou editar em 1986.

Deste volume, extraímos os poemas que vêm a seguir, mantida a ortografia dessa publicação.

Exaltação

Tua poesia é o cântico da terra
quando a primavera a vem vestir
para as bodas com o sol!...

É um toque de clarim a retinir
no píncaro da serra,
reboando
pelo seio do vale, convocando
clarões e melodias
para o jogo floral das alegrias!...

É uma cachoeira que desata
ritmos douro e ritmos de prata;
toda uma sonoridade -
espumejante
de gritos dalma, de alalás de glória;
o riso matinal da alacridade;
o hino nupcial do amor ovante!...

É a vitória
da arte moça, livre, clara
como a primeira água que correu
da pedra para o mar
e boa como o lume da almenara
a guiar, a chamar

A mesnada que em trevas se perdeu,
e mais loura que o velo,
e pura como virgem sem desejos,
e, ao mesmo tempo, ardente como beijos,
como posse de noivos tropicais!...

Ao lê-la, ao sentí-la, ao fecundá-la
com o nosso próprio eu, tudo se cala
para apenas soar a voz anelo:

- Poeta, canta mais!

Liamba

Ópio verdoengo
que Jurupari semeou na Amazônia
para acabar com os ex-homens...
Anódino a princípio, narcótico depois, entorpecente...
Sucurí de fumaça a se enrolar na gente...

O filho enfermo, a mulher desnuda, caindo a barraca,
o paneiro de mandioca vazio, a roça sem maniva,
o próprio desespero concentrado,
tudo se esbate, tudo se esfuma, tudo se esvai
nas pardas espirais do veneno adorado...
E o caboco fuma... E o caboco sonha...
Sonha que é feliz.. E sorri... um sorriso
de pupilas estagnadas como lagos podres
de boca murcha como flor de lama...
um sorriso de múmia julgando viver...

Liamba,
demônio bom, anjo cruel,
Erva que a besta evita e que o homem procura...
Liamba,
plantio do esquecimento,
alfobre da loucura...

E o caboco fuma... E o caboco sonha...
(A mata ficou mais verde, mais brilhante,
uma esmeralda só...

E o céu, baixinho, é o manto da Nossa Senhora
de Soure, que cresceu, que cresceu
e ficou mais azul...
A vida é um domingo de Espírito Santo...

JS MÓVEIS S.A.-CGC: 04887121/0001-58 - RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas, no ano extremamente difícil para a conjuntura Nacional, apresentamos as Demonstrações financeiras da Empresa. Elas refletem, de fato, o que foi possível realizar no quadro geral do País. Belém, 31.12.92-A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	EM 31.12.92	EM 31.12.91
CIRCULANTE	472.576.716.05	72.645.826.31
DISPONIVEL - Caixa e Bancos	1.190.616.05	900.647.20
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	471.386.100.00	71.745.179.11
Valores a Receber		4.558.359.57
Adiantamentos	315.200.00	543.260.22
Estoques	471.070.900.00	66.643.559.32
REALIZAVEL A LONGO PRAZO.	28.573.304.06	4.825.666.01
Emprest. Compulsorios	74.327.416.31	3.606.982.28
Depositos Judiciais	4.251.887.75	171.881.79
Acionistas	-	1.046.801.94
PERMANENTE	21.333.569.196.50	1.829.611.036.20
Investimentos	295.174.90	24.010.41
Imobilizado	18.721.887.689.75	1.617.169.048.84
Diferido	2.611.386.331.85	212.417.976.95
TOTAL DO ATIVO	21.884.719.216.61	1.907.082.528.52

PASSIVO	EM 31.12.92	EM 31.12.91
CIRCULANTE	512.583.082.27	66.203.659.75
Fornecedores	69.627.022.96	14.772.400.87
Obrigações Sociais e Tributárias	435.772.169.96	50.841.739.13
Contas Correntes Credoras	7.183.889.35	589.519.75
EXIGIVEL A LONGO PRAZO - Acionistas.	224.727.728.73	15.686.238.91
RESULTADO EXERCICIO FUTURO.	-	7.463.000.00
PATRIMONIO LIQUIDO.	21.147.408.405.61	1.817.729.629.86
Capital Social	2.003.874.310.27	176.262.118.50
Reserva Corr. Monet. Capital.	22.631.744.750.63	1.827.672.840.13
Reserva de Lucros.	226.909.537.67	18.457.500.66
Resultado do Exercício	3.715.120.192.96	204.662.829.43
(-) Prejuizos Acumulados	2.513.403.371.95	118.909.036.42
(-) Resultado Lei 8200	172.867.597.92	14.061.567.65
Prejuizo no Exercício	1.028.849.223.09	71.692.225.36
TOTAL DO PASSIVO	21.884.719.216.61	1.907.082.528.52

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO.	EM 31.12.92	EM 31.12.91
RECEITA OPERACIONAL	610.219.757.75	114.488.133.61
Vendas de Produtos.	813.709.561.49	159.467.893.99
(-) Deduções.	203.489.803.74	44.979.760.38
Custo Operacional	578.403.086.81	86.193.770.51
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	31.816.670.94	28.294.363.10
DESPESAS OPERACIONAIS.	851.377.663.24	113.780.388.00
Desp. Administ. e Comerciais.	348.960.352.48	43.539.748.68
Desp. Financ. e Tributárias.	60.012.456.62	24.829.908.69
Depreciação e Amortização.	442.404.854.14	45.410.730.63
PROVISÃO P/ DEV. DUVIDOSOS	184.672.19	-
RESULTADO OPERACIONAL LIQUIDO.	(819.376.320.11)	(85.486.024.90)
Receita Não Operacional	45.032.876.17	17.109.229.15
Result. Corr. Monetária.	(424.651.590.90)	(17.545.929.61)
Reavaliação de Estoque	371.143.001.49	14.230.500.00
Variação Monet. Ativa.	63.979.555.10	-
Variação Monet. Passiva	(264.976.744.84)	-
Resultado do Exercício	(1.028.849.223.09)	(71.692.225.36)

DEMONST. CIRCUL. LIQUIDO	EM 31.12.92	EM 31.12.91	VARIAÇÕES
ATIVO CIRCULANTE	472.576.716.05	72.645.826.31	399.930.889.74
PASSIVO CIRCULANTE	512.583.082.27	66.203.659.75	446.379.422.52
TOTAIS	40.006.366.22	6.442.166.56	46.448.532.78

MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO.

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCRO	PREJUIZO ACUMULADO
Saldo Inic.	176.262.118.50	1.827.672.840.13	18.457.500.66	190.601.261.78
Capitaliz.	1.827.612.191.77	(1.827.612.191.76)	-	-
Corr.Mon.	-	22.631.684.102.26	208.452.037.01	2.322.802.110.17
Res.Lei 8200	-	-	-	172.867.597.92
Res.Exerc.	-	-	-	1.028.849.223.09
Sal.Final	2.003.874.310.27	22.631.744.750.63	226.909.537.67	3.715.120.192.96

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS.	EM 31.12.92	EM 31.12.91
ORIGENS		
Resultado do Exercício	(1.028.849.223.09)	(71.692.225.36)
Resultado Corr. Monetária	424.651.590.90	17.545.929.61
Integralizaçao do Capital Social.	-	4.575.987.00
Aum. Result. Exerc. Futuros	-	2.126.860.81
Red. Ativo Imobilizado	442.404.854.14	45.341.306.35
Aum. Exigivel a Longo Prazo.	209.041.489.82	15.686.238.91
TOTAIS	47.248.711.77	13.584.097.32
APLICAÇÕES		
Investimento Fixo no Exercício.	12.486.606.50	2.115.971.48
Aum. Realiz. Longo Prazo.	73.747.638.05	4.654.117.65
Variação Circulante Liquido.	(46.448.532.78)	6.814.008.19
Redução Exercícios Futuros.	7.463.000.00	-
TOTAIS	47.248.711.77	13.584.097.32

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS EM 31.12.92.

1. Práticas Contábeis - As demonstrações financeiras estão de acordo com a Lei 6404/76 e a legislação Imp. Renda; 2 - Os efeitos da inflação estão demonstrados no Resultado do Exercício, através da Correção Monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido; 3 - Capital Social Integralizado composto de 2.586.737 Ações Ordinárias e 6.452.346 Ações Preferenciais A - B, C e D sem valor nominal; 4 - Estoques: Considerando a prevalência dos elevados índices inflacionários e a valorização incorrida nos estoques, procedemos a reavaliação em tais bens de acordo com os parâmetros que refletem a realidade de mercado; 5 - Evento subsequente: Em 11.02.93 foi editado a MP.312, que revoga a Lei 8200/91.A administração em conjunto com seus advogados, está analisando os aspectos legais, fiscais e contábeis dessa medida.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDESTES - I - Examinamos o balanço da JS Móveis S.A. de 31.12.92 e 1991, bem como Demonstrações de Resultdo, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos. 2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos e o volume de transações da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade. 3 - Em nossa opinião, exceto quanto ao parágrafo quarto e seus efeitos, se houver, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da JS MÓVEIS S.A. em 31.12.92, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data de acordo com os Princípios de Contabilidade. 4 - A data de nossa contratação foi efetivada após o encerramento do exercício, não nos sendo possível adotar procedimentos de auditoria tais como: contagem de caixa, contagem dos estoques e inspeção física de bens do ativo imobilizado. Os encargos sociais e trabalhistas estão representados pelos seus valores originais. 5 - Conforme Nota 5, a Sociedade elaborou suas demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis e fiscais vigentes em 31.12.1992, não registrando quaisquer ajustes ou retificações que poderão advir caso a Medida Provisória nº 312 de 11 de fevereiro de 1993 seja aprovado pelo Congresso Nacional. Belém, 20 de abril de 1993. AUDITAN-Auditores Independentes S/C - Rui Oliveira Magalhães-Contador CRC-PA 5771. Belém, 31 de dezembro de 1992.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

José do Egypto Vieira Soares — Pres.-CIC: 000.478.132-53
Ana Cristina Soares Lopes. — Membro-CIC: 105.577.172-72
Amêrico Ianino Soares. — Membro-CIC: 007.859.382-49

DIRETORIA.

José do Egypto Vieira Soares. — Dir.Pres.-CIC: 000.478.132-53
João Araujo das Neves. — Dir.-CIC: 049.331.172-68
Terezinha Ribeiro de Arruda. — CIC: 033.105.907-04-Dir.Tec-Cont.CRC-RJ-34860-T-PA.

AGROPECUÁRIA AQUÁRIUS S/A - CGC - 04.697.003/93 RELATÓRIO DA DIRETÓRIA Senhores Acionistas Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a sastifação de submeter a apreciação de Vossa Senhoria, o Balanço Patrimonial E demais Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31.12.92 acompanhadas das Notas Explicativas. Colocamo-nos a disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimento que julgarem necessarios Belém 31 de Dezembro de 1992 a) A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	1991	1992
CIRCULANTE	4.018.943	10.444.576
DISPONIVEL	163.931	4.016.300
-Caixa e Bancos	163.931	4.016.300
REALIZAVEL A C/PRAZO	3.855.012	6.428.276
- Estoque	3.855.012	3.774.276
- Adiant. a terceiros	-	2.654.000
PERMANENTE	860.600.615	10.869.204.471
-Investimentos	118.026	1.450.973
-Imobilizado	546.330.995.	6.505.250.388.
Diferido	314.151.594	4.362.503.110
TOTAL DO ATIVO	864.619.558	10.879.649.047

PASSIVO	1991	1992
CIRCULANTE	5.528.932	7.811.651
Obrigações Fiscais e Trab.	3	-
Crédito de Acionistas	5.528.929	7.811.651
PATROMÔNIO LÍQUIDO	859.090.626	10.871.837.396
Cap. Soc. Integralizado	76.557.333	884.291.837
Reservas de Capital	807.790.447	9.987.545.559
Prejúizo do Exercício	(25.257.154)	-
TOTAL DO PASSIVO	864.619.558	10.879.649.047

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO DIFERIDO

Discriminação	1991	1992
-Saldo do Exercício	27.052.845	314.151.594
- Estudos e Projetos	-	-
-Gastos de Implantação	(9.381.976)	22.802.563
- Correção Monetária	63.103.635	1.021.303.029
- Resultado da CM	233.377.090	3.004.245.924
TOTAL DO DIFERIDO	314.151.594	4.362.503.110

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIAIS

Discriminação	Capital Realizado	Reservas de Capital	Patrimônio Líquido
- Saldo em 31.12.91	76.557.333	782.533.293	859.090.626
-Resultado. do Exercício	-	25.257.154	25.257.154
Aumento de Capital c/ Reservas de CM cont.			
AGO/E de 10.08.92	807.734.504	(807.734.504)	-
CM do Capital em 31.12.92	-	9.987.489.616	9.987.498.616
TOTAL	884.291.837	9.987.545.559	10.871.837.396

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES

Discriminação	1991	1992
1- ORIGENS DOS RECURSOS	799.141.485	10.286.977.954
Integ. Cap. Social	100.000	-
Contrib. p/ Reservas	807.785.609	9.987.489.616
Depreciação	16.513.030	274.231.184
Exigível a L/ Prazo	-	-
Prejuízo do Exercício	(25.257.154)	25.257.154
2- APLICAÇÃO DOS RECURSOS	800.932.420	10.282.835.040
Aumento do Imobilizado	515.291.958	6.233.150.577
Aumento do Diferido	285.532.642	4.048.351.516
Aplic. Investimentos	107.826	1.332.947
3- AUM/RED. CAP. CIR. LIQ.	1.790.935	(4.142.914)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Discriminação	Anterior	Atual	Variação
1991			
ATIVO CIRCULANTE	285.192	4.018.943	3.733.751
PASSIVO CIRCULANTE	4.246	5.528.932	5.524.686
CAP. CIR. LÍQUIDO	280.946	(1.509.989)	(1.790.935)
1992			
ATIVO CIRCULANTE	4.018.943	10.444.576	6.425.633
PASSIVO CIRCULANTE	5.528.932	7.811.651	2.282.719
CAP. CIR. LÍQUIDO	(1.509.989)	2.632.925	4.142.914
ATIVO CIRCULANTE			
PASSIVO CIRCULANTE			
CAP. CIR. LÍQUIDO			

NOTAS EXPLICATIVAS: 1- O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas em obdiência às disposições legais constantes da lei 6.404/76; 2- O Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido foram corrigidos mediante coeficiente das UFIR'S, com correção direta dos saldos das contas, em 31.12.92; 3- As despesas foram contabilizadas segundo regime de competência; 4- O Capital Social, na data do Balanço, esta representado em 884.291.837 Ações, no valor nominal de Cr$ 1,00 cada uma, sendo 263.093.824 Ações Ordinárias, e 621.198.013 Ações Preferênciais, Subscritas e integralizadas; 5- O Resultado da CM apresentou saldo devedor igual a Cr$ 3.004.245.924,00.

GILBERTO PINHEIRO NUNES DA SILVA - DIRETOR PRESIDENTE CIC - 004.194.432-15,
JOAQUIM NUNES DA SILVA NETO - DIRETOR SUPERINTENDENTE CIC - 091.667.422-34,
RAIMUNDO ANTONIO DA SILVA BARRA - CONTADOR CRC/PA 5634.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES Aos Administradores e Acionistas da AGROPECUÁRIA AQUÁRIUS S/A 01- Examinamos o Balanço Patrimonial da AGROPECUÁIA AQUÁRIUS S/A levantado em 31 de Dezembro de 1992 as Mutações do Patrimonio Liquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao Exercício findo naquela data, elaborado-Sob aresponsabilidade de sua administração. nossa responsabilidade e a de emitir parecer sobre essasdemonstrações contabeis. 02- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem, ¡ os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contabeis estão apresentadas de maneiras adequadas em todos os seus aspectos relevantes. portanto. nossos trabalhos compreenderam .entre outros procedimentos: (a) - Oplanejamento dos trabalhadores, considetrando a relevância dos saldos o volume de transações e os sistemas contabeis e de controle interno da companhia; (b) - A constatação. com base das evidências e dos registro que suportam os valores e as informações contabeis divulgadas, e (c) - A avaliação das diretrizes, estimativas contabeis pela administraçãoda empresa, bem como da apresentação das demonstrações contabeis tomadas em conjuntos. 03 Face a Empresa estar em face de Implantação, ensejou a não elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício. 04 Em nossa opinião, as demonstrações contabeis ¡ acima referidas representam adequadamente,em todos os aspectos relativamentes a posição patrimonial da AGROPECUÁRIA AQUARIUS S/A em 31 de Dezembro de 1992 das mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os principios fundamentais de contabilidade. Belém (Pa), 19 de maio de 1993. TADEU MANOEL RODRIGUES DE ARAUJO - Contador CRC/Pa 2671 IBRACON - 1800

O filho sarou, a mulher sorri...
Choveu marreca, farinha, açaí...)

Liamba, liamba,
por que, dando o sonho,
não matas também?

O caboco desperta.
A floresta, com a noite, empreteceu,
o céu está longe,
a mulher fugiu, o filho morreu...

Não sente o caboco...
Tem o cérebro oco
e a perna tão bamba!...
Dá uma passo,
tropeça,
se estende no chão...

Liamba,
depressa!...
Vai dar-lhe a mentira
da consolação!

Entre o Éter e o Lodo

Estrelas só, o céu; sapos só, o brejal...
Nunca se viu assim astros tão baixos,
nem nunca se escutou tantos coaxos
na noite tropical...
As trevas são de luto aliviado,
de olhos de cego que começa a ver...
Passa um vento fraquíssimo, gelado,
sopro de alguém que está para morrer...

As noites da Amazônia são profundas,
mais noturnas que as outras! Nelas há
sensações abismais, madres fecundas
de emoções de terror. Quem nelas vá
procurar a suave poesia
de lagos láteos e de rouxinóis
apenas ouvirá essa protofonia
- ronquidos de corós.
risadas de urutaus -
que vem de quando efervesciam sois,
que é eco do cáos!...

Um mundo em vibrião aqui lateja
como feto num ventre colossal,
e uma seara de titãs broteja...
Germinal!...
De horrores e belezas...
de todas as misérias e grandezas...
Germinal!...

A Amazônia,
proteiforme, medonha,
é um estúdio de assombros singular!
Nela, sente-se, à noite, DEUS a trabalhar.

E, entre o charco e o céu, há um drama que não finda.
Um sapo acorda e acha uma estrelinha linda,
e quer ser luz ou ser, ao menos, asa
para voar, subir, roçar aquela brasa
de alabastro, num beijo de noivado,
e salta, e cai na lama, a coaxar... Coitado!...

Simbolismo
da ilógica atração
que exerce a imensidão
sobre o abismo!

Imensidão, o amor... Abismo, os corações...
E o poeta, sentindo a angústia e a dor dos pegos
sonhando com amplidões,
pede à Razão de Tudo - pra contê-las -
que todos os batráquios fiquem cegos,
ou que se apaguem todas as estrelas!...

Dentro da Selva

Vem a anta, pesada, em marcha tarda e brusca.
A cintila do sol suas pupilas ofusca,
impedindo-a de ver...
Esbarra, aqui, num tronco, acolá esbarronda
um cupim, atola-se em igapós,
emaranha-se na rede verde de cipós...
Ela vem como a onda
vai pelo oceano afora, às cegas, sem saber
se é praia ou arrecife o que tem por diante...

Faminta e atenta, a espreita a sucurí gigante.

A sucurí se enrosca, em novelo de morte,
que algum monstro dobou,
no fuso colossal de uma palmeira forte...

Um silvo lhe fugiu.. O tapir hesitou,
mas, depois de dúvida ligeira,
prosseguiu de carreira,
em rumo da barranca onde fulgura o sol...
Vai em busca do bem, não se lembra do mal.

Meio-dia!...
Catadupas douradas por espaços azuis...
Meio-dia!...
Silêncio e solidão de claustro e de tapera...
Meio-dia!...
Glória fulva de luz...
O paquiderme avança, o réptil espera.

Súbito, corta o ar uma laçada escura...
O quadrúpede estanca
e, rápido, procura
desvencilhar-se da peia que começa
a apertar-lhe os tendões... Chupa o ar, pateja,
arranca
e se arremessa...

É um bólido que vai! A restinga vibreja
ao estupro violento... Estalidos, estrépitos,
derrocadas, fracassos, estampidos...
Ruem esgalhos decrépitos,
tombam arbustos partidos...
Avalanche de músculos, soquete
de força viva, cunha fantasmal,
ciclópico ariete
rasgando pelo meio o matagal...

A serpente, que tinha
a grossura de um braço musculoso,
é, agora, quase linha...
Alongou-se,
esticou-se,
afinou-se
num elastério extremo, incrível, milagroso...
Mas não cede, não solta, não liberta.

A anta pára, enfim... Imóvel, por instante...
Vacila, incerta...
Escorrega, ofegante...
E começa a ceder.
Recua devagar, aos sacalhões, recua...
Nova energia, entanto, a tumultua..
E avança outra vez, a correr, a correr...
E assim por quatro, cinco, seis
vezes desesperadas... Tudo inútil, porém!
Chia-lhe o peito opresso, as pernas, frouxas, tremem,
treme a tromba também...

LOUÇA NORTE S/A. CGC-15.274.632/0001-10. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO. Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos Legais e Estatutários submetemos à análise o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras que espelham a real situação da empresa relativo ao exercício social encerrado a 31 de dezembro de 1992. Colocamos a disposição dos Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Ananindeua-Pa., 29 de março de 1993. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

- Cr$ 1

ATIVO	1992	1991
PERMANENTE	102.931.339.589	8.372.743.100
Imobilizado	58.238.323.836	4.737.279.498
Imóveis	7.937.103.843	645.627.773
Imobilizações em Andamento	50.301.219.993	4.091.651.725
Diferido	44.693.015.753	3.635.463.602
Despesas Pré-Operacionais	44.693.015.753	3.635.463.602
TOTAL	102.931.339.589	8.372.743.100

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	2.883.530	234.555
Impostos, taxas e contrib. diversas	2.883.530	234.555
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.447.464	443.113
Provisão p/imposto de renda	5.447.464	443.113
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.923.008.595	8.372.065.432
Capital realizado	8.370.908.033	723.905.033
Autorizado	10.000.000.000	1.000.000.000
A emitir	(1.628.361.067)	(275.361.067)
Subscrito	8.371.638.933	724.638.933
A realizar	(730.900)	(730.900)
Reserva de Capital	94.540.457.532	7.647.210.320
De correção monetária do capital	94.540.457.532	7.647.210.320
Resultados acumulados	11.643.030	947.079
TOTAL	102.931.339.589	8.372.743.100

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

- Cr$ 1

	01/Jan./92 a 31/Dez./92	01/Jan./91 a 31/Dez./92
ORIGENS DE RECURSOS	5.004.351	443.113
DOS ACIONISTAS E TERCEIROS	5.004.351	443.113
Aumento do exigível a longo prazo	5.004.351	443.113
APLICAÇÕES DE RECURSOS	7.653.326	395.994
DE OPERAÇÕES	7.653.326	309.144
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício	131	(1.033.929)
Correção monetária do balanço	7.653.195	1.343.073
COM ACIONISTAS/QUOTISTAS E TERCEIROS	-0-	86.850
IR s/Lucro líquido Artigo 35	-0-	82.714
AIR s/IRF s/lucro líquido	-0-	4.136
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAP. CIRC. LÍQ.	(2.648.975)	47.119
ATIVO CIRCULANTE	-0-	(202.495)
No início do exercício	-0-	202.495
PASSIVO CIRCULANTE	2.648.975	(249.614)
No início do exercício	234.555	484.169
No fim do exercício	2.883.530	234.555

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

- Cr$ 1

	01/Jan./92 a 31/Dez./92	01/Jan./91 a 31/Dez./91
DESPESAS OPERACIONAIS	-0-	(147.705)
Contribuição social	-0-	(147.705)
RES. OP. ANTES DOS EFEITOS INFLAC.	-0-	(147.705)
EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(131)	1.343.073
Variações e correções monetárias	(7.653.326)	
Correção monetária do balanço	7.653.195	1.343.073
RESULT. OP. APÓS OS EFEITOS INFLAC.	(131)	1.195.368
TRANSFERÊNCIA DIFERIDO - INSRF 54/88	131	281.674
RESULT. ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	-0-	1.477.042
PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA	-0-	(443.113)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-0-	1.033.929
Por ação do capital social final	-0-	0,0014

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstgrações contábeis)

DEMONSTRAÇAO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 01/JAN./91 A 31/DEZ./92

- Cr$ 1

CONTAS	CAPITAL							
Especificações	Autorizado	A Subscrever	Subscrito	A Integralizar	Integralizado	Correção Monetária	Resultados Acumulados	Total
SALDOS EM 01/JAN./91	100.000.000	(22.676.067)	77.323.933	(730.900)	76.593.033	1.374.648.974	-0-	1.451.242.007
AUMENTO DE CAPITAL								
- Autorizado	900.000.000	(900.000.000)	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
- Subscrito em reservas	-0-	647.315.000	647.315.000	-0-	647.315.000	(647.315.000)	-0-	-0-
CORREÇÃO MONETÁRIA	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	6.919.876.346	-0-	6.919.876.346
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	1.033.929	1.033.929
OUTRAS MUTAÇÕES								
- IRF s/Lucro Líquido	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	(82.714)	(82.714)
- AIR s/IRF s/Lucro Líquido	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	(4.136)	(4.136)
SALDOS EM 31/DEZ./91	1.000.000.000	(275.361.067)	724.638.933	(730.900)	723.908.033	7.647.210.320	947.079	8.372.065.432
AUMENTO DE CAPITAL								
- Autorizado	9.000.000.000	(9.000.000.000)	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
- Subscrito com reservas	-0-	7.647.000.000	7.647.000.000	-0-	7.647.000.000	(7.647.000.000)	-0-	-0-
CORREÇÃO MONETÁRIA	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	94.540.247.212	10.695.951	94.550.943.163
SALDOS EM 31/DEZ./92	10.000.000.000	(1.628.361.067)	8.371.638.933	(730.900)	8.370.908.033	94.540.457.532	11.643.030	102.923.008.595

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 1992. NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL. A companhia tem como objetivo social a exploração da indústria cerâmica, sendo que a mesma encontra-se em fase pré-operacional. **NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos Princípios de Contabilidade emanados da Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações. **3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.** Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos: a) IMOBILIZADO - Está demonstrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente, com base na variação da UFIR até a data do balanço. b) DIFERIDO - Está demonstrado pelo total dos custos incorridos na fase pré-operacional, corrigidos monetariamente. O procedimento para a apuração dos valores do Ativo Diferido neste exercício seguiu as disposições contidas no item 2, da Instrução Normativa do SRF nº 54, de 05/abr./88. **NOTA 4. OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO.** Refere-se à provisão para imposto de renda diferido, constituída à razão de 30% sobre o lucro inflacionário diferido apurado no exercício de 1991, e atualizado monetariamente para 31/dez/92. **NOTA 5. CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS.** Pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País, está constituído por 8.370.908.033 ações, no valor nominal de Cr$ 1,00 por ações, sendo 3.589.445.382 ações ordinárias e 4.781.462.651 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no recebimento de dividendos anuais não cumulativos de, no mínimo, 6% sobre o respectivo valor nominal. **NOTA 6. EVENTOS SUBSEQUENTES.** Em 12/mar.93, o presidente da República emitiu a medida provisória nº 314 revogando a Lei nº 8.200 de 20/jun./91, a qual dispunha sobre a correção monetária das demonstrações contábeis para efeitos fiscais e societários. A administração e os consultores jurídicos da empresa estão analisando os aspectos legais, fiscais e societários dessa média, com o objetivo de avaliar eventuais efeitos em futuras demonstrações contábeis.

DIRETORIA - PAULO ROBERTO DE LUCCA, Diretor-Presidente - CPF-344.746.419-49; WALTER DE LUCCA, Diretor - CPF-063.471.009-59; JOÃO BATISTA DE LUCCA, Diretor - CPF-468.325.219-87; JOSÉ ANTÔNIO BONGIOLO, Diretor - CPF-105.860.919-04; FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA LOPES, Contador - CRC/PA. 2787 - CPF-030.059.252-34. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO** - RUBENS ANTÔNIO DE LUCCA, Presidente - CPF-107.630.319-68; JOÃO BATISTA DE LUCCA, Membro - CPF-468.325.219-87; JORGE LUIZ DE LUCCA, Membro - CPF-520.246.369-34.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES. Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas de LOUÇA NORTE S/A. 1) Examinamos os balanços patrimoniais de LOUÇA NORTE S/A, levantados em 31 de dezembro de 1992 e 1991, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações no patrimônio líquido e das origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controle internos da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo "1" representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de LOUÇA NORTE S/A em 31 de dezembro de 1992 e de 1991, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os Princípios de Contabilidade emanados da Lei das Sociedades por Ações descritos na nota 2. Ananindeua-Pa., 08 de abril de 1993. ERNANI MARCUCCI. Contador CRC-PE 7272-S-PA; BIANCHESSI & CIA. AUDITORES, CRC-SP Nº 756-S-PA.

MADEIRAS ESPLÊNDIDOS S/A CGC (MF) 04.738.498/0001-45 RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores Acionistas: Em cumprimento as dispositivos legais e estatutários Submetemos à apreciação de V. Sas, as Demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 1992 devidamente acompanhadas das notas explicativas. Belém - PA 31 de dezembro de 1992 ELOY VALENTIN SANGALLI - DIRETOR PRESIDENTE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	152.297.513,07	6.410.996
DISPONIBILIDADES	2.104.143,24	708.216
Caixas e Bancos	2.104.143,24	708.216
Direitos Realizaveis	150.193.369,83	5.702.680
Clientes	215,05	4.157.336
Adiantamentos	150.000.000, 00	-
Bancos C/Vinculadas	-	63.842
Outras Contas	1.218,26	-
Juros a Receber - Eletrobras	191.936,52	193.155
Estoques	-	1.288.347
Produtos Prontos	-	1.288.347
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4.583.045,99	84.603.013
Créditos c/pessoas Ligadas	-	80.838.724
Depositos e Emprest. Compulsorios	4.583.045,99	3.764.289
PERMANENTE	31.798.199.271,27	3.461.710.902
Investimentos	84.389.874,17	164.014.534
Empresas Controladas e Coligadas	29.083.080,31	69.418.299
Participações diversas	55.306.793,86	94.596.235
Imobilizado	31.713.809.397,10	3.297.696.368
Terrenos	139.118.201,63	11.316.291
Instalações	2.508.611.525,84	415.817.630
Máquinas e Equipamentos	11.141.191.342,65	1.538.494.446
Veículos	710.818.624,18	149.080.884
Obras Preliminares e Complementares	9.344.370.550,38	760.099.057
Obras Civis	22.781.593.186,93	1.848.783.279
Móveis e Utensílios	256.480.504,07	20.863.227
Área Florestal	4.910.313.197,96	399.419.588
Depreciação Acumulada	(20.078.687.736,54)	(1.846.178.034)
TOTAL DO ATIVO	31.955.079.830,33	3.552.724.911

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	376.232.162,87	44.112.320
Fornecedores	-	3.742.955
Salarios e Ordenados a Pagar	-	2.332.696
Obrigações Fiscais a Recolher	-	25.563.010
Adiantamento de Clientes	-	4.453.401
Emprestimos	376.232.162,87	-
Provisão de Ferias	-	2.752.711
Outras Contas	-	5.267.547
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.578.847.667,46	3.508.612.591
Capital Realizado	9.489.017.109,00	820.693.920
Reservas de Capital	107.165.953.031,25	8.668.323.200
C.M. especial Lei 8200/91		
Artigo 3º	(5.226.726.596,97)	(425.157.578)
Resultados Acumulados	(73.157.219.333,44)	(5.552.246.951)
Ajustes Exerc. Anterior	7.659.266,09	-
Prejúizo do Exercício	(6.684.517.276,29)	-
TOTAL DO PASSIVO	31.955.079.830,33	3.552.724.911

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

	1992	1991
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	21.660.390,00	35.160.024
Vendas de Produtos	21.660.390,00	35.160.024
DEDUÇÕES VENDAS	4.146.827,14	(6.351.111)
Devoluções e Abatimentos	-	276.000
Impostos e Contribuições	4.146.827,14	6.075.111
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17.513.562,86	28.808.913
Custos das Vendas	(98.452.249,79)	(216.427.000)
PREJÚIZO BRUTO	(80.938.686,93)	(187.618.087)
DESPESAS (REC) OPERACIONAIS	(4.398.591.383,27)	(24.613.820)
Despesas Administrativas	(70.835.597,64)	(16.895.418)
Despesas Financeiras	(24.605.903,40)	(13.904.411)
Receitas Financeiras	-	4.310.553
Despesas C/Vendas	-	(510.390)
Despesas Tributárias	(89.218.835,76)	-
Depreciação / Amortização	(4.213.931.046,47)	-
Outras Receitas Operacionais	-	2.385.846
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	(4.479.530.070,20)	(212.231.907)
Variações e Corr. Monet.	-	2.490.499
Correção Monetária do Balanço	(1.804.621.092,59)	(255.300.833)
Despesas não Operacionais	(400.366.113,50)	(7.572.424)
Prejúizo líquido do Exercício	(6.684.517.276,29)	(472.614.665)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

ORIG. DE REC.		ACIONISTAS E TERC.	
DE OPER.	(186.233.325,38)	RED./AUM. DO CAP.	
Prej. Liq. do Exerc.	(6.684.517.276,29)	CIRC. LÍQUIDO	(186.233.325,38)
Corr. Monet. do Bal.	1.804.621.092,59	ATIVO CIRC.	145.886.516,93
Depreciação	4.213.931.046,47	No Inicio do Exerc.	6.410.996,14
Baixas de b/Per.	388.177.312,82	No Fim do Exerc.	152.297.513,07
Juros Var. Cor. Monet.		PASSIVO CIRC.	332.119.842,31
Do Exig. a L. Prazo	91.554.499,03	No Inicio do Exerc.	44.112.320,56
Dos Acionistas e terc.		No Fim do Exerc.	376.232.162,87
Aplic de Rec. com			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.92

COMPONENTES	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCRO	LUCROS ACUMULADOS	SALDO DO PATRIM. LÍQUIDO
Saldo em 31.12.91	820.693.920,00	8.668.323.200,15	(425.157.578,65)	(5.555.246.950,52)	3.508.612.590,98
Transf. p/ Aumento de Capital 19.05.92	8.668.323.189,00	(8.668.323.189,00)	-	-	-
C. M. do Balanço		107.165.953.020,10	(4.809.228.284,41)	(67.601.972.382,92)	34.754.752.352,77
Prejuízo do Exercício				(6.684.517.276,29)	(6.684.517.276,29)
Saldo em 31.12.92	9.489.017.109,00	107.165.953.031,25	(5.234.385.863,06)	(79.841.736.609,73)	31.578.847.667,46

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 1992. NOTA 1PRINCIPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS: 1.1- As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6.404/76, com as da legislação do Imposto de Renda e legislações complementares. NOTA 2: A empresa encontra-se com suas atividades paralizadas desde abril de 1992.

ELOY VALENTIN SANGALLI DIRETOR PRESIDENTE CIC- 137278429-20 ANTONIO UCHOA DA SILVA CONTADOR CRC 3730-PA CIC 023781672-53

AGROVERA AGRO INDUSTRIAL VERA CRUZ S/A. CGC/MF Nº 04.986.188/0001-48. RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, de conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação do resultado do exercício e demais contas e documentos correspondentes ao exercício de 1992. Esta diretoria permanece ao inteiro dispor para esclarecimentos. Belém, 12 de abril de 1993. A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992.

ATIVO	1992	1991
Circulante		
Disponível	100.209,29	33.830,58
Adiantamento	5.374.862,17	1.035.289,23
Outras Contas Rec.	44.365,19	44.365,19
Formação Rebanho	1.138.413.049,33	19.263.344,94
Almoxarifado	87.072.625,80	-
Total	1.231.005.111,78	20.376.829,94
Permanente		
Imobilizado	11.224.194.577,36	914.841.038,98
Depreciações	(4.032.499.636,18)	(216.874.645,81)
Total	7.191.694.941,18	697.966.393,17
Diferido		
Est. e Proj.	530.545.565,75	43.156.163,59
Amortizações	(241.383.596,78)	-
Total	289.161.968,97	43.156.163,59
TOTAL DO ATIVO	8.711.862.021,93	761.499.386,70

PASSIVO	1992	1991
Circulante		
Fornecedores	43.236.270,00	1.835.185,89
Obrig. c/ Pessoal	3.975.479,64	-
Obrig. Trib. e Prev.	5.417.606,13	-
Outras Contas a Pagar	7.403.188,76	584,70
Total	60.032.544,53	1.835.770,59
Exig. Longo Prazo		
Empr. Coligada	892.700.335,65	36.707.936,13
Total	892.700.335,65	36.707.936,13
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Autorizado	1.366.278.982,00	328.432.448,00
Capital a Realizar	(817.391.406,00)	(196.488.319,00)
Reserva de Capital	18.808.685.923,19	1.503.287.948,56
Resultado Acumulado	(9.425.238.286,23)	(735.501.313,95)
Resultado IPC/90	(2.173.206.071,21)	(176.775.083,62)
Total	7.759.129.141,75	722.955.679,98
TOTAL DO PASSIVO	8.711.862.021,93	761.499.386,70

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

ORIGENS		
Result. Exercício	122.420.582,17	(34.535.447,28)
depreciações	365.293.490,97	33.630.917,50
Amortizações	64.535.071,20	-
C. M. balanço	(878.602.201,85)	(10.162.194,02)
Mútuo-Coligada	435.804.358,49	-
Baixa Imobilizado	11.780.206,92	-
Reavaliação	1.031.200.000,00	-
Total das Origens	1.152.431.507,90	(11.066.723,80)
APLICAÇÕES	-	-
Total	1.152.431.507,90	(11.066.723,80)
VARIAÇÕES		
Ativo Circulante	1.210.628.281,84	12.936.145,42
Pass. Circulante	(58.196.773,94)	(24.002.869,22)
Total variações	1.152.431.507,90	(11.066.723,80)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA BRUTA		
Rec. Operac.	15.302.062,80	9.240.836,71
C.M. Balanço	878.602.201,85	25.895.527,77
Total	893.904.264,65	35.136.364,48
DESPESAS		
Desp. Operac.	503.730.637,84	43.812.813,73
Outras Desp. Op.	5.525.281,28	-
Desp. Não Oper.	11.780.206,92	-
Custo Produção	250.447.556,44	25.858.998,03
Total	771.483.682,48	69.671.811,76
TOTAL GERAL	122.420.582,17	(34.535.447,28)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS

	CAPITAL AUTORIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA CAPITAL	PREJUÍZO ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo 01/01/92	328.432.448,00	(196.488.319,00)	1.503.287.948,56	(912.276.397,59)	722.955.679,98
Aut. Aum. Cap.	620.903.087,00	(620.903.087,00)	-	-	-
Aumento Capital	416.943.447,00	-	(416.943.447,00)	-	-
Result. 1º Sem.	-	-	-	(198.346.836,95)	(198.346.836,95)
Res. C. M.	-	-	17.722.341.421,63	(10.808.588.542,03)	6.913.752.879,60
Result. 2º Sem.				320.767.419,12	320.767.419,12
TOTAL	1.366.278.982,00	(817.391.406,00)	18.808.685.923,19	(11.598.444.357,44)	7.759.129.141,75

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - 1- Examinamos o Balanço Patrimonial da -AGROVERA- AGRO INDUSTRIAL VARE CRUZ S/A, levantado em 31 de dezembro de 1992 e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responbilidade de sua administração. Nossa responbilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Empresa; b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros quo suportam os valores e as informações contábeis, divulgadas; e c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como as apresentações financeiras tomadas em conjunto. 3- Face à data de nossa contratação ter sido efetivada após encerramento do exercício, não foi possível adotar certos procedimentos de auditoria tais como: Constatação da existência física de numerários em caixa, dos rebanhos em formação e dos bens dos ativo permanente. 4- Em nossa opinião, sujeito ao contido no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes , a posição patrimonial e financeira da AGROVERA AGRO INDUSTRIAL VERA CRUZ S/A, em 31 de dezembro de 1992, o resultado de suas operações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade emanados da Legislação societária. 5- As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1991, apresentadas para fins comparativos foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer com ressalva foi emitido em 12 de abril de 1992. Belém-Pa, 12 de abril de 1992. ROZEMBERGUE & BALAMINUT - CONTABILIDADE S/C LTDA. CRC-SP 16.487 - LUIZ ANTÔNIO BALAMINUT - CRC-SP Nº 132.021, BELÉM, 12 DE MARÇO DE 1993. DR. MANUEL R. TAVARES ALMEIDA FILHO - DIRETOR SUPERINTENDENTE CPF 039.821.170-79, COM. MANUEL R. TAVARES DE ALMEIDA - DIRETOR PRESIDENTE CPF 005.926.098-04, DR. REINOLD ZWECKER - DIERTOR FINANCEIRO CPF 005.640.108-63 e VALQUIRIA J. CONTEIRO - CRC 148.248 SP-PA CPF 052.783.048-80.

As rodilhas espremem...
As rodilhas espremem...
Um derradeiro esforço efêmero, falaz...
e lá rola o tapir coberto de espirais...

.....

Em torno, com rudeza,
pigmeias, gigânteas e meãs,
as árvores acurvam sua ramagem
police verso! bárbaro, selvagem
da vestal Natureza
rematando com a morte o embate dos titãs...

Similitudes

Nasci em frente ao mar.
Meu primeiro vagido
misturou-se ao fragor do seu bramido.

Tenho a vida do mar!
Tenho a alma do mar!

A mesma inquietude indefinível,
que nele é onda, e é em mim anseio,
faz-nos tremer, faz-nos fremir, faz-nos vibrar.
Às vezes, creio
que da minha loucura do impossível
sofre também o mar.
Tenho a sua amplidão iluminada
- o meu amor; e seu velário de brumas
- minha mágoa.

Ruge a tormenta... e o que ele faz com a frágoa:
embates colossais,
faço com a minha fé petrificada...
té que tudo se extingue em turbilhões de espumas
e de lágrimas... Destinos abismais!...

Guarda em si tempestades que estraçoam,
cóleras formidáveis em mim guardo...
Sobre o meu pensamento, idéias voam,
voam alciões sobre o seu dorso pardo...

Meu gigantesco irmão,
senhor do cataclismo,
se tens, por coração, um negro abismo,
eu tenho, por abismo, um coração.
Dentro de ti, quantos naufrágios, quantos,
de naves rotas pelos vendavais?!...
E, dentro em mim, sob aguaçais de prantos,
quantos naufrágios, quantos, quantos,
de sonhos, de ilusões e de ideais?!...

Faço trovas a alguém que não posso beijar
tal como tu, na angústia de querê-las
sem as poder tocar.
fazes, nas noites brancas de luar,
serenatas inúteis às estrelas...

Sou bem fraco, porém, e tu és forte...
Nada te vencerá, há de vencer-me a morte...
Embora!.... Mar morto, água dormida
que por mais nada nem de leve ondeia,
hei de deixar meus versos pela vida,
como tu deixas âmbar pela areia!...

Foi Bôto, Sinhá

Tajá-Panema chorou-no terreiro
E a virgem morena fugiu no costeiro

Foi bôto, sinhá
Foi bôto, sinhô
Que veio tentá
E a moça levou
No tar dansará
Aquelle doutô
Foi bôto, sinhá
Foi bôto, sinhô!..

Tajá-Panema se poz a chorá
Quem tem filha moça é bom vigiá!...

O bôto não dorme
No fundo do rio
Seu dom é enorme,
Quem quer que o viu
Que diga, que informe
Se lhe resistiu
O bôto não dorme
No fundo do rio...

BRUNO DE MENEZES (Belém/PA, 21.03.1893 - Manaus/AM, 02.07.1963) foi tipógrafo e funcionário público estadual, chegando a diretor do Departamento de Cooperativismo, com excelente atuação nessa área.

Na fase das grandes revistas paraenses, que aderiram à revolução modernista de 1922, Bruno de Menezes lançou e dirigiu a Belém Nova, em números quinzenais, de 1923 a 1929. E, como esclareceu, dando "guarida em as suas colunas a gregos e troianos - novos e velhos - até que desta Babel de Pensamentos surja a escola de que carecemos".

Por esta linha de ação, pela produção moderna publicada, pelos famosos manifestos modernistas locais que estampou e o tempo de atuação, a Belém Nova (que abordamos no 1º volume da Introdução à Literatura no Pará, págs. 234 a 262) foi a mais importante revista já editada na Amazônia.

Bruno de Menezes ingressou na Academia Paraense de Letras, que presidiu de 1956 a 1958.

Publicou: Crucifixo, Bailado Lunar, Poesia (seleção de poemas, incluindo Batuque), Lua Sonâmbula, Poema Para Fortaleza, Onze Sonetos - premiado na Bahia (poesia); - À Margem da Cuia Pitinga (crítica literária); - Boi Bumbá e São Benedito da Praia (folclore); - Maria Dagmar (novela); - Candunga - Prêmio "Estado do Pará" (romance).

Os poemas a seguir foram extraídos da Edição Especial (5ª), de Batuque (1966), mantida a grafia dessa tiragem.

Mãe Preta

No acalanto africano de tuas cantigas,
nos suspiros gementes das guitarras, veiu o doce langor
de nossa voz,
a quentura carinhosa de nosso sangue.

E's Mãe Preta uma velha reminiscencia
das cubatas, das senzalas,
com ventres fecundos padreando escravos.

Mãe do Brasil? Mãe dos nossos brancos?

És, mãe Preta, um céu noturno sem lua,
mas todo chicoteado de estrêlas.
Teu leite que desenhou o Cruzeiro,
escorreu num játo grosso,
formando a estrada de São Tiago...

Tú, que nas Gerais desforraste o servilismo,
tatuando-te com pedras preciosas,
que deste festas de esmagar!
Tú, que criaste os filhos dos Senhores,
embalaste os que eram da Marqueza de Santos,
os bastardos do Primeiro Imperador
e até futuros Inconfidentes!

Quem mais teu leite amamentou, Mãe Preta?...

Luiz Gama? Patrocinio? Marcílio Dias?
A tua seiva maravilhosa
sempre transfundiu o ardor cívico, o talento vivo,
o arrojo máximo!

Dos teus seios, Mãe Preta, teria brotado o luar?
Foste tú que na Bahia alimentaste o gênio poético
de Castro Alves? No Maranhão a gloria de Gonçalves Dias?
Terias ungido a dôr de Cruz e Souza?

Foste e ainda és tudo no Brasil, Mãe Preta!

Gostosa, contando a história do Saci,
ninando murucú-tú-tú
para os teus bisnetos de hoje...

Continuas a ser a mesma virgem de Loanda,
cantando e sapateando no batuque,
correndo o frasco na macumba,
quando chega Ogum, no seu cavalo de vento,
varando pelos quilombos.

Quanto Sinhô e Sinhá-Moça
chupou teu sangue, Mãe Preta?!...

Agora, como ontem, és a festeira do Divino,
a Maria Tereza dos quitutes com pimenta e com dendê.
És, finalmente, a procreadora côr da noite,
que desde o nascimento do Brasil
te fizeste "Mãe de leite"...

Abençoa-nos, pois, aqueles que não se envergonham de Ti,
que sugamos com avidez teus seios fartos
- bebendo a vida! -
que nos honramos com o teu amor!

Tua Bênção, Mãe Preta

MASTRO DO DIVINO

(1) *"Lavadera da campina*
Lavadera!"
Lava roupa sem sabão
Lavadera!

Canção dos Romeiros do Divino - (MOTIVO)

O mastro vem vindo na ginga vadia
da velha toada.
Vem vindo rolando nos ombros melados
da tropa devota de tantos festeiros.

O mastro já veiu do fundo da terra,
assim todo verde vestido de folhas.
Depois lhe puzeram a tal bandeirinha
onde surge o Divino pintado num Sol...

As outras bandeiras de pano encarnado
não sobem no tôpo do mastro votivo
porque lá na ponta só fica o Divino...

No arraial decorativo um arco-iris de artifício,
todo de bandeirolas e correntes de papel,
dá um ar de tradição a êsses festejos da Corôa.

E o mastro vem, chega na ginga vem na onda
vem no som da caixa funda
no soturno baticum:

Tam...bum!
Tam...bum!

Chegam os juizes as madrinhas os mordomos.
Chispam pincham foguetes,
num papouco festivo
ao mastro do Divino!

A tia Ana das Palhas que foi do tempo dos cabanos,
ornamentada de chitão
e joias de ouro português
é a dona do Santo que paga a promessa.

E por vontade do Divino,
no Dia da Ascensão o mastro vai se levantando,
carregado de frutos e verdes folharadas,
apontando para o céu que a Pomba Branca vai subindo.

As tiradeiras vêm tirar as ladainhas africanas
que o povo bastardo resmunga contrito:

(2) *"Meu Divino*
olhai por nós.
Meu Divino
meu Sinhô".

O mastro plantado depois vai murchando.
perdendo a folhagem caindo seus frutos.
Mas alegre o arraial, que tem palmas verdes.
essa mungunza encima fechou.
tem sortes brinquedos comidas leilões...

Y. YAMADA S.A COMÉCIO E INDÚSTRIA

CGC/MF Nº 04.895.751/0001-74.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, correspondente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992, permanecendo a Diretoria à disposição para qualsquer esclarecimentos que se fizer necessário.

Belém, 22 de Abril de 1993.

A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Especificação	1992 Cr$	1991 Cr$
ATIVO CIRCULANTE	51.087.519.123,16	5.302.071.140,95
DISPONÍVEL	1.466.940.746,19	46.816.212,67
Caixa e Bancos	1.466.940.746,19	46.816.212,67
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO	49.620.578.376,97	5.255.254.928,28
Duplicatas a Receber	51.841.388,06	371.058.746,88
(-)Provisão para Devedores Duvidosos	777.620,82	11.131.762,41
Outras Contas e Valores a Receber	39.969.340,24	3.746.982,94
ESTOQUES	49.305.121.174,80	4.804.516.422,54
Mercadorias	49.305.121.174,80	4.804.516.422,54
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	224.424.094,69	67.064.538,33
Despesas Antecipadas Apropriaveis	224.424.094,69	67.064.538,33
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	148.662.830,18	34.103.399,11
Certificado de Incentivos Fiscais	701,32	701,32
Linhas Telefônicas	51.697,87	51.697,87
Empréstimo Compulsório	123.496.388,17	8.936.957,09
Depósito Compulsório	25.114.031,47	25.114.031,47
Título de Capitalização	11,35	11,35
ATIVO PERMANENTE	36.054.372.804,13	3.893.006.677,95
INVESTIMENTOS	17.019.087.264,90	2.286.646.477,72
Participação em Empresas Controladas	12.091.424.405,55	1.885.816.425,93
Participação em Emp. Controladas-Corr. IPC/90	3.454.060.098,15	280.963.582,18
Participação em Empresas	726.127.065,65	59.065.347,86
Particip. em Outras Emp.-Corr. Compl. IPC/90	719.555.692,36	58.530.015,17
Outros Investimentos	13.926.165,54	1.132.795,96
Correção Complementar IPC/90	13.993.837,65	1.138.795,96
IMOBILIZADO	19.035.285.539,23	1.606.360.400,23
Imóveis	7.572.883.928,78	634.580.546,04
Correção Complementar IPC/90	7.741.740.787,24	629.736.357,25
Construção em Andamento	1.679.953.798,63	118.072.957,17
Correção Complementar IPC/90	1.458.522.786,85	118.640.607,07
Móveis e Utensílios	1.835.843.521,35	149.333.004,47
Correção Complementar IPC/90	2.033.799.180,32	165.435.310,01
Veículos	2.023.583.590,77	135.219.933,52
Correção Complementar IPC/90	1.670.419.141,02	135.876.890,47
Instalações	29.329.611,90	2.361.875,97
Correção Complementar IPC/90	20.261.611,12	1.648.140,07
(-)Depreciação Acumulada	3.437.551.321,90	235.935.650,47
(-)Depreciação Acumulada-Corr. Compl IPC/90	3.600.386.273,21	248.982.467,92
Marcas e Patentes	14.810.498,20	823.518,88
Correção Complementar IPC/90	9.725.467,76	790.285,21
(-)Amortização Acumulada	6.152.278,82	384.612,78
(-)Correção Complementar IPC/90	11.498.510,78	856.294,73
TOTAL DO ATIVO	87.290.554.757,47	9.229.181.418,01

	1992	1991
PASSIVO CIRCULANTE	48.245.300.191,76	5.430.705.106,15
Fornecedores	28.442.820.071,79	2.552.121.523,85
Contribuições Sociais a Recolher	2.308.294.964,75	356.697.973,26
Dividendos a Pagar	23.123.714,91	-
Gratificações a Pagar	14.936.116,93	14.936.116,93
Juros de Financiamentos a Pagar	869.147.559,00	88.339.326,67
Promissórias a Pagar	10.490.187.851,37	1.812.099.709,25
Outras Obrigações Fiscais	4.427.265.207,20	270.827.624,98
Outras Contas a Pagar	1.669.524.705,81	335.682.831,21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.045.254.565,71	3.798.476.311,86
Capital Social	3.000.000.000,00	400.000.000,00
Reserva de Capital	30.523.975.362,24	2.125.755.700,47
Correção Complementar IPC/90	140.386.202,69	140.395.457,36
Reserva de Lucros	2.673.430.891,27	212.596.716,58
Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.707.462.109,51	919.728.437,45
TOTAL DO PASSIVO	87.290.554.757,47	9.229.181.418,01

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1992

Especificação	1992	1991
1- Receita Operacional Bruta	110.948.382.709,63	9.630.502.946,85
2- Impostos Faturados	21.700.186.715,53	1.901.619.494,49
3- Receita Operacional Líquida (1-2)	89.248.195.994,10	7.728.883.452,36
4- Custo das Mercadorias Vendidas	58.062.108.334,02	6.024.577.452,12
5- Resultado Operacional Bruto (3-4)	31.186.087.660,08	1.704.306.000,24
6- Outras Receitas Operacionais	51.035.602,89	14.315.142,61
7- Despesas de Vendas	2.884.586.736,66	376.318.764,29
8- Despesas Gerais e Administrativas	18.524.729.392,33	1.829.540.867,14
9- Despesas Financeiras Líquidas	7.165.726.126,58	497.043.412,18
10- Outras Despesas Operacionais	7.605.981,13	2.057.426,14
11- Result. Operac. Líquido (5+6-7-8-9-10)	2.634.475.017,27	986.339.326,90
12- Receitas Não Operacionais	719.844.274,70	855.567.022,01
13- Result. de Invest. pela Equival. Patrimonial.	(10.292.090.049,35)	556.897.434,52
14- Despesas Não Operacionais	800.777.385,42	113.286.101,44
15- Correção Monetária do Balanço	213.233.138,35	204.676.018,07
16- Resultado do Exercício	(7.525.315.004,45)	108.163.010,12
17- Provisão para Contribuição Social	8.789.641,90	-
18- Provisão para Imposto de Renda	49.781.931,30	-
19- Resultado após Imposto de renda	-	108.163.010,12
20- Gratificação à Diretoria	-	10.800.000,00
21- Lucro Líquido do Exercício	(7.583.886.577,65)	97.363.010,12

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Especificações	1992	1991
1- ORIGENS DOS RECURSOS		
Lucro Líquido do Exercício	-	97.363.010,00
Realização de Capital	2.600.000.000,00	378.000.000,00
Aumento do Lucro Acumulado	9.371.620.248,71	674.137.695,00
Aumento nas Contribuições e Reservas	30.859.044.581,79	2.208.166.164,00
Aumento de Depreciação e Amortização	6.569.483.892,75	452.515.026,00
TOTAL DAS ORIGENS	49.400.148.723,25	3.810.181.895,00
2- Diminuição do Capital Circul. Líquido	-	158.644.090,00
3- APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento do Realizável a Longo Prazo	114.559.431,07	7.207.505,00
Aumento dos Investimentos	14.732.440.787,18	2.046.628.189,00
Aumento do Imobilizado	23.998.409.031,75	1.914.990.291,00
Prejuízo do Exercício	7.583.886.577,65	-
	46.429.295.827,65	3.968.825.985,00
4- Aumento do Capital Circulante Líquido	2.970.852.895,60	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	49.400.148.723,25	3.968.825.985,00

5- Determinação da Var. do Cap. Circ. Líq.

Especificação	1992 em Cr$	1991 em Cr$	Variação
Ativo Circulante	51.087.519.123,16	5.302.071.141,95	45.785.447.981,21
Passivo Circulante	48.245.300.191,76	5.430.705.106,15	42.814.595.085,61
Capital Circul. Líquido	2.842.218.931,40	126.633.964,20	2.970.852.895,60

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo no início do exercício	400.000.000,00	2.266.151.157,83	212.596.716,58	919.728.437,45	3.798.476.311,86
Ajuste de Exercícios Anteriores				(61.423.446,27)	(61.423.446,27)
Aumento de Capital AGE	2.600.000.000,00	(2.125.711.571,88)	4.866.150,51	(27.991.865,42)	451.164.713,21
Reserva de Corr. Mon. IPC/90		140.386.202,69			140.386.202,69
Correção Monetária do Balanço		30.383.535.776,29	2.455.986.024,18	9.461.035.561,40	42.300.537.361,87
Prejuízo do Exercício				(7.583.886.577,65)	(7.583.886.577,65)
SALDO EM 31/12/92	3.000.000.000,00	30.664.361.564,93	2.673.430.891,27	2.707.462.109,51	39.045.254.565,71

NOTAS EXPLICATIVAS: 1.1- O Imobilizado é demonstrado a preço de custo histórico, corrigido monetariamente, subtraído das depreciações acumuladas. 1.2- O Patrimônio Líquido e o Ativo Permanente, foram corrigidos monetariamente segundo a legislação vigente, sendo a variação líquida computada no resultado do exercício. 1.3- O Patrimônio Líquido, traduz a soma do Capital e Reservas, depois de estas passarem pelo crivo da Correção Monetária. 1.4- As depreciações estão calculadas de acordo com a legislação vigente. 1.5- O Capital Social está representado por 3.000.000.000 (Três Bilhões) de ações Ordinárias Nominativas do valor nominal de Cr$ 1,00 (Hum Cruzeiro) cada uma. 1.6- Os Estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao preço de mercado. 1.7- Os efeitos da inflação são reconhecidos mediante o registro da Correção Monetária sobre o Ativo Permanente e Patrimônio Líquido, baseado nas variações do valor da Ufir e o resultado líquido apropriado ao resultado do exercício.

JUNICHIRO YAMADA - DIRETOR PRESIDENTE, HIROSHI YAMADA - DIRETOR COMERCIAL, FERNANDO TERUO YAMADA - DIRETOR FINANCEIRO, e SOPHIA DA SILVA ELUAN - TÉC. CONTABILIDADE CRC-PA, 0680.

BRUNO DE MENEZES (Belém/PA, 21.03.1893 - Manaus/AM, 02.07.1963) foi tipógrafo e funcionário público estadual, chegando a diretor do Departamento de Cooperativismo, com excelente atuação nessa área.

Na fase das grandes revistas paraenses, que aderiram à revolução modernista de 1922, Bruno de Menezes lançou e dirigiu a Belém Nova, em números quinzenais, de 1923 a 1929. E, como esclareceu, dando "guarida em as suas colunas a gregos e troianos - novos e velhos - até que desta Babel de Pensamentos surja a escola de que carecemos".

Por esta linha de ação, pela produção moderna publicada, pelos famosos manifestos modernistas locais que estampou e o tempo de atuação, a Belém Nova (que abordamos no 1º volume da Introdução à Literatura no Pará, págs. 234 a 262) foi a mais importante revista já editada na Amazônia.

Bruno de Menezes ingressou na Academia Paraense de Letras, que presidiu de 1956 a 1958.

Publicou: Crucifixo, Bailado Lunar, Poesia (seleção de poemas, incluindo Batuque), Lua Sonâmbula, Poema Para Fortaleza, Onze Sonetos - premiado na Bahia (poesia); - À Margem da Cuia Pitinga (crítica literária); - Boi Bumbá e São Benedito da Praia (folclore); - Maria Dagmar (novela); - Candunga - Prêmio "Estado do Pará" (romance).

Os poemas a seguir foram extraídos da Edição Especial (5ª), de Batuque (1966), mantida a grafia dessa tiragem.

Mãe Preta

No acalanto africano de tuas cantigas,
nos suspiros gementes das guitarras, veiu o doce langor
de nossa voz,
a quentura carinhosa de nosso sangue.

E's Mãe Preta uma velha reminiscencia
das cubatas, das senzalas,
com ventres fecundos padreando escravos.

Mãe do Brasil? Mãe dos nossos brancos?

És, mãe Preta, um céu noturno sem lua,
mas todo chicoteado de estrêlas.
Teu leite que desenhou o Cruzeiro,
escorreu num játo grosso,
formando a estrada de São Tiago...

Tú, que nas Gerais desforraste o servilismo,
tatuando-te com pedras preciosas,
que deste festas de esmagar!
Tú, que criaste os filhos dos Senhores,
embalaste os que eram da Marqueza de Santos,
os bastardos do Primeiro Imperador
e até futuros Inconfidentes!

Quem mais teu leite amamentou, Mãe Preta?...

Luiz Gama? Patrocinio? Marcílio Dias?
A tua seiva maravilhosa
sempre transfundiu o ardor cívico, o talento vivo,
o arrojo máximo!

Dos teus seios, Mãe Preta, teria brotado o luar?
Foste tú que na Bahia alimentaste o gênio poético
de Castro Alves? No Maranhão a gloria de Gonçalves Dias?
Terias ungido a dôr de Cruz e Souza?

Foste e ainda és tudo no Brasil, Mãe Preta!

Gostosa, contando a história do Saci,
ninando murucú-tú-tú
para os teus bisnetos de hoje...

Continuas a ser a mesma virgem de Loanda,
cantando e sapateando no batuque,
correndo o frasco na macumba,
quando chega Ogum, no seu cavalo de vento,
varando pelos quilombos.

Quanto Sinhô e Sinhá-Moça
chupou teu sangue, Mãe Preta?!...

Agora, como ontem, és a festeira do Divino,
a Maria Tereza dos quitutes com pimenta e com dendê.
És, finalmente, a procreadora côr da noite,
que desde o nascimento do Brasil
te fizeste "Mãe de leite"...

Abençoa-nos, pois, aqueles que não se envergonham de Ti,
que sugamos com avidez teus seios fartos
- bebendo a vida! -
que nos honramos com o teu amor!

Tua Bênção, Mãe Preta

MASTRO DO DIVINO

(1) *"Lavadera da campina*
Lavadera!"
Lava roupa sem sabão
Lavadera!

Canção dos Romeiros do Divino - (MOTIVO)

O mastro vem vindo na ginga vadia
da velha toada.
Vem vindo rolando nos ombros melados
da tropa devota de tantos festeiros.

O mastro já veiu do fundo da terra,
assim todo verde vestido de folhas.
Depois lhe puzeram a tal bandeirinha
onde surge o Divino pintado num Sol...

As outras bandeiras de pano encarnado
não sobem no tôpo do mastro votivo
porque lá na ponta só fica o Divino...

No arraial decorativo um arco-iris de artifício,
todo de bandeirolas e correntes de papel,
dá um ar de tradição a êsses festejos da Corôa.

E o mastro vem, chega na ginga vem na onda
vem no som da caixa funda
no soturno baticum:

Tam...bum!
Tam...bum!

Chegam os juizes as madrinhas os mordomos.
Chispam pincham foguetes,
num papouco festivo
ao mastro do Divino!

A tia Ana das Palhas que foi do tempo dos cabanos,
ornamentada de chitão
e joias de ouro português
é a dona do Santo que paga a promessa.

E por vontade do Divino,
no Dia da Ascensão o mastro vai se levantando,
carregado de frutos e verdes folharadas,
apontando para o céu que a Pomba Branca vai subindo.

As tiradeiras vêm tirar as ladainhas africanas
que o povo bastardo resmunga contrito:

(2) *"Meu Divino*
olhai por nós.
Meu Divino
meu Sinhô".

O mastro plantado depois vai murchando,
perdendo a folhagem caindo seus frutos.
Mas alegre o arraial, que tem palmas verdes,
assaí munguzá curtú e tacacá,
tem sortes brinquedos comidas leilões...

Y. YAMADA S.A COMÉCIO E INDÚSTRIA

CGC/MF Nº 04.895.751/0001-74.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, correspondente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1992, permanecendo a Diretoria à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizer necessário.

Belém, 22 de Abril de 1993.

A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

Especificação	1992 Cr$	1991 Cr$
ATIVO CIRCULANTE	51.087.519.123,16	5.302.071.140,95
DISPONÍVEL	1.466.940.746,19	46.816.212,67
Caixa e Bancos	1.466.940.746,19	46.816.212,67
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO	49.620.578.376,97	5.255.254.928,28
Duplicatas a Receber	51.841.388,06	371.058.746,88
(-)Provisão para Devedores Duvidosos	777.620,82	11.131.762,41
Outras Contas e Valôres a Receber	39.969.340,24	3.746.982,94
ESTOQUES	49.305.121.174,80	4.804.516.422,54
Mercadorias	49.305.121.174,80	4.804.516.422,54
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	224.424.094,69	87.064.538,33
Despesas Antecipadas Apropriaveis	224.424.094,69	87.064.538,33
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	148.662.830,18	34.103.399,11
Certificado de Incentivos Fiscais	701,32	701,32
Linhas Telefônicas	51.697,87	51.697,87
Empréstimo Compulsório	123.496.386,17	8.936.957,09
Depósito Compulsório	25.114.031,47	25.114.031,47
Título de Capitalização	11,35	11,35
ATIVO PERMANENTE	36.054.372.804,13	3.893.006.877,95
INVESTIMENTOS	17.019.087.264,90	2.286.646.477,72
Participação em Empresas Controladas	12.091.424.405,55	1.885.816.425,93
Participação em Emp. Controladas-Corr. IPC/90	3.454.060.098,15	280.963.582,18
Participação em Empresas	726.127.065,65	59.065.347,86
Particip. em Outras Emp.-Corr. Compl. IPC/90	719.555.692,36	58.530.015,17
Outros Investimentos	13.926.165,54	1.132.795,96
Correção Complementar IPC/90	13.993.837,65	1.138.795,96
IMOBILIZADO	19.035.285.539,23	1.606.360.400,23
Imóveis	7.572.883.928,78	634.580.546,04
Correção Complementar IPC/90	7.741.740.787,24	629.736.357,25
Construção em Andamento	1.679.953.798,63	118.072.957,17
Correção Complementar IPC/90	1.458.522.786,85	118.640.607,07
Móveis e Utensílios	1.835.843.521,35	149.333.004,47
Correção Complementar IPC/90	2.033.799.180,32	165.435.310,01
Veículos	2.023.583.590,77	135.219.933,52
Correção Complementar IPC/90	1.670.419.141,02	135.876.890,47
Instalações	29.329.611,90	2.361.875,97
Correção Complementar IPC/90	20.261.611,12	1.648.140,07
(-)Depreciação Acumulada	3.437.551.321,90	235.935.650,47
(-)Depreciação Acumulada-Corr. Compl IPC/90	3.600.386.273,21	248.982.467,92
Marcas e Patentes	14.810.498,20	823.518,88
Correção Complementar IPC/90	9.725.467,76	790.285,21
(-)Amortização Acumulada	6.152.278,82	384.612,78
(-)Correção Complementar IPC/90	11.498.510,78	856.294,73
TOTAL DO ATIVO	87.290.554.757,47	9.229.181.418,01

	1992	1991
PASSIVO CIRCULANTE	48.245.300.191,76	5.430.705.106,15
Fornecedores	26.442.820.071,79	2.552.121.523,85
Contribuições Sociais a Recolher	2.308.294.964,75	356.697.973,26
Dividendos a Pagar	23.123.714,91	-
Gratificações a Pagar	14.936.116,93	14.936.116,93
Juros de Financiamentos a Pagar	869.147.559,00	88.339.326,67
Promissórias a Pagar	10.490.187.851,37	1.812.099.709,25
Outras Obrigações Fiscais	4.427.265.207,20	270.827.624,98
Outras Contas a Pagar	1.669.524.705,81	335.682.831,21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.045.254.565,71	3.798.476.311,86
Capital Social	3.000.000.000,00	400.000.000,00
Reserva de Capital	30.523.975.362,24	2.125.755.700,47
Correção Complementar IPC/90	140.386.202,69	140.395.457,36
Reserva de Lucros	2.673.430.891,27	212.596.716,58
Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.707.462.109,51	919.728.437,45
TOTAL DO PASSIVO	87.290.554.757,47	9.229.181.418,01

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1992

Especificação	1992	1991
1- Receita Operacional Bruta	110.948.382.709,63	9.630.502.946,85
2- Impostos Faturados	21.700.186.715,53	1.901.619.494,49
3- Receita Operacional Líquida (1-2)	89.248.195.994,10	7.728.883.452,36
4- Custo das Mercadorias Vendidas	58.062.108.334,02	6.024.577.452,12
5- Resultado Operacional Bruto (3-4)	31.186.087.660,08	1.704.306.000,24
6- Outras Receitas Operacionais	51.035.602,89	14.315.142,61
7- Despesas de Vendas	2.884.586.736,66	376.318.764,29
8- Despesas Gerais e Administrativas	18.524.729.392,33	1.829.540.867,14
9- Despesas Financeiras Líquidas	7.185.726.126,58	497.043.412,18
10- Outras Despesas Operacionais	7.605.981,13	2.057.426,14
11- Result. Operac. Líquido (5+6-7-8-9-10)	2.634.475.017,27	986.339.326,90
12- Receitas Não Operacionais	719.844.274,70	855.567.022,01
13- Result. de Invest. pela Equival. Patrimonial.	(10.292.090.049,35)	556.897.434,52
14- Despesas Não Operacionais	800.777.385,42	113.286.101,44
15- Correção Monetária do Balanço	213.233.138,35	204.676.018,07
16- Resultado do Exercício	(7.525.315.004,45)	108.163.010,12
17- Provisão para Contribuição Social	8.789.641,90	-
18- Provisão para Imposto de Renda	49.781.931,30	-
19- Resultado após Imposto de renda	-	108.163.010,12
20- Gratificação à Diretoria	-	10.800.000,00
21- Lucro Líquido do Exercício	(7.583.886.577,65)	97.363.010,12

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Especificações	1992	1991
1- ORIGENS DOS RECURSOS		
Lucro Líquido do Exercício	-	97.363.010,00
Realização de Capital	2.600.000.000,00	378.000.000,00
Aumento do Lucro Acumulado	9.371.620.248,71	674.137.695,00
Aumento nas Contribuições e Reservas	30.859.044.581,79	2.208.166.164,00
Aumento de Depreciação e Amortização	6.569.483.892,75	452.515.026,00
TOTAL DAS ORIGENS	49.400.148.723,25	3.810.181.895,00
2- Diminuição do Capital Circul. Líquido	-	158.644.090,00
3- APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Aumento do Realizável a Longo Prazo	114.559.431,07	7.207.505,00
Aumento dos Investimentos	14.732.440.787,18	2.046.628.189,00
Aumento do Imobilizado	23.998.409.031,75	1.914.990.291,00
Prejuízo do Exercício	7.583.886.577,65	-
	46.429.295.827,65	3.968.825.985,00
4- Aumento do Capital Circulante Líquido	2.970.852.895,60	-
TOTAL DAS APLICAÇÕES	49.400.148.723,25	3.968.825.985,00
5- Determinação da Var. do Cap. Circ. Líq.		

Especificação	1992 em Cr$	1991 em Cr$	Variação
Ativo Circulante	51.087.519.123,16	5.302.071.141,95	45.785.447.981,21
Passivo Circulante	48.245.300.191,76	5.430.705.106,15	42.814.595.085,61
Capital Circul. Líquido	2.842.218.931,40	128.633.964,20	2.970.852.895,60

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo no início do exercício	400.000.000,00	2.266.151.157,83	212.596.716,58	919.728.437,45	3.798.476.311,86
Ajuste de Exercícios Anteriores				(61.423.446,27)	(61.423.446,27)
Aumento de Capital AGE	2.600.000.000,00	(2.125.711.571,88)	4.868.150,51	(27.991.865,42)	451.164.713,21
Reserva de Corr. Mon. IPC/90		140.386.202,69			140.386.202,69
Correção Monetária do Balanço		30.383.535.776,29	2.455.966.024,18	9.461.035.561,40	42.300.537.361,87
Prejuízo do Exercício				(7.583.886.577,65)	(7.583.886.577,65)
SALDO EM 31/12/92	3.000.000.000,00	30.664.361.564,93	2.673.430.891,27	2.707.462.109,51	39.045.254.565,71

NOTAS EXPLICATIVAS: 1.1- O Imobilizado é demonstrado a preço de custo histórico, corrigido monetariamente, subtraído das depreciações acumuladas. 1.2- O Patrimônio Líquido e o Ativo Permanente, foram corrigidos monetariamente segundo a legislação vigente, sendo a variação líquida computada no resultado do exercício. 1.3- O Patrimônio Líquido, traduz a soma do Capital e Reservas, depois de estas passarem pelo crivo da Correção Monetária. 1.4- As depreciações estão calculadas de acordo com a legislação vigente. 1.5- O Capital Social está representado por 3.000.000.000 (Três Bilhões) de ações Ordinárias Nominativas do valor nominal de Cr$ 1,00 (Hum Cruzeiro) cada uma. 1.6- Os Estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao preço do mercado. 1.7- Os efeitos da inflação são reconhecidos mediante o registro da Correção Monetária sobre o Ativo Permanente e Patrimônio Líquido, baseado nas variações no valor da Ufir e o resultado líquido apropriado ao resultado do exercício.

JUNICHIRO YAMADA - DIRETOR PRESIDENTE, HIROSHI YAMADA - DIRETOR COMERCIAL, FERNANDO TERUO YAMADA - DIRETOR FINANCEIRO, e SOPHIA DA SILVA ELLERO - TÉC. CONTABILIDADE CRC-PA, 0680.

"... Dou-lhe uma...:
dou-lhe duas...
dou-lhe três...

- É seu o "segrêdo das moças donzelas"...

A tia Ana das Palhas quer musica e baile
no dia em que o mastro vai ser derrubado.

A fita encarnada que foi toda benta
e estava lá em cima enfeitando a bandeira,
vem leve voando cair direitinha
na cabeça do novo juiz do outro ano.

A dona do Santo derruba o seu mastro,
soltando foguetes cantando toadas
dos sambas do engenho...

(3) *"Meu canarinho*
amarelo
Ela casa comigo
eu com ela..."

É o côco brabo no terreiro poeirento
malhando bolindo mexendo o mocambo.
....E a tia Ana das Palhas
que benze põe cartas faz banhos de sorte,
rezando acendendo três velas sagradas
pede à Pombinha Branca que a conduza sob as asas,
quando a dona fôr ao céu vêr os festejos do seu Santo...

Cachaça

Ó negro arrancado ao torrão congolense!

Tocaste urucungo nos brigues corsários,
dansaste de tanga batuques e jongos
à força de pêia
fingindo alegria!
Foste quem plantou partidas de cana
na terra da America,
que o engenho ainda hoje mastiga rangendo.

Surrado vendido
mas tendo na alma
seu santo Orixá.
Sem nunca esqueceres a selva do Congo,
os verdes coqueiros os teus bananais,
fizeste o açúcar o mel a cachaça
que esquenta o teu sangue,
que te dá coragem.

Cachaça é tua vida,
tua festa teu mundo,
saúde remedio até valentia.
Coleira de ferro,
"bacalhau" palmatoria,
tú nada sentias tomando da "pura"

"Martin Pescador" é teu camarada
porque bebe "gole" sem nunca tombar.
Ó teu Pai de Santo,
tua "mãe de terreiro",
o teu "encantado" o teu "curador"
só fazem "trabalho" cuspindo a "chamada"...

Cachaça é teu céu
onde tem assento
Ogum Omulú Ochossis Oxum.
Toda tua crença de alma sofrida
tu sentes no peito
louvando a "caninha".

"Tambores de Mina" Batuques Macumba,
si o teu "assistido" te faz seu "cavalo",
retorces os membros
relinchas fungando,
escarvas o chão
mastigas cigarros
sem nada sentir,
porque a "branquinha" teu corpo fechou.

Cachaça nascida do ôlho da cana,
que faz com que o negro nem pense em morrer,
que põe nas mãos dele cuicas e surdos
na hora dos ranchos dos sambas e chôros.

Que sai do alambique cheirando a restilo
já pronta pra tudo
que a gente quizer.
Si não fôsse o negro "cachaça marvada",
como é que virias do sem fim do mundo?

Só tu é que animas qualquer putirum,
só tu dás consolo
aos que não te negam.
Que fazes os olhos ficarem tristonhos,
as bocas cantarem toadas monótonas
na dansa dos pretos cheirando a suor.

Que fazes os braços ficarem mais ageis
na estiva no rôdo empurrando carrinho,
dando pão de fôgo pra bôca das fornalhas.

Senhora de Engenho Senhora Cachaça
liberta o teu negro
que sofre o feitiço
que Tu lhe puseste
de gostar de ti!...

MELAMAZON S/A.

CGC (MF) 04.202.842/0001-87

RELATÓRIO DA DIRETORIA. Senhores Acionistas: Em cumprimento ao que determinam as disposições legais e estatutárias apresentamos o Relatório das Atividades desenvolvidas durante o exercício de 1992, acompanhada pelas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, que retratam com fidelidade as operações realizadas durante o ano. Aproveitamos a oportunidade para colocar-nos a inteira disposição dos senhores Acionistas para esclarecimentos que se fizerem necessários. Belém-Pa., 15 de abril de 1993. a) Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31.12.92

ATIVO	1992	1991
CIRCULANTE	8.114.713.193,09	798.352.226,86
DISPONÍVEL	20.073.791,23	112.863.630,34
Caixa / Bancos	20.073.791,23	112.863.630,34
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	8.094.639.401,86	685.488.596,52
Duplicatas a Receber	3.824.418.105,00	299.277.599,74
(-) Provisão p/ Dev. Duvidosos	(114.732.543,15)	(8.978.327,99)
(-) Dupticatas Descontadas	(262.219.555,09)	(212.440.707,48)
Adiantamentos	17.750.815,10	37.232.239,82
Estoques	4.629.422.580,00	570.397.792,43
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	72.888.928,06
Acionistas	-	72.888.928,06
PERMANENTE	17.299.273.012,46	1.408.419.202,06
Investimentos	405.955.817,46	32.875.302,60
Imobilizado	16.630.160.220,12	1.336.036.145,73
Diferido	263.156.974,88	39.507.753,73
Total do Ativo	25.413.986.205,55	2.279.660.356,98

PASSIVO	1992	1991
CIRCULANTE	4.499.106.894,78	534.581.651,19
Fornecedores	682.658.010,00	58.629.792,18
Instituições Financeiras	1.108.967.613,50	270.828.805,02
Obrigações Sociais a Pagar	461.571.505,82	52.263.655,02
Obrigações Tributárias a Pagar	218.417.927,60	117.377.646,33
Credores Diversos	2.017.201.515,94	6.492.506,72
Dividendos a Pagar	7.915.632,36	7.915.632,36
Gratificações a Pagar	2.374.689,56	2.374.689,56
Pró-labore a Pagar	-	18.698.924,00
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	38.660.609,58	61.287.580,69
Financiamentos	38.660.609,58	61.287.580,69
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.876.218.701,19	1.683.791.125,10
Capital Social	1.940.900.544,00	165.653.190,00
Reserva de Capital	14.700.689.759,09	736.995.464,44
Reserva de Reavallação	9.939.694.667,28	808.524.526,69
Reserva de Lucro	269.993.461,50	38.851.883,77
Lucro/Prejuízo Acumulado	(5.975.059.730,68)	(65.633.939,80)
Total do Passivo	25.413.986.205,55	2.279.660.356,98

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DISCRIMINAÇÃO	1992	1991
Receita Operacional Bruta	21.580.171.446,00	2.359.366.551,03
(-) Deduções	(3.844.809.520,74)	(514.122.021,12)
Receita Operacional Líquida	17.735.361.926,26	1.845.244.519,91
(-) CMV	(7.678.847.151,26)	(486.002.531,80)
Lucro Operacional Bruto	10.056.414.775,00	1.359.241.988,11
(-) Despesas Líquidas Operacionais	(7.756.430.135,30)	(1.211.586.113,28)
Lucro Operacional Líquido	2.299.984.639,70	113.942.667,25
(-) Resultado da Correção Monetária	(7.468.165.882,53)	(305.315.739,37)
(=) Resultado do Período	(5.168.181.242,83)	(157.659.864,54)

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CIRCULANTE

DISCRIMINAÇÃO	1992	1991	VARIAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	8.114.713.193,09	798.352.226,86	7.316.360.966,23
PASSIVO CIRCULANTE	4.499.106.894,78	534.581.651,19	3.964.525.243,59
AUM. DO CAP. CIRC.	3.615.606.298,31	263.770.575,67	3.351.835.722,64

NOTAS EXPLICATIVAS. A Sociedade tem por objetivo a Industrialização e Comercialização de Mel de Abelhas, Industrialização e Comercialização de Carne de gado, e Comércio, Distribuição e representação de Bebidas em geral. Princípios e Diretrizes Contábeis: - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6404/76, e legislações complementares, bem como a legislação do Imposto de Renda, Instruções da CVM e Estatutos Sociais; - O Resultado foi apurado pelo regime contábil de competência e inclui o efeito líquido da Correção Monetária do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido, com bases nos índices oficiais; - O Ativo Permanente está demonstrado ao custo corrigido monetariamente, sendo o imobilizado combinado com a depreciação exercitada pelo método linear, às taxas fixadas pelo Regulamento do Imposto de Renda; - Os demais ativos estão representados pelo valor de realização, e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis; - Os estoques estão representados pelo custo medio de aquisição, não ultrapassando ao preço de mercado; - O Capital Social Subscrito e Integralizado, está representado por Cr$ 1.690.943.595,00 para as Ações Ordinárias; e Cr$ 249.956.949,00 para as Ações Preferenciais.

DEMONSTRAÇÃO DO LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO

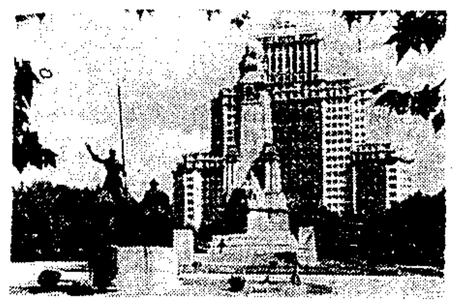
DISCRIMINAÇÃO	1992	1991
1) Saldo no Início do Período	(65.633.939,80)	21.347.399,87
2) CM Saldo Inicial	(741.244.548,05)	70.678.524,87
3) Saldo Corrigido	(806.878.487,85)	92.025.924,74
4) Resultado do Período	(5.168.181.242,83)	(157.659.864,54)
5) Saldo no Fim do Período	(5.975.059.730,68)	(65.633.939,80)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

DISCRIMINAÇÃO	1992	1991
1) ORIGENS:	24.434.886.867,97	1.602.974.887,58
- Aumento do Cap. Social	1.775.847.354,00	159.859.962,00
- Aumento da Res. Correções	22.584.761.464,92	1.418.169.616,87
- Depreciação do Exercício	1.389.120,99	24.945.308,71
- Redução At. Real. L/Prazo	72.888.928,06	-
2) APLICAÇÕES:	21.083.051.145,33	1.536.218.872,74
- Aumento do At. Permanente	15.892.242.931,39	1.307.900.580,80
- Aumento do At. Real. L/Prazo	-	70.590.924,67
- Redução do Passivo Exigív. L/Prazo	22.626.971,11	67.502,73
- Prejuízo do Exercício	5.168.181.242,83	157.659.864,54
3) AUMENTO DO CIRC. LÍQUIDO	3.351.835.722,64	66.756.014,84

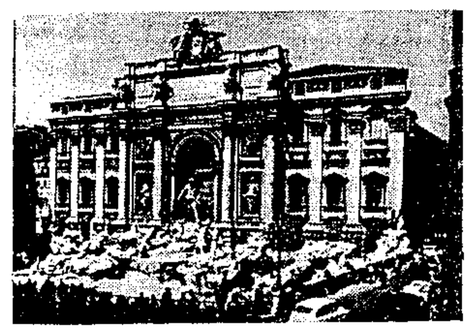
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRTAÇÃO. Os membros do Conselho de Administração de MELAMAZON S/A, abaixo assinados, tendo examinado devidamente o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras bem como os demais documentos referente ao Exercício Financeiro de 1992, e sendo prestados todos os esclarecimentos e informações solicitadas, declaramos haver encontrado tudo em perfeita ordem e correção, recomendando-os a aprovação da Assembléia Geral Ordinária. Belém-Pa, 15 de abril de 1993. Carlos Alberto Camara de Souza Junior - Presidente; Carlos Aragão Genú - Membro, Walter Vieira de Figueiredo - Membro, José Carlos Ribeiro - Membro. CARLOS ALBERTO CAMARA DE SOUZA JUNIOR, Diretor-Presidente; VITOR RENATO DE MIRANDA PINTO, Diretor Administrativo; MARCOS ARAUJO DA ROCHA, Contador - CRC-PA. 5366, CIC. 029.926.472-68.

A CAMINHO DE LOURDES



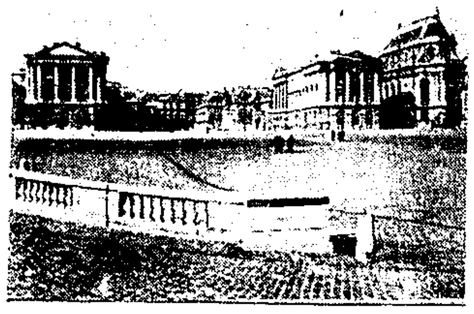
Praça da Espanha

A ROMA QUADRATA E A ROMA DOS PAPAS



A fonte de Trevi em Roma

CONTAS DE TURISTA



Versailles — Pátio de Honra

CÓLERA

COM ESSES REMÉDIOS CASEIROS VOCÊ PODE EVITAR

1. CUIDADOS COM A ÁGUA

• Ferva a água de beber.

• Mantenha a água fervida em vasilhas limpas e com tampa.

• Se você mora em palafitas, não use a água que fica debaixo das casas para nada. Não beba dessa água nem fervida.

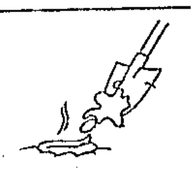
2. HIGIENE PESSOAL

• Lave bem as mãos com água e sabão:

• antes de preparar os alimentos;

• antes de comer;

• depois de defecar.



• Utilize o vaso ou latrina; se não for possível, enterre as fezes e depois lave as mãos.

3. HIGIENE DOMÉSTICA

• Só beba água e leite fervidos.

• Todos os alimentos devem ser bem cozidos e preparados na hora.

• Só coma peixe ou mariscos bem cozidos.

• Proteja os alimentos contra as moscas.

• Evite alimentos vendidos na rua de qualidade duvidosa.

• Lave e seque bem pratos, panelas, talheres e outros utensílios de mesa e cozinha.

CBAA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ASFALTO DA AMAZONIA - CGC: 05.099.585/0001-62; INSCR. ESTADUAL 15.113.158-9. RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., o Balanço e demais Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 1992. Ananindeua (PA), 15 de abril de 1993.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM DEZEMBRO DE: 1992

ATIVO	Cr$ - 1992	Cr$ - 1991
CIRCULANTE	8.959.185.714	704.145.729
Disponibilidade	78.376.395	44.499.554
Dupl. a Receber	7.781.667.125	594.161.651
Estoques	1.083.037.653	25.032.075
Adiantamentos	-	60.000
Outros Direitos	936.680	11.097.659
Imp. Recuperáveis	15.167.861	29.294.790
PERMANENTE	16.371.629.877	1.322.904.327
Imobilizado	16.064.237.660	1.301.016.900
Diferido	281.260.717	21.087.427
Investimentos	26.131.500	800.000
TOTAL DO ATIVO	25.330.815.591	2.027.050.056

PASSIVO	Cr$ - 1992	Cr$ - 1991
CIRCULANTE	6.570.922.696	561.234.399
Fornecedores	60.639.433	358.222.639
Obrig. Soc. Trib.	376.950.075	43.573.070
Inst. Financeiras	4.100.000.000	70.000.000
Prov. p/C. Soc. e ILL	1.000.630.843	34.267.691
Dividendos	1.032.702.345	55.170.999
EXIG. A LONGO PRAZO	115.542.066	15.542.067
Coligadas	115.542.066	15.542.067
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.644.350.829	1.450.273.590
Cap. Integralizado	768.919.979	104.209.355
Corr. Monet. Capital	4.476.730.003	396.394.526
Corr. Mon. Cap. IPC/90	6.623.857.915	538.804.422
Res. Isenção do I.R.	1.924.290.083	102.803.103
Res. Legal-5%	206.540.469	11.034.200
Res. Cap. Aj. IPC/90	1.752.445.815	142.549.188
Resultado do Exerc.	2.891.566.565	154.478.796
TOTAL DO PASSIVO	25.330.815.591	2.027.050.056

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	Cr$ - 1992	Cr$ - 1991
I. ORIGENS		
Das Operações		
Redução do Realizável a Longo Prazo	-	2.784.749
Resultado Líquido do Exercício	4.130.809.378	220.683.995
Depreciação e Amortização	2.565.919.894	490.559.178
Correção Monetária do Balanço	(3.184.672.386)	595.336.636
Aumento do Capital em Dinheiro	-	6.390.006
Aumento do Exigível a Longo Prazo	100.000.000	-
TOTAL DAS ORIGENS	3.612.056.886	1.315.754.564
II. APLICAÇÕES		
Aumento do Imobilizado	334.002.853	1.130.580.712
Redução do Exigível a Longo Prazo	-	53.535.047
Outros Direitos	-	8.294.757
TOTAL DAS APLICAÇÕES	334.002.853	1.192.410.516
AUMENTO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO	3.278.054.033	123.344.048
TOTAL	3.612.056.886	1.315.754.564

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	Cr$ - 1992	Cr$ - 1991
ATIVO CIRCULANTE		
- No Início do Exercício	704.145.729	93.607.921
- No Fim do Exercício	8.959.185.714	704.145.729
Variação	8.255.039.985	610.537.808
PASSIVO CIRCULANTE		
- No Início do Exercício	561.234.399	74.040.639
- No Fim do Exercício	5.538.220.351	561.234.399
Variação	4.976.985.952	487.193.760
AUMENTO DO CAP. CIRC. LÍQUIDO	3.278.054.033	123.344.048

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31.12.92

1 - RECEITA OPERACIONAL BRUTA		20.972.504.504
2 - IMPOSTOS FATURADOS		3.541.207.385
3 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		17.431.297.119
4 - CUSTOS DAS RECEITAS		4.325.911.709
5 - LUCRO BRUTO		13.105.385.410
6 - DESPESAS OPERACIONAIS		11.515.911.440
6.1 - Despesas Administrativas	5.851.295.065	
6.2 - Despesas de Vendas	1.681.760.554	
6.3 - Despesas Financeiras	3.763.641.984	
6.4 - Despesas Tributárias	219.213.837	
7 - LUCRO OPERACIONAL		1.589.473.970
8 - RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		1.365.815.021
9 - SALDO CREDOR DA CORR. MONET.		3.184.672.386
10 - AJUSTE DO EXERCÍCIO		915.768.928
11 - RES. DO EXERC. A/ DO I.R. e C. SOCIAL		7.055.730.305
12 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		641.430.028
13 - PROVISÃO P/I.R.		1.924.290.083
14 - RESULTADO DO EXERC. ANTES DO IRF		4.490.010.194
15 - PROVISÃO P/IRF S/LUCRO		359.200.816
16 - LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.130.809.378

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM DEZEMBRO DE 1992

ÍTENS	CAPITAL SOCIAL	Corr. Monet. Cap.	RESERVAS Res.Iseng. I.R.	DE CAPITAL Ajuste IPC/90	Reservas de Lucros	Lucros ou Prej. Acumulados	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 1991	104.209.355	935.198.948	102.803.103	142.549.188	11.034.200	154.478.796	1.450.273.590
Aum. de Cap. c/Incorp. de Res. e Comp. de Prej. conf. AGE/AGO 30.04.92	664.710.625	(935.198.948)	(102.803.103)	(142.549.188)	(11.034.200)	(154.478.796)	(681.353.610)
Aumento de Capital em Dinheiro	-	11.100.587.918	-	-	-	-	11.100.587.918
Correção Monetária do Exercício	-	-	-	-	-	7.055.730.304	7.055.730.304
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(1.000.630.843)	(1.000.630.843)
Constituições de Provisões	-	-	1.924.290.083	-	-	(1.924.290.083)	-
Constituições de Reservas de Isenção do I.R.	-	-	-	1.752.445.815	-	-	1.752.445.815
Reserva de Capital Ajuste IPC/90	-	-	-	-	206.540.469	(206.540.469)	-
Destinação Proposta:							
Reserva Legal	-	-	-	-	-	(1.032.702.345)	(1.032.702.345)
Dividendos	-	-	-	-	206.540.469	2.891.566.564	18.644.350.829
Saldo em 31 de Dezembro de 1992	768.919.980	11.100.587.918	1.924.290.083	1.752.445.815			

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.92. 1 - As Demonstrações Financeiras do Exercício encerrado em 31.12.92, foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e em consonância com as normas emanadas pela Lei nº 6.404/76; 2 - Princípios diretrizes contábeis: A - A Provisão para Devedores Duvidosos foi constituída em valor suficiente para cobrir eventuais perdas nas Contas a Receber; B - Os Estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que é inferior ao valor de mercado; 3 - O Capital Social Integralizado é de Cr$ 768.919.979,39 (Seiscentos e Sessenta e Oito Milhões, Novecentos e Dezenove Mil, Novecentos e Setenta e Nove Cruzeiros e Trinta e Nove Centavos).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Soares dos Santos — José Carlos de Almeida — Maria Olívia Dias dos Santos

DIRETORIA

Luiz Soares dos Santos — Antonio Nelson Ribeiro Machado
Washington Barbosa Leitão — Álvaro José Albuquerque

CONTADOR Kyoko Yamada CRC-PA 7304.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES. Aos Administradores e Acionistas da CBAA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ASFALTO DA AMAZÔNIA. 01. Examinamos o Balanço Patrimonial da CBAA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ASFALTO DA AMAZÔNIA, levantado em 31 de dezembro de 1992, e a respectiva Demonstração de Resultado, a Mutação do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. 02. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos trabalhos planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da companhia; b) a constatação, com bases em testes das evidências e dos registros, que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e c) a avaliação das diretrizes e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 03. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da CBAA - COMPANHIA BRASILEIRA DE ASFALTO DA AMAZÔNIA em 31 de dezembro de 1992, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. Belém-Pa., 18 de maio de 1993. **Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo**,Contador CRC-Pa. 2671.

SE VOCÊ SE CUIDAR A AIDS NÃO VAI TE PEGAR

PARADIESEL S/A - VEÍCULOS E MOTORES
CGC: 05.847.611/0001-93

Extrato da Ata das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinária cumulativamente realizadas em 27 de abril de 1993, às 17:00 hs., na Sede Social. DELIBERAÇÕES: 1 - Aprovação dos atos e contas da diretoria e das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/92. 2 - Não distribuição de dividendos aos acionistas. 3 - Aumento de Capital Social para Cr$ 84.315.600.000,00. 4 - Fixação de remunerações para os Diretores da Companhia. 5 - Confirmação da renúncia de Celso Luiz Rech ao cargo de Diretor Executivo. 6 - Não eleição dos membros do Conselho Fiscal. ACIONISTAS: Mário Martins Peixoto, Presidente das Assembléias; Armando Reis Peixoto, Secretário das Assembléias; Artur Reis Peixoto, Maria da Conceição Reis Peixoto, Maria de Fátima Reis Peixoto, Abenaildo Barbosa Galindo. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Pará sob número 1315-7 em 17/05/93. Exemplares da ata com comprovação do arquivamento na sede da companhia, à disposição dos interessados.

a) DIRETORIA

GOVERNO DO PARÁ TRABALHO

Biblioteca Pública "Arthur Vianna"